

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. --
v.2, n. 1 (abr./jul. 2010) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2010.

Semestral

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

I. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades – revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Editor Chefe:

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Adriano Toledo Paiva
André Mascarenhas Pereira
Carolina Marotta Capanema
Gabriel da Costa Ávila
Márcio do Santos Rodrigues
Martha Rebelatto
Paula Elise Ferreira Soares
Rangel Cerceau Netto

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFMG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFOP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Tháís Velloso Cougo Pimentel (UFMG)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUCMG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz
Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves
Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Luiz Carlos Villalta
Vice-chefe: Francisco Luiz Teixeira Vinhosa
Secretária: Kelly C. Canesso Agostini

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro
Vice-coordenador: Magno Moraes Mello
Secretária: Mary do Carmo Silva Ramos

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador *pró-tempore*: José Newton Coelho Meneses
Vice-coordenador: Decano Douglas Cole Libby
Secretária: Edilene Oliveira

Diagramação

Rangel Cerceau Netto
Paula Elise Ferreira Soares

Contato:**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Sumário

Agradecimentos aos pareceristas <i>ad doc</i>	005
Nota de apresentação	006
Editorial	007
Entrevista.....	010
O casamento ortodoxo ucraniano em uma comunidade étnica: entre ritos e sentidos.	014
Em face da união legítima: aspectos conjugais da família negra Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires- MG - (1812-1873).....	020
Balzac, Wilde e a cultura Grega: construções literárias de identidades homoeróticas no século.....	031
Abolicionismos e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888).....	042
A manifestação do espírito cruzadístico através da assimilação negativa do “outro” mexica: a alteridade na conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521)*	050
O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana	056
O catira de Uberaba nos tempos de Getúlio (1930 – 1945).....	066
Ceb ‘S: um Novo Sujeito na Vida da Igreja.....	073
Entre memórias e identidades: um estudo sobre a identidade febiana.....	079
A inserção metodista em Belo Horizonte de 1904 a 1910: o dever do colégio Izabela Hendrix	089
Ordem Terceira de São Francisco de Mariana: fé e poder na segunda metade do século XVIII	101
Integralismo e Fascismos: exposição entre diferenças e semelhanças	112
Augusto Emílio Zaluar: aspectos da trajetória e produção de um intelectual português no Brasil do século XIX*	123
Militares negros e pardos na Freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII	130
Francisco Mendes Pimentel: o intelectual, a política e as ideias jurídicas	138
“Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG.	148
Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX.	157
Resenha	168

Agradecimento aos pareceristas ad hoc:

"A gratidão de quem recebe um benefício é bem menor que o prazer daquele de quem o faz".
Machado de Assis

Temporalidades agradece aos pesquisadores que colocaram sua experiência e sabedoria a serviço da avaliação e aprimoramento dos textos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. Esse trabalho voluntário foi fundamental para burilarmos as contribuições que recebemos. Durante alguns meses, observamos a construção de parcerias entre autores, editores, conselho consultivo e os avaliadores. O grande prazer e alegria que os nossos pareceristas demonstraram ao aceitar nossos convites, discutir e colaborar com os diversos artigos submetidos, nos proporcionou uma reavaliação de nossos procedimentos de editoração e um aprendizado constante. Devotamos nossos sinceros agradecimentos aos consultores ad hoc, pois as suas colaborações foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Adriane Vidal Costa (Newton Paiva/UFMG)
Alexandre Guida Navarro (UFMA)
Alfredo Teixeira (Universidade Católica Portuguesa)
Alysson Luiz Freitas de Jesus (USP - UNIMONTES)
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)
Bruno Viveiros (UFMG)
Camilo Buss Araújo (UNICAMP)
Carlos Engemann (UNIVERSO)
Claudia Mortari Malavota (UESC)
Cláudia Regina Andrade dos Santos (UNIRIO)
Cristina de Toledo Romano (UNIFEC)
Cynthia de Cássia Santos Barra (UNIBH - UFMG)
Eduardo Natalino dos Santos (USP)
Fernanda Domingos Pinheiro (UNICAMP)
Francisco Alambert (USP)
Guilherme Cesar Temp Schmidt (UPF)
Hugo Hruby (PUC-RS)
Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
Ivana Guilherme Simili (UEM)
João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV)
João Carlos Soares Zuin (UNESP)
João Ricardo de Castro Caldeira (UNG/UNIP)
Juniele Rabêlo de Almeida (USP)
Leonardo Guedes Henn (UNIFRA)
Luciano da Silva Moreira (UFMG)
Luiz Arnaut (UFMG)
Mabel Salgado (UFMG-CES/JF)

Maciel Henrique Carneiro da Silva (UFBA)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (UFF)
Marco Antonio Silveira (UFOP)
Maria Claudia Bonadio (SENAC SP)
Maria Juliana Gambogi (UFMG)
Mariana Joffily (UFSC)
Mariana Martins Villaça (UNIFESP)
Mirian Moura Lott (UFMG)
Moacir Rodrigo de Castro Maia (UFRJ)
Nikelen Acosta Witter (UNIFRA - RS)
Norberto Osvaldo Ferreras (UFF)
Pablo Luiz de Oliveira (UNIFAL)
Patrícia Graziela Gonçalves (UEM)
Patrícia M. Silva Merlo (UVV)
Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)
Priscila Ribeiro Dorella (UFMG)
Rita de Cássia Aragão Matos (UFBA)
Rita de Cássia Marques (UFMG)
Rivail Carvalho Rolim (UEM)
Robert Daibert Junior (UFJF)
Rodrigo Santos de Oliveira (PUC-RS)
Salustiano Alvarez Gómez (PUC-MG)
Sarug Dagir Ribeiro (UFMG)
Tarcísio Rodrigues Botelho (PUC-MG)
Thiago Lenine (UFMG)
Vera Regina Beltrão Marques (UFPR)
Wlaumir Doniseti de Souza (UNESP)

Nota de apresentação

Os processos de editoração do terceiro número de *Temporalidades* transformaram-se em um importante veículo de aproximação entre diferentes pesquisadores em seus mais diversos níveis de formação. Na análise dos textos submetidos ao nosso conselho e avaliação institucional de nossos pareceristas ad hoc, ficamos muito impressionados com as dimensões angariadas pelos nossos procedimentos editoriais em âmbito nacional. Uma verdadeira sopa de letrinhas se descortinou quando avaliamos a abrangência institucional e espacial de nossos colaboradores e contribuintes. O periódico promoveu um constante diálogo entre múltiplos professores e discentes de diversas instituições de ensino. Convocamos o auxílio de aproximadamente 65 pareceristas ad hoc, para a análise das contribuições submetidas a este número, pertencentes a 37 diferentes instituições nacionais e internacionais de ensino superior: CES/JF; Newton Paiva; PUC-MG; PUC-RS; SENAC-SP; UEM; UEMG; UESC; UFAL; UFBA; UFF; UFJF; UFMA; UFMG; UFOP; UFPR; UFRJ; UFSC; UFSJ; UFU; UFV; UNESP; UNG; UNIBH; UNICAMP; UNIFAL; UNIFEC; UNIFESP; UNIFRA - RS; UNIMONTES; UNIRIO; UNISINOS; Universidade Católica Portuguesa; UNIVERSO; UPF; USP; UVV. O resultado desse projeto materializou-se nesta publicação composta por cuidadosas pesquisas empíricas, matizadas com diferentes discussões e indicações provindas de um debate franco e aberto de pesquisadores espacialmente distantes, intermediados pelos conselheiros da Revista. Por meio do término de nossos trabalhos editoriais na *Temporalidades*, observamos a plena consolidação de um empreendimento coletivo, mesclando autores, avaliadores, editores e consulentes, que durante todos os seus procedimentos possuíram como liame o convergente objetivo da produção e divulgação do conhecimento histórico. Desejamos que a sopa de letras permaneça como a principal sugestão de nosso cardápio e que o diálogo constante dos colaboradores fortifique o sucesso editorial de *Temporalidades*.

Adriano Toledo Paiva
Martha Rebelatto

Editorial

A produção de uma revista acadêmica é um trabalho que exige comprometimento, esforço e dedicação coletiva. Foi com esse espírito e com plena consciência dos desafios que envolvem essa empreitada que os alunos da pós-graduação em História da UFMG assumiram a dianteira do processo de criação da revista *Temporalidades*, que chega agora ao seu terceiro número. Essa edição marca um feito importante para a revista: a transição dos membros do Conselho Editorial. Os membros da gestão 2008/2009 - grupo que, numa iniciativa corajosa, fundaram o periódico - deram lugar à gestão 2009/2010, que assumiu com seriedade a missão de dar continuidade à publicação, além de lutar por novas conquistas. Nós, membros da gestão 2009/2010, gostaríamos de agradecer aos antigos membros do Conselho Editorial e a todos os alunos da pós-graduação em História da UFMG pela confiança depositada. É com enorme satisfação que apresentamos mais um número da revista *Temporalidades*, que contará com as seguintes contribuições.

O entrevistado desse número da Revista *Temporalidades* é o historiador e professor da Universidade de Louvain, Eddy Stols. Stols discorre sobre sua experiência, suas impressões, assim como suas preocupações com o campo da História. Discute conceitos-chave em sua obra, tais como mestiçagem, trânsito, conexão e mundialização, além de percorrer obras e assinalar estudiosos - europeus e brasileiros - que influenciaram sua trajetória acadêmica.

Partindo dos referenciais teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, Paulo Augusto Tamanini analisa como ucranianos ortodoxos e seus descendentes, moradores da cidade catarinense de Papanduva, concebiam, no contexto de sua cultura étnico-religiosa, o rito do casamento. Para tanto, o autor analisa discursos diversos, em diferentes suportes, e traz algumas interessantes conclusões sobre um rito ser capaz de revelar muito da dinâmica da comunidade em que ele se insere.

O tema do casamento é abordado, também, no texto de Leonara Lacerda, que avalia padrões de composição de casamentos entre escravos em Pouso Alegre e os significados do matrimônio no cativo. O artigo "Em face da união legítima: aspectos conjugais da família negra - Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires- MG - (1812-1873)", nos oferece possibilidades para (re)pensar padrões, por diversas vezes, "avessos" ao paradigma da ilegitimidade entre a população negra nas Minas oitocentista.

Daniel Barbo demonstra, no terceiro artigo, como as obras *Le Père Goriot* (1834/1835) de Honoré de Balzac e *The Picture of Dorian Gray* (1890) de Oscar Wilde se valem de representações do mundo grego antigo para construir identidades homoeróticas ao longo do século XIX. Com esse estudo, Barbo nos convida a lançar novos olhares sobre a questão do amor entre iguais, fazendo da literatura um espaço privilegiado, em que se evidencia uma luta pela liberdade da expressão homoerótica.

O quarto artigo, escrito por Luiz G. Santos Cota e Rita de Cássia A. F. de Vasconcelos, busca trazer uma reflexão sobre o papel da imprensa em relação ao pensamento abolicionista, na década final da escravidão (1880-1888). Confirmando, através de diferentes registros, a afirmação de que não poderíamos considerar o abolicionismo como que embasado por pressupostos políticos e culturais coerentes, os autores fazem o percurso de como os discursos abolicionistas teriam extrapolado os salões imperiais e chegado também à imprensa.

No quinto texto, Guilherme Queiroz discute como o espírito cruzadístico dos "espanhóis" serviu como modelo disponível para que os mexicanos fossem encarados de maneira depreciativa. Para avaliar este aspecto, considera principalmente relatos dos "soldados-cronistas" que participaram das etapas finais da conquista do México-Tenochtitlán (1519-1521). Alguns dos pressupostos sobre alteridade, desenvolvidos por Tzvetan Todorov, servem para que o autor teça uma percepção possível de como os "soldados-cronistas" se posicionaram frente aos nativos.

No sexto artigo, "O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana", Rodrigo Machado nos apresenta um mapeamento das ações políticas e intelectuais de um dos nomes

mais importantes, porém não menos criticado, da historiografia mineira da primeira metade do século XX: Diogo de Vasconcellos. Se utilizando de documentos oficiais e outras fontes, o autor tenta compreender em que medida a postura de Diogo de Vasconcellos como monarquista conservador se relacionava (ou não) com seu trabalho frente a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e o Arquivo Público Mineiro.

O texto de Wagner César Rédua, intitulado "O Catira de Uberaba nos tempos de Getúlio (1930-1945)", articula uma manifestação cultural da população camponesa do interior de Minas Gerais com uma dimensão mais ampla durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Utilizando as canções de catira, o autor mostra como um certo "espírito de época" se expressa nas tradições populares.

Já Paulo Célio Soares analisa o momento de formação das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. No artigo "Ceb's: Um novo sujeito na vida da Igreja", o autor assinala as múltiplas interfaces desse movimento com o contexto da época, mostrando como esses grupos constituíram um importante veículo de propagação de uma nova maneira de pensar a atuação da Igreja Católica, notadamente no complexo diálogo entre Fé e Política, em um momento bastante delicado da vida pública brasileira.

Ainda no escopo da História do Brasil no século XX, se insere o texto "Entre memórias e identidades: um estudo sobre a identidade febianana". Nele, Anysio Henriques Neto investiga a formação identitária da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante os anos de 1944 e 1945 e nos mostra como essa construção foi de encontro ao projeto de criação de uma identidade nacional por parte do Estado Novo, gerando um conflito pela memória e pela identidade da FEB.

Outra contribuição que compõe essa edição de Temporalidades é o artigo "A inserção metodista em Belo Horizonte: o dever do colégio Izabela Hendrix", de autoria de Ana Carolina Ferreira Caetano. É um estudo que tenta perceber as formas de atuação dos missionários metodistas norte-americanos em Belo Horizonte e suas vinculações aos ideais educacionais em voga nos Estados Unidos, bem como com o projeto civilizador e modernizador que vigorava no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Também inserido na temática da relação entre práticas religiosas e atuação social, está o artigo de Gustavo Henrique Barbosa, "Ordem Terceira de São Francisco de Mariana: fé e poder na segunda metade do século XVIII". Nesse texto, o autor busca perceber como as Ordens terceiras desempenharam múltiplos papéis, servindo como local de prática religiosa, bem como espaço de sociabilidade. Para tanto, o autor dialoga com a historiografia sobre o tema, se valendo também dos Estatutos que regem a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana.

A preocupação em perceber os pontos de aproximação e afastamento entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e os movimentos fascistas é que move o artigo de Felipe Azevedo Cazzeta, "Integralismo e fascismos: exposição entre semelhanças e diferenças". Assim, o autor se afasta de interpretações reducionistas, que enxergam na AIB apenas o mimetismo em relação a organizações de extrema-direita, realçando as singularidades dessa visão política.

O português Augusto Emílio Zaluar constitui-se em objeto de reflexão para Denise Aparecida de Sousa Duarte. Esse singular personagem da história do Brasil contribuiu, a partir de meados do século XIX, para a divulgação de idéias científicas e para a construção de um modelo de identidade nacional e tem aqui a sua trajetória remontada. A autora procura compreender, para além da sua biografia, a sua inserção no circuito de Literatura, Educação e Ciência.

Carlos de Oliveira Malaquias, em seu texto "Militares negros e pardos na freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII", parte de um conjunto documental, os registros de casamentos e inventários de um grupo de trinta negros e pardos livres em uma freguesia mineira do final do século XVIII, para perceber a inserção desses homens na ordem escravista e suas estratégias de ascensão social, notadamente por meio da carreira militar.

Através de um minucioso trabalho de cruzamento de fontes e de variação da escala de análise, Leandro Braga de Andrade, em seu artigo "Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX", mapeia e acompanha a trajetória de comerciantes da localidade de Mariana. A partir daí, atenta para a existência de uma hierarquização sócio-econômica local, bem como evidencia a integração mercantil do Brasil que, se não se inicia, se consolida no XIX.

Mergulhando em arquivos da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) sediada na Universidade Federal de Minas Gerais, em arquivos do DOPS/MG e do Centro de Memória da Escola da Medicina/UFMG, Isabel Cristina Leite estabelece uma relação entre o governo militar e funcionários da universidade mineira, unidos para reprimir os "subversivos" estudantes que faziam parte da organização política COLINA.

Ao se voltar para a trajetória intelectual, política e jurídica de Francisco Mendes Pimentel, Jefferson de Almeida Pinto reconstrói o cenário de circulação de ideias e instituições jurídico-penais em Minas Gerais, nos séculos XIX/XX. O autor no artigo não simplesmente apresenta, mas avalia criticamente os projetos de combate à criminalidade propostos e defendidos por Mendes Pimentel. Com esse esforço, nos possibilita perceber como as ideias de criminologia foram apropriadas de um modo diferenciado em Minas Gerais.

A resenha apresentada nesta edição refere-se ao livro do norte americano Nicolas Shumway, *A Invenção da Argentina: História de uma Idéia*, originalmente publicado em 1991, mas traduzido para o português apenas em 2008. Segundo Taís Sandrim Julião, neste livro Shumway se propõe a responder em que medida a construção do Estado Nação argentino gerou unidade mais em termos geográficos do que em termos de identidade nacional.

A proliferação das revistas discentes de história no Brasil é um dos indicativos do avanço da pós-graduação em nosso país e do amadurecimento da comunidade dos historiadores, que se evidencia também na qualidade da produção. A revista *Temporalidades* se orgulha de fazer parte desse processo. Esperamos que esse importante espaço de divulgação do conhecimento histórico se consolide cada vez mais, servindo também de estímulo para mais experiências desse tipo. Boa leitura!

Gabriel da Costa Ávila
Márcio do Santos Rodrigues
Paula Elise Ferreira Soares

Professor Eddy Stols

por Rangel Cerceau Netto (Bolsista CAPES), André Mascarenhas Pereira (Bolsista FAPEMIG) e Paula Elise Ferreira Soares.

Quando fizemos o convite para entrevistar o Professor Eddy Stols, nossa proposta era debater acerca do saber historiográfico e da profissão de historiador. Fomos recebidos por ele, num *Flat* em Belo Horizonte. Com excelente humor, o belga gentilmente recebeu-nos, nas seguintes palavras: “será um prazer conversar sobre a profissão de historiador tal como eu a *experimentei*”. Para nós da revista *Temporalidades* esta colocação demonstrou extrema sensibilidade em relação ao nosso ofício, uma vez que a história é uma área formada por diversas noções, enfoques, posturas e experiências, todas, contudo, voltadas para a busca da objetividade em meio a saberes subjetivos. O professor Eddy Stols é doutor em História pela Universidade Católica de Leuven, na Bélgica. Por aqui esteve durante três temporadas lecionando na UNESP (Marília em 1963 e 1968), na USP (São Paulo em 1987) e na UFMG (Belo Horizonte em 2005 e 2006), além de promover o intercâmbio de diversas outras atividades acadêmicas. Neste clima de interesse pela História, pela alimentação, pelo ambientalismo e pelo cotidiano das relações dos Países Baixos com o Brasil contemplamos os nossos leitores com a entrevista que se segue.

Temporalidades - Para iniciarmos a nossa conversa, gostaríamos de saber o que levou o Professor Eddy Stols a experimentar esse campo do conhecimento.

Eddy Stols - Na verdade, eu não devia ter caído na história. Meus pais estranharam. Meu pai era um comerciante e esperava que os estudos universitários levassem-me a ser médico e eu escolhi a história. Nos anos de 1957 o campo da história era prestigioso na Europa. A situação do historiador, apesar de estar um pouco em baixa agora, teve uma alta considerável nos anos 1970 e 1980. Bastava entrar numa livraria e ver que havia montões de livros. Talvez fossem os franceses e ingleses que criaram o público maior para a história. O fato é que a leitura e o gosto pela diversidade me levaram para a história.

Quando era criança conheci a Segunda Guerra Mundial. Eu dancei no baile da liberdade, lembro-me ainda do samba, da música que tocava, um samba fajuto: “*ai, ai, Maria, Maria da Bahia...*” Quero dizer que eu vivi a Segunda Guerra Mundial, que foi um transtorno. Eu tive ainda certo conforto porque não passei fome. Todavia, eu vi pessoas como o vizinho da frente ser preso porque tinha tomado cerveja com oficiais alemães no bar. Ele gostava de mostrar que falava alemão. Depois vieram buscá-lo e ele foi levado a chutes para a prisão. Eu vi pessoas vestidas com os pijamas do campo de concentração. Portanto, eu já me colocava vários questionamentos: o que está acontecendo? O que se passa por aqui?

Um outro fator importante é que meu pai vivenciou, na adolescência, a Primeira Guerra Mundial. Ele ficou muito marcado e sofrido. Em nossas conversas ele me contava muito sobre isso. Então, em casa,



eu tinha a história da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Eu também fazia, desde muito cedo, viagens de férias contínuas para ver meus avós que moravam na França. Acho que isso pode ter suscitado um interesse pela diversidade das coisas. Eu colecionava tudo que era diferente. Além do mais, naquela época, não havia antropologia e a história era a única formação que podia satisfazer a minha curiosidade de interesses. Se fosse hoje, talvez, eu tivesse caído na antropologia.

Temporalidades - A história é uma área formada por diversas noções, enfoques, posturas e experiências, todas, contudo, voltadas para a busca da objetividade em meio a saberes subjetivos. Sobre isso, o que tem a nos dizer?

Eddy Stols - Na Bélgica, a historiografia se beneficiou muito dos impulsos dados por outros campos de pesquisa como a

sociologia, a política, a psicologia e as letras. Sobrava dinheiro nos programas que ofertavam bolsas. Assim me tornei historiador com bolsas do CNPq de lá orientado mais para a pesquisa do que para a docência, apesar de as duas atividades não serem dissociadas naquela época. Você logo começava a trabalhar com seminários, muitas vezes no lugar do professor titular. As aulas nunca eram deixadas de lado.

Naquela época havia um movimento político que caminhava para a divisão do país por uma fronteira lingüística. No norte da Bélgica fala-se flamengo (que nada mais é do que o holandês com pronúncia diferente) e no sul, o francês. Na verdade, isso não é e nem nunca foi um problema, pois a maioria das pessoas, mesmo sem ter escolaridade, tornaram-se bilingües. Mas essa realidade não era muito aceita pelos políticos daquela época que sonhavam com identidades culturais e políticas, a meu ver, completamente desconectadas, falsas, enganosas, e até fajutas, que são incitadas, ainda hoje, por uma minoria de políticos que vivem disso. Enfim, essa guerra lingüística é mais exacerbada na Bélgica, mas ela existe também em outras áreas da Europa e das Américas.

Não sou um marxista, mas fui influenciado pela idéia de que primeiro o que grita é o estômago. Os professores primários, padres, católicos, sacristãos, geralmente considerados intelectuais criaram e continuam criando, identidades fictícias. A meu ver, o historiador, tem que dialogar com outras áreas para formar, no exercício de seu ofício, uma massa crítica e pensante. Por exemplo, é o sociólogo e não o historiador quem dirá que atualmente todo o mundo fala dois idiomas. Eu acho que em certos casos,

alguns historiadores belgas, assim como alguns franceses, acabam por simplificar e mesmo falsificar a História porque não se distanciaram da história. Ainda bem que contamos com alguns recursos na pesquisa histórica que nos permite interrogá-la, para não contentarmos com visões extremamente simplórias ou até mesmo equivocadas.

Temporalidades - Hoje em dia, normalmente, os historiadores se especializam em uma temática a qual dedicam toda sua trajetória acadêmica, ainda que a metodologia e o aparato conceitual possam ser reformulados. Já no caso da obra do professor, nós percebemos que existe um enfoque sobre a questão do cotidiano, porém, numa diversidade muito grande de temáticas, tais como arte, botânica, alimentação, escravidão. O porquê desta opção?

Eddy Stols - Bom, acho que sou curioso. Para mim, uma planta ou um estilo arquitetônico, ou uma canção, todos estes aspectos valem tanto quanto outros. O cotidiano sempre nos permite interrogar sobre seu uso, sua origem, sua mistura com o outro, sua adaptação. Em Minas Gerais, a tendência é se criar raízes. Obviamente que existem plantas com raízes profundas, mas eu prefiro as que são maleáveis, que se entrelaçam com diferentes copas. E é esta diversidade o que mais me fascina. Deve ter sido pela biografia ou pela inconsistência, mas o meu conforto é viajar. Para mim, viajar é escapar não de tudo, pois você se confronta com situações que são semelhantes em qualquer lugar do mundo. Neste sentido, sinto-me bem com afirmações de Levi Strauss, que não via a possibilidade de desprestigiar uma cultura em detrimento da outra. Pelo contrário, não sou um estruturalista, mas fico confortável com a idéia de que as coisas têm aparências diferentes e podem ter algo fundamentalmente igual e semelhante.

Temporalidades - Em 1986, André Burguière organizou um dicionário das Ciências Históricas no qual elencou a contribuição de várias escolas historiográficas americanas e européias, dentre essas últimas, a escola belga. No verbete assinado por Leopold Genicot, os historiadores belgas aparecem sobre a influência da historiografia alemã e francesa, embora sempre inovando os imperativos de espaços e fronteiras. Neste contexto, posicione sua obra em relação a essas questões – do espaço e das fronteiras – e em

relação à historiografia mundial, especificamente, a historiografia brasileira.

Eddy Stols - Na verdade, o historiador mais conhecido daquela época era Henry Pirenne. Ele acabou escrevendo sobre a História da Bélgica, assim como Braudel escreveu a da França. Pirenne também é autor de um livro que trata das cidades da idade média, com todas aquelas divisões de condados e de reinos. Com isso, acabou criando, digamos, uma escola de historiadores, sobretudo na cidade de Genk (Bélgica), reduto de padres e clérigos. Sua linha de pensamento não era marxista, mas havia muitas semelhanças com o pensamento alemão, do qual vai se nutrir mais tarde Braudel, Febvre e outros. Não há como negar que havia uma influência alemã, voltada mais para o social/econômico.

Com relação à historiografia francesa, podemos citar Pierre Chaunu e Morrou; mas, na minha opinião, a influência francesa, veio com Braudel. Eu conhecia já um pouco os *Annales*, e praticava um pouco esse tipo de história na minha tese sobre os flamengos espanholizados que comercializavam em Sevilha ou em Lisboa, e acabavam voltavam para a Antuérpia, mantendo um estilo quase mediterrâneo em suas vidas. Portanto, era uma forma de mestiçagem.

Conheci também a historiografia alemã da reconstrução, ainda muito perturbada e desnorreada, dos velhos mestres da qual o grande era Leopold Von Ranke, que não era muito dado a grandes teorias. Seu prazer era saber algo novo. É um pouco pobre se comparado a Weber ou a Marx, mas suficiente para satisfazer minha inquietação. A idéia de que não era necessário preencher todos os requisitos da pesquisa, da crítica, da confrontação, etc e etc, para se saber algo novo, me era muito propícia. Não que eu não tenha uma grande preocupação teórica, mas o rigor teórico no Brasil é maior do que conhecia na Europa. Talvez porque quando se vem de um país pequeno como a Bélgica, que é um conglomerado de cidades com culturas muito diferentes, você quer ir sempre contra a teoria dizendo que isso se baseia em dados históricos insuficientes, porque dentro do pensamento teórico há uma idéia do estado nação da qual sou muito crítico.

Temporalidades - Analisando alguns dos seus diversos artigos e livros, percebe-se que, dentre os vários conceitos discutidos, estão

os de mundialização, mestiçagem, trânsito e conexão, todos eles articulados às noções de espaços, fronteiras e temporalidades. Por que a opção por estes conceitos? Qual a contribuição deles para as análises históricas- atuais?

Eddy Stols - Eu não inventei nenhum desses conceitos, mas aceito a cobertura deles. Quando eu insisto muito na mobilidade, na plasticidade, eu diminuo a autodefesa da nossa “civilização ocidental”. Eu me lembro de que as freiras da escola que eu freqüentava, quando menino, tinham um Deus paramentado e viviam dentro de uma espécie de armadura. Hoje, é possível vermos, em Paris, algumas moças usando a burca. São poucas, mas essas coisas me incomodam. Não vamos fazer disso uma questão de civilização, mas trata-se de uma plasticidade. Não sei se com isso eu traio aquele conceito de uma civilização de valores e de coesão, ao qual o historiador, às vezes, precisa trabalhar para reforçar. Sinto-me mais a vontade desconstruindo algumas idéias. Talvez porque eu tenha aderido à desconstrução sem fazer dela uma teoria de novo. Mesmo porque sou muito mais prático do que um teórico. Uso esses conceitos para procurar a diversidade.

Temporalidades - A primeira vista, a sua preocupação acadêmica está inserida na relação de diferentes culturas, sob uma perspectiva do cotidiano. Ao mesmo tempo, tem uma atuação alicerçada na diplomacia e no nacionalismo. Em sua obra, o senhor procura relacionar essas duas esferas: cotidiano e política? Como seria (ou é) possível fazê-lo?

Eddy Stols - Eu não nego a diplomacia e nem as estruturas políticas (e como parte delas, os Estados). Isto não pode ser negado e nem ignorado, mas valorizo o cotidiano. Por exemplo: a lei proíbe o acesso de estrangeiros à América (EUA). Na prática o que percebemos é que isto já não funciona porque a própria lei política já prevê, através das cartas de naturalização, adaptações. Um outro exemplo é a aceitação dos Flamengos em Sevilha. Eles casaram-se com Espanholas por vários motivos. Talvez, pelo direito a carta de naturalização. Mas creio que muito mais porque as mulheres eram bonitas e faziam boa cozinha. E talvez, até mesmo, porque fossem ricas. Então, eu dou preponderância naturalmente àquela vida vivida do pessoal em trânsito. Não se

pode negar a existência de toda essa estrutura e divisão nacional do mundo, mas acho que é uma construção artificial e não natural.

No caso da minha pesquisa, sobre o naturalista e diplomata Benjamim Mary, o que me fascina é o fato de ele ter aceitado o posto de primeiro encarregado dos negócios, porque ele queria desenhar o mundo diferente. Ele teve a sorte de ter todo o tempo disponível para viajar não se importando muito com a carreira diplomática, embora, vez ou outra tivesse que resolver algum problema como por exemplo, de um Capitão de barco Belga que tinha praticado contrabando na entrada do Rio de Janeiro. É como se, no cotidiano, eu encontrasse as grandes questões políticas. E neste sentido, a política influência o cotidiano neste trânsito. Dessa forma, podemos desmascarar e desconstruir o discurso nacionalista. Afinal, as pessoas que utilizam-se desse discurso não se sustentam, pois não comem diariamente um prato nacional quando se sentam à mesa.-

Temporalidades - Ainda enfatizando o peso do cotidiano em sua obra e pensando em seus trabalhos sobre o estudo da alimentação, a impressão que temos é que o senhor considera, por exemplo, a introdução do chocolate na Europa como um evento tão importante quanto a chegada dos holandeses ao Brasil. Essa compreensão é pertinente?

Eddy Stols - Sim. Os europeus acham que são os donos do chocolate, o que não o são, evidentemente. É importante observar todos os processos de origem e introdução desses produtos. Afinal, os estudos deles ajudam a demonstrar os aspectos das mestiçagens, das apropriações e das circulações. O chocolate e o açúcar, por exemplo, são carregados de culturas e, sobretudo, de plasticidades, de mobilidades e de transitoriedades através das mãos dos homens que os levam e os trabalham. O Japão, por exemplo, se rendeu ao chocolate, mesmo se dizendo ser uma civilização fechada, que valoriza os aspectos de suas tradições.

Temporalidades - Diante do contexto da formação do Brasil e das influências francesas e holandesas nesse processo, se convencionou denominar a região de América Portuguesa até—por volta de 1822. Quais

foram as influências mais significativas que este território chamado pelos europeus de Novo Mundo, exerceu sobre os Países Baixos?

Eddy Stols - Houve uma grande influência, principalmente porque oferecia aos europeus, especialmente aos moradores dos Países Baixos, a possibilidade de ir para algum lugar. Sempre questiono os historiadores nacionalistas que afirmam que quem saiu dos Países Baixos, saiu por causa da miséria. Eu vim para o Brasil, não foi por miséria, mas sim porque tinha uma certa curiosidade, um certo fascínio. Creio que, durante o período dos descobrimentos, a curiosidade e fascínio se espalharam pelos Países Baixos por causa das notícias trazidas pelos marinheiros portugueses sobre as cidades das Américas. O impacto do Novo Mundo foi muito grande. A prata conquistada nas Américas financiou a guerra dos espanhóis para retomar e fazer da Bélgica o que ela é hoje. Mas os próprios holandeses, ao tomar a prata dos espanhóis, podiam ter criado aquela entidade política. Contudo, naquele momento, a Holanda era muito mais fechada do que se imaginava. Em Amsterdã, havia pouca liberdade para os judeus e os católicos viviam na clandestinidade. A forte identidade da Holanda foi criada, em parte com o dinheiro do Novo Mundo, mas também através da compra de especiarias mediante a prata contrabandeada em Sevilha e Lisboa. Ou seja, o fator econômico teve o seu valor, mas também a arte. A pintura incorporava o imaginário dos índios ou as experiências das pessoas que as relatavam aos artistas e pintores dos Países Baixos quando voltavam do Brasil. Isso tudo permitiu criar uma autoconsciência, autoestima e autopromoção, através dos produtos e dos tesouros da América. Houve a construção de uma prosperidade por meio da rejeição, e também da aceitação, que os europeus apropriaram da América. Principalmente os dos Países Baixos.

Temporalidades - Parece-nos que muitos dos seus estudos se voltam para a construção, nos Países Baixos, de uma imagem elaborada do continente Americano. O senhor considera que um Brasil foi inventado pelos holandeses e belgas? (Se sim, como era esse Brasil?) Qual é o papel das fontes iconográficas neste contexto?

Eddy Stols - Dentro do contexto da pintura holandesa, os pintores Frans Post e Albert Eckhout tiveram um impacto pequeno, bastante reduzido nos Países Baixos. Eles tiveram repercussão em apenas algumas áreas aristocráticas e burguesas, mais especificamente fora da Holanda. Afinal, Maurício de Nassau vendeu e cedeu grande parte das pinturas que trouxe da América, o que demonstra a pouca importância atribuída a elas. Ou melhor, o não reconhecimento da significação deste trabalho que foi a constituição de um Brasil visual. Acho que nesta análise temos que ser modestos porque, na Holanda, havia concorrência daqueles que pintaram muito das cortes européias. Para os artistas holandeses, representar Constantinopla, Istambul e todo o orientalismo eram fatores de maior importância; e eles o faziam com o maior interesse. Isto não quer dizer que as pinturas referentes ao Brasil não eram ricas e desinteressantes. A questão era de concorrência. É claro que aqui no Brasil, Post e Eckhout tiveram uma visibilidade muito grande, pois não houve muitas representações pictóricas no século XVII. Eles foram quase que os únicos a pintarem o Brasil daquela época. Porém mesmo no Brasil essas pinturas só foram disponibilizadas no Império. O Imperador do Brasil as descobriu na Holanda e as trouxe para o Brasil. Sobre essa questão, acho que tudo tem que ser visto no conjunto da expansão Holandesa no mundo.

Temporalidades - Vamos voltar para a década de 1970 e pensar um pouco na sua chegada ao Brasil. Como foi ministrar aulas na USP falando de história da natureza e do cotidiano numa perspectiva mundializada, em um período que as preocupações entre os historiadores daquela instituição eram a revolução socialista e o estudo do político sob forte influência marxista?

Eddy Stols - O período na USP foi curto, de apenas três meses, a convite do Prof. Eduardo de Oliveira França, dizem, queria equilibrar o predomínio marxista, sobretudo, daqueles considerados “perigosos” como Fernando Novais, Carlos Motta e István Jancsó. Digamos que, naquela época, eles precisavam de um outro tipo de historiador. Mas eu não me considerava de direita. O fato é que aquele período de trabalho foi um período de descobertas, tendo ainda o privilégio de conhecer e me tornar amigo

de Fernando Novais. Talvez eu tenha sofrido algum choque com o rigor intelectual dele, a partir de uma filosofia da história, mas com reduzida influência na pesquisa histórica. Ou melhor, da pesquisa histórica que eu fazia em relação ao Fernando. Acabei achando muito modesta, mas ele sabe como construir e eu fiquei muito impressionado com isso, vamos dizer com essa provocação que não consigo digerir.

Temporalidades - *Antes e depois da formação da Escola dos Annales, vários cientistas sociais, artistas e políticos brasileiros figuravam em rodas de intelectuais internacionalizadas. Como exemplo de contribuições acadêmicas efetivas para o desenvolvimento dos estudos históricos mundiais, pode-se citar a influência da obra de Gilberto Freyre. Nesta perspectiva, o professor observa em sua obra e formação alguma semelhança ou influência de algum intelectual brasileiro?*

Eddy Stols - Pessoalmente, gostei do Gilberto Freyre e gosto do Sérgio Buarque de Holanda. Não tenho dúvidas de que, esse último, eu li com maior frequência. Acredito que o mais fascinante para se ler são as crônicas do século XVII, XVIII e XIX, pois são leituras extremamente inspiradoras. O padre Fernão Cardim não é brasileiro, mas sua obra se realizou aqui. Também, o padre Cristóvão de Lisboa, por exemplo, é português, mas criado no Brasil. Já existem algumas traduções inglesas, como a dos diálogos da grandeza do Brasil e uma tradução em inglês do Cristóvão de Lisboa, uma reedição luxuosa. Mas existem tantos outros autores que não são conhecidos na Europa. Não estou falando somente dos autores do final do século XVIII. José Bonifácio, por exemplo, tem muitos escritos que valem a pena serem lidos. Contudo, estão disponíveis apenas em português. E, mesmo neste idioma, não é fácil encontrar uma boa coletânea. Acho altamente necessário tentar reeditar essas obras em outros línguas, porque o idioma português ainda é, em parte, desconhecido, não tendo o mesmo alcance que o idioma inglês naturalmente tem.

Temporalidades - *Várias questões relacionadas ao meio ambiente têm influenciado diversos historiadores no mundo a se dedicarem à chamada história ambiental.*

Como o senhor encara tal temática e qual a relação da mesma com sua obra?

Eddy Stols - Eu produzi um pouco sobre essa temática, quando essa questão ainda não havia sido colocada. Escrevi sobre o roubo de *commodities* no Brasil, e também sobre o tráfico de plantas praticado por caçadores de plantas belgas. Acredito que isto foi o começo de uma expropriação brutal. Afinal, não havia sentido algum colocar em mesas européias, orquídeas arrancadas de várias partes do mundo, transportadas a um alto custo. Contudo, boa parte desta flora foi conservada devido ao desenvolvimento de técnicas que permitiram a reprodução do habitat natural delas, para atender a um mercado consumidor que ainda hoje dá sustentação financeira a estas atividades. De certo modo, isso é ambientalismo ao mesmo tempo em que não é. No fundo tudo isso é muito contraditório. O fato é que o roubo e o tráfico de plantas há séculos atrás permitiram o surgimento, de uma biotecnologia que, hoje, é compartilhada mundialmente. Ou seja, o que fora visto, a princípio, como um processo de destruição, passa a ser de preservação. Acho que devemos refletir mais sobre estes processos.

Temporalidades - *Diante dos desafios, expectativas e problemas que as ciências humanas, sobretudo a História, vêm enfrentando no mundo atual, qual conselho daria a alguém que quisesse experimentar a profissão de historiador?*

Eddy Stols - O historiador ainda vive sob certa benesse de investimentos públicos na área de pesquisa, mas os recursos estão cada vez menores. Precisamos ter vontade e ser maleáveis, pois hoje a sociedade utiliza a história para seus fins. Ou seja, ela exige que o historiador apresente histórias e inovações, e não “historietas”, para um público cada vez mais consumidor. Os historiadores não podem apenas escrever sobre assuntos no qual sejam “*top specialists*”, sem conectá-los e compará-los a outros temas, sejam eles melhores ou piores, atuais ou não. Por exemplo, ao escrever sobre a Rota da Seda, o historiador poderá contextualizá-la nos diferentes momentos históricos, permitindo-se ainda um diálogo transversal com, por exemplo, a rota do narcotráfico ou o tráfico de armas. É preciso pensar sobre

essas conexões para ganhar certa comunicação dentro do mundo. É preciso fazer disso o seu ganha pão, pois, a História infelizmente tem fome.

O casamento ortodoxo ucraniano em uma comunidade étnica: entre ritos e sentidos.

Paulo Augusto Tamanini

Doutorando - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

paulo@tamanini.org.br

Resumo: Este artigo procura verificar como os ucranianos ortodoxos e seus descendentes, moradores da cidade de Papanduva-SC, concebiam o matrimônio e seus ritos, no contexto de sua cultura étnico-religiosa, após a chegada do sacerdote ortodoxo à cidade. Por não haver, durante muito tempo, clero que assistisse àquela comunidade, o padre recém-chegado acreditava poder recuperar práticas religiosas e culturais já em desuso, utilizando-se do púlpito. Fontes orais (depoimentos de ucranianos e seus descendentes) e primárias (três sermões registrados no Livro Tombo) serviram para diagnosticar como o casamento instituído pela igreja local era sentido na comunidade migrante ao mesmo tempo em que o uso do sacramento consagrava, legitimava e naturalizava diferenças.

Palavras-chaves: rito de instituição; ortodoxos ucranianos; casamento bizantino

Abstract: This article seeks to verify how the Ukrainian Orthodox and their descendants living in the city of Papanduva-SC, they conceived of marriage and rites in the context of their ethnic-religious culture, after the arrival of the Orthodox priest in the city. For a long time there was no priest to attend to that community and the priest newcomer believed recover the culture has forgotten, for this the priest used the pulpit. Oral sources (reports of ukrainians and their descendants) and primary (three sermons recorded in the books of the Church) they were used to diagnose as marriage contributed to the identification of social and religious and how it legitimized and naturalized the difference.

Keywords: rite of institution ; Ukrainians orthodox; byzantine marriage

Introdução:

Ao me debruçar sobre o estudo da cultura de um grupo de imigrantes ucranianos, na cidade de Papanduva - SC, foi possível observar como a realidade, o vivido e o historicamente experienciado estão carregados de significações socialmente situadas, preservadas e reatualizadas. O experienciado muitas vezes é registrado sob formas distintas, tanto quantos forem os olhares e as maneiras de dialogar com os diferentes autores que compreendem o acontecido sob seus prismas. Assim, é possível dizer que as percepções sobre o vivido tende a ser uma projeção do olhar alheio que se revela na fluidez das relações e associações feitas. Sob esta óptica, a história é construída pelas distintas *maneiras de se ver*, apreender e representar o passado, de forma responsável conduzidas por métodos tão necessários à credibilidade acadêmica.

Atento a isto, falar sobre o rito específico do casamento ortodoxo, para além da descrição da cerimônia em si, objetiva-se averiguar o significado que dele apreendem os imigrantes ucranianos, inseridos em um contexto religioso particular. Assim, o casamento ortodoxo, para além de legitimar a nova posição social de um casal, reforça a existência de categorias de distinção cuja passagem se dá de forma cerimoniosa, através do rito historicamente construído.

O rito então é compreendido por ser uma forma de linguagem que traduz e projeta maneiras de se identificar e de se estranhar dentro de uma comunidade. O rito pode ser compreendido também por ser uma expressão da cultura revelada pela maneira solene de executar uma rubrica.

Logo, é possível dizer que o rito do matrimônio ortodoxo é uma síntese expressiva entre a articulação de valores religiosos e étnicos que forma um todo celebrativo.

Segundo Bourdieu, o rito tem a função social de separar aqueles que se identificam dos que se estranham. Mas isto somente é possível por existir duas realidades distintas que coexistem num mesmo espaço.¹ Se o rito delinea fronteiras e institui diferença, é necessário observar qual seu lugar dentro do campo social e mais especificamente onde se situa no contexto da cultura étnico-religiosa da comunidade ortodoxa ucraniana.

Para o autor, os ritos são maneiras ordenadas e oficiais de manifestar publicamente um sistema de condições. No entanto, para que ele funcione é preciso que seja oficiado por alguém reconhecido e percebido como legítimo.² A autoridade legítima e reconhecida para os imigrantes ucranianos ortodoxos era o sacerdote.

O retorno do padre à comunidade e suas vozes

Em 1930, chegou ao Brasil com sua família Pe. Gregório Onestchenko enviado pelo Arcebispo ucraniano Dom João Teodorovicz, o primeiro sacerdote da Igreja Ortodoxa Ucraniana. O padre Gregório fixou sua residência em Iracema, e lá redigiu os Estatutos definitivos da futura paróquia e projetou a planta para a construção da Igreja. A primeira igreja inaugurada pelo prelado foi em 22 de abril de 1931, dedicada a São Valdomiro Magno, o santo que instituiu o cristianismo como religião oficial nas terras eslavas.³

¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 98.

² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 93.

³ Millus, Nicolas. Sacerdote da Eparquia ortodoxa ucraniana. Curitiba. Entrevista cedida em 20 de março de 2009. Acervo do autor.

Segundo Millus, o padre designado para trabalhar em Papanduva não tinha como função exclusiva ensinar a fé e a doutrina cristã de vertente ortodoxa; necessitava também reforçar códigos culturais de pertencimento étnico ucraniano, já esquecidos. Ao analisar alguns de seus sermões deixados no Livro Tombo na Paróquia, contatei que, além do clérigo tentar impor aos membros de sua grei maneiras de se ver e de se pôr no mundo (como tantos outros líderes religiosos que procuravam regular os comportamentos individuais e sociais baseados na doutrina), em suas pregações havia preocupação por se manterem vivos os elementos culturais étnicos, ao amarrar pertenças e linhagens étnicas aos conteúdos da religião.

O sacerdote ucraniano era a voz autorizada do lugar e, segundo Millus, era uma “presença necessária à preservação da ordem”.⁴ Dele brotavam as normas, as condutas, os conselhos e as punições. E fazia isto pelas pregações, sermões e avisos dados nos altares. Reiteradas vezes, usava do púlpito para rememorar vidas e histórias que servissem para encorajar ou domesticar existências.⁵ É possível intuir que o sacerdote ao catequizar procurava controlar práticas sociais que fugiam do modelo performático do ser ortodoxo. Sua fala induzia as pessoas à crença que era preciso preservar a cultura típica ucraniana e a possibilidade de mistura era vista como pecado grave, tentação do demônio, como percebemos em uma carta de 1936, endereçada ao seu Arcebispo Ioan:

[...] Aqui, é fácil perceber que nosso povo está desregrado de alguns costumes.[...] Serei obrigado fazê-los relembrar das histórias de nossos santos que deram suas vidas pela pureza da fé e da tradição. Farei o possível para lhes mostrar as virtudes que devem conduzir um verdadeiro cristão ortodoxo ucraniano que é capaz de resistir às tentações do maligno. Tenho que batizar as crianças, pois nem cristãs algumas são. [...] Outro caso que devo me ater são as uniões pecaminosas que muitos dos nossos vivem. Vou doutriná-los e casá-los.⁶

Para ele, o demônio é a personificação do erro. O remédio para toda e qualquer tentação, segundo o prelado, era ser fiel às tradições e ao ensinamento da Igreja Ortodoxa. Assim, o pertencimento religioso identificava o ser ucraniano onde religiosidade e costumes étnicos se imbricavam.

O padre repassava a história da Igreja ortodoxa e de seus santos, reformulando e redimensionava a grandes escalas o que lhe interessava, como expressa seu sermão de Páscoa de 1937:

[...] Os santos que morreram por sua fé devem ser imitados por nós. Eles nos mostram que é

possível ser um ortodoxo de vida correta, temente a Deus e de bons princípios. Santos não se amontoavam, santos não fornicavam, santos não se perdiam. Todos aqueles que se desvirtuaram, olhem para os santos e se arrependam.⁷

Ao fazer isso se apropriava do passado e manipulava histórias, nem sempre verídicas, impondo uma forma imperativa e despótica no governo da Comunidade, onde os fins justificavam até mesmo mitificar fatos, santificar pessoas. O apelo ao arrependimento e ao retorno aos bons costumes era uma preocupação do clérigo por ver muitos casos de uniões irregulares decorrentes da falta de um sacerdote na paróquia, durante quase sete anos.

Para tanto, seqüestrava o acontecido e o reconstruía dando-lhe um novo rosto. A monumentalização do pretérito era perceptível em suas homilias que mais pareciam aulas, instruções de bom comportamento. Usava de métodos autoritários para educar as condutas, ou desentortar aquilo que estava torto,⁸ como afirmou em 1940, em seu sermão de domingo:

Ortodoxos não ficam bêbados, não freqüentam as vendas, não se prostituem. Mulheres verdadeiramente tementes a Deus não andam por ai com roupas inadequadas, colocam o véu quando entram na igreja, e se confessam antes de comungar. Crianças devem acompanhar os pais na igreja e devem ficar quietas prestando atenção a tudo. Os moços e moças devem se preparar para o casamento de forma santa e não como bichos pelo mato.⁹

A eficácia do discurso frente à comunidade só se tornava possível graças ao reconhecimento que o grupo deferia à autoridade do sacerdote.¹⁰ O sermão do padre acentuava aquilo que considerava virtudes e procurava normatizar comportamentos, usando da autoridade. A catequização tinha o objetivo de restaurar condutas, tidas como cristãs, entre os imigrantes ortodoxos que durante muito tempo ficaram sem um clérigo ortodoxo e para tanto, usava de estratégias baseadas na honra.¹¹ Dentre estas normatizações a prioridade era regulamentar as situações dos *ajuntamentos*, das *amancebias* entre os imigrantes e batizar as crianças. A respeito do poder que alguém tem sobre um grupo, Bourdieu assim descreve:

O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impor-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto uma visão única da sua identidade e uma visão idêntica da sua unidade.¹²

⁴ Millus, Nicolas. Sacerdote da Eparquia ortodoxa ucraniana. Curitiba. Entrevista cedida em 20 de março de 2009. Acervo do autor.

⁵ MILLUS, Nicolas. Sacerdote da Eparquia ortodoxa ucraniana. Curitiba. Entrevista cedida em 20 de março de 2009. Acervo do autor.

⁶ ONESTCHENKO, Pe. Gregório. Correspondência de 14 de maio de 1936 ao seu Arcebispo Ioan Theodorovich. Arquivo da Eparquia Ortodoxa Ucraniana. Curitiba - PR.

⁷ ONESTCHENKO, Pe. Gregório. Sermão de Páscoa de 1937. Livro Tombo I. Paróquia São Valdomiro Magno, Papanduva (SC), 1937, p.24

⁸ RAGO, L.M., *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 150.

⁹ ONESTCHENKO, Pe. Gregório. Sermão de Páscoa de 1937. Livro Tombo I. Paróquia São Valdomiro Magno, 1940, p.112.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.116.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2006, p.195.

¹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.117.

É possível então perceber que o sacerdote via o casamento como o evento emblemático de consolidação e perpetuação de costumes cristãos onde se esperava ser exercitados no interior das famílias. Os faustos litúrgicos com que cercam a cerimônia de casamento dão a amplitude de como era considerado importante a união entre os ucranianos.

É preciso pontuar que as cerimônias de casamento ortodoxo seguem uma rubrica padrão, independentemente da etnia ou país onde estas igrejas estão estabelecidas. Observam-se poucas diferenças, na maneira de execução do rito e não em sua forma litúrgica canônica. O ritual de casamento ortodoxo seguido pelas igrejas cujas raízes são gregas (Constantinopla, Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Chipre, Grécia) quando comparados ao das igrejas eslavas (Rússia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Polônia e Albânia) mostram paridade e obediência a mesma estrutura celebrativa diferindo apenas o uso da língua litúrgica.¹³ Já nos países que acolheram os ortodoxos da diáspora (Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Portugal etc.)¹⁴ certos incrementos ou aproximações com o rito latino são facilmente observados, principalmente após a década de 1980. É possível diagnosticar algumas causas que facilitaram tal assimilação em comunidades ucranianas.¹⁵ Com os casamentos exogâmicos entre os descendentes e com o falecimento dos imigrantes pioneiros, os ortodoxos de terceira e quarta geração mostraram-se avessos a certos conservadorismos, abrindo brechas para as hibridações, o que refletiu na maneira de conceber seu pertencimento étnico-religioso.

Pelo rito do casamento, a nova condição dos indivíduos é instituída na sociedade, pelo que Bourdieu chama de *rito de instituição*. Para ele “é mais apropriado falar em *rito de instituição*, ou rito de consagração ou de legitimação do que falar em *rito de passagem*” nomeado por Arnold Van Gennep. O autor lança alguns questionamentos à nomenclatura *ritos de passagem* pois, segundo ele, pode mascarar um dos efeitos essenciais do rito, qual seja, o de separar e instituir diferenças. De acordo com Bourdieu, através do rito de instituição um estado de coisas é consagrado; uma ordem estabelecida é sancionada e santificada e a diferença instituída passa a ser conhecida e reconhecida, passando a existir como tal.¹⁶ Se para Bourdieu todo conhecimento é uma forma de subversão,¹⁷ a instituição da diferença em uma comunidade indica a natureza e intenção dos ritos.

Percebe-se que o conceito de *rito de instituição* orbita em torno de um núcleo teórico mais denso: habitus, doxa, campo, dominação e estruturas simbólicas. As palavras (des)conhecimento e reconhecimento da mesma forma se apresentam

reveladoras uma vez que auxiliam a apreender o caráter ilusório e manipulador do modo de executar e legitimar ritos sacramentais na comunidade.

Para Bourdieu, mais do que diferenciar e separar, o rito de instituição joga luz sobre a linha demarcatória que em geral passa despercebida, pois, segundo ele, “o que importa é a linha e a divisão que esta linha opera”.¹⁸ No entender do padre, os recém-casados abandonavam o grupo dos celibatários e fornicadores para participar do grupo dos honrados chefes de família. Ou ainda, o casamento dos amancebados da vila os elevava a um *status* maior quando comparados à antiga situação. A regularização impetrada pelo sacerdote alimentava a idéia de que a celebração do casamento fazia das pessoas religiosamente irregulares, os fieis mais obedientes à tradição, tementes a Deus e legitimamente distintos dos demais, por isso, dignos de deferência. A linha sinaliza a existência de realidades opostas dentro da qual o indivíduo era colocado pelos outros.

Os recém-casados, instituídos e consagrados pela Igreja, retornavam à grei dos *puros*, por mais *errantes* que fossem antes da cerimônia. Isto porque, segundo Bourdieu, o casamento compreendido por um rito de instituição, “tende a converter, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo do que faz uma Constituição no sentido jurídico-político do termo”.¹⁹ Se a Igreja Ortodoxa concebia o casamento calcado em princípios reguladores e canônicos, os que viviam casados construíam e experienciavam, no cotidiano, nova maneira de sentir-se no grupo e na família. Para tanto, tornou-se importante ouvir quem os viveu naquelas condições onde a instituição religiosa atravessava os limites da intimidade familiar.

Ilhuda Loretsva lembra que se casou oficialmente mais por cumprir um preceito religioso e conveniência social do que uma necessidade moral. A depoente relata que:

Quando me casei na igreja já vivia com meu marido há dois anos. Isto aconteceu porque, naquela época, o padre ortodoxo vinha de Curitiba de tempos em tempos. Só depois que tivemos um padre morador na cidade, as coisas começaram a serem regularizadas. Casei porque meus pais e os mais velhos me diziam que eu vivia no pecado e também para parar o falatório, mas na verdade o casamento em meu coração já estava pronto.²⁰

Como ela, outros casais procuraram o padre para realizar o casamento levados pela cobrança dos outros, como foi o caso de Ivan Poschanski:

Meus pais eram ucranianos e eu nasci aqui no Brasil. Minha mulher e eu resolvemos nos *juntar* porque não sabíamos quando o padre voltaria em

¹³ SALACHAS, Dimitrios. *Il sacramento del matrimonio nel Nuovo diritto canonico delle Chiese orientali*. Madri: Ed. B.A.C., 1994, pp. 45-67; SCHMEMANN, Alexander. *Liturgy and life: Christian Development through liturgical experience*. New York: OCA, 1993, pp. 79-102; BAUMANN, Peter. *On marriage and rites*. New York: St Vladimir Seminary Press, 2003, pp. 12-14.

¹⁴ Nos Estados Unidos prevalecem os cristãos ortodoxos gregos, ucranianos e russos; na Austrália o número de ortodoxos gregos supera os de outras etnias; na França se concentram em maior número os ortodoxos russos; em Portugal os imigrantes ortodoxos ucranianos são maioria; no Brasil a comunidade ortodoxa mais expressiva é também a ucraniana que se estabeleceu no Paraná e Santa Catarina e, em seguida, a antioquina e grega.

¹⁵ Ver: GUÉRIOS, Paulo Renato. *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná*. Rio de Janeiro, 2007. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro; SCHNEIDER, Cionara. *Os rituais do ciclo natalino*. A identidade renovada entre os camponeses ucraniano-brasileiros. UNB, Brasília, 2002; HAURESKO, Cecilia. *Éxodo rural e fumo: As transformações sócio-espaciais das famílias de agricultores ucranianos no município de Prudentópolis - PR*. Curitiba, 2001. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná; HANICKS, Teodoro. *Religião, rito e identidade: Estudo de uma Colônia Ucraniana no Paraná*. São Paulo, 1996. 267f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC/SP; BORUSZENKO, Oksana. *Os ucranianos*. 2ª Ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22. 1995; BURKO, Pe. Valdomiro. *A imigração ucraniana no Brasil*. Padres Brasília-nos. Curitiba, 1963; HORBATIUK, Paulo. *Imigração ucraniana no Paraná*. 1ª ed. UNIPORTO. Porto União, 1989; HANEIKO, Valde-miro. *Uma centelha de luz*. Curitiba: Ed. Kindra. (1985).

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2006, p.13.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p.98.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p.99.

²⁰ LORETSVA, Ilhuda. 69 anos, brasileira, filha de ucranianos, moradora de Papanduva-SC. Entrevista concedida em 21 maio de 2009. Acervo do autor.

nossa colônia. De fato, demorou quase dois anos. Nesse tempo tivemos um filho que não era batizado também. Havia muita pressão da família para que nós casássemos na igreja e batizássemos nosso filho. Então quando o padre chegou, dias depois, casamos e batizamos o *pequeno*. Aceitei casar na igreja porque era a única maneira de o padre batizar nosso filho; se eu não casasse, ele não batizava.

Nas duas entrevistas é recorrente a insistência dos familiares em querer que os pares se casassem na Igreja. Se por um lado havia polaridade entre os pressupostos que direcionavam o discurso eclesial (que procurava regular moralmente a comunidade) e o de Ilhuda e de Ivan (que não se sentiam impelidos por vontade própria a regularizar seu casamento na igreja), por outro, compartilhavam dos benefícios da conveniência. Por exemplo, o casamento dava a Ivan e a Ilhuda possibilidade de retorno à comunidade religiosa e o conseqüente desfrutar de suas benesses (realizar o batismo para o filho). Para o padre, o fato de poder regularizar uma união que contrastava com o discurso eclesial sobre o matrimônio, lhe dava certo conforto pastoral.

Também é possível observar que as palavras de Ivan e de Ilhuda é resposta de coação e de ameaça à ordem étnico-social em que o sacerdote se sentia responsável pela conservação do monopólio religioso e cultural.

A cerimônia: preparativos e desenvolvimento

O rito do casamento não se dava somente pela celebração da cerimônia religiosa em si. Ele era precedido por outras convenções que foram consagradas pelos costumes. Se na cultura ocidental havia o costume do namoro que, às vezes se prolongava por meses até mesmo anos, na cultura ucraniana esta parte era supressa. O namoro em outras culturas era considerado uma etapa preparatória para o noivado e o casamento e, por isso, tinha importância social. O namoro assim concebido adquiria características de mútuo conhecimento entre o casal e as respectivas famílias.²¹ Para os costumes eslavos, o namoro era uma realidade inexistente, pois quem engendrava possíveis relacionamentos era o *starosta*.²² O *starosta* é uma reminiscência do Império dos czares russos, onde na corte tinha um lugar de destaque e de chefia de algum posto de confiança do rei, até 1795. Aos poucos, foi perdendo importância e o *status* monárquico, até que a partir do século XIX, passou a designar os chefes de pequenos condados, nas Repúblicas soviéticas. Atualmente, o *starosta* é considerado um líder de uma comunidade religiosa eslava, ou recreativa ou apenas o cerimoniário de grandes festas. Na comunidade ucraniana de Papanduva, os arranjos dos casamentos também eram orquestrados pelo *starosta* que, de certa forma, assegurava uniões endogâmicas ao grupo. Os acordos eram firmados entre os pais e se houvesse gosto entre eles, traçavam-se ali os

destinos dos filhos, como lembra Irene:

As moças novinhas ficavam comprometidas pela palavra do pai. Às vezes ela nem sabia quem seria seu futuro marido, mas o pai dela já tinha combinado tudo com o *starosta*. Depois que tudo estivesse combinado, o *starosta* ajudava a família a falar com o padre para marcar a data do casamento.²³

As moças eram objetos de análises, apreciações, mensurações e julgamentos por parte do *starosta* e dos possíveis sogros que procuravam escolher entre as mais novas, uma esposa para seu filho. Quando duas famílias acordavam em realizar um casamento entre seus membros, os meses que antecediam sua realização eram preenchidos pelos preparativos da construção da nova casa, geralmente endereçada à família do noivo enquanto à da noiva se ocupava da confecção dos móveis e o enxoval.²⁴

Porém, quando não havia possibilidade de fazer uma residência para o novo casal, era costume que a esposa fosse morar na casa dos pais do marido. A esposa deixava sua família e começava a pertencer à família do marido. Desta forma percebe-se que o casamento religioso visto como rito de instituição, tinha o poder legítimo de desapropriar a nubente de sua antiga família e instituí-la membro de um outro clã.

Tereza Petruk narra que semanas antes da cerimônia, as moças escolhidas para serem madrinhas (em ucraniano *drujke*) saíam às casas para formalizar os convites aos parentes e conhecidos para a grande festa. As *drujke* convidavam as famílias ucranianas da vila, durante o dia, pois não era usual que moças de boa índole saíssem à noite. Não havia o costume de entregar o convite escrito, ele era feito verbalmente.²⁵ Os padrinhos e madrinhas, também eram escolhidos pelo *starosta* que privilegiava casais que se vincularam pelos matrimônios arranjados por ele.

Semanas antes, as famílias viviam ocupadas com os preparativos, as decorações, as comidas. As casas eram enfeitadas com palmeiras, flores no portão. As carroças e os cavalos eram decorados e seguiam em cortejo da casa da noiva para a igreja. O arcebispo ortodoxo ucraniano Dom Jeremias Ferens conta que

[...] no dia da cerimônia, os convidados e padrinhos da noiva quanto os do noivo saíam de suas casas rumo à igreja. A noiva chegava com seus pais, na última carroça. Todos esperavam por ela em frente à Igreja: o noivo, os convidados, familiares, amigos e inclusive o padre. Fazia parte do cerimonial receber os noivos dessa forma. O pai auxiliava sua filha a descer da carroça que a entregava ao futuro marido, fora da igreja. Os dois juntos caminhavam em direção ao sacerdote que dava as primeiras bênçãos.²⁶

Depois que as famílias concordassem com o matrimônio, o padre era informado e partia dele

21 BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1996, p.618.

22 *Starosta* era quem aliançava possíveis casamentos entre os membros da comunidade. Quando confirmada a união a *starosta* ficava responsável pelo cerimonial e tinha uma posição de honra no rito.

23 MAXIMOVICH, Irene. Papanduva(SC). Entrevista cedida em 14 de maio de 2009. Acervo do autor.

24 MAXIMOVICH, Irene. Papanduva(SC). Entrevista cedida em 14 de maio de 2009. Acervo do autor.

25 PETRUK, Tereza. Papanduva (SC). Entrevista cedida em 20 de maio de 2009. Acervo do autor.

26 FERENS, Dom Jeremias. Curitiba(PR). Entrevista cedida em 24 de maio de 2009. Acervo do autor.

estipular uma data para a realização da cerimônia, pois, como assinala Maria Luiza Andreazza, “nas sociedades tradicionais a escolha do dia das núpcias, longe de ser uma escolha dos noivos, prendia-se a normas pautadas no calendário religioso”.²⁷ O sacerdote verificava as possíveis datas, respeitando as exceções prescritas pela tradição eclesial ortodoxa. Segundo os cânones orientais, válidos para todas as igrejas ucranianas,

Matrimônios não podem ser celebrados em dias de jejum ou durante os períodos de jejum, inclusive no período da Grande Quaresma e Semana Santa. Entre 1º e 15 de agosto; No dia 29 de agosto (Comemoração da Decapitação de São João Batista); no dia 14 de setembro (Comemoração da Exaltação da Santa Cruz); entre 13 e 25 de dezembro. Nenhum matrimônio pode ser celebrado no dia anterior ao dia das grandes Festas do Senhor, incluindo a Teofania (5 e 6 de janeiro), Páscoa, Pentecostes e Natividade (24 e 25 de dezembro). Matrimônios podem ser celebrados nestes dias somente com a autorização expressa do Bispo diocesano.²⁸

Nos dois grandes períodos Quaresmais, (quarenta dias antes da Páscoa; quarenta dias antes do Natal) nenhum sacramento poderia ser ministrado, muito menos casamento, visto que após a cerimônia era costumeiro que houvesse festas, comidas e bebidas, o que neste período era proibido,²⁹ assinala Pe. André. Interditos religiosos determinavam a escolha da data do casamento. Segundo levantamento efetuado nos Livros de Matrimônio da Paróquia, pude perceber que o período após a Páscoa foi o de maior incidência de matrimônios, realizados nas segundas, terças, quintas e sábados.³⁰ As quartas e sextas-feiras por serem dias prescritos para jejum, não houve celebração de matrimônio. Também aos Domingos não se podia casar porque é o Dia da Ressurreição e nenhuma outra festa podia se sobrepor a ela.³¹

Segundo o Ritual dos Sacramentos da Igreja ortodoxa Ucraniana, a primeira parte do casamento se faz fora do templo e é chamado de *Rito do Noivado*. Pode-se então afirmar que o noivado para os ortodoxos não é somente um acontecimento social, pois inserido dentro do contexto do próprio matrimônio, reveste-se de certa sacralidade. O sacerdote ao sancionar o noivado dignifica e oficializa o ato e além de dar aos noivos a investidura adequada, qual seja, as alianças que são colocadas no dedo anular da mão direita, lhes tornam aptos a prosseguirem para o segundo estágio do rito de instituição, que é feito pela entrada cerimoniosa na igreja.

Terminada a parte introdutória do noivado, os padrinhos e as madrinhas, em cortejo entram na

nave pelo corredor central. O primeiro casal carrega os ícones de Jesus e de Nossa Senhora que serão ofertados ao novo casal, no final da cerimônia.³²

A igreja era o ponto de encontro das famílias dos nubentes, o grande cenário com feições místicas, onde tudo é tecnicamente arranjado para despertar nas pessoas o respeito e piedade e fazê-las consciente do peso da palavra empenhada. A igreja ucraniana de Papanduva, nesta época, era de madeira cujas paredes escuras pela fumaça do uso freqüente das velas e recheada de ícones dos santos, impetravam no fiel o receio por estar diante do sobrenatural. Sob os olhares do sacerdote, das testemunhas e dos familiares e pelas palavras proferidas pelos noivos, a imposição de se viver uma vida nas condições determinadas pela cultura vigente, sufocava qualquer reflexão contrária, qualquer questionamento que atrevidamente pudesse aparecer, principalmente da parte da mulher. A esposa ao dar seu *sim*, no matrimônio, consentia com o modo que ele era entendido, num acordo voluntário e recíproco. “A mulher, ao casar aceita a convenção e, portanto a submissão e a servidão doméstica voluntária”.³³

Casar-se, naquele contexto para as moças significava consentir e se submeter às práticas, às relações mediatizadas, rubricar os limites impostos, uma vez que a falta de opções de se viver outras realidades impunha-se como única alternativa de felicidade. O casamento era o destino cobrado e os filhos, vistos como continuadores da cultura ucraniana, eram implacavelmente esperados, sobretudo filhos-homens.³⁴ O casamento era pensado como forma de mudança de vida, principalmente para as mulheres, revela Marta Kovest

Naquela época os pais eram muito rigorosos. Às vezes as moças queriam casar para se livrar daquela forma de se viver. Mas nem sempre casar era a solução, porque o marido poderia ser mais bravo ainda. Era melhor casar a ficar solteirona, pois se corria o risco de dar certo.³⁵

Na fala de Marta, é possível pensar que algumas vezes o casamento era usado para transportá-las para um ambiente menos hostil, onde a predominância da ordem poderia ser mais branda. É possível então perceber que em alguns casos, era no matrimônio que as filhas buscavam alternativas de ser feliz, não mais como filhas, mas como esposa. Com o casamento, mudava-se de lugar, mas não de situação. De filha regulada e disciplinada pelo pai, à esposa morigerada pelo marido a ponto de brotar nela o sentimento de pertencimento a ele. Talvez, esteja neste câmbio, o momento em que as esperanças cunhadas antes do casamento pudessem ou não transformar-se em realidade, dependendo das estratégias e ardilezas que elas usavam para isso. No cotidiano, que é o

27 ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999, p.234.

28 Guia Pastoral. Eparquia Ortodoxa Ucraniana. Curitiba, 2000, p.11.

29 SPERANDIO, Pe. Andre. São José (SC). Entrevista cedida em 30 de maio de 2009. Acervo do autor.

30 Livro de Matrimônios (1931-1950). Paróquia São Valdomiro Magno. Papanduva(SC).

31 FERENS, Dom Jeremias. Arcebispo ortodoxo ucraniano. Curitiba(PR). Entrevista cedida em 10 de fevereiro de 2009. Acervo do autor.

32 SPERANDIO, Pe. Andre. Sacerdote ortodoxo grego. São José (SC). Entrevista cedida em 10 de julho de 2009. Acervo do autor.

33 DUBY, Georges e PERROT, Michele (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. v.1. São Paulo: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990/1992, p.378.

34 PETRUK, Tereza. Papanduva (SC). Entrevista cedida em 14 de maio de 2009. Acervo do autor.

35 KOVEST, Marta. Papanduva (SC). Entrevista cedida em 20 de março de 2009. Acervo do autor.

lugar das resistências, burlas, estratégias, a vida se fazia, e não era permitido fazer questionamentos, reivindicações sociais; direitos matrimoniais não faziam parte se quer de seu imaginário. Cumprir com seu dever de esposa e de mãe era a grande preocupação de suas existências, e para tal eram educadas e cobradas.

Conta o Arcebispo que as festas do casamento ucraniano duravam três dias, às vezes uma semana, dependendo das posses da família. Nestas festas, as danças, os pratos típicos, as bebidas eram fartas.³⁶

Após o matrimônio, o novo casal estava instituído na comunidade e deles era esperado mudanças de comportamento e no vestuário. O homem poderia, a partir de então, além de usar calças compridas, usar gravata, bengala e chapéu, sobretudo em cerimônias religiosas ou festas familiares. As mulheres dentro da Igreja continuavam a usar o véu, mas na condição de casada, só era permitido o preto. Desta forma, o chapéu, a bengala e o véu preto, segundo Bourdieu, tornam-se signos exteriores da nova posição social.³⁷

As mulheres casadas ou viúvas antes de entrar na igreja, colocavam sobre suas cabeças um véu preto; as moças colocavam um véu branco explicitando sua condição de solteira e virgem; as meninas usavam cabelos trançados com fitas vermelhas ou verdes. A prática do uso do véu, principalmente dentro das Igrejas, remonta os costumes judaico-cristãos. O véu não era visto como um adereço da indumentária social feminina, mas como parte essencial do vestuário exigida em espaços religiosos, e emblema da desigualdade social e religiosa, legitimado pela igreja e pelo grupo, tornando visível e ostensivo a forma de pensar e viver do grupo.

Não se poderia admitir uma mulher dentro da nave da igreja sem que estivesse usando o véu, pois estaria desta forma, desonrado o seu marido. Não usar o véu significaria assumir uma atitude de desonra e insubordinação frente ao esposo, desprezar a condição de casada, desmerecer o provedor de sua família, aniquilar a imagem do homem que lhe dava sentido de viver e isto a tornaria impura, indecente, vil, ousada como as rampeiras, portanto inadequada para se conviver em sociedade. Pois,

[...] Instituir, dar uma definição social, uma identidade é também impor limites. Logo, o casamento, além de alterar a posição social da mulher, fazia extrapolar, de alguma maneira, as diferenças preexistentes entre os nubentes, como as diferenças biológicas entre os sexos.³⁸

Mesmo compreendendo o significado do véu e o contexto da imposição coerciva de seu uso, não exime nossos olhares de enxergar nisto o relacional das disputas. É necessário o estranhamento para lançar perguntas a tudo o que nos parece ofensivo. Não podemos confundir convicções pessoais com opressão, opção religiosa com imposição que feria a dignidade. Se naquela época e lugar tal estranhamento não era possível, atualmente, é inadmissível que sua ausência seja sentida em tantas

outras formas de opressão. Neste mundo globalizado, restringem-se cada vez mais os espaços das idiosincrasias étnicas e culturais, abreviam-se os limites do particular para ampliar as fronteiras do universal e do plural, facilitando identificar aquilo que é dispare, desconexo e estranho.

Acompanhadas pelos maridos, as esposas entravam na Igreja, e a medida que avançavam pelos corredores iam se separando pois as moças sentavam-se a esquerda e o marido a direita. O lado esquerdo da igreja é reservado às mulheres, é o lado em que o ícone de Maria está exposto; do outro lado está o ícone de Cristo, abençoando os homens que estão sob seus olhos. Eis que se ergue outro paradoxo: a palavra 'religião' significa religar, reunir, ajuntar. Justamente, por que na igreja que é o ícone representante da religião, as famílias deveriam se separar, se afastar uma das outras, distintas uma das outras por seu gênero, contrariando a etimologia do termo?

O rito de instituição que se dá na realização do casamento ortodoxo, de certa forma, institui e naturaliza a família nos moldes pensados pela Igreja. Dessa forma, a igreja bizantina impunha comportamentos específicos para seus adeptos, delimitando como agir conforme os preceitos construídos por ela mesma. Segundo Maristela Moreira de Carvalho, a Igreja se apropriou da família quando tomou para si as cerimônias de casamento.³⁹ Esta apropriação, segundo ela, se deu a partir do século XII, no Ocidente, que, após Concílio de Trento, ganhou legislação específicas. No oriente cristão, no entanto, as igrejas ortodoxas, já em 739, influenciadas pelo cetro do imperador Justiniano, já legislavam sobre as condições para realizar o casamento, instituindo-o como *mysterium* (sacramento).⁴⁰

A Igreja ucraniana, com seus discursos, pregações, práticas e rituais, não só alimentava nos seus fieis o ideário de pureza étnica, como também procurava preservar e difundir valores familiares e culturais, usando dos ritos para instituir suas verdades.

³⁶ FERENS, Dom Jeremias. Papanduva. Entrevista cedida em 30 de maio de 2009. Acervo do autor.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p.103.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, p.100.

³⁹ CARVALHO, Maristela Moreira de. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). In: *Esboço – Revista do Programa de Pós-graduação da UFSC – Dossiê Corpo e História*. Florianópolis: UFSC; Chapecó: Argos, 2002, p. 170.

⁴⁰ MEYENDORFF, John. *Teologia Bizantina: corrientes históricas y temas doctrinales*

Em face da união legítima: aspectos conjugais da família negra Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires- MG - (1812-1873)

Leonara Lacerda Delfino

Mestra em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

leonaralacerda@yahoo.com.br

Resumo

Empreendemos neste artigo, através do entrecruzamento de recenseamentos locais (mapas de população- 1833-35), junto ao conjunto de registros paroquiais (assentos de batismo e casamento- 1812-1873), o esforço de avançarmos na discussão acerca da família escrava, através de sua edificação pela via legítima de união, sobretudo para as regiões que se dedicaram à economia interna de abastecimento. O local eleito para esta investigação foi o contexto da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, junto à Vila de Pouso Alegre, localidade Sul-mineira, estrategicamente situada numa região de intenso movimento de tropas e de dinâmica inserção na rede Centro-sul de abastecimento interno ao Rio de Janeiro nos Oitocentos. Apreendemos deste resultado uma alta incidência de uniões legítimas entre a população escrava local, conformação até então tida como rara pela historiografia mineira.

Palavras-chaves: registros paroquiais, mapas de população, legitimidade.

Abstract

We undertook this article, through the interweaving of local censuses (maps of population 1833-35), along the set of parish registers (seats of baptisms and marriages-1812-1873), the effort to advance the discussion of the slave family by of its construction through legitimate marriage, especially for regions that are dedicated to the domestic supply. The site chosen for this research was the context of the parish of Bom Jesus Martyr, near the town of Pouso Alegre, South-mining town, strategically located in an area of intense movement of troops and dynamic integration in South-network supply internal to Rio de Janeiro in the nineteenth century. Apprehend this result, a high incidence of marriages among the most legitimate local slave population, conformation previously considered uncommon by mining historiography.

Keywords: parish registers, maps of population, legitimacy.

O estudo das práticas matrimoniais entre a população cativa tem se revelado frente relevante para o entendimento da experiência do “viver em família” e dos significados que isso acarretava na sobrevivência cotidiana no cativeiro. No entanto, é importante lembrar que grande parte das uniões cativas, independente de terem sido estáveis ou temporárias, não perpassaram pelo crivo oficial da pena do pároco¹. Não obstante, como já nos indicou a historiografia do tema, o baixo índice de legitimidade nunca fora sinônimo direto de instabilidade como regra das relações sexuais e/ou afetivas sedimentadas no cativeiro. Caso afirmássemos o inverso, estaríamos retomando o paradigma tão superado da promiscuidade e desenlace familiar, contundentemente rebatido pela geração de

historiadores dos anos 80, que demonstraram com propriedade, o profundo significado que a constituição de parentesco e estabilidade nas relações adquiriram para esses agentes.²

Entender o comportamento conjugal codificado, naquilo que se denominou como “padrões de escolhas” - entende-se aqui, ato de escolha, nunca no sentido arbitrário, mas sempre sedimentado numa “via de mão dupla”, coagido pelos diversos interesses dos agentes envolvidos - constitui-se numa ferramenta analítica de suma importância para apreensão das possíveis expectativas “em jogo”, para além dos critérios afetivos e sexuais.

¹ Eram inúmeros empecilhos para o escravo obter acesso ao casamento, além da permissão senhorial, lembrando que em casos de oposição do senhor, este, embora não houvesse nenhum respaldo jurídico que impedisse tal intento, sua recusa era, certamente, um fator inibidor às uniões, tendo em vista que na maioria das vezes, era ele quem cumpria as despesas das taxas à serem pagas. A burocracia eclesástica, com suas inúmeras exigências à tramitação dos processos, como certidões de batismo ou óbito (quando viúvo), a fim de detectar os “impedimentos” ao matrimônio, onerava ainda mais a cerimônia, além de desestimular os envolvidos, quando vindos de outras partes externas da freguesia, ao terem que retornar às suas paróquias de origem, afim de comprovarem a data de batismo e o estado de aptidão, de “livres e desimpedidos”. Outro elemento consiste do fato de que feita a união legal o senhor teria que se responsabilizar pela permanência da união, caso contrário, poderia incitar, além de fortes reações de violência dos cativos envolvidos, alguma oposição da Igreja local, tendo em vista que a “brecha” tida na legislação, em favor da não separação dos cativos, poderia leva-los à reivindicar seus direitos, quando se fizessem descumprir. Ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 289-339.*

² Referimo-nos aos trabalhos: FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. M. Filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cambinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: *Revista Estudos Econômicos*. Número 17 (2) São Paulo IPE-USP, 1987. FLORENTINO & GÓES, *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.* SLENES, R.W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.* MATTOSO, Kátia. *Família e sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.* MATTOS [DE CASTRO], H. M. *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista- Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.* MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posses de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro (Bananal, 1801- 1829). Tese de doutorado em economia, USP, 1990.* RIOS, Ana M. Lugo, *“Família e transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.*

Entretanto, o casamento cristão³, instituído na colônia através da “política de normatização da família”⁴ promovida pela Igreja sob o respaldo do Estado, fundamentava-se em valores morais de monogamia, fidelidade e indissolubilidade. Estes valores estavam conjugados à finalidade de preservação e transmissão seletiva do patrimônio entre os “bem-nascidos” ou entre àqueles firmados como “nobreza da terra” adquiriu sentidos totalmente novos para o grupo social dos cativos.

Nesse sentido, a adoção do matrimônio enquanto rito, proveniente de uma normatização social e linguagem religiosa do grupo dominante, exerceu outras finalidades para os contraentes escravos. Os cativos enxergavam no matrimônio um atenuante para as agruras diárias da escravidão. Numa acepção mais ampla, deve-se admitir que as finalidades propostas inicialmente por esta instituição, foram recebendo novas significações de acordo com as necessidades experienciadas por cada grupo social que a fizesse atingir.

Utilizando o referencial teórico que prima, sobretudo, pelo processo de releitura, reelaboração e ressignificação dos códigos culturais, conforme as imprevisões, conflitos e limitações enfrentados pelos agentes. Partimos, assim, da concepção de que a adoção do matrimônio, principalmente quando se refere a africanos, perpassava por um processo de reiteração e “negociação de signos e símbolos”.⁵

Nesta confluência, Slenes pontua que para o escravo, sobretudo africano, o casamento representava, além dos ganhos materiais advindos de um possível acesso a uma economia autônoma, a conquista de fogo domiciliar separado da senzala coletiva. Permitia assim, a “criação de espaço psicológico e emocional”, capaz de gerar condições fundamentais para que houvesse a “recriação de ritos de convivência familiar africana” na senzala. Para o autor, quando o escravo adquiria a aliança do matrimônio “podia ter mais esperança de tornar sua vida na escravidão, uma vida de ‘gente’”.⁶

Outros sentidos foram atribuídos ao matrimônio de escravos. Além do acesso à tais recursos materiais e “ganhos simbólicos”, o casamento foi lido em outras análises como forte instrumento de diferenciação na senzala. A conquista de tal privilégio poderia abrir aos envolvidos, possibilidades de se elevarem sobre os demais pares de infortúnio, que não tivessem a mesma sorte. O casamento seria, nesta vertente, sinônimo de disputa para se alcançar um posto mais elevado na escala hierárquica, oriunda da estratificação social gerada também na senzala. Nesse sentido, o enlace cumpriria mais que elemento aglutinador comunitário, estímulo a paixões acirradas e disputas individuais, incapaz de

reunir forças para sedimentar uma comunidade de âmbito maior no cativeiro.⁷

Outra explicação oferecida consiste no argumento de que o matrimônio firmou-se como importante canal de socialização ao recém-chegado extraditado da África. O “estrangeiro”, para tornar-se escravo, teria que passar por um processo de integração à comunidade de escravos já estabelecida e a união conjugal, nestas circunstâncias tão adversas, significaria, muitas vezes, o primeiro passo em direção ao enraizamento de laços familiares, capazes de atenuar o referido “estado de guerra latente”, impulsionada pelas constantes remessas de pertencentes dos mais diversos grupos étnicos submetidos à violenta reunião forçada no cativeiro.⁸

Estas frentes de abordagens, embora divergentes em muitos pontos, são unânimes em afirmar a valorização que tal instituição significava aos escravos. Miriam Lott, utilizando um trocadilho com Gorender, quando este se referia ao crime, como primeiro ato humano, acentua que se fossemos eleger o “primeiro ato humano do escravo” que fosse então o casamento, já que este era prescrito como direito humano e divino estendidos também àqueles que “estivessem à serviço de Outrem”. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia:

Conforme o Direito Divino e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo e lugar coveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento não o possa seguir, e fazendo o contrário peção mortalmente (...).⁹

Sendo assim, apesar deste reconhecimento da Igreja, e a concessão jurídica do enlace permitida até mesmo com integrantes de outros grupos sociais, é factível a preocupação que tal instância tinha em esclarecer, que tal estado conjugal em nada alteraria a condição social do escravo. Nota-se junto a isso, a delegação de responsabilidade pela permanência do casal, ao proprietário. Tais observações eram espécies de medidas prévias a fim de se evitarem confrontos entre a instância e o senhor. Entretanto, não era visto com “bons olhos”, a Igreja metida em problemas domésticos entre o senhor e sua escravaria:

(...) e tomo sobre suas consciências, as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. Pelo que lhe mandamos e lhe encarregamos muito, que não ponhão impedimentos a seus escravos para se casarem,

³ O casamento pode ser entendido como um rito de passagem, expresso na socialização de um ato privado. Dentro da doutrina católico-cristã, o matrimônio instituiu-se como sacramento a partir do Concílio de Latrão (1215). Contudo, antes de sua normatização oficial era reconhecido como uma prática de domínio exclusivo da família, mas com o passar do tempo, tornou-se cerimonial público, de controle normativo da Igreja. Suas normas de conduta sobre a vida conjugal foram ratificadas pelo Concílio de Trento (1545-1563), que receberiam uma leitura própria no contexto colonial do Brasil (na forma da legislação canônica conhecida como Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia). Havia também o código laico (Ordenações Filipinas), que reconhecia, além da união legítima, sancionada pela Igreja, o “casamento presumido”, ou “por juras”, ou seja, àquele não sancionado, mas fruto de uma coabitação prolongada. Ver: FIGUEIREDO, L. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. ANDRADE, R. *Limites impostos pela escravidão à Comunidade Escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado. (Departamento de História). São Paulo: USP, 2005. LOTT, Miriam M. *Na forma do ritual romano. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

⁴ A política de normatização familiar foi instituída a partir do século XVII, em território colonial, quando a Coroa e a Igreja promoveram amplo incentivo às uniões legítimas, com o objetivo de garantir a fixação efetiva de colonos. Esta política manifestou-se de inúmeras formas, dentre elas desta-cam-se as perseguições decorrentes das visitações eclesiais, concessões de sesmarias aos casados e o incentivo à migração de casais açorianos ao invés de homens solteiros. Luciano Figueiredo mostra, todavia, o fracasso deste intento, ocasionado pela tensão entre “normas impostas” e costumes da sociedade colonial. Ver: FIGUEIREDO, L. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵ Sobre os conceitos de “recriação cultural” e “negociação simbólica” ver: MINTZ & PRICE, *O nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 27-56. SOUZA, M. de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002. SLENES, R. W. *A árvore de Nsanda replantada: Cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro, século XIX*. In: LIBBY, D. C.; FURTADO, J. F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 273-317. BORGES, C. M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade, Minas Gerais - séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

⁶ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, no século XIX, 1999, p. 189.

⁷ MATTOS, [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁸ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Civ. Brasileira*, 1997.

⁹ *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia... (D. Sebastião Monteiro da Vide)*. Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

nem com ameaças e com mau tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão as partes remotas de fora, onde suas mulheres por serem escravas, ou terem outro impedimento legítimo os não possam seguir. E declaramos, que posto que casem, ficão escravos, como de antes erão, e obrigados a todo serviço de seu senhor”¹⁰

Feita esta breve exposição acerca do matrimônio, apresentaremos deste momento em diante os dados, referentes à legitimidade, coligidos pelo esforço deste levantamento para a Freguesia de São Bom Jesus junto ao seu Termo pertencente¹¹. Referente aos mapas de população (1833-1835) para o Termo de Pouso Alegre, verificamos que, da população cativa, considerando o cômputo total de homens e mulheres acima de 15 anos; 36,8% eram casados ou viúvos. Consoante à distribuição de escravos, nesta mesma categoria, por distrito componente da Vila, observamos que a participação mais elevada de uniões matrimoniais, concentrou-se em Cambuí, com 46,8% do total de escravos acima de 15 anos, ao passo que a menor, fora identificada para São José das Formigas, que apesar de seu adensamento populacional cativo, apresentou a menor participação de casados, com 19%, neste quesito. (Ver Tabela 1)¹²

Seguidos de Cambuí, Bom Retiro (44,7%) e Pouso Alegre (44,0%), foram os distritos que apresentaram as maiores participações, em relação ao total de cada população cativa correspondente, em idade acima de 15 anos. Lembrando que, o primeiro distrito, junto com Antas, compunha as menores populações de escravos da Vila e, mesmo assim, aquele apresentou a segunda maior taxa de nupcialidade dentre os intentos.¹³ (Ver Tabela 1)

Discriminando o estado conjugal, segundo a cor, observamos que, mesmo levando-se em consideração a participação maior de pretos do que de pardos, a indicação de casamento realizado neste último grupo, era proporcionalmente menor; e essa característica, valeu como regra para quase todos os distritos, menos para Cotias e São José das Formigas, que apresentaram percentuais de nupcialidade, entre o grupo de pardos, superiores ao segmento de pretos. Já para o conjunto total da Vila, verificou-se a tendência acima prescrita, ou seja, de que pretos efetuaram mais casamentos legítimos que pardos. (Ver Tabela 1)

Já com relação a este mesmo levantamento para o grupo de “pretos livres”, obtivemos um resultado peculiar: altos índices de nupcialidade neste grupo, o que não era muito recorrente aos padrões ratificados para a escravidão no centro-sul do Brasil. Para o cômputo da Vila, esta participação representou 38,3%, só no distrito de Pouso Alegre, este índice foi de 57,1% para o mesmo segmento, situados na faixa etária, superior à 15

anos. Em Ouro Fino, este índice, atingiu a surpreendente participação de 73%, ou seja, a maioria esmagadora de pretos livres, acima da idade supracitada, desenvolveu laços conjugais, sancionados pela Igreja¹⁴.

TABELA 1: ESTADO CONJUGAL DE CATIVOS E PRETOS LIVRES (Vila de Pouso Alegre, 1833-1835)

Distritos	ESCRAVOS												PRETOS LIVRES			
	PARDOS				PRETOS				TOTAL				Casados	%	Solteiros	%
	Casados	%	Solteiros	%	Casados	%	Solteiros	%	Casados	%	Solteiros	%				
P. Alegre	26	38	42	62	562	45	679	55	588	44	747	56	64	57	48	43
B. Retiro					43	45	53	55	43	45	53	55				
Cotias	66	45	82	55	235	29	565	71	301	32	647	68	34	32	72	68
S.J. Formigas	40	37	69	63	68	15	393	85	108	19	462	81	19	37	32	63
Antas	8	35	15	65	35	36	62	64	43	34	85	66	35	36	62	64
Ouro Fino	19	27	52	73	114	43	154	57	133	39	206	61	125	73	46	27
Camanducaia	11	14	66	86	206	42	283	58	217	38	349	62	25	45	31	55
Cambuí	3	23	10	77	193	48	212	52	196	47	222	53	8	44	10	56
Capivari			2	100	39	38	63	62	39	38	65	63	39	38	63	62
Santa Rita			7	100	46	33	92	67	46	32	99	68	9	45	11	55
VILA	173	33	345	67	1541	38	2556	62	1714	37	2935	63	233	38	375	62

Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc. 02.

Em estudo anterior, acerca do fenômeno de nupcialidade entre forros para as Vilas de São João del Rei e Baependi, Guerzoni Filho e Roberto Netto demonstraram, para esta última, que em 1831; 57,6% de forros acima de 12 anos eram casados, enquanto que 7,4% eram viúvos. Em São João del Rei, fora estimado um valor aproximado de 57,1% de indivíduos casados e 5,8% de viúvos, dentro deste mesmo segmento. Estas estimativas demonstram não ter sido o Sul de Minas, um fenômeno isolado neste critério, na Comarca do Rio das Mortes.¹⁵

Este mesmo estudo demonstrou padrões similares de participação cativa no consórcio legítimo nas localidades mencionadas. Em Baependi, a participação de casados e viúvos computada a faixa etária acima de 12 anos, foi de 35,4%. Enquanto em São João del Rei, esta mesma avaliação foi estimada em 33,2%, para o mesmo grupo indicado, naquele recenseamento¹⁶. Comparando estes aos dados mencionados acima para a Vila de Pouso Alegre (36,8%), observamos uma participação ainda maior para nossa localidade de estudo. Se tomarmos, os distritos separadamente, este índice se eleva, alcançando padrões superiores até mesmo às regiões de grandes propriedades escravistas, dedicadas à monocultura de exportação.

Slenes, ao traçar um quadro comparativo entre as principais economias exportadoras pertencentes às províncias fluminense e paulista, demonstrou que pelo recenseamento de 1804, realizado nesta última, regiões como o Centro-Oeste e Vale do Paraíba, apresentaram participações de 36,2% e

¹⁰ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...* (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo Typografia, 1853.

¹¹ Integravam o Termo de Pouso Alegre os seguintes Distritos de Paz: Pouso Alegre, Bom Retiro, Cotias, São José das Formigas, Antas, Ouro Fino, Camanducaia, Capivari e Santa Rita do Sapucaí. Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹² Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹³ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹⁴ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02

¹⁵ FILHO, Gilberto Guerzoni & NETTO, Luís Roberto. Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEPI, 1988. Disponível: www.abepi.nepo.unicamp.br

¹⁶ FILHO, Gilberto Guerzoni & NETTO, Luís Roberto. Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEPI, 1988. Disponível: www.abepi.nepo.unicamp.br

37,1%, dentre os cativos adultos, respectivamente.¹⁷ Já os números obtidos para Rio de Janeiro, embora não correspondentes ao mesmo período, são sugestivos, pois indicam um engajamento bem inferior, num período não muito discrepante de tempo, quando comparados ao Sul de Minas e à província paulista. Regiões como Paraíba do Sul, Cantagalo e Comarca de Campos em 1850, obtiveram participações entre 19,5%; 14,2% e 27%, neste mesmo quesito, respectivamente.¹⁸

Em regiões paulistas, também dedicadas à economia de mantimentos, num período em que o café ainda estava sendo implantado na província, observamos participações relativamente menores de nupcialidade ao nosso quadro apresentado. Francisco Vidal Luna demonstrou que, para o total de sua amostra para 13 localidades, extraída do recenseamento de 1829, efetuou-se uma participação estimada a 27,5% de cativos casados ou viúvos, acima de 15 anos. Esta avaliação computada para cada município levantado, não ultrapassou a participação de 37,2%, atribuída à Sorocaba, dinâmico entreposto comercial de abastecimento, conhecido por sua tradicional “feira de muare”¹⁹. Enquanto a maior participação identificada para as localidades que compunham a Vila de Pouso Alegre, atingiu um percentual de quase 47%, no período aventado.

Este parâmetro, efetuado numa temporalidade relativamente próxima, nos trouxe apontamentos significativos e peculiares para o Sul de Minas. Enquanto nas regiões mineradoras atestou-se baixíssimo índice de nupcialidade, até mesmo para o início do século XIX²⁰, seja pelo grande desnível entre homens e mulheres, ocasionados pelas altas razões de masculinidade, seja pela própria paisagem urbana, que incitava o escravo engajar-se em outros investimentos de ganhos, que não perpassavam prioritariamente pela família legítima; o Sul de Minas, particularmente as localidades incluídas na amostragem para Pouso Alegre, demonstraram engajamentos instigantes da população cativa às uniões legítimas, mais similares às regiões de grande lavoura, que abrigavam grandes plantéis de escravos, do que às outras tradicionais economias de subsistência, como São Paulo (em período não dominado pela produção cafeeira) e Paraná. Esta peculiaridade encontrada, podemos atribuir à presença significativa de plantéis de porte maior, ratificada não só para o âmbito da Vila de Pouso Alegre, mas também para os Termos de Campanha e Baependi, estudados por Andrade, como também para a freguesia vizinha de Itajubá. Certamente uma investigação mais acurada para a região poderá ir

de encontro as estes indícios encontrados.

Utilizando outra frente importante de apreensão acerca da incidência de legitimidade, verificamos, pelos registros paroquiais de batismo, a mesma tendência à alta participação de uniões oficialmente sancionadas²¹. Ao levantarmos o conjunto de assentos dedicados aos “inocentes” escravos, arrolados em oito livros de assentos da Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, dentre o período de 1812 a 1873, computamos que do total de 3.132 inocentes escravos, 1.176, ou seja, 56,7% destes, eram oriundos de uniões legítimas.²²

O acompanhamento desta variação pela tabela seguinte nos permite vislumbrar uma trajetória ascendente, intercaladas de curtas interrupções entre os sub-períodos demarcados entre 1812-1859, acompanhado pela tendência de declínio no período subsequente.²³ Tendência esta, que torna-se mais incisiva quando comparamos os dados obtidos a partir dos mapas de população (1833-1835) com os extraídos do Recenseamento de 1872, que indicaram apenas 170 indivíduos cativos, 61 homens e 41 mulheres, somados à 68 viúvos que se declararam viverem sob condições legítimas de união naquele levantamento²⁴.

TABELA 2: LEGITIMIDADE DOS BATIZANDOS CATIVOS (Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre 1812-1888)

PERÍODO	FL	%	FN	%	Inocentes cativos
1812- 1815	37	43,0	49	56,9	86
1816- 1819	57	49,5	58	50,4	115
1820- 1823	145	62,7	86	37,2	231
1824- 1827	184	60,3	121	39,6	305
1828- 1831	164	59,4	112	40,5	276
1832- 1835	164	56,1	128	43,8	292
1836- 1839	147	61,2	93	38,7	240
1840- 1843	63	50,4	62	49,6	125
1844- 1847	47	47,4	52	52,5	99
1848- 1851	143	57,6	103	42,3	246
1852- 1855	157	62,0	96	38,0	253
1856- 1859	255	69,8	110	30,1	365
1860- 1863	105	46,0	123	54,0	228
1864- 1867	54	37,7	89	62,2	143
1868- 1870	33	45,8	39	54,1	72
1871-1872	21	37,5	35	62,5	56
SOMA	1.776	56,7	1.356	43,2	3.132

FL: Filho Legítimo - FN: Filho Natural

Fontes: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

Entretanto, advento de declínio, não ocorreu de forma isolada. Muitos trabalhos demonstram que o declínio das taxas de legitimidade aconteceu em diversas regiões do Império²⁵. Vale ressaltar que, a diminuição do casamento entre os escravos não significou ausência da família escrava, mas apenas a perda da legitimidade do matrimônio cativo frente às mudanças sociais instauradas na segunda metade do século XIX, junto ao desgaste paulatino da própria instituição escravista neste período. A estes fatores podemos acrescentar a própria postura do escravo frente à instituição, por não enxergar mais nesta, uma necessidade prioritária para sedimentar seus laços de parentesco.

¹⁷ Ver: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, p. 267.

¹⁸ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, p. 267.

¹⁹ LUNA, Francisco Vidal. *Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829)*. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Olinda, 3; 1988, p. 215-233.

²⁰ Apenas 2% de casais cativos foram recenseados em Vila Rica em 1804. Miriam Lott confirma esta restrita participação, ao demonstrar que entre 1804 a 1839, somente 8% das uniões foram representadas pelas uniões cativas. Ver: LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano. Casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008, p. 122.

²¹ Um dos pioneiros trabalhos em demonstrar empiricamente a relevância da legitimidade de filhos escravos, tomada a partir de registros paroquiais de batismo, foi o de Sheila Faria, ao constatar uma participação que alcançou 51% de legitimidade entre os filhos em São Salvador dos Goitacazes e 86,8% em Nossa Senhora das Neves, ambas, freguesias fluminenses. Esta constatação foi de suma importância, ao abrir frentes para se pensar outras possibilidades de padrões diferentes do aprenhado por Schwartz, no Recôncavo que estimou quase absoluta presença do estado ilegítimo dos filhos inocentes escravos. Ver FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.

²² Foram considerados filhos legítimos, “inocentes” escravos que apresentaram as seguintes indicações em seus assentos batismais: “Filho legítimo de...”, “Filho de (nome do pai) e de sua mulher (nome da mãe)”. Ver: Livros de Batismo: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1826); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

²³ Fonte: Livros 1 (1812); Livro 2 (1821-1826); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 (1837-1858). MSBJ

²⁴ Fonte: Mapa de População de Pouso Alegre (1833- 1835). Ver APM, Notação MP, CX 06 doc 02.

²⁵ Ver: SLENES, Robert. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, no século XIX, 1999. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATTOS, [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Numa acepção mais ampla, podemos inferir deste balanço, que estas altas incidências de legitimidade nos apresentaram uma conformação nova, até então, para o conjunto de investigações desta variável presente para o corpo da província mineira. Utilizando-se da mesma base de registros paroquiais de batismos, para averiguar a incidência de legitimidade, estes trabalhos, centrados, sobretudo em Vila Rica, Montes Claros, Zona da Mata e São João del Rei, estimaram, cada um, uma conformação predominantemente ilegítima dos filhos escravos levados à pia batismal.

O pioneiro estudo para província, dedicado para Vila Rica²⁶ demonstrou uma supremacia de 98% de filhos naturais, dentre os escravos na urbana Vila Rica do século XVIII. Em estudo para São João Del Rei, Bruguer estimou uma oscilação entre 55,4% a 87,5% de participação de filhos ilegítimos dentre o período de 1756 a 1853, levados à pia batismal, do total de 3.823 dos inocentes cativos arrolados pelos assentos presentes na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei.²⁷ Botelho, para região de Montes Claros também confirma essa tendência, ao constatar que, do período de 1815-1876, esta localidade estudada assumiu um comportamento “ilegítimo” de união oscilantes entre 83,3% a 88,7%.²⁸

Outro estudo, representado para a Freguesia de São Bom Jesus do Rio Pardo (Zona da Mata Mineira), por Jonis Freire, segue o mesmo padrão. Para o total de 1964 escravos crioulos arrolados, referente ao período de 1838 a 1887, o autor estimou que 70,7% eram filhos de “pais incógnitos” ou naturais.²⁹ Rômulo Andrade estendendo esta região da Zona da Mata Mineira para a Fluminense, demonstrou, em estudos comparados, uma absoluta presença 90% da participação de filhos naturais para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, embora Juiz de Fora tenha alcançado níveis menores, com 53% desta mesma variação, para o período de 1851 a 1888.³⁰ Ainda nesta mesma região da Zona da Mata Mineira, Victoria Andrade confirmou este mesmo padrão para a Freguesia de São Paulo de Muriaé, demonstrando uma ilegitimidade de quase 70% para o período de 1852-1888.³¹

Em síntese, esta apreensão da grande incidência de filhos legítimos da população escrava da freguesia, em consonância à tendência averiguada pelo recenseamento (1833-35), pelo fato deste apresentar elevadas participações de cativos adultos tanto no Distrito (44%), quanto na Vila (36,8), na forma legítima de união, abre-nos nova frente para pensarmos não só a conformação desta variação, mas das próprias condições em que eram compostos estes arranjos familiares de cativo no Sul de Minas, além de trazer outras propostas

explicativas em direção ao desafio tomado para entendermos as múltiplas singularidades que compunham o contexto mineiro oitocentista.

O casamento cativo na Freguesia e os “padrões de escolhas entre os cônjuges”

Feita esta prévia análise da incidência do matrimônio, extraída de recenseamentos locais, nos centraremos neste tópico, no objetivo de tecermos considerações, a partir dos resultados obtidos para o cômputo da freguesia, entre 1810-1888. Do levantamento de 1.854 atas de casamentos arroladas para este período, 1.638 delas referiam-se a casais livres, enquanto que, 187 (10%) assentos, foram dedicados a casais escravos. Dentre as uniões minoritárias estavam, um pouco mais de 1%, somadas em 20 assentos envolvendo pessoas forras; e ou nove alianças, seladas entre cativos e livres/libertos. Não encontramos nenhum caso de união inter-plantel entre os autos consultados³² (Ver: Tabela 3)

Distribuindo essa amostragem em intervalos de quatro anos, observamos que as uniões entre livres eram significativamente majoritárias, o que não deixa de reproduzir um traço característico da escravidão, em que se fez prevalecer como regra, o predomínio da legitimidade entre os livres, seja pelos maiores recursos de acesso, como pela própria proporção demográfica que representava em relação aos escravos, além das séries de limitações dirigidas à estes, já mencionadas no início do capítulo. (Ver Tabela 3)

Acompanhando a frequência destas uniões observamos que ocorreram, pelo menos, duas uniões ao ano, em média. Avaliando este quadro de participação por sub-períodos, verificamos que as maiores participações efetuar-se entre 1831-1835, quando se realizaram 61 casamentos negros, correspondente ao percentual de 43,2% do total das uniões efetuadas no mesmo período. Chamamos atenção justamente por ocorrer no momento em que se intensificaram as pressões internacionais para o cerceamento ao tráfico-Atlântico, eclodidas na Lei de proibição de 1831. Certamente alguns senhores da freguesia perceberam no incentivo às uniões, uma forma de assegurar a continuidade de seus plantéis, já que a importação de estrangeiros não seria mais uma viabilidade possível. A presença de 40% de africanos identificados no período anterior a 1830, no arrolamento de inventários da Vila, evidencia que, apesar do predomínio crioulo, havia uma importância considerável da participação do tráfico no quadro de reposições destes plantéis³³. Nesse sentido, podemos cogitar certo impacto da proibição capaz de exercer algum incentivo a estes senhores levarem mais seus cativos ao altar.

26 LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: Nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). *Revista África*, São Paulo, Centro de Estudos Africanos (USP), (4): 105-109, 1981.

27 BRUGUER, Sílvia. Legitimidade e Comportamentos Conju-gais (São João Del Rei, século XVIII e primeira metade do século XIX). In: *Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu, 2000.

28 BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/USP, 1994, p. 144

29 FREIRE, Jonis. *Casamento, Legitimidade e Família*. Em *Freguesia Escravista na Zona da Mata Mineira*. In: *Revista Lócus*. Revista de História de Juiz de Fora. Vol II, ano I e 2. p.51-73, 2005.

30 ANDRADE, Rômulo. Legitimidade, Compadrio e Mortalidade de Escravos. *Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro*. In: *Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira*. CEDEPLAR /UFMG: Diamantina, 2008, p. 1-18.

31 ANDRADE, Vitória. *Ilegitimidade e Compadrio*, p. 1-20. Disponível: www.abep.nepo.unicamp.br.

32 Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSB; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

33 Do total de 194 arrolados nos inventários post-mortem da Vila de Pouso Alegre, entre o período de 1820 a 1829, 76, ou seja, 39,1% eram africanos, enquanto que 118 eram escravos nativos. No período seguinte, entre 1830-39, a presença africana foi estimada em 37,8% do total de 296 escravos. Entre 1840-49, esta participação do mesmo grupo se mantém em 30%. Fonte: Inventários post-mortem (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no FMPA (Fórum Municipal de Pouso Alegre-MG).xambu, 2000.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DE CASAMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL (Freguesia de Pouso Alegre, 1811-1888)*

PERÍODO	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	FORROS	%	TOTAL
1811-1815	144	97,9	1	0,6	1	0,6	147*
1816-1820	166	91,2	14	7,6			182*
1821-1825	150	92,0	11	6,7			161
1826-1830	212	92,5	13	5,6	4	1,7	229
1831-1835	73	51,7	61	43,2	6	4,2	141*
1836-1840	143	85,1	25	14,8			168
1841-1845	91	85,0	15	14,0	1	1,0	107
1846-1850	149	92,5	11	6,8	1	0,6	161
1851-1855	98	83,0	16	13,5	2	1,7	118*
1856-1860	86	81,1	17	16,0	3	2,8	106
1861-1865	79	100					79
1866-1870	77	97,4	2,0	2,5			79
1871-1875	71	100					71
1876-1880	36	97,2			1	2,7	37
1881-1885	34	91,8	1,0	2,7	1	2,8	37*
1886-1888	29	96,6	1,0	3,3			30
SOMA	1.638	88,3	187	10,0	20	1,07	1.854

*Os sub-períodos assinalados referem-se àqueles que apresentaram incidência de casais mistos (escravos e livres). No entanto, os nove casais encontrados para todo período (1811-1888), não foram excluídos da soma total, mas não foram expostos na composição desta tabela, porque sua participação representou apenas 0,4% do total das uniões efetuadas na Freguesia. CMPA.

Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

Passando a considerar os padrões de composição destes casamentos, vale esclarecer antes de tudo, que essas “escolhas”, não se construíam de forma aleatória, havia uma lógica própria que subjazia seu funcionamento. A este, podemos atribuir desde fatores externos, associados às pressões demográficas, como altas razões de masculinidade, africanidade, que inibiam as “opções” possíveis no “mercado matrimonial” no cativo, como também aqueles associados às “preferências” não meramente subjetivas, mas elaboradas a partir da própria hierarquia de valores daqueles agentes envolvidos. Sendo assim um africano benguela que se unia a uma mulher africana de seu mesmo “grupo étnico”, certamente fortes razões culturais foram levadas em conta neste ato de escolha. Vale ressaltar que, além destes atributos altamente valorizados pelos intentos, como a origem, “etnia” e cor, esta servindo de designio de lócus social ocupado na senzala, havia outro fator que funcionava como inibidor decisivo da livre vontade dos envolvidos: os interditos senhoriais.

Partindo destas premissas, observamos que, da análise desenvolvida para os 187 assentos de casamentos identificados no cômputo total da freguesia de

Pouso Alegre, o fenômeno da exogamia, por origem, [africano(a)/crioulo(a)], se impôs em 53,7%. Em segundo lugar, predominou em 38%, a endogamia entre crioulos e, por último, sobrou dentro deste mesmo critério, a participação de 23% de casais africanos do total mencionado. Dentre os referidos casais exogâmicos, 74,8% eram formados por homem africano e mulher crioula, o que nos leva inferir, no primeiro momento, ter sido esta, uma forte expressão da combinação entre tráfico-Atlântico e reprodução natural, representado pela preferência incontestável do tráfico pelo braço masculino.³⁴

TABELA 4: UNIÕES ENDOGÂMICAS E EXOGÂMICAS, SEGUNDO A ORIGEM: (Freguesia de Pouso Alegre, 1810-1888)

PERÍODO	ENDOGAMIA			EXOGAMIA			N.C.*	
	CRIOULOS	%	AFRICANOS	%	Africanos+crioulos	%		%
1810-1815			1,0	100				
1816-1820	3	21,4			10	71,4	1	
1821-1825	2	20,0			8	80,0	1	
1826-1830	8	61,5			3	33,3	2	
1831-1835	6	9,8	18	29,5	13		24	39,3
1836-1840			2,0	8,0	1	4,0	22	88,0
1841-1845	3	20,0			2	13,3	10	66,6
1846-1850	3		1		6	54,5	1	
1851-1855	5	31,2	2	12,5	9	56,2		
1856-1860	9	53,0	2	11,7	6	35,2		
1861-1865								
1866-1870	2	100						
1871-1875								
1876-1880								
1881-1885	1	100						
1886-1888								
SOMA	42	21,5	26	13,3	58	33,8	61	31,2

*N.C. Não constaram.

Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

³⁴ Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA

Entretanto, esta afirmação se complexifica quando centramos nossa análise em períodos, capazes de nos oferecer maiores minúcias destas escolhas. No primeiro momento específico aos períodos (1816-1820) e (1821-1825), verificamos que a exogamia por origem, reinava quase em absoluto ao atingir participações de 71,4% e 80% dos casais respectivamente. Nos anos que se seguem ao intervalo de 1826-30, acentua-se a participação crioula, representando a preferência endogâmica de 61,5% dos casais.³⁵ (Ver Tabela 4)

Já referente ao intervalo (1831-35), em que obtivemos a maior frequência de casamentos de escravos na freguesia, apreendemos grandes dificuldades em nos aproximarmos destas “escolhas”, por conta da omissão da origem dos nubentes em 39,3% dos registros consultados no Livro de Casamentos³⁶. Considerando os assentos completos nestas informações, obtivemos o seguinte: 48,6%, dos casais com suas origens informadas, eram africanos; em 16,2% dos consórcios, foram crioulos; e 35%, eram uniões compostas por africanos e crioulos, sendo que destes, a maioria dos intentos masculinos (53,8%) eram crioulos unidos às mulheres africanas, e 46,1% do grupo masculino restante, era composto por africanos unidos às mulheres crioulas. Observa-se aqui, a tendência das africanas, tradicionalmente privilegiadas no “mercado matrimonial”, à se unirem à escravos nativos.³⁷

Em intervalos posteriores, tomados entre o período 1846-1855, visualizamos o retorno desta tendência exogâmica, só que com a formação de pares masculinos africanos e mulheres crioulas. Dos 15 casais identificados, inseridos nesta categoria, apenas um dos pares mencionados, era crioulo. Entre 1846-50, dos 11 casais apontados, apenas um era formado por nubentes africanos, enquanto que seis eram enlances exogâmicos por origem. No período que segue (1847-55), dos 16 casais mencionados em atas, nove seguiram a mesma tendência acima, enquanto que cinco praticaram a endogamia entre crioulos e dois, a mesma prática entre africanos.³⁸ (ver Tabela 4).

Especula-se no primeiro momento, se este padrão de exogamia por origem, não seria uma tendência mais - própria das economias de abastecimento interno, com alguma capacidade de inserção ao tráfico-Atlântico. Para o estudo de São José do Rio das Mortes (atual Tiradentes), área também dedicada à lavoura de subsistência, encontrou-se padrão similar. Dos 310 casais arrolados no levantamento de uma ampla amostra de 525 inventários, 45,5% eram compostos por africanos e crioulos, enquanto que 35% por africanos, com maior tendência à endogamia étnica, principalmente entre os grupos Angola e Rebolo. Em sentido parcialmente inverso ao nosso, este estudo, comprovou-se também que a menor

participação ao intento, efetou-se entre crioulos, que representaram apenas 10,3% dos casais informados.

Consoantes a estes resultados, mencionam os autores referentes a este estudo que:

A maior mestiçagem entre africanos e nativos, representada pelo número de casais mistos, se dá em dois momentos (...), no declínio da mineração e na retomada de africanos a partir da década de 1810. A mesma dinâmica aparece decaindo nos registros de casamento. Parece-nos, que aquele primeiro momento, a queda de importações a mestiçagem e noutro, mesmo decaindo o número de casais, a chegada de africanos favoreceu a reprodução natural através dos casamentos mistos, ou de africanos, especialmente nas médias e grandes escravarias.³⁹

Esta referência nos deixa clara a importância enfatizada na combinação entre tráfico e reprodução natural para emergência desta tendência. O movimento entre o declínio e a retomada de importações, favoreceram a profusão destes “casais mistos”, certamente incitando a maioria dos recém-chegados, principalmente homens, à procura de parceiras nativas, quando o consórcio com uma de origem mais próxima à sua, não era possível. No entanto, ainda a despeito das preferências endogâmicas, ponderam os autores, com suporte em Slenes, que a exogamia étnica foi uma prática aceitável em São José, apesar dos escravos africanos tenderem a procurar pares de mesma origem.⁴⁰

Numa investigação realizada para o Termo de Barbacena, região fortemente inserida à economia interna de abastecimento, Ana Paula Rangel visualizou em sua amostra, que dos 594 casais levantados, 61% praticaram endogamia por origem, enquanto que a tendência inversa fora atestada para os crioulos, ou seja, os africanos casaram-se mais entre si, enquanto aqueles mencionados se demonstraram mais “flexíveis” em unirem-se com outro grupo. A esta tendência exogâmica, sobretudo entre as mulheres crioulas, (62% destas tenderam a formar par com/africanos), atribui-se as imposições geradas pelo tráfico, que impulsionaram muitos destes homens estrangeiros cativos a efetuarem enlace com mulheres nativas, na rara presença de africanas. Quanto ao grupo de mulheres cativas originárias da África, reconheceu-se, neste estudo, a preponderante tendência (86%) pela procura de enlances com companheiros de mesma origem e sua privilegiada posição no “mercado matrimonial”, enquanto às mulheres crioulas ficariam com o excedente do tráfico.⁴¹

Quanto sua referência às “uniões mistas”, lê-se àquelas entre crioulos e africanos, estas alcançaram

³⁵ Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832)

³⁶ Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); CMPA.

³⁷ 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); localizados na CMPA. Livro de Casamentos (1832-1856), localizados na MSBJ.

³⁸ 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55 (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

³⁹ GRAÇA FILHO, A.; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes*. Varia História, v. 23, p. 184-207, 2007. p. 203.

⁴⁰ GRAÇA FILHO, A.; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento*, p. 203.

⁴¹ RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena - 1781-1821*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCs, 2008. (Dissertação de Mestrado), p. 52-55.

uma participação nada desprezível de quase 40%. Sobre este fenômeno, a autora pondera que, sendo preferencial que africanos e nativos casassem entre si, a procura de pares de origens distintas remeteria muito mais a imposições externas à vontade, do que à ação de escolha propriamente dita.

A africanidade não era o critério soberano de aproximação entre os escravos, as condições no interior do cativo promoviam também os casamentos mistos do ponto de vista da naturalidade, por exemplo. Pode ser que os africanos preferissem casar-se com africanos e os crioulos com crioulos, mas nem sempre era possível que as 'crioulas desprezassem os negros da costa', como vimos mais de 62% das escravas crioulas que se casaram em Barbacena no período estudado se uniram a africanos. E nem sempre os "negros da costa" conseguiriam uma esposa que 'fosse da sua terra e falasse a sua língua'.⁴²

No que diz respeito à preferência praticada pelos africanos, deve-se considerar se a atribuição contundente às imposições do tráfico, ao advento de uniões entre crioulos e africanos, não seria uma maneira de acentuar de forma exagerada adversidade entre africanos e crioulos, subestimando a capacidade de integração surgida das necessidades enfrentadas no ambiente de cativo. Esta foi uma questão pontuada, que abriu uma importante frente de discussão no instigante debate entre Slenes e Florentino & Góes. Enquanto estes últimos são contundentes em enfatizar o conflito étnico, manifesto, sobretudo, nas maneiras de escolher parceiros no consórcio do casamento, Slenes adverte para as duas práticas de convivência, sem oposições drásticas:

Seria errado, portanto, ler estes dados__ que confirmam a preferência do grupo crioulo [ou africano] pelo semelhante__ como evidência de fortes tensões "étnicas". Ao contrário eles traduzem exatamente aquilo que seria de esperar-se num contexto social que juntava à força, "estrangeiros", para logo em seguida começar a transformá-los em "comunidades" reais, mas nem por isso dividida em grupos de identidades fortemente opostas.⁴³

Estas considerações tomadas se fazem pertinentes para admitirmos que as proposições demográficas não deixaram de se colocar como fatores importantes na edificação destas possibilidades de escolha, sobretudo no que se refere às uniões entre africanos homens e mulheres crioulas, lidas no primeiro momento a partir da combinação entre tráfico e crescimento natural da escravaria. No entanto, consideramos que, para além do "problema aritmético", alguma disponibilidade destes próprios agentes deve ser levada em conta, na efetuação destas uniões. Nesse

sentido, ao fenômeno da supremacia exogâmica, nem sempre o critério de origem africana se impôs como palavra última nestas uniões, se assim fosse, esta explicação seria inadequada para justificar o evento da maioria das mulheres africanas selando união com homens crioulos no período destacado de 1831-1835.

Vale ressaltar que, enquanto os levantamentos dedicados à grande lavoura de exportação indicaram, grosso modo, uma frequência predominante de casamentos entre africanos, com maiores tendências endogâmicas, apesar de conviverem, em menor ou maior grau, com outras formas de união, aventamos ter se efetivado nas economias de abastecimento interno, forte vocação à exogamia por origem, principalmente naqueles contextos em que se abriu possibilidade de conjugação entre tráfico e crescimento natural da escravaria, o que não elimina, certamente as possibilidades de outros padrões.⁴⁴ Outra tendência, por nós encontrada, que vai ao encontro desta afirmação, refere-se ao aparecimento na freguesia, de incidência de uniões entre crioulos e seus pares, numa proporção muito maior que aqueles consórcios efetuados entre africanos, advento que se articula, em grande peso, mais uma vez, à uma inferência aberta pelo crescimento endógeno.

Uniões legítimas e ilegítimas entre livres e escravos

Segundo Miriam Lott, em primeira instância, o casamento efetuado entre livres/libertos e cativos era a forma de união mais surpreendente que uma sociedade escravista poderia efetuar. Entretanto estas não foram tão inconcebíveis ao universo escravista, tendo em vista que, era mais possível ao escravo efetuar laço legítimo com membro da condição social oposta, do que com o mesmo de sua condição em propriedade distinta. No entanto, de início, poderiam ser colocadas infundáveis dificuldades para este tipo de enlace, começando pelo problema da coabitação, estendendo-se até outras interdições mais drásticas à convivência do casal, como a venda, transferências a outras localidades no momento de partilha de herança. Em síntese, a mobilidade do cônjuge estava implacavelmente subordinada às contingências da vida senhorial. No entanto, estas uniões eram juridicamente reconhecidas e demarcavam também as instigantes inserções, destes atores do cativo ao mundo dos livres.⁴⁵

Ao cônjuge livre era pelos ditames das *Cosntituições...*, imputada à obrigação de assinar o "termo de seguimento". Não obstante, esta cláusula demarcaria uma postura de descomprometida da Igreja em envolver-se diretamente nas questões referentes aos problemas de cunho "doméstico" do senhor com

42 RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha*, p. 56.

43 SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*, p. 78.

44 Em Minas, essas tendências de escolhas divergem entre si. Ao Termo de Mariana, Almeida identificou uma forte tendência às uniões entre africanos e crioulos, padrão semelhante, conforme mencionado, ao contexto de São José do Rio das Mortes. Rômulo Andrade, trabalhando sua análise em uma região mineira de conformação econômica voltada à monocultura de exportação do café, encontrou em Juiz de Fora, padrões que se aproximam aos tradicionais *plantations* do sudeste, sobretudo no que se refere ao predomínio africano de uniões, com grande tendência à endogamia étnica. No Termo de Barbacena, trabalho também mencionado, prevaleceram às uniões africanas de cunho endogâmico étnico, apesar de a amostragem considerar uma proliferação nada desprezível de uniões mistas entre crioulos e africanos. Em Campanha, em estudo preliminar, Paiva & Klein acentuaram também a presença de casais africanos, em estudo conjunto, efetuado pela consulta de listas nominativas. Neste, 25,9% entre homens e 49,4% entre as mulheres africanos acima de 15 anos eram casados, já entre os crioulos esta estimativa foi de 15,6% e 33,2%, na mesma ordem. Ver ALMEIDA, Carla M. de C. "Demografia e laços de parentesco na população mineira: Mariana 1750-1850. In: *População e Família*, CEDHAL/USP, v.1, n.1, jan/jun. 1998, pp. 235-260. GRAÇA FILHO, A.; PINTO, Fábio C. V.; MALAQUIAS, Carlos de O. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes*. *Variá História*, v. 23, p. 184-207, 2007. p. 203. ANDRADE, R. G. de, "Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista". In: *População e Família*, CEDHAL/USP, v.1, jan/jun. 1998, p. 181-209. "Havia um mercado de famílias escravas? (A hipótese recente historiografia da escravidão)". *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora, v.4, n. 1, 1998, p. 93-104. "Limites impostos pela escravidão comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX". 2 v. São Paulo: PPGHIS/FFLCH-USP, 1995; RANGEL, A. P. dos Santos. *Nos Limites da Escolha*. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena - 1781-1821. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCs, 2008. (Dissertação de Mestrado). PAIVA, Clotilde A.; KLEIN, Herbert. *Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.22, n.º 1, p.129-151, jan-abr, 1999, p. 142.

45 LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano*. Casamento e família em Viva Rica (1804-1839). Belo Horizonte: Annablume, 2008.

sua senzala, caso este lhes privasse o direito à consumação do matrimônio. Para tanto, atribuía-se, ao cônjuge livre, o dever de acompanhar seu parceiro mantido em cativeiro. Essa prerrogativa abre-nos a frente inicial, de interrogarmos se esta imposição não serviria como estímulo ao senhor, de utilizá-la a fim de aumentar sua força de trabalho, por meio da possibilidade de enxergar nestes futuros cônjuges, como potenciais agregados, já que uma vez, senhor- cônjuge escravo- cônjuge livre, estariam, direta, ou indiretamente ligados entre si. A anuência em se fazer selar e, até certo ponto, permitir alguma estabilidade de convivência, não estariam ausentes das prerrogativas senhoriais. Certamente isto constituiria uma premissa de vantagem senhorial.

Entretanto, os sentidos atribuídos a essas uniões se multiplicam, pois a aliança consensual ou legítima poderia conformar-se em potencial ponto de partida ao caminho para o alcance da liberdade. Paiva, em seus estudos testamentais, demonstra como este se tornou um caminho instituído pelas cativas que se uniam, principalmente, pelo arranjo aos homens livres. Entretanto, seu levantamento de 357 testamentos para a Comarca do rio das Velhas, indicou que este arranjo, efetivou-se, sobretudo, no plano consensual.⁴⁶

Stuart Schwartz, ao referir-se às uniões legítimas, salienta que, quando obtemos alianças em que se poderiam gerar filhos legais livres do cativeiro, então compreendemos uma aliança emancipacionista. Quando a união se forjava na condição oposta, estaríamos diante de uma aliança que, ao condenar à prole ao cativeiro, conformaria, por um lado, vantagens senhoriais, mas abriria, por outro, maiores condições para que o pai estendesse sua condição de liberdade aos filhos escravos pelo “ventre nascido”⁴⁷. Entretanto, Machado, ao analisar este tipo de arranjo acrescenta que o casamento era uma das estratégias socialmente disponíveis à conquista da liberdade, ainda que nesse empenho, eles se tornassem partícipes do processo de produção e de reiteração das hierarquias sociais.⁴⁸

Analisando o padrão encontrado para estas uniões, na Freguesia de São Bom Jesus, verifica-se que, dentre as nove alianças, cinco ratificaram o consórcio de cativos e livres, enquanto que os outros quatro, referiam-se à aliança entre escravos e forros. Observando a conjunção entre os sexos destas uniões, averiguamos que todas alianças, com a exceção de uma, forjaram-se do arranjo entre homens escravos com mulheres livres ou forras. Como podemos observar, do intercurso sexual estabelecido entre escravos e livres, as que apresentaram maiores oportunidades de se levarem “à beira do altar”, eram aquelas que assegurariam à prole e sua descendência, a

QUADRO 1: UNIÕES “MISTAS” Freguesia de Pouso Alegre (1811-1888)

CÔNJUGE ESCRAVO	CÔNJUGE LIVRE/FORRO	ANO
Thereza Crioula (prop. José Dias Medeiros)	José Joaquim Preto Forro	1823
Domingos (pop. Francisco Leme Barbosa)	Claudina Maria de Jesus forra	1823
Adão Cabra (prop. João Bernardes)	Rita Tenória Forra	1812
Paulo de Nação (prop. Josefa Maria de Jesus)	Benta Ferreira Forra	1833
Manoel Crioulo (prop Ana Rosa de Assunção)	Joana Francisca de Jesus	1853
Francisco Jacinto (José Jacinto de Araújo)	Umbelina Nogueira	1855
Custódio Crioulo (João de M. Rodrigues)	Silvéria Maria Livre	1856
Manoel Escravo (Manoel Vicira)	Ana Cordêira	1838
Theodorico Crioulo	Francisca Maria de Jesus	1883

Fonte: Livro de Casamentos (1832-1856); MSBJ; Autos de Casamentos, Maços: 35 (1811-1812); 36 (1813-1814); 37 (1815-1816); 38 (1817-1819); 39 (1820-1824); 40 (1823); 41 (1825-1826); 42 (1827); 43 (1828-1829); 44 (1830-1832); 45 (1833-1834); 46 (1835-1837); 47 (1838-1839); 48 (1840-1842); 49 (1843-1844); 50 (1845-1847); 51 (1848); 52 (1849); 53 (1850-1851); 54 (1852-1854); 55, (1855-1857); 56 (1858-1859); 57 (1860-1864); 58 (1865-1869); 59 (1870-1874); 60 (1875-1884); 61 (1885-1901), localizados na CMPA.

condição legal de livre:

Entretanto, nas incursões em assentos batismais, averiguamos que dentre alguns escravos interligados consensualmente ou na forma legítima a seus respectivos pares que apresentaram estado de livre, foi-lhes possível o alcance de lugares na mesma condição social do parceiro, ao aparecerem nos arrolamentos seguintes, sejam como padrinhos ou pais, referenciados como “ex-escravo de...”, ou “forros” repetindo o mesmo prenome e apresentando a nova condição social. Este foi, portanto, o caso de Domingos, escravo de Thomé Francisco e Vicência Forra, localizados como pais legítimos de Ana em 1857. Passados pouco mais de três anos, ressurgem como “Forros” nas filiações legítimas de Joaquina, em 1860 e no ano seguinte de Joana.⁴⁹

Outra trajetória de aliança, que também demarcou terreno na transição do mundo escravo para o livre, não tomou como ponto de partida seu estado legítimo de união, mas sim como ponto de chegada. João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra, que se casaram em 15 de julho de 1849. Entretanto, o forro João Francisco, já vinha de outra experiência de matrimônio, era viúvo de Genoveva Gomes de Godoi, sepultada em Araraquara, freguesia de São Paulo. Migrante de outra província, não se sabe ao certo quando João Francisco se deslocou e estabeleceu-se na freguesia de São Bom Jesus. Entretanto, quando este sacramentou o enlace com Marcelina, ex-escrava de D. Eufrásia, esta viúva do capitão da Guarda Nacional Antônio de Barros Mello, já traziam uma trajetória de aliança consensual, que antecedia, no mínimo 26 anos de uma aliança mediada pelo estado de cativeiro de Marcelina e seus filhos⁵⁰.

Acompanhando, no sentido retrospectivo à união legitimada já em estado de liberdade de Marcelina, verificamos que, o referido casal, tinha gerado em cativeiro, sete filhos, sendo que a primeira filha recebeu sacramento em 1823 com o reconhecimento paterno do forro João Francisco, e o último filho identificado, recebeu os “santos óleos” no mesmo ano, em que seus pais se casaram. A união mista forjada, no plano

⁴⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos do século XVIII. Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995

⁴⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835*. São Paulo: Cia. das letras, 1999.

⁴⁸ MACHADO, Caclida. Casa-mentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico Atlântico. In: FRAGOSO, FLORENTINO, JUCÁ, CAMPOS (Orgs.). *Nas rotas do Império*. 1 ed. Vitória Lisboa: Edufes, 2006, p. 489-516.

⁴⁹ Livros de Batismo. MSBJ.

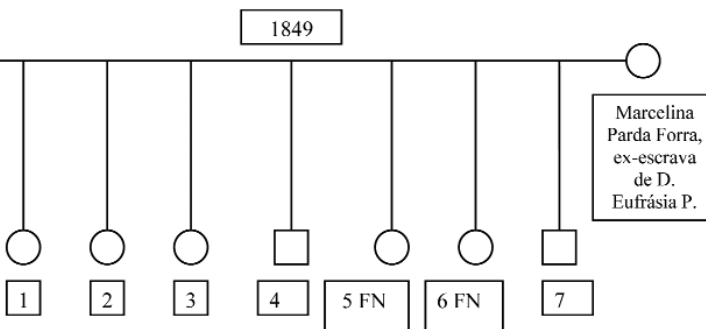
⁵⁰ Fonte: Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra.. 15/07/1849. Ver: CMPA.

consensual entre um forro e uma escrava, demonstrou-se com o mesmo teor de estabilidade, do que aquelas que se efetivavam diretamente na Igreja. (Ver Diagrama 1) ⁵¹

Entretanto, quanto à prática de se “levar ao altar” uniões com certo nível de estabilidade também fora indiciada por Slenes. Ao identificar os filhos naturais, como potenciais filhos do mesmo contraente, ou mesmo indicando o nome do pai reconhecendo a paternidade da criança, o autor salienta a viabilidade de uniões estáveis antecedentes à oficialidade do sacramento, quando este fosse atingido. Entretanto a estabilidade da união, neste sentido constituiu-se como um dos elementos basilares para a conquista da alforria de Marcelina. Esta união, marcada entre o percurso do cativo para a liberdade, nos leva a inferir o quanto a escolha de um parceiro no mundo livre, poderia demarcar uma via de saída do mundo do cativo, no entanto esta política de investimentos demarcava anos, quando não um projeto de vida inteira. Entretanto o esforço averiguado em libertar o respectivo parceiro do jugo da escravidão, demarcava o primeiro passo para um projeto familiar para além do cativo. Viver em liberdade significava também viver a liberdade em família, por certo que estes projetos que envolviam alforrias, quase sempre envolviam histórias familiares.

Outro aspecto importante a ser considerado nesta trajetória refere-se ao apontamento de João Francisco, como migrante, proveniente de uma freguesia de outra província. Cacilda Machado, ao analisar a origem de homens livres pardos ou pretos forros que estenderam laços conjugais para o universo do cativo, ponderou que a maioria tivera sua procedência “forasteira” à freguesia. Segundo a mesma autora, para estes homens, recém chegados, sem nenhum laço social estabelecido com a comunidade local, o casamento, e aqui também acrescentamos o enlace informal, poderia se efetuar como primeiro passo no enraizamento à comunidade de pretos pobres livres e escravos. Neste sentido, com alguns pontos de aproximação com Hebe Mattos, não se instalava uma oposição frontal entre escravos e livres de cor. A união legítima, acrescentada à intensa disseminação de uniões livres entre escravos pardos livres ou forros, deslegitima o

paradigma de uma oposição radicalmente necessária entre “mundo escravo” e “mundo livre”, lê-se este último, por livres de cor. “Trocando em miúdos”, as imprevisões e poucos recursos aproximariam horizontalmente, grupos definidos pelas tênues fronteiras da escravidão.



Seguem na ordem os filhos batizados, batizados como “filho (a) de João Francisco Vaz Preto Forro e Marcelina, escrava de ...No entanto, apenas Bazília e América aparecem como “filhas naturais de Marcelina...”, fato que podemos atribuir aos aumentos da rigidez na confecção dos livros pela Igreja, ou por prerrogativa pessoal do Pároco, tendo em vista, que os outros filhos foram mencionados como “filhos legítimos do casal”:

- 1) Laura: batizada em 1823; Padrinhos: Zerfeino José de Lima “Pardo Livre” e Carlota, “Parda Cativa” de D. Escolástica. Ver Livro 2/ MSBJ;
- 2) Porfíria batizada em 18/02/1827. Padrinhos: Joaquim casado, escravo de D. Eufrásia e Romana, escrava de D. Joaquina. Ver Livro 3/ MSBJ.
- 3) Justina, batizada em 14/11/1824; Padrinhos: Domingos, escravo do Pe. José Bento e Romana, escrava de D. Brandina, filha de D. Eufrásia. Ver: Livro 2/ MSBJ;
- 4) Paulino, batizado em 21/06/1829. Padrinhos: Malaquias, casado, escravo do Cel Manoel Leite Ferreira e Carlota solteira, escrava do Sargento-mor Joaquim Leite Ferreira de Mello, da Freguesia de Santa Catarina. Ver Livro 2/ MSBJ;
- 5) Bazília, batizada em 05/06/1831. Padrinhos: José Mathias e sua mulher Lauriana. Ver Livro 3/ MSBJ;
- 6) América, batizada em 1838. Padrinhos: Luís e Romana (escravos). Ver: Livro 4./ MSBJ;
- 7) Polidório, batizado em 08/02/ 1849. Padrinhos: Silvério Antônio da Costa e Gertrudes Maria. Ver: Livro 5/ MSBJ.

Ao nos referirmos ao padrão de uniões mistas, verificamos que a tendência estimou-se no enlace entre homens escravos e mulheres livres, no plano legítimo. Numa leitura primária, poderia se aventar que, neste evento a liberação da prole ao jugo do cativo, constituiria em incentivos aos cativos, enquanto que em sentido oposto ao senhor. No entanto estas relações eram dúbias, marcada por tensas intenções traçadas. Da mesma forma que o referido intento apontava possibilidade de libertar o parceiro de jugo do cativo, constituía em possibilidades de ganhos ao senhor, ao poder auferir uma força de trabalho adicional, quando o parceiro livre agregava-se em seu domicílio em razão do enlace construído.

Entre as uniões consensuais aventamos a possibilidade de uma ocorrência maior no nível oposto. Entretanto a união mantida “anos a fio” na informalidade, alcançou um resultado “bem sucedido” de liberdade. Entretanto, esta escolha matrimonial ou de arranjo informal em nada asseguraria o alcance deste mesmo desfecho. Nesse sentido nosso intuito em mapearmos esses padrões referentes às escolhas de parceiros,

⁵¹ Ver: Auto de Casamento de João Francisco Vaz e Marcelina Parda Forra. (15/07/1849). Localizado na CMPA. Assentos de Batismo: Laura escrava: (1823), Livro 2; Justina escrava (14/11/1824) Livro 2; Porfíria escrava (18/02/1827) Livro 3; Paulino escravo (21/06/1829), Livro 3; América escrava (1838), Livro 4; Polidório, escravo (08/02/1849). Livro 5. Localizado na MSBJ.

apenas nos instiga mensurarmos possíveis rumos, indícios de comportamento entre grupos, que nos permitem alguma tessitura de reflexão em direção ao “universo dos possíveis”, terminantemente atrelado às contingências históricas. Pois como bem afirmou Graham, “temos que nos contentar, não com conclusões claramente persuasivas, mas com o processo incerto de juntar possibilidades historicamente fundadas”.⁵²

Considerações Finais

Constatamos, desta reflexão, que o casamento legítimo foi um evento relevante entre os escravos na Freguesia de Bom Jesus dos Mártires no século XIX. Entretanto, o padrão demográfico conformado na conjugação entre tráfico e crescimento natural⁵³ foi um fator importante na definição da exogamia por origem, definida pelo padrão homem africano e mulher crioula. Inferimos desta reflexão que, a alta incidência de legitimidade na Freguesia além de se constituir numa “política de incentivos senhoriais”, era também determinada por “espaços de escolhas”, manobradas pelos escravos. Constatamos que, o elevado teor de legitimidade entre estes agentes, quando comparada a outras regiões mineiras, abre-nos possibilidades de pensarmos outros padrões “avessos” ao paradigma da ilegitimidade entre a população negra na província.

⁵²GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: cia. das letras, 2005, p. 13

⁵³ No segundo capítulo de nossa dissertação de mestrado, analisamos a influência do tráfico-Atlântico como também as possibilidades de reprodução natural, principalmente no período que antecede o cerceamento do tráfico. Inferimos do levantamento a partir de mapas de população (Vila de Pouso Alegre 1833-35) entrecruzados à escravaria inventariada de uma amostra de 396 inventários para a mesma localidade, uma alta incidência de crianças e jovens até 14 anos, em plena agência do tráfico que alcançou uma variável em torno de 35% a 36,1%. Entre as listas nominativas de 1838 para o Distrito de Pouso Alegre, observamos uma participação de 38,7% deste mesmo grupo. Já os mapas de população de cada distrito componente do Termo de Pouso Alegre, apreendemos participações entre 28,8% a 48,6% de crianças e jovens pertencentes à mesma faixa etária. Além desta variável observamos, dentre a população inventariada, índices de africanidade sempre inferiores, apesar de uma considerável presença africana averiguada até à Lei de proibição de 1850, participações estas, estimadas numa variação entre 30% a 40%. A partir destas mensurações, inferimos que a inserção da Vila de Pouso Alegre ao tráfico, não impossibilitou a expansão natural da escravaria. Ver: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas, 1810-1873*. (Dissertação de Mestrado). PPGHIS/ UFJF, 2009

Balzac, Wilde e a cultura grega: construções literárias de identidades homoeróticas no século XIX

Daniel Barbo - Professor substituto de História Medieval - UFMG
Doutor em História - Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG
danielbarbo@yahoo.com.br



Resumo:

Este artigo pretende demonstrar que as obras *Le Père Goriot* (1834/1835) de Honoré de Balzac e *The Picture of Dorian Gray* (1890) de Oscar Wilde, integrando vastas redes de sociabilidade responsáveis pela invenção de um universo discursivo homoerótico, criaram identidades homoeróticas específicas, ao operarem com representações da pederastia grega no século XIX.

Palavras-chaves: História, Literatura, Homoerotismo.

Abstract:

This article intends to demonstrate that the works *Le Père Goriot* (1834/1835) by Honoré de Balzac and *The Picture of Dorian Gray* (1890) by Oscar Wilde, integrating wide webs of sociability responsible for the invention of a homoerotic discursive universe, created specific homoerotic identities, by operating with Greek pederasty representations in the nineteenth century.

Keywords: History, Literature, Homoeroticism.

História e Literatura

Uma sucessão de literatos do século XIX e início do século XX – período em que, segundo os estudos do psicanalista Jurandyr Freire Costa sobre o homoerotismo, firmou-se no imaginário social a noção de uma ‘personalidade’ ou ‘perfil psicológico’ comum a ‘todos os homossexuais’¹, entre os quais podemos citar vários autores que compuseram redes literárias responsáveis pela veiculação de múltiplas representações homoeróticas – contribuíram, com suas obras, para a produção histórica dessa nova figura da Modernidade, participando da construção, através de suas representações literárias do homoerotismo, desse perfil ou ‘essência’ do homossexual. Nesse período, formaram-se, pelo menos, três redes literárias fundamentais: a francesa (Honoré de Balzac, Charles Baudelaire, Gustave Flaubert, Marcel Proust, André Gide, Arthur Rimbaud, Paul Verlaine), a britânica (Grupo Uranista: William Johnson Cory, Lord Alfred Douglas, Montague Summers, John Francis Bloxam, Charles Kains Jackson, John Gambriel Nicholson, Rev. E. E. Bradford, John Addington Symonds, Edmund John, John Moray Stuart-Young, Charles Edward Sayle, Fabian S. Woodley, Edward Carpenter, Oscar Wilde, Edward Morgan Forster, Richard Ackerley) e a alemã (Goethe, John Henry Mackay, Elisar von Kupffer, Adolf Brand, Thomas Mann). E para tal, esses literatos retomam, em alguma medida, o mundo grego antigo. As representações homoeróticas expressas nessas diversas obras literárias ao longo de mais de um século são respostas ao ‘problema’ do amor entre homens colocado pela sociedade

moderna, o que lhes confere uma considerável carga política, posto que, em boa medida, fazem um uso político do classicismo como uma espécie de arma no território erótico da modernidade. Invariavelmente, todos os escritores mencionados têm como modelo ou fonte de inspiração, em proporções diversas, o homoerotismo clássico.

Essa análise requer, fundamentalmente, que se verifique e visualize a produção de uma cultura específica, um esforço solidário, uma atitude ‘em comum’ por parte desses autores, ligados a redes literárias, na criação de um vasto conjunto de representações homoeróticas.

A existência desse *universo discursivo homoerótico* dependeu de *redes de sociabilidade* às quais se ligavam esses literatos (e, também, autores da esfera discursiva cientificista como Kertbeny, Ulrichs, Krafft-Ebing, Chaddock, Symonds, Carpenter, Ellis, Hirschfeld, bem como os historiadores). Em relação ao uso do termo *rede*, referimo-nos à definição empregada por Jean-François Sirinelli ao pensar a história política dos intelectuais. Ainda que pese o caráter polissêmico da noção de intelectual, todos os autores que se ligam ao *universo discursivo homoerótico* de que tratamos podem ser considerados como intelectuais em pelo menos uma das duas acepções propostas por Sirinelli: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento.”² Uma parte significativa desses intelectuais encaixa-se perfeitamente em ambas as acepções: foram criadores e mediadores culturais e politicamente engajados. Quanto às *redes* que formam, é necessário destacar que:

¹ COSTA, Jurandyr Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p.12.

² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.242.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.³

O que essas *redes de sociabilidade* descrevem são a organização e o desenvolvimento de uma *intelligentsia* por parte de alguns literatos/intelectuais em torno da sensibilidade homoerótica, o que define uma vontade e um gosto de conviver afins. Ao criarem parte de um universo discursivo homoerótico, esses literatos/intelectuais influíram nos acontecimentos sociais, pois é evidente que tal universo perfaz um dos componentes da cultura política homoerótica.

Configuram-se, portanto, “em função de uma harmonia ao mesmo tempo ideológica e afetiva”⁴, redes de sociabilidade homoeróticas, no longo prazo, constituídas por esse gosto e por essa vontade em comum: criar um espaço de liberdade/solidariedade homoerótica por meio de vários canais em frequências polifônicas: obras literárias, científicas, e historiográficas, jornais, revistas, panfletos, cartas, manifestos, abaixo-assinados, tratados, ativismos teóricos e militantes, protestos, clubes, solidariedades e intimidades pessoais, amizades, paixões. Estruturas elementares da sociabilidade dos intelectuais nas quais – não obstante divergências e tensões internas – laços se atam, alianças se celebram, ligas se compõem, solidariedades e afetividades se manifestam, idéias se debatem, representações se criam, identidades se moldam, *barricadas* se constroem. Tudo em torno de um espaço de experiência específico e precioso: a cultura grega. Tudo em torno de um objetivo político específico num horizonte de expectativa: a luta pela liberdade da expressão homoerótica.

Aqui, limitar-nos-emos a analisar em particular duas obras desse vasto conjunto de discursividades homoeróticas: *Le Père Goriot* (1834/1835) de Honoré de Balzac e *The Picture of Dorian Gray* (1890) de Oscar Wilde. No entanto, na medida do possível, faremos referências a outros autores e suas obras para evidenciar a constituição dessas *redes de sociabilidade* que possibilitaram a construção de uma cultura homoerótica na esfera literária.

Identidade homoerótica no universo literário de Honoré de Balzac

A obra magna de Honoré de Balzac (1799/1850) constitui-se de uma seqüência de quase cem romances e peças coletivamente intitulada *La Comédie Humaine*. O universo balzaquiano, com sua “defesa do ‘homossexual’ como um marginal ou como um rebelde romântico”⁵, exerce uma forte influência no

pensamento de Oscar Wilde, Marcel Proust, dentre outros autores.

Neste universo literário de Balzac, são conhecidos os interesses sexuais de Vautrin por outros homens, particularmente por Eugène de Rastignac, nos três romances de Vautrin: *Le Père Goriot* (1834/1835), *Illusions Perdues* (I, 1837; II, 1839; III, 1843) e *Splendeurs et Misères des Courtisanes* (1838/1847).⁶

Durante a primeira metade do século XIX, tempo histórico em que Honoré de Balzac escreveu todas as obras de *La Comédie Humaine*, não existiam ainda as denominações fundamentais da sexualidade moderna: o homossexual e o heterossexual; quiçá as suas psicologias, seus modos de ser e de se posicionar na esfera erótica e política. Não havia naquele tempo histórico, mais exatamente na sociedade parisiense, o embate dicotômico da sexualidade moderna tal qual o conhecemos e vivenciamos especialmente a partir de um dado momento da segunda metade do século XIX. A primeira metade do século XIX representa um tempo histórico em que tais identidades estavam em construção ou, melhor dizendo: Vautrin pode ser considerado um embrião, ainda arcaico, do que, no futuro, metamorfosear-se-á, sem Balzac o pressentir, no *homossexual*, dada a sua influência sobre autores como, por exemplo, Oscar Wilde.

O drama de *Le Père Goriot* inicia-se em 1819. Enquanto elementos desse drama, mesmo que acessórios na totalidade do enredo da obra, não passaram despercebidos o interesse erótico de Vautrin por Rastignac e a tentativa de controle daquele sobre este. Vautrin tinha 40 anos e Rastignac, 21. Acreditamos na influência da pederastia grega nesse desejo de Vautrin pelo jovem Rastignac moldado por Balzac em 1834.

O narrador do romance comenta que a Rastignac, “parecia que esse personagem singular [Vautrin] penetrava em suas paixões e decifrava seu coração” e que Vautrin “mergulhava um olhar divinatório na alma do jovem homem”.⁷

Na análise de Berrong, os verbos ‘penetrar’ e ‘mergulhar’ são certamente sexualmente sugestivos. Comparando estas expressões com um comentário anterior no texto balzaquiano no qual se lê que o próprio Rastignac “queria penetrar neste mistério [olhando Mme de Restaud], esperando assim poder reinar em soberania sobre essa mulher tão eminentemente parisiense”⁸, Berrong conclui que

Essa ligação deixa claro que, assim como Rastignac quer poder sobre Mme de Restaud por razões não-sexuais (ele quer usá-la para escalar a sociedade), da mesma forma, Vautrin tem interesse em Eugène, penetrar e mergulhar nos interesses de Eugène, pelo menos em parte, para ter controle sobre ele – embora, é claro, em ambos os casos, a escolha dos verbos por Balzac sugere que ele via uma conexão entre relações sexuais e dominação.⁹

³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*, p.248.

⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*, p.257.

⁵ COSTA, Jurandyr Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoeroticismo*, p.45.

⁶ Cf. BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*. *Nineteenth-Century French Studies* 31, Nos. 1 & 2, 2002-2003.

⁷ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.53.

⁸ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.53-54.

⁹ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.54.

Uma referência à pederastia grega fica mais explícita quando Vautrin diz a Eugène Rastignac:

Quero partir daqui a poucos meses para a América, plantar o meu tabaco. Enviar-lhe-ei charutos, por amizade. Se enriquecer, ajudá-lo-ei. Se eu não tiver filhos, e é o mais provável, pois não sinto vontade de plantar rebentos, pois bem, legar-lhe-ei a minha fortuna. Não é ser amigo? Gosto de ti, palavra! Tenho a paixão de me dedicar a outra pessoa! Não é a primeira vez. Repare, amiguinho, vivo numa esfera mais elevada do que a dos outros homens. Considero as ações como meios e só olho os fins. Que vale um homem para mim? Isso – disse, fazendo estalar a unha do polegar num dos dentes. – um homem é tudo, ou nada. É menos do que nada quando se chama Poiret: pode esmagar-se como um percevejo. É chato e cheira mal. Mas um homem é Deus quando se parece contigo. Já não é uma máquina coberta de pele; é um teatro onde se agitam os mais belos sentimentos; e eu só vivo pelos sentimentos. Um sentimento não é o mundo num pensamento? (...) Pois bem, para mim, que aprofundi a vida, só existe um sentimento real, uma amizade de homem para homem. Pedro e Jaffier, eis minha paixão. Sei *Veneza salva de cor*.¹⁰

Para Berrong, seria difícil determinar se Vautrin tinha em mente que Rastignac entenderia sua alusão à peça de Thomas Otway de 1685. Entretanto, ele acredita que o leitor informado deve perceber que Vautrin está ligando sua paixão à amizade aparentemente homoerótica dos personagens do drama inglês.¹¹

Quanto ao fato de Vautrin afirmar que vive *numa esfera mais elevada do que a dos outros homens*, Berrong considera que

Enquanto ele [Vautrin] não especifica exatamente porque ele se vê como superior aos outros homens – há muitas possíveis razões, incluindo seu grande intelecto, seu amplo conhecimento das artes, etc. – se ele está se referindo pelo menos em parte a sua tendência sexual, ele poderia ser visto como um predecessor de Oscar Wilde, André Gide, e outros escritores *gays* do final do século XIX que, referindo-se retrospectivamente aos gregos, argumentariam que o desejo entre dois homens é uma forma de amor mais nobre, mais elevada.¹²

Gondureau, o chefe da Polícia de Segurança, falando de Vautrin, o Engana-a-Morte, confidencia à Mlle Michonneau e a Poiret: “– O Engana-a-Morte não deixará uma mulher aproximar-se – disse o agente. – Querem saber um segredo? Ele não gosta de mulheres.”¹³ Não obstante, Balzac, pelo menos nessa passagem, indica que em seus planos para viver na América, Vautrin não se opõe à iminência de constituir família e ter filhos.

Berrong cita uma passagem de *Le Père Goriot* na qual um contato claramente físico denuncia um aspecto homoerótico do interesse de Vautrin por Rastignac.¹⁴ Quando o estudante desmaia devido à droga que Vautrin pusera em seu vinho no intuito de impedi-lo de interferir no assassinato do irmão de Victorine, o homem mais velho “beijou-lhe calorosamente a fronte, cantando: *Dormi, meus queridos amores! Por vós eu velarei sempre.*”¹⁵

Logo em seguida, admirando o jovem Rastignac ainda sob o efeito da droga, em sono profundo no ombro de Victorine, Vautrin declara a Mme Couture:

A juventude é tão bela, senhora Couture! Pobre criança, dorme – disse, contemplando Eugênio. – Às vezes, a felicidade bate-nos à porta quando estamos dormindo. Minha senhora – prosseguiu, dirigindo-se à viúva – o que me afeiçoou a este rapaz, o que me comove, é saber a beleza da sua alma em harmonia com a do rosto. Repare, não é um querubim inclinado sobre um ombro de um anjo? Ele é digno de ser amado! Se eu fosse mulher querereria morrer (não, seria tolice!), viver para ele.¹⁶

A conotação sexual desta confidência é reforçada pela explicação que Gondureau dá a Mlle Michonneau e a Poiret, quando este lhe inquire a respeito de Vautrin:

– É então um homem de honra? – perguntou Poiret.
– À sua maneira. Consentiu em assumir a responsabilidade do crime de outro, uma falsificação praticada por um rapaz bonito a quem estimava muito, um jovem italiano bastante jogador, que se alistou depois no serviço militar.¹⁷

O personagem balzaquiano Vautrin sente desejo erótico, sexual por Eugène Rastignac. É, ao mesmo tempo, um criminoso, um foragido que se esconde com um nome falso. Seu nome verdadeiro é Jacques Collin. Por que Balzac assim o compôs, misturando criminalidade e desejo pelo mesmo sexo? Ao ser capturado pela polícia, Vautrin diz: “– Reconheço ser Jacques Collin, conhecido por Engana-a-Morte, condenado a 20 anos de trabalhos forçados; acabo de provar que não usurpei minha alcunha.”¹⁸

Se bem que, a respeito dos crimes de Jacques Collin/Vautrin, Balzac acrescenta, na voz do próprio Vautrin, o qual faz sua autodefesa:

– São tolos ou o quê! Nunca viram um forçado! Um forçado da têmpera de Collin, aqui presente, é um homem menos vil do que os outros, que protesta contra as profundas decepções do *Contrato Social*, como diz Jean-Jacques [Rousseau], de quem tenho a honra de ser discípulo. Enfim, estou só contra o Governo com a sua corja de tribunais, de gendarmes, de orçamentos, e enrolo-os todos.¹⁹

¹⁰ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*. Rio de Janeiro: Otto Pierre 1979, p.175-176.

¹¹ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.54-55.

¹² BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, nota 6, p.63. Grifo nosso.

¹³ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.186.

¹⁴ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.54.

¹⁵ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.201.

¹⁶ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.204.

¹⁷ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.183.

¹⁸ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.220-221.

¹⁹ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.223.

Mesmo caracterizando-o como criminoso, Balzac encerra Vautrin numa aura virtuosa, quase heróica: aquele que luta contra as injustiças praticadas por uma alta sociedade orgulhosa, cínica, hipócrita, portadora de um decrépito e falso moralismo. “A criminalidade de Vautrin, longe de manchá-lo, não é condenada no romance, e, ao contrário, é apresentada como uma revolta positiva e magnífica contra a sociedade corrupta”.²⁰ E Vautrin acrescenta, comentando com Rastignac a respeito da injustiça feita por Taillefer a Victorine: “Ora, eu não gosto dessas injustiças. Sou como D. Quixote, gosto de tomar a defesa dos fracos contra os fortes.”²¹

Sendo assim, Vautrin, embora um foragido da polícia, embora um criminoso, é, surpreendentemente, aureolado por Balzac com a aura virtuosa da justiça. Ele ama a beleza física e os sentimentos do jovem Rastignac; vê nele a beleza dos deuses e deseja-o eroticamente. Quer o seu bem, planejando guiá-lo no cruel e hipócrita labirinto da nobreza parisiense para fazer com que ele alcance naquela sociedade um lugar privilegiado. Propõe ser seu mentor. Também, Vautrin é de temperamento que o conforma a ter ou não mulher e filhos, ainda que não os deseje.

Na primeira metade do século XIX, ainda não se havia configurado as feições comportamentais e psicológicas do *homossexual*. Nem as do *heterossexual*. Obviamente, Balzac não as podia pressentir, não tendo condições de nomear sexualmente Vautrin. Assim, esse personagem não pode ser visto como o que podemos chamar de *homossexual* ou *heterossexual*. Suas características comportamentais e psicológicas, no que tange a sua vida erótica, lembram muito mais as do *erastés*, o que sugere uma ressonância da cultura homoerótica grega na configuração do personagem Vautrin.

Durante o século XIX, podemos pensar, a princípio, em pelo menos dois grandes tempos históricos distintos no que se refere às representações e reflexões sobre o desejo homoerótico e aos comportamentos homoeróticos. No tempo de Balzac, a primeira metade do século XIX, não existia a *sexualidade*. Esta é uma criação específica da segunda metade daquele século. Para a sua criação, um cientificismo alucinante, desenfreado, no contexto de um impulso civilizatório arrogante, fora crucial. Foucault e outros nos mostraram cabalmente que uma vez que a psiquiatria, a criminologia, a psicologia, a medicina, a família, a escola, a igreja, o manicômio, a clínica dentre outras instituições, poderes e saberes começaram a trabalhar com o conceito de *homossexualidade*, dando consciência e fisiologia ao *homem homossexual*, eles estavam a inventar a *sexualidade*, uma distinta *sexualidade* enquanto um pretense aspecto fundamental e revelador da natureza humana. No volume I da *História da Sexualidade*, com a criação da idéia de uma sexualidade homossexual distinta, Foucault descreve como

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma

infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade.²²

Nesse mesmo sentido, em sua também influente obra *One Hundred Years of Homosexuality*, Halperin escreveu:

Homossexualidade pressupõe sexualidade, e sexualidade em si (como argumentarei daqui a pouco) é uma invenção moderna. Homossexualidade pressupõe sexualidade porque o próprio conceito de homossexualidade implica em haver uma dimensão especificamente sexual na personalidade humana, um lugar característico de atos, desejos e prazeres sexuais dentro do indivíduo – uma fonte determinada da qual procede toda expressão sexual. Se tal entidade psicológica distinta e unificada realmente existe ou não, a homossexualidade (como a heterossexualidade, neste respeito) necessariamente supõe que ela existe: ela postula a sexualidade como um princípio constitutivo do ser. Sexualidade, neste sentido, não é um termo puramente descritivo, uma representação neutra de alguma transação objetiva. Antes, ela serve para interpretar e organizar a experiência humana, e ela leva a cabo bastante trabalho conceitual.²³

Sendo assim, a sexualidade é responsável por criar duas identidades eróticas muito diferentes e por instituir a esfera sexual como o campo fundamental que diz ‘a verdade’ do ser, que comanda e influi em todas as outras esferas. Nenhum rastro disso apresenta-se no romance *Le Père Goriot*. Todas essas manifestações da sexualidade que influem diretamente na constituição do ser, na produção da identidade sexual, simplesmente estão ausentes na composição literária de Honoré de Balzac. O tempo histórico deste grande romancista francês não conhecia tais substantivações e descrições da *psique* humana. Seus personagens não se apresentam imbuídos desta *entidade psicológica distinta e unificada* que se imporá na sociedade ocidental na segunda metade do século XIX e com mais força ainda durante o século XX.

Nada do que Vautrin diz indica que seus desejos por outros homens sejam uma revelação de qualquer tipo de diferença erótica fundamental. E quando alguns dos outros personagens do romance descobrem esse desejo de Vautrin por homens, da mesma forma, nada do que dizem indica que eles vêem tal desejo como uma revelação de alguma diferença identitária fundamental.

No diálogo supracitado de *Le Père Goriot*, em que o chefe da Polícia de Segurança Gondureau confidencia à Mlle Michonneau e a Poiret que Vautrin não ama mulheres, nenhum dos dois cúmplices do policial, nem durante o diálogo, nem depois, dão a entender que essa informação fornece-lhes qualquer tipo de pista que *explique* um

²⁰ DIENGOTT, Nilli *apud* BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, nota 14, p.64.

²¹ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.123.

²² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.43.

²³ HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*. New York, London: Routledge, 1990, p.24-25.

diferencial em Vautrin ou qualquer tipo de chave que os ajude a entender Vautrin. Mesmo as palavras de Gondureau não mostram que ele considere essa informação um fato significativo: ele conta aquele segredo como se contasse outro segredo qualquer, e não o segredo de Vautrin, o qual pudesse revelar uma identidade diferente da dos outros homens.

O mesmo pode ser dito em relação às reações de Rastignac aos desejos de Vautrin. Num dado momento do drama, o jovem mostra-se um tanto indiferente às pretensões do homem mais velho. O narrador de *Le Père Goriot* diz: “No seu íntimo, [Rastignac] abandonara-se completamente a Vautrin, sem querer sondar as razões que lhe aconselhavam a amizade desse homem extraordinário, nem as conseqüências de semelhante união”.²⁴ Mesmo quando Mlle Michonneau pareceu sugerir que Rastignac defendia Collin [Vautrin] devido a um envolvimento sexual, “– O senhor defende Collin? – Inquiriu ela, lançando ao estudante um olhar venenoso e interrogativo. – Não é difícil saber porquê”, a explosão de Eugène Rastignac a ponto de se arremessar e tentar estrangular Michonneau não demonstra que a reação se deva ao fato de que alguém pudesse ter em mente que um tal envolvimento fosse uma manifestação de uma sexualidade distinta.

Balzac não apresenta o desejo erótico de Vautrin pelo mesmo sexo como uma indicação de um aspecto diferenciado de seu ser. Quando o drama revela “a sua verdadeira natureza”²⁵, essa natureza não se refere ao desejo erótico de Vautrin, mas à descoberta da atividade criminal de Jacques Collin, vulgo o Engana-a-Morte, delatada por Mlle Michonneau. No momento de sua prisão, inesperada para quase todos os hóspedes da pensão de Mme Vauquier, a natureza de Vautrin é expressa da seguinte maneira:

Todos compreenderam quem era Vautrin, o seu passado, o seu presente, o seu futuro, as suas implacáveis doutrinas, a religião de seu bel-prazer, a realeza que lhe atribuía o cinismo dos seus pensamentos, dos seus atos e a força de uma organização preparada para tudo.²⁶

Para Balzac, portanto, a chave para interpretar a personalidade de Vautrin era o seu comportamento criminoso e não o erótico, diferentemente de como o interpretaria, com toda a probabilidade, os psiquiatras e criminologistas das décadas posteriores. Aliás, além de não apresentar o interesse erótico de Vautrin por outros homens como uma indicação de uma diferença fundamental, como apresenta a categoria homossexualidade, o texto de *Le Père Goriot* também não atribui a esse personagem nenhuma das características tidas como negativas e estereotipadas (efeminização na aparência, no comportamento ou na ação) que a psiquiatria, a criminologia e a cultura popular da segunda metade do século XIX atribuiriam ao homossexual. Pelo contrário, homem bastante viril, já na primeira aparição do personagem na obra, o narrador diz a seu respeito:

Era uma daquelas pessoas de quem o povo diz: é um pedaço de homem! Tinha ombros largos, peito bem desenvolvido, músculos sobressaídos, mãos espessas, quadradas e fortemente marcadas nas falanges por tufo de pêlos de um ruivo chamejante. (...) A voz de barítono, em harmonia com a sua alegria sólida, não desagradava. Era prestável e risonho. Se alguma fechadura funcionava mal, imediatamente ele a desmontava, concertava, oleava, limava e recolocava no seu lugar, dizendo: *Com isto entendo-me!* Conhecia de tudo, aliás; os navios, o mar, a França, o estrangeiro, os negócios, os homens, os acontecimentos, as leis, os palácios e as prisões. (...) O seu olhar, como o de um severo juiz, parecia ir até ao âmago de todos os assuntos, de todas as consciências, de todos os sentimentos.²⁷

O que torna esta caracterização viril de Vautrin particularmente surpreendente é o fato de que muitos dos outros personagens de *Le Père Goriot* são descritos, Berrong nota-o, como portadores de alguma inversão de gênero:

Mme Vauquier é comparada a ‘un moine’, Goriot a uma ‘fille entretenue’, Mlle Michonneau a ‘un cheval de régiment’, e Maxime, o amante infiel de Mme Restaud, a ‘une jolie femme’. A certa altura, Balzac diz de Mme de Beauséant que ela avaliava Rastignac com um ‘coup d’oeil d’huissier-priseur’.²⁸

Todas estas comparações, na obra de Balzac, de inversões de gênero dos outros personagens, que evidentemente não experimentavam desejos homoeróticos, e a total ausência dessas inversões no personagem Vautrin sugerem que o autor tinha como pressuposto que o desejo homoerótico não tinha necessariamente que se adequar ao estereótipo da efeminização.

Antes dos processos contra Oscar Wilde em 1895, por práticas homoeróticas, conforme têm afirmado historiadores recentes que analisaram os papéis de gênero, a efeminização das maneiras, das aparências ou das ações, não era inequivocamente associada na opinião pública a uma *persona* especificamente homossexual. A própria *persona* de Oscar Wilde e a resposta pública aos seus julgamentos foram centrais para a fixação da imagem pública moderna do homossexual.²⁹

Em sua análise, Berrong afirma, a partir do artigo *Pointy Penises, Fashion crimes, and hysterical Mollies: The Pederasts’ Inversions* de Vernon A. Rosario, que “Vautrin também demonstra várias qualidades morais positivas que psiquiatras e criminologistas negariam aos homens homossexuais desde quando começaram a escrever sobre eles.”³⁰ Para Balzac, Vautrin era um degenerado por que

já não era um homem, mas o tipo de toda uma nação degenerada, de um povo selvagem e lógico, brutal e hábil. Instantaneamente, Collin tornou-se num poema infernal, onde se expunham todos os sentimentos humanos à exceção de um: o arrependimento.³¹

²⁴ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.189.

²⁵ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.219.

²⁶ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.219-220.

²⁷ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.21-22.

²⁸ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.258.

²⁹ CARROL, Joseph. Aestheticism, Homoeroticism, and Christian Guilt in *The Picture of Dorian Gray*. *Philosophy and Literature*, 2005, 29: 286-304, p.295.

³⁰ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, nota 10, p.63.

³¹ BALZAC, Honoré de. *O tio Goriot*, p.221-222.

Berrong sintetiza todas essas noções nos seguintes termos:

Se focarmos no texto em si, é difícil encontrar uma indicação, tanto nas palavras de Vautrin descrevendo a si próprio quanto nas reações de outros para com ele, de que homens que experimentam atração sexual por outros homens sejam vistos nesse romance como sendo, de algum modo, fundamentalmente diferentes da maioria dos homens.³²

Vautrin não é o tipo de homem distinguido e definido por uma diferente sexualidade homossexual, ele é o tipo de todos os europeus modernos que foram corrompidos por um amor de si próprios.³³

Se, por um lado, os sentimentos eróticos e afetivos de Vautrin para com Rastignac lembram em muitos aspectos os do *erastés* para com o *erômenos*, por outro, o tempo histórico de *La Comédie Humaine* não comportava em seu campo de experiência as categorias eróticas da sexualidade.³⁴ Daí, a hipótese de que para Balzac o homoerotismo grego fora um elemento importante na caracterização do personagem Vautrin, numa temporalidade em que ainda não haviam sido inventadas as categorias da sexualidade: o homossexual e o heterossexual.

Em *Le Père Goriot*, Balzac cria um mundo no qual é retratado o desejo homoerótico, ainda que acessória e indiretamente, de um modo velado, mas nunca julgado: em nenhum momento Vautrin é censurado por amar homens. Nenhum personagem da obra o condena por esta característica. Quando o segredo é revelado (se é que havia segredo), não se discute a questão. Vautrin é certamente retratado, à parte sua demonização, como dotado de muitas qualidades positivas. Uma hipótese plausível é a de que esta condição do personagem serve a um propósito importante.

La Comédie Humaine oferece vários exemplos de relações nas quais um indivíduo experiente, superior, mundano, uma espécie de mentor, incumbe-se do esclarecimento de um recém-chegado promissor, mas ainda ingênuo, o qual muitas vezes se choca com o cinismo de outros, mas, contudo, ávido para aprender os caminhos do mundo. A título de exemplos, poderíamos pensar nas relações estabelecidas entre Mme de Beauséant e Rastignac (*Le Père Goriot*); Lucien de Rubempré e D'Arthuz (*Les Illusions Perdues*); Raphaël e Rastignac (*Peau de Chagrin*).³⁵

Dentre os outros relacionamentos dessa trilogia balzaquiana, aqueles em que um dos envolvidos é Jacques Collin (Vautrin/Engana-a-Morte/Abbé Herrera), o modelo inspirador da relação é a pederastia grega, com seus elementos peculiares: dominação, relação mestre/pupilo (diferencial etário do par), culto da beleza física e espiritual do jovem,

desejo erótico e instrução por parte do adulto e ascensão social do jovem.

Identidade homoerótica no universo literário de Oscar Wilde

Na idade de ouro da literatura infantil na Inglaterra, no final do século XIX, diferentemente das produções didáticas e pesadamente censuradas dos irmãos Grimm, ou de Lewis Carrol, John Ruskin, J. M. Barrie e muitos outros, os contos para crianças (*Fairy Tales*) de Oscar Wilde – *The Happy Prince and Other Tales* de 1888 e *A House of Pomegranates* de 1891 – codificam a visão de um pederasta idealista, um homem que ama belos jovens. O estilo e o conteúdo de seus contos, pela tônica no apelo homoerótico, oferecem uma visão de amor e beleza que incita um relacionamento moral e estético diferente do apropriado para a época, criando retoricamente uma idéia nova e moralmente sensual de criança ao reelaborar a estética de Walter Pater.³⁶

Walter Pater foi o mentor de Wilde em Oxford e publicou uma obra intitulada *The Renaissance: Studies in the History in Art and poetry*. Wilde declarou que nunca viajou sem tê-la em mãos. Há muitas conexões entre a obra de Pater e as obras de Wilde, como os contos para crianças já mencionados e seu romance de 1890: *The Picture of Dorian Gray*.

Durante a segunda metade do século XIX, que corresponde ao meio e ao final da Era Vitoriana, a pederastia, o *continuum* entre ensinar garotos e amá-los – idealística ou fisicamente, foi tacitamente promovida por personalidades como J. A. Symonds e Walter Pater como “a mais verdadeira expressão da herança clássica”.³⁷

Esse período concedeu grande prestígio intelectual e capital cultural aos Clássicos, dos quais a pederastia ou o “amor grego” converteu-se, para alguns, num ideal de procriação intelectual superior à procriação heterossexual meramente carnal. Afinal, a *Paidéia* grega, “soma de conquistas física e intelectual à qual um indivíduo ou (coletivamente) uma sociedade pode aspirar”³⁸, estava implícita e explicitamente ligada ao amor inspirado entre pupilo e mestre pelo prazer mútuo da filosofia e da beleza física.³⁹

Linda Dowling, em sua obra *Hellenism and Homosexuality in Victorian Oxford*, mostrou como o ideal tutorial pederástico, promovido por meio metafórico por reformadores educacionais como Matthew Arnold e Benjamin Jowett, fora historicizado por Walter Pater e seus pares como sendo não meramente uma figura de linguagem, mas um modelo a ser imitado física e espiritualmente. Pater considerava o componente material, físico do *eros* socrático como essencial à educação, já que esta devia iniciar-se com impressões sensuais.⁴⁰

³² BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.55.

³³ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.56.

³⁴ Para uma análise mais detalhada dos sentimentos eróticos e afetivos da parte do *erastés* para com o *erômenos*, cf. BARBO, Daniel. *O Triunfo do Faló: Homoerotismo, Dominação, Ética e Política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

³⁵ BERRONG, Richard M. Vautrin and Same-sex Desire in *Le Père Goriot*, p.59.

³⁶ WOOD, Naomi. Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's *Fairy Tales*. *Marvels & Tales: Journal of Fairy-Tale Studies*, Vol. 16, Nº 2 (2002), pp. 156-170, p.156.

³⁷ WOOD, Naomi. Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's *Fairy Tales*, p.158.

³⁸ Oxford English Dictionary. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~paideia/> Acesso em: 27/01/2009.

³⁹ WOOD, Naomi. Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's *Fairy Tales*, p.158.

⁴⁰ DOWLING, Linda C. *Hellenism and Homosexuality in Victorian Oxford*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1994, p.95-98.

A cultura masculinizada da *Universidade de Oxford*, seu sistema tutorial, bem como sua ênfase no valor transcendente dos “Greats”, em particular Platão, providenciaram uma atmosfera educacional fértil para um código pederástico que finalmente encontrou um pupilo apto em Oscar Wilde. Também, esse foi um período em que artistas podiam identificar-se abertamente com o ‘Uranismo’, escrevendo poemas e pintando retratos como forma de celebrar a beleza e o apelo sensual de garotos.⁴¹ Como em muitas partes e períodos do mundo grego, e por influência desta mesma cultura clássica, nesse período da Era Vitoriana, o objeto de desejo erótico, para muitos, era realmente o adolescente masculino, o correspondente da *femme fatale* de outras épocas.

Em sua análise sobre o período, Martha Vicinus salienta que muitos escritores *homossexuais* deste momento inspiraram-se na mitologia clássica e nas histórias bíblicas.⁴²

Conforme Linda Dowling, a estética de Walter Pater recendia todos os sentidos da palavra socrática *eispnelas*, termo espartano para denominar o amante/tutor na relação pederástica daquela *polis* e que corresponde em Atenas, a *polis* de Sócrates, ao *erastés*.⁴³

E Oscar Wilde incorporou essa estética tanto textual quanto socialmente. O tom pederástico emanada pela obra *Renaissance* fora o grande propulsor intelectual, espiritual e sensual de sua obra, arte e vida. Segundo Naomi Wood, a iniciação homoerótica de Wilde fora com Robert Ross, seu amigo fiel e editor, quando Ross tinha dezessete anos e o dramaturgo, trinta e dois. Durante seu período mais produtivo, a partir da escrita de *The Happy Prince* em 1885, vários jovens ardentes procuravam-no para trocas literárias e sexuais e ele próprio buscava garotos atraentes para o mútuo prazer. Suas recepções noturnas, como parte integrante dessa cultura homoerótica, possuíam muito das combinações sensoriais especificadas pelos banquetes gregos: visão, gosto, cheiro e som. Belas acomodações e móveis, obras de arte, fausto repasto que incluía champagne e patê, flores que perfumavam o ambiente, uma miríade de elementos que estimulava todos os sentidos e cujo deleite era amplificado pela incomparável habilidade de conversação, feito um Sócrates, do anfitrião.⁴⁴

Linda Dowling, estabelecendo as relações entre a cultura grega e a estética de Walter Pater, percebeu que, para esse autor,

A própria ocasião de seu ensaio – lido em voz alta para um ouvinte que é seu sujeito numa cena simposiárica masculina de sociabilidade, descontração e discurso filosófico – permite a Pater não simplesmente invocar a cultura esquecida do *symposium*, mas também encená-la.⁴⁵

O mesmo pode ser dito sobre a estética de Oscar Wilde. A escolha do gênero *Fairy Tale* fazia parte da própria iniciação pederástica de jovens na estética viril. Wood lembra que

O primeiro registro de *The Happy Prince* é uma estória contada em 1885 para um grupo de universitários de Cambridge que tinha convidado Wilde para assistir a sua produção da peça *Eumenides*. O conto de Wilde sobre a relação entre o príncipe feliz e a andorinha macho que o servia e aprendia com ele, claramente preparava e analisava os efeitos transcendentais da relação pederástica.⁴⁶

Ainda que a presença do tom pederástico da visão de mundo de Pater seja marcante na obra de Wilde, este, contudo, vai muito além da estética do mentor, sendo um artista independente o suficiente para levar a profundidades surpreendentes os ecos de suas palavras. Wilde estende suas implicações para a vida e “critica reflexivamente, demonstrando tanto os prazeres quanto os perigos de tal *ethos*”⁴⁷ homoerótico. Tomemos como referência para uma análise da presença e do significado do *ethos* homoerótico grego, enfim, da pederastia grega, na produção artística de Oscar Wilde, a sua obra mais conhecida e difundida: *The Picture of Dorian Gray*.

Nas palavras de Naomi Wood, Lord Henry Wotton toma as características de um *eispnelas* em relação a Dorian Gray. No início do romance, comparando as feições de Basil Hallward com as do adolescente no retrato inacabado pintado por aquele, Henry declara:

Não encontro, francamente, nenhum traço de semelhança entre você, com sua fisionomia carrancuda e enérgica, o seu cabelo preto como carvão, e esse jovem Adônis, que parece feito de marfim e de pétalas de rosa. Porque ele, meu caro Basil, é o próprio Narciso, e você...⁴⁸

De forma um tanto platônica, o próprio pintor do retrato amava Dorian. Explicando porque não pretendia dizer o nome do jovem retratado na tela a seu amigo Henry, Basil declara: “Não saberia explicar. Quando quero muito a alguém, não digo nunca o seu nome a ninguém. Seria como renunciar a uma parte dele.”⁴⁹ Logo em seguida, Basil explica porque há tanto dele no retrato de Dorian Gray, tornando inquestionável sua paixão pelo adolescente:

Estava, pois, no salão havia dez minutos, conversando com damas maduras enfeitadas exageradamente, ou com fastidiosos acadêmicos, quando subitamente notei que alguém me observava. Voltei-me e, pela primeira vez, vi Dorian Gray. Ao encontrarem-se os nossos olhos, senti-me empalidecer. Curiosa sensação de terror apoderou-se de mim. Compreendi que estava diante de alguém cuja simples personalidade era tão fascinante que, se me abandonasse a ela, absorveria a minha natureza inteira, a minha alma e até a minha própria arte. Não queria nenhuma influência exterior na minha vida. Você já sabe, Harry, que sou independente por natureza. Fui sempre senhor de mim mesmo; pelo menos, tinha-o sido sempre, até o dia do meu encontro com Dorian Gray.⁵⁰

41 WOOD, Naomi. *Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's Fairy Tales*, p.158-159.

42 VICINUS, Martha. *The Adolescent Boy: Fin-de-Siècle Femme Fatale? In: DELLAMORA, Richard (Ed.). Victorian Sexual Dissidence*. Chicago: University of Chicago Press, 1999, p.85. Grifo nosso.

43 DOWLING, Linda C. *Hellenism and Homosexuality in Victorian Oxford*, p.83. CANTARELLA, Eva. *Bisexuality in the ancient world*. London/New Haven: Yale University Press, 1992, p.8, referindo-se aos ritos de passagem da Grécia pré-poliada, pergunta-se “por que diabos o intercurso anal entre os gregos – como entre outros povos que estavam muito longe deles no tempo e no espaço – deve ser considerado parte do processo de formação de um homem adulto?”. Tentando responder essa pergunta, Cantarella, aventando uma possível explicação, afirma que “de acordo com Erich Bethe (que sustenta sua hipótese comparando as práticas gregas com as de outras populações ‘primitivas’) a relação sexual era considerada necessária pela razão de que ela podia transferir as virtudes masculinas para o garoto por meio do esperma de seu amante; de fato, os gregos usavam, frequentemente, o verbo *eispsnein* ([Lat.: *inspirare*) para denotar esse tipo de relação e usavam os nomes *eispnelas* e *eispsnelas* (*inspirador*) como sinônimos de amante.”

44 WOOD, Naomi. *Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's Fairy Tales*, p.160.

45 DOWLING, Linda C. *Hellenism and Homosexuality in Victorian Oxford*, p.83.

46 WOOD, Naomi. *Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's Fairy Tales*, p.161.

47 WOOD, Naomi. *Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's Fairy Tales*, p.162.

48 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p.11.

49 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.12.

50 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.14.

A partir de então, feito um *erastés* dominado pelo semblante de um jovem, a rondar a sua volta, completamente extasiado pela atração inescapável provocada pela beleza física do amado, Basil perde a sua independência e torna-se um escravo de Dorian Gray. O ideal de beleza física do mundo clássico, a harmonia entre corpo e alma inerente à pederastia grega, bem como a inspiração artística e intelectual advinda desta prática imprimem-se na mente de Wilde para explicar o efeito causado pelo jovem na alma do pintor, pois este declara que

o que a invenção da pintura a óleo foi para os venezianos, e o rosto de Antínoo para a tardia escultura grega, o rosto de Dorian Gray será algum dia para mim. (...) A sua personalidade me sugeriu uma espécie de arte e um modo de estilo completamente novos. (...) Posso agora recriar vida de um modo que antes estava oculto. "Uma forma sonhada em dias de meditação..." (...) Ah! Ficaria surpreso se você pudesse avaliar o que isto significa. Define para mim, inconscientemente, as linhas de uma nova escola, de uma escola que unisse toda a paixão do espírito romântico a toda perfeição do espírito grego. A harmonia do corpo e da alma...⁵¹

Mais adiante no enredo, Basil revela a Dorian: Dorian, desde o momento em que o conheci, sua personalidade teve sobre mim a mais extraordinária influência. Minha alma, cérebro e poder ficaram dominados por você. Para mim, você se converteu na encarnação visível desse ideal invisível que nos persegue a nós, artistas, como um sonho estranho. Foi devoção o que senti por você. Tive ciúmes de todas as pessoas com quem você falava. Queria você só para mim. Só era feliz quando estava com você. Quando longe de mim, você se mantinha presente em minha arte...⁵²

O que isso significa senão o mais ardente amor, a inexorabilidade da força insondável, com suas correntezas sem direção, com suas profundezas sem chão, que *eros*, revel, opera na alma inconsciente do ser humano? É o estado de espírito de Oscar Wilde, seduzido pela experiência homoerótica helênica e pelos ideais sócráticos, bordejando contra a corrente vitoriana em *Oxford*.

A beleza do jovem imprimiu-se também muito vivamente na percepção de Lord Henry. Depois de conhecê-lo pessoalmente, fitou-o e pensou consigo mesmo:

Sim, era, na realidade, maravilhosamente belo, com seus lábios rubros finamente traçados, seus olhos francos e azuis, e sua cabeleira crespa e loura. Havia algo em seu rosto que inspirava imediata confiança. Ali estava todo o candor da juventude, unido à pureza ardente da adolescência. Notava-se que o mundo não a tinha ainda manchado. Não era sem razão que Basil Hallward o adorava.⁵³

Basil e Henry, dois *eisḗnelai*, dois *erastai* contemplando o aspecto divino da jovialidade de Dorian. Tal como os gregos, ambos sentiam a presença das perfeições de um deus tanto na beleza masculina do adolescente quanto na nobreza de sua presença marcante, inspiradora imediata de confiança. A juventude de Dorian Gray é, nas palavras de Lord Henry "uma soberania de direito divino"⁵⁴.

A obra *The Picture of Dorian Gray* está repleta de citações ao mundo grego. A começar pelo próprio nome do belo adolescente protagonista, o que dispensa explicações. Nome escolhido não ao acaso: muitos pensadores e historiadores, desde Karl Otfried Müller no século XIX até o século XX, consideraram os dórios – uma das tribos indo-européias, os quais invadiram e conturbaram o mundo dos Aqueus no final do segundo milênio a.C. –, os disseminadores da prática homoerótica na cultura grega subsequente.

Belo modelo, ao pousar para ser pintando por Basil, o narrador diz que "Dorian Gray subiu para o estrado com o ar de um jovem mártir grego"⁵⁵. Nos pensamentos de Lord Henry, é descrito que Dorian "encarnava a graça e a branca pureza da adolescência, e a beleza tal como ~~no~~-la conservaram os antigos mármore gregos."⁵⁶ Ainda nesses mesmos pensamentos, Henry, analisando a força da imagem de Dorian sobre a produção artística e fundamentalmente sobre o espírito de Basil, realiza que o jovem ia se tornando nas

simples formas e modelos das coisas, por assim dizer, refinadas, e adquirido uma espécie de valor simbólico, como se elas mesmas fossem modelos de alguma outra forma mais perfeita, cujo reflexo tornavam real (...). Lembrava algo semelhante na história. Não fora Platão, o artista do pensamento, o primeiro que analisara aquilo?⁵⁷

Na opinião de Lord Henry o mundo seria muito melhor se as pessoas tomassem para si o ideal grego:

Creio que, se um homem quisesse viver a sua vida plena e completamente, se quisesse dar forma a todo sentimento seu, expressão a cada pensamento, realidade a todo sonho, acredito que o mundo receberia tal impulso novo de alegria, que esqueceríamos todas as enfermidades medievais, para voltar ao ideal grego, a algo mais belo e mais rico, talvez, que esse ideal.⁵⁸

Lord Henry refere-se aqui à face hedonista da cultura grega, incluindo nesse desejo de volta ao helenismo a própria prática homoerótica, tão reprimida sob o signo da Era Vitoriana e do Protestantismo. As palavras de Lord representam a primeira grande influência de Walter Pater nessa obra de Wilde. Seu acentuado hedonismo, o qual será alegre e sarcasticamente adotado por Dorian Gray, irá, mais tarde, destruir o narcísico protagonista que conservará, até a sua morte

51 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.18-19.

52 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.138.

53 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.26.

54 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.32.

55 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.27.

56 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.48.

57 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.49.

58 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.28.

inacreditável e insólita, as feições da adolescência e da beleza, primeiro desejadas e depois repudiadas. Em *Renaissance*, Pater havia escrito:

Não o fruto da experiência, mas a experiência em si é o fim. (...) Com esse sentido de esplendor de nossa experiência e de sua horrível brevidade, juntando tudo o que somos num esforço desesperado para ver e tocar, dificilmente teremos tempo para fazer teorias a respeito das coisas que vemos e tocamos. Estamos todos sob sentença de morte, mas com um tipo de trégua indefinida. Temos um intervalo e então nosso lugar não nos conhece mais. Nossa única chance reside em expandir aquele intervalo, em ter tanto mais pulsações quanto possível nos limites do tempo dado.⁵⁹

Henry acrescenta a esse desejo de retorno ao hedonismo pagão – em claro confronto com o cristianismo, com o protestantismo inglês – uma apologia de jaez pateriana:

Contudo, o mais corajoso dentre nós tem medo de si mesmo. A mutilação do selvagem tem a sua trágica sobrevivência na própria renúncia que corrompe as nossas vidas. Somos castigados por nossas renúncias. Cada impulso que tentamos aniquilar germina em nossa mente e nos envenena. Pecando, o corpo se liberta do seu pecado, porque a ação é um meio de purificação. Nada resta então a não ser a lembrança de um prazer ou a volúpia de um remorso. O único meio de livrar-se de uma tentação é ceder a ela. Se lhe resistirmos, as nossas almas ficarão doentes, desejando as coisas que se proibem a si mesmas, e, além disso, sentirão desejo por aquilo que umas leis monstruosas fizeram monstruoso e ilegal. Já se disse que os grandes acontecimentos têm lugar no cérebro. É no cérebro e somente nele que têm também lugar os grandes pecados do mundo. O senhor mesmo, Gray, com a sua juventude cor-de-rosa e a sua adolescência alvirrósea, terá tido paixões que o tenham atemorizado, pensamentos que o tenham enchido de terror, sonhos despertos e sonhos adormecidos, cuja simples lembrança poderia tingir de vergonha as suas faces...⁶⁰

A influência da estética hedonista e pederástica de Pater sobre a personalidade de Oscar Wilde e sua obra, atinge a sua evidência mais forte, especificamente em *The Picture of Dorian Gray*, nos pensamentos do adolescente protagonista:

Sim! Deveria aparecer, como tinha profetizado Lord Henry, um novo hedonismo que refundiria a vida e a salvaria do puritanismo desagradável e absurdo que, estranhamente, está renascendo em nossos dias. E isto seria certamente obra do intelecto. Todavia, nunca seria aceitável uma teoria ou sistema que, de algum modo, implicasse o sacrifício da experiência passional. Sua finalidade seria, na verdade, a própria experiência, e não seus frutos, quer fossem doces ou amargos. Não seria admissível nem o ascetismo, que aniquila os sentidos, nem os

excessos grosseiros, que os embotam. Mas haveria necessidade de ensinar aos homens como deveriam concentrar-se nos momentos de uma vida que por si mesma nada mais é que um momento.⁶¹

O vínculo que se estabelece entre Walter Pater e Oscar Wilde, tanto no registro da obra quanto no da vida pessoal, vai muito além de afinidades puramente estéticas. Apontam para uma específica cultura política homoerótica dentro da *Universidade de Oxford* e na contracorrente do vitorianismo e do protestantismo.

Sob a influência das palavras de Lord Henry, que lhe disse: “quando a sua juventude se desvanecer, a sua beleza ir-se-á com ela. (...) O senhor empalidecerá, vincar-se-ão as suas faces e apagar-se-ão os seus olhos. Sofrerá horrivelmente... Ah! Aproveite a sua juventude enquanto a tem”⁶², Dorian, ao vislumbrar a beleza de seu rosto fixada no retrato, estremeceu com a idéia de que sua imagem, capturada pelo artista, permanecerá sempre jovem, ao passo que ele se tornará velho, horrível, espantoso. A revolta, subitamente, instaurou-se na alma e no coração do adolescente. Feito um *erómenos*, vaidoso de sua beleza, como que se inquietando com os primeiros fios da barba e temendo a rejeição daquele que, ele bem sabe, o ama, Gray pretendeu dar a alma em troca da juventude eterna. Triste, murmurou: “se ocorresse o contrário! Se eu ficasse sempre jovem, e se esse retrato envelhecesse!”⁶³. Com esta idéia fixa, revoltou-se contra o artista:

sou para você menos que o seu Hermes de marfim ou que o seu Fauno de prata. A eles você amará sempre. A mim, por quanto tempo quererá? Até a minha primeira ruga, suponho. Agora sei que, quando alguém perde a sua beleza, perde tudo. A sua obra fez-me compreender isso. Lord Henry Wotton tem toda razão. A juventude é a única coisa que vale a pena. Quando perceber que estou envelhecendo, matar-me-ei.⁶⁴

No desenrolar de sua relação com Lord Henry, cada vez mais amigos e íntimos, Dorian chegou a lhe dizer: “– Sim, Harry, acho que você tem razão. Não posso deixar de contar-lhe coisas. Você exerce sobre mim uma curiosa influência. Se alguma vez eu cometesse um crime, viria contar-lhe. Você me compreenderia”⁶⁵, o que demonstra o quão Lord Henry fascinava o adolescente, o quão este estava sob a influência daquele “que conhece todos os segredos da vida”⁶⁶. O fascínio advinha do fato de que tudo o que Lord Henry dizia, o seu modo hedonista de ver o mundo, as coisas e as pessoas, Dorian considerava um ensinamento, uma aprendizagem, uma tutela estética, filosófica e intelectual. Ele usufruía daquela tutoria com imenso prazer. No desenrolar da trama, aceitando o convite de lady Ágata, tia de Lord Henry, para um almoço, “Dorian, à extremidade da mesa, inclinou-se timidamente para ele [Lord Henry], enrubescendo de prazer”⁶⁷, fazendo-se lembrar

59 PATER, Walter *apud* WOOD, Naomi. *Creating the Sensual Child: Paterian Aesthetics, Pederasty, and Oscar Wilde's Fairy Tales*, p.162.

60 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.28-29.

61 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.157.

62 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.32-33.

63 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.36.

64 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.37.

65 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.67.

66 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.70.

67 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.49.

um *erómenos* fascinado diante das inúmeras qualidades de um possível *erastés*. A filosofia hedonista de Lord Henry encantou a todos nesse dia. Ele

jogava com a idéia, e tornava-se caprichoso; lançava-a ao ar e transformava-a; deixava-a escapar para tornar a apanhá-la; irisava-a com a sua fantasia, e dava-lhe asas de paradoxo. O elogio da loucura, à medida que ele prosseguia, elevou-se a uma filosofia e a própria filosofia rejuvenesceu; valendo-se da música louca do Prazer, utilizando, pode-se imaginar, a sua túnica de vinho e engrinaldada de hera, dançou como uma bacante sobre as colinas da vida, e zombou do pesado Sileno por sua sobriedade. Os fatos deslizavam diante dela, como criaturas silvestres apavoradas. Seus alvos pés pisavam o imenso lagar onde impera o sábio Omar até que o espumante suco da uva lhe envolvesse as pernas nuas em ondas de bolhas purpúreas ou escorresse em vermelha espuma, sobre os flancos oblíquos e gotejantes do tonel. Foi um improviso extraordinário. Sentiu que os olhos de Dorian Gray estavam fixos nele, e a certeza de que entre o auditório havia alguém cujo temperamento desejava fascinar parecia dar-lhe agudeza genial e emprestar colorido à sua imaginação. (...) Dorian Gray não tirava os olhos dele, como que hipnotizado; sorrisos sucediam-se nos seus lábios e o maravilhamento tornava-se mais grave nos seus olhos sombrios.⁶⁸

Lord Henry tangia no coração e na alma daquele garoto cordas dantes nunca vibradas. E o efeito de sua influência sobre o adolescente, o efeito de seus ensinamentos, bem como o retorno emocional e estético para si próprio, ao modo de uma dialética socrática, Lord Henry logo os percebeu:

Quão diferente era agora do tímido e amedrontado rapaz que conhecera no estúdio de Basil Hallward! Seu caráter desabrochava como uma flor, produzira botões de chama escarlate. Sua Alma havia deslizado para fora do seu secreto esconderijo, encontrara-se com o Desejo no caminho.⁶⁹

(...) O adolescente era, em grande parte, sua própria criação. Tornara-o precoce.⁷⁰

(...) Ele era como uma dessas graciosas figuras num cerimonial ou numa peça de teatro, cujas alegrias nos parecem remotas, mas cujas dores nos abrem os sentidos para a beleza, e cujas chagas parecem rosas vermelhas.⁷¹

Por seu turno, Lord Henry comporta-se semelhantemente a um *erastés* ateniense, quando, um pouco antes no enredo da história do trio, pensava que

sim, tentaria ser para Dorian Gray o que, sem o perceber, fora o adolescente para o pintor que havia feito aquele maravilhoso retrato. Tentaria

dominá-lo – na realidade, já o havia quase conseguido. Tornaria seu, aquele espírito maravilhoso. Havia algo de fascinante naquele filho do Amor e da Morte.⁷²

E dava-lhe presentes como “um espelho oval, emoldurado de cupidos de marfim – um dos inúmeros presentes de Lord Henry”⁷³.

O antigo senso estético focado na beleza física do adolescente masculino parece ter fascinado Oscar Wilde ao ponto de se tornar a diretriz erótica fundamental de suas obras, o que combinava perfeitamente com seu próprio desejo erótico e estilo de vida. Antes de pintar Dorian Gray tal qual ele era no século XIX, Basil revela ao adolescente que

o havia desenhado como Páris, com delicada armadura, ou como Adônis, com uma capa de caçador e uma azagaia polida. Coroado com pesadas flores de lótus, ia você, sentado à proa do barco de Adriano, contemplando a outra margem do Nilo verde e turvo. Ou você aparecia inclinado sobre o lago tranqüilo de alguma selva grega, contemplando nas águas prateadas e silenciosas a maravilha de seu próprio rosto.⁷⁴

Quanto ao retrato em si, o mote da obra de Wilde, havia nele algo de ‘Narciso às avessas’ para Dorian Gray. Quando percebe que seu desejo havia se materializado, o adolescente faz a seguinte reflexão: “Mas e o retrato? Que pensar daquilo? Possuía o segredo de sua vida e revelava a sua história. Ensinara-o a amar a própria beleza. Iria também ensiná-lo a odiar a própria alma? Devia olhá-lo de novo?”⁷⁵ A princípio, fascinou-o a idéia de que sua imagem envelheceria no retrato, ao passo que ele próprio, corpo e rosto, permaneceria jovem e belo para sempre:

Aquele retrato seria para ele o mais mágico dos espelhos. Do mesmo modo que lhe havia revelado seu próprio corpo, haveria de revelar-lhe sua própria alma. E, quando chegasse o inverno para o retrato, ele estaria ainda no vacilante limite entre a primavera e o verão. Quando o sangue fosse desaparecendo de seu rosto e deixasse atrás uma máscara lívida, como que engessada, com olhos inexpressivos, ele conservaria ainda o esplendor da adolescência. Nenhuma florescência da sua beleza jamais murcharia. A pulsação de sua vida jamais se enfraqueceria. Como os deuses gregos, seria forte, ágil e alegre. Que lhe importava o destino da imagem pintada na tela? Ele se salvaria. Eis tudo.⁷⁶

Segundo Arturo Arnalte, em seu artigo *El amigo ideal: las relaciones desiguales en la literatura homosexual*, a procura por uma relação homoerótica desigual na literatura e na vida de

68 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.54-55.

69 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.70.

70 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.73.

71 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.73-74.

72 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.49.

73 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.111.

74 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.139.

75 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.112.

76 WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.129.

muitos destes autores dos séculos XIX e XX (dentre eles, Paul Verlaine, Eduard Morgan Forster, Richard Ackerley, Arthur Rimbaud, Oscar Wilde, mas também Honoré de Balzac, André Gide e Marcel Proust) tem como precedente a Antiguidade Clássica. Estes escritores, retomando o tema do amor entre homens na atmosfera cientificista oitocentista e novecentista, expressam seu desejo por pessoas de fora de seu grupo social, isto é, socialmente inferiores, tematizando ou reabilitando o diferencial de poder dos modelos da pederastia grega e do homoerotismo romano. Na medida em que a tradição grego-romana serve de fonte quase inesgotável de modelos e imagens para a literatura e a própria vida pessoal desses escritores, ela é um dos elementos fundamentais na construção da identidade homossexual, um processo que se desenvolve durante o século XIX e o começo do século XX.⁷⁷

Relacionando-se a esse diferencial em *status*, era comum a procura do prazer homoerótico fora dos limites da Europa, como, por exemplo, no norte da África. É indicador desta prática uma breve passagem de *The Picture of Dorian Gray*. Ao fim de poucos anos, depois de longas viagens e não podendo mais suportar um afastamento mais prolongado da Inglaterra, o narrador diz que Dorian “vendeu então a vila que partilhava em Trouville [pequeno porto e praia da França na região da mancha] com Lord Henry, bem como a casinha de muros brancos que possuía em Argel e em que tinham passado muitos invernos.”⁷⁸

Dorian Gray, embora encantado com Lord Henry Wotton e Basil Hallward, apaixona-se por Sybil Vane; Lord Henry, embora apaixonado por Dorian Gray, é, pelo menos formalmente, casado com Vitória e confessa que já havia se apaixonado por várias atrizes. Basil Hallward vive uma paixão platônica por Dorian Gray. Como Vautrin, ainda não se encaixam na categoria da homossexualidade, nem da heterossexualidade. Esses personagens profundamente complexos de Balzac e Wilde, representando a sensibilidade homoerótica do século XIX, não são forjados com base na dicotomia extrema das categorias eróticas da *sexualidade*. Estão, sim, a pulsar, latejar, no coração que exatamente dará vida a essa *sexualidade*. Suas caracterizações balizam-se, ainda, pelas convenções da estética e da ética da pederastia clássica.

⁷⁷Revista Quimera

⁷⁸WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*, p.168.

Abolicionismos e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888)

Luiz Gustavo Santos Cota

Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Bolsista de doutorado do CNPq-Brasil

lgscota@yahoo.com.br

Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF

vasconcelosritadecassia@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo um breve exame dos usos da imprensa como arma contra a escravidão por parte de militantes abolicionistas na década de 1880. Em um cenário conturbado e deveras complexo, a imprensa teve um papel central dentro da campanha abolicionista, constituindo-se como um dos principais “palanques” utilizados por aqueles que desejavam o fim da escravidão, fosse gradual ou imediata e sem indenização. Intentamos nesse texto identificar como os abolicionistas que atuaram no Rio de Janeiro, a Corte Imperial, e seus “colegas” da antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, utilizaram a imprensa como portavoza de seus reclames pela abolição, analisando a forma como construíram sua prática discursiva, além dos embates travados entre eles mesmos nas páginas dos jornais.

Palavras-chaves: Abolicionismos, imprensa, retórica.

Abstract:

The present article has as main objective a brief exam of the uses of the press as weapon against the slavery on the part of abolitionist militants in the decade of 1880. In a disturbed scenery and really complex, the press had a central paper inside of the abolitionist campaign, being constituted as one of the main “stands” used by those that wanted the end of the slavery, it was gradual or immediate and without compensation. We attempted in that text to identify as the abolitionists that acted in Rio de Janeiro, the Imperial Cut, and their “friends” of the old capital of Minas Gerais, Ouro Preto, they used the press as spokesperson of their advertisements for the abolition, analyzing the form how they built his/her discursive practice, besides the collisions locked among them same in the pages of the newspapers.

Keywords: Abolitionism, presses, rhetorical.

Introdução

A década de 1880 representa para a história do Brasil um período de importantes mudanças na sua organização sócio-política, com a abolição do trabalho escravo e a instalação da república federativa. Entretanto, tais mudanças não alcançaram uma transformação em nível estrutural com a ampliação da cidadania e redistribuição da propriedade rural.

Neste cenário muitos foram os personagens, os objetivos, as idéias. Cada um protagonizando a sua história dentro das possibilidades existentes no arranjo social em que estava inserido, e, ao mesmo tempo, articulando com outros indivíduos e grupos na defesa de interesses em comum. As personagens que nos guiarão, nos últimos anos de vigência da escravidão em terras brasileiras serão os militantes abolicionistas que utilizaram a imprensa como um de seus principais “palanques” na discussão da chamada questão servil. Situados em lugares diferentes, em Ouro Preto e na Corte, nossas personagens empreenderam um importante papel na

divulgação dos ideais que pregavam o fim da escravidão no Brasil, fosse de forma lenta e indenizada ou imediata sem qualquer tipo de reparação aos senhores escravistas.

Foi durante a década de 1880 que a luta pela abolição alcançou seu auge ganhando contornos praticamente irreversíveis. Segundo Maria Tereza Chaves Mello, em seu *A República consentida*, aquela que foi a última década da escravidão começou e terminou com tensão, marcada, consecutivamente, pela Revolta do Vintém, pela campanha abolicionista e pela confusa Proclamação da República. Nesse contexto, a rua começava adquirir o significado de espaço privilegiado da contestação política e social, sobretudo com o crescimento dos *meetings*, das conferências com os mais floreiros discursos, além das peças teatrais e as inúmeras festas de conteúdo antiescravista com seus multifacetados convivas. “A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *lôcus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano [e abolicionista]”.¹

¹ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. Ed. da UFRJ (Eduer), 2007, p. 29.

Assim, o discurso abolicionista começava extrapolar as paredes dos salões imperiais chegando com toda força também à imprensa que se apresentou como um dos *loci* privilegiados do debate político e social em torno da abolição. Os jornais serviram de palco para que a ação dos diversos atores sociais envolvidos no processo histórico que levou ao fim da escravidão fosse visualizada em suas variadas formas, contudo, o proscênio se estendia também para fora suas páginas. Além da imprensa outras “frentes de combate” passaram a ser utilizadas pelos abolicionistas.

A *British and Foreign Anti-slavery Society*, cuja ação foi decisiva na luta contra a escravidão no “velho mundo”,² serviu de inspiração para que figuras como Joaquim Nabuco, André Rebouças, João Clapp, José do Patrocínio, entre outros, criassem, em setembro de 1880, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, cuja missão era convencer a população da necessidade da abolição. A principal ferramenta de trabalho da Sociedade era a propaganda feita através do *O Abolicionista*, órgão de imprensa oficial da entidade, fundado em novembro daquele mesmo ano.³ Segundo José Murilo de Carvalho,

Do ponto de vista da propaganda, a iniciativa mais importante de 1880 foi o início das Conferências Abolicionistas organizadas pelos mesmos lutadores da Sociedade. Não era ainda a rua, mas eram os teatros do Rio que se tornavam arena de luta, ampliando e democratizando o que até então se passava dentro do limitado espaço das Câmaras.⁴

Os teatros e salões de baile abriram suas portas para os *meetings*, saraus lítero-musicais, peças teatrais e demais atividades organizadas pelos clubes abolicionistas que se espalharam por vários pontos do Império. Mas foi a partir da fundação da *Confederação Abolicionista* em 1883, tendo à frente José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp, que o movimento de fato ganhou um novo fôlego, congregando em pouco tempo de funcionamento 17 sociedades abolicionistas da Corte e de outras plagas do Império. A partir daí “a onda da abolição crescia diluvialmente, ameaçando tudo, prestes a engolir a senzala e o trono”, saindo dos salões e ganhando as ruas onde os discursos bem floreados ganharam muitas vezes um tom mais quente, recebendo interpretações muito variadas. O palco estava descortinado e pronto para assistir ao desenrolar de uma multiplicidade de falas e ações.⁵

A preocupação com a preservação da ordem pública, da economia e da hierarquia social sem dúvida marcou forte presença no discurso de muitos dos militantes da abolição, porém, mesmo esta faceta, a de um abolicionismo de brancos

preocupados em resolver seus próprios problemas,⁶ se viu às voltas com algo novo logo que chegou à rua. Nas palavras de Maria Helena Machado ocorreu nesse instante,

uma complexa interação de projetos e atuações diversas que, ao atingir extratos sociais perigosamente instáveis, colocou em curso uma atuação política muito menos comprometida com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico do que até o momento se tem admitido.⁷

É evidente que muitos dos que se auto-intitulavam “arautos da liberdade” se encerraram nos salões imperiais e temiam, por exemplo, as conseqüências do contato com os cativos e demais membros do “populacho”. Entretanto, pesquisas como as desenvolvidas por Maria Helena Machado e Eduardo Silva, vem demonstrando que o movimento abolicionista ganhou novos rumos na medida em que ganhava as ruas e se aproximava da população, proporcionando a construção de projetos e atuações muito diversas.⁸

Matizando a ação abolicionista em São Paulo, nos anos finais do regime escravista, Maria Helena Machado percebeu as interações entre a chamada “*arraia miúda*” e os vários grupos abolicionistas, tendo como resultado a mescla de idéias de natureza bem diversa. Império a fora, os discursos estampados nos jornais ou pronunciados nos *meetings* e demais manifestações de rua organizadas pelos abolicionistas, chamavam a atenção dos setores populares dos centros citadinos, que mesmo de forma turbulenta e desorganizada, sentiam-se atraídos pelas palavras que ecoavam pelas ruas.⁹

Pelas discussões até aqui sumariamente levantadas, podemos ter uma dimensão da importância e riqueza do período abordado (a década de 1880), principalmente no que diz respeito às transformações políticas e sociais que nela se desenrolaram. O que aqui procuramos examinar é exatamente a forma como a imprensa daquele fim do oitocentos colaborou para a construção desse conturbado e complexo cenário, sobretudo no que diz respeito à luta pelo fim do que muitos dos atores sociais daquele tempo chamavam de “cancro roedor da nação”. Falando mais claramente, intentamos identificar como os abolicionistas da Corte, o centro do poder Imperial, e seus “colegas” da antiga capital de Minas Gerais, a fria Ouro Preto, utilizaram a imprensa como porta-voz de seus reclames pela abolição. Dessa forma, acabamos por dividir este trabalho em duas partes: na primeira analisaremos o lugar de fala dos abolicionistas - a imprensa - e no, segundo momento, quais as estratégias adotadas pelos abolicionistas cariocas e ouropretanos para transformar a imprensa em uma verdadeira arma na luta pelo fim da escravidão.

É evidente que a realidade das duas cidades

² CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp.36-37.

³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp.172-173.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Com o coração nos lábios. In: PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996, p.11.

⁵ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editor UFRJ, EDUSP, 1994.

⁶ Este tipo de interpretação, do abolicionismo como um bloco ideológico homogêneo, cujo único objetivo era garantir à elite imperial uma transição segura para o capitalismo que preservasse a hierarquia social, está presente, sobretudo, nas obras de autores ligados à chamada “Escola Paulista”: IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 volumes, terceira edição. São Paulo: Ática, 1978.

⁷ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, p.146.

⁸ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuismo?* In: REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

⁹ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, p.148.

abordadas neste trabalho é completamente distinta. Nos dizeres do alemão Carl Von Kozeritz, “o Rio de Janeiro é o Brasil!”. Não há como negar que a Corte, com seus salões, teatros e cafés, além de todo o “aparato político” próprio da capital de um país; era o “centro nervoso” de todo Império. Com a chegada da família real portuguesa em 1808, o Rio de Janeiro foi quem primeiro assistiu à instalação efetiva da imprensa no Brasil, com a criação da Imprensa Régia naquele mesmo ano.¹⁰ Já na década de 1880, a Corte se constituiu ainda como ponto central do movimento abolicionista que inundou os jornais ali editados com seus argumentos contra a escravidão.¹¹

Se Ouro Preto não carregava o mesmo status de centro do Brasil como o Rio de Janeiro, a antiga Vila Rica era a capital da província com o maior número de escravos durante todo o século XIX.¹² A imprensa deu seus primeiros passos na capital mineira apenas em 1823 com a criação do fugaz *O Compilador Mineiro*, primeiro jornal editado em Minas, na oficina tipográfica criada em Ouro Preto por Manuel José Barbosa, tendo circulado até janeiro de 1824.¹³ Ao longo do oitocentos a capital acabou por concentrar o maior número de periódicos publicados em Minas Gerais, tendo sido editados ali 163 jornais entre 1823 (ano de surgimento do *Compilador Mineiro*) e 1897 (data da transferência da capital para a recém-criada Belo Horizonte), ponto de maior concentração de periódicos em toda província.¹⁴ Entretanto, ao contrário do que ocorre em relação à Corte, o abolicionismo ainda é um tema pouco prestigiado pela historiografia mineira. A própria existência de jornais exclusivamente dedicados à campanha abolicionista em Minas Gerais era até a pouco tempo um fato negligenciado, o que colaborou, em grande medida, para a formulação de interpretações historiográficas que afirmavam que a referida província assistiu à organização de um abolicionismo tão somente moderado e exclusivamente ligado aos interesses das elites oitocentistas.¹⁵ Entretanto, como tentamos demonstrar nesse artigo, o abolicionismo não se apresentou como um movimento heterogêneo e complexo apenas na Corte, mas também entre as montanhas mineiras.

Uma arma contra a escravidão: a imprensa

A imprensa é uma importante fonte de trabalho para o historiador e permite ampla possibilidade de temática de acordo com a metodologia escolhida. A análise pode partir do texto (estrutura, editorial, retórica) ou do contexto (conjuntura política, econômica e social de uma sociedade em determinado tempo). Outrossim, ainda é possível a junção das duas perspectivas, texto e contexto, o que torna o diálogo entre o historiador e a fonte mais enriquecedor.

Examinaremos os jornais com a preocupação em relacionar o texto com o contexto, por considerarmos a estruturação do texto resultado

de escolhas e influências fornecidas pela conjuntura específica na qual foi produzido, sendo assim a matéria-prima para o texto midiático. Não obstante, cabe ainda ressaltar que as notícias não são informações fidedignas dos acontecimentos e nem o jornalismo uma ação deslocada da realidade, que observa a tudo completamente imune ao que se passa na sociedade. Identificamos o jornalismo como uma “prática social – realizada em condições de produção específicas – [que] capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situação e sentimentos do presente”.¹⁶

Como explica o historiador norte-americano Robert Darnton, ao nos depararmos com as notícias estampadas em um jornal não travamos contato com a descrição dos fatos da forma como ocorreram, mas sim com uma interpretação de alguém sobre o ocorrido.¹⁷ Entretanto, mesmo estando longe de ser um espelho da realidade, as palavras impressas nos jornais nos permitem uma aproximação com um determinado contexto histórico, com os argumentos que alimentavam as discussões mais candentes, das principais polêmicas ventiladas pela imprensa como *locus* privilegiado na formação da opinião pública.

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quando desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche.¹⁸

A imprensa se apresentou como um dos mais eficazes instrumentos de propagação de idéias e leituras particulares sobre a realidade, com variadas finalidades, fosse como mecanismo de salvaguarda do *stablishment* ou, ao contrário, como arma contra ele, a exemplo do que ocorreu na França revolucionária.¹⁹ Na década de 1880, a imprensa adquiriu papel de destaque na resignificação política adquirida pela rua. A Corte, por exemplo, é marcada pela ação de diversos jornais abolicionistas como o *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Estes jornais tiveram em comum a participação do jornalista José do Patrocínio, seja como jornalista, editor ou mesmo proprietário.

A eloquência era utilizada com maestria por articulistas como José do Patrocínio, que inundavam as páginas dos jornais com argumentos cuja finalidade era “sensibilizar os oponentes eventuais e acidentais para a justiça de suas propostas sobre o fim do cativeiro”.²⁰ Para outro importante propagandista da abolição, Joaquim Nabuco, convencer a opinião pública da real necessidade de se abolir a escravidão era algo mais que urgente, pois dessa forma os focos de

¹⁰ MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia C. P. de Brito (org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p.244.

¹¹ Sobre o desenvolvimento do abolicionismo na cidade do Rio de Janeiro veja, entre outros: MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP mimeo, 1991; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

¹² A respeito dos debates acerca do vigor da escravidão em Minas Gerais ao longo século XIX consulte: MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, vol. 13, nº 1, jan.-abr. 1983; SLENES, Robert W. Os Múltiplos Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.18, nº 3, 1988, p.449-495; LIBBY, Douglas Cole. *A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. São Paulo: Editora Annablume, 2002.

¹³ BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008, p.47.

¹⁴ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, p. 119-249, jan./mar., 1898.

¹⁵ Nesse ponto nos referimos especificamente aos trabalhos de Olliam José e Liana Maria Reis; JOSÉ, Olliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962; REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993. Uma visão alternativa pode ser encontrada da em: COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

¹⁶ BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.283.

¹⁷ DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.16.

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006, p.10.

¹⁹ DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*, p.16.

²⁰ MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil, p.250.

resistência à campanha pela abolição poderiam ser mais facilmente neutralizados, além de influenciar as ações do próprio governo imperial a favor da liberdade.²¹

Essas estratégias são especialmente interessantes para compreendermos o jogo retórico que existia na imprensa brasileira da segunda metade do século XIX, época em que “os letrados lutavam por suas idéias e grupos, pela sobrevivência ou morte na cena da literatura e do jornalismo”.²² A retórica como arte do convencimento, como entendia Aristóteles, se apresenta como um jogo onde o conhecimento prévio e domínio do “auditório” ao qual eram dirigidas as palavras, além, claro, da autoridade embutida no autor, eram de vital importância. Como afirma José Murilo de Carvalho, “auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes. Cada auditório terá seus valores, cada época terá seus auditórios”.²³ Funciona quase como um jogo de xadrez, onde cada movimento é cuidadosamente estudado a fim de ganhar terreno no “campo” do adversário, que, obviamente, responderá de sua parte, defendendo ou atacando.

Nos anos imediatamente posteriores à independência, momento em que a ainda incipiente e efêmera imprensa brasileira se viu livre da dura vigilância da censura portuguesa, as estratégias utilizadas no jogo retórico eram ainda mais claras e violentas. Os panfletos e os jornais publicados na década de 1820 apresentavam verdadeiras guerras de autores que “cuspiam marimbondos”, onde a regra era a utilização do *argumentum ad personam*, ou seja, a desqualificação direta do adversário, sua completa desmoralização.

Apesar de aparentar algo muito pouco civilizado, José Murilo de Carvalho nos esclarece que mesmo a agressão pessoal e direta fazia parte de um estilo específico de argumentação fundado na concepção retórica proveniente da reforma pombalina operada no ensino das universidades portuguesas, onde era “clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento. No gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que eu faço’”.²⁴

Voltando a pensar no contexto da segunda metade do século XIX, podemos elucidar que imprensa estaria no centro da disputa daquilo que Pierre Bourdieu chamou de poder simbólico, ou seja, a capacidade que determinado grupo social tem de criar, gerenciar e alimentar um sistema simbólico cujo objetivo é a legitimação de idéias ou mesmo do poder constituído. Os jornais teriam um papel central na construção dos sistemas simbólicos, entendidos como instrumentos de conhecimento e comunicação responsáveis pela legitimação da dominação existente. Dessa forma,

os jornais auxiliariam o processo de naturalização e dissimulação do poder simbólico de forma que ele se torne imperceptível àqueles a ele submetidos, algo essencial, já que o poder simbólico só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles sujeitos a ele, além dos que o exercem.²⁵

Um exemplo de abolicionismo na Corte

Para exemplificarmos a ação abolicionista na Corte tomaremos o jornal *Cidade do Rio* lançado por José do Patrocínio em 28 de setembro de 1887, data em que se comemoravam os 15 anos da assinatura da Lei do Ventre Livre. O que torna o *Cidade do Rio* peculiar? Qual a característica da narrativa de Patrocínio? A peculiaridade deste jornal está no seu editorial, criado para expor e defender o ideal político e social do seu proprietário e editor José do Patrocínio. O combate à escravidão permeava toda a estrutura do jornal, era o artigo de fundo, motivava a transcrição de notícias publicadas em outros jornais, e também, por coerência de princípios, no setor reservado aos anúncios não eram publicadas referências à negociação ou mesmo às fugas de escravos. Era um jornal abolicionista.

A *Cidade do Rio* era folha vespertina. Sempre foi. O trabalho começava nas oficinas às sete; na redação, às oito. Às duas e meia da tarde, o jornal estava na rua. Havia uma corrida permanente entre a *Cidade do Rio* e a *Notícia*, a ver qual a primeira a sair, envolta no berro agudo dos garotos vendedores, para apanhar os níqueis dos primeiros fregueses. Mas não podia sair antes das duas e meia, porque só às duas corria a loteria.²⁶

Para Patrocínio a abolição era necessária para se alcançar, no Brasil, a modernização e a civilização a exemplo dos países europeus, onde a “França exercia um fascínio sobre boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente Patrocínio que a considerava o ‘berço’ da ‘civilização’”.²⁷ O objetivo da sua campanha era justamente promover o rompimento com o atraso, representado pela escravidão. E o momento da transformação social era aquele em que vivia, e o governo não deveria desperdiçá-lo, pois a abolição era, atualmente, um dos símbolos do grau de desenvolvimento da humanidade.

O *Cidade do Rio* contava com jornalistas de peso, tendo à frente da gerência Serpa Júnior, e colaboradores como Luís Murat, Coelho Neto, Olavo Bilac, Paula Nei. Patrocínio e seus colaboradores utilizavam muitas vezes a emoção para elaborar suas narrativas jornalísticas, além de uma linguagem extremamente violenta em relação à escravidão e aos senhores escravistas, sempre que preciso. Os intelectuais/políticos conheciam bem as práticas da retórica e as utilizavam habilmente em seus jornais, e com Patrocínio,

21 MACHADO, Humberto. Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, jan./mar. 2000, pp.46-47.

22 VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polémicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.13.

23 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi-Revista de História*, 1 (2000), p.138.

24 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, p.140.

25 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p.08.

26 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996, p. 311.

27 MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Leopoldo, 2007.

naturalmente, não foi diferente. Uma das características da retórica é a relação estreita entre o argumento e o orador. “A autoridade do último (pela competência, prestígio, honestidade) é elemento importante de convicção”,²⁸ dessa forma, desqualificar moralmente o adversário era consequentemente desqualificar seus argumentos.

Patrocínio se envolveu em diversos conflitos, por conta de sua pela abolição imediata e sem indenização, que tomou impulso definitivo nos anos de 1880. Para um panorama geral podemos citar sua querela com Apulcro de Castro²⁹, dono do jornal *Corsário*, motivada por questões políticas divergentes. Apulcro era republicano ferrenho e quanto ao abolicionismo sua ação era dúbia. Criticava claramente Patrocínio, chamando-o de “Preto-Cínico”,³⁰ de aproveitador e irresponsável por impulsionar a campanha abolicionista sem que o país estivesse preparado para as mudanças por ela suscitadas.

O proprietário do *Cidade do Rio* também atacou duramente o Barão de Cotegipe, cujo gabinete era qualificado como imprudente, monstruoso e a serviço da escravidão, trabalhando, portanto, para subjugar os homens de cor e a nação inteira aos interesses inescrupulosos dos escravistas. Cotegipe ao assumir o gabinete de Ministros, em agosto de 1885, dissolveu a Câmara dos deputados da Corte, marcando novas eleições a fim de aumentar a bancada conservadora, além de retirar de diversos cargos do funcionalismo público aqueles que simpatizavam com a causa da abolição.³¹ Cotegipe argumentava que havia “uma lei, que é dever do governo executar; ela reconhece a propriedade sobre escravos, e enquanto vigorar tem essa propriedade de ser garantida, como a de qualquer outra espécie”.³² Por sua vez, Patrocínio respondia aos argumentos do barão disparando:

Já em 1835 era possível adivinhar o Sr. Barão de Cotegipe a fazer tilintar a bolsa da polícia secreta para comprar os mercenários das milícias da pirataria e assalariar delatores e testemunhas falsas. Desde então sente-se na terra esse cruor fraticida que empesta a atmosfera nacional, e ainda agora acaba de ser renovado em S. Paulo e em Campos. A escravidão foi desde então o único pensamento governamental do Império.³³

O momento chave para o encaminhamento da abolição pelas vias legais foi a substituição de Cotegipe por João Alfredo no cargo de presidente do Conselho, o que irá provocar de um lado a aproximação de Patrocínio com a Princesa Isabel, e, por outro, a separação daquele com os republicanos. As posições políticas (republicanos e monarquistas) e sociais (escravistas e abolicionistas) tomavam diferentes rumos ao longo da década de 1880. Se antes os republicanos desejavam certo distanciamento em relação à causa abolicionista, principalmente diante de adesões cada vez mais frequentes de fazendeiros escravistas às fileiras de seu partido, já em 1887 com o cenário favorável a abolição ocorre uma aproximação das duas causas. A expressão dessa nova articulação política tem à frente Quintino Bocaiúva no jornal *O País* e

Aristides Lobo no *Gazeta Nacional*.³⁴

O republicano Bocaiúva buscou apoio junto à Confederação Abolicionista para a sua candidatura a deputado da Corte. A Confederação, por sua vez (e por ironia do destino) era quem naquele momento desejava afastamento do Partido Republicano ao conjeturar momento propício à realização da abolição imediata e sem indenização dirigida pela Regente Princesa Isabel e pelo novo Gabinete liderado por João Alfredo. Decidindo, então, apoiar a candidatura do conservador Ferreira Viana,

A confederação Abolicionista entendeu que o momento não era nem do Partido Conservador, nem do Partido Liberal, nem do Partido Republicano; era dos escravos; e, cumprindo o seu dever, esforçou-se por afastar das urnas toda a idéia que pudesse perturbar o triunfo claro, e praticamente provado, do abolicionismo. [...] A Confederação Abolicionista, [...] lamentou sinceramente não poder cooperar para a vitória de Quintino Bocaiúva, que ela conta no número de seus beneméritos. Mas antes de tudo, era preciso salvar os princípios e por isso os abolicionistas sacrificaram o coração.³⁵

Para Patrocínio as questões partidárias deveriam ser colocadas de lado em prol da causa da liberdade. Assim, defendeu em seus artigos o(s) grupo(s) / pessoa(s) que fosse(m) a favor da abolição, não importava se era do Partido Conservador ou Liberal, monarquista ou republicano. E é justamente essa prática do jornalista que irá provocar uma importante cisão com os republicanos nos momentos finais da concretização da abolição com a Lei Áurea ao se aproximar da Monarquia simbolizada pela Princesa Isabel.

Jornais abolicionistas ouropretanos

A cidade de Ouro Preto não fugiu muito à regra do que acontecia em outros pontos do Império. Foram fundadas na capital cinco sociedades abolicionistas: a Sociedade Abolicionista Ouropretana (1881), o Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco e a Sociedade Libertadora Mineira (ambas em 1883), o Clube de Libertos Viscondessa do Rio Novo (1884), e por fim a Sociedade Libertadora Ouropretana, fundada no ano de 1886. Todas essas entidades manifestaram suas ações através dos jornais da capital, anunciando a aprovação de seus estatutos, suas reuniões, além, é claro, das libertações de escravos. Ouro Preto assistiu também a criação de pelo menos três jornais dedicados à causa da abolição: *O Trabalho: periódico literário, instrutivo e abolicionista* (1883), *A Vela do Jangadeiro – periódico abolicionista* (1884) e *Ordem e Progresso – órgão do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco* (1884).³⁶

É exatamente nas páginas desses periódicos que a heterogeneidade do movimento abolicionista salta aos olhos de forma bem clara. Enquanto os festivais promovidos pelas sociedades da capital eram regados a peças musicais habilmente

28 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, p. 137.

29 O jornal *Corsário* e seu proprietário, Apulcro de Castro, foram temas de monografia e dissertação defendidas por Rodrigo Cardoso Soares de Araújo no PPGHIS – UFRJ: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *O polémico Corsário: um pasquim da Corte Imperial (1880-1883)*. Monografia. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo, 2006.

30 ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *O polémico Corsário: um pasquim da Corte Imperial (1880-1883)*, p. 23-24.

31 Raimundo Magalhães Júnior cita, em seu trabalho, pessoas que perderam cargos públicos como punição por defenderem a abolição: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sábina, 1969, pp. 200-203.

32 MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, p. 204.

33 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1887. Biblioteca Nacional.

34 PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*.

35 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1888. Biblioteca Nacional.

36 COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*, pp.63-131.

executadas pelas senhoras e mocinhas mais distintas da “tradicional família mineira”, para outros personagens que por ali circulavam o certo mesmo era auxiliar diretamente as vítimas de um roubo chamado escravidão a conseguirem de volta sua sagrada liberdade.

Infelizmente pouco restou desses periódicos. Dos três jornais foram encontradas apenas algumas edições do *O Trabalho* e do *A Vela do Jangadeiro*. Do primeiro periódico restou somente a edição número 05, datada de 23 de fevereiro de 1883, localizada na Biblioteca Nacional. Já do *A Vela do Jangadeiro* foram encontradas duas edições depositadas na Biblioteca Nacional (nº07 de 13 de julho e nº10 de 24 de agosto de 1884) e outras duas encontram-se disponíveis no banco de dados do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, na Coleção de Jornais Mineiros do século XIX (nº11 de 07 de setembro e nº18 de 31 de dezembro de 1884). Não foi encontrada nenhuma edição do *Ordem e Progresso*, no entanto, uma nota publicada no *A Província de Minas* noticiou a fundação do órgão de imprensa do clube *Abolicionista Mineiro Rio Branco*, tendo sido editado pela primeira vez no dia 21 de abril de 1884, possuindo como redator chefe o presidente do clube abolicionista, o engenheiro Chrockatt de Sá.³⁷ A nota informava ainda que a publicação do jornal seria quinzenal, entretanto, nenhuma outra referência à sua circulação foi veiculada por parte da imprensa ouropretana.

Ao saudar os novos colegas de imprensa, o redator e proprietário do jornal conservador *A Província de Minas*, José Pedro Xavier da Veiga, em meio aos encômios rendidos pela iniciativa, aproveitava para lhes enviar um recado: o problema da escravidão deveria ser resolvido com sabedoria e patriotismo, “sem que a lei e a ordem social fossem atacadas”. Para ele, os novos periódicos deveriam lutar pela abolição sim, mas com a devida prudência.

O Trabalho

Com este título, começou anteontem sua publicação nesta cidade um “periódico literário, instrutivo e abolicionista”, redigido pelos Sr.s José Pedro Furst e Manoel Martiniano Ferreira Ozzori, moços que louvavelmente consagram ao estudo o tempo que lhes sobeja dos trabalhos quotidianos.

Neste número-estréia, o Trabalho já revela a inteligência e bons sentimentos de seus jovens redatores, que mostram-se adesos às boas idéias que o amor das letras e da liberdade desperta, e que o espírito religioso soe gerar iluminando nobres tentativas, que a experiência e o estudo saberão dirigir por bom caminho.

Não temos senão palavras de simpatia e de animação para o novo periódico ouropretano, ao qual desejamos sinceramente toda a sorte de prosperidades.

“Quem trabalha reza”, diz um provérbio oriental, que não faz mais do que sintetizar numa frase magnífica a grande e fecunda lei imposta à humanidade pelo Supremo Legislador.

Seja, pois, o – Trabalho – não só o título mas também a divisa efetiva dos moços que hasteiam modestamente esse lábaro promissor nas oficinas da imprensa.³⁸

Podemos observar claramente não apenas a existência de um diálogo entre os jornais, mas a forma como estes de fato serviam como palco para a disputa pelo poder simbólico. O redator do *A Província de Minas* se lança com tudo na disputa pela “legitimidade das palavras” frente aos seus colegas. Lançando mão de sua autoridade de experiente jornalista e militante do partido conservador, Xavier da Veiga aproveita o ensejo para realizar seu primeiro movimento no “jogo da retórica”, ditando aos periódicos abolicionistas as regras que eles deveriam seguir em sua labuta. Ao mesmo tempo, o jornalista constrói a notícia na tentativa de cristalizar diante do público leitor sua visão conservadora daquilo que deveria ser a “transição” para o trabalho livre: um processo que deveria levar em conta a preocupação com a “razão nacional”, com a preservação da ordem pública, o respeito às leis, e, sobretudo, ao “sagrado” direito de propriedade. Mas a disputa pela “autoridade” das palavras se desenrolaria também dentro dos próprios jornais abolicionistas.

No *A Vela do Jangadeiro* é possível observar de forma mais clara as discussões lançadas por seus redatores e colaboradores em torno da abolição, e, inclusive, as diferentes interpretações que construíram. No editorial da edição de número 07, publicada em 13 de julho de 1884, os redatores se referiram à importância da imprensa abolicionista, destacando a forma como “cada vez se acentua mais brilhante o efeito da propaganda abolicionista”.³⁹ Samuel Brandão e Affonso de Britto comemoravam o avanço da campanha abolicionista que “dos clubes saiu para as praças públicas e das tribunas saiu para a imprensa”, e que naquela altura já havia conseguido libertar todos os escravos do Ceará, Amazonas e estava prestes a conseguir o mesmo no Rio Grande do Sul.

Para os redatores, a “santa evolução” do abolicionismo, que já havia se tornado tema obrigatório de todas as discussões da câmara dos deputados e do senado, não poderia parar diante “da grita dos que a tudo se opõe”, intensificando a agitação pública. Contudo, os redatores, que também eram professores do Liceu Mineiro, sublinharam que não incitavam nenhum tipo de desordem, pelo contrário, pretendiam uma transição pacífica para o trabalho livre, inclusive indenizando os senhores:

³⁷ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 26 de abril de 1884. SIA-APM.

³⁸ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 04 de janeiro de 1883. SIA-APM.

³⁹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

Nas dobras do abolicionismo se envolvem de uma parte todo o futuro do país e de outros grandes perigos que procuramos conjurar, nós, abolicionistas, acoimados de anarquistas e petroleiros, e que, entretanto, libertamos os escravos pagando os senhores; que conseguimos despertar e interessar o país na solução de uma questão de humanidade, e de melhoramento moral e material; e que sob a gloriosa - Vela do Jangadeiro - fazemos uma evolução científica, uma revolução pacífica na opinião do país, para quem apelamos confiadamente.⁴⁰

No mesmo número em que os redatores argumentavam a favor de uma “revolução pacífica”, o colega Manoel Ozzori, redator do *O Trabalho*, publicou um artigo cujo título era “A escravidão é um crime - Trabalhem”, e que, ao que parece, era o terceiro de uma série intitulada “Escravidão e Abolicionismo”.⁴¹ Ozzori assumia logo no título de seu artigo um lema bem parecido com o adotado pela Confederação Abolicionista (“A escravidão é um roubo”), fundada no ano anterior, argumentando que todos os princípios da “filosofia político-religiosa dos modernos tempos” e as próprias lições transmitidas pela história apontavam para a ilegalidade da escravidão. Ozzori argumentou ainda que a permanência do escravismo impedia o adiantamento social e o progresso que poderiam ser gerados pelo trabalho livre, o que para ele também configuraria em crime. Em outro artigo publicado na edição do dia 07 de setembro de 1884, Manoel Ozzori subiu um pouco o tom de sua argumentação.⁴²

No artigo intitulado “A propriedade escrava”, Ozzori continuou atacando a legalidade da escravidão, afirmando que aquela era “uma instituição condenada por todos os homens de sentimentos nobres, por toda a filosofia possível e pela própria ciência econômica”, defendida apenas pela “legião negreira” que insistia em argumentar sua legalidade “na imprensa que se vende e nas desmoralizadas tribunas do parlamento e assembléias provinciais”. Para o abolicionista, as alegações de que a abolição seria um “assalto a uma propriedade legítima” era um absurdo só sustentado por “cegos de vontade”, “miseráveis escravocratas e emancipadores hipócritas”.

Manoel Ozzori argumentava que não havia como sustentar a legalidade de um crime cometido por monstros, “filhos cobiçosos de Portugal”, que haviam acorrentado e vendido homens livres na África para satisfazer “a sede do vil ouro” que contaminava a Terra de Santa Cruz. E continuava atacando: “O miserável que os vendeu tinha o direito de fazê-lo? Não tinha e é um ladrão porque, como também não se contesta, é ladrão quem vende o que lhe não pertence”.⁴³

A desculpa muitas vezes apresentada de que a escravidão era um erro cometido pelos

antepassados não justificava de forma alguma sua persistência. Para Manoel Ozzori, quem comprou algo que sabia não pertencer ao vendedor foi conivente com o roubo, e comprando o que não devia e nem podia comprar, era conseqüentemente um ladrão. Além disso, mesmo que o crime tivesse sido cometido há dois mil anos, seriam os descendentes das vítimas do referido delito eternamente livres. Por fim, o abolicionista fecha seu artigo com um ar ameaçador:

Quando constituíeis essa falsa propriedade devíeis pensar que um dia os homens de bem reclamariam os direitos de seus semelhantes, indignamente menosprezados.

É o que acontece.

Resistes?

É porque desejas a revolução.

Manoel Ozzori.

Ouro Preto, 5 de setembro de 1884.⁴⁴

A resistência escravista é ameaçada com uma revolução! Ao contrário de seus colegas redatores do *A Vela do Jangadeiro*, Manoel Ozzori demonstra afinidade com o discurso das alas mais radicais do abolicionismo.

Conclusões ou pistas para elas

José do Patrocínio criou o *Cidade do Rio* vislumbrando escrever um jornal moderno, “que reunisse ao mesmo tempo as aspirações do povo e os desejos da inteligência e da mocidade do tempo, uma folha de vibração e de construção, com vasto noticiário e páginas de apreciável colaboração intelectual.”⁴⁵ A alma do jornal era a defesa da abolição imediata e sem indenização. E é aí que está sua modernidade, no sentido de “*atual, o que está na moda*”. O abolicionismo, nos anos 1880, ganhava maior projeção com a ampliação do debate nas ruas, nas festas, comícios e *meetings*. O jornal foi reconhecido na Corte como um combatente contra a escravidão.

A famosa frase atribuída a Patrocínio, “a escravidão é um roubo [e] todo dono de escravo é um ladrão”,⁴⁶ evidencia o seu posicionamento frente à ilegalidade da escravidão, uma vez que considerava a maioria dos trabalhadores escravos fruto da pirataria, ou seja, entraram no Brasil após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, instituída pelas leis de 1831 e 1850, e dessa forma deveriam ser chamados de escravizados.⁴⁷ O debate da ilegalidade se fez com mais força com a assinatura da Lei Áurea, que desconsiderou a possibilidade de indenização aos senhores. A indenização foi discutida no Parlamento e na imprensa, e Patrocínio e o jornal *Cidade do Rio* não ficaram longe dos debates.

No dia 20 de junho, um dia após a apresentação do projeto de indenização no Parlamento pelo

⁴⁰ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

⁴¹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

⁴² A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴³ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴⁴ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴⁵ ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953, p. 132.

⁴⁶ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, p. 42.

⁴⁷ Sobre as leis de proibição ao tráfico e sua utilização como argumento para a libertação dos escravos veja em: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*; AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003*; COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*.

Barão de Cotegipe, o jornal Cidade do Rio publicou um artigo repudiando este projeto, uma vez que a Constituição vigente, de 1824, “em nenhuma parte definia a propriedade servil, nem de leve a reconheceu”.⁴⁸ Assim, o que “é a indenização? O reconhecimento do valor venal do escravo; mas não pode ter valor venal o que não é objeto de comércio; e fica fora de dúvida que a indenização é inconstitucional”.⁴⁹

Neste caso, o posicionamento de Patrocínio se assemelha muito ao do redator do jornal ouropretano *A Vela do Jangadeiro*, Manoel Ozzori. Um colaborador que assinou seu artigo como “*O amigo Incognitus*” denunciava, assim como Manoel Ozzori, a ilegalidade da escravidão.⁵⁰ Para o incógnito abolicionista, o descumprimento da lei de 1831 era a prova cabal de que a escravidão no Brasil não passava de um crime. A culpa de “tão afrontoso desacato da lei, tão criminoso atentado, praticado à luz do dia” seria do próprio governo brasileiro que agiu durante anos com negligência. Já outro colaborador anônimo, identificado apenas pela abreviatura J.S., defendia claramente em seu artigo a abolição imediata. O inominado J.S. argumentava que estavam redondamente enganados aqueles que acreditavam ser a abolição imediata apenas um ato humanitário e filantrópico.

Na verdade, o fim imediato da escravidão era nada mais que o ponto final de uma grave ofensa ao “direito natural, axiomático, incontestável e incontestado, o direito da liberdade individual”.⁵¹ Segundo ele, se os senhores escravistas colocassem acima de seus interesses a própria consciência, zelando finalmente por sua honra, iriam perceber todas as vantagens geradas pela abolição imediata, que, inclusive, seria moralmente mais vantajosa para eles do que para seus escravos. Para o articulista, não havia dinheiro que compensasse a ruína moral provocada pela escravidão, e qualquer prejuízo econômico que a abolição imediata poderia gerar não seria maior do que a ofensa ao caráter e à dignidade do homem.⁵²

Francisco Goulart Horta também usou as páginas do *A Vela do Jangadeiro* para demonstrar o quanto estava indignado por ainda ser a pátria refém “da mais bárbara, da mais imunda, da mais corrupta das instituições!”.⁵³ Francisco que, ao que parece, escrevia de alguma localidade ligada ao cultivo do café, lamentava o pouco que podia fazer em uma terra de “corações tão duros quanto a raiz do cafeeiro”, onde “não concebe outro meio de cultivar a não ser com o suor do pobre escravo – [...], morto pelo cansaço, esfomeado e lacerado pelo azorrague!”.⁵⁴ Mesmo diante de tais adversidades, Francisco mantinha “ardentes desejos” de ver uma transição rápida do trabalho escravo para o livre, prometendo lutar por seu ideal enquanto tivesse um “sopro de vida”.

O articulista demonstrava sua indignação contra a aristocracia de “*Lord Landes*” que não tinham pudor em esmagar a religião e a pátria, contanto que pudessem contemplar “das douradas janelas de seus palacetes” as dezenas de seres humanos que insistiam em chamar de sua propriedade. Francisco Horta denunciava ainda que em sua freguesia existia um grande número de homens livres reduzidos à escravidão, uns comprados com matrículas falsificadas e outros que eram africanos trazidos ao Brasil depois da lei de 1831. Segundo Francisco, os pretensos senhores de sua freguesia contavam com a conivência de juízes que não admitiam nenhuma petição no sentido de libertar os escravos, “isto é de os restituir à liberdade”.⁵⁵

Nas páginas do mesmo jornal os militantes abolicionistas disputavam a “legitimidade das palavras” de forma aberta e franca. Fica clara a falta de um consenso sobre qual deveria ser o projeto de abolição mais indicado ou qual seria o *modus operandi* de suas ações cotidianas. Outrossim, chama atenção a forma como o *A Vela do Jangadeiro* se apresentou como um espaço democrático, capaz de comportar opiniões tão diversas e quase opostas.

Consenso sobre a forma como deveria ser a luta contra a escravidão era algo que não existia no movimento abolicionista, seja na Corte ou em Ouro Preto. Poderíamos dizer que nestas cidades conviveram diferentes abolicionismos, uma variedade de leituras da realidade e da luta pela abolição. Nas páginas dos jornais abolicionistas os militantes divergiam sobre qual caminho seguir até o fim da escravidão. Já na reta final da luta pela liberdade, essas mesmas divergências saltaram das páginas dos jornais diretamente para as ruas de todo Império, onde a prudência parece muitas vezes ter sido vencida pela radicalidade.

48 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1888. Biblioteca Nacional.

49 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1888. Biblioteca Nacional.

50 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

51 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 24 de agosto de 1884. SIA-APM.

52 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 24 de agosto de 1884. SIA-APM.

53 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

54 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

A manifestação do espírito cruzadístico através da assimilação negativa do “outro” mexica: a alteridade na conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521)*

Guilherme Queiroz de Souza

Mestrando em História - Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ - Bolsista Capes/Reuni
guilhermehistoria@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo analisa como a alteridade dos conquistadores no contato com os mexicas foi assimilada negativamente durante as etapas finais da expedição contra o México-Tenochtitlán (1519-1521), inflamando o espírito cruzadístico dos “espanhóis”. Fundamentalmente a partir do início dos combates, aproximado com o tradicional inimigo, os mexicas foram tratados pelos conquistadores da mesma forma que o “outro” já conhecido e mais odiado, principalmente o secular adversário islâmico. Para essa apreciação, nosso *corpus* documental se concentrou principalmente em alguns relatos dos “soldados-cronistas” que participaram da expedição. Nossa abordagem teórica seguiu os parâmetros apresentados por Hernán Taboada (contexto e conjuntura) e por Tzvetan Todorov (conceito de alteridade).

Palavras-chaves: alteridade, cruzada, conquista de México-Tenochtitlán.

Abstract:

This article analyzes how the alterity of the conquerors in contact with the mexicas was assimilated negatively during the final stages of the expedition against Mexico-Tenochtitlán (1519-1521), that ignite the crusader’s spirit of the “Spaniards”. Fundamentally after the beginning of the combats, approximate with the traditional enemy, the mexicas were treated by the “Spaniards” as the same form as the “other” already known and more hated, mostly the secular Islamic adversary. For this appreciation, our documental *corpus* concentrated principally on some reports of the “chroniclers-soldiers” who take part in the expedition. Our theoretical approach followed the parameters presented by Hernán Taboada (context and conjuncture) and by Tzvetan Todorov (concept of alterity).

Keywords: alterity, crusade, Mexico-Tenochtitlan conquest.

As primeiras impressões do “outro” mesoamericano

Este artigo analisa principalmente as crônicas dos “soldados-cronistas” “espanhóis”¹ da conquista de México-Tenochtitlán sem, no entanto, descartar outras obras contemporâneas à expedição. Nossa intenção é ampliar a discussão sobre como a questão da alteridade pesou no desenrolar da guerra contra a civilização mexica. Para tanto, servimo-nos em termos teóricos principalmente das observações contextuais e conjunturais feitas por Hernán Taboada na obra *La sombra del Islam en la conquista de América* e na ampla discussão conceitual sobre alteridade realizada por Tzvetan Todorov em *A conquista da América: a questão do “outro”*.

Os séculos iniciais da exploração do continente americano, considerado exótico e desconhecido pelos europeus, foram marcados por um contato extraordinário de civilizações distintas culturalmente. Tal contato possibilitou-nos a análise da alteridade,² perspectiva na qual privilegiamos o ponto de vista hispânico perante o nativo mesoamericano, particularmente o mexica.

Durante a exploração e conquista da América, a lembrança específica dos mouros e judeus era causada devido ao convívio com a cultura judaico-muçulmana por séculos na Península Ibérica

medieval. Desde o primeiro encontro com os povos da Mesoamérica, efetuado na quarta viagem (1502-1504) de Cristóvão Colombo (1451-1506), a comparação, principalmente com os mouros, já era realizada. Neste episódio, o almirante genovês e seu filho, o jovem Hernando Colombo (1488-1539), se depararam com uma embarcação nativa (possivelmente maia) na qual “*las mujeres se tapaban la cara y el cuerpo como hemos dicho que hacen las moras en Granada*”.³

As primeiras expedições que desembarcaram na costa mesoamericana seguiram a mesma tendência comparativa. Em 1517, os conquistadores comandados por Francisco Hernández de Córdoba (1475-1518), ainda a bordo dos navios, observaram uma “*gran población y no habíamos visto en la Isla de Cuba ni en la Española pueblo tan grande, le pusemos por nombre el Gran Cairo*”.⁴

Na expedição do ano seguinte comandada por Juan de Grijalva (c. 1489-1524), o capelão Juan Díaz (1480-1549), que mais tarde também acompanharia a empreitada de Hernán Cortés (c. 1485-1547), sugeriu hipóteses sobre a origem de certas práticas nativas:

Y es de saber que todos los indios de la dicha isla están circuncisos; por donde se sospecha que cerca de allí se encuentren moros y judíos, [por]que afirman los susodichos indios que allí

¹ Escolhemos o termo “espanhóis” (entre aspas), em referência aos conquistadores provenientes da Hispânia. Contudo, trata-se de uma imprecisão, pois existiam e existem particularismos regionais na Espanha, que a união entre Castela e Aragão em 1474 não conseguiu apagar. De fato, os homens que formavam o exército de Cortés eram provenientes de regiões distintas culturalmente como a Biscaia (atual província do País Basco), Astúrias, Andaluzia e Extrema-dura: “hubo [na tropa de Cortés] (...) vizcaínos, montañeses, asturianos, portugueses, andalu-ces y extreme-meños” – AGUILAR, Francisco de. *Relación breve de la conquista de la Nueva España*. Edição de Germán Vázquez. *La Conquista de Tenochtitlán* / J. Díaz... [et al.]; Madrid: Historia 16, 1988, p. 163.

² De acordo com Tzvetan Todorov, a alteridade se baseia na noção de que “somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos. (...) Ou pode ser exterior a ela [sociedade], uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua” – TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do “outro”*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 03.

³ COLÓN, Hernando. *Vida del Almirante*. Editado por Ramón Iglesia. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 275.

⁴ DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. México, D. F.: Editorial Porrúa, 1976, Cap. 02, p. 05.

cerca había gente que usaban naves, vestidos y armas como los españoles ⁵ (grifo nosso).

A impressão sentida por Juan Díaz de que todos os índios se circuncidavam deriva da equivocada interpretação dos rituais nativos nos quais os sacerdotes *totonacas* da região retiravam sangue das áreas genitais em oferenda.⁶ Vemos, desse modo, que os “espanhóis” suspeitavam da existência, nas proximidades, de comunidades mouriscas e/ou judaicas que influenciavam os nativos, e não uma equivalência de identidade entre os grupos.

Entre o final do século XV e as primeiras décadas do século XVI, os europeus acreditavam explorar certas ilhas frente à costa da Índia e não um novo continente (a Península do *Yucatán* era chamada de *Isla de Santa María de los Remedios*).⁷ Colombo, por exemplo, acreditou em 1497 que a Península Arábica entrava no perímetro dos territórios da coroa hispânica e, em sua quarta viagem, levou dois intérpretes árabes para facilitar as comunicações.⁸

A perspectiva de uma “contaminação” islâmica nos nativos ocupava espaço nas crônicas e mentes dos primeiros cronistas e exploradores. A razão disso se deve às primitivas crenças sobre o caráter asiático da América.⁹ Assim, o continente foi povoado por camelos, soberanos com haréns, homens circuncidados usando barba, etc.¹⁰

Devemos lembrar que nessa época ainda não se tinha a idéia de que esses territórios formavam parte de um novo continente e que existia um enorme oceano – o Pacífico (*Mar do Sul*) – que o separava da Ásia. A primeira viagem ao redor do mundo (1519-1522), iniciada por Fernão de Magalhães (1480-1521) e finalizada por Juan Sebastián Elcano (c. 1486-1526), contribuiu para essa revelação. Também, a fulminante expansão turco-otomana fez com que os europeus temessem e imaginassem que o avanço islâmico já tinha atingido o extremo asiático.¹¹ Em 1498, Vasco da Gama (1469-1524) tinha mostrado a extensão do Islã no Índico.¹²



Mapa-múndi *Universalis Cosmographia* (1507) do cartógrafo alemão Martin Waldseemüller (c. 1475-1522). O mapa original se encontra na Biblioteca do Príncipe de Waldburg-Wolfegg-Waldsee, no castelo de Wolfegg, em Württemberg, Alemanha. Imagem disponível em: <http://www.henry-davis.com/MAPS/Ren/Ren1/310.html>

Pouco antes do início da expedição de Cortés, o “soldado-cronista” Bernal Díaz del Castillo (c. 1492-1584), surpreso com os objetos trazidos pelas expedições anteriores que ele tinha participado, comentou admirado:

Y como vinieron los ídolos de barro y de tantas maneras de figuras, decían que eran de los gentiles. Otros decían que eran de los judíos que desterro Tito y Vespasiano de Jerusalém, y que los echó por la mar adelante en ciertos navios que habían aportado en aquella tierra.¹³

O trecho supracitado demonstra claramente que, se tratando do período colonial (Bernal Díaz escreve sua *Historia verdadera* após 1550), não podemos descartar a crença de que os mesoamericanos eram de fato judeus ou mouros. Na Nova Espanha colonial, muitos clérigos como Diego Durán (c. 1537-1588) confessaram acreditar que os mexicas descendiam das tribos perdidas de Israel. Tal argumento pretendia “restabelecer a unicidade da história do mundo e a descendência comum de Adão para todo o gênero humano”.¹⁴ No primeiro capítulo de sua *Historia de las Indias de la Nueva España* (1579-1581), o dominicano Durán registrou sobre os mexicas:

(...) podríamos ultimadamente afirmar ser naturalmente judíos y gente hebrea, y creo no incurriría en capital error el que lo afirmase, si considerado su modo de vivir, sus ceremonias, sus ritos y supersticiones, sus agüeros y hipocresías, tan emparentadas e propias de las de los judíos, que en ninguna cosa difieren ¹⁵ (grifo nosso).

A alteridade expressa na conquista de México-Tenochtitlán

Durante a conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521), o “soldado-cronista” Francisco de Aguilar (1479-1571) tentou entender os mexicas com modelos disponíveis (conhecidos), e rapidamente lembrou das civilizações greco-

⁵ DÍAZ, Juan. *Itinerario de la armada del rey católico a la isla de Yucatán, en la India, el año 1518, en la que fue por comandante y capitán general Juan de Grijalva*. Edição de Germán Vázquez. La Conquista de Tenochtitlán / J. Díaz... [et al.]; Madrid: Historia 16, 1988, p. 57.

⁶ THOMAS, Hugh. *La Conquista de México*. México, D. F.: Editorial Pátria, 1994, p. 143.

⁷ Para mais sobre a defesa desse argumento, ver WECKMANN, Luis. *Constantino el Grand y Cristóbal Colón. Estudio de la supremacia papal sobre islas, 1091-1493*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 200.

⁸ TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, UNAM, FFyL, 2004, p. 131-132.

⁹ O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 100 e 104.

¹⁰ TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 221.

¹¹ Como relata o cronista Fran-cisco López de Gómara, em meados do século XVI, “Solimán [Suleiman, o Magnífico, 1520-1566] turca, ha procurado también echar de Arabia y de la India a los portugueses para coger él este negocio de las especias, y no ha podido, aunque juntamente con ello pretendía danar a los persianos, y extender sus armas y nombre de allá” – LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. *Hispania Victrix: Historia General de las Indias (Primera Parte)*. Barcelona: Editorial Ibérica, Obras Maestras, 1954, p. 186-187.

¹² TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 131-132.

¹³ DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, Cap. 06, p. 13. Bernal Díaz refere-se à expulsão dos judeus de Jerusalém (70 d.C.). Em 66 d.C., os judeus haviam se rebelado contra o domínio romano e logo foram reprimidos pelo general Vespasiano (09-79), mais tarde Imperador romano (69-79). Ao se tornar Imperador, Vespasiano ordenou que seu filho mais velho, Tito (c. 39-81), continuasse a campanha contra os judeus. Em 70 d.C., os romanos tomaram Jerusalém e destruíram o templo de Herodes. Muitos judeus abandonaram a região. Para mais sobre o assunto, ver JOHNSON, Paul. *História dos Judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

¹⁴ WECKMANN, Luis. *La herencia medieval de México*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica – Segunda edición revisada (El Colegio de México), 1994, p. 297.

¹⁵ DURÁN, Diego. *Historia de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*. México, D. F.: Imprenta de J. M. Andrade y F. Escalante, Tomo I, 1867, Cap. I, p. 17.

romana e persa, que suas leituras desde tenra idade haviam conservado em sua memória:

(...) digo, pues, que yo desde muchacho y niño me ocupe en leer y pasar muchas historias y antigüedades persas, griegas e romanas; también he leído los ritos que había en la India de Portugal, y digo cierto que en ninguna de éstas he leído ni visto tan abominable modo y manera de servicio y adoración como era la que éstos hacían al demonio (...)¹⁶

No entanto, o padrão comparativo preferido era outro. Para os “espanhóis”, judeus e mouros representavam os dois únicos povos que podiam ser simultaneamente diferentes – não cristãos e com civilidade –, ao contrário dos negros da Guiné, dos nativos das Canárias (os guanchos) ou dos índios das Antilhas.¹⁷ Os mexicas rapidamente foram enquadrados nesse mesmo estágio civilizacional pelos conquistadores: Cortés, por exemplo, os descreveu como superiores no plano intelectual e comportamental, e os considerava com “*mucha más capacidad que (...) los de las otras islas [Antilhas]*”.¹⁸

No início da expedição cortesiana, os *tlaxcaltecas* (aliados dos conquistadores) tinham sido comparados no âmbito comportamental aos africanos: “*entre ellos hay toda manera de buena orden y policía, y es gente de toda razón y concierto, y tal que lo mejor de África no se le iguala*”.¹⁹ Os oriundos “de África” referidos por Cortés possivelmente não são os homens provenientes da África Negra (subsaariana), mas os naturais do norte do continente, região composta por populações em sua maioria islamizadas como os berberes.²⁰ A comparação islâmica possuía um grande prestígio que os conquistadores deveriam igualar em terras americanas.²¹

Igualmente, a forte religiosidade dos nativos formou um acontecimento novo, pois os “espanhóis”, à exceção do contato com os mouros e judeus, não estavam habituados em confrontar uma civilização predominantemente urbana e cujos membros tinham a reputação de serem os índios mais religiosos do México central.²² A enorme quantidade de templos e imagens religiosas certamente impressionou os “espanhóis”. A capital mexica, *Tenochtitlán*, possuía um amplo centro de cerimônias disposto em torno de um grandioso santuário, o “Templo Maior”, composto de 78 templos e edifícios religiosos.²³ Cortés assinalou:

Hay en esta gran ciudad [Tenochtitlán] muchas mezquitas o casas de sus ídolos de muy hermosos edificios, por las colaciones y barrios de ella (...) y entre estas mezquitas hay una que es la principal que no hay lengua humana que sepa explicar la grandeza y particularidades de ella (...)²⁴



Visita de Hernán Cortés a Montezuma e o recebimento no palácio. Obra dos pintores Miguel e Juan González (1698). O original se encontra no Museu de América de Madrid. Imagem disponível em [Oronoz: http://www.oronoz.com](http://www.oronoz.com)

No decorrer dos relatos, diversas vezes os conquistadores se referiam aos locais com nomes de cidades muçulmanas ou portadoras de suas peculiaridades: “*un pueblo que allí cerca estaba (...) le pusimos por nombre el Pueblo Morisco*”.²⁵ Além disso, observaram costumes como a poligamia dos mouros entre os mexicas: “*Tienen muchas mujeres como los Moros*”.²⁶

Aqui, gostaríamos de esclarecer uma curiosa afirmação do historiador Hernán Taboada. De fato, durante o período de conquista e colonização do Novo Mundo, os conquistadores acabaram adotando ou repudiando certos costumes nativos. No entanto, para Taboada, por séculos uma das formas que os cristãos se distinguiam dos muçulmanos e/ou judeus era pela ausência de barba. Ao chegaram à América, os exploradores notaram a falta de pilosidade dos nativos. Como pretendiam manter também a diferença com esse novo adversário, começaram a usar barba, quero dizer, para se distinguir não mais dos judeus e mouros, mas dos índios.²⁷

Na realidade, embora a barba fosse um costume judaico-muçulmano secular, ela foi adotada por muitos cristãos europeus ainda na época das Cruzadas.²⁸ Em Portugal, por exemplo, desde o século XIII, barbas longas, moda trazida pelos cruzados para o Ocidente cristão, era um costume típico da cavalaria-vilã, embora fosse motivo de escárnio da nobreza e reprovação da Igreja.²⁹

Da mesma forma que lembraram do “Grande Cairo” (expedição de Córdoba), na campanha de Cortés outra cidade islâmica foi mencionada – Granada, referência próxima nas mentes hispânicas de uma sociedade não cristã, mas organizada:

La cual ciudad [Tlaxcala] es tan grand y de tanta admiración (...) porque es muy mayor que Granada y muy más fuerte y de tantos edificios y de muy mucha más gente que Granada al tiempo

¹⁶ AGUILAR, Francisco de. *Relación breve de la conquista de la Nueva España*, p. 204-205.

¹⁷ BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência europeia (1492-1550)*. São Paulo: EDUSP 2001, p. 313-314.

¹⁸ CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Tercera Carta-Relación*. México, D. F.: Editorial Porrúa, 1971, p. 171.

¹⁹ CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Segunda Carta-Relación*, p. 41.

²⁰ Acreditamos que Cortés se refere ao norte do continente africano. A partir do século XIII, essa região aparece cada vez mais denominada de “África” (substituindo o antigo termo, *Aethiopia*). Em relação aos negros subsaarianos (não islamizados), de acordo com Anderson Ribeiro Oliva, “com as navegações europeias ao longo dos séculos XV e XVI encontramos, na literatura de língua portuguesa, o termo *guinéus* (‘homens de cor negra’) para referir-se aos africanos negros da costa da África Ocidental, e Guiné, para denominar à área como um todo” – OLIVA, Anderson Ribeiro. Da Etiópia à África: as idéias de África, do Medievo europeu à Idade Moderna. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 5, ano 5, número 4. Outubro / novembro/dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF/17/ARTIGO_02_ANDERSON_RIBEIRO_OLIVA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf>.

²¹ TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 208.

²² SOUSTELLE, Jacques. *A Civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 63.

²³ GRUZINSKI, Serge. *Passagem do Século: 1480-1520 – as Origens da Globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 81.

²⁴ CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Segunda Carta-Relación*, p. 64.

²⁵ DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, Cap. 140, p. 296.

²⁶ CONQUISTADOR ANÔNIMO. *Relación de algunas cosas de la Nueva España, y de la gran ciudad de Temestlán México*; escrita por un compañero de Hernán Cortés. In: GARCÍA ICÁZBALCETA, Joaquín (org.). *Colección de documentos para la historia de México*. México, D. F.: 1866. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/106922752100647273089079/p0000004.htm#7>>

²⁷ TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 232.

²⁸ Por exemplo, após a chegada de cruzados italianos em Acre (agosto, 1290), um massacre de mercadores e camponeses muçulmanos foi perpetrado e, “como convençionou-se que todos os homens de barba deviam ser muçulmanos, muitos cristãos locais tiveram a mesma sorte” – RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas III - O Reino de Acre e as Últimas Cruzadas*. São Paulo: Imago, 2003, Vol. III, p. 358.

²⁹ COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média. Um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, p. 111.

³⁰ CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Segunda Carta-Relación*, p. 41.

que se ganó [janeiro, 1492], y muy mejor abastecida de las cosas de la tierra (...) ³⁰

No entanto, nem todas as localidades referidas eram derivadas de comparações muçulmanas. Além de Granada, outras cidades da Hispânia foram mencionadas, apesar de encontrarem-se recuperadas pelos cristãos havia séculos no processo de Reconquista, como Córdoba (1236) e Sevilha (1248). Segundo Cortés, *Tenochtitlán* era “*tan grande de la ciudad como Sevilla y Córdoba*”. ³¹

Recentemente, a afirmação do historiador francês Jacques Lafaye de que “*la continuidad entre la guerra de moros y la guerra de indios era tan evidente que los Conquistadores llamaron mezquitas a los templos paganos del Nuevo Mundo*”, ³² foi criticada por Taboada, que a classificou de inexata. O historiador mexicano propõe uma relativização do tradicional conceito de que os primeiros conquistadores enxergaram os nativos como simples reflexo do tradicional inimigo islâmico: essa perspectiva se existiu, foi estritamente inicial e limitada, pois as comparações também existiam com civilizações (reais ou imaginárias) da Antigüidade clássica, ³³ do mesmo modo que defende outro pesquisador, Tzvetan Todorov.

O argumento de Todorov igualmente afasta-nos da vertente exclusivamente muçulmana da comparação. Segundo o lingüista búlgaro, não só ocorriam paralelismos com o “outro” mais próximo geograficamente e familiar, ou seja, o muçulmano; mas, também, para descrever os índios, os conquistadores buscam comparações que encontram prontamente na Antigüidade, isto é, em sua própria história pagã (greco-romana). ³⁴ Seguindo essa perspectiva, não acreditamos, evidentemente, que os “soldados-cronistas” (Cortés, Bernal Díaz, Aguilar e o “Conquistador Anônimo”) confiassem na equivalência de identidade entre os nativos e os muçulmanos.

De fato, os “soldados-cronistas” descreveram culturalmente os nativos com outras projeções: foram empregados termos mesoamericanos (ou de origem *nahuatl*), ³⁵ antilhanos, ³⁶ ou de sua própria cultura (cristã-ocidental): “*más a vista de la dicha ciudad [Tenochtitlán] parecieron en ella grandes torres e iglesias a su modo, palacios e aposentos muy grandes*”. ³⁷ (grifo nosso)

No entanto, o uso de termos de origem árabe (arabismos) em determinadas situações são exemplos claros de qual projeção os conquistadores preferiam (devido ao prestígio) realizar para com a civilização de México-*Tenochtitlán*. Entre esses termos, encontramos, por exemplo, *albornoz* (vestimenta), *alquicel* (capa mourisca), *mezquita*, dentre muitos outros. ³⁸ Para os “espanhóis”, o vestuário e a arquitetura mourisca eram os principais símbolos de uma

civilização exótica e sofisticada; o Alhambra (palácio muçulmano) não tinha sido preservado após a captura de Granada por acaso.

A assimilação negativa do “outro” mexica

Apesar dos cristãos ibéricos terem eliminado Granada – última unidade política muçulmana independente da Hispânia – muitos maometanos permaneceram no território, onde o medo entre vencidos e vencedores se mantinha. Os mouriscos, ou seja, os mouros obrigados a se converter após o Édito de Cisneros (1502), nutriam certas relações com os muçulmanos do norte da África e, à medida que o domínio marítimo dos turcos e berberes se consolidou no Mediterrâneo (ao longo do século XVI), o perigo otomano cresceu na Espanha. As rivalidades e rixas ocasionaram a revolta islâmica em Granada (1568) e, conseqüentemente, a decisão de Filipe III (1598-1621) em expulsar definitivamente os mouriscos (1609). ³⁹

Dessa forma, o sentimento anti-islâmico ainda predominava nas mentes dos conquistadores. Ademais, o modelo muçulmano era o mais invejado, uma vez que a civilização islâmica era detentora de riquezas exóticas e, desde a Alta Idade Média, era conhecida e encarada face-a-face pelos cristãos europeus. Também, foi ao longo do século XVI que, gradativamente, a literatura hispânica preferiu escrever sobre os turcos e os mouros – o “descobrimento” da América foi contemporâneo ao “descobrimento” literário do Islã. ⁴⁰

Se, em algum caso, a questão da alteridade foi assimilada negativamente no contato com o ameríndio, tal perspectiva tenderia a aumentar ainda mais o espírito cruzadístico dos conquistadores. Na Europa do século XVI, o cronista Francisco López de Gómara (1511-1566), mesmo sem nunca pisar em solo americano, declarou: “*comenzaron las conquistas de indios acabada la de moros, porque siempre guerreasen españoles contra infieles*”. ⁴¹ O autor também lembrou o caso de Pedrarias Dávila (c. 1440-1531), governador da Castela de Ouro que desejava “*guerrear con los indios, pues llevaba gana de toparse con ellos, ya que había estado en Orán y otras tierras de Berbería*” ⁴² em guerra com os muçulmanos. Neste sentido, Pedrarias foi um paradigma da transferência do ideal de cruzada, pois combateu os mouros e, posteriormente, os índios, manifestando em seu espírito guerreiro fundamentalmente o mesmo sentimento nesses enfrentamentos.

O cerne da questão reside no fato dos “espanhóis”, ao compararem as características dos mexicas às dos inimigos tradicionais da Cristandade (judeus e mouros) ⁴³ especialmente durante a

³¹ CORTÉS, Hernán. *Cartas de Re-lación – Segunda Carta-Relación*, p. 62.

³² LAFAYE, Jacques. *Los conquistadores*. México, D. F.: Siglo XXI Editores - oitava edição, 1991, p. 143.

³³ TABOADA, Hernán G. H. *Mentalidad de Reconquista y pri-meros conquistadores*. *Revista de Historia de América*, 2004, p. 01-04. Disponível em: <www.accessmylibrary.com/coms2/browse_11_R157>

³⁴ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do “outro”*, p. 105.

³⁵ TABOADA, Hernán G. H. *Mentalidad de Reconquista y primeros conquistadores*, p. 02.

³⁶ Curiosamente, ao analisar as *Cartas de Relación* de Cortés, Raymond Marcus percebeu que os “indo-americanismos” (antilhanos e mesoamericanos) eram quantitativamente mais numerosos em comparação aos “arabismos” – MARCUS, Raymond. *Arabismos e Indo-America-nismos em Las Cartas de Relación de Hernán Cortes*. In: *Revista 78*, Rio de Janeiro, 110, jul-set, 1992, p. 133.

³⁷ AGUILAR, Francisco de. *Relación breve de la conquista de la Nueva España*, p. 178.

³⁸ Para uma lista dos arabismos, ver MARCUS, Raymond. *Arabismos e Indo-Americanismos em Las Cartas de Relación de Hernán Cortés*, p. 131-140.

³⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 273-274.

⁴⁰ TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 226.

⁴¹ LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. *Hispania Victrix: Historia General de las Indias (Primera Parte)*. Barcelona: Editorial Ibérica, Obras Maestras, 1954, p. 06.

⁴² LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. *Hispania Victrix: Historia General de las Indias (Primera Parte)*, p. 115. Além de combater os mouros na fase final da Reconquista, Pedrarias se destacou nas guerras contra os muçulmanos no norte da África. Em 1509, participou da tomada da fortaleza de Bujia (atual Bejaia) e, no mesmo ano, auxiliou as tropas hispânicas sob o comando do cardeal Gonzalo Jiménez de Cisneros (1436-1517) e de Pedro Navarro (c. 1460-1528) a conquistarem Orán, cidade localizada no noroeste da Argélia. Após 1514, já em território americano, lutou contra índios da América Central. “Berbería”, por sua vez, era o termo utilizado no século XVI pelos europeus em referência às regiões costeiras das atuais Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

⁴³ Em outra oportunidade, dessa vez na conquista do *Tawantinsuyu (Mundo Inca)*, López de Gómara afirmou que “*los de allí [os incas] son idólatras muy crueles, viven como sodomitas, hablan como los moros, y parecen judíos*” – LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. *Historia General de las Indias (Primera Parte)*, p. 217 (grifo nosso).

guerra, projetaram nesse novo adversário uma reformulação do ideal de cruzada formado durante o período medieval. Para os cristãos ibéricos da Alta Idade Média, na constituição da mentalidade cruzadística, o judeu foi um importante referencial de diferenciação. Não nos esqueçamos que, na esteira da consolidação da ideia de cruzada, os judeus também sofreram nas mãos dos cavaleiros e populares cristãos (os pogroms).⁴⁴ O “outro” apropriado para uma distinção, sem dúvida, era o muçulmano.⁴⁵ Em 1492, a sociedade castelhana finalmente tinha conseguido eliminar seus dois inimigos internos seculares: no mesmo ano que tomaram Granada, os “Reis Católicos” expulsaram os judeus.

Na conquista de México-*Tenochtitlán*, o problema foi que essa alteridade acabou por inflamar ainda mais o espírito de cruzada dos primeiros conquistadores, principalmente após a guerra ser declarada. Antes mesmo do início dos combates, os nativos já eram identificados como inimigos do cristianismo e súditos do demônio:

(...) puedan ser punidos y castigados como enemigos de nuestra santa fe católica, y será ocasión de castigo y espanto a los que fueren rebeldes en venir en conocimiento de la verdad, y evitarse han tan grandes males y daños como son los que en servicio del demonio hacen.⁴⁶

Apesar dos conquistadores admirarem o grau civilizacional atingido pelos mexicas (arquitetura, vestuário, comportamento, etc.), em um aspecto os nativos ainda eram abomináveis: sua religião idólatra.⁴⁷ Desse modo, os conquistadores viam o “outro” “ora como ‘infiel’ (o ‘outro’ conhecido e rejeitado) ora como gentio (o ‘outro’ desconhecido, mas nem por isso menos hostilizado)”.⁴⁸

Ao longo da conquista do Novo Mundo, a demonização da cultura ameríndia muitas vezes foi realizada,⁴⁹ ingrediente fundamental para a manifestação do espírito de cruzada. A demonização dos inimigos, particularmente dos muçulmanos, era uma característica cruzadística medieval, como na Reconquista da Hispânia, onde os cristãos ibéricos atribuíam aspecto demoníaco aos mouros.⁵⁰

Certamente, o nível civilizacional atingido pelos mexicas não foi tratado negativamente pelos “espanhóis”, mas somente se ele ameaçasse o propósito hispânico: a anexação política. O principal problema na identificação negativa dos mexicas aos mouros e/ou judeus não é civilizacional, mas outro, religioso. A religião cristã – intolerante e universalista⁵¹ – diante da idolatria mexica (considerada diabólica) fortaleceu posteriormente para desencadear os eventos

bélicos, incentivando ainda mais o espírito cruzadístico dos “espanhóis”.

Com o estabelecimento pacífico (novembro de 1519) das tropas da aliança hispano-*tlaxcalteca* dentro da capital mexica, *Tenochtitlán*, o objetivo dos conquistadores e religiosos, horrorizados com as práticas sacrificais, era substituir a idolatria pelo cristianismo e converter Montezuma (1468-1520), o *tlatoani* (governante) mexica.

Após o aprisionamento de Montezuma (acusado de planejar um ataque contra os “espanhóis” no litoral), Cortés tentou transferir os domínios do *tlatoani*, pacificamente, ao Imperador Carlos V (1519-1558). Meses depois, com a chegada de Pânilo Narváez (c. 1470-1528), o enviado por Diego Velázquez (1465-1524) para punir a não-subordinação de Cortés, o capitão deixou a capital mexica rumo ao litoral.

Nesse meio tempo, Pedro Alvarado (c. 1495-1541), o encarregado de comandar os “espanhóis” em *Tenochtitlán*, tomado pelo medo, ordenou o extermínio de um grande número de sacerdotes e guerreiros indígenas na festa de *Toxcatl* (festividade

44 RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e dança: os minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 97.

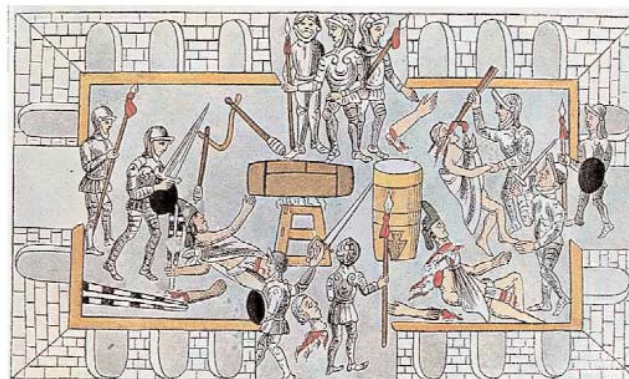
45 COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*, p. 63.

46 CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Primera Carta-Relación*, p. 22.

47 Inicialmente, Cortés e os outros “soldados-cronistas” admiraram a civilização mexica. No entanto, segundo Janice Theodoro (citando Manuel Alcalá), trata-se de uma exceção, pois o deslumbramento da cultura encontrada “o tono de admiración y amor por la nueva tierra, que es la tónica de las dos primeras cartas, deja aquí el paso al odio y la violencia” – THEODORO, Janice. *América Barroca*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 181; ALCALÁ, Manoel. *Nota preliminar*. In: CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación*. México, D. F.: Editorial Porrúa, 1971, p. XVIII. De fato, trata-se de um processo que demonizou (principalmente a partir do início da guerra) a cultura (especialmente a religião) mexica.

48 VAINFAS, Ronaldo. *Colonialismo e Idolatrias: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial Ibérico*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol. 11, número 21, set. 90/fev. 91, p. 102-103.

49 SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno*



A “Matança no Templo Maior”, em *Tenochtitlán*. Imagem da *Historia de las Indias de la Nueva España* ou *Códice Durán* (1579-1581), manuscrito produzido pelo dominicano Diego Durán (c. 1537-1588). Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Matanza_templo2.jpg

religiosa dedicada a *Huitzilopochtli*, principal deus mexica), no massacre que ficou conhecido como a “Matança no Templo Maior” (maio de 1520).⁵² Foi então que a guerra estourou.

Desde a primeira entrada em *Tenochtitlán*, os conquistadores acreditavam que a Providência – a suprema sabedoria com que Deus conduz todas as coisas – os encaminhava para penetrar em uma cidade tão poderosa: “*Nuestro Señor Jesucristo fue servido darnos gracia y esfuerzo para osar entrar en tal ciudad*”.⁵³ O medo de serem vítimas do canibalismo, do sacrifício, ou traídos e mortos – eram poucos conquistadores contra milhares de nativos – fez com que os “espanhóis” reagissem brutalmente a qualquer ameaça. A conquista da civilização mexica confere aos conquistadores a posse do território e um propósito à ocupação.⁵⁴

Se antes da guerra começar, os mexicas já eram assimilados (em termos religiosos) negativamente

atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 30.

50 FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Peregrinos, Monges e Guerreiros. Feudalismo e Religiosidade em Castela Medieval*. São Paulo: Hucitec, 1990, p.

53; FLORI, Jean. *La guerra santa – La formación de la idea de cruzada en el Occidente cristiano*. Madrid: Editorial Trota, 2003, p. 221-253.

51 TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do “outro”*, p. 102; BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 541.

52 SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Conquista do México ou queda de México-Tenochtitlán? Guerras e alianças entre castelhanos e altepetes mesoamericanos na primeira metade do século XVI*. In: *XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005, p. 05. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/ConqMex.pdf>.

53 DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, Cap. 88, p. 161.

(súditos do demônio, inimigos do cristianismo, etc.), a partir da “Matança no Templo Maior” os nativos foram equiparados inteiramente aos “infiéis” – deveriam ser combatidos numa “guerra total”. Assim, os mexicas foram hostilizados quando aproximados com os tradicionais adversários, pois carregavam os habituais defeitos dos mouros e judeus: eram pérfidos, lascivos e sodomitas.⁵⁵ Por exemplo, o medo do astrólogo que acompanhava a expedição cortesiana, Botello (†1520), consistia em “*morir aqui en esta triste guerra en poder de estos perros indios*”,⁵⁶ um tratamento semelhante aos encontrados na lembrança rancorosa dos cronistas do século XVI, na qual os mouros ainda eram descritos como os “*pérfidos enemigos de la religion cristiana*” ou “*canes rabiosos*”.⁵⁷

Essa profusão de adjetivos pejorativos contra os mexicas era empregada como forma de estereotipar e insultar o inimigo,⁵⁸ não sendo uma tradição exclusivamente ocidental.⁵⁹ Nessa perspectiva, os compiladores da *Primera Carta* acusaram (ainda no início da expedição) os índios de sodomia, insinuação tradicionalmente utilizada contra os mouros:

(...) hemos hecho relación a vuestras majestades de los niños y hombres y mujeres que matan y ofrescen en sus sacrificios, hemos sabido y sido informados de cierto que todos son sodomitas y usan aquel abominable pecado.⁶⁰

Da mesma forma, as crônicas acusaram os nativos de blasfêmia, típica denúncia encontrada em algumas fontes medievais da Reconquista, que costumavam colocar o “outro” (o mouro), cercado pela ofensiva cristã, como um blasfemador da “verdadeira fé”,⁶¹ do nome de Cristo e da Virgem Maria:

(...) por cuanto de los reniegos e blasfemias Dios Nuestro Señor es mucho deservido, y es la mayor ofensa que a su Santísimo Nombre se puede hacer, y por eso permite en las gentes recios y duros castigos (...)⁶²

Por blasfemar, o inimigo merecia “*duros castigos*”. Essa característica é fundamental, uma vez que demonstrava a resposta violenta tomada pelos conquistadores quando percebiam a negativa do cristianismo, o que validava então a ação cruzadística. Após uma guerra atroz, em treze de agosto de 1521 os conquistadores tomaram *Tenochtitlán* e assim ocorreu a capitulação final dos mexicas. Cortés fez uma simples analogia sobre a queda da cidade: “*murieron más indios que en Jerusalén judíos en la destrucción que hizo Vespasiano*”.⁶³

Através também do uso dos mencionados

arabismos, a assimilação da cultura indígena ao Islã rotulou de certa forma e em certa medida os mexicas entre os “infiéis” que os “espanhóis” haviam sempre guerreado e que lhes parecia justo conquistar “por bem ou por mal”.⁶⁴

Conclusão

O referencial conhecido foi necessário para expressar a alteridade, já que uma realidade exótica se descortinava aos olhos dos europeus. De fato, a comparação islâmica foi uma das analogias realizadas, no entanto, tratava-se da mais prestigiosa, mas também a mais perigosa, pois, desde a Idade Média, os mouros eram os inimigos por excelência do Altíssimo, de Maria, de Cristo e de seus santos.⁶⁵ As primeiras décadas de contato com o nativo americano muitas vezes foram marcadas por relevar uma alteridade perigosa que desaguarda em guerra.

Assim, segundo José Rivair Macedo, em muitos confrontos a alteridade foi expressa em uma identificação negativa com o “outro” já conhecido e mais odiado, principalmente o inimigo islâmico.⁶⁶ Pouco importava que efetivamente não se encontrasse nenhum mouro nessas terras; bastava enquadrar o nativo nos mesmos moldes,⁶⁷ pois durante a conquista de México-*Tenochtitlán*, os conquistadores estavam impregnados de um “perfume de cruzada”.

54 GREENBLATT, Stephen. *Poses-sões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 175.

55 TABOADA, Hernán G. H. *La sombra del Islam en la conquista de América*, p. 222-223.

56 DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, Cap. 128, p. 258

57 PALACIOS RUBIOS, Juan López de. *De las Islas del mar Océano*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1954, p. 61-62.

58 FRIEDERICI, Georg. *El carater del descubrimiento y de la conquista de América*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 462.

59 Os mexicas, por sua vez, também usavam adjetivos pejorativos para ofender seus adversários, como, por exemplo, o termo *popolocas* (“bárbaros”): “Olhai os tlaxcaltecas perversos, covardes, mercedores de castigo: como se acham vencidos pelos mexicanos [mexicas], andam procurando forasteiros para se defenderem. Como mudaram em tão pouco tempo, como se rebaixaram para uma gente [os “espanhóis”] tão bárbara e forasteira, estrangeira, de um mundo não conhecido?” – LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A Visão dos Vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*. São Paulo: L&PM Editores S/A, 1998, p. 58.

60 CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Primera Carta-Relación*, p. 22-23.

61 COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*, p. 165.

62 CORTÉS, Hernán. *Ordenanzas militares y civiles mandadas pregonar por don Hernando Cortés en Tlaxcala, al tiempo de partirse para poner cerco a México*. In: GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín (org.). *Colección de documentos para la historia de México*. México, D. F.: 1866. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/06922752100647273089079/p0000011.htm#51>>

63 CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación – Segunda Carta*, p. 96.

64 MARCUS, Raymond. *Arabismos e Indo-Americanismos em Las Cartas de Relación de Hernán Cortés*, p. 138.

65 SÁNCHEZ ALBORNOZ, Cláudio. *La Edad Media española y la empresa de América*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Instituto de Cooperación Ibero-americana, 1983, p. 104-105.

66 MACEDO, José Rivair. *Mouros e Cristãos: a ritualização da conquista no velho e no novo mundo*. In: ALVES, Francisco das Neves. (org.). *Brasil 2000 - Quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande, FURG, 2000.

* Artigo apresentado na IX Semana de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), no dia 11 de novembro de 2009.

O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana*

Rodrigo Machado da Silva;

Graduando em História - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - bolsista PIBIC-CNPq

rmachadosilva@uol.com.br;

Resumo

Este artigo está ligado à pesquisa financiada pelo PIBIC-CNPq intitulada “A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República”. Aqui são discutidas as primeiras idéias de intersecção história política e história da historiografia na investigação acerca de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. São analisados alguns jornais e documentos oficiais que contribuem para a compreensão de sua postura como monarquista conservador, e outras fontes que permitem entender seu comportamento como historiador frente a instituições como o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nos primeiros anos do regime republicano.

Palavras-Chaves: História da historiografia, Idéias políticas, Tradição

Abstract

This paper is part of the project entitled “A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República” (The institutionalization of the historical memory of Minas Gerais: intellectuals and political projects during the First Republic), sponsored by PIBIC-CNPq. Here the first ideas of historical political intersection and history of historiography are discussed in the investigation concerning to Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. Some papers and official documents that contribute to the comprehension of his attitude as a conservative monarchist are analyzed as well as other sources which allow understanding his behavior as a historian in charge of institutions like the Arquivo Público Mineiro (Mineiro Public Historical Archive) and the Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Historical and Geographical Institute of Minas Gerais), in the first years of the republican regime.

Keywords: History of historiography, Political ideas, Tradition

O intelectual político: reflexões sobre a intersecção entre história intelectual e história política

Para definirmos o melhor caminho a se pensar a história da historiografia, em grande medida temos de olhar os historiadores em seu tempo e em seu espaço. Além disso, ela não se limita a apenas essa questão, mas também depende de contendas relacionadas ao regime de historicidade vigente, das relações políticas e institucionais que definem os agentes produtores de conhecimento histórico. No entanto, esse espaço total de vivência não quer dizer que todos os intelectuais de um determinado contexto compartilhem dos mesmos códigos. Ou por não incorporarem as correntes contemporâneas, ou por se apresentarem, consciente ou inconscientemente, ambíguos frente ao seu tempo.

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), um dos nomes mais importantes, tanto quanto criticados, da historiografia mineira da primeira metade do século XX pode ser integrado a esta proposição. Romântico e impressionista para uns, fantasioso para outros, escreveu em um momento que obras importantes de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima entre outros já haviam sido produzidas, e com um rigor metodológico bem definido, ao contrário dele, que em suas obras não se preocupava em

citar fontes ou com uma narrativa imagética. Prática comum em seu tempo¹.

No Brasil, no século XIX, circulava de maneira restrita valores e idéias modernas advindas, sobretudo da Europa, de ordens sociais, científicas e culturais. Os bondes na rua, os livros de Julio Verne, Karl Marx e outros pensadores já começavam a se destacar nas prateleiras das livrarias². Ilmar Rohloff de Mattos propõe que o “sentimento aristocrático” estava cedendo lugar a um “sentimento democrático”. O primeiro é identificado por Ferreira Resende como sendo uma característica dominante na sociedade imperial na segunda metade do oitocentos. O segundo parece vincular-se à idéia de Roberto Schwarz quando o autor diz que a perspectiva democrática tem um traço paradoxal que faz com que coexista impulsos de modernidade, mas muito arraigado no tradicionalismo brasileiro de origem ibérica³.

A partir de 1870, segundo Ilmar de Mattos, começava um movimento de contestação a uma ordem política, intelectual e moral que estruturava a lógica do Império, a *direção saquarema*, na qual Diogo de Vasconcellos estava inserido. Esta “direção” tinha como objetivo fundamental à manutenção de uma ordem e difusão da civilização, que eram os mantenedores do Estado imperial⁴.

¹ IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcellos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974, pp. 15-16.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p.163-171, 1989, p.165.

³ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Revista Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 3, 1973, p.159.

⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República, p.166.

De acordo com Ângela Alonso, os intelectuais da geração de 1870 são muitas vezes criticados por se mostrarem sincréticos. Ou seja, com um turbilhão de idéias que aportaram por aqui gerou entre os pensadores brasileiros, ao menos para os receptores destas novas idéias, um “caos teórico”, que se limitava a imitar, apropriar e deslumbrar as modas européias, e pouco se pensava a própria realidade nacional⁵.

Nicolau Sevcenko diz que os intelectuais brasileiros, engajados em estabelecer uma transformação social de grandes proporções, tomavam o ambiente cultural da Europa como a verdadeira, única e definitiva forma para salvar o Brasil de seu passado sombrio e sem perspectivas. A partir deste ponto impulsionavam-se em criar um mundo novo pautado nos pressupostos liberais, democráticos e progressistas, sobretudo⁶. Houve, desta forma, o estabelecimento de uma regra de entrada concomitante na política e nas letras⁷, que se estenderá da elite imperial, em meados de 1870, até consolidação do regime republicano, no avançar do século XX.

Não obstante, não eram todos os intelectuais, principalmente os da geração de 1870, que estavam preocupados em participar do processo político. Há um grupo que concentrava seus esforços na produção de conhecimento. Dessa forma, Ângela Alonso separa a geração em dois objetos de análise. Em primeiro lugar os intelectuais que se encontram no domínio da história das idéias, que se subdividem em imitadores de matrizes de pensamento importadas e criadores de sistemas próprios. Em segundo lugar os pensadores da ordem pública, que se envolviam em práticas para além de seus gabinetes, também subdivididos em liberais-democratas e autoritários⁸.

A intersecção entre o campo intelectual e o campo político se mostra mais coerente na interpretação não só da geração de 1870, mas para todo o contexto da segunda metade do oitocentos. A separação dos campos não era bem clara ainda na própria Europa, onde as instituições acadêmicas já tinham espaço consolidado, e os intelectuais também possuíam certo lugar dentro da política. Com isso, aplico os pressupostos da quase impossível separação da análise conjugada entre história política e história intelectual, esticando a última também para o campo da história da historiografia, para o momento da passagem do século XIX para o XX em Minas Gerais.

Tendo em vista o meu objeto de análise, Diogo de Vasconcellos, o melhor meio para o estudo desta intersecção é partir do referencial da *sociabilidade*. Rebeca Gontijo ao estudar as várias formas de se pensar a aplicação do método da sociabilidade na sociologia e na história trabalhando com grupos intelectuais, aponta que a organização

de grupos acontece, em grande medida, a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum⁹.

A abordagem da história intelectual através do estudo das sociabilidades

busca um tipo de análise histórico-sociológica que rejeita conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas, assim como recusa construir modelos explicativos, que, uma vez estabelecidos, parecem suscitar mais repercuições do que análise crítica. A marca desse tipo de análise é o investimento na pesquisa empírica¹⁰.

Heloísa Pontes aponta que a história intelectual e cultural são campos de estudo que se apresentam de forma multidisciplinar, e ainda possuem certa imprecisão conceitual, formas diversificadas de se determinar seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas intelectuais. Para atenuar esse problema, a autora apresenta duas propostas metodológicas de análise e que aplico no estudo acerca de Vasconcellos. Essas duas propostas são a *internalista* e a *externalista*.¹¹

A primeira se refere ao estudo das obras em sua profundidade, uma análise hermenêutica levando em consideração as questões internas das obras, do conteúdo, da forma, da coerência interna e do diálogo com outras produções. A segunda é o estudo das condições sociais para a feitura dessas obras, levando em consideração o perfil ideológico e as práticas sociais da *intelligentsia*.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa, e em grande medida deste artigo é mapear a ação política e intelectual de Diogo de Vasconcellos levando em consideração os pressupostos expostos acima. No que tange os aspectos políticos, o que será o grande mote de investigação é a sua atuação como um homem público a partir de 1868, quando assume a secretaria da presidência da província de Minas Gerais no governo de Domingos de Andrade Figueira, passando pelos mandatos como deputado geral e provincial, agente executivo da cidade de Ouro Preto, e já no fim de sua vida como senador da república. Como um sujeito de várias faces, ainda podemos analisar a sua participação na imprensa mineira no último quartel do século XIX.

A questão historiográfica gira em torno de suas produção ao longo da primeira metade do século XX, onde seus trabalhos de história foram publicados. Não é um acervo extenso, mas certamente rico em possibilidades de análise, principalmente advindas de um sujeito que oscila entre o clássico e o desprezível. Além disso, o que é talvez o ponto mais substantivo da pesquisa é o desenvolvimento de um estudo acerca do lugar institucional de Vasconcellos na construção da memória histórica mineira a partir de instituições significativas como o Arquivo Público Mineiro

5 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.21.

6 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.78.

7 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.54.

8 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.29.

9 GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.261.

10 GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual, p.275.

11 PONTES, Heloísa. *Círculos de intelectuais e experiência social. Originalmente apresentado no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, no XX Encontro da Anpocs, 1996, p.5-6.*

(APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), assim como em um menos, a Academia Mineira de Letras (AML). Todas fundadas sob o auspício da República.

A manutenção das tradições

Diogo de Vasconcellos pode ser facilmente identificado como um dos mais eminentes fundadores da memória histórica de Minas Gerais no começo do século XX. Projeto esse desenvolvido principalmente com o alvorecer da República. No entanto, é equívoco afirmar que o historiador é representante de uma investida republicana para a construção da História mineira. Pelo contrário. Marisa Ribeiro Silva mostra que Diogo de Vasconcellos pertence a um grupo de intelectuais conservadores que não faz parte do estabelecimento “oficial” do acervo histórico do Estado, uma vez que sua postura política é declaradamente oposta à nova de governo implantada no Brasil naquele momento¹².

Com as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1898, Diogo de Vasconcellos se propõe a fazer então uma sistematização das memórias que fazem parte da história mineira, e que segundo o próprio historiador eram pouco estudadas até aquele momento¹³. Uma de suas grandes aspirações era escrever uma história completa de Minas Gerais, no entanto só ficou em duas grandes obras. A primeira, *História antiga das Minas Gerais*, dividida em dois volumes, publicada originalmente em 1904, e a *História Média de Minas Gerais*, publicada em 1918¹⁴.

Com a proclamação da República fortificava-se a corrente filosófica positivista com suas idéias e determinismos mecanicistas. Esse mundo positivo concentrava em seu bojo um espírito moderno cujo racionalismo está muito vinculado com uma postura *Iluminista* à francesa, e que se via em tensão com outra de cunho *Romântico* aos moldes alemão. Essa dualidade não é discrepante, uma vez que ambas coexistem no mesmo espaço de experiência da sociedade brasileira da segunda metade do oitocentos, assim como o próprio confronto entre *cultura* e *civilização*.

Identifico duas posturas ligeiramente diferentes com relação ao embate *cultura/civilização*. A primeira é com relação ao trato francês desses conceitos. O estágio de civilização da sociedade se voltava fundamentalmente para o evolucionismo, e possuía um grande teor otimista. Assim, esse estágio representava, primordialmente, formas superiores de *cultura*, numa espécie de subdivisão de níveis em *alta*, *média* e *baixa cultura*, que se porta de maneira arbitrária e indefinível.

Na Alemanha, por sua vez, pode-se perceber uma diferença mais rígida entre *cultura* e *civilização*, sendo que a primeira está vinculada à

idéia de um estágio mais avançado de uma sociedade, quando ela encontra-se em seu apogeu de desenvolvimento. Sua estrutura está enraizada numa base de coesão social, de costumes que se transformam lentamente, e se manifestam, primordialmente, em uma sociedade *ruralizada*. A segunda, assim, é resultado do declínio dessa mesma sociedade, em grande medida *cosmopolita*, cujas transformações acontecem cada vez mais rápido, manifestando-se em centros urbanos¹⁵. A *cultura*, portanto, possui um valor mais positivo do que a *civilização*.

O início do período republicano brasileiro foi marcado por vários conflitos de ordem política¹⁶. Destacamos dois, que revelam o confronto de duas grandes interpretações acerca dos modelos de identidade nacional. A primeira é conservadora. Destaca-se uma postura de reafirmação do passado colonial e imperial, que mesmo embora admita marcas negativas desse passado – a escravidão¹⁷, por exemplo – acredita que no legado ibérico e na ação da Igreja Católica se pode identificar o principal traço de nacionalidade brasileira. A segunda é liberal. Via-se a República como necessária para se romper com esse passado arcaico defendido pelos primeiros, corporificado no regime monárquico.

Identifica-se Diogo de Vasconcellos como representante do primeiro grupo. A sua trajetória política é bem definida. O político, membro de uma tradicional família mineira formadora de ministros e presidentes de província, teve desde cedo uma formação marcada por uma religiosidade católica fervorosa, assim como um conservadorismo político sólido.

Vasconcellos era um dos mais respeitados membros do Partido Conservador Mineiro, exercendo diversas vezes o cargo de deputado, assim como o de senador. No entanto, uma situação nos chama atenção para a sua fidelidade ao partido. Em 1883 foi indicado ao cargo de senador. Através do jornal ouropretano *A Província de Minas*¹⁸ de 20 de setembro de 1883, Vasconcellos se manifesta a fim de indicar a missão política que os seus correligionários conservadores deveriam desempenhar nas urnas. O político vem ao público não para fazer uma autopropaganda, mas para dar maior apoio a seu companheiro de chapa, o Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Acreditava que aquele era um momento em que o eleitorado deveria voltar forças a um melhor nome para o exercício do mandato, e esse nome não era o dele.

Vasconcellos estava muito preocupado em manter a união do partido na batalha contra os liberais que se faziam fortes no momento. Alertava que o descaso individual frente ao voto poderia causar o fracasso conservador nas urnas. As divergências entre eleitor e candidato, ou concessões a adversários representava a maior

¹² SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. *Revista do APM*. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007.

¹³ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

¹⁴ ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcellos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Termo de Mariana*. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarión. Introdução. In: CARDOSO, Ciro Flamarión & VAINFAS, Ronaldo. *História e Paradigmas Rivais*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.190-191.

¹⁷ O elemento escravo é um traço das contradições encontradas em uma época de pretensa modernização brasileira. O escravo, como é constantemente lembrado, era uma mercadoria, e não um trabalhador assalariado. Dessa forma, sua mobilidade era muito mais dificultosa, assim como sua função econômica para seu senhor. Em um sistema produtivo em que a escravidão é o carro-chefe não visava, segundo Roberto Schwarz, um maior dinamismo na produção, mas em certa medida, com relação ao próprio escravo, procurava-se o máximo de exploração a fim de encher e disciplinar o dia do cativo. Isso vai de encontro às práticas modernas que vigoravam no mundo ocidental naquele momento.

¹⁸ O periódico *A Província de Minas* era de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga.

desgraça para um partido, habituando as urnas a mentirem, assim como destruírem o regime de idéias e a significação das maiorias.

Com a maior facilidade cada qual entende ser generoso, esquecendo-se que o partido é uma associação política com direitos e obrigações recíprocas; e que basta muitas vezes a discrepância de um voto para derrotar-se o esforço, o trabalho, a esperança de seus correligionários!¹⁹

Em vários momentos de seu mandato como vereador (1892-1893), o político mineiro se mostrou firme em relação aos seus valores, indo de encontro com a perspectiva de um governo moderno e laico. Atos de extremo conservadorismo são realizados em nome da Câmara. Buscava nesse momento a manutenção de uma ordem social; do ensinamento e manutenção dos valores católicos, sugerindo em um momento a obrigatoriedade do catecismo no ensino básico da cidade; negação a algumas teorias científicas vigentes no momento, que confrontavam certos valores religiosos; e defesa do direito moral e histórico do poder político de Ouro Preto, principalmente com que se diz respeito à manutenção da cidade como capital do estado de Minas Gerais.

Em 1935, Roberto Vasconcellos – filho de Diogo – edita a póstuma *História do Bispado de Mariana*²⁰. Livro em que ele seleciona vários escritos do pai a respeito da Arquidiocese de Mariana, cidade natal de Diogo. Nesta obra o que é pertinente para este artigo não é o estudo sobre a “biografia” da Arquidiocese, mas um dos escritos do livro, muito pertinente para desenvolvermos uma análise a respeito do conceito de tempo em Diogo de Vasconcellos, o discurso pronunciado perante a *Sociedade Propagadora da Instrução*²¹.

O marianense discutia em um momento de incertezas. A República programava-se como uma expressão de pretensa modernidade vinculada com a leitura de um mundo positivo cientificista. Vasconcellos não fala de governos, não cita nomes, sempre se pautando por alegorias, e fazendo aproximações com uma história eclesiástica, ou uma leitura de mundo ancorado pelo resgate de uma religiosidade como ensinamento para a ação moral do homem no mundo. Não obstante, inserindo-se como um agente histórico, e membro de uma categoria social pré-estabelecida, utiliza-se de sua retórica, incorporada muito provavelmente pelo exercício da advocacia, a favor de sua concepção monárquica, conservadora e católica, em combate a um republicanismo liberal e laico que determinava naquele momento, para ele, um mal para a Nação.

Na documentação até agora selecionada para análise, é perceptível uma resistência com relação a

pressupostos *Positivistas*, tanto no campo do discurso quanto no da ação, o que se mostra de grande relevância para o processo de investigação aqui adotado. Desta forma, antes de tudo, traz-se à luz outro documento que ilustra o caráter resistivo ao positivismo em meio à *práxis* administrativa, reafirmando o tradicionalismo católico de Diogo de Vasconcellos como Agente Executivo da capital mineira no início da década de 1890.

Trata-se de uma carta oficial da Câmara Municipal de Ouro Preto ao Inspetor Chefe da Higiene Pública²². O inspetor solicitara a construção de um cemitério público na região de Saramenha, distrito de Ouro Preto, e que fossem proibidos os enterros em cemitérios das Irmandades católicas que se encontravam em meio o centro urbano da cidade.

Vasconcellos comunica ao inspetor que o cemitério de Saramenha já estava recebendo cadáveres: “(...) tendo eu dado as providências, conforme os desejos da Câmara, para que, sendo restabelecido a benção, se possa fazer de modo franco o enterramento dos católicos”. No entanto, ele advertia que o cemitério era longe, e muito sacrificante o deslocamento até lá, corroborando com profissionais da área sobre a inadequação do local para a construção de um cemitério, e acreditava que a aceitação do povo se daria de forma dificultosa.

Com isso, o agente executivo não se dispunha a um embate direto com a população frente a essa questão, e como uma autoridade do povo não usaria de métodos violentos para vencê-lo. A ciência, segundo Vasconcellos, não conseguiria de modo algum convencer os ouropretanos sobre qualquer teoria que proponham sem que pudessem mostrar fatos relevantes para tal. O cristianismo, por sua vez, obra de Deus, sempre recorre aos fatos para demonstrar sua origem.

Tentando desvincular seu discurso de seu cargo, Vasconcellos diz que como um católico não contribuiria para que a ciência se efetivasse. Não se opunha a execução de obras que possibilitem algum tipo de benefício para a comunidade, mas desde que não afetasse a religiosidade das pessoas. Por isso construiu, assim como havia sido solicitado, o cemitério de Saramenha, mesmo sabendo da repugnância primária da população frente aquela obra. Nada faria para que os cemitérios urbanos, controlado pelas Irmandades cristãs, fossem fechados, pois o discurso cientificista dos higienistas que tentavam aplicar em Ouro Preto não tinha validade entre o povo que segue as verdades de Deus. Com isso, o político tentava desvincular-se ainda mais da ciência, e direcionando a sua prática efetiva na administração do município a seguir o seu pensamento conservador, e impedir o máximo à execução de práticas científicas ali.

João Camillo de Oliveira Tôrres salienta que o

¹⁹ VASCONCELLOS, Diogo de. *Eleições Senatoriais*. A Província de Minas. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883. Ano IV, nº171. Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243205 – Filme: 066 [Todas as transcrições presentes neste arquivo encontram-se com a grafia original]

²⁰ VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Apollo, 1935.

²¹ Não pude identificar onde e quando o discurso fora pronunciado. Roberto Vasconcellos não divulga essa informação. No entanto, acredito que tenha sido após a proclamação da República.

²² VASCONCELLOS, Diogo L. A. Pereira de. *Carta ao Inspetor Geral de Higiene Pública*. Paço da Câmara Municipal de Ouro Preto, 14 de outubro de 1892. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de Ofícios e Portarias da Câmara Municipal (1892-1893). Caixa: 22. Livro: 01.

movimento positivista no Brasil teve uma atuação significativa em poucos Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo. Mesmo existindo escolas de engenharia, a de Minas de Ouro Preto, e posteriormente a Escola de Engenharia de Belo Horizonte, o *Positivismo* não se manifestou consideravelmente no Estado de Minas Gerais²³. Havia casos esporádicos de professores nessas instituições que apresentavam uma postura positivista, mas acabavam sendo tema para sátira dos alunos. Mozart Pereira Soares atribui à fraca recepção das idéias de Comte, em Minas, muito provavelmente devido à tradição doméstica fortemente católica²⁴.

Embora as manifestações positivistas parecessem pouco efetivas no final do século XIX e início do XX no estado, Diogo de Vasconcellos não discursava contra o nada. O movimento irá influenciar toda a estrutura do Estado, muito bem representado, por exemplo, em várias ocasiões por João Pinheiro, que foi governador de Minas, não católico assumido e com traços positivistas. O político republicano era um grande entusiasta do impulso de modernização do estado, e um dos incentivadores diretos da construção do Arquivo Público Mineiro, em 1895, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1907.

A compreensão do tempo sob as bases da resignificação do passado, das tradições através da possibilidade de certa leitura de mundo adotando a *historia magistra vitae*, entende-se que há uma possibilidade clara de aplicação progressiva do *continuum*, levando ao que Koselleck estabelece como o aperfeiçoamento moral ou intelectual, tanto dos homens do presente quanto os do futuro, desde que seus pressupostos sejam os mesmos²⁵. Dessa maneira, é perceptível o peso que há na revalorização de ordens tradicionais, e a reafirmação do passado como elemento fundamental para a possibilidade de uma evolução do homem e da sociedade.

Em grande medida, o que se percebe na fala alegórica de Vasconcellos frente à Sociedade Propagadora da Instrução é que a República traz consigo o germe do vício, o fogo da desordem, que pôde na ação de apenas um só dia destruir obras de gerações inteiras, construídas com muito sacrifício²⁶. Este regime vem com a intenção de destruir todo um tradicionalismo conservador, que no estado de Minas Gerais é uma marca regional de singularidade.

Modesto Florenzano diz que, pelo menos, até o século XVI *República* era lida como uma constituição de política e Estado, isso tomando uma concepção aristotélica do termo²⁷. Com isso, ela poderia ser constituída tanto sob bases aristocráticas quanto democráticas, mas mesmo

assim *República*, um espaço de equilíbrio e decisões em comunidade. Após a experiência da República na Inglaterra – 1646 – 1660 – o termo já não representa mais uma instituição organizada, mas era sinônimo de rebeldia. Há em dicionários franceses do final do século XVII que apontam o republicanismo como semelhante à sedição e oposição ao estado monárquico de vivência²⁸.

Diogo de Vasconcellos adotara para si uma postura monárquica, católica e conservadora, assim como já havia sido apontado previamente, advinda de sua formação familiar e escolar. Com isso, os pressupostos imperiais sempre estiveram estampados em sua vida, com ele aprendendo a defender o estilo de vida e de governo. Amparado em seu tradicionalismo e uma visão de tempo sob as bases de uma história que ensina, possivelmente, seu *a priori* histórico advém da compreensão de sua contemporaneidade constituída pelo legado de gerações passadas, que têm na Colônia e no Império a fundação moral da sociedade brasileira, sobretudo.

A *República* não era lida de forma aristotélica, ou seja, o republicanismo sendo de constituição política qualquer, ou fundamentada em uma democracia. Sua leitura assemelhava-se muito à de agentes do passado que viam a *República* como desordeira e sediciosa. Sendo assim, a crítica ao novo regime não era algo que pode ser lido como um anacronismo, mas era a busca de um significado legitimado em outros momentos da história, incorporado no discurso como argumento em defesa a uma ordem política vencida.

O apelo *européizante* na fala de Diogo de Vasconcellos é nitido. Isso não se mostrava um problema para homens como ele. Inserir-se em uma tradição da elite imperial brasileira marcada pela influência de inúmeras vertentes do pensamento europeu. Ângela Alonso indica que tal influxo instaurava-se tanto por experiência direta como por revistas filosóficas e literárias. Estas não eram as únicas formas de introduzir idéias do Velho Mundo por aqui. As questões de um estilo rebuscado e da oratória manifestavam-se como marca importante, sobretudo, a partir dos meados de 1870, tomando a data como um marco significativo para uma geração²⁹.

Outro fator que chama atenção de uma forma transparente, quase imanente no que se considera a elite imperial, é o caráter ideológico e dogmático da religião católica. A religiosidade muitas vezes se torna um elemento orientador de uma sociedade organizada por princípios imperiais, e legitimada pela Igreja. O catolicismo é uma instituição que vai dirigir os princípios e valores desta camada da sociedade. Ancorado a isso é que se pauta o discurso contra a racionalização positivista.

A insânia do espírito humano desbaratou os frutos da liberdade. O racionalismo, filho expúrio da razão, depravou a castidade da

23 TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1957, p.157.

24 SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Editora Universidade do Rio Grande do Sul, 1999, p.116-117.

25 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2006, p.43.

26 VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia do Bispo de Mariana*, p.136.

27 FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.46.

28 FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia), p.47.

29 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.53-54.

philosophia e amargurou as suaves primícias da literatura. Empenhada, porém, contra elle em uma luta solenne, luta importante, qual nunca registrara a memória humana, está a Igreja Christã. Ella pede ao novo *monstro*³⁰ que não devore a sociedade, filha dilecta de suas entranhas; noite e dia combate, corajosa, sem descanso e sem tréguas³¹.

Através da análise desse discurso pronunciado provavelmente após a proclamação da República, identificam-se alguns elementos mantedores de uma experiência que é coerente a todo o seu perfil construído ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, quando efetivamente Vasconcellos entra para a política na província de Minas Gerais. No entanto, ao ler essas palavras pode parecer que o combate à racionalidade se dá apenas no pós 15 de novembro. No entanto, é possível ainda em tempos do Império localizar a mesma linha de pensamento no historiador mineiro.

Tomando os escritos do historiador no periódico *A Província de Minas*, é possível deparar com um texto publicado no dia 31 de janeiro de 1884, intitulado *Noite de Reis*³². Aqui, novamente há um discurso de enfrentamento entre a religião e a ciência. No entanto, é uma escrita um pouco confusa, que exige muita atenção do leitor para entender o caminho de raciocínio que ele segue.

O texto fora encomendado para se comemorar o Ano Novo de 1884, em uma época de busca incessante pela modernização baseada no cientificismo. Vasconcellos tem contato com as teorias da época, mas não as incorpora. Dessa forma, não era um ignorante com relação à *ciência normal*³³ que se estabelecia no Brasil no final do século XIX. Com isso, o autor faz uma provocação com relação ao que a ciência entendida por ele interfere na sociedade, e se essa ciência tinha condições de superar as obras de Deus.

Argumenta que as leis matemáticas desenvolvidas por seguidores das ciências e dos modelos de Newton só são possíveis por causa de uma ordem universal preexistente a isso, advinda das leis indubitáveis de Deus, pois nem tudo o que existe havia a possibilidade de se provar empiricamente. A natureza proporciona sempre os mesmos fenômenos, pelas mesmas leis. Seguindo nesta linha de análise, colocava em dúvida a validade da *matematização* do mundo. A partir dessa dúvida aparece a necessidade de re-valorizar a função de Deus como um agente organizador das coisas. Deus é o *Logos*, que age nas lacunas não matematizantes, ou seja, a presença de Deus está no *vácuo*³⁴.

Ainda, pois, que se podêra conceder um espaço vasio, que seria o vacuo, n'esse espaço estaria Deus, mas Deus essencialmente activo, principio da criação. Sendo assim, estarião prolongados

ao infinito os limites da natureza e por consequencia o universo, que é o lugar da natureza. Logo, si Deus existe, o universo é infinito³⁵.

Pascal será evocado por Vasconcellos para comprovar que Deus existe. Utiliza-se do pensamento do cientista francês quando este diz que o Universo é um grande oceano desprovido de praias, um círculo em que seu centro está em todas as partes e a circunferência em nenhuma. Sua certeza se efetiva no momento em que se apropria da frase de Newton: "O espaço é propriamente imensidade de Deus". Assim, é a partir dessa idéia que se encontra o círculo de Pascal, e, por conseguinte o espaço do círculo é o espaço de Deus. A defesa da propriedade de Deus se mantém por toda a sua trajetória de político, intelectual e homem de sociedade.

Quando o historiador se propõe, então, a organizar as memórias da província de Minas Gerais, ele o fará amparado muito nos seus princípios, vinculando-se também a um tipo de história que é escrita no final do século XIX. Ele busca na origem o mito fundador de Minas, e fazer uma história geral, mas não consegue. Seu trabalho embora fosse reconhecido, a sua figura oscilava entre o prestígio e a marginalização de um impulso institucional de invenção da história mineira.

O nascimento da *História Oficial* mineira

O século XIX tem como uma de suas principais características o *pensar a história*, formulando parâmetros para um tratamento moderno para o tema³⁶. Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que é um momento em que a disciplina História passa a ser considerada passível de ciência, seguindo em um processo de institucionalização. Junto a ela, a questão nacional insere-se como tema fundamental.

A Independência, em 1822, inaugura um novo momento na história brasileira, que a partir daquele momento chamava a atenção dos intelectuais para a sua peculiaridade. Com este advento, deixava o Brasil de ser uma Colônia e se transformava num Estado nacional soberano e autônomo. No entanto, percebia-se a deficiência em um quesito caro ao século XIX, o país não tinha um *passado*, e era marcado pelo estigma de ser uma extensão de Portugal. O nosso passado precisava ser *inventado*.

A escrita romântica da história surge nesse momento para tentar suprir esse problema. O passado brasileiro necessitava de ser fabricado com elementos que deveriam ser genuínos da terra. Esta, porém, parecia ser uma missão impossível de se concretizar, e que serviu de debate, sobretudo, na primeira metade do oitocentos. Ao nos depararmos com o do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, por Domingos José Gonçalves de Magalhães³⁷, publicado originalmente na revista

30 Esse "monstro" é o Positivismo. (grifo meu).

31 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*. A Província de Minas. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884. Ano IV, nº191. Arquivo Público Mineiro. JM-1243224 – Filme: 067. A data original do texto é 06 de janeiro de 1884.

32 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*. A Província de Minas. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884. Ano IV, nº191. Arquivo Público Mineiro. JM-1243224 – Filme: 067. A data original do texto é 06 de janeiro de 1884.

33 Na perspectiva de Thomas Kuhn, a *ciência normal* é o período durante o qual se desenvolve uma atividade científica baseada num paradigma, que é uma espécie de macro-teoria fundamentada pela perspectiva historicista da ciência, e é uma estrutura aceita por toda uma comunidade científica, com a qual se realiza a atividade científica que tenta, então, entender as falhas desse paradigma e/ou as suas consequências.

34 Aqui se pode pensar o *vácuo* de duas formas: a primeira é o *vácuo* como um elemento da física, força da qual os astros estão separados. É um espaço no infinito onde age a gravitação; a segunda é o *vácuo* como alegoria onde a ciência racional não dá conta de atingir, e é o lugar onde se acha Deus.

35 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*.

36 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. *Estudos históricos*, nº1, 1988, p.5.

37 GONÇALVES DE MAGA-LHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994.

Niteroy em 1836 e considerado como texto fundador do *Romantismo* no Brasil, o rompimento do passado brasileiro do português embora fosse necessário não era completamente possível. A literatura, em toda sua vastidão semântica na época, também se incluía neste problema. Os laços que ligavam as duas nações eram inevitavelmente fortes.

O general pernambucano José Inácio de Abreu e Lima no seu *Compendio da Historia do Brasil*³⁸, deixa claro que para ele um país com apenas 20 anos de existência não possuía condições de gozar de uma literatura própria. Para o autor, ao pensar a produção literária brasileira no momento de consolidação da Nação independente era um problema. Um escritor brasileiro que escrevesse sobre Portugal, no período colonial, deveria ser incluído na literatura portuguesa e não na brasileira, uma vez que ela é a expressão da nacionalidade, não fazendo sentido, portanto, uma obra referindo ao Tejo e não ao Paraíba fosse incorporada como algo daqui³⁹.

Em 1838, o marechal Raimundo da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa fundam, na cidade do Rio de Janeiro, ancorado por um forte grupo de políticos e intelectuais ligados a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Possuía a missão de construir uma história nacional, recriar o passado, de buscar e emplacar mitos de origem, de sistematizar fatos e personagens da história brasileira.

A literatura romântica não fugia a essa lógica. Ela também tinha o notável interesse em valorizar aquilo que é nacional, de se estabelecer à soberania do Brasil frente ao “outro”, que se apresentam de maneiras e formas diferentes. Primeiro por elementos internos, ou seja, por aqueles sujeitos que não fazem parte do processo histórico de construção da sociedade brasileira. Segundo por elementos externos, que são, em grande medida, podem ser figurados pelos novos Estados republicanos da América Latina que se consolidavam e ameaçavam o imperial Estado brasileiro⁴⁰.

Cada povo tem sua litteratura propria, como cada homem seu caracter particular, cada arvore seu fructo especifico; mas esta verdade incontestável para os primitivos povos, algumas modificações comtudo experimenta entre aquelles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo⁴¹.

Frente a um processo de consolidação do Estado Nacional, o IHGB possui exatamente o papel de sistematizar a história oficial do Brasil. Precisava demarcar espaços e ganhar responsabilidade em todo o território. Cabia a

outros institutos garantir as especificidades regionais, e ratificar uma possível hegemonia cultural. No entanto, o projeto de se construir vários outros institutos menores a fim de convergir informações para a sede, que ficaria então no Rio de Janeiro, não se concretizou de imediato. Alguns institutos regionais só serão fundados no século XX, já com a bandeira da República hasteada.

Minas Gerais, assim como São Paulo e Pernambuco, por exemplo, buscará a construção de sua *História Oficial* não com a ascensão do Império, nem seguindo de imediato os pressupostos do IHGB, na primeira metade do século XIX, mas apenas com o advento da República, nos finais do século XIX e início do XX, cabendo então ao Arquivo Público Mineiro (APM) e ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) desempenharem esse papel.

Para além de uma discussão pontual sobre a implantação dessas duas instituições como órgãos responsáveis pela construção oficial da memória histórica mineira, procurei estabelecer uma ligação com a participação ou exclusão do historiador Diogo de Vasconcellos nesse processo. Embora os projetos tanto do APM quanto do IHGMG fossem fundamentados sob as mesmas bases.

Minas Gerais logo após a proclamação da República inicia um período de renovação política e cultural. Nasce com o novo regime um anseio por modernização, a fim de deixar o estado nos moldes de civilizações mais avançadas do final do dezenove. Há nesse momento a inauguração de um novo regime de historicidade. Antes de 1889 a percepção de tempo histórico nas Minas estava muito atrelada à imagem do Império, o que para os republicanos constituía uma noção de atraso da Nação, devido à crise que se instalara na monarquia. O novo regime procuraria romper com a antiga e consolidar uma moderna idéia de tempo histórico⁴².

O então governador do estado, Crispim Jacques Bias Fortes cria em 1895, na cidade de Ouro Preto o Arquivo Público Mineiro (APM), indicando o político e jornalista José Pedro Xavier da Veiga como o primeiro diretor da instituição. Xavier da Veiga provém de uma tradição conservadora monarquista, sendo na segunda metade do século XIX correligionário de Diogo de Vasconcellos no Partido Conservador Mineiro.

Como fora apontado anteriormente, Vasconcellos teve uma participação, como jornalista, no periódico *A Província de Minas*, cuja propriedade era de Xavier da Veiga. Esse jornal se estendeu de 1878 a 1889. O jornal fora extinto após a Proclamação da República, tendo a sua última edição no dia 13 de novembro de 1889. No dia 27 de do decorrente mês, Xavier da Veiga passa a publicar o periódico *A Ordem*. O primeiro jornal se denominava um órgão do Partido Conservador, já o segundo era de segmento imparcial.

38 ABREU E LIMA, José Inácio. *Compendio da Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

39 ABREU E LIMA, José Inácio. *Compendio da Historia do Brasil*, p.VI.

40 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*, p.7.

41 GONÇALVES DE MAGA-LHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, p.22.

42 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A história de Minas como história do Brasil*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, p. 22-37, 2007, p.29.

A atuação do primeiro diretor do APM em meio à construção republicana da história se dará de uma forma contrária a de Diogo de Vasconcellos, o que se apresenta como uma contradição frente à trajetória política do primeiro. Será essa contradição que fará com que o republicano convertido ganhe um maior espaço na produção historiográfica mineira em fins do oitocentos.

Em tempos de República, Xavier da Veiga se mostrava um forte crítico do regime monárquico. O Estado imperial detinha um poder centralizador que impedia que as províncias pudessem exercer autonomia sobre si mesmas, e, por conseguinte alcançar o progresso. Com a organização do Estado federativo promovido pela República, e com ela o poder de autonomia regional, era possível de se construir e organizar Arquivos que tivessem a proposta de levantar documentos capazes de contribuir para a confecção da memória histórica de cada Estado⁴³. O APM, como um órgão governamental, torna essa empreitada de caráter oficial.

Diogo de Vasconcellos, por sua vez, não esboça nenhuma crítica ao Estado imperial. É a República que representa um problema a ele. Isso é muito mais visível em manifestações políticas, do que historiográficas. Existe na escrita da história do marianense todo um trato romântico dos acontecimentos históricos, sem nenhum esforço reflexivo, o que fora motivo de críticas ao longo de todo o século XX.

Para Marisa Ribeiro Silva, foi o APM um dos responsáveis por Xavier da Veiga se manter vivo politicamente, muito através de suas relações com importantes figuras da época, o que possibilitou ser o responsável pela constituição da maior parte de seu acervo⁴⁴. O político estabeleceu uma lista de correspondentes, que através de envio de documentos históricos importantes para Minas contribuíam para a formação do Arquivo. Embora Vasconcellos seja considerado um dos mais importantes fundadores da historiografia em e sobre Minas Gerais, ele não foi nomeado um correspondente legal do APM, o que não o impediu de contribuir com o envio de documentos⁴⁵.

Xavier da Veiga não resiste ao republicanismo, ao menos toma uma postura mais liberal. Com isso, ligado ao seu prestígio de homem das letras e da trajetória como político, Bias Fortes o indica para estruturar o APM. Fora elaborada uma lista com 114 correspondentes indicados pessoalmente pelo governador, que tinham como função coletar materiais pertinentes para o acervo do Arquivo⁴⁶. A hipótese que levanto aqui é de que Diogo de Vasconcellos não se convertendo ao republicanismo, mesmo sendo um político influente e atuar diretamente com a investigação histórica, não fará parte desse projeto por não

partilhar do novo ideário político que vigia no Estado naquele momento.

A lista de correspondentes do APM era composta por importantes políticos tanto no cenário mineiro quanto no nacional. Pouco ou nada os políticos de renome como o próprio Bias Fortes, Francisco Silviano de Almeida Brandão, Fernando Leite Pereira e João Pinheiro contribuíam para sua composição. Os que realmente contribuíam praticamente não tinham nenhuma relação com esses nomes, o que me leva a supor e não afirmar, que muitos dos nomes desta lista, e que era ratificada pelo governo do estado, estavam ali por puro jogo político.

Dessa forma, conclui-se que Xavier da Veiga à frente do Arquivo Público Mineiro tinha um grande papel institucional. Estava muito ligado à questão do uso de documentos como aparato primário para a constituição de uma história autônoma de Minas Gerais. Medeiros e Araujo propõem que a manutenção do Arquivo e a redação das *Efemérides* de Xavier da Veiga condicionaram a inserção de Minas como um sujeito histórico, e não mais como parte da história geral do Brasil⁴⁷.

Com isso, a rede de relacionamento político de Xavier da Veiga foi de extrema importância, pois é a partir desse contato com eminentes políticos republicanos que ele se manteve ainda vivo no cenário político, ao contrário de Diogo de Vasconcellos, que manteve seu discurso e postura monárquico-conservadora e se auto-exilou da cena política do estado de Minas Gerais⁴⁸, e em um primeiro momento a sua atuação como historiador será secundária. Este secundarismo começa a ser revisto na primeira década do século XX, sobretudo após a publicação da edição ampliada da *História Antiga das Minas Gerais*, em 1904 e da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907.

O IHGMG tem como modelo institucional o IHGB. Ele é o braço regional tardio da congênere carioca, aspiração de seus primeiros integrantes, na primeira metade do oitocentos. No entanto, o Instituto mineiro nasce em meio a um período de consolidação do regime republicano, e se ancorará no federalismo e autonomia regional para justificar o predomínio político e econômico mineiro na Primeira República, e romper com o arcaísmo monárquico⁴⁹.

Diferentemente do APM, o IHGMG não é uma instituição vinculada ao estado, mas muito de seus sócios são comuns. O diálogo com outras instituições também é marcante. Como proposto anteriormente, o APM possuía correspondência com o Arquivo Nacional, assim como o IHGMG possuía com o IHGB, o que não exclui a possibilidade de outro cruzamento entre essas instituições. Cláudia Regina Callari propõe que o que diferencia os órgãos mineiros dos cariocas é o forte caráter regionalista, e que procura construir a história de Tiradentes como sendo não apenas um fato histórico mineiro, mas algo que influenciou todo o país⁵⁰.

43 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeí Lopes de. A história de Minas como história do Brasil, p.30.

44 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.76.

45 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.79.

46 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.76.

47 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeí Lopes de. A história de Minas como história do Brasil, p.32.

48 MAGALHÃES, Basílio de. Introdução à 2ª Edição. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974, p.35.

49 CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001, p.75.

50 CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes, p.75.

Este impulso de se construir a imagem de Tiradentes como herói mineiro que se empenhou para se fecundar o embrião do republicanismo no Brasil, ligava-se ao projeto de refazer uma leitura do passado histórico do estado, e reler a história de Minas não como apenas integrante da história geral do Brasil, mas como peça primordial para se compreender essa História.

Diogo de Vasconcellos, com seu intuito de escrever toda a história de Minas Gerais também colocava em destaque a importância que a Inconfidência Mineira tinha para a memória histórica do estado, e caberia um estudo aprofundado para essa questão, por isso não contemplou esse tema em seus livros clássicos, e não teve tempo para se dedicar a uma obra só para isso, como era de sua vontade.

O acolhimento, que teve a História Antiga das Minas Gerais, animou-me a perseverar na esperança de dar a sua continuação até os fins do período colonial. Tendo aquele volume compreendido a narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo, chegará este até 1785, e não passará, porque daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta, como fato culminante, exige um maior tratamento⁵¹.

Por iniciativa de João Pinheiro, presidente do Estado naquela época, é fundado em 16 de junho de 1907 o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Nomes de destaque nos meios políticos e intelectuais da época faziam parte do primeiro grupo integrante do IHGGMG, tais como Augusto de Lima, Carlos Otoni, Nelson de Sena, Aurélio Pires, o próprio João Pinheiro, entre outros, inclusive Diogo de Vasconcellos.

Augusto de Lima, representante do *Club Floriano Peixoto*, da capital, proferindo um dos discursos de fundação externalizava a sua opinião de que há tempo Minas necessitava criar uma corporação que fosse capaz de acumular registros e memórias do passado. Ainda em Ouro Preto como a capital do Estado, nos finais do dezanove, já havia se pensado em instituições com essas características. Uma sociedade de geografia foi criada com essa intenção, assim como o próprio Arquivo Público Mineiro⁵². Para Pedro Lessa, discursando no mesmo dia, o IHGGMG surgia com o intuito de romper com uma forma tradicional de se escrever a história, talvez ainda ligada ao *topos história magistra vitae* e orientada pelo imaginário. A escrita da história passa a ser muito mais sistematizada, comprometida com a verdade servindo para a orientação do estado de Minas, sobretudo, ao progresso.

Os gregos e os romanos disseram da historia ser ella a mestra da vida; e os Polybios, os

Plutarchos e os Ciceros a entendiam como genero litterario em que as biographias e as narrativas tratadas na amplificação imaginosa que os antigos historiadores se permittiam, visavam a educação politica e moral, inspirada nos fortes exemplos de virtudes, do heroismo e patriotismo.

Essa conceituação ingenua da historia foi severamente desmentida pelo critério da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contraposto à criação romantica dos seus primeiros cultores⁵³.

Diogo de Vasconcellos foi eleito, com 36 votos, orador da instituição, cargo que exerceu perpetuamente de 1907, quando o IHGGMG foi fundado, até 1927, ano de sua morte. Muito diferente de sua atuação no APM, na qual a sua participação se deu no campo informal, no Instituto Histórico o seu lugar é mais significativo. Não tenho elementos para afirmar quais foram os motivos pelos quais o permitiram obter tal elevado posto. Lanço, portanto, duas hipóteses que podem solucionar esse problema, mas ainda necessitam de uma melhor investigação.

A primeira pode ser atribuída ao fato de que o regime republicano já consolidado desde o governo de Campos Salles (1898-1902) não tinha mais receios de ameaças restauradoras. Dessa forma, as tendências monarquistas de Diogo já não se mostravam um problema para o governo mineiro, lembrando que os correspondentes oficiais, em 1895, do APM eram republicanos. A segunda é a questão de sua *História Antiga das Minas Gerais* ter sido editada em 1904. Apontada como uma obra de referência para a história mineira, seu autor não poderia ser excluído de tal empresa.

O Instituto mineiro se lançava confiante no futuro, a cumprir o seu papel guiado pelas experiências e pelas luzes do velho IHGB. Diogo exaltava sua criação como sendo a consagração do valor histórico do povo mineiro, que formado há dois séculos compunham a maior casa de toda América⁵⁴. Vasconcellos ainda diz:

Assim, possa, portanto, o povo mineiro compreender os votos deste dia auspicioso, e assim veja elle, neste Instituto, o centro intellectual, que se destina pelas licções de sua história a fortificar-o na consciência de seus direitos para manter na integra o territorio sagrado, herença de nossos Paes, resgatar da selvageria as florestas, os campos e os rios, que ainda esperam o facho luminoso, e revestir de messes doiradas as montanhas e valles em que nasceram os primogênitos de sua raça, sem falarmos da noticia prophetica de tantos destinos guardada nestes archivos⁵⁵.

Em seu discurso de posse como orador do Instituto, salienta o papel importantíssimo do *Club*

51 VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, p.9.

52 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.6.

53 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.8.

54 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.213.

55 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.219.

Floriano Peixoto e de seus membros, para a construção desse projeto. Destaca também o nome do presidente do estado e elaborador da pedra fundamental do IHGMG, João Pinheiro da Silva. Tece elogios à própria forma de governar de Pinheiro. A sua inserção em uma instituição de cunho republicano indicaria uma conversão aos princípios do regime? Isso não é claro na produção do historiador, nem mesmo em seus discursos históricos.

Basílio de Magalhães, como citado em outro momento, diz que o advento de 15 de novembro não condenou Diogo ao ostracismo, muito impulsionado pelo seu talento e prestígio, embora voluntariamente se condenasse a ele. Foi, sobretudo, defensor da antiga ordem suplantada pela República⁵⁶. Sua atuação se deu no exercício da advocacia e do jornalismo. Ramiz Galvão, entretanto, em um pequeno necrológio publicado na Revista do IHGB de 1928, diz que ainda fora resgatado da inatividade política sendo eleito senador em Minas Gerais. E foi como presidente do Senado Mineiro⁵⁷ que morreu em 17 de junho de 1927, em Belo Horizonte⁵⁸.

Francisco Iglesias, por sua vez, ainda alerta que embora Vasconcellos atuasse na política republicana sempre se manifestava em posição conservadora⁵⁹. Isso não quer dizer que o político ainda fosse monarquista, isso é pouco provável, mas de certa forma ainda se mostrava coerente à sua formação cultural e política imperial. Pode-se dizer que era um republicano convertido por impossibilidade do retorno da Monarquia, e reconhecia os possíveis avanços que a nova ordem, já bem consolidada, trazia ao país, e sobretudo, para Minas Gerais.

Ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a considerada por muitos como a primeira obra profissional da historiografia mineira, embora ele mesmo a considerava um produto de trabalho dileitante, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos ou insuficiências. Não se pode afirmar com veemência que Diogo de Vasconcellos realmente foi o primeiro historiador das Minas, há referências de outras obras antes da sua, até mesmo ele utilizava-se de escritos da Revista do Arquivo Público Mineiro, existente desde 1896. Mesmo assim recebera a alcunha de *Heródoto Mineiro*, por Francisco Campos.

Com brilho igual, percorreu diversos departamentos da actividade intellectual: foi político, administrador, jornalista, parlamentar e, sobretudo, historiador, ao qual se ajusta, integralmente, e expressiva antonomásia de "Heródoto mineiro", que, á beira de seu tumulo, no dia de seu sepultamento, lhe applicou o sr. Francisco Campos, actual secretário do Interior do Estado⁶⁰.

A historiografia pouco recupera a trajetória desse multifacetado personagem da história mineira. Político, advogado, jornalista, historiador. Em todas as áreas em que atuou sempre deixou sua marca. Estudá-lo inevitavelmente se cai em um mar de possibilidades e de entrecruzamento de informações que não permitem isolar um aspecto único de sua vida. Sendo assim a interface entre história política e história da historiografia permite um melhor mapeamento de sua formação e atuação no campo intelectual da passagem do regime monárquico para o republicano em suas peculiaridades.

No campo institucional, no que tange a produção historiográfica, Diogo de Vasconcellos foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, e de Minas Gerais. Foi membro da Academia Mineira de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Ceará. Sempre se preocupou com o lugar de Minas Gerais frente à Nação com relação a sua importância política e histórica. Político em sua essência transitou entre a tradição monárquica e o progresso republicano sem, entretanto, perder o seu caráter conservador, sua característica indelével.

56 MAGALHÃES, Basílio de. Introdução à 2ª Edição, p.35.

57 O Congresso Mineiro nessa ocasião era bi-cameral, ou seja, era formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Mineiro.

58 GALVÃO, Ramiz. Necrológio de Diogo de Vasconcellos. *Revista do IHGB*. Tomo 101 - Vol. 155, p.442-444 Rio de Janeiro, 1928, p.443.

59 IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p.26-27.

60 Revista do APM. Ano XXII. Belo Horizonte, 1928, p.7.

* Esse artigo faz parte do projeto financiado pelo CNPq "A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República", orientado pela Profª Drª Helena Miranda Mollo (DEHIS-UFOP).

O catira de Uberaba nos tempos de Getúlio (1930 – 1945)

Wagner César Rédua

Mestrando em História - Universidade Federal de Uberlândia - UFU).

wagner.redua@terra.com.br

Resumo: O catira é uma cultura popular proveniente das camadas rurais, muito praticada, principalmente, na primeira metade de século XX. No período que Vargas governou o Brasil, entre 1930 e 1945, o catira de Uberaba retratou algumas questões importantes relacionadas ao momento político da época. Mesmo as canções voltadas para questões amorosas revelavam um sentimentalismo comum da época percebido em vários parâmetros da atuação política de Vargas, apontando para um entendimento maior sobre o populismo. Nesse trabalho, procuramos analisar algumas questões do primeiro governo de Getúlio na perspectiva local e federal e os reflexos disto observados em canções de catira.

Palavras-chaves: Catira, política, trabalho.

Abstract: The catira is a popular culture from the rural sections very practiced mainly in the first half of the twentieth century. In the period that Vargas ruled Brazil between 1930 and 1945, in Uberaba catira portrayed some important issues related to the political moment of the season. Even the love songs dedicated to questions revealed a common sentiment at the time noticed in several parameters of political action in Vargas, pointing to a greater understanding about populism. In this study, we examine some issues the first government of Getúlio in federal and local perspective and the effects observed in this song of catira.

Keywords: catira, politics, work.

O período em que Vargas esteve à frente da administração do Brasil, em seu primeiro governo, revela momentos instigantes que foi alvo de várias pesquisas e análises. Nas localidades podem-se perceber as práticas sob a abrangente teia estendida por esse governo, também, é possível observar a reação popular relativamente à atuação política em forma de criatividade. Nessa perspectiva, o catira entra na questão de análise em que nos momentos de diversão há a exposição de canções retratando momentos cotidianos, que nesse particular não deixa de serem despercebidas questões políticas relativas ao trabalho e conflitos de abrangência federal envolvendo o governo de Vargas.

O catira¹ é uma cultura popular rural que aparece no Brasil a partir de meados do século XIX. Sua origem é incerta, mas provavelmente, obedece à transformação normal decorrente das apropriações e práticas que se reproduzem no tempo histórico. Assim, o catira é oriundo de manifestações populares europeias, particularmente a portuguesa, com agregações de fragmentos das culturas indígenas e africanas, correspondendo à formação étnica e cultural do povo brasileiro. Para Câmara Cascudo o catira é

Dança rural do sul do Brasil, conhecida desde a época colonial, em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro... Duas filas, uma de homens outra de mulheres, uma diante da outra evoluem, ao som de palmas e de bate-pés (sapateados), guiados pelos violeiros que dirigem o bailado.²

Oneyda Alvarenga afirma que:

A dança se executa sempre em fileiras que se defrontam e que são formadas por homens e mulheres dispostos alternadamente, por homens de um lado e mulheres do outro, ou por homens apenas. O acompanhamento é feito especialmente por violas, geralmente duas. Os violeiros os únicos que cantam, fazem também parte da dança e dirigem a coreografia.³

Os compositores das modas de viola e recortados⁴ de catira, geralmente, eram semi-analfabetos, mas pela prática desenvolviam, inteligentemente, seus próprios estilos de composição. As músicas de catira em Uberaba no período do primeiro governo de Vargas ainda não eram gravadas pelas indústrias fonográficas, mas elas tinham seu público específico e os compositores catireiros eram cortejados, principalmente, pelos fazendeiros da região.

O período em que Vargas governou o Brasil, sob a perspectiva do catira de Uberaba, atentando para a história local, algumas questões pertinentes são concernentes à política aplicada à nação. Entrementes, a forma política que Vargas decidiu atuar desencadeou certas práticas que afetou direta ou indiretamente os compositores de modas e recortados de catira, motivando-os exporem suas opiniões em composições, que eram apresentadas nas festas.

¹ "Catira é um substantivo masculino e feminino, parecendo ser usado muito mais no masculino" In: AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975, p. 297. No setor rural de Uberaba usa-se a palavra precedida do prefixo feminino "a" - a catira, na cidade usa-se mais a palavra precedida do prefixo masculino "o" - o catira.

² CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Ouro, 1972, p. 205.

³ Desde a década de 1930 Oneyda já pesquisava sobre a cultura popular, e algumas de suas considerações como a do catira, por exemplo, já era mencionada em artigos publicados nessa época. ALVARENGA, Oneyda. *Música Popular Brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 182, 184.

⁴ Dança de roda do tipo catterê, ao som da viola. Canto popular complementar da moda. Incluído na apresentação do catira, quando acontece o suspenimento, o recortado é executado, o ritmo se torna mais rápido e os sapateadores dançam ao ritmo da viola. In: AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. p. 1199.

O período do primeiro governo de Vargas (1930 - 1945) em Uberaba começa com a deflagração do golpe. O agente executivo Olavo Rodrigues da Cunha foi destituído do cargo e em seu lugar passa a governar Guilherme de Oliveira Ferreira, sob uma portaria emitida pelo interventor estadual Olegário Maciel. A substituição incisiva na administração local é derivada de alguns fatores desencadeantes da política dos coronéis. No entanto, o que pesou para Uberaba foram dois fatores específicos: (1) a debanda da maioria dos membros do Partido Republicano Mineiro uberabense para apoiar Julio Prestes, entre eles o Agente Executivo Olavo Rodrigues da Cunha; (2) a proximidade de Uberaba com o estado de São Paulo, pois a divergência de Minas Gerais era exatamente com esse estado que, segundo os mineiros, foram traídos, ao por fim a política denominada “café-com-leite”.

No período revolucionário a imposição das portarias baixadas por Guilherme Ferreira tem motivos específicos. Logo no dia de sua posse (06 de outubro de 1930), Guilherme de Oliveira Ferreira, em sua tarefa de “revolucionário” investe no intuito de colocar ordem no município há muito tempo controlado pelos “homens bons” da cidade.⁵ Manifesta a intenção clara de rompimento total com administrações anteriores. Inicialmente, despede os funcionários da câmara municipal,⁶ ordena a apreensão de todos os aparelhos *radio-telefonicos* existentes no município;⁷ determina a mais rigorosa repressão aos especuladores e apreende todos os estoques de gêneros alimentícios e combustíveis;⁸ proíbe a venda de combustíveis e lubrificantes a quem não tivesse autorização por escrito do governo municipal;⁹ intima a todos os particulares e fazendeiros a entregarem toda arma e munição em poder dos mesmos;¹⁰ proíbe a todos os *chauffeurs* da cidade de conduzirem seus veículos;¹¹ confisca automóveis, quando necessário, a serviço da “revolução”;¹² suspende, até última ordem, a cobrança de tarifas de água, luz e telefone;¹³ entre tantas outras, sem falar na fiscalização rigorosa nos correios.¹⁴ As portarias citadas interferem diretamente com o evento da batalha de Delta entre as forças paulistas e mineiras. À medida que os acontecimentos se davam, as portarias iam sendo baixadas para controlar, de certa forma, a situação. A proibição aos *chauffeurs*, por exemplo, foi no dia em que a batalha se iniciou, e o confisco de um automóvel foi para uso exclusivo do telegrafista, que estava em prontidão. A suspensão das cobranças das tarifas dos serviços básicos revelava o estado de alerta para com a população, pois a possibilidade de fuga era algo não descartável. Os paulistas tramavam invadir

Uberaba e fazer desta a capital de Minas Gerais com o propósito de refrear os ânimos do estado rebelde.

Analisar o governo de Getúlio Vargas e seus interventores apenas pelos documentos oficiais, quando se encontra, é bem propício cair na armadilha de uma história vista do alto com “lentes de aumento”¹⁵, pois as decisões tomadas a partir do golpe apontam para um rompimento entre a velha república das oligarquias com a “democracia” implantada desde então, querendo os articuladores desse novo governo dar a entender que a “verdadeira” história do Brasil só começa a partir daí, apresentando não apenas o rompimento com o passado, mas como houvesse um divisor de águas a partir da “revolução de 1930”.

A história é construída pelos minúsculos espaços temporais onde se dão os acontecimentos no viver cotidiano. A política, inserida nesse contexto é praticada, tendo como fator imprescindível as relações de poder, em que se nota, entre outras coisas, o estilçamento do poder, quando há o deslocamento do ponto fixo da política¹⁶, que por este estilçamento, se espalha por todo o setor sociedade.¹⁷

Entrando no campo de hegemonia estabelecido por Gramsci, Thompson a denomina em seus estudos de hegemonia cultural, não a tratando como algo absoluto. A hegemonia, como dominação absoluta descarta a possibilidade de outros sujeitos, apagando suas produções. Silvia Lara¹⁸, coerente em sua concepção, leva-nos entender que a hegemonia deve ser pensada como uma abrangente cúpula da classe dominante. Nelas, homens e mulheres, ao reelaborarem seus próprios valores, criam, a seus modos, uma outra atitude fora das dominações. Como não é conveniente pensar em hegemonia sem o substrato econômico e o aspecto cultural, Thompson, ao analisar a sociedade inglesa nos séculos XVII e XVIII, vê as frissuras de poder e contra-poder num campo hegemônico. Percebe então que, para estabelecer uma hegemonia é necessário a teatralização envolta de habilidade. A *gentry*, para perpetuarem seu estabelecimento concediam certas reivindicações, mas não era só isso, eles teriam que ter habilidades em teatralizar e tornar a proposta da concessão algo louvável e viável.

A atuação de Getúlio como governante pode ser dividida em duas fases, a de golpista e presidente, entendido como articulador das esferas que o colocou e o manteve no poder por determinado tempo (1930-1936), e a de autoritário, marcada por um segundo golpe, constituindo a partir do “Estado Novo” um governo ditatorial (1937 – 1945). Nessa segunda fase se desdobra a ação política de “conversão” do malandro, denominada ideologia do trabalho.

⁵ As justificativas das decisões tomadas no início do governo de Guilherme Ferreira estão nos relatórios de finais do ano de sua posse (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac).

⁶ Conforme Portaria nº 1, de 06 de outubro de 1930. (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25)

⁷ RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25.

⁸ Portaria nº 3, de 06 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25).

⁹ Portaria nº 7, de 06 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 26).

¹⁰ Portaria nº 37, de 8 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 36/37).

¹¹ Portaria nº 56, de 12 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 43).

¹² Portaria nº 62, de 13 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45). Nessa portaria há um caso de confisco que pode ter sido seguido por outros não registrados.

¹³ Portaria nº 63, de 14 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45).

¹⁴ É certo que as decisões do prefeito causaram impactos na sociedade uberabense, pois as medidas tomadas iam de encontro aos interesses da elite uberabense. Sobre esse aspecto analisaremos em outra oportunidade. (Portaria nº 64, de 17 de outubro de 1930. RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45/46).

¹⁵ A citação é de Adalberto Paranhos, ver uma delas em PARANHOS, Adalberto. *Além das Amélias: música popular e relações de gênero sob o “Estado Novo”*. In: *ArtCultura Revista de História, Cultura e Arte*. V. 8, nº 13. Uberlândia, Edufu, jul-dez 2007, p. 164.

¹⁶ Ponto fixo da política: o Estado, o público, etc.

¹⁷ Ver em SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução proletária*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁸ LARA, Silvia Hunold. *Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, n. 12, São Paulo, Educ, out. 1995, p. 43-56.

Nos anos iniciais do governo de Vargas, o catira era mais rural que urbano, mas era praticado por algumas pessoas que migraram em busca de oportunidades na cidade. Os catireiros mais conhecidos da região nesse período, João Emerenciano e Manuel Rodrigues da Cunha eram também os mais requisitados para apresentações com seus grupos, mas havia outros: Domingos Seabra, Tertuliano Inácio Reis, Manoel Germano, João Gregório, entre outros. A diferença entre João Emerenciano, chamado de João Merêncio, e Manuel Rodrigues da Cunha, conhecido como Manezinho, estava mais na questão social do que na cultural, pois, o primeiro era fazendeiro, o segundo, entre tantas formas de sobrevivência do homem rural, foi meeiro, lavrador e serrador. Os outros citados eram lavradores sitiantes e meiros, não respectivamente. Na questão cultural podiam-se qualificar todos como caipira. Nas composições de moda de viola e recortado se diferenciavam, porém, em alguns pontos se assemelhavam.

Manezinho, por exemplo, havia composto a moda *Não Voto Mais*, nela o poeta expressa o desgosto com a política brasileira. A época provável dessa moda de viola é no final da década de 1920 quando a política no Brasil era comandada pelas oligarquias rurais. Após a “Revolução de 1930” até 1945 as eleições no Brasil foram bem restritas, e a partir do final desse período Manezinho já não estava mais em Uberaba. Inicia sua moda assim:

Eu não sou mais eleitor / Só porque não me convém
Não dou voto por favor / Nem por dinheiro também
Que todo governador / Tanta promessa eles têm
Quando de posto é senhor / Não conhece mais
ninguém. ¹⁹

O sentido de governador nesse verso se estende a todo governante, local, estadual ou federal. O fato do candidato não conhecer mais ninguém depois de eleito pode ter vindo de uma experiência pessoal, já que uma das características das modas de catira era a transcrição em versos da vida cotidiana ou de vivência própria. A canção, até ao final, segue nesse tom de desdém para com os políticos.

Os outros catireiros optavam em compor modas de viola abordando outros temas, principalmente a questão amorosa. Na moda “Cabelo Libra Esterlina” em que o título faz parte dos elogios a uma paixão oculta, João Gregório, tem num de seus versos o seguinte:

Por aqui tem um rosto lindo / Desejo amar, mas tenho
Ocultamente é meu melindro / Em regozijo de segredo
Faço pouca declaração / Por ser causa de finanças
Enfeitado por sua feição / Não posso perder a
esperança
E não dou demonstração/Pra não haver desconfiança. ²⁰

O que pode se perceber é a variedade de temas e a opção de escolha do compositor. Enquanto a

primeira canção aponta para a questão política a segunda para questão amorosa, ambos, porém faz parte da vida cotidiana nos tempos de Getúlio, e a diferença de Manezinho para os demais compositores de sua época é a versatilidade e variedade de temas que conseguia alcançar em suas canções.

Após os conflitos do período revolucionário, Vargas torna-se o presidente do Brasil e Guilherme Ferreira, o prefeito de Uberaba, mas os conflitos no governo provisório não cessam. Manezinho não deixa passar despercebido esse evento, e em uma de suas canções dá sua opinião. Trata-se da moda *A Revolução de 32*, que apresenta um compositor atualizado com os acontecimentos. Nessa moda assinala o impasse entre São Paulo e o Governo Federal. Manezinho começa a moda afirmando um fato bem questionado pelos revoltosos:

O governo provisório / alegou sua razão
Prolongou o peditório / para a constituição.
Com seu ideal finório²¹ / não quis dar a decisão
Bertoldo e Izidoro²² / declarou revolução
Esgotaram o repertório/desgraçou toda nação. ²³

Finório, significa o indivíduo esperto, sagaz, muito fino, manhoso, ladino.²⁴ Várias interpretações podem ser dadas a Vargas, mas sagaz, talvez fosse a mais apropriada nesse momento.

A moda segue revelando os ditos e não ditos da situação, como o acordo secreto de rendição entre Herculano, chefe da Força Pública constitucionalista, e Góes Monteiro, comandante do exército federal, até a derrota final dos paulistas. Essa moda rendeu ao catireiro 24 horas de prisão, bem possível que fosse salvo por forças dos fazendeiros locais, que afeiçoavam de suas canções e apresentações.

Manezinho abordava outros temas em suas canções, temas comuns utilizados pelos outros catireiros. Tertuliano Inácio Reis resolve abordar a natureza em seu tema. Versos da moda desse compositor foram descritos assim:

Este mundo é um planeta / Que a natureza governa
Eu vejo tantas belezas / Na entrada da primavera
Dominado pelas estrelas / Tudo é criação da terra. ²⁵

As composições de Manezinho distanciavam muito das poesias que os outros catireiros compunham, não só pela variedade, mas também pela perspicácia. Importante ressaltar que essas canções ele cantava em festas de catira onde a presença de muitos fazendeiros era certa.

Na fase da “ditadura Vargas” especificamente no “Estado Novo”, as atuações desses catireiros parece não modificar. Enquanto a maioria dos catireiros compõem modas com temas comuns, sendo também os mais utilizados, como amor,

¹⁹ Moda *Não Voto Mais*, autoria de Manuel Rodrigues da Cunha In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. Uberaba: Oficina das Artes, 2004, 134.

²⁰ “Cabelo Libra Esterlina” é uma moda de João Gregório In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 190.

²¹ Falando de Vargas.

²² Comandantes do exército constitucionalista.

²³ Moda *Revolução de 1932*, autoria de Manuel Rodrigues da Cunha In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 10.

²⁴ AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. p. 630.

²⁵ A moda *Planeta* é de composição de Tertuliano Inácio Reis In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 266.

paixão, tristeza, etc., Manezinho, vez por outra, procura extravasar em suas composições aquilo que o incomoda. As aflições desse catireiro estavam intrinsecamente ligadas à sua vida cotidiana e os aspectos gerais provenientes das ações governamentais que o atingia.

Acreditamos ser importante abordar alguns aspectos discutidos por outros autores sobre a “ditadura Vargas”. Certos autores referem-se ao “Estado Novo” como um regime totalitário. Cancelli afirma que “a população participa do sonho totalitário”²⁶ e, “na autoridade absoluta que a política fazia questão de exercer”.²⁷ Adalberto Paranhos aponta incoerências nas análises de certos estudos sobre a “Ditadura Vargas” como a de Ângela de Castro Gomes que dizia: “o DIP tinha um controle absoluto sobre tudo o que se relacionava à música popular”.²⁸ Maria Hermínia Tavares de Almeida, apontada pelo mesmo autor, acentuava “a subordinação completa dos sindicatos à orientação governamental”²⁹, entre outros. Estudos mais recentes sobre o período em que Vargas governou levam a outros questionamentos, e uma certeza, não existiu poder político absoluto sob o comando de Getúlio Vargas, e de nenhum outro.

As perseguições políticas foram, durante algum tempo, o centro das atenções do comandante do Catete. As prisões federais foram recheadas de presos políticos. Há diversos apontamentos das faces do cotidiano dos presos nas prisões do Estado autoritário. Os presos políticos não eram presos comuns, a intelectualidade deles era um fator peculiar.

Jorge Ferreira, em *Trabalhadores do Brasil*, entre outros temas, aborda a vida cotidiana dos comunistas na prisão com o objetivo de “conhecer mais de perto a dimensão repressiva estatal na época do primeiro governo de Vargas, particularmente o sistema carcerário penitenciário”.³⁰ O aspecto relevante de seu trabalho está na apresentação de como os presos procuravam se manterem psicologicamente ativos sem se deixarem levar pela própria condição desumana a que eram submetidos. Para isso, criaram diversos mecanismos de comunicação, socialização e uma curiosa organização dentro do espaço carcerário. Essa união, como se percebe no decorrer do estudo, os preservou da degradação psicológica, mantendo-os num mínimo de “dignidade” no submundo proporcionado pela repressão estatal.

Alguns procuram levar a compreensão do aparato repressivo do Estado como algo coeso e unificado. Como foi dito, não existe coesão plena, a dificuldade que, geralmente, se encontram ao analisar certos períodos, está em não pensar na mediação e nas contradições existentes na sociedade. Não estamos, portanto, diante de “um

Estado monolítico, compacto e isento de contradições internas”³¹, afirma Jorge Ferreira.

Cancelli, sobre as prisões no governo de Vargas, aborda fatos que contradizem o poder absoluto do Estado. Entre outras questões, as reivindicações dentro e fora da prisão que motivaram, a desgosto do poder repressivo, concessões de tratamentos médicos e transferências de presos, provando que o totalitarismo, no seu pleno significado, nunca existiu no governo Vargas, como muitas vezes se afirmam.

A repressão promovida pelos órgãos destinados a esse fim no governo “ditatorial” de Vargas não causou alvoroço em Uberaba. No período de 1937 a 1942, Uberaba teve à frente da administração municipal Wadyr Nassif. A atuação desse prefeito não causou aviltamento na política uberabense, porque também os tempos eram bem diferentes aos de Guilherme Ferreira. No entanto, devemos salientar que, nesse período muito dos antigos protagonistas da política uberabense antes do golpe, já haviam voltado a atuar revelando que o rompimento provocado pela “revolução de 1930” com a política dos coronéis, paralisou por breve tempo, mas depois volta a atuar sob novas vestes.

Entre 1932 e 1938 o catira de Uberaba seguia a linha da diversão em canções voltadas mais para a questão amorosa, saudosista, elogios a anfitriões de festas, etc. Não se conhece registro de modas de viola e recortado abordando a política, mas um recortado de Domingos Seabra composta em 1938 reporta a paixão inesquecível vivida pelo autor. Alguns versos do recortado “Cofre do Pensamento” representa a situação do homem do campo vivida nessa particular. Depois de descrever a tristeza da separação diz o caipira:

Teu olhar me fascina / Tua boca eu não beijo
Seus encantos menina / É tudo que eu desejo.

No verso seguinte volta ao lamento que envolve toda a canção:

É tão grande meu tormento / E muito já padeci.
Minha vida é um sofrimento/Porque te conheci.³²

Nesses versos pode ser percebido o sentimento caipira que o faz compor suas canções. Não são sentimentos isolados, mas contextualizados, parece estar separado do real vivido, mas é um reflexo deste. O que se deve realçar, para comparar com outros temas, não é a temática exercida, mas o sentimento, a dor, a concepção de vida do homem do campo. Dessa forma, pode-se analisar o sentimento com que fez Manezinho compor canções sobre seu trabalho diário. Antes, porém, é preciso descrever o momento vivido referente à política trabalhista no governo de Getúlio. Vale ressaltar que Getúlio estava envolvido

²⁶ CANCELLI, Elizabeth. Na prisão. In: *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993, p. 5.

²⁷ CANCELLI, Elizabeth. Na prisão. In: *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. p. 209.

²⁸ A citação está em PARANHOS, Adalberto. *Voices dissonantes sob um regime de ordem-unida: música e trabalho no “Estado Novo”*. ArtCultura, v. 4, n. 4, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jun. 2002, p. 91.

²⁹ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 208.

³⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalha-dores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977, p. 92.

³¹ FERREIRA, Jorge. *Trabalha-dores do Brasil: o imaginário popular*. p. 119.

³² *Cofre do Pensamento*, recortado, autoria de Domingos Gomes Seabra. In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 264.

na questão sentimental de sua época, seus discursos, numa observação mais aguçada, eram carregados de sentimentalismos. O populismo de Getúlio deve muito ao sentimentalismo, mais até do que suas ações.

O período do “Estado Novo” é também o período de implantação de várias políticas de Vargas, entre elas a questão do Trabalho. No campo trabalhista, no que se refere à apologia do trabalho, a tentativa de controle absoluto por parte de órgãos opressores do governo foi, de certa forma, frustrada pela mesma malandragem, que usaram combater - ou converter.

A legislação trabalhista no Brasil tem muito de conquista e doação, ao mesmo tempo em que não foi nem um, nem outro. Nem tudo o que está disposto na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) são conquistas dos trabalhadores nem doações do Estado, mas uma saída devido a insistência na formação dos sindicatos. Um bom exemplo disso é que o Estado vinculou os sindicatos como órgão do aparelho, a fim de os manterem sob tutela, controle e vigilância.

Referente a isso, Thompson diz que no século XVII os governantes eram obrigados a ceder concessões:

Por mais gritantemente desigual que fosse essa relação, ainda assim a gentry precisava de algum apoio dos “pobres”, e os pobres sentiam que eram necessários. Durante cem anos, eles não foram totalmente os perdedores. Conservaram a sua cultura tradicional, conseguiram uma suspensão parcial da disciplina de trabalho do industrialismo incipiente, alargaram talvez o alcance das leis de assistência aos pobres, impuseram caridades que podem ter impedido que anos de escassez chegassem a crises de subsistência (...)³³

Aquilo que parece ser caridade tem que ser analisado os conflitos e as lutas envolventes. No “getulismo” há muito teatro, habilidade e concessão. Teatro existe sob os mais diferentes aspectos, Thompson aponta uma dessas relevâncias ao tratar aspectos paternalistas impostos através das lutas dos plebeus. A política é fundamentalmente teatro, o teatro dos poderosos, que se pende para o terror, e o contra-teatro dos pobres.

A tentativa de apagar os vestígios da malandragem incide várias facetas de um mesmo jogo, a começar pela interpretação do que seja malandragem. “O Brasil foi inventado sob o estigma da preguiça”³⁴, afirma Adalberto Paranhos ao expor expressões horrorizantes de desdém que portugueses e franceses tinham “com a ociosidade dos chamados selvagens”.³⁵ Essa associação entre preguiça e malandragem cresce com o fim da escravatura no Brasil. O negro, marginalizado pela

elite branca carrega a marca dessa malandragem mesclada com a preguiça, fato claramente notado na sociedade carioca. Mas a malandragem carioca não pode ser colocada como um tipo único de malandro, pois, há vários tipos de malandragens.³⁶

A perseguição aos malandros principalmente na época da “Ditadura Vargas” era centralizada, sobretudo, na capital do Brasil, motivado pela expansão industrial. Aliás, o contraponto da malandragem era justamente a mão-de-obra nas fábricas dos grandes centros urbanos, ou seja, o trabalhador. Mas, e no interior do Brasil? Como se dava a questão do trabalhismo e malandragem?

Pelas bandas do Brasil Central as diretrizes do “Estado Novo” chegavam aos ecos das vozes dos interventores que repassavam as ordens do palácio do Catete, ou pelas ondas médias dos rádios. O efeito, com certeza, não era igual. Jorge Ferreira já tinha percebido o que chama de falta de percepção ocorrida no campo sobre a política trabalhista de Vargas quando diz que “seus reflexos chegaram ao campo, mas como ecos de um som longínquo”.³⁷

No Cerrado Mineiro, longe dos grandes centros urbanos, a vida transcorria na lentidão própria da vida no interior. A maior parte dos trabalhadores estava na zona rural. Na parte urbana, os empregos concentravam-se no comércio. Depois da instalação do “Estado Novo”, os trabalhadores da cidade, conhecendo, ainda que de forma rudimentar, seus direitos trabalhistas, entravam na Justiça do trabalho para garanti-los. O Arquivo Público de Uberaba dispõe de 37 dissídios trabalhistas entre 1937 a 1943, destes, 17 foram demissões sem justa causa e sem o aviso prévio conforme denúncia nos processos.

É provável que a maior parte dos processos fosse abandonada pela demora, que naquela época a justiça também andava a passos de lentos, pois, a média de resolução era de quatro anos. Outro motivo constatado era a exposição pública da vida íntima e particular dos envolvidos. Cornélia Maria de Jesus era uma lavadeira que recorreu à justiça para reaver seus direitos, pois foi demitida do hotel onde trabalhava sem justa causa e sem aviso prévio, e não recebeu os valores de direito. Ela alegou que o trabalho aumentou e que já não agüentava mais. A empresa, pois, alegou que a ex-funcionária era “malcriada e faladeira” e que havia desonrado a patroa com respostas inadequadas. A funcionária ganhou a questão, mas não recebeu o que reivindicava, pois o caso foi encerrado pela falta de comparecimento da reclamante.³⁸

A história de Antonio Vieira Sobrinho está na mesma linha, ele foi suspenso por tempo indeterminado porque lhe foi ordenado que fizesse uma viagem à serviço da marmoraria onde trabalhava. O reclamante pediu ao patrão um adiantamento do salário para deixar com a família, já que ficaria alguns dias fora de casa. Como lhe foi

³³ THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

³⁴ PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Samba e bambas no “Estado Novo”*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo, PUC-SP, 2005, p. 113.

³⁵ PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Samba e bambas no “Estado Novo”*. p. 113.

³⁶ O objetivo aqui não é analisar essa questão, mas Adalberto Paranhos aborda sobre o assunto. Entre outras indicações: “Malandro, por sinal, nunca teve sentido unívoco. Pelo contrário, é possível registrar, em diferentes momentos históricos e numa mesma época, variados e contraditórios aceções do que era ser malandro” PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Samba e bambas no “Estado Novo”*. p. 122 [Nota de rodapé].

³⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. p. 58

³⁸ CARTÓRIO CRIMINAL (Dissídio Trabalhista). Entrada do processo 16/04/1938. Arquivo Público de Uberaba, caixa 123.

negado o adiantamento disse que não iria, o resultado foi a suspensão por tempo indeterminado, ou seja, nem despedido, nem trabalhando. Ao requerer seus direitos na justiça, em meio a acusações mútuas, defendeu-se das acusações sofridas fazendo outras acusações que não pôde provar. Perdeu por falta de prova das acusações que fez.

O que aconteceu com José Alves Tomé, funcionário de um hotel, dá ainda mais noção das disputas trabalhistas nesse tempo. O trabalhador alegou ter sido despedido sem justa causa e sem aviso prévio. Utilizava sua condição sócio-econômica para causar comoção ao juiz, pois dizia: “Como sou pobre e não disponho de recursos...”. O reclamado expõe sua defesa ao juiz dizendo que as reclamações do ex-funcionário não precediam, pois o mesmo vivia “expiando os buracos da fechadura dos quartos onde há casais, os banheiros das senhoras”. Por duas vezes pôs o “membro”³⁹ para fora, fazendo uma série de propostas insinuantes a uma senhorita, auxiliar, “filha de família que se preze”. Também foi pego pela esposa do reclamado, várias vezes se masturbando nas dependências do hotel. A briga prosseguiu com troca de acusações, mas nada adiantou a defesa do réu, o reclamante ganhou a causa, mas não compareceu para receber, sendo arquivado o processo.

Esses três casos são alguns dos que estão disponíveis sobre a situação trabalhista em Uberaba, que está um pouco distante de algumas realidades dos grandes centros urbanos, como a questão sindical, por exemplo. Maria Célia Paoli nos revela um campo de batalha entre patrões e empregados. Segundo ela, o campo era a fábrica, mas, as pugnas se estendiam no judiciário trabalhista, que movia muitos trabalhadores a buscarem lá os seus direitos. A partir de 1936, até 1941, devido às acirradas disputas encabeçadas pelos sindicatos, o Ministério do Trabalho publica ensaios doutrinários e respostas a consultas jurídicas. “Para os operários industriais, tais atos eram descritos como ‘atos de violência, de desobediência...’ Isto era falta grave, e permitia aos empregadores despedir imediatamente o trabalhador acusado, sem aviso prévio nem indenização”.⁴⁰ Paoli diz então que, se os empregadores conseguissem provar os “atos de insubordinação” do empregado, isso justificaria despedi-los com justa causa. Afirma também que as concessões aos trabalhadores foram reconsideradas a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois a situação dos trabalhadores modificou-se consideravelmente. Percebe-se então que, segundo os já processos citados e outros não citados, em Uberaba, despedir sem aviso prévio e sem justa causa não era nada de novo, no entanto, as defesas apresentadas, por

mais insubordinadas que pareciam ser, não eram fácil de provar e convencer os juízes. Os empregadores perdiam na maioria dos dissídios trabalhistas.

No que se refere ao homem do campo sobre o trabalho, a malandragem não cabe em boa parte deles, pois o costume de levantar cedo, a dura vida de lavrador, a necessidade da sobrevivência, eram práticas exercidas desde criança. Mas isso não quer dizer que eram conformados com a situação. A inconformidade de Manezinho era bem particular por ser descendente de uma família de fazendeiros. Muitos de seus parentes pertenciam à elite uberabense, mas esse catireiro era pobre economicamente e inconformado com a vida que levava. A apropriação do sentimento de amargura e tristeza o levava a compor versos relativos ao trabalho, não por partidarismo ou ligado à política, mas pela contra vontade originada de motivos particular.

Na canção *Despedida de Serrador*, os lamúrios têm tom de revolta devido a condição do trabalhador rural. A canção é composta por volta de 1939, quando Manezinho trabalhava como serrador na fazenda do pai de Sinhô Borges⁴¹, catireiro conhecido da região.

Serra sobe, serra desce / Trinta golpe por minuto
Logo o suor aparece / Não posso parar enxuto
Com isso os braços amolece / Devido ao serviço bruto
O patrão é que enriquece / Eu é que tanto labuto.

Apesar das diferenças do viver cotidiano urbano (mesmo dos grandes centros) e rural, há, portanto, algo de comum entre eles, conforme os versos dessa moda de viola, os baixos salários e a desigualdade social. Reforça esse fato quando diz: “Amanheço o dia enfezado / Com essa minha pobreza”, e “Fazendo minha empreitada / Pra ganhar pouco dinheiro / Não sobra quase nada”. A reclamação por aqui não é por trabalhar, nem por não trabalhar, mas pela condição difícil da vida sócio-econômica.

Na moda “Vida de Lavrador”, também da década de 1930, Manezinho conta a dura vida de roceiro “Que trabalha o ano inteiro / E não tem nenhum valor”. Segundo ele “O pobre é que mais trabalha / não descansa, não sossega / sofre por qualquer migalha”. Depois de lembrar-se do trabalho à “meia”, e da falta de liberdade por morar em propriedade dos outros, finaliza com um desafio:

A gente vê o boato / Tem muita gente que diz
Que todo homem do mato / Tem uma vida feliz
Quem quiser ver se é exato / É vir e fazer.

No conjunto das situações expostas, entre a tensão política e a tensão trabalhista, as canções que trataram do tema em Uberaba eram expostas

³⁹ Órgão genital masculino.

⁴⁰ PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez. 1989, p. 59.

⁴¹ Em entrevista ao Arquivo Público de Uberaba em 11 de maio de 1993.

em momentos de diversão. Sutilmente, o tom contrariado das modas de viola ecoava nas fazendas e no centro urbano uberabense, tornando público um descontentamento sobre as diferenças sociais, e da política interesseira e corrupta.

Desde os primeiros atos de Guilherme Ferreira, como interventor “revolucionário” ao último verso descontente de Manezinho, passando pelas concessões trabalhistas de Vargas, Uberaba foi palco não somente das artimanhas políticas geradas pelo golpe de 1930 como a implantação de um sistema trabalhista que por um lado defendia o trabalhador explorado, mas, politicamente, quase nada era feito para melhorar condição socioeconômica do pobre, submetido ao duro trabalho diário com baixos salários.

Essas canções rurais nos dão uma noção da diversidade da vida no Brasil ocasionada pela extensão territorial e as muitas culturas regionais. Tais canções, muitas vezes, são veículos de propagação da desigualdade social que se intensificava à medida que a modernização avançava. A ideologia do trabalhismo, semelhante à da capital do Brasil, se passou por aqui, foi como uma neblina, mas a política e a nuvem negra da exploração capitalista estenderam seus tentáculos também no setor rural, de forma que, um catireiro, e bem possível que tantas outras pessoas, não a deixaram passar despercebidas.

Ao iniciar a década de 1940, o catira de Uberaba sofre mudanças bem perceptíveis em pouco tempo. A mudança de Manezinho para São Paulo esfriou, ainda que por breve tempo, os ânimos dos catireiros ligados a ele. Mas o legado que deixou logo se apresentou na forma da diversidade. No entanto, os novos catireiros não ousaram abordar em suas canções temas de política e trabalho, que optavam, quase exclusivamente, sobre o amor, amizade e coisas do gênero. A diversidade de temas e abordagens no campo da política e trabalho tornou-se algo bem característico do catira de Uberaba nos tempos de Getúlio, que depois disso não se pôde observar nas modas de viola e recortado compostas posteriormente.

Ceb´S: um novo sujeito na vida da igreja

Paulo Célio Soares

Mestre em História Social-USS - Centro Universitário Geraldo Di Biasi

paulocelio@hotmail.com

Resumo

As CebS (Comunidades Eclesiais de Base) representam um importante momento na vida da Igreja. Essas comunidades organizadas a partir dos anos sessenta, expressam uma “nova maneira de ser Igreja”, representando na prática uma tentativa de descentralização e democracia na arcaica estrutura dessa Instituição. A partir de sua organização em pequenos grupos comunitários, as CebS articularam com eficiência a relação Fé e Política, constituindo-se num importante movimento organizativo e reivindicatório das classes populares, com papel destacado nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, no contexto da Ditadura Militar.

Palavras chaves: Igreja Católica, CebS, movimento popular.

Abstract

The CebS represents to the Catholic Church an important contribution. These communities started from 60´s and express a ´new way of being catholic´, representing with actions a new trying to decentralize the old structure of that institution. From its organization in small groups, the CebS articulated efficiently the relationship between faith and policy and helped to take place an importation popular movement of organization and claim with remarkable influence on the fights for the democratization of the Brazilian society against the despotism of the military force.

Keywords: Catholic Church, CebS, popular movement

Introdução

Em várias partes do país florescem experiências comunitárias de vida na Igreja. As comunidades eclesiais de base (CebS), organizadas desde meados dos anos sessenta, representam na prática, uma tentativa concreta de viver a fé neste sentido. Este movimento reúne, segundo pesquisas atuais¹, cerca de 70.000 núcleos, aglutinando cerca de dois milhões de pessoas. Estes números demonstram a dinâmica e vivacidade destas comunidades.

Caracterizadas como importante movimento de formação de lideranças para a sociedade civil, as CebS no regime militar foram praticamente o único movimento social de contestação a atuar na legalidade. Com a redemocratização integraram o amplo leque dos movimentos populares, representando a encarnação de um novo modo de ser Igreja que fez a “opção preferencial pelos pobres”. Não se restringindo à animação da fé partiram para a organização dos mais pobres, incentivando a luta pelos seus direitos e organizando importantes movimentos reivindicatórios.

As CebS representam uma realidade incontestável na Igreja do Brasil. Sua multiplicação foi um fator de discussão e chamou a atenção de cientistas sociais, teólogos, sociólogos e historiadores, que compreendem a sua articulação dialética fé e vida, ou seja, o relacionamento dos cristãos com as bases populares, como um dos fenômenos eclesiais mais significativos desta época.

O lugar de nascimento das CebS

Nas décadas de 1970 e 80, as CebS se espalharam por todo o país, desafiando a ditadura

militar. Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou povoado, se encontravam para refletir e transformar a realidade, “à luz da Palavra de Deus”, utilizando uma expressão comum nesse meio. Surgiu a partir daí, o nome Comunidade Eclesial de Base (Ceb). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, e ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. De acordo com Teixeira² “(...) nos anos 70 e início dos 80, falava-se muito no impacto da atuação das CebS no campo sócio-político, enquanto geradoras de uma nova consciência das camadas populares e fator de grande importância no processo de libertação dos pobres”. Essas pequenas comunidades cristãs, com número variável de participantes (entre 20 e 100 membros), eram consideradas um novo sujeito popular, capaz de reverter a situação de pobreza e apontando para uma nova sociedade mais justa e fraterna.

Especificamente no interior da Igreja Católica, as CebS queriam rever uma estrutura piramidal e autoritária que cerceava a participação popular e impunha decisões de cima para baixo. Incentivadas pelas decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965)³ e pela Conferência de Medellín (1968)⁴, que apontaram para um deslocamento das bases sociais da Igreja, estas comunidades vislumbraram uma maior participação dos leigos e um processo mais participativo na tomada de decisões. Ao redor da imagem de que a Igreja é “povo de Deus”, como caracterizou o Concílio, e não mais sociedade hierárquica, as comunidades sentiram-se parte ativa na construção do “Reino de Deus”, segundo interpretação das CebS.

¹ Pedro de Oliveira, importante assessor das CebS, a partir de pesquisa realizado pelo CERIS e ISER/ASSESSORIA, aponta a existência de um número variável de 60.000 a 80.000 CebS no Brasil. Analisando os dados da pesquisa, excluindo as comunidades que não tem celebração dominical, reflexão bíblica ou conselho comunitário, o autor chega a um número próximo de 70.000 comunidades de base no Brasil. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Um Perfil Sociológico da Diocese de Volta Redonda*, Pesquisa ISER - Diocese VR/BR, 1994.

² TEIXEIRA, Francisco Carlos. *A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984. História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 181.

³ O Concílio Vaticano II realizou-se em quatro sessões: 11 de outubro à 08 de dezembro de 1962, 21 de setembro à 04 de dezembro de 1963, 14 de setembro à 21 de novembro de 1964 e 14 de novembro à 08 de dezembro de 1965. VINCENT, Gerárd. *Os católicos: o Imaginário e o Pecado*. In *História da Vida Privada*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerárd (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 5, p. 412.

⁴ Esta conferência dos bispos latino-americanos contou com a presença do Papa Paulo VI e antecedeu as conferências de Kampala para África e Manila para a Ásia.

A questão central naquele momento era a necessidade da Igreja se posicionar em relação aos problemas sociais. Segundo Casalis (apud GUIMARÃES)⁵: “(...) A questão não é saber se reconhecemos ou negamos a luta de classes, mas de que lado nos situamos e quais solidariedades ou cumplicidades escolhemos”. As Cebcs responderam plenamente a essas questões, colocando-se ao lado dos oprimidos e assumindo a evangélica “opção preferencial pelos pobres” defendida por Puebla. Nos dias atuais, devido à conjuntura político-econômica e eclesial, marcada principalmente pela ascensão das forças conservadoras no interior da Igreja, as Cebcs se encontram em refluxo, reelaborando sua própria presença na sociedade. Evidentemente que esses grupos, que sempre acreditaram e viveram uma igreja hierárquica, apegada às tradições e ao poder estabelecido, de todas as formas possíveis se opõem a esse processo de transformação e abertura proposto pelas Cebcs.

Este processo de controle da Cúria Romana sobre as Cebcs, fica explícito a partir dos anos oitenta, quando a Igreja retira seu apoio institucional às comunidades de base e aos setores progressistas agrupados em seu interior. Paiva denomina este movimento de “retração”⁶, no qual novos parâmetros são estabelecidos para a inserção católica no mundo, podendo-se radicalizações no posicionamento da Igreja.

Com o pontificado de João Paulo II (1978) então, haverá uma nítida tendência de afirmação dessa “retração”, com uma nova identidade católica na interação com a sociedade, caracterizada pela busca de um novo equilíbrio eclesial, pautado pela contenção das forças progressistas na Igreja, particularmente na América Latina. Dentro desta ótica a TdL (Teologia da Libertação), passou a ser duramente criticada, suas publicações censuradas, seus teólogos sofreram processos, notadamente Boff e Gutierrez, a ação sócio-política da Igreja na América Latina foi posta em questão pela Vaticano, bem como vários bispos progressistas foram advertidos pelas autoridades romanas.

Havia dentro deste projeto, como objetivo a ser atingido, aquilo que Teixeira apresenta como sendo, a “volta a grande disciplina”⁷, a intenção de setores da Igreja em retornar a uma Igreja pré-conciliar, distante dos engajamentos sociais e fechada sobre si mesmo e seus horizontes limitados.

Evidentemente as dificuldades encontradas pela Cebcs na década de noventa, não são resultado único do recuo da conjuntura eclesiástica internacional e nacional. Clodovis Boff⁸ destaca, com extrema perspicácia, que a crise nas Cebcs, origina-se nos universos, eclesial e social, que se comunicam permanentemente. A crise nas Cebcs é

uma crise exógena, provém da sociedade neoliberal.

Após este breve panorama sobre as Cebcs, vale destaca que para descortinar a gênese das Cebcs no Brasil, é necessário antes de tudo, situá-las num amplo contexto sócio-político e eclesial, que será abordado neste artigo a partir de uma breve análise estrutural e conjuntural das causas que geraram este fenômeno. É necessário englobar nesta análise, as vertentes básicas de gestação do fenômeno das Cebcs, que incluem o contexto sócio-político brasileiro e o contexto eclesial nacional e o internacional.

O Contexto Eclesial

Estabelecer com precisão o momento exato do surgimento da primeira Ceb no Brasil é uma tarefa difícil. Caramuru⁹ afirma que por volta de 1967, já existia uma dezena dessas comunidades espalhadas pelo país. Em linhas gerais, o contexto eclesial brasileiro e universal contribuiu para a eclosão do fenômeno das Cebcs. No caso brasileiro, vivia-se uma crise na instituição Igreja, expressa principalmente pela falta de padres, a chamada “crise da paróquia”¹⁰. Havia uma grande necessidade de renovação desta instituição, que acabou contribuindo para valorizar timidamente o leigo nos trabalhos pastorais. Entre tais iniciativas que ofereceram estas possibilidades, destacam-se alguns movimentos pioneiros que esboçavam um protagonismo dos leigos na questão religiosa.

Neste arco de iniciativas se inserem a experiência da “catequese popular” iniciada por D. Agnelo Rossi, na atual diocese de Volta Redonda–Barra do Pirai, o Movimento de Natal, a experiência pastoral de Nízia Floresta, ou ainda do Movimento de Educação de Base (MEB). Destaca-se ainda a influência das experiências no campo da Liturgia, Catequese, dos movimentos de Ação Católica, como também os trabalhos de renovação pastoral do MMM -Movimento para um Mundo Melhor, e dos Planos de Pastoral da CNBB, destacando-se o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970). No contexto social, a rearticulação da pastoral popular após o golpe militar de 1964, também terá um papel definitivo nos contornos definitivos da experiência das Cebcs.

Estes movimentos contribuíram em diferentes níveis para o fenômeno das Cebcs. Enquanto que uns ajudaram a criar um espaço de renovação eclesial, outros, acentuadamente a Ação Católica, abriram o caminho para reflexão crítica da mensagem teológica e do compromisso político. Antes dessas experiências de cunho renovador, a Igreja no Brasil sempre teve uma história de alinhamento e subordinação ao poder dominante. Desde o período colonial o papel da Igreja na

⁵ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: Uma Nova Maneira de Ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1ª edição, 1987, p.70.

⁶ Esta autora destaca que este movimento é evidenciado pela eleição do novo pontífice e nas resoluções dos Sinodos dos Bispos neste período, que abandona as preocupações sociais, envolvendo-se mais especificamente com as questões eclesiais. Este movimento indica ainda o fortalecimento de uma nova corrente no interior da Igreja Católica, a “nova direita”, capaz de levar adiante o *aggiornamento* da Igreja, sem os riscos de uma radicalização, como aconteceu em alguns casos, particularmente os excessos da TdL e das Cebcs. PAIVA, Vanilda. “A Igreja Moderna no Brasil”. *Revista Religião e Sociedade*, número 13, ano 1, 1984. Pode-se destacar os sinais de tal movimento com a subida, por exemplo, do cardeal Trujillo no CELAM em 1972, representando uma vitória do episcopado conservador, dando-lhe orientações conservadoras com retóricas progressistas, iniciando neste período os primeiros ataques à TdL. VINCENT Gerald. Os católicos: o Imaginário e o Pecado. In *História da Vida Privada*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerárd (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 5, p. 415.

⁷ TEIXEIRA, Faustino L. C. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

⁸ BOFF, Clodovis. CEBCS: a que ponto estão e para onde vão. In BOFF, Clodovis et al. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 263.

⁹ CARAMURU, Raimundo. *Comunidade de Base: uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes, 1967.

¹⁰ A crítica à paróquia é uma constante nos primeiros textos que defendiam a idéia de implantação de comunidades de base nesta época inicial. *Comunidade de Base: uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes, 1967 e MARINS, José. *A Comunidade Eclesial da Base*. São Paulo: Salesianas, 1967.

sociedade constituía-se em ser, de acordo com o pensamento gramsciano, “(...) uma utopia que mantém as classes populares na ignorância e lhes retirar toda possibilidade de adquirir consciência política e ideológica”.¹¹

Beozzo¹² e Hoornaert¹³ destacam o papel da Igreja na colonização brasileira como etnocêntrico, prepotente e dominador. No Brasil Colônia e no Império essa postura concretizou-se com o Padroado Régio, que subordinava a Igreja à Coroa Portuguesa. Com o advento da República (1889), a separação Igreja-Estado marcará o fim do monopólio da fé católica. A Igreja tentará de todas as formas recuperar a sua presença na sociedade enfrentando no campo religioso batalhas contra os avanços do protestantismo, e no campo ideológico os desafios do laicismo, do liberalismo e do positivismo.¹⁴

Procurando expandir sua atuação e amparada pelo projeto nacionalista dos vitoriosos de 1930, a Igreja procurou alargar sua base social e recuperar o espaço perdido reforçando sua aliança com o Estado e as classes dominantes, abrindo-se, para uma estratégica atuação mais próxima das camadas médias e populares.¹⁵ O instrumento privilegiado dessa ação foi a criação da Ação Católica e dos Círculos Operários, concebidos para atuar junto ao crescente operariado no sentido de promover a conciliação de classes.¹⁶

A partir da década de 1950 essas mudanças ganham especial relevo com a transição do modelo italiano de Ação Católica, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, mais descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. Esta nova estrutura possibilitou sobretudo o surgimento das Juventudes Católicas dentro de suas específicas realidades: a JAC (Juventude Agrária Católica); a JEC (Juventude Estudantil Católica); a JOC (Juventude Operária Católica); a JIC (Juventude Independente Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica). Estes movimentos foram extremamente ativos. Assistia-se também a sua crescente inserção no espaço político disputando influências com as várias tendências. A partir do seu crescente engajamento social, tenderam a buscar maior autonomia em relação à hierarquia católica. Isto acabou se concretizando no afastamento de muitos militantes, principalmente após a criação da AP (Ação Popular)¹⁷, que provocou tensões internas no seu relacionamento com a hierarquia. Estes episódios, aliados ao agravamento da situação social do país, forçaram uma mudança de posicionamento de setores da hierarquia católica, levando-os a um maior compromisso social.¹⁸

Outro ponto importante será a organização da CNBB, uma das primeiras organizações episcopais do mundo, em 1952. Ao reunir a ala progressista da

Instituição, permitiu uma maior articulação dos bispos entre si e maior agilidade na tomada de decisões dentro da Igreja. Destacou-se sobretudo a atuação de seu secretário Hélder Câmara.¹⁹

As transformações na Igreja Romana e sua inter-relação com a conjuntura eclesial brasileira

O contexto eclesial brasileiro não fornece, porém todos os dados da complexa questão do nascimento das Cebis. É necessário alinhavá-lo com as mudanças que se delineavam na estrutura da Igreja Universal. A fundação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) e principalmente a convocação do Vaticano II²⁰, e o seu convite a um *aggiornamento*²¹, abriram caminhos promissores para que então frações não hegemônicas, que lutavam por reformas internas na Igreja, ganhassem cada vez mais espaço dentro de sua milenar estrutura.²²

É importante destacar, que a Igreja é uma instituição excessivamente complexa para que se possa fazer com segurança, uma análise completa sobre o conjunto de transformações que se operaram em seu interior e que acabaram levando à eclosão das Cebis. Os sinais das transformações são encontrados nas significativas mudanças verificadas na estrutura da Igreja a partir da realização do Vaticano II. Para isto pesaram decisivamente os vários movimentos de renovação eclesial, iniciados no início do século XX e que acabaram sendo sancionados por este Concílio.

O elemento detonador das Cebis no Brasil foi exatamente a experiência do Vaticano II. Ele revelou seu potencial pastoral em sua abertura para o mundo e, ao mesmo tempo, sua densidade de reflexão, postulando a imagem da Igreja como sendo o “povo de Deus”, contribuindo ainda para criar um clima de autocrítica no interior da Igreja, haja vista que vários movimentos com tendências progressistas (bíblico, litúrgico, teológico, etc), ganharam mais espaço e legitimidade.

Segundo Paiva (1984) com o Concílio, a Igreja teve críticas ao sistema capitalista, apresentando a incompatibilidade entre acumulação capitalista e a ética da equidade. Pela primeira vez esta Instituição reconheceu aspectos positivos do socialismo, especialmente no que concerne à justiça social, ao mesmo tempo em que reiterou sua incompatibilidade política com o “socialismo real”.²³

Com João XXIII e em torno da *Mater Magistra* (1961) e da *Pacem in Terris* (1963), a Igreja buscou uma nova atuação. No nosso continente esse processo ganhou grande impulso com as releituras que as Conferências de *Medellin* (1968) e *Puebla* (1979) fizeram da realidade social. Nascia assim, o compromisso da Igreja com o mundo dos pobres. A maneira de realizar este compromisso descendeu-se o apoio às nascentes comunidades de

¹¹ PORTELLI, Hugues, *Gramsci e a Questão Religiosa*. Trad. Luiz João Galo. São Paulo: Paulinas, 1984.

¹² BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹³ HOORNAERT, Eduardo. (org.) *História Liberais: 500 anos de História da América Latina*, trad. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

¹⁴ MONTENEGRO, José. *A Avaliação de Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

¹⁵ SCHWATZMAN, Simon. A política da Igreja e a Educação: o Sentido de um Pacto. *Religião e Sociedade*, CER/ISER, n. 13, 1986.

¹⁶ BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹⁷ Organização de esquerda fundada em 1962. Era formada por ex-militantes de grupos da Ação Católica (JOC e JUC), juntamente com um grupo protestante e outros grupos sem confissão religiosa, inclusive com formação marxista. Os militantes dessa organização se pronunciavam por uma ideologia própria, buscando apoio doutrinário em pensadores católicos. A AP optou pelo caminho da luta armada em 1965. Em 1967, aderiu aos princípios do maoísmo. No ano de 1971, transformou-se em partido e dois anos depois se incorporou ao PC do B.

¹⁸ BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

¹⁹ D. Hélder Câmara foi um dos maiores expoentes dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, destacando-se por sua postura contundente frente aos problemas sociais. No período em que atuou como bispo auxiliar no Rio de Janeiro, teve uma atuação destacada, fundando a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência. Ele ainda foi o idealizador e primeiro secretário geral da CNBB em 1952, ainda enquanto padre. D. Hélder neste período, habilmente impulsionou esta entidade a adotar posições políticas e teológicas progressistas. Na década de setenta, a CNBB se tornou o principal porta-voz institucional da Igreja no Brasil. D. Hélder foi transferido do Rio de Janeiro em 1963, quando se tornou arcebispo de Olinda e Recife. Vincent atribuiu a ele um papel importante na sensibilização dos bispos à miséria crescente do Terceiro Mundo, nas discussões do Vaticano II, preocupado sobretudo em acabar com a aliança entre a Igreja e as forças conservadoras. Cf. VINCENT Gerald. Os católicos: o Imaginário e o Pecado. In PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (orgs.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰ As análises sobre a convocação deste Concílio geram apaixonadas discussões entre os historiadores. Muitos deles como Skidmore, afirmam que o Papa João XXIII, na verdade não sabia muito bem qual o seu objetivo.

²¹ O *aggiornamento* representava um novo posicionamento da Igreja em relação às questões sociais, econômicas e políticas do mundo, principalmente na América Latina.

²² PAIVA, Vanilda. *Catolicismo, Educação e Ciência*. Coleção Seminários Especiais - Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1991.

²³ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. número 11, 1984.

base, os bispos latino-americanos tiveram o mérito de tornar as nascentes comunidades de base um instrumento de ação da Igreja no continente. Sua grande afirmação é de que a Igreja deve organizar-se e viver em comunidades menores, mas cuja especificidade os bispos não determinaram. No caso brasileiro, a Igreja nacional vivia da dependência de movimentos europeus e sua ação pastoral orbitava em torno da paróquia, incapaz de responder às urgências da problemática brasileira.

Em consonância às determinações do Vaticano II e na busca de uma nova estrutura que dinamizasse a vida religiosa e uma pastoral mais versátil e adaptada à realidade nacional a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), nos quais se propôs a renovação da antiga pastoral paroquial: “Nossas paróquias atuais deveriam ser compostas de várias comunidades de base, dada sua extensão e densidade demográfica (...) será de grande importância empreender a renovação paroquial pela criação dessas comunidades de base (...) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas”.²⁴ Este processo de renovação foi coroado de bastante êxito no Brasil. Ao mesmo tempo, as orientações do Vaticano II e Medellín sobre justiça social, democracia e direitos humanos, geraram muitos conflitos com o regime implantado em 1964, situados na incompatibilidade entre a lógica defendida pela Igreja e a colocação em prática pelo regime militar de uma lógica capitalista estrita. Esta incompatibilidade ficou clara quando da edição do AI-5 (1968), que opôs sistematicamente estas duas Instituições.

O crescente envolvimento da Igreja nas lutas sociais deste período, ligou-se à sua estratégia moderna de remontar sua área de influência, aproximando-se das camadas populares, como foi proposto no Vaticano II. No caso particular do Brasil, este alinhamento se intensificou graças às crescentes diferenças com o regime implantado, e suas ligações com grupos de oposição, articulando as forças da sociedade civil. Paiva²⁵ caracterizou este processo como o “aggiornamento precoce” da Igreja Brasileira.

As Cebs surgiram então como alternativas pastorais neste contexto, amparadas internamente por movimentos, que mesmo de maneira bastante limitada, procuravam valorizar os leigos, quando à priori, em 1966, a CNBB, na elaboração do Plano de Emergência, faz uma opção pelas comunidades de base, com o objetivo de tornar a Igreja mais viva, atuante e integrada à sociedade. Surgiram dessa forma, as primeiras iniciativas de formação concretas das comunidades de base no Brasil.

O contexto político

Em linhas gerais, no contexto político, verificou-se no país pós-1945, a implantação de um regime liberal burguês que se estendeu até 1964, com o

país passando por uma rápida modernização capitalista. Segundo Mendonça²⁶, delineou-se um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo central da economia. Toda essa mudança teve acentuado incremento com acentuada presença e participação do capital internacional, principalmente no governo Juscelino Kubitschek. Sob o signo de seu projeto desenvolvimentista, expresso no Plano de Metas, o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada, concretizando-se uma estrutura monopolista específica que articulou, de modo peculiar e com sucesso, o capital multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública.

Este processo mostrou seu lado cruel e sinais de cansaço no final dos anos JK apresentando consequências nefastas para a grande maioria da população, revelando-se desigual e excludente, agudizando as tensões sociais, com as classes trabalhadoras pressionando o governo a adotar políticas que revertessem o quadro social.²⁷

Todo esse processo moldou a democracia burguesa de modo que ela assumiu cada vez mais a feição do populismo.²⁸ Este processo político foi marcado, sobretudo, pela ascensão dos setores populares ao cenário político, resultando numa politização maior dos sindicatos urbanos e rurais e num crescimento da mobilização popular. Exerceram grande influência nesse período a pedagogia de Paulo Freire e as iniciativas sociais da Igreja. Também crescia a insatisfação intelectual e estudantil contra a situação social do país, porém, esta crescente mobilização foi barrada pelas forças conservadoras apoiadas pela política e financiamento norte americano, feito que se traduziu no golpe militar de 1964.²⁹

Sobre esse significativo avanço do movimento operário e popular no país, a Igreja se inseriu estimulando os grupos de base, tanto em áreas rurais, através dos Sindicatos e do MEB, como nos centros urbanos, pela Ação Católica e seus grupos especializados (ACO, JOC, JUC, etc.), algumas vezes aliadas e noutras vezes para fazer frente ao avanço de grupos esquerdistas.

O golpe dos militares, com apoio de grupos econômicos nacionais e internacionais, interrompeu a crescente organização da sociedade civil brasileira.³⁰ Os canais de articulação da sociedade civil foram violentamente desarticulados e silenciados, suas lideranças presas, perseguidas e obrigadas ao exílio. A Igreja gradativamente assumiu a cena política, contribuindo para reorganizar a dilacerada sociedade civil brasileira.

Num primeiro momento, após a instalação do golpe, analistas são unânimes em afirmar o acordo tácito entre militares e Igreja. Apesar das diferentes linhas de ação que se desenhavam no horizonte

²⁴ Plano de Emergência CNBB, apud LEORATO, Massimiliano. *Cebs: Gente que se faz Gente na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 24.

²⁵ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. número 11, 1984.

²⁶ MENDONÇA Sônia Regina de. O modelo capitalista dependente. In. LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁷ MENDONÇA Sônia Regina de. O modelo capitalista dependente. In. LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁸ O conceito de populismo pode ser sintetizado a partir das seguintes características: liderança individualista e personalista; a diluição do conceito de classe social e de lutas de classe, substituído pelo conceito de povo e de massas populares, evitando, assim, as consequências políticas de aceitar a luta de classes. Um discurso demagógico dirigido à pequena burguesia. TEIXEIRA, Francisco Carlos. *A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984*. In LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁹ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 1995.

³⁰ DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

entre ambos, a hierarquia católica apoiou integralmente o golpe dos militares, temendo o avanço comunista no país. Porém à medida que a ditadura se tornou “mais dura”, a Igreja Católica, mantendo sua abertura interna, principalmente no governo Geisel, assumiu uma função de denunciar as agressões aos direitos humanos, na medida em que membros da própria instituição são também atingidos pela repressão. Igreja e Estado entram em conflito.³¹

A Igreja dessa forma assumiu papel de relevância na defesa dos direitos humanos e na luta pela redemocratização. É neste cenário que começaram a se organizar em pequenos grupos as comunidades de base. Nestes espaços aos poucos vai se recompondo a voz de setores da sociedade civil, favoreceram a afirmação da cidadania dos pobres e a presença da Igreja junto ao povo. A CNBB, discutindo essa questão sobre as Ceb's afirma:

(...) elas tornam visível o compromisso com os pobres. Sua própria existência e atuação é uma denúncia da iniquidade social que rouba aos pobres sua voz e sua vez. Se as Ceb's sofrem perseguição é por causa do Evangelho, e assim elas se constituem herdeiras da bem-aventurança.³²

Assim, na década de 1970, com o fechamento político do regime e o suporte institucional de setores da Igreja, as Ceb's consolidaram-se como a prática possível de oposição reunindo leigos e membros da Igreja num amplo trabalho comunitário, que acabou entrando em choque com a estrutura de poder então vigente, sobressaindo dessa forma, nesta época, seu caráter popular.

Em relação a este aspecto de sua identidade, ele é evidenciado pela sua vinculação ao movimento popular nos diversos níveis e graus de consciência. Este é um dos seus grandes desafios: buscar uma ativa presença nestes meios sem perder suas características eclesiais. Esta vinculação Ceb's-movimento popular, não ocorreu por acaso, mas de forma natural, haja vista que naquela conjuntura repressiva, a Igreja foi o canal cuja legitimidade não poderia ser questionada pelo Estado e por onde fluíram as queixas dos descontentes. Afirmo Sidney³³ que crescentemente distanciada do poder constituído, restava à Igreja abrir outros espaços, sob pena de se reduzir a um inócuo figurante na cena política.

A Igreja, por meio das Ceb's com sua proposta de fazer interagir a fé dos cristãos com a realidade opressora que os cercava, construiu um novo espaço de contestação ao regime.que fez nascer novamente os movimentos que buscavam reconstruir sua identidade na sociedade: associações de moradores, sindicatos e até mesmo a política partidária. As Ceb's contribuíram desta forma para a sociedade brasileira.

Na medida então que se desenrolava esta situação, a Igreja perdeu a tolerância do regime.³⁴ Em contrapartida tornou-se um adversário incômodo, ganhando espaço junto aos setores de oposição. Todavia, não podemos esquecer que a Igreja também é poder, participando da estrutura dominante na sociedade. Naquela conjuntura específica da ditadura, floresceram movimentos contestatórios em seu interior como as Ceb's. Este momento foi marcado pelo engajamento das Ceb's na transformação da sociedade, aliados a outras forças da sociedade civil. Houve uma aproximação e adesão importantes com a CUT e o PT, gerando, no entanto, em muitos casos, atritos internos.³⁵

O caminho trilhado por estas comunidades ao longo da década de 1970, marcado pela grande autonomia em relação ao Estado, o seu crescente engajamento social e partidário, bem como a possibilidade de conferir, a partir do próprio cotidiano, aspectos de crítica social contundente, parecem, porém, ter extrapolado os limites propostos pela própria Igreja. Além de que, na nova conjuntura dos nos oitenta, marcada pela crescente abertura política e reorganização da sociedade civil, com o ressurgimento de sindicatos independentes, partidos políticos e associações diversas, pareceu difícil às Ceb's manterem mesma dinâmica. A Igreja deixou de ser o único espaço visível de presença crítica e aglutinador das oposições. Foi o momento das Ceb's se abrirem para a sociedade. Frei Betto elucidou esta questão, afirmando:

A Igreja não pretende substituir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de moradores, os mecanismos próprios de luta política, embora possa, supletivamente, preencher o vazio deixado pela quebra desses mecanismos. Saiba-se, porém, que esta é uma função transitória e provisória que a Igreja enquanto tal pode desempenhar precariamente.³⁶

Paralelamente, em sua estrutura interna, este foi o momento em que a Igreja retirou seu apoio institucional às comunidades de base e aos setores progressistas agrupados em seu interior. Paiva³⁷ denomina este movimento de “retração”³⁸, no qual novos parâmetros foram estabelecidos para a inserção católica no mundo. Ao mesmo tempo em que se vivenciou este *aggiornamento*, se podaram as radicalizações no posicionamento da Igreja.

Esta alteração na conjuntura eclesial internacional repercutiu intensamente no Brasil. No pontificado de João Paulo II houve uma nítida tendência de afirmação dessa “retração”, com uma nova identidade católica na relação com a sociedade, caracterizada pela busca de um novo equilíbrio eclesial, pautado pela contenção das forças progressistas na Igreja. Dentro desta nova

³¹ SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*, trad. Raul Fiker, São Paulo: Paz e Terra, 1998 e PRANDINI, Fernando; PETRUC-CI, Victor; DALE, Romeu (orgs). *As Relações Igreja-Estado no Brasil*, São Paulo: Loyola, vol. 2 a 6.

³² CNBB, Documento 15.

³³ SIDNEY, Jairo. *Igreja e Mobilização Popular. Dossiê CPV-1985, Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular*. São Paulo: CPV, 1999.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*, trad. Raul Fiker, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

³⁵ Este problema foi abordado por Teixeira, que destacou casos de práticas dogmáticas de instrumentalização do espaço eclesial, fechamento ao pluralismo interno, falta de acolhida da comunidade aos militantes que optaram pela atuação político-partidária. TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Ceb's, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

³⁶ FREI BETTO, Fermento de Boa Marca, In *Revista Sem Fronteiras*, N° 252 – 1997, p. 14.

³⁷ PAIVA, Vanilda. *A Igreja no Brasil. Religião e Sociedade*. Campus, Rio de Janeiro, número 11, 1984.

³⁸ Esta autora destaca que este movimento é evidenciado pela eleição do novo pontífice e nas resoluções dos Sinodos dos Bispos neste período, que abandona as preocupações sociais, envolvendo-se mais especificamente com as questões eclesiais. Este movimento indica ainda o fortalecimento de uma nova corrente no interior da Igreja Católica, a “nova direita”, capaz de levar adiante o “aggiornamento” da Igreja, sem os riscos de uma radicalização, como aconteceu em alguns casos, particularmente os excessos da TdL e das Ceb's. (PAIVA, 1984). Pode-se destacar os sinais de tal movimento com a subida, por exemplo, do cardeal Trujillo no CELAM em 1972, representando uma vitória do episcopado conservador, dando-lhe orientações conservadoras com retoques progressistas, iniciando neste período os primeiros ataques à TdL. (VINCENT, 1998, v. 5, p. 415).

ótica, a TdL (Teologia da Libertação), passou a ser duramente criticada, suas publicações foram censuradas, seus teólogos sofreram processos, bispos progressistas foram advertidos e sua ação política foi questionada pela Cúria Romana. Havia dentro deste projeto como objetivo a ser atingido, aquilo que Teixeira³⁹ apresentou como sendo a “volta a grande disciplina”, a intenção de setores da Igreja em retornar a uma Igreja pré-conciliar, distante dos engajamentos sociais e fechada sobre si mesmo e seus horizontes limitados. Naturalmente as Cebcs, que já não dispunham de simpatias por parte do episcopado conservador, se tornaram alvo de críticas.

As dificuldades encontradas pela Cebcs na década de 1990, não são resultado único do recuo da conjuntura eclesial internacional e nacional. Boff⁴⁰ destacou, com extrema perspicácia, que a crise nas Cebcs, originou-se no universo eclesial e social, que se comunicam permanentemente. Ela é uma crise exógena, provém da sociedade capitalista. A vitória neoliberal abortou os sonhos e utopias de boa parte dos militantes, bem como a conjuntura de refluxo impôs limites ao processo de avanços dessas comunidades.

Os novos paradigmas da era do mercado e da globalização se aliaram a outras dificuldades e desafios⁴¹ que merecem ser melhor avaliados numa outra oportunidade. De todas as formas, fica evidente que as Cebcs não perderam seu sentido histórico. Elas marcaram de maneira única a trajetória da Igreja e certamente nos reservam ainda muitas surpresas. Enquanto houver o capitalismo e sua fábrica de exclusões, os oprimidos da sociedade ainda se organizarão. Dessa forma, sofrendo refluxos e contratempos diversos, estas comunidades eclesiais de base, apoiadas ainda por setores expressivos do clero, continuam sua caminhada atenta aos novos tempos e atentas à problemática da sociedade contemporânea.

Conclusão

Nas últimas décadas, as Cebcs alteraram profundamente a atuação da Igreja Católica no Brasil. Inspiradas na opção preferencial pelos pobres, elas se comprometeram na luta pela transformação social, engajando-se em movimentos sociais e sindicais, bem como na política partidária. Particularmente hoje, grupos conservadores e tradicionalistas, que defendem uma interiorização da fé sem uma expressiva atuação no campo social, ganham espaço na estrutura da Igreja, impulsionados pelas mudanças acontecidas no final dos anos 70, com a ascensão de João Paulo II ao papado.⁴² Com todos os avanços e recuos característicos de todo processo histórico, as Cebcs prosseguem sua trajetória.

Depois de anos de intensa mobilização, a década de 1990, época de incertezas e da força devassadora da globalização e do neoliberalismo, fez essas comunidades repensarem sua caminhada, descortinando-se um cenário de “(...) diminuição das certezas e aumento das indagações”, como define Teixeira⁴³, sem, contudo, abandonar o caminho trilhado. Em meio a uma aparente escuridão, as Cebcs continuam a lutar e acreditar na “nova sociedade”, mesmo que ela não seja tão clara quanto antes, é certo que os sonhos de utopia não se concretizaram e nem se concretizarão na sociedade que idolatra o Deus-Mercado, excluindo e negando a seu povo o bem estar social e dignidade de ser verdadeiramente homem e mulher. É possível construir uma sociedade livre e justa, democrática, participativa e igualitária. Esta é a certeza que nutre sonhos e está presente nos esforços e lutas dos milhares de participantes das Cebcs, que ainda hoje, teimosamente, insistem em continuar.

³⁹ TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

⁴⁰ BOFF, Clodovis. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

⁴¹ Sobre esta problemática, diversos autores discutem as possíveis causas e estrangulamentos das Cebcs. Teixeira aponta o desafio da religiosidade popular e da inculturação, o impulso missionário no mundo dos pobres e a pequena inserção dessas comunidades nas classes baixas, haja visto que congregam apenas cerca de 15% da população católica e o desafio da espiritualidade. Alguns autores apresentam os desafios da “pastoral de elite” desenvolvida pelos militantes das Cebcs, que normalmente é desvinculada da “pastoral de massa”, que atinge os setores da base popular, a “questão política” em confronto com a “espiritualidade”, na qual os militantes das Cebcs, correm o risco de reduzir a fé à uma teoria política, e o pluralismo interno na medida que os militantes fazem diferentes opções de atuação. Boff destaca desafios em relação aos compromissos sociais, espiritualidade, catolicismo popular, sacramentos e novos Movimentos (RCC, foculares) na Igreja. Cf. TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. *Cebcs, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1993. BOFF, Clodovis. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

⁴² PAIVA, Vanilda. *Catolicismo, Educação e Ciência*. Coleção Seminários Especiais- Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1991.

⁴³ *Cebcs, Cidadania e Modernidade*

Entre memórias e identidades: um estudo sobre a identidade febiana

Anysio Henriques Neto

Mestrando em Ciências Sociais da Religião - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

anysiohistoria@bol.com.br

Resumo:

O presente trabalho analisa a construção da identidade Febiana entre os anos de 1944 e 1945. Investiga também, o conflito surgido com o fim do Estado Novo, causado pela chegada dos veteranos de guerra no Brasil. O conflito pelo domínio da memória oficial, entre os febianos e o Estado Novo representa a luta pelo poder entre Vargas e o Exército brasileiro. Esta luta compreende o conflito entre os febianos e o Estado Novo. Assim, a idéia de que a Identidade Nacional foi hegemonicamente construída pelo Estado Novo pode ser relativizada. A identidade cultural febiana, construída no *front* Italiano, opõe-se ao projeto de Identidade Nacional presente no Estado Novo. A luta dos febianos por reconhecimento de sua memória, pela sociedade brasileira, nasceu em meio à luta pelo poder depois de 1945.

Palavras-chaves: Memória, Identidade, Segunda Guerra Mundial

Abstract:

This paper wants to indicate the construction of the Febiana's identify, between the years of 1944 to 1945. Analyses also, the power struggle arrised from the *Estado Novo* fall, caused by the arrived of veterans of war in Brasil. The struggle for the domain of the official memory between the *Febianos* and the *Estado Novo* represents the fight for the power occurred between Vargas and Brazilian's Army. This fight comprises the clash between *Febiano's* and the *Estado Novo's* identifies. Thus, the idea of national identify was hegemonically constructed by the *Estado Novo* must be seen at a comparative framework. The Febiana's cultural identify, made at the Italian Front, resists to the project of national identify inherent to *Estado Novo*. The febian's fight for his memory acknowledgement by the Brazilian society, appeared in the middle of a clash for the power after 1945.

Keywords: Memory, Identity, Second World War.

Memória e identidade: uma perspectiva metodológica

Declarada oficialmente em 1º de Setembro de 1939, a Segunda Guerra Mundial foi o conflito do século XX que resultou na destruição de vários países europeus e na morte de aproximadamente 40 milhões de pessoas.¹ Terminada em 1945, "jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki".²

No pós-guerra, os representantes da vanguarda intelectual vencedora não tardaram em construir uma versão oficial sobre o conflito. Cientes de que a História era ou ainda é escrita pelos vencedores, diversos autores preocuparam-se em legitimar e super-valorizar a participação de seus aliados e conterrâneos. Em países de tradição patriótica, como os Estados Unidos, essa valorização exacerbada pode ser percebida e constatada através da indústria cinematográfica *hollyoodiana* e também pela produção acadêmica relativa às pesquisas históricas sobre o conflito.

Jenkins defende a idéia de que não existe história, mas histórias, construídas por grupos sociais a fim de criar um modelo ideológico dominante.³ Tomando como base o conceito de História, apropriado por Jenkins, de John Frow tem-se uma idéia mais clara sobre essa perspectiva epistemológica, pois

a História é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/ marginalizados os significados das histórias produzidas.⁴

A sugestão feita pelos autores demonstra como esse discurso oficial limita a análise dos acontecimentos e evidencia o grau de comprometimento dos historiadores tradicionais. Por isso, tal perspectiva, toca em dois pontos chave para o entendimento dessa historiografia hegemonicamente consolidada: a quem atende essa maneira de interpretar os fatos e o porquê da valorização de determinados grupos em detrimento de outros.

Durante a consolidação desse processo ideológico, que insiste em argumentar que os Estados Unidos venceram a guerra, países com

¹ TOTA, Antonio Pedro. *A Segunda Guerra Mundial*. 15. ed. São Paulo: Atual, 1994, p.76.

² HOBBSBAMM, Eric. *A queda do Liberalismo*. In: *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 177.

³ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 20.

⁴ FROW, John. *Marxism and literary history*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1986 apud JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 52.

menor participação bélica ou economicamente inferiores, sofreram as conseqüências desse pensamento que tornou-se hegemônico. Dentre eles encontram-se as antigas colônias francesas e inglesas no norte da África, a Índia, o Brasil e tantos outros.

No caso brasileiro, especificamente, percebe-se de maneira geral o não reconhecimento e a desvalorização de sua participação no conflito. Os motivos para tal, variam desde a tensão gerada entre a chegada do contingente militar vindo da Itália e a ditadura varguista, até a aceitação passiva da versão historiográfica oficial, que atribui ao Brasil pequena relevância e eficiência militar, mas alto grau de indisciplina e despreparo para o combate.⁵

Além de conturbada, a historiografia febiana detém, em si, processos inacabados e pontos interpretativos ainda inexplorados. E por isso, devido às concepções metodológicas e políticas assumidas ao longo do presente trabalho, optou-se pela investigação da formação da identidade febiana.

Rejeitado pelos historiadores, até meados da década de 1990, o discurso criado pelos veteranos traz consigo uma rica discussão até então minimizada. As questões propostas pela literatura febiana são partes constituintes de sua identidade. Por isso adotamos a perspectiva thompsoniana, como recurso metodológico de análise, em torno da história vista de baixo.

Interessado no processo de formação da classe operária na Inglaterra, Thompson ressalta o valor das experiências dos indivíduos durante a formação da dita classe. De maneira homóloga, é por meio das experiências, relatadas ou registradas em documentos, livros, diários e depoimentos, que pretendemos investigar a construção da identidade dos soldados brasileiros, o que não implica dizer a formação de uma classe.

Ressalta-se que apesar de a FEB ter sido constituída por 25.334 soldados, nosso foco de análise restringe-se aos praças⁶, tão somente. Os pracinhas, como ficaram conhecidos no Brasil, atendem à proposta metodológica assumida neste trabalho, no tocante ao objeto de estudo. Pois apesar de atuarem no mesmo Teatro de Operações, soldados de outras nacionalidades, oficiais, enfermeiras e outros membros da FEB, tiveram experiências diferentes durante e posteriormente à guerra, devido a condições hierárquicas e ao papel por eles desempenhado no contexto em que se encontram. As experiências vividas e compartilhadas por esses grupos de pessoas, sejam os praças, os oficiais ou civis italianos, fazem parte do seu processo de formação identitária.

A questão da identidade

Para os ex-combatentes o fim da guerra e a volta para casa, mostrou ser mais um conflito a ser

enfrentado, pois passaram a ser encarados como uma resistência ao regime totalitário vigente no país.⁷ Considerados uma ameaça ao poder de Vargas, o governo decidiu por desmobilizar os efetivos da FEB ainda em solo italiano. Conseqüência disso é que os veteranos desembarcaram no Rio de Janeiro na condição de civis fardados.⁸

Por não serem mais considerados membros do Exército, qualquer ato insurgente seria considerado tentativa de revolta ou revolução, cabendo às tropas radicadas no país conter os revoltosos. Dispondo dessa medida preventiva o governo protegeu-se de um possível golpe e a população brasileira envolveu-se numa breve onda de exaltação nacional.

Limitados à condição de civis, duas opções foram apresentadas aos recém chegados: a reincorporação de quadro, no Exército, ou a carreira pública, nos correios. Insuficiente para alguns e rejeitado por vários veteranos, aqueles que optaram por não receber sua recompensa do governo tiveram de voltar a viver como cidadãos comuns. Inconformados com a forma pela qual eram tratados, grupos de ex-combatentes passaram a se organizar em defesa de seus direitos. Resultado disso foi o surgimento das Associações de Ex-combatentes.

Tal organização não se deu unicamente em torno das reivindicações econômicas e morais a serem conquistadas, mas também em função das experiências vividas durante a guerra, visto que as ditas Associações servem, ainda hoje, como espaço de convivência e lazer, compartilhadas pelos irmãos de armas.

Essa tomada de posição, iniciada pelos próprios combatentes, visa atender a reivindicações específicas desse grupo de indivíduos e é no bojo delas que transparece o processo de formação identitária. Assim sendo, a “identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto”.⁹

Iniciado no embarque do primeiro escalão da FEB rumo ao sul da Itália, esse processo de diferenciação social passou por mudanças desde a volta para o Brasil e ainda mantém-se em construção nos dias atuais, vide os desfiles de 07 de setembro, onde a presença dos ex-combatentes ainda se faz presente. Contudo, as mudanças ocorridas durante esse processo de transformação, referem-se ao contexto econômico, político e cultural vivenciado por essas pessoas. E é através desse percurso histórico que vai da criação de uma identidade nacional, retomada por Vargas, até os dias atuais que se colocam questões pertinentes a serem pesquisadas.

Quais as características principais dessa identidade, visto que somente os militares que estiveram em campo italiano reconhecem-se como

⁵ De fato o contingente militar enviado ao *front* italiano, cerca de 25.000 soldados, não deve ser encarado como vital na decisão da guerra, se levado em consideração a participação de outros contingentes ao longo dos pontos de conflito espalhados por toda a Europa em meados de 1944. O que se pretende criticar é a maneira pela qual a partição brasileira no conflito foi cunhada pela historiografia es-trangeira, baseada em categorias xenófobas e documentos do exército norte-americano.

⁶ Praça é a denominação para os militares que ocupam os postos de baixo escalão, isto é, desde soldado raso até subtenente.

⁷ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.67.

⁸ CARVALHO, L. P. Macedo. *Força Expedicionária Brasileira: 60 anos*. In: *Verde-Olive*, Brasília, ano 22, n.185, p.16-21, jul/ago/set. 2005, p.20.

⁹ AZEVEDO, Cecília. *Identidade-des compartilhadas: a identidade nacional em questão*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.38-54.

ex-combatentes? Será que essa identidade pode ser considerada um resquício do projeto de identidade nacional iniciado na Era Vargas? E por fim, considerando-se os efeitos descentralizadores da pós-modernidade¹⁰, como é visto, atualmente, pelos próprios ex-combatentes esse conjunto de símbolos culturais e experiências vividas, chamado identidade?

A memória como acesso à identidade

Uma vez criado esse imaginário, “(...) um sistema simbólico através do qual uma coletividade distribui papéis e posições sociais, exprime valores e crenças comuns, enfim, traça o contorno de sua identidade”¹¹, oriundo das experiências de guerra, a maneira pela qual esses indivíduos tem acesso a ela é por meio da memória.

O termo memória pode ser definido de diversas formas, levando-se em conta o campo do conhecimento, História, Psicologia, Filosofia, Sociologia e outros. Optamos, no entanto, por tomar como base a conceitualização de Henry Rousso que o define como “(...) uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.¹² Tal definição indica que esse conjunto de símbolos, não pertence ao indivíduo somente, mas sim àqueles que compartilham dele.

Fato importante é que a produção e a sobrevivência dessas memórias coletivas traduzem a disputa pelo poder entre grupos que se pretendem hegemônicos. E nesse caso, a desarticulação dos veteranos indica que a consolidação de sua memória coletiva, ou seja, do contorno de uma identidade, representou perigo a outros grupos no pós-guerra.

Nesse sentido, alguns historiadores, os febianistas, vêm tentando ao longo dos anos, desmistificar equívocos e combater versões criadas com a intenção de marginalizar a participação de países que contribuíram com menor expressão bélica no conflito.¹³ Assim, os estudos sobre a participação brasileira na guerra, passaram a ser reescritos a partir da década de 1980, Waack¹⁴ (1985), Neves¹⁵ (1995), Mancuso¹⁶ (2003), Ferraz (2005)¹⁷ e outros.

É importante ressaltar que existe uma vasta bibliografia sobre a FEB, o que chamamos de literatura febianista, ou seja, a produção literária criada pelos próprios veteranos.¹⁸ Existem também alguns poucos estudos de caráter acadêmico, porém essa vertente historiográfica vem crescendo e com isso os questionamentos em termos qualitativos sobre o tema vêm aumentando. A essa situação, a manutenção dessa memória a

partir da criação de uma literatura especificamente febianista em detrimento do incentivo de estudos históricos em torno dela, Nora esclarece, que “a memória [...] só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente, mas, até hoje, separadamente”.¹⁹

A opção por estudar essa memória coletiva, novamente marginalizada com o fim do regime ditatorial da década de 1980, aponta para o momento em que essa memória se torna história, ou seja, é o momento em que a memória assume sua forma científica, a história.²⁰

Em sua tese de doutorado, Francisco César Ferraz atenta para a questão do esquecimento da participação brasileira no conflito, por parte de historiadores e mesmo da sociedade,²¹ o que por si só não justificaria a pesquisa. Mas além de pouco estudado pela historiografia, ocorre que a luta pela memória, entre os febianos e a sociedade, traduz problemas ainda caros aos brasileiros, como a questão da identidade nacional e a memória coletiva.

A disputa pela memória

(...) foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²²

É em meio a essa disputa pela memória entre duas coletividades, veteranos e a memória coletiva da sociedade brasileira, que a identidade cultural dos veteranos é reorganizada.

Le Goff define que a memória se apóia em dois tipos de material, os monumentos e os documentos, e é através de suas análises que pretendemos esclarecer esse processo de formação e as mudanças advindas dessa disputa entre lembrança e esquecimento. Por monumento entenda-se herança do passado “(...) é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação²³”, já os documentos, que não deixam de ser monumentos, representam a escolha do historiador, que seleciona estes vestígios de maneira a construir ou desconstruir uma determinada versão sobre o ocorrido.

Nesse sentido, os livros, diários, crônicas, jornais, cartas e os demais materiais de autoria febianista ou pertencentes pessoais são por si só monumentos criados com o intuito de manter essa memória coletiva. Da mesma maneira, uma vez colocada no jogo entre lembrança e esquecimento, desde a chegada ao Brasil até os dias atuais,

¹⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: D&P, 1999, p. 9.

¹¹ AZEVEDO, Cecília. *Identidade-descompartilhadas: a identidade nacional em questão*, p. 40.

¹² ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. São Paulo: CPDOC-FGV, 1998, p. 94.

¹³ NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945*. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 295.

¹⁴ WAACK, William. *As duas faces da glória*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹⁵ NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945*. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 295-318.

¹⁶ MANCUSO, Amanda. *O Brasil “vai à guerra”*: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Carlos, São Paulo, 2003.

¹⁷ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

¹⁸ Há que se fazer uma distinção dos termos febianista e febianos, pois ao primeiro restringem-se aqueles que tomam a FEB como objeto de estudo, historiadores, jornalistas, arquivistas e outros; já febianos pode ser considerado um adjetivo para os que compuseram a Força Expedicionária Brasileira.

¹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 28.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p. 535.

²¹ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p. 3.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 426.

²³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 535.

historiadores, jornalistas e mesmo leigos tem se debruçado sobre esses monumentos, tratando-os assim como documentos. É essa seleção “documental/monumental” que nos permite rever a autenticidade dessa identidade, frente a esse movimento de disputa por uma memória que se tentou incutir na historiografia brasileira.

O avanço da historiografia, em termos metodológicos, permite-nos reescrever a versão aceita e interpretar esses ex-combatentes como agentes de memória. Confrontando assim a versão instituída pela historiografia internacional, apoiado pelo regime militar de Dutra, na presidência desde 1946.

O perigo representado por esses agentes de memória foi usado ao longo dos anos como um mecanismo de dominação social, visto que nos anos subsequentes à volta dos expedicionários, promoveu-se um surto de esquecimento. Já nos anos de chumbo da ditadura militar – 1964 a 1985 – o caráter patriótico dos militares foi usado como justificativa para encobrir o autoritarismo professado pelo regime.

Então, tendo em vista as reflexões propostas pela Nova História, na qual encontra-se uma valorização da memória e da história vista de baixo, pela *New Left*, faz-se necessário a confrontação dessas memórias. E a partir desse confronto é que se pretende entender como essa memória coletiva foi manipulada e em que medida o resultado desse esquecimento, induzido por uma versão tida como oficial, traduz o jogo de poder presente na história e na memória coletiva da sociedade.

Por isso a delimitação da identidade desses homens e mulheres que lutaram nos campos italianos é tão importante na discussão sobre essa disputa entre lembrança e esquecimento. Isto porque existem intenções objetivas em ora arrefecer, ora privilegiar o retorno a essas experiências.

A Era Vargas e a criação da FEB: identidades em conflito

No Brasil o projeto de criação de uma identidade nacional inspira questionamentos ainda por estudar. Não por acaso, a disputa política ocorrida no final do Estado Novo, exemplifica a luta pelo poder através da imposição de identidades. Esse conflito de memórias reflete aspectos presentes e ilusórios do que se convencionou chamar de identidade nacional.

Sustentado por um projeto nacional-desenvolvimentista, Vargas tomou medidas que tornassem possível a criação de um modelo de nação. A valorização do nacionalismo, através da resignificação do trabalho, sustenta o processo de criação de uma identidade nacional no regime varguista. Segundo Ângela de Castro Gomes “(...) para o governo Vargas, o trabalho não era

simplesmente um meio de ‘ganhar a vida’, mas sobretudo um meio de ‘servir à pátria’”.²⁴

Terminada a chamada Era Vargas, ou seja, seu primeiro governo, a discussão acerca desses elementos coesivos foi substituída pela bipolarização proveniente do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Em meio a essas discussões Stuart Hall adverte que há uma “crise de identidade” na modernidade tardia, termo esse usado para designar o que outros pensadores chamam de pós-modernidade.²⁵

É a partir dessas discussões, que atentam para uma mudança no campo identitário, que se pretende investigar o imaginário coletivo, como forma de delimitação da identidade dos brasileiros que formaram a Força Expedicionária Brasileira. Isto porque, o presente trabalho retoma o conflito entre o projeto nacional de Vargas e a identidade dos ex-combatentes no pós-guerra.²⁶

Criada em 1942, a Força Expedicionária Brasileira – FEB ratifica o alinhamento com os Estados Unidos, pondo fim à política pendular de Vargas. Valendo-se do sentimento nacionalista, o governo incitou a sociedade brasileira a tomar parte no conflito contra os regimes totalitários.²⁷

A composição da própria FEB possibilita-nos reavaliar essa construção do sentimento patriótico. A criação do *front* interno apresenta uma contradição entre o que se considera parte constituinte da identidade nacional e o efeito desse sentimento no cotidiano social brasileiro. A insuficiência de voluntários indica não só o questionamento do sentimento nacionalista difundido pelo Estado Novo, mas também uma possível resistência em servir aos objetivos do próprio regime.²⁸

Com o fim da guerra, a relação entre o regime varguista e os veteranos mostrou ser conflituosa, por isso a desmobilização dos efetivos, ainda em solo italiano. Com isso Vargas previne-se de um golpe, possivelmente, impulsionado pelos militares vindos do *front* europeu. Tal justificativa, no campo político, demonstra que a eminência do choque entre uma “comunidade de experiência” e o “imaginário coletivo”²⁹ da sociedade brasileira, leva o governo Vargas a reprimir o uso dessa memória construída nos campos de batalha para sustentar-se no poder. Essa disputa entre memórias revela o não compartilhamento de elementos identitários comuns, entre veteranos e o projeto ideológico do Estado Novo.

Ainda que a formação dessa identidade febian, moldada pela memória dos combatentes, compartilhe com algumas características comuns ao imaginário nacional, como o sentimento familiar, a religião, a hierarquia e até mesmo a posição social no grupo, a experiência no campo de batalha promove uma reorganização desses elementos.

²⁴ FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política* n. 28, jun. 1943, p. 54-53 apud GOMES, Ângela de Castro. Ideologia no Estado Novo. In: PANDOLFI (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 59.

²⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: D&P, 1999, p. 7.

²⁶ MANCUSO, Amanda. O Brasil “vai à guerra”: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade, p. 64.

²⁷ FERRAZ, Francisco César. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial, p. 21-22.

²⁸ MANCUSO, Amanda. O Brasil “vai à guerra”: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade, p. 44.

²⁹ Backzo entende que “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Einaudi. vol. 5. (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

Isso ocorre, pois há um choque entre tipos de identidade, nacional e cultural. O processo de resignificação desenvolvido no *front* permite a criação de uma identidade cultural, diferentemente da já instituída identidade nacional.

Nesse caso, a religiosidade dos combatentes, é apontada por essa pesquisa, como o ponto central da formação de sua identidade cultural. A valorização da religiosidade, enquanto elemento principal dessa identidade, remete à sua função inserida no contexto vivido na Itália: a criação de plausibilidade. Em contraponto a essa realidade, os brasileiros alocados no país eram condicionados a resignificar sua identidade em torno da valorização do trabalho.

O confronto entre essas identidades, no pós-guerra, traduz a disputa pelo poder através da imposição de uma memória oficial que mantenha os pressupostos da identidade nacional. Fato preponderante no resultado obtido pelo governo Vargas com a desmobilização das tropas é o acesso aos veículos de comunicação em massa, bem como a impossibilidade de comunhão, por parte da sociedade civil, com as experiências de guerra. A autonomia³⁰, relativa, da qual os combatentes usufruíam na Itália sob o ponto de vista ideológico, permite que essa identidade seja construída sem a presença do Estado.³¹

Durante a campanha da FEB, cerca de sete meses³², a religião tornou-se a base para a construção identitária dos soldados. Essa identidade cultural compõe-se em três eixos fundamentais, a saber, o medo da morte, o sentimento familiar e a religiosidade. No *front* a religião ganha destaque devido à plausibilidade gerada pela crença religiosa dos militares. Em relação a isso, o sociólogo Peter Berger acredita que “os homens são congenitamente forçados a impor uma ordem significativa à realidade”³³, mas esse combate a anomia instaurada, só é possível a partir da plausibilidade gerada pelo exercício de fé dos sujeitos sociais ameaçados pelo contexto.

A volta para o Brasil representa o início de um novo processo de resignificação para os que estiveram na Itália durante a guerra, contudo nesse momento o eixo identitário, forjado em torno da religião, é deslocado em função de outros elementos. O tratamento dado aos veteranos leva-os a construir um novo acervo simbólico. Nos depoimentos analisados até o momento, a exaltação do cumprimento patriótico do dever indica uma possibilidade de substituição da religião enquanto eixo fundamental dessa identidade. Contudo, a valorização do patriotismo revelada pelos veteranos no pós-guerra, atende à reorganização de sua identidade e por isso deve ser questionada.

O governo Vargas e a participação brasileira na Segunda Guerra

Os movimentos antifascistas cresceram a partir da declaração de guerra, segundo Tota “em 1942 já havia forte movimento antifascista, manifestado nas grandes passeatas, destacando-se principalmente a de 4 de julho de 1942, liderada pela União Nacional dos Estudantes (...)”³⁴

A repressão aos grupos estudantis, operários e comunistas acirrou-se ainda mais, após a publicação do Manifesto dos Mineiros³⁵, de 1943, no qual se reivindicava liberdade e direitos que lhes eram cerceados. Somando-se à situação, estudantes e civis saem às ruas em protesto contra a neutralidade do governo brasileiro, mediante ao torpedeamento de navios brasileiros³⁶, por parte de submarinos alemães.³⁷

Atendendo às manifestações populares, Getúlio põe fim a sua política pendular e firma acordos com o governo norte-americano, que previam a participação do Brasil na guerra, a modernização do Exército e o financiamento do setor siderúrgico que tanto pretendia. Com essas medidas, o governo articula-se para a criação do chamado *front* interno.³⁸

No cenário político, os E. U. A. e o Brasil acertavam acordos e medidas para a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com a qual fariam frente nas linhas de combate, deixando assim de ser um mero fornecedor de matérias primas.

A demora na sua criação deveu-se ao fato de serem os norte-americanos os responsáveis por equipar os contingentes militares brasileiros. Mas durante as negociações, vários oficiais, como Goes Monteiro e o General Mascarenhas, já estavam nos E. U. A. em cursos de capacitação e treinamento.

Resultado do alinhamento com os Aliados foi o reavivamento do sentimento patriótico, elemento constituinte da identidade nacional, que estimulou práticas xenofóbicas ao longo desse período. Com isso, os grupos de imigrantes alemães, italianos e posteriormente japoneses, passam a sofrer com a segregação social e a perseguição do governo.

Considerando a participação brasileira na guerra, sob o ponto de vistas militar, ela resume-se a uma pequena contribuição. Já em relação ao contexto brasileiro, o resultado dessa pequena participação promoveu grandes mudanças na política, na economia e na cultura do país.

No ano de 1945, com o fim da guerra, o Estado Novo perdeu forças e o povo exigia eleições diretas, marcadas para dezembro do mesmo ano, logo começou a agitação partidária no país. Pleiteando o cargo o brigadeiro Eduardo Gomes candidatou-se à presidência pela União Democrática Nacional (UDN), partido recém-

³⁰ É fato que o Exército representa, em certa medida, o Estado Novo, mas sua capacidade de controle sobre o processo de resignificação sim-bólica não impede o surgimento de uma identidade própria dos combatentes, neste caso dos praças.

³¹ FIGUEIREDO, Euridice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Identidade Nacional e Identidade Cultural. In: FIGUEIREDO, E.; NORONHA, J. M. G. (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: Editora UFFJ, 2005, p. 200.

³² SILVEIRA, Joel. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976, p. 7.

³³ BERGER, Peter. *O dossel sa-grado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 35.

³⁴ TOTA, Antonio Pedro. *A Segunda Guerra Mundial*, p. 54.

³⁵ O Manifesto dos Mineiros foi uma carta aberta lançada por intelectuais fazendo uma crítica à ditadura varguista, marcando a contradição entre o regime man-tido por Vargas e a declaração de guerra aos países do eixo.

³⁶ Em relação ao torpe-deamento dos navios brasileiros Francisco César Ferraz esclarece que, de fato, foram submarinos alemães os responsáveis pelo ataque. Durante muitos anos cogitou-se a hipótese de que os norte-americanos teriam afunda-do os navios mercantes na costa brasileira, a fim de pressionar Vargas a tomar uma posição na guerra, sugerindo que o ataque teria sido feito pelos E. U. A.

³⁷ CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. In: *Verde-Oliva*, Brasília, ano 22, n.184, p.10-15, abr/maio/jun. 2005, p.13.

³⁸ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p.20-21.

criado pela oligarquia fundiária. Eurico Gaspar Dutra foi o candidato eleito pelo PSD. Devido ao benefício da anistia, Luís Carlos Prestes, do PC, voltou do exílio.

Na tentativa de manter o moral de Getúlio, o PTB lançou o movimento chamado de “queremismo”, pois este reivindicava a permanência do atual presidente para a elaboração de uma nova constituição. O último mandato de Vargas sofreu uma extrema pressão externa e popular, não podendo manter-se no poder devido as gritantes contradições, ele foi deposto.

O fim do Estado Novo e da presidência de Getúlio Vargas se deu da mesma maneira que a sua ascensão. Após nomear seu irmão, Benjamim Vargas para a chefia de polícia, o ministro da guerra, um ex-combatente, Goes Monteiro liderou o golpe que deu fim ao Estado Novo.

O Brasil na Segunda Guerra: do “pingado” ao “breakfast”

Os reflexos da guerra na Europa, declarada oficialmente em 1º de setembro de 1939, afetaram as demais regiões do globo, resultando no torpedeamento de navios mercantes brasileiros, em fevereiro de 1942. Segundo Carvalho “os ataques dos submarinos alemães do Eixo resultaram no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros, (...) e na perda de 972 vidas”.³⁹ O resultado destas agressões culminou com manifestações populares, lideradas pela UNE.

A isso se deveu o firmamento do contrato de financiamento da CSN, no ano anterior (1941) e ao rompimento de relações diplomáticas com os países do eixo em 1942. Em resposta à agressão, Getúlio Vargas pôe fim a sua política pendular e “em 22 de agosto de 1942 (...) após uma reunião com seu ministério, declarou estado de beligerância contra o Eixo”.⁴⁰ Em decorrência do rompimento com a Alemanha, foi decidido que o Brasil participaria da guerra, com o envio de uma força expedicionária. Dessa forma, criou-se, em 9 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira. Sob a condição de subordinados ao V Exército norte-americano, foi decidido que os brasileiros receberiam treinamento, equipamentos norte-americanos e, feito isso, iriam para o norte da África para passarem por um novo processo de treinamento.

Após uma mudança de planos, foi vetado o curso de guerra no continente africano e, em 16 de julho de 1944, o 1º escalão com mais de 5 mil soldados brasileiros desembarcou no porto italiano de Nápoles. Além deste, mais 4 escalões seriam enviados à Itália, somando um total de 25.334 soldados até fins de fevereiro de 1945.

Dentre os expedicionários, encontravam-se, além de militares de carreira, civis recrutados, voluntários, funcionários do Banco do Brasil,

médicos, capelães, jornalistas e enfermeiras. Todos esses homens e mulheres se dispuseram a defender os interesses da nação e combater o nazismo em outro país, levando consigo apenas lembranças de familiares, amigos e a vontade de vencerem a guerra.

Durante sete meses os expedicionários tiveram de confrontar-se com situações inéditas a todos. Entre vitórias e derrotas, esses brasileiros inauguravam uma nova página da história do país, contribuindo cada um com seu esforço para a vitória das forças Aliadas.

Deslocados até o sul da Itália, os brasileiros se depararam com um cenário incomum e desagradável. A cena da chegada no porto napolitano marcou de tal forma os brasileiros que puderam perceber o que significava a guerra.

O porto era uma visão apocalíptica, dantesca, mas, por incrível que pareça, ao mesmo tempo, extraordinariamente bela. Por um lado, em terra, ruínas, destruição, provocadas pelos bombardeios. No mar, navios seminaufragados, semidestruídos, incendiados, adernados, grandes mastros fora d'água, espetando o ar.⁴¹

O estranhamento não se deu somente pelo fato da guerra, mas também por se tratar de um novo clima e outra cultura.

No acordo feito entre os Estados Unidos e o Brasil, estava previsto o fornecimento de equipamentos novos ao Exército brasileiro, todavia, o acordo não foi cumprido por parte dos norte-americanos como o previsto. Desprovidos de armas e uniformes de inverno, os brasileiros desembarcaram em Nápoles sem condições reais de entrar em combate. Isso os obrigou a uma série de exercícios de ordem unida, marchas e nenhuma ação militar de fato.

Por sua vez, tendo suas cidades destruídas, os italianos passavam por uma situação de fome e miséria, em decorrência do conflito. Assim, inúmeras saídas foram encontradas para amenizar as perdas e, na esperança de que a guerra acabasse o mais rápido possível, práticas peculiares e nada convencionais foram assumidas pelos civis.

Muitos passaram à humilhante condição de pedintes, uma vez que suas casas e empregos estavam perdidos, já outros prestavam inúmeros serviços nos acampamentos militares dos aliados, como o de lavanderia, por exemplo. Em entrevista ao projeto de História Oral do Exército, o ex-combatente Abdias de Souza lembra como se deu a troca de serviços por comida.

Não se podia dar nada de graça. A filosofia era pagar. Ai vinham aquelas mulheres lavar roupa. Recebiam um crachá para entrar e vinham mostrando e passando pelos sentinelas até chegar ao acampamento, a uma barraca, para pegar uma gandola e uma calça para lavar. Elas levavam até a cantina e tiravam o alimento para suas famílias. Levavam macarrão, chocolate, até toalhas de banho para fazer vestido. Depois traziam a roupa passada e iam entregar, sempre escoltadas.⁴²

39 CARVALHO, L. P. *Força Expedicionária Brasileira: 60 anos*, p. 18.

40 FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p. 8.

41 VIOTTI, Cássio Abranches. *Crônicas de Guerra: a força expedicionária brasileira na Itália*. [S.n.], 1998, p.52.

42 MOTTA, Aricildes de Moraes. *História oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblex, Tomo 2, 2001, p. 190.

A situação por ele narrada exemplifica a condição à qual os civis tiveram de se sujeitar para conseguir alimentos, mesmo quando as cidades já haviam sido libertadas do jugo nazista.

Todas essas atividades tinham uma mesma finalidade, a sobrevivência. Foi assim que muitas italianas entregaram-se à prostituição como forma complementar de alimentação e seus filhos serviam de mensageiros no cotidiano social perturbado pela guerra. Em meio a tanta miséria e caos, os italianos puderam contar com a solidariedade e o respeito de soldados aliados, em especial dos soldados brasileiros.

Apesar de terem chegado à Itália com um objetivo, vencer a guerra, os brasileiros logo se sensibilizaram com a guerra enfrentada pelos civis italianos. Em decorrência dessa relação entre brasileiros e italianos, criou-se um clima amistoso para com os expedicionários. Isto porque estes deixaram de ser simplesmente militares e passaram a ser considerados amigos do povo italiano. Hoje a marca indelével do respeito e do carinho aos brasileiros pode ser vista e medida pelos inúmeros monumentos dedicados à ação da FEB durante a campanha na Itália e pelo tom dos comentários feitos por italianos que sobreviveram à guerra.

As mudanças provocadas pela guerra afetaram também a alimentação dos soldados, que tiveram de se adequar ao padrão das rações norte-americanas, mas, contentes ou não com o novo cardápio, o fato foi que o governo brasileiro teve de intervir com uma complementação alimentar. Com a medida, os soldados poderiam ficar com a ração do tipo B “já que seriam reforçadas por 160 gramas de arroz e feijão e 150 de mandioca diariamente, por cabeça, trazidas do Brasil”.⁴³

Religiosidade, morte e família: a identidade cultural dos febianos

A Itália e o Brasil, durante as décadas de 1930 e 40, mostraram-se países predominantemente cristãos. Divididos em católicos e protestantes, tanto civis italianos como os soldados da FEB, demonstraram, de diversas formas, o apego às suas crenças religiosas. A presença de capelães e símbolos religiosos são os indícios materiais que revelam o culto religioso e a importância a que lhe foi atribuída. No campo religioso, alguns nomes ganharam destaque durante a guerra como: André Camurça, Archimedes Bruno, Irineu Lima Verde ou José Sinval Façanha⁴⁴. Estes homens, ligados ao sacerdócio, cientes do valor e da necessidade da religião na vida e no cotidiano dos brasileiros, foram voluntários. Constatamos também uma presença freqüente de comentários acerca da religiosidade nos depoimentos analisados na coleção de História Oral do Exército já citada.

A sociedade civil também se conscientizou da necessidade de exercer e compartilhar a espiri-

tualidade entre os combatentes. Resultado disso, o jornal *Diário Mercantil*⁴⁵ noticiou que “chegaram de Porto Alegre dois altares portáteis feitos pelos associados do Círculo Operário Porto Alegrense, para a celebração dos serviços religiosos nas frentes de batalha”.⁴⁶ Iniciativas como essas demonstram a importância dos serviços, até então, inexistentes no Exército brasileiro.

A fé da qual usufruíam, ajudou-os a conviver com a morte de inimigos, companheiros e de civis inocentes, mantendo-se assim assegurados de que nada de mal poderia lhes acontecer, pois estavam amparados pela vontade divina. Cientes da condição em que se encontravam, a própria morte foi um pensamento e uma possibilidade que, constantemente, aterrorizava os brasileiros, mas o exercício de fé os ajudou a superar a angústia de morrer numa guerra fora do país e longe de casa. A essa trágica situação muitos brasileiros foram acometidos em função do contexto da guerra e os que sobreviveram atribuem essa graça também, à vontade de Deus.

O catolicismo, de maneira geral, tornou-se um fator de ligação entre civis italianos e militares que, em sua maioria, eram católicos. Daí a celebração de missas campais para os militares que deixariam a retaguarda e celebrações mistas com civis e até mesmo com a participação de padres italianos quando lhes era propícia a oportunidade.

O conforto trazido pelo exercício da fé atenuava a dura realidade da guerra e satisfazia uma necessidade já presente nos soldados antes da chegada à Itália, em decorrência disso, antes de irem para o *front*, eles dispunham de missas e celebrações religiosas. Tal fato é lembrado pelo ex-combatente Silas de Aguiar Munguba que, ciente da impossibilidade da realização dos serviços religiosos no *front*, afirma “Mas, antes de entrar em combate, havia sempre um jeito de recebê-la. Os capelães, padre e o evangélico, faziam reuniões conosco, antes de irmos para a linha de frente, ainda no acampamento”.⁴⁷ Por se considerar muito religioso, Silas reconhece que essas reuniões lhe eram vitais e assim como ele, outros combatentes reafirmam o propósito e a importância de tais momentos.

Dentre as preces feitas pelos pracinhas, a volta para casa mostrou-se bastante recorrente quando da realização das mesmas e nas cartas enviadas às famílias, onde se encontraram claramente o pedido e a esperança da proteção divina.

A esperança do fim da guerra era acompanhada pelo sentimento de volta ao lar, presente também no hino do expedicionário “Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra, sem que volte para lá (...)”.⁴⁸ O trecho do hino traduz uma necessidade presente em todos os depoimentos e comentários acerca do tema. Percebeu-se que a volta para a casa significava mais do que a volta à pátria, como é referida no hino,

43 WAACK, William. *As duas faces da glória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.30.

44 *DIÁRIO MERCANTIL*; 25, ago. 1944, p. 3.

45 Esse jornal fazia parte dos Diários Associados em Juiz de Fora. Jornais como o *Diário Mercantil*, *Diário de Tarde* e outros, não apresentam os autores, pois suas matérias eram recebidas de outras agências de maior circulação. Devido a diagramação do jornal ele não segue um padrão de referências para as matérias, são textos distribuídos sem autor ou título. Daí a falta de complemento referencial no documento.

46 *DIÁRIO MERCANTIL*, 25 ago. 1944, p. 4.

47 MOTTA, Aricildes de Moraes. *História oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, p. 98.

48 ALMEIDA, Guilherme. *Canção do expedicionário*. Disponível em: <http://www.suacara.com/expedicionario.htm> >. Acesso em: 10 jul. 2008.

mas principalmente aos familiares e amigos.

A distância do Brasil, de seus entes queridos e de seus familiares, foi um fator de extrema relevância para os expedicionários. Não só o medo de não revê-los, mas também a ausência do convívio social tão importante para esses homens e mulheres fez com que houvesse uma interação entre os que permaneceram no país e os que foram deslocados dele.

Para amenizar essa situação, além dos pedidos de proteção a Deus, o apoio por cartas, telegramas e envio de produtos, foi de fundamental importância para os militares que atuavam na guerra. Por questões de segurança, o exército estipulou os produtos autorizados a serem enviados. São eles

(...) chocolate, café, mate, doces secos, biscoitos, cigarros, fumo, desfiado ou em rolo, sabonetes, escovas, pasta de dente, lâmina e pincel para barba, roupa não usadas, pequenas peças de uso pessoal, estampas, imagens religiosas, retratos e artigos de ótica. (DIÁRIO MERCANTIL, 20, jun.1944).⁴⁹

O recebimento de tais artigos representava mais do que a aquisição de novos artefatos, pois estes significavam uma forma de apreço e carinho pelos combatentes.

De posse de algumas cartas, pudemos identificar a presença marcante da religiosidade e o apego ao sentimento familiar presentes nesses homens, que se dispuseram a enfrentar uma guerra em prol da humanidade. Analisados sob o ponto de vista histórico, essas cartas mostraram ser de grande valia para essa pesquisa, por nelas estarem condensados sentimentos e preocupações que compunham o cotidiano destes militares no entanto as referidas cartas constam no livro *Cartas do Front*, de Andrew Carroll⁵⁰. Devido ao número escasso de missivas, não podemos tirar conclusões generalistas, mas levando em conta os depoimentos dos veteranos e as citações presentes nas obras que compõem a literatura febianas esses aspectos podem ser comprovados.

Quanto ao impacto das cartas e telegramas, percebeu-se uma relação dúbia, isto porque, apesar de demoradas e censuradas, as cartas tiveram um significado muito mais importante do que os telegramas, considerados frios e pouco estimulantes. A isso se deve o fato de não ser possível construir frases complexas nos telegramas, restringindo-se apenas a uma combinação de números, a partir da qual se obtinham frases simples.

Em uma de suas crônicas de guerra, Braga salienta a importância das mesmas para os combatentes

Chegou o correio é uma frase que mobiliza mais gente que qualquer ordem de general aliado ou inimigo. A cara do sujeito que não recebe carta

nesse dia é uma cara de naufrago. - E completa ao final do texto – De qualquer modo, o que é importante é telegrafar e escrever carta. Escrevam, telegrafem, meus senhores e – muito especialmente - minhas senhoras! (...) Isso é que é o que interessa. Isso é o vital para estes milhares de homens que estão aqui. Cartas enormes, cheias de coisas, cheias de bobagens sem importância – isso é que é importante, isso é que ajuda a fazer a guerra. Escrevam!⁵¹

Mesmo o texto sendo dirigido a jornais brasileiros, o apelo feito pelo correspondente foi comprovado em documentos, depoimentos, diários e livros. De fato as cartas serviam para levantar o moral dos homens, daí a preocupação por parte dos oficiais do Estado Maior em saber se os soldados estavam ou não recebendo cartas. Isso nos leva a um acontecimento narrado pelo médico Alípio Corrêa Neto, em que ao receber a visita do comandante da FEB, o general João Batista Mascarenhas de Moraes, pode presenciar tal preocupação. Inquirindo os praças e oficiais do hospital acerca do recebimento de cartas, procedeu-se o seguinte acontecimento.

José, você tem recebido carta ultimamente?
Não senhor, meu general.
Há quanto tempo não recebe uma carta?
Há oito anos sim senhor ...
Como há oito anos se você, no máximo, está na guerra há quatro meses?
É que também em São Paulo eu não recebia, meu general.⁵²

Apesar de cômica, a situação realmente foi um fator de preocupação para o alto escalão militar.

Coincidência ou não, temos também a existência de uma instituição chamada de Madrinhas de Guerra, criada pela esposa do presidente Vargas.⁵³ As madrinhas eram mulheres que se prontificavam a manter troca de correspondência com os combatentes, sem possuir nenhum tipo de vínculo com eles. Em certa medida, as cartas eram recebidas com igual fervor por parte dos soldados.

Esses monumentos/documentos estão perdidos nas mãos de familiares e de veteranos. Por desconsiderarem o material como documento, os conservam apenas como lembranças de sua passagem pela guerra, por isso, a procura, catalogação e conservação deste material deve ser entendida como uma ferramenta para se preservar esse passado histórico do qual estes brasileiros fizeram parte. A troca de correspondências com familiares, amigos ou madrinhas, servia de consolo aos militares, pois elas representavam o mais próximo de um cotidiano sem guerra.

Em comentário sobre as cartas, o historiador Arthur Ituassu propõe que em tempos de guerra

⁴⁹ Jornal consultado no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora e devido a impossibilidade e anexação do material optou-se pela localização do mesmo.

⁵⁰ CARROLL, Andrew. *Cartas do Front*. Rio De Janeiro: Zahar, 2007.

⁵¹ BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Biblix, 1996, p. 61-62.

⁵² CORRÊA NETO, Alípio. *Notas de um médico expedicionário médico*. São Paulo:Imed, 1983, p.49.

⁵³ ALMEIDA, Adhemar River-mar . *Montese: marco glorioso de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Biblix, 1985, p. 127.

As cartas de amor são um caso à parte no *front*. A distância, a realidade ingrata e a privacidade da escrita transformam textos simples em confissões absolutamente verdadeiras, palavras sinceras tornam-se representações na busca de um sentido para a vida, quando tudo ao redor são escombros.⁵⁴

Não só as cartas de amor, mas as cartas em geral foram de vital importância para os combatentes, pois lhes traziam lembranças e lhes incitavam desejos. Tais sentimentos, envolvidos ao contexto de morte e destruição, serviram de anestésico para os soldados que se sentiam por alguns instantes fora da guerra.

Em meio aos combates e à situação em que se encontravam, a iminência de morte era um sentimento comum a todos, inclusive aos tedescos.⁵⁵ Tal sentimento esteve presente nas orações, nas cartas e principalmente em suas mentes, mesmo quando estavam fora de combate. Dos três temas abordados, o mais melindroso é o que se refere à morte.

As citações em relação a ela são feitas com cautela e de maneira tímida pelos ex-combatentes, ainda que em referência à baixa de amigos ou inimigos. Em seu diário, o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira demonstra de que maneira os soldados se referiam a ela “O verbo, aliás, era “sobrar”, pois não se falava em morte. Nunca tocávamos em morte nas nossas conversas e quase nunca mencionávamos o nome dos que tinham sobrado”.⁵⁶

Oficialmente o que pode ser encontrado sobre a morte, em forma de documentos do Exército, são os boletins ambulatoriais que atestam com frieza a situação. Como em “(Recebido às 16:25 de 3. 12. 1944. Pulso e batimento cardíacos imperceptíveis. Respiração superficial ocasional. Recebeu respiração artificial, inalação de oxigênio, adrenalina intracardíaca (2cc). Morreu às 16:40)”.⁵⁷ Felizmente esse caso narrado pelo médico Alípio Corrêa Neto em seu livro, consta de um praça que sobreviveu, mesmo depois de ter sido dado como morto, mas, em geral, os que não tiveram a mesma sorte além de aumentarem as estatísticas passavam pelo mesmo procedimento.

Para superar essa situação angustiante e estafante de poder morrer a qualquer momento e de formas horríveis, os soldados buscavam ajuda em suas orações, no apoio encontrado nos amigos de armas e nas cartas vindas do Brasil. Esses recursos criados em meio ao contexto de guerra auxiliaram os combatentes a superar o medo de morrer e lhes deu força para continuar o combate.

A partir das investigações feitas sobre o cotidiano dos expedicionários da FEB, pode-se perceber que além de complexo e inexplorado, ele oculta inúmeras questões posteriores ao fim da

guerra. Não só pela ausência ou inacessibilidade de fontes e bibliografia histórica cientificamente respaldada, mas deparamos também com uma tarefa muito maior, revisar a historiografia existente sobre a participação brasileira na guerra.

Além do descaso com que foram tratados os expedicionários durante a volta para o Brasil, por parte do governo e da sociedade, construiu-se uma versão romanceada da participação brasileira. Essa versão só fez enaltecer o brilhantismo dos oficiais e a idéia construída a partir dos documentos militares do Exército norte-americano, que dão a entender que a participação da FEB não passou de um pequeno contingente militar sem maior expressão e que os soldados brasileiros padeciam de inúmeras carências e indisciplina.

Mas se é de nosso interesse estudar os acontecimento vividos por esses homens e mulheres, faz-se mister a investigação de novos campos e novas fontes sobre o ocorrido. Caso contrário, a presença brasileira na Segunda Guerra Mundial reduzir-se-á à tomada de Monte Castelo, o objetivo militar de maior expressão da campanha brasileira. E é, por isso, que propusemos o estudo de formas alternativas e não oficiais da presença brasileira na guerra.

Por fim, os três temas abordados não resumem por completo o cotidiano vivido pela FEB na Itália e sim apenas o começo de uma busca que abre caminhos para a análise de novas categorias. Como já foi dito, a ausência de fontes acerca destas obrigou-nos a limitarmos as análises feitas na presente pesquisa. Entendemos também que, a partir deste estudo, pudemos investigar elementos subjetivos ainda inexplorados, que tiveram suma importância para estes homens e mulheres.

Não nos resta dúvida de que o cotidiano dos pracinhas além de complexo e inexplorado, resguarda elementos ainda desconhecidos. Podemos ressaltar que em decorrência da distância da família e o contexto no qual se encontravam - o medo da morte - fez florescer no consciente coletivo e individual destes soldados um apego à religiosidade já presente. Daí é a partir destes três eixos que pôde ser construído um aparato psicológico que garantiu a coragem, em momentos de desespero e a sanidade na situação em que se encontravam.

Os três pontos abordados, sentimento familiar, medo da morte e religiosidade, constituem os pontos principais da identidade cultural dos veteranos. Criada de acordo com o contexto no qual se encontravam, esses arranjos simbólicos que lhes garantia o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, entra em conflito com a identidade nacional varguista em 1945.

Nos campos italianos, o conjunto de valores e características culturais, como a religião, a família, a nacionalidade e principalmente a maneira pela qual esses indivíduos se reconhecem, representam sua

⁵⁴ ITUASSU, Arthur. Cartas do *front* brasileiro. In: CARROLL, Andrew. *Cartas do Front*. Rio De Janeiro: Zahar, 2007, p. 407.

⁵⁵ Tedesco é uma forma de se referir aos soldados alemães.

⁵⁶ SILVEIRA, Joaquim Xavier. *Cruzes Brancas: diário de um pracinha*. Rio de Janeiro: Biblalex, 1997, p. 57.

⁵⁷ CORRÊA NETO, Alípio. *Notas de um médico expedicionário médico*, p. 51.

identidade cultural. Entende-se identidade cultural “quando se quer referir a grupos que não se apóiam em um Estado-Nação, mas que reivindicam a pertença a uma cultura comum”.⁵⁸

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa pôde-se perceber que a identidade cultural dos febianos foi formada em torno de três pontos principais já analisados, medo da morte, sentimento familiar e religiosidade. Tais elementos, presentes também na identidade nacional criada por Vargas, garantem aos soldados brasileiros o sentimento de pertença que forja uma comunidade imaginada, criada e vivida nos campos italianos.

Devido ao tratamento dado a esses combatentes durante a sua volta ao Brasil os elementos simbólicos compartilhado pelos veteranos é deslocado em torno de questões sociais às quais eles são acometidos. Com isso o sentimento de pertença é resignificado sob a justificativa do patriotismo, presente em todos os depoimentos analisados. Atualmente, quando inquiridos sobre sua participação na guerra, a justificativa elaborada pelos depoentes é resumida através do cumprimento do dever patriótico.

A reorganização dessa identidade, que exalta o patriotismo, pode e deve ser questionada. Isto porque entre o período de declaração de guerra ao Eixo e a formação da FEB, com seus 25.334 membros, o número de convocados supera o número de voluntários. Há que se levar em conta também o contexto social brasileiro da década de 1940, que limitava os homens em idade de servir o Exército, ou seja, os empregadores e mesmo o serviço público exigiam o documento de dispensa do serviço obrigatório do Exército ou a declaração de reservista.

O não reconhecimento dos direitos e o conturbado processo de re-socialização dos ex-combatentes força esses homens e mulheres a se organizarem, daí a função das associações de veteranos, em torno de questões econômicas e políticas da comunidade de experiência criada na Itália. Esse processo de organização contém em si mesmo questões a serem analisadas, isto porque, há divergências entre os próprios febianos quanto ao pertencimento e ao reconhecimento de sua participação no conflito. Os oficiais do alto escalão e os veteranos de taverna, soldados que não embarcaram, reivindicam direitos semelhantes aos dos ex-combatentes, contudo essas questões não foram abordadas no presente trabalho.

Então, conclui-se que a identidade cultural febianas criada na Itália tem como seu ponto principal a religiosidade, além dos outros elementos simbólicos presentes em seu cotidiano. A volta dos soldados que lutaram nos campos

italianos e o tratamento dado pelo governo Vargas exprime a disputa política pelo poder e também o não compartilhamento do projeto de identidade nacional varguista, hegemonicamente instituído, tal qual é proposto pela historiografia nacional.

Com isso, o processo de resignificação identitária dos febianos visa atender às reivindicações dos seus membros, isto é, os indivíduos que compartilham um conjunto simbólico comum. Com o passar dos anos, a historiografia criada por historiadores estrangeiros, contribui nesse processo constante de resignificação, visto que a literatura febianas estabelece um diálogo com a visão proposta sobre a participação brasileira na guerra. Essa produção bibliográfica contém em si mesma elementos representativos dessa identidade, criada durante a campanha da FEB na Itália e ainda em processo de mudança.

⁵⁸ FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. *Identidade Nacional e Identidade Cultural*. In: FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 200.

A inserção metodista em Belo Horizonte, de 1904 a 1910: o dever do colégio Izabela Hendrix¹

Ana Carolina Ferreira Caetano²

Graduada em História - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC

caetano.anacarol@gmail.com

Resumo: A chegada de missionários metodistas norte-americanos, após a segunda metade do século XIX, no sudeste brasileiro relaciona-se com a conjuntura política brasileira, em que o discurso de progresso e modernidade torna-se o lema nacional, especialmente após a Proclamação da República. A base deste estudo é a atuação desses missionários metodistas através do sistema de ensino do Colégio Izabela Hendrix, na cidade de Belo Horizonte, construída para ser símbolo da República. Esta abordagem consiste em avaliar o papel desses missionários, que nos finais do século XIX e início do século XX, foram mais do que disseminadores da religião protestante, atuando como educadores e portadores da ideologia norte-americana de educação para civilizar. Sendo a maior representante desse processo, Miss Martha Watts. Portanto, o objetivo central é ressaltar as atuações desses missionários, no processo de inserção do metodismo na sociedade belorizontina.

Palavras-chaves: Missionários metodistas, Belo Horizonte, Colégio Izabela Hendrix.

Abstract: The arrival of north-Americans Methodist missionaries, after the second half of XIX century, in Brazilian southeast becomes related with the Brazilian politics conjuncture, where the speech of progress and modernity becomes the national motto, especially after the Announcement of the Republic. The base of this study is the performance of these Methodist missionaries through the system of education of the Izabela Hendrix School, in Belo Horizonte city, constructed to be symbol of the Republic. This boarding consists of to evaluate these missionaries, that in the ends of XIX century and beginning of XX century, they had been more than Protestantism religion disseminators, acting as educators and carriers of the North American ideology of education to civilize. As the main representative of this process, Miss Martha Watts. The main objective is to stand out the actions of these missionaries in the insertion process of the Methodism in the Belo Horizonte's society.

Keywords: missionaries Methodist, Belo Horizonte, Izabela Hendrix School.

O metodismo³ de missão e seu ideal educacional de; salvar almas através da educação e educar para civilizar, está intrinsecamente ligado a ideais norte-americanos de expansão de suas influências nos países latino-americanos. A corrente ideológica, que influenciou o protestantismo dos EUA, impulsionou os metodistas a levarem o “exemplo de civilização” para a América, enquanto “povo superior” e para os “povos atrasados do mundo”, principalmente os “irmãos” latino-americanos, para cristianizá-los e tirá-los do “jugo da ignorância”. Cristianizar as nações significava ‘civilizá-las’ de acordo com o modelo ideal: os Estados Unidos da América.⁴ O discurso desses metodistas veio de encontro ao anseio de uma elite republicana brasileira que buscava modernizar o país, e via a educação como um elemento propulsor do processo para se alcançar o tão desejado progresso. Tal entendimento é essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, buscou-se entender o discurso da associação missionária metodista norte-americana que enviou sua primeira missionária ao Brasil: Miss Martha Watts, relacionando-o com o caso da cidade de Belo Horizonte. Cidade criada na conjuntura da Proclamação da República, aos moldes urbanísticos europeu, em meio a criações de colégios metodistas por esses missionários, que irão ver na nova capital mineira o local ideal para mais um novo colégio.

A desestruturação da sociedade brasileira e implantação do regime republicano

Após a metade do século XIX a Monarquia viveu seu apogeu, mas também viu se deteriorarem suas bases sócio-político-econômicas, gerando contradições internas, o que culminou com o fim do regime. Essa desestruturação do sistema político-social monárquico que possibilitou a presença metodista na educação brasileira.

O crescimento econômico deveu-se, principalmente, mas não exclusivamente, à exportação do café que proporcionou o movimento de acumulação capitalista no País, acrescido do fim do tráfico de escravos e a inserção da mão de obra imigrante. O café pôs em “cheque” o trabalho baseado na mão-de-obra escrava, impulsionou o uso de novos meios de transporte – que incrementou a difusão cafeeira – e introduziu a mecanização na agricultura, fazendo com que os plantadores de café abrissem o caminho da industrialização e deslocassem o centro dinâmico da economia para o Oeste Paulista e a Zona da Mata em Minas Gerais. Nessas regiões, surgiu uma nova elite rural urbanizada que começou a disputar o poder com as demais frações da classe social dominante e a imprimir a marca de seus interesses, idéias e costumes no conjunto da sociedade.

De acordo com Graham, esse movimento da economia, estimulado pela produção do café, fez surgirem novos centros urbanos, novos grupos

¹ Outro trabalho relacionado a esse tema já foi publicado pela mesma autora: CAETANO, A. C. F. Missionários Metodistas e a presença norte-americana em Belo Horizonte, de 1897 a 1914: A educação para a Modernidade. In: ANPUH - Minas Gerais, 2008, Belo Horizonte. XVI Encontro Regional de História. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

² Graduada em História pela PUC Minas, e graduando em Letras pela UFMG.

³ O metodismo surgiu na Inglaterra com John Wesley no século XVIII e tinha como pressuposto a educação. Religião e educação não se dissociam, ao contrário de outros segmentos do protestantismo, em que a educação é um apêndice do projeto religioso. Outra grande preocupação de Wesley e também inovadora, foi levar sua mensagem à massa de analfabetos da Inglaterra, o que fez com que o metodismo se instalasse entre mineiros e operários industriais, através da educação de adultos.

⁴ Ver: MESQUIDA, Peri. *Hege-monia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.* Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDUFJFF/ EDITEO, 1994, p. 255.

sociais e colocou em evidência um novo grupo de homens: os “barões do café”. Assim, ao lado dos plantadores de café, inovadores e empreendedores, apareceram às camadas médias urbanas, constituídas, sobretudo, de pequenos comerciantes, intelectuais e profissionais liberais, servindo a crescente demanda do comércio cafeeiro e modificando o mapa da estratificação social brasileira durante a segunda metade do século XIX. Essa nova classe, indiferente à vida rural e descrente dos valores aristocráticos, parecia acreditar no progresso.

Impulsionados por forças poderosas de ordem econômica e social – exportação cafeeira e urbanização – estes homens se encontravam numa situação nova, na qual os antigos preceitos não eram mais cabíveis. Frente a novas oportunidades econômicas e novas posições na comunidade, sua tendência natural era de se esquecerem das atitudes e posições que antes desfrutavam, desde que elas interferissem nos seus objetivos. Era com essa ansiedade positiva que eles procuravam a realização de projetos novos, mais de acordo com sua posição burguesa.⁵

A crença de que o progresso era inevitável reforçou a determinação desses brasileiros e os ideais do liberalismo exerceram sobre eles um especial atrativo. Muitos daqueles que desejavam modificações passaram a ver na República a concretização de suas esperanças.

Mesmo em uma tentativa fracassada de Dom Pedro II de adaptar o regime ao desenvolvimento, a “locomotiva” capitalista já tinha sido lançada, e a derrocada do regime já não poderia ser evitada. Houve a desintegração do grupo dirigente que sustentava o regime e ruptura da camada sócio-política, constituída pelo imperador, os grandes proprietários rurais, a Igreja católica e o Exército, provocando a Proclamação da República. Essa crise não ocorreu da noite para o dia, sendo estimulada e acelerada por atores e forças sócio-políticas cujo estudo é importante para compreender o contexto de tensão social, política, econômica e cultural.⁶

O liberalismo

No século XIX, o liberalismo passou de uma utopia burguesa revolucionária a uma ideologia dominante, penetrando nas instituições jurídicas, educacionais, religiosas e na organização familiar, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, que nos interessa aqui.

E foi nos Estados Unidos que dois postulados fundamentais do liberalismo penetraram profundamente e atingiram a sua mais alta expressão, a saber, a liberdade – sobretudo a liberdade de mercado – e o individualismo.

Na medida em que as tendências expansionistas

dos Estados Unidos se concretizavam, “os ideais liberais foram utilizados para justificar a presença americana nos mais diversos setores da vida política, social e cultural de outras nações”⁷, isto é, nos países de capitalismo periférico.

Diferentemente dessa nação, o liberalismo brasileiro não se apoiou nas mesmas bases sócio-econômicas e político-culturais, nem seus objetivos foram os mesmos. Os fundamentos do liberalismo importados não seriam determinados pela revolução industrial nem pelas reivindicações do proletariado urbano, mas “pela presença da escravatura e pela manutenção de estruturas de produção arcaicas”⁸.

Era necessário adaptar essa ideologia ao sistema escravocrata, às grandes propriedades fundiárias, aos “mecanismos” da cooptação e da conciliação. Tal adaptação fez dos ideais liberais “idéias fora do lugar”. Dessa maneira, apesar desses ideais serem proclamados em alta voz nos discursos dos políticos e nas críticas dos intelectuais, não havia eco na sociedade civil.

Foi nesse contexto que surgiu a articulação entre a liberdade e a propriedade de bens de produção, entre a lei feita por uma minoria em benefício dos seus interesses e a democracia liberal, entre a liberdade individual e a igualdade numa sociedade fundada sobre a escravatura, sem mobilidade social e dominada pelos grandes latifundiários. Por isso sendo denominado de liberalismo conservador, pois o progresso era incompatível com esses princípios conservadores.

A questão educacional com a Proclamação da República

A Proclamação da República criou uma cidadania restrita, limitando a poucos o direito elementar do voto e da participação política dentro do sistema representativo brasileiro. O principal obstáculo era o dispositivo Constitucional de 1891 que excluiu os analfabetos do exercício do voto, tornando-os cidadãos de segunda classe. “Num país em que os índices de analfabetismo batiam pelos 70% da população, o artifício constitucional limitava sensivelmente a participação política, negando o princípio elementar da cidadania à maioria do povo brasileiro”⁹.

Ao mesmo tempo em que se retirava da maioria da população esse direito político básico, o governo, por seu discurso oficial – no caso de Minas através das mensagens dos presidentes estaduais – dizia da educação como promessa de resgate deste homem de segunda classe, cidadão do futuro, pois só pelas letras era possível chegar à cidadania plena. A cada instante em que isso fosse atingido se confirmaria o progresso do país como nação moderna, com cidadania plena.

⁵ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 42.

⁶ Ver: DELGADO, L. de A. Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 446; VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 131.]

⁷ MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*, p. 71.

⁸ VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*, p. 121.

⁹ MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Pois tudo é assim... Educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889 – 1907)*. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, junho/1990, p. 1.

Num segundo aspecto da importância do desenvolvimento educacional, pelos discursos republicanos, era de que a educação era uma ferramenta essencial à legitimação do novo regime. Só através do conhecimento dos ideais e heróis republicanos, dissimulando as contradições, se legitimaria o 15 de novembro de 1889. “Educar o povo era proposta; domá-lo, a necessidade”¹⁰.

Tentativas de implantação do metodismo no Brasil

A historiografia brasileira ressalta a presença e a influência de norte-americanos em nosso país, principalmente após as políticas expansionistas e intervencionistas na América Latina. Não foi pro caso que a onda missionária metodista, e do protestantismo norte-americano em geral, verificou-se ao mesmo tempo em que ocorria nos Estados Unidos o deslanche da siderurgia e a emergência de um capitalismo industrial, ávido de matérias primas, provocando o crescimento dos interesses americanos no continente e no oceano Pacífico.

A presença de norte-americanos protestantes, especificamente, no Sudeste Brasileiro data de princípios do século XIX, intensificando-se na segunda metade do século após a Guerra Civil Norte-Americana, em que emigrantes sulistas derrotados vieram para o Brasil, principalmente para a região do interior de São Paulo, em busca de uma alternativa de recomeço de vida. Peri Mesquida salienta a importância desses imigrantes para o desenvolvimento do Oeste Paulista, que juntamente às suas famílias e seu modo de vida norte-americano, trouxeram suas técnicas inovadoras na agricultura, transporte, comunicação, além da educação e a religião de cunho protestante liberal. O que agradava o próprio Partido Liberal brasileiro, que pressionava por modernidade, avanços na produção e nas técnicas de cultivo.

Além desses norte-americanos imigrantes, Ana Lúcia Cordeiro¹¹ relata a presença dos *protestantes de missão* (metodistas, presbiterianos, batistas...), que através de trocas de experiências com protestantes imigrantes, viram no Brasil o local ideal para o seu projeto de caráter evangelizador, expansionista, civilizador e, sobretudo, educador, tendo o liberalismo como referencial teórico e a teologia arminiano-metodista¹² como elemento legitimador. Os metodistas acreditavam que a introdução da civilização estadunidense pelas agências missionárias nos países menos desenvolvidos torná-los-iam mais dinâmicos e contribuiria para sua “evolução” e que ao cristianizá-los, estariam civilizandando-os.

Antes que esses missionários chegassem, o

protestantismo teve o terreno preparado pelos distribuidores de bíblias, os verdadeiros pioneiros do protestantismo brasileiro. Daniel P. Kidder foi o primeiro metodista norte-americano a chegar, em 1835, na região do Rio de Janeiro, representando a Sociedade Bíblica Americana¹³, numa primeira tentativa de estabelecer o metodismo no Brasil. “(...) a divulgação da Bíblia, veiculando bens de cultura, constituía um elemento importante de transplante cultural. Sobretudo na medida em que a elite dirigente não somente ‘aceitava’ as Escrituras, mas as desejava”¹⁴.

Sua missão durou cinco anos quando, por dificuldade de sustento da mesma, ele retornou aos EUA. Já o primeiro missionário metodista a se estabelecer no Brasil, na região do Rio de Janeiro em 1836, foi Justin Spaulding. Missão¹⁵ que foi encerrada em 1841 e reaberta em 1876, com a chegada do missionário John James Ransom que fundou a primeira Igreja Metodista no Rio de Janeiro em 1878¹⁶, e organizou uma escola dominical¹⁷ que com um ano de funcionamento já contava com cerca de cinquenta alunos matriculados.

Sobre as escolas dominicais, o jornal Diário de Minas¹⁸ publicou o convite feito pelo pastor Justiniano R. de Carvalho a população, mostrando o que eram as escolas dominicais, seus objetivos e sua importância. Levando em conta que o “povo” mineiro, nesse caso Juiz de Fora, muitas vezes não tinha acesso à imprensa local, o convite foi ao seu público alvo: as elites locais.

Escola Dominical

Toda a escriptura divinamente inspirada, é útil para ensinar, para reprehender, para corrigir, para instruir na justiça, afim de que o homem de Deus seja perfeito, estando preparado para toda a boa obra. II TIM. 3:16

Quasi que em todos os paizes, com especialidade os mais adiantados, todos os domingos há o ensino da Bíblia; pois esta escola é de grande utilidade para todos, que em vez de os meninos ou mesmos os adultos se ocuparem neste dia [domingo] em causas seculares que não é permitido fazerem, se dedicam no estudo da Palavra de Deus que nos instrui para a salvação. Portanto, convida-se aos Paes de familia que desejam instruir seus na Palavra de Deus a mandarem-nos todos os domingos ás 10 ½ horas da manhã na sala onde funciona o culto evangélico da igreja methodista, á rua do Imperador, proximo a cadeia. Entrada franca para todos¹⁹. [grifos nossos].

O Reverendo Ransom chegou ao Brasil no dia 2 de fevereiro de 1876. José Carlos Barbosa²⁰ ressalta que na primeira carta do missionário enviada à Junta de Missões, duas semanas depois de sua chegada, ele assinalava que a melhor estratégia para a inserção do

¹⁰ MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Pois tudo é assim... Educação, política e trabalho em Minas Gerais*, p. 4.

¹¹ CORDEIRO, Ana Lúcia. *A inserção do metodismo em Juiz de Fora: uma história de conquistas e tensões*. Juiz de Fora: Letras e Notas, 2003, p. 154.

¹² Para um melhor entendimento dessas influências, ver: MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1995, p. 47. “Apelo para a conversão e mudança de vida, a ação social e o emocionalismo lembram, respectivamente, a pregação arminiana da responsabilidade pessoal, o puritanismo e o pietismo. O sentimento de con-hecer a Deus através da união íntima com ele lembra o misticismo, por sua vez, deve ter influido no pietismo”.

¹³ Tinha o objetivo de distribuir Bíblias por todo o mundo. Tinham o custo baixo e muitas vezes foram distribuídas gratuitamente. A difusão da Bíblia era facilitada não só pelo respeito que as pessoas mais simples tinham pelo Livro Sagrado, mas também por ser aceita por políticos e por professores interessados em obter livros de leitura para seus alunos. Ver: KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagem e Permanência nas Províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

¹⁴ MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*, p. 115.

¹⁵ A missão de Spaulding enfrentou opositores católicos radicais. O principal dele foi o padre Luís Gonçalves dos Santos, conhecido como “Padre Perereca”. Ele chegou a escrever três livros de oposição e acusações ao metodismo, sendo um deles: *Desagravos do Clero e do Povo Católico Fluminense: ou Refutação das Mentiras e Calúnias do Impostor que se Entitula Missionário do Rio de Janeiro, e enviado pela Sociedade Metodista Episcopal de Nova York para Civilizar e Converter ao Cristianismo os Fluminenses*.

¹⁶ Ver: MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica*. In: SOUZA, B. Muniz de; MARTINO, L. Mauro Sá (Orgs.). *Sociologia da Religião e mudança social*. São Paulo: Paulus, 2004, p.49-79.

¹⁷ Essas instituições de ensino informal ou extra-escolar estiveram entre os mais eficazes instrumentos de difusão das doutrinas e dos valores do metodismo norte-americano no Brasil e contribuíram enormemente para uniformizar a transmissão e a recepção das idéias comunicadas pelos missionários pioneiros (MESQUIDA, 1994, p. 145).

¹⁸ Jornal Oficial do Partido Republicano Mineiro.

¹⁹ *Diário de Minas*, anno I, 06 de dezembro de 1888.

²⁰ BARBOSA, J. C. *Salvar e Educar: o metodismo no Brasil do século XIX*. Piracicaba: CEPME, 2005, p.306.

metodismo no Brasil deveria ser por meio da educação. Impressionado com o trabalho realizado na área educacional pelos presbiterianos, que encontravam nas escolas um importante apoio ao trabalho de evangelização, recomendava que o metodismo seguisse o mesmo itinerário.

Ainda que a escola dominical representasse um elemento importante na ação evangelizadora e educadora dos missionários, para que o metodismo pudesse se estabelecer de maneira efetiva na sociedade brasileira, era necessário uma estrutura educacional que pudesse produzir mudanças em nível cultural. Sendo o metodismo um “modo de vida”, sua aceitação pela sociedade implicava necessariamente numa mudança de padrões de mentalidade e cultura. Na medida em que a educação é, no metodismo, um instrumento privilegiado de comunicação dos valores culturais próprios da dominação, uma instituição de ensino regular seria um veículo eficaz de transmissão dos “valores cristãos” do protestantismo anglo-saxão norte-americano.²¹ A missionária Martha Watts ressalta a importância da diretora das escolas na vida da sociedade brasileira: “Onde quer que tenhamos uma igreja, temos que ter uma escola paroquial, cuja diretora se tornaria parte da vida das alunas e suas famílias e da igreja”²².

A partir daí, o metodismo expandiu-se, principalmente, na região sudeste, juntamente com a criação de instituições de ensino. Pode-se dizer que, com a missão de Ransom, o metodismo brasileiro começou a tomar sua forma característica.

Os metodistas concebiam a sua missão como uma forma de semear a religião protestante em terras brasileiras, além de transmitir os valores norte-americanos de liberdade, democracia, civilização e progresso. “Assim como todo protestantismo missionário, o metodismo chegou ao Brasil nas asas do liberalismo já consolidado em sua sociedade de origem, apresentando-se como um desafio à sociedade brasileira, então escravista, aristocrática e conservadora”²³.

Diferentemente do crescimento presbiteriano, que se deu na camada “livre e pobre” da população rural²⁴, a expansão metodista no Brasil ocorreu no meio urbano privilegiando a conquista da classe política e economicamente dominante da região sudeste e dos intelectuais sensíveis ao sistema de valores norte-americanos, especialmente por influência das suas instituições de ensino, e foi favorecida por essa burguesia em ascensão com características modernas e seculares, que passou a se identificar com o moderno sistema educacional metodista.

Enquanto as outras denominações históricas de origem norte-americana privilegiaram a evangelização direta sem esquecer a educação, a

Igreja Metodista privilegiou a educação, sem omitir a evangelização direta. Esta estratégia “elitista” perseguia, entretanto, como objetivo último, a “conversão” da sociedade global (...).²⁵

O crescimento metodista no Brasil se deu, então, quando a influência dos seus colégios atraiu a burguesia em ascensão.

A burguesia cafeeira e comercial das cidades, na ausência de uma educação oficial e sendo portadora de certo preconceito anticlericalista herdado do Império e reforçado pelo positivismo republicano, deu preferência ao moderno sistema educacional protestante. Os metodistas se beneficiaram bastante porque deram clara prioridade a educação, abrindo colégios por toda parte.²⁶

Ana Lúcia Cordeiro ao fazer um estudo mais aprofundando sobre o Colégio Granbery e o Colégio Americano Mineiro contata que grande parte do corpo discente dessas escolas, era formada de filhos e demais parentes de fazendeiros, empresários, industriais – dentre eles vários imigrantes – e profissionais liberais, que constituíam a elite intelectual e política da região. Para a autora, este grupo sócio-político, “seduzido pelo sistema de valores, pelos ideais e pelas instituições norte-americanas, considerava a formação de novas gerações republicanas como uma questão vital, por isso deram credibilidade as experiências pedagógicas norte-americanas desenvolvidas pelo colégio”²⁷.

Martha Watts transcreve ao *Advocate* uma matéria que saiu no jornal *Gazeta de Piracicaba*, que relata de forma convincente e atraente sobre a moderna pedagogia da educação metodista, mostrando a toda a sociedade o porquê de se estudar no Colégio Piracicabano:

No próximo número faremos uma nota de menção, limitando-nos num momento a dizer que o benefício do ensino administrado naquela instituição é real, e todos os pais deveriam se convencer desta verdade e filhos deveriam ser colocados no caminho para receber uma educação sólida, baseada em princípios sólidos, de acordo com o progresso dos tempos. (...) Nós não exageramos quando dizemos que o estabelecimento, sob sua direção [Martha Watts], é o primeiro na Província de São Paulo; e esperamos em pouco tempo ver uma procura por parte dos pais que desejam dar a suas filhas uma educação verdadeira – isto é, uma educação que veja além do memorize, memorize, memoriza sem fim e universal.²⁸

A inovação na educação que tanto atraiu a burguesia era evidenciada inclusive nos planos de curso e nas matérias ensinadas. Peri Mesquida oferece uma longa lista das matérias que constavam

21 CORDEIRO, Ana Lúcia. *A inserção do metodismo em Juiz de Fora*, 2003.

22 Carta de Martha Watts: Colégio Mineiro de Juiz de Fora, Brasil, junho de 1903, em MESQUITA, Zuleica (org.). *Evangelizar e Civilizar: cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: UNIMEP, 2001, p. 136.

23 MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*, p. 121.

24 Para Mendonça a expansão inicial do protestantismo missionário no Brasil se deu na camada “livre e pobre” da população rural da região sudeste seguindo a trilha do café. Ver: MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1995.

25 MESQUIDA, *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*, p. 121.

26 MESQUIDA, *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*, p. 40.

27 CORDEIRO, Ana Lúcia. *A inserção do metodismo em Juiz de Fora*, p. 99.

28 Carta Interessante de Miss Watts – Exames do Colégio em Piracicaba, provavelmente março de 1883, em MESQUITA, Zuleica (org.). *Evangelizar e Civilizar*, p. 50-51.

no currículo dos colégios metodistas: línguas antigas e modernas, gramática, caligrafia, aritmética, matemática, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia, história universal, história do Brasil, história sagrada, literatura, ciências naturais (botânica, física, química, zoologia, mineralogia), artes, música e ginástica. A ênfase colocada sobre o estudo das ciências exatas associava a proposta educacional metodista ao ideal de progresso e modernidade, visto que a noção desse ideal está intimamente relacionada ao progresso tecnológico via desenvolvimento das ciências exatas.

A Igreja Metodista no Brasil manteve o modelo episcopal norte-americano e o arminianismo-wesleyano conversionista e individualista dos movimentos reavivalistas. A autonomia da Igreja brasileira só ocorreu em 1930, com a criação da Igreja Metodista do Brasil em São Paulo.

Embora o metodismo também tenha se inserido nas regiões norte, nordeste e sul do país, através da Igreja Metodista do Norte dos Estados Unidos, as missões que se estabeleceram na região sudeste do Brasil, dentre elas, Belo Horizonte, estavam vinculadas à Igreja Metodista Episcopal do Sul.

O impacto do metodismo no Sudeste brasileiro

No decorrer da segunda metade do século XIX, o as transformações ocorridas no Brasil não se restringiram ao desenvolvimento econômico e as mudanças nas estruturas sociais, mas englobaram também, alterações pelas quais os indivíduos passaram, tanto em seu comportamento, quanto em sua maneira de perceber os acontecimentos diários de suas vidas.

Segundo Richard Graham a inserção dos missionários protestantes na sociedade brasileira, isso incluí metodistas e presbiterianos, produziu desarmonia, entrando em choque com os hábitos religiosos tidos como suporte da ordem social, que foi seriamente atingida e enfraquecida, uma vez que não podia contar mais com a fé universalmente aceita.²⁹

A posição da mulher na sociedade foi valorizada devido ao combate do sistema de “compadresco”, atacando a duplicidade da moral sexual então existente, em que se posicionou contra idolatria e o analfabetismo e pregou a liberdade social e abalou os hábitos religiosos tradicionais, contribuindo, assim para a modernização e a secularização do país.

O anti-catolicismo e a discussão sobre o “atraso” decorrente das ações jesuíticas.

Durante a primeira metade do século XIX, houve uma intensa onda de imigração de grupos

católicos nos Estados Unidos, desenvolvendo um sentimento e um movimento misto de nativismo e anti-catolicismo por parte dos metodistas. A Igreja Católica passou a ser vista como “ultrapassada” no sentido teológico e educacionalmente, uma instituição medieval, ligada ao despotismo monárquico e ao obscurantismo religioso. O medo maior era de uma subversão da democracia norte-americana. Característica essa, que irá marcar o protestantismo missionário no Brasil, onde os anos de predominância católica serão vistos como um dos motivos do “atraso” brasileiro.

Martha Watts demonstra essa crítica teológica à Igreja Católica em suas cartas: “(...) eu as desafios [pessoas] a estudar o catolicismo em qualquer país para ver se elas encontram nele salvação. (...) Bem, esta besta, este anti-Cristo, teve o Brasil em seu poder por quase quatrocentos anos e fez das pessoas o que bem quis”³⁰.

Para Felipe Ziotti Narita³¹ essa idéia do atraso ligado à educação de cunho Católico desenvolveu-se com as idéias iluministas do século XVIII. Se a Ilustração³² aquecia o cenário cultural e adquiria feições *sui generis* pelas diversas regiões da Europa, os homens de cultura, imbuídos das idéias ilustradas, construíam amplos projetos de reformas políticas que dariam novas feições às estruturas administrativas dos Estados geridos pelas monarquias européias. Em Portugal, associadas à idéia de uma nação retardatária na marcha civilizacional européia, houve os inúmeros ataques dirigidos aos jesuítas e à Igreja, já em meados do século XVIII, quando homens de prestígio na cultura política portuguesa do Setecentos, como Luis Antonio Verney, registravam a incômoda presença da Igreja Romana e, sobretudo, dos jesuítas na educação lusitana. Aquelas mentes arejadas pelas idéias da Ilustração foram expressões de uma onda que atravessava a Europa com novas práticas e representações sobre a educação. Eram propostas para a construção de uma idéia de modernidade que tomava o ensino jesuítico como signo do atraso cultural; a necessidade que os novos tempos impunham, sobretudo na educação, significava rejeitar uma forma de ensino que, durante séculos, permanecera estruturada, sobretudo, pelos jesuítas. Esse pensamento, juntamente com as idéias iluministas, vai influenciar a sociedade norte-americana e os metodistas.

Martha Watts relata sobre esse atraso educacional, de origem católica, percebida por ela no Colégio Piracicabano:

Além disso, o padre sentiu que deveria agir e começou a pregar e escrever contra nós. O fato de esta ser a melhor escola da província era demais pra ele, pois na querida cidade de Itu as Irmãs de Caridade dominam. (...) Tenho certeza que seria difícil acreditar nas histórias sobre a ignorância daqueles alunos,

²⁹ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1973*.

³⁰ Petrópolis. MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*, p. 112.

³¹ NARITA, Felipe Ziotti. A educação jesuítica entre a secularização e a revolução. In: *Revista Urutúgua – revista acadêmica multidisciplinar*. Maringá: DCS/UEM, Nº 16 – ago./set./out./nov. 2008. p. 9. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutugua/article/viewFile/3531/3278>.

³² Francisco Falcon argumenta que a Ilustração corresponde à concretização histórica do Iluminismo. Se o Iluminismo diz respeito a uma proposta não limitada a uma época específica, a Ilustração indica, em linhas gerais, um movimento de idéias balizado no século XVIII marcado pela secularização e pelo racionalismo. Ver: FALCON, F. J. C. *Da Ilustração à Revolução: percursos ao longo do espaço-tempo setecentista*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1989, p. 53-87.

assim como o foi para mim, mas agora tive a oportunidade de ver por mim mesma, quando alguns deles vieram para nossa escola. A questão é: como meninas que receberam ensinamentos dos professores por tanto tempo não aprenderam mais? E como ficou a consciência das mulheres que fingiram ensinar e não ensinaram? Por exemplo, essas Irmãs são senhoras francesas e os dois alunos que vieram para nós estudaram com elas por três anos e não puderam acompanhar as aulas de francês com uma menina que estudou durante o mês de outubro passado com nosso professor de francês. Foi também necessário preparar uma nova turma de aritmética especialmente para eles.³³

Contudo, há autores que defendem que em consequência da reforma de Pombal, lavrou-se a “sentença de morte” do ensino durante o período colonial. “Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para atenuar os efeitos ou reduzir sua extensão”³⁴.

Já Luiz Carlos Villalta ressalta que a partir da divisão na história da educação da América Portuguesa, antes e depois dos jesuítas, a historiografia tem chegado a algumas conclusões sobre os jesuítas e sobre as reformas educacionais. Estas conclusões, de alguma forma, implicam apresentar os jesuítas como obscurantistas e, inversamente, Pombal como um intrépido reformador, embora se sublinhe o caráter despótico de seu governo e se façam ressalvas ao governo de Dona Maria I.³⁵

Essas imagens, no entanto, de acordo com o autor parecem esconder uma complexidade e contradições que não respeitam a dicotomia jesuítas-reformistas: isto é, nem os jesuítas foram obscurantistas como se dizia, nem os Reformistas Ilustrados foram tão reformadores.³⁶ O autor sai em defesa dos jesuítas, baseando-se na pedagogia utilizada pelos mesmos.

Woman’s Missionary Society designa sua missionária para o Brasil

As missões metodistas norte-americanas em outros países foram implantadas através da Junta de Missões da Igreja dos Estados Unidos. Esse órgão era responsável pela arrecadação de fundos para implantação e manutenção dos projetos missionários. Acreditavam também, que só as mulheres poderiam ajudar outras mulheres.

Assim, decidiram tomar a seu cargo a educação das mulheres nos países “menos desenvolvidos”, onde se instalavam as missões religiosas da denominação. Pensavam elas que, “civilizando” as mulheres nativas, ou seja, educando-as nos padrões

culturais do protestantismo, essas mulheres se libertariam da dominação masculina e católica em que viviam, tornando-se independentes, em condição de prover o próprio sustento e ajudar na disseminação do protestantismo.

Entre essas sociedades femininas, surgiu em 1878 a *Woman’s Missionary Society* ligada à Igreja Metodista Episcopal do Sul. Essa associação foi a responsável pela instalação da primeira e maioria das escolas metodistas no Brasil, – totalizando 15 escolas entre o final do século XIX e o início do século XX. Todas elas internatos femininos, mas que mantinham alunos do sexo masculino em regime de externato, sendo a primeira missionária designada para esse trabalho, Miss Martha Watts.

O destino de Martha Watts foi a cidade paulista de Piracicaba em 1881, onde a aguardavam os líderes locais: Prudente de Moraes e Manoel de Moraes, militantes do Partido Republicano na região.

Em companhia dela vieram mais três missionários, a saber: J.L. Kennedy, J. W. Koger e J. J. Ransom, tendo este último já estabelecido no Brasil. Durante os 26 anos seguintes, Martha Watts dedicou-se à educação de crianças e adolescentes nas cidades de Piracicaba, Petrópolis, Juiz de Fora e Belo Horizonte, sendo fundadora de dois Colégios³⁷.

Foram vários os recursos adotados pela missão metodista no Brasil, a saber, o estabelecimento de Igrejas, a divulgação da Bíblia, a pregação, a publicação de uma vasta literatura religiosa, a fundação de uma imprensa metodista – como o jornal *Expositor Cristão* – e a criação de escolas de ensino dominical e regular.

A escolha das cidades

A decisão de Ransom por Piracicaba deveu-se ao fato da cidade estar com as portas abertas e convidando os metodistas para lá se instalarem. Assim, no mesmo ano, no dia 13 de setembro, foi fundada a primeira escola metodista no Brasil, o Colégio Piracicabano.

As escolhas das cidades para a expansão missionária foram determinadas por dois objetivos principais: a camada específica a ser atingida e as regiões consideradas estratégicas no sudeste brasileiro. O Rio de Janeiro, enquanto capital do Império, era o centro da vida cultural e política do país e a Igreja Metodista aspirava ter ali uma posição de influência. Piracicaba, além de estar localizada próxima à colônia dos imigrantes norte-americanos, era um centro republicano e maçom³⁸, o que facilitava, de certa forma, a penetração metodista. Por seu desenvolvimento econômico, sua influência política e sua posição geográfica Juiz de Fora também foi considerada uma cidade propícia à propagação da missão, e como fator facilitador, não se observava uma grande presença católica na região.

E Belo Horizonte? De acordo com Jonas Mendes Barreto³⁹, pode-se afirmar dois interesses básicos por Belo Horizonte: primeiro, no que tange

³³ Carta de Martha Watts: A missão no Brasil, provavelmente maio de 1883, em MESQUITA, Zuleica (org.). *Evangelizar e Civilizar*, p. 53-54.

³⁴ AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996, p. 496; CARVALHO, L. Ramos de. “A Educação e Seus Métodos”. In: HOLLANDA, S. Buarque de (org.). *História Geral da Colonização Brasileira (I – A Época Colonial)*. São Paulo: Difel, 1985, p. 76-87; SANTOS, T. Miranda. *Noções de História da Educação*, 10ª edição, Volume II, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 414.

³⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. A educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, D. G. (Org.). *A Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002.

³⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. A educação na Colônia e os Jesuítas, p. 171-184.

³⁷ Martha Watts foi fundadora do Colégio Piracicabano e do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonte. Nos demais colégios, o Americano de Petrópolis e o Americano Mineiro em Juiz de Fora, ela atuou como diretora e como educadora.

³⁸ De acordo com a historiografia sobre a trajetória metodista e sobre a presença protestante no Brasil, a maçonaria foi o grupo que incentivou e defendeu a presença dos missionários no Brasil, principalmente no que tange aos conflitos contra a Igreja Católica. Essa aproximação dos dois grupos justifica-se por algumas compatibilidades de idéias, principalmente relacionado à modernização do país e ao liberalismo.

³⁹ BARRETO, J. Mendes. O metodismo em Belo Horizonte: inserção e desenvolvimento. In: *Revista de Educação do COGEIME*. Ano 14, nº 26, junho/2005, p. 125 – 144.

à perspectiva geográfico-administrativa, já que o Curral Del Rey, futura Belo Horizonte, se tornaria a futura capital mineira. Era de fundamental importância que a Igreja Metodista ocupasse esse espaço político-administrativo. A segunda perspectiva se refere ao aspecto político-teológico. A nova capital abrigaria a elite pensante da época, e esta se encontrava aberta às idéias liberais, compatíveis com os ideais metodistas. Além disso, a nova capital, pensada e projetada, iria seguir os moldes do pensamento republicano de cidade laica, não tendo nenhuma religião predominante ou mesmo oficial.

Os metodistas também enxergavam esse ideal de “cidade promissora” que a mais nova capital do Estado transparecia. Sobre a nova capital e sua importância no cenário brasileiro, o Reverendo Tavares escreve em 1898:

(...) parece-nos estar-lhe reservada a presidência do movimento industrial, intelectual e financeiro de não pequena parte do território brasileiro e para futuro bem próximo; de presente já se divisa a alvorada desse dia com a execução restrita, por parte do governo mineiro, do plano largamente fundado para iludir, quando atribuímos a vantagens naturais o rápido desenvolvimento deste lugar, hoje procurado por todas as influências financeiras do estado.⁴⁰

Outro pensamento que permeou antes, durante e depois da construção de Belo Horizonte, referia-se a ao fato da nova capital poder ser também a capital republicana, transferindo-se do Rio de Janeiro para Minas, isto é, ampliaria consideravelmente a importância da cidade, política e economicamente. O que impulsionava, ainda mais, os metodistas de darem certo naquela cidade. Esse pensamento foi prontamente registrado por uma das missionárias, pouco tempo depois da instalação do colégio Izabela Hendrix:

Outra boa notícia é que há toda probabilidade de que a capital federal será transferida para Belo Horizonte. A cidade foi construída com essa perspectiva, e agora está começando a ser discutida seriamente. Uma grande quantidade de dinheiro está sendo agora gasto para embelezar as ruas e avenidas⁴¹ (tradução nossa).⁴²

E não era apenas uma probabilidade. O Dr. Nelson de Senna no Anuário de Minas Geraes de 1907 destaca:

Varias vezes tem sido aventada a ideia da mudança da Capital da União para Bello Horizonte. Em 1899, o deputado federal Dr. Sá Fortes apresentou o seguinte projecto:

“O Congresso Nacional resolve: Art. I.º Fica o Poder Executivo auctorizado a transferir para a cidade de Minas, no Estado de Minas Geraes, a Capital da Republica dos

Estados Unidos do Brasil, ou para outro ponto que for julgado conveniente (...) Sala das sessões, 11 de outubro de 1899. – Sá Freire”.

Na sessão de 1906, a propria bancada do Districto Federal cogitou de dar andamento a esse projecto, que, em Bello Horizonte, num discurso pronunciado no Palacio Presidencial, na posse do Dr. João Pinheiro (set. 1906) foi achado perfeitamente viavel pelo senador General Pinheiro Machado.⁴³

Belo Horizonte: a capital “moderna”

Nos finais do século XIX, os sinais de progresso, ideal europeu de modernidade, desenvolvimento tecnológico e social, já se faziam sentir em Minas Gerais. Essas influências refletiram no nosso contexto da abolição da escravidão, Proclamação da República, no sucesso da burguesia liberal e do café, reformas urbanas e avanço na ciência. Imbuídos, também, de problemas sociais e crises materiais.

E foi com esses parâmetros que o projeto da mais nova capital do Estado de Minas Gerais foi apresentado e aprovado no Congresso mineiro. Era necessário um espaço destinado à futura capital que teria que ser construída de acordo com as regras da higiene moderna. De acordo com Maria Ester Saturnino Reis, um dos critérios de escolha era de cunho biológico como clima, salubridade, incidência de doenças, enfim toda a problemática do “meio” e sua influência com fator determinante no físico e no caráter da população. Havia uma preocupação nos fatores que poderiam ser contornáveis ou não pelo governo. A Constituição Mineira de 16/06/1891 nas Disposições transitórias estabelecia: Artigo 13 – É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.

A idéia de mudança da capital era antiga, mas a constituição de um novo regime fez a situação propícia para o projeto das elites mineiras. Uma cidade que simbolizaria o cérebro do governo em pleno contexto nacional do advento da República, do culto ao progresso, do desenvolvimento intelectual, num lugar moderno, elegante e limpo, aos moldes urbanísticos em voga nos EUA e na Europa do século XIX. “A construção de Belo Horizonte significa (...) a adoção de novos estilemas, propostos pela era industrial, inscreve-se na recusa ao passado e na aspiração à modernidade”⁴⁴. A nova capital nasceria sob os discursos modernos e de renovação da época, mas enraizado no conservadorismo dos seus “feitos heróicos anteriores” e em seu “ideal libertário” ligados a Ouro Preto e à Inconfidência. Discursos, esses, visados pela consolidação da República. Maria Ester Saturnino Reis ressalta que, estava em

⁴⁰Artigo de do então nomeado Reverendo para a capital: João Evangelista Tavares, em: jornal *Expositor Christão*, 13/10/1898, p.1-2.

⁴¹Collegio Isabela Hendrix, Bello Horizonte por Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVII, nº 2, novembro, 1906, p. 204-205.

⁴² Todos os trechos de cartas retirados do *Woman's Missionary Advocate* foram traduzidos por mim. Os textos originais não farão parte do artigo, devido ao número limitado de laudas e a quantidade de fonte usada.

⁴³ SENNA, Nelson. *Anuário de Minas Geraes*, p. 98.

⁴⁴ ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representação am-bivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004, p. 75.

⁴⁵ REIS, Maria E. Saturnino. *A cidade “paradigma” e a República*, p.15.

jogo não era tanto provar se o regime republicano era legítimo ou não. “A questão parecia estar concentrada na capacidade do regime Republicano de fazer um bom governo, ou seja, de seu fracasso ou sucesso enquanto regime”⁴⁵. Então a capital tinha uma destinação: dotar o Estado de um governo eficiente. Vem essa idéia da visão modernizante da República, que enriquecida pelo auge cafeeiro pode contrapor o novo, como progresso, em relação à monarquia, sinônimo de decadência e estagnação. Luciana Andrade descreve porque a cidade pode ser considerada moderna:

A modernidade estava presente na planta da cidade através do planejamento racional do espaço em oposição à ocupação ao acaso, da preocupação com a higiene, motivo de muitas reformas de cidades já consolidadas, como tratamento de água e esgoto, e das ruas retas e largas para o tráfego de veículos.⁴⁶

Isto é, uma “cidade paradigma” que remete imediatamente a uma cidade planejada para ser modelo, cidade padrão. Uma idéia republicana de uma nova sociedade. Letícia Julião observa como Belo Horizonte caracterizava o projeto republicano de modernidade: “Se o advento da República era o elemento chave na concepção dessa temporalidade, a cidade [de Belo Horizonte] foi, por excelência, o espaço da sua representação”⁴⁷. De acordo com Thaís Pimentel (1993) a criação da nova capital é resultado das transformações ocorridas no cenário político brasileiro, “quando a nação ingressava na era republicana, na tentativa de superar o atraso de seu desempenho capitalista”⁴⁸, sendo a mudança do regime político uma forma de superação.

De qualquer modo, por esse tipo de abordagem, Belo Horizonte, como próprio símbolo da República, teria sido fruto da emergência das novas forças econômicas que, atuando dentro do Estado, eram capazes de exercer influências profundas nas decisões políticas dos novos dirigentes republicanos.

Sobre a capital moderna, em detrimento do antigo curral Del-rei, o Reverendo metodista Tavares escreve:

A nova capital do estado de Minas, ultimamente chamada pelo nome que nos serve de epígrafe, pode ser propriamente apelidada a cidade elétrica. Aqueles que como nós, há cinco anos apenas, aspiraram pulmões, o ar leve e balsâmico, (...) de certo se surpreendem agora ao descortinar o mesmo horizonte belo como sempre, mas transformado no todo pela já grande cidade que limita. Os rústicos e pesados prédios que alvejavam os picos do antigo arraial, desapareceram no todo para dar lugar a esplêndidas habitações de moderna arquitetura; os intermináveis caminhos só

diariamente pisados pelos animais domésticos se transformaram em suntuosas praças, belas avenidas espaçosas ruas por onde transitam agora milhares de pessoas; fixou-se o curral, transformou-se o horizonte, existe a Cidade de Minas alvadia e alegre, pitoresca e brincalhona, agitando a brisa passageira e deslumbrando o curioso touriste. Topografia, clima, situação, tudo prenuncia um papel importante para a nova cidade, na história do nosso estado e do Brasil (...).⁴⁹

Em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte, na época Cidade de Minas, era transferida e instalada a sede do governo do Estado, mas só em 1903, de fato, fora oficialmente apresentada a Minas Gerais e ao Brasil.

Assim, a cidade tinha seu espaço circundado pela Avenida do Contorno, divisora da vida urbana e a suburbana, isto é, um divisor social, “a capital nascia de uma lógica e de um saber que pareciam se sobrepôr à vontade política, como um meio de se assegurar a fundação da cidade ‘certa’”⁵⁰. A nova capital era, então, o espaço da ação política e do ganho material.

Ciro de Mello destaca um fator que demonstrava a tolerância religiosa na nova capital mineira:

Interessante, algum tempo depois da inauguração da cidade, a concessão de um terreno, bem ao longo da principal avenida, à Igreja Metodista. O terreno ficava em frente à área onde se construiria a maior igreja católica da cidade, a de São José. Modo de falar republicano em relação à tolerância religiosa.⁵¹

Ao contrário de um simples fato interessante, como coloca o autor, esse terreno situava-se defronte a uma igreja católica, colocando face a face não somente os símbolos materiais (templo das duas igrejas), mas duas práticas educativas diferentes, assentadas nas bases da ciência, na ausência de preconceitos intelectuais e religiosos, sendo seu maior compromisso com o progresso, muitas vezes tido como sinônimo dos metodistas. A historiografia brasileira vem estudando e explicando a presença e a influência protestante em nosso país e agora, na cidade de Belo Horizonte.

O Reverendo Hippolyto Campos⁵², logo após a inauguração do Colégio Izabela Hendrix, escreve sobre a cidade de Belo Horizonte:

Bela e encantadora cidade, em cuja construção e decoração já foram gastos milhões de dólares; esplêndida capital de um dos mais ricos Estados da República, construída com toda a atenção às regras higiênicas e examinada rigorosamente em suas ruas e quarteirões, em suas extensas avenidas, jardins e parques, um inteiramente moderno plano delineado por um mestre, em seu grande plano geral; (...) com todas essas atrações, Belo Horizonte convém ser chamada

46 ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos Modernistas*, p.82.

47 JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 50.

48 PIMENTEL, Thaís Velloso C. *A Torre Kubitschek: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993, p. 33.

49 *Jornal Expositor Cristão*, 13/10/1898, p.1-2.

50 JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte*. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org). *BH: Horizontes históricos*, p. 55.

51 MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *A noiva do trabalho – uma capital para a República*. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org). *BH: Horizontes históricos*, p. 40.

52 Um ex-padre que se converteu ao metodismo em 1900. Assim conta James Kennedy (1928, p. 102): Rev. Hippolyto de Oliveira Campos que por 26 anos tinha sido um padre honrado da Igreja Romana. Daquela data para cá, ele tem se consagrado fielmente às fileiras evangélicas e tem sido um bravo campeão contra as trevas do romanismo.

de “Hygienopolis” de Minas.

Não será, como alguns pessimistas dizem, simplesmente uma cidade oficial; será o centro do pensamento literário, da indústria, do comércio e de todas outras responsabilidades; um verdadeiro ponto estratégico para a concentração e desenvolvimento de empresas arrojadas, motores do progresso moral e material das pessoas⁵³. (grifo nosso).

Caracterizando como um lugar onde os metodistas realmente deveriam estar.

A situação educacional do Estado de Minas Gerais

Peri Mesquida ressalta que, enquanto província mais populosa do país em meados do século XIX, somente 10.417 alunos estavam matriculados nas escolas públicas, ocorrendo uma queda na frequência para 6.919 em 1867, em que apenas 132 foram considerados aptos para dar continuidade aos estudos⁵⁴.

A situação se agravava ao constatar-se que, em 1871, não havia nenhuma escola secundária para moças. Em 1886, somente 7% da população tinham acesso ao ensino primário, fazendo com que os relatórios educacionais fossem sempre negativos. Fato esse, que não fez com que as autoridades escolares tomassem nenhuma medida positiva para contornarem a situação.

O autor ainda ressalta que durante esse período tentou-se amenizar a situação com a lei de 2/11/1869, em que se permitia criar colégios e classes isoladas nas cidades da província, independente dos atestados de capacidade intelectual dos responsáveis. Contudo, a liberação não contribuiu para o desenvolvimento do ensino privado em Minas Gerais, já que poucos colégios foram instalados, como o Granbery, o Andrés, a Academia de Comércio em Juiz de Fora, e o Colégio Caraça, da ordem jesuíta. Este foi o principal estabelecimento educacional particular do Estado até 1890, e por excelência da formação da elite católica mineira.

E não foi muito diferente nos primórdios da República. Em 1901 havia 31.068 alunos matriculados, sendo 18.421 meninos e 12.647 meninas, desse total, apenas 13.113 eram alunos frequentes, sendo 7.556 meninos e 5.557 meninas⁵⁵. Com esses totais de alunos nas escolas públicas (para um total de mais de três milhões de habitantes) e uma infrequência que chegava a quase 50% do total, atestando as dificuldades para a frequência escolar, que Minas Gerais entrava no século XX.

Através de leituras dos relatórios dos Presidentes estaduais (de Afonso Pena a João Pinheiro), constatamos que se a propaganda republicana promete fazer o governo investir na área da educação popular, ele o faz, porém de modo lento, cheio de lamentos – principalmente relacionado às despesas – e tendo o ideal europeu e, principalmente, o norte-americano como modelo.

O metodismo chega a Belo Horizonte: a escolha pela mais nova capital de Minas Gerais

O primeiro contato que o metodismo teve com a cidade de Belo Horizonte foi em maio de 1892, anos antes do estabelecimento da nova capital do Estado. A expedição foi realizada pelos Reverendos J. L. Bruce e Antonio Cardoso da Fonseca, visando visitar Santa Luzia, o Curral Del Rei, Morro Velho, Caeté, São João e Santa Bárbara, municípios vizinhos a Sabará, onde moravam e já estavam ficando as bases para a implantação do metodismo. A expedição consistia em fazer uma Conferência em cada cidade, a fim de falar à população sobre o Evangelho.

No jornal *Expositor Christão*, o Reverendo Bruce relata a experiência, após a primeira noite, com direito a perseguição e pessoas que os expulsaram da cidade:

Levantado-nos achamos o largo com bastante gente armada de paus, etc., para impedir a Conferência. (...) Pretendemos voltar outra vez, e pregar o evangelho, ainda que não haja quem nos dê onde reclinarmos a cabeça. Eu julgo que não devemos sair destas cidades por causa de perseguição. Há homens que querem se salvar.⁵⁶

Como mesmo mostra o relato acima, as investidas dos missionários não cessariam, e muito menos a vontade de conseguir um local para se instalarem na futura capital.

Um fato interessante ocorreu no ano 1897, quando o Reverendo Dickson relata que “um bom amigo da causa” doou um terreno para a Igreja Metodista, terreno que daria para o templo e a casa pastoral, num ponto excelente da cidade⁵⁷. Uma indicação de que o “caminho estava se abrindo”. Contudo, esse não foi o terreno oficial em que foi instalada a Igreja Metodista em Belo Horizonte, já que este terreno somente será doado no ano de 1902.

Conforme o relatório do prefeito Bernardo Pinto Monteiro, o Sr. Evangelista Tavares era o representante da instituição religiosa, que recebeu gratuitamente uma área correspondente a um quarteirão, nº 2 da 1ª seção urbana na condição de ser construída uma paróquia, uma igreja e um colégio dentro de um determinado prazo.⁵⁸ A missionária Martha Watts sintetiza o terreno nas seguintes palavras: “nosso lote é um quarteirão inteiro, em um dos melhores lugares da cidade”⁵⁹. O referido quarteirão é localizado entre a Rua da Bahia, a Rua Espírito Santo, Rua dos Tamoios e Rua dos Tupis.

A missão do Colégio Izabela Hendrix⁶⁰

No dia 01 de outubro de 1904, o jornal Minas Geares⁶¹ publicou a seguinte nota: “Este novo estabelecimento de instrução abrirá suas aulas no

⁵³Artigo postado no jornal *Expositor Christão* e traduzido por Miss Howell para o *Advocate*. Belo Horizonte em: *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXV, nº 1, março, 1905, p. 335-336.

⁵⁴ Os dados foram retirados pelo autor citado na obra de SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1926.

⁵⁵ Silviano Brandão. APM – *Mensagens dos Presidentes*, 1991, microfilme (rolo 2), p. 18-20.

⁵⁶ *Jornal Expositor Christão*, 25/06/1892, p.2.

⁵⁷ *Jornal Expositor Christão*, 06/03/1987, p.1.

⁵⁸ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (índice de relatórios ano de 1902, Item 3.12, vol. 1, 1902 – Construção da Igreja Metodista, p. 53). Carta de Miss Blanche Howell. Belo Horizonte, em: *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVIII, nº 3, setembro, 1907, p. 105-106.

⁵⁹ Carta de Martha Watts: Colégio Izabela Hendrix, Belo Horizonte, novembro de 1906, em MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*: cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba: UNIMEP, 2001, p. 148.

⁶⁰ O nome do colégio é uma homenagem à esposa do Bispo Eugene R. Hendrix.

⁶¹ Jornal oficial do Estado de Minas Gerais.

dia 5 de outubro próximo futuro, pedindo se para elle apoio do publico. Terá elle por fim o desenvolvimento moral e intellectual da alumna, sendo a instrução ministrada segundo os methodos approvados pela pedagogia moderna (...)" 62. Assim, no dia 05 de outubro houve um *lunch* para a inauguração do Colégio, e foi assim tratado pela mídia no dia seguinte, como um grande evento:

Achando-se presentes muitas exmas. familias, lentes do Gymnasio Mineiro, auctoridades escolares da Capital e os representantes da imprensa local, realizou-se hontem, á 1 hora da tarde, no edificio onde funcionou o telegrapho, á rua da Bahia, esquina da avenida do Commercio63, a inauguração deste importante collegio, habil e competente dirigido por Miss H. Watts e Blanche E. Howell. A essa festa compareceram os srs. Edmund Telly, presbitero districtal e lente do Collegio Granbery, de Juiz de Fóra, e James Kennedy, pastor nesta Capital. (...) O ensino theorico e pratico é ministrado com escrupulosa methodização. Fundado como está o novo estabelecimento, é de crer se que dentro em breve se lhe possa comparar aos mais conhecidos e acreditados do Estado.64

E no discurso de abertura a diretora Martha Watts declama: "Então conclamei a escola para fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para fazer de nossos bons cidadãos brasileiros, dizendo que tudo o que fiz quis fazer para a glória de Deus" 65.

Apesar de a recepção ter sido destacada pelas missionárias como cordial e tocante, no dia seguinte foram procurar a escola apenas cinco crianças, o que deixou todos desapontados. Mas um mês depois, já tinham dezoito alunos, o que fez as missionárias pensar que o trabalho iria progredir. Um dado interessante é de que, nesse período, todos os alunos freqüentavam, também, a Igreja, o que não acontecia nas outras escolas. Em março de 1905 havia cinqüenta e um matriculados, sendo quarenta e cinco freqüentes.

As missionárias ressaltam a primeira impressão que tiveram dos alunos: "Achamos que, no geral, as crianças estavam mal preparadas nos fundamentos de sua educação e, conseqüentemente, tivemos muito trabalho para educá-las66". Para as missionárias, os alunos tinham pouca idéia de disciplina e seus estudos prévios eram pobres.

Ao contrário das primeiras escolas metodistas criadas na Inglaterra, que tinham como publico alvo a população pobre, as escolas metodistas oriundas das missões cobravam mensalidade dos estudantes. Podendo ser concedido bolsas ou descontos. De acordo com os relatos dos primeiros anos do Colégio67, a maioria dos alunos pagava o valor68 integral, e os favorecidos – filhos de pastores, por exemplo – pagavam a metade. Em 1906 a

Missionária Martha Watts relata sobre a dificuldade de achar alunos aptos para receberem bolsas: "Temos na casa uma menina a quem talvez vamos dar a bolsa de estudos Irene Lewis, ou talvez não. Não daremos se acharmos alguém mais promissor. A questão do caráter torna a decisão difícil, porque não temos achado caracteres muito nobres" 69.

Em 1905 terminou a construção de uma pequena Igreja com capacidade para 250 pessoas no terreno doado. Para então começar a construção do edifício sede do Colégio, que ficaria pronto em agosto de 1908. Em novembro de 1906 o prédio do colégio não tinha mais capacidade para os dormitórios, devido à quantidade de alunos, havendo necessidade de dois prédios: um para a escola e o outro para residência. E foi somente nesse período que a planta para o prédio do colégio sede foi aceita pelo governo. Já que dependia da aprovação deste para a construção de qualquer prédio na região do centro da cidade.

Como é sabido, o Estado, oficialmente, tentou não se envolver diretamente com a causa metodista, mantendo assim, o princípio do Estado laico. Contudo, isso não impediu que houvesse simpatizantes aos ideais norte-americanos, principalmente ligados à educação. No final do ano de 1906, no encerramento do semestre, o Dr. Manoel Tomás Carvalho de Britto, Secretário do Estado (Secretário do Interior), foi convidado para participar da festividade. Na ocasião, o jornal Minas Geraes publicou uma grande nota sobre o evento, uma:

(...) esplendida festa offerecida a uma grande parte da selecta sociedade horizontina. O vasto salão do palacete (...) estava repleto de convidados, entre os quaes notámos representantes do governo, altos funcionarios, muitos professores, grande numero de senhoras e familias de alumnos. (...) Agradecemos á digna directoria do collegio o prazer que nos proporcionou com a sua festa, felicitamos aos nossos patricios por contarem hoje um estabelecimento de instrucção que muito honra a capital mineira.70

Na ocasião da visita do Secretário do Estado, um marco no início da trajetória do Colégio Izabela Hendrix, o Dr. Carvalho de Britto convidou a Missionária Blanche Howell para assisti-lo na reorganização da educação pública no Brasil, convite que foi recusado pela missionária por falta de tempo e excesso de atividade, já que tinha apenas ela e Miss Watts no Izabela. Em carta ao *Advocate*, Miss Howell explica a justificativa do Secretário para persuadi-la: "(...) ele disse que isso vai ajudar nosso colégio, pelo fato de o Estado ter pedido uma professora de escola particular, estrangeira e protestante para ajudar" 71.

Miss Howell acrescenta que a posse do novo

62 Escrito pela diretora Miss Martha Watts. *Jornal Minas Geraes*, anno XIII, nº 233, 01/10/1904, p. 8.

63 O Colégio foi instalado inicialmente na Avenida do Commercio, atual Avenida Santos Dumont, já que a obra para a construção da sede do colégio demoraria mais algum tempo, e ainda faltavam recursos necessários.

64 *Jornal Minas Geraes*, anno XIII, nº 237, 06/10/1904, p. 2.

65 Carta de Martha Watts: Belo Horizonte, Minas Gerais Brasil, março de 1905, em MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*, p. 143-145.

66 Carta de Martha Watts: Colégio Isabella Hendrix, Belo Horizonte, agosto de 1905, em MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*, p. 145-146.

67 Carta de Martha Watts: Colégio Isabella Hendrix, Belo Horizonte, agosto de 1905, em MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*, p. 146.

68 O valor da pensão das internas era de 65\$000 por mês e dos alunos externos poderia chegar 20\$000, fora alguns custos adicionais. Ver: *Jornal Minas Geraes*, anno XIII, nº 233, 01/10/1904, p. 8.

69 Carta de Martha Watts: Colégio Isabella Hendrix, Belo Horizonte, novembro de 1906, em MESQUITA, Zuleica (org). *Evangelizar e Civilizar*, p. 149.

70 *Jornal Minas Geraes*, anno XV, nº 144, 23/06/1906, p. 9. A constante divulgação do colégio pela imprensa local, muito contribuiu para o aumento de número de alunos matriculados.

71 Collegio Isabela Hendrix por Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVII, nº 2, janeiro, 1907, p. 304.

Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva é uma favorável oportunidade para a causa metodista, devido a seus ideais republicanos.

A missionária acrescenta, ainda, que todo esse acontecimento deixou os padres furiosos, pelo o que ela ficou sabendo através do secretário da instrução pública.⁷² Para ela: “(...) isso foi provocado pelo fato de o Secretário de Estado, bem como os investigadores deste novo sistema terem se mostrado favoráveis a nós (...). E, também, ao sistema por ser norte-americano”⁷³ (tradução nossa) (grifo nosso).

Assim, o metodismo foi criando raízes, aos poucos se inserindo e ocupando seu lugar na sociedade belorizontina. Até setembro de 1907, os metodistas já tinham organizado, além do colégio e da Igreja, a escola dominical, (que também ensinavam o inglês aos interessados) as Ligas de Jovens e Idosos (os encontros eram realizados todas as quintas em algum lar disponível) e a Sociedade de Ajuda às Mulheres. De acordo com os relatos das missionárias, boa parte dos frequentadores dessas organizações era pobre⁷⁴, já que não tinham condição de frequentar ou colocar seus filhos no colégio. No mesmo ano, o Colégio Izabela Hendrix tinha alcançado a marca de 139 alunos matriculados, sendo 70 frequentes.

Dentro do processo de inserção metodista na cidade de Belo Horizonte, o Colégio Izabela Hendrix alcançou o seu auge em número de alunos em janeiro de 1910, em que no novo prédio já não podia mais matricular ninguém – havendo inclusive o pedido de um novo prédio –, pois a escola encontrava-se cheia⁷⁵. E auge em questão de reconhecimento quando das visitas às escolas da capital para o II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária, o Colégio Izabela Hendrix foi tido como o melhor colégio para meninas da cidade⁷⁶.

As dificuldades da inserção metodista

A inserção metodista e sua permanência no Brasil foi marcada por muitas dificuldades, seja por questões de doenças⁷⁷, financeiras, falta de missionários ou mesmo por falta de simpatia e oposição de setores mais conservadores da sociedade belorizontina e brasileira. Setores da Igreja Católica reagiram, com maior ou menor intensidade, diante da presença metodista na capital de Minas Gerais e no Brasil.

Desde a chegada dos primeiros missionários, em 1881, a oposição católica ao metodismo partia de membros do clérigo e de fiéis mais conservadores. Contudo, a hostilidade é perceptível por ambas as confissões religiosas, que giravam em torno desde temas relacionado à educação, quanto a práticas religiosas.

Com a instalação do Colégio Izabela Hendrix em 1904 a oposição católica não foi diferente: “Em toda parte nos dizem que nossa escola é admirada e que se fala muito dela, mas muitos estão com medo da influência religiosa. Os padres estão pregando e trabalhando contra nós constantemente”⁷⁸. A missionária Miss Blanche Howell também relata sobre o assunto:

Quando nós abrimos nossa escola três anos atrás, os padres fizeram tudo que era possível para se oporem a nós, não apenas avisando a população para não enviarem suas crianças para nós, mas também fazendo visitas de casa em casa. Mas aos poucos nos fizemos amigos, apesar da grande dificuldade e alguns deles sofreram perseguição para atingir-nos.⁷⁹

Contudo os missionários também tiveram suas defesas, e a principal dela foi o ataque em prol da “melhor” educação, a educação para a modernidade. Na mesma carta, Miss Howell condena a Igreja Católica por ser “inimiga da educação”, já que os padres fizeram oposição, também, as escolas públicas que foram surgindo na capital:

(...) os padres estão fazendo a mesma oposição a mais nova escola pública [se referindo à Escola Normal] chamando-os de protestantes. (...) Essa é uma prova convincente de que esses representantes da Igreja Católica são inimigos da educação e têm livre pensamento em seu desejo de manter as pessoas em estado de ignorância. Eles também desejam ser a principal autoridade para a opinião pública.⁸⁰

Sobre a atuação de padres católicos, Miss Howell acrescenta: “É triste ver como os padres ordenam e as pessoas obedecem. Eles não deixam passar uma única oportunidade para falarem contra nós e fazer medo nas pessoas; mas graças a Deus! o povo está começando a ver como os padres lhes tiram suas próprias liberdade”⁸¹.

Houve, também, uma rejeição por parte da sociedade ao ensino religioso, e foi também percebido nos primórdios do Colégio Izabela Hendrix, mas sem a retirada de alunos: “Nós temos estudado a vida de Cristo como é encontrado nos quatro livros do Novo Testamento. (...) Poucas famílias fizeram objeções, mas consentiram quando eles souberam que era obrigatório, e nenhum aluno foi tirado da escola”⁸².

Mas toda essa divergência não impediu que houvesse também suas exceções. Miss Howell relata, em poucos anos após a instalação do Colégio Izabela Hendrix, sobre uma conversa que teve com um “amigo católico” sobre essas divergências com a Igreja Católica: “Um amigo Católico disse para mim há pouco tempo: ‘Bem, seu colégio parece crescer apesar do que todos os padres disseram’”⁸³.

⁷² Apesar de não citar o nome, Miss Howell mostra como ela teve uma relação bem próxima a pessoas ligadas ao governo do Estado.

⁷³ Belo Horizonte por Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVIII, nº 3, setembro, 1907, p. 105-106.

⁷⁴ Ver: Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*, p. 105-106.

⁷⁵ Havia 119 alunos frequentes mais 15 internas e o ano fechou sem dívidas. Ver: Carta de Miss Blanche E. Howell. *Collegio Isabella Hendrix, Bello Horizonte. Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXX, nº 6, janeiro, 1910, p. 342-343.

⁷⁶ Ver: *Collegio Isabella Hendrix, Bello Horizonte. Woman's Missionary Council*. 1912, p. 123-124.

⁷⁷ A febre amarela foi uma constante “assombramento” durante o período de expansão missionário metodista no Brasil. Seja por atingir os alunos, que acabavam deixando a escola para se curarem, seja por atingir os professores e as missionárias.

⁷⁸ Carta de Miss Martha Watts, *Collegio Isabella Hendrix, Bello Horizonte. Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVII, nº 2, novembro, 1906, p. 207.

⁷⁹ Belo Horizonte por Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVIII, nº 3, setembro, 1907, p. 105-106.

⁸⁰ Belo Horizonte por Miss Blanche Howell. *Woman's Missionary Advocate*, p. 105-106.

⁸¹ Carta de Miss Blanche E. Howell. *Collegio Isabella Hendrix. Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVII, nº 2, janeiro, 1907, p. 304-305.

⁸² Carta de Miss Blanche E. Howell. *Collegio Isabella Hendrix, Bello Horizonte, Brazil. Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXIX, nº 8, julho, 1909, p. 36-37.

⁸³ Carta de Miss Blanche E. Howell. *Collegio Isabella Hendrix, Bello Horizonte. Woman's Missionary Advocate*. Vol. XXVII, nº 2, novembro, 1906, p. 203-204.

Considerações finais

A inserção e desenvolvimento do movimento metodista em Belo Horizonte foram estrategicamente concebidos e estruturalmente desenhados por meio de um projeto arrojado de expansão. A visão de afirmação e crescimento na nova capital era algo que estava presente no ideal da liderança do movimento.

Como aconteceu em outros lugares onde o metodismo se instalou, percebe-se que, também em Belo Horizonte, a perspectiva educacional acompanhou a dimensão religiosa: ao mesmo tempo em que chega a Igreja, cria-se também a escola.

O envio de Martha Watts e James L. Kennedy, dois dos mais influentes obreiros da Igreja Metodista, para Belo Horizonte significou a afirmação definitiva da identidade metodista que reconhece na educação a grande parceira no trabalho de evangelização, além de evidenciar a importância da mais nova capital de Minas, como campo de atuação. Hippolyto de Campos ressalta que o estabelecimento do Colégio Izabela Hendrix por Martha Watts, a “honrada fundadora de outros colégios modelos que perpetuam seu nome entre os brasileiros”, e a nomeação do “venerável missionário”, reverendo James L. Kennedy, são “dois fatos de grande significado para a Igreja Metodista brasileira, e motivo de alegria também para todos os amigos da propaganda evangélica neste país”⁸⁴.

Não obstante a presença protestante em Belo Horizonte, o catolicismo ainda era a religião majoritária. A missão metodista ingressou na cidade, mesmo antes de sua inauguração, desenvolvendo um diálogo com a sociedade que a recebia. A ação missionária na sociedade belorizontina envolveu uma série de instrumentos complementares ligados à evangelização direta e à educação, como a difusão do Evangelho, a pregação, a divulgação dos periódicos da Igreja, a escola dominical e a implementação de uma instituição de ensino regular, o Colégio Izabela Hendrix.

Ainda que o objetivo último da missão fosse atingir a sociedade belorizontina como um todo, com vistas à instauração da “civilização cristã” no mundo inteiro (ideologia do Destino Manifesto), a exemplo do que ocorreu em outros locais, os missionários privilegiaram, como estratégia de estabelecimento na cidade, a conquista da elite liberal, republicana, sensível aos valores norte-americanos de liberdade, democracia, civilização e progresso, via educação. Interessada na formação de novas lideranças políticas e intelectuais, parte dessa elite apoiou o moderno sistema educacional metodista, deixando a educação dos seus filhos e

demais parentes a cargo do Colégio Izabela Hendrix. Portanto, o movimento educacional metodista foi um movimento elitista, contrariando um dos princípios fundamentais do metodismo wesleyano.

Mesmo que a elite liberal e progressista de Minas Gerais tenha se mostrado, em alguma medida, receptiva à presença do metodismo, o mesmo não ocorreu com os grupos católicos mais conservadores que também compunham a sociedade belorizontina. Ao longo dos anos estudados o relacionamento entre uma parcela de fiéis e clérigos católicos e os metodistas foi marcado pela oposição.

Embora Belo Horizonte tenha sido considerado pelos metodistas um “campo propício” à propagação da sua missão, evidentemente o número de adesões ao metodismo não correspondeu às expectativas iniciais da missão brasileira da Igreja Metodista Episcopal do Sul, até porque o que os missionários privilegiaram a educação, ao invés da evangelização direta, como estratégia de estabelecimento na cidade. O catolicismo continuou sendo a religião majoritária da sociedade. Porém, mesmo não logrando uma conversão em massa ao protestantismo, a missão metodista encontrou espaços privilegiados de atuação, políticas favoráveis e apoio de membros do governo de Minas em Belo Horizonte, sobretudo no campo educacional, como o Izabela Hendrix, presente até os dias de hoje.

Evidentemente o presente estudo não esgota a análise da inserção metodista na sociedade belorizontina. Ainda assim, considerando-se a carência de trabalhos relativos ao tema aqui desenvolvido, esperamos que esse estudo forneça elementos que permitam compreender um pouco da presença histórica de metodistas norte-americanos em Belo Horizonte e suas relações com a sociedade.

⁸⁴ Carta de Hippolyto de Campos, publicada no Expositor Christão de 17 de outubro de 1904, traduzida por Blanche E. Howell e publicada na *Woman's Missionary Advocate*, março de 1905, p. 335-337.

Ordem Terceira de São Francisco de Mariana: fé e poder na segunda metade do século XVIII

Gustavo Henrique Barbosa

Mestrando em História - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

gustavoufop@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo discute o papel das irmandades de leigos, sobretudo as Ordens Terceiras, na constituição social da Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Para isso, apresentamos um balanço historiográfico sobre o tema e o cotejamos com os Estatutos que regeram a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana durante o século XVIII. O objetivo é demonstrar que, em Minas colonial, as Ordens terceiras constituíram-se como espaços de vivência religiosa, mas, também, como importante espaço de sociabilidade e poder em uma sociedade permeada por práticas sociais oriundas do Antigo Regime português.

Palavras-chaves: ordens terceiras, sociabilidade, poder, antigo regime

Abstract: This article discusses the role played by the brotherhoods of seculars, specially the Third Orders in the second half of the 18th century. In order to do that, we present an historical overview on the subject and compare them with the Statutes which ruled the Third Order of Saint Francis in Mariana during the 18th century. The objective is to show that, during the colonial times, the Third Orders in Minas Gerais were not only constituted as spaces for religious experiences, but also as an important space of socializing and power, within a society which was permeated by social procedures from the portuguese “Ancien Régime”.

Keywords: third orders, socializing, power, ancient regime

Os problemas que norteiam esse breve artigo surgiram das interrogações feitas a partir da observação de um dos pontos turísticos de Mariana (a Praça Minas Gerais) – este hoje município que foi antes a primeira vila (1711) e primeira cidade (1745) de Minas Gerais. A maneira como as várias Igrejas estão dispostas, presentes para onde quer que se olhe, causa espanto entre os não mineiros¹ e a praça Minas Gerais, neste sentido, chama a atenção do visitante.

A Praça Minas Gerais é formada por duas Igrejas vizinhas situadas quase que em frente à antiga Casa da Câmara e Cadeia da cidade. Um pelourinho – marco da sociedade escravista – disposto entre as Igrejas e a Câmara compõe a praça. As capelas em questão são a da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Mariana (1777-1793) e ao lado, mas visto de frente, a Igreja da Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Monte do Carmo (1784-1826). Diante desta cena, é mister questionar: mas porque duas igrejas vizinhas? Elas agregavam o mesmo grupo de fiéis? Sua localização, ambas em frente à Câmara dos vereadores, guarda algum significado? A partir da observação da praça, sobretudo das igrejas dispostas quase que “frente a frente”, surgiu a idéia de estudar mais detidamente o papel das irmandades de leigos na constituição social de Minas Colonial². Aqui nos ateremos a uma destas inúmeras questões, qual seja: qual relação existe entre estes sodalícios e a hierarquização social em curso na Capitania mineradora durante a segunda metade do século XVIII?

O grande número de Igrejas espalhadas pela cidade explica-se, de maneira mais evidente, quando evocamos a importância da religiosidade

para a formação daquela sociedade. A grande preocupação do homem colonial com a “boa morte”, assim como as incertezas frente à vida na colônia, levaram homens e mulheres à busca pela proteção oferecida pelas irmandades, confrarias e Ordens Terceiras. Em virtude das características peculiares que formaram a estrutura eclesiástica na Capitania de Minas Gerais³, estas instituições acabaram por ocupar posição central, sendo responsáveis pelo sustento do culto público, organizando festas, procissões e oferecendo a seus irmãos amparo na doença, velhice e morte. A caridade cristã e o amparo espiritual podem ser citados como elementos centrais na busca pela filiação em algum desses sodalícios. Acreditamos, porém, que a sociabilidade proporcionada por estes espaços também atraíam a atenção de muitos irmãos. Assim sendo, eram estes sodalícios também espaços de poder.

A Ordem Terceira de São Francisco era, dentre as irmandades e confrarias coloniais, a de maior prestígio e requinte. Tal característica era expressa tanto em virtude de seus critérios de seleção de irmãos extremamente rígidos – respeitando a legislação portuguesa que excluía candidatos de “sangue infecto” e/ou cristãos novos – quanto pelo alto cabedal financeiro exigido em esmolas e anuais. Também dentre as associações leigas era a Ordem Terceira a que mais estritamente exigia de seus membros um comportamento cristão exemplar, mantendo no processo de seleção de seus membros um período de *noviciado* em que o candidato era instruído dentro da regra franciscana. A subordinação exclusiva aos prelados regulares residentes no Rio de Janeiro conferia à Ordem terceira certa autonomia local. Os altos valores de

¹ Sobre como as Igrejas moldam o cenário dos arraiais coloniais ver: VILLALTA, Luis Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: Outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana – História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1988.

² Este artigo faz parte das discussões empreendidas em uma dissertação de mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais cujo título provisório é “Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas colonial: A ordem terceira de São Francisco de Mariana (1758-1826)”, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Romeiro.

³ Refiro-me ao Padroado Régio e à proibição da instalação de clero regular na região. Falaremos desta especificidade mais a frente.

seus anuais e esmolos estão expressos em seus templos ricamente ornamentados, onde se exibem traços de gênios da arte colonial barroca como Aleijadinho e Manoel da Costa Ataíde.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que, em uma sociedade permeada por valores típicos de Antigo Regime, ser irmão terceiro significava também deter *status* e poder.⁴ Entendemos que participar deste grupo, que envolvia os principais homens da localidade, garantia uma das várias “qualidades” que naquela sociedade denotavam nobreza e poder. Assim, para além da questão devocional igualmente importante, ser irmão terceiro significava a possibilidade de obter *status* e prestígio social. Trata-se de um espaço onde atuavam homens e mulheres que buscavam afirmar sua posição social ascendente no âmbito local. Neste sentido, ser irmão terceiro era considerado socialmente positivo, tal qual o pertencimento às Companhias de Ordenanças, a familiatura no Santo Ofício ou a presença no senado da Câmara local.⁵

Neste artigo, procuramos demonstrar como o surgimento e expansão destes sodalícios nas Minas setecentistas guardam relação com o processo de sedimentação e hierarquização social em curso na região após os primeiros anos de colonização. Através da análise da bibliografia pertinente ao tema, assim como do Estatuto que regeu a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana durante o século XVIII, temos o objetivo de situar tais associações de leigos dentro do processo de constituição social e cultural das Minas setecentistas.

A Ordem Terceira de São Francisco na América Portuguesa

O surgimento e expansão das Ordens Terceiras de São Francisco na América Portuguesa estiveram intimamente ligados às diretrizes e determinações estipuladas pela Coroa Portuguesa que, através do padroado espiritual, responsabilizou-se pelo amparo religioso das regiões recém-descobertas no além-mar. E desde os primeiros anos de colonização, tal tarefa foi delegada à Companhia de Jesus e seus padres missionários. Tal exclusividade perdurou até 1580, quando foi autorizado a outras ordens religiosas – que até aquele momento faziam apenas peregrinações itinerantes – estabelecerem conventos na região.

Em 1584, a expansão franciscana pelo território colonial ganha impulso através da criação da custódia de Santo Antônio do Brasil - que ficou sob a tutela da província portuguesa de mesmo nome⁶. Até o final do século, esta Custódia já abrigava cinco conventos: Olinda (1585), Bahia (1587), Igarapé (1588), Paraíba (1589) e Vitória (1591). No século XVII surgem mais sete conventos

franciscanos: Rio de Janeiro (1608), Recife (1606), Ipojuca (1609), Serinhaém (1620), Sergipe do Conde (1629), São Paulo e Santos (1640). Em 1657 a custódia de Santo Antônio foi elevada à Província autônoma. Nesta mesma data foi criada uma nova custódia que reuniu os conventos situados ao sul do Espírito Santo, chamada de Imaculada Conceição do Rio de Janeiro. Em 1675, ela também é alçada à província autônoma e será a responsável pelos comissariados das Ordens Terceiras eretas nas Minas Gerais durante o século XVIII.⁷

Até o século XVII, entretanto, não existem ordens terceiras de São Francisco na colônia. A primeira fundação data de 20 de março de 1619, na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, surgem os institutos terciários de Santos (1641), Bahia (1641), São Paulo (1646), Taubaté (1677) e Itu (1683). No Reino parece existir o mesmo movimento de criação dos institutos terciários, pois datam do século XVII a formação das primeiras ordens terceiras em Lisboa (1615), Porto (1633), Coimbra (1659) e Braga (1674).⁸ Ou seja, a criação das ordens terceiras na colônia ocorre ao mesmo tempo que suas congêneres no reino.

A expansão destes sodalícios por todo o Império português está atrelado, segundo Russel-Wood, entre outros fatores, com a formação de uma rede de proteção social que, presente nas duas margens do Atlântico, proporcionava auxílio aos imigrantes portugueses espalhados pelo ultramar. A patente de uma ordem terceira garantia proteção social e religiosa em qualquer congênera no globo.⁹

Martins, numa referência a Charles Boxer¹⁰, observa que “deve-se assim situá-las [as Ordens Terceiras] ao lado de outros pilares da sociedade colonial definidos por Charles Boxer, isto é, as Câmaras Municipais e as Santas Casas de Misericórdia, atuando cada uma a seu modo para suavizar a ‘mobilidade endêmica’ do mundo ultramarino português”.¹¹

Para William Martins, o fator preponderante na dinâmica de surgimento e expansão destes sodalícios nas duas margens do Atlântico é a fundação prévia de um convento regular e a consolidação de sua atividade. O autor entende que a inexistência das Ordens Terceiras no século XVI é resultado da ausência de suas congêneres no reino. A primeira Ordem Terceira de São Francisco é organizada em Lisboa no ano de 1615. A partir daí, a diferença de tempo entre a fundação do convento e a ordem terceira é em média de dois a três anos, tanto no reino quanto no ultramar.

Russel-Wood e Fritz Teixeira Salles¹² analisam o fenômeno de criação destes sodalícios a partir da dinâmica sócio-econômica das localidades em que se inserem. Para estes autores, quando a sociedade apresenta certo grau de estratificação e riqueza,

⁴ Sobre o conceito de Antigo Regime e o debate sobre sua especificidade na realidade colonial ver: SOUZA, Laura. *O Sol e a Sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. FRAGOSO João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005. GROSSI, Ramon. *O dar o seu a cada um*. Demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). Tese de doutorado. Belo Horizonte : UFMG, 2005.

⁵ Sobre as Ordens Militares ver: OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e verdade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001. Sobre as Câmaras Municipais ver: BICALHO, Maria F. B. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Sobre a Familiatura ver: RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas Gerais: Os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação de mestrado USP, 2007.

⁶ A ordem seráfica divide-se em Províncias ou grupos de conventos governados por um prelado ordinário chamado Ministro Provincial ou apenas Provincial. Por motivos de distância ou outras razões, os vários conventos de uma Província podiam formar uma Custódia, que passava a ser governada com certa independência por um prelado denominado Custódio, eleito no Capítulo Provincial. As casas onde viviam ao menos doze frades eram chamadas de conventos ou guardianas, sendo administradas por guardiães eleitos no Capítulo Provincial ou no Capítulo Custodial. Ver LOPES, Frei F. Félix. *Colectânea de estudos de História e Literatura*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, 3 vol.

⁷ ROWER, Basílio. *História da Província da Imaculada Conceição do Brasil, através de seus provinciais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1951, p. 9-20.

⁸ MORAES, Juliana de Melo. Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, século XVIII. In: *Actas do congresso internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Insituto Camões Icam, p. 3 e 4.

⁹ RUSSEL-WOOD, A. J. *Prestige, power and piety*. In *Colonial Brazil. The third orders of Salvador*. *Hispanic American Historical Review*. Durham, 69 (1): 61-89, Februart, 1989.

¹⁰ BOXER, Charles. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1981.

¹¹ MARTINS, William. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001, p. 69.

¹² SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. São Paulo: Perspectiva, 2007 e RUSSEL-WOOD, A. J. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UNB, 1981.

formam-se as condições necessárias para o surgimento destas confrarias. Isto porque as Ordens Terceiras e Misericórdias adotavam rígidos critérios sociais e econômicos no recrutamento de seus membros e, por isso, agregavam as elites de sua região. O surgimento de sodalícios que admitiam seus membros através de critérios excludentes – sem admitir os que eram de raças infectas, os que tinham defeito mecânico e os cristãos-novos – só era possível onde existiam condições sócio-econômicas sedimentadas.

Martins questiona a interpretação de Salles e Russel-Wood argumentando que

A instituição das referidas fraternidades praticamente ao mesmo tempo, em localidades cujos processos de urbanização e de hierarquização social encontram-se em patamares muito distintos, talvez constitua evidência suficiente para limitar a validade genérica da referida hipótese.¹³ (grifo meu)

E ainda prossegue referindo-se a Salles, Portanto, não se pode aplicar para o conjunto da colônia a hipótese formulada por um autor a respeito da Capitania de Minas Gerais, segundo a qual o estabelecimento das ordens terceiras seria um índice de estratificação social.¹⁴

A fundação das Ordens Terceiras para o autor responde, portanto, exclusivamente a aspectos institucionais internos aos religiosos mendicantes. Isso porque cabia aos frades a prerrogativa de fundar canonicamente os institutos terciários e zelar pelo acompanhamento espiritual dos irmãos terceiros. Em geral, os frades primeiramente organizavam seus conventos para, em seguida, criarem seu braço secular. Essa interdependência é expressa inclusive na ereção da Capela dos irmãos terceiros que eram comumente construídas anexas aos conventos. As relações entre religiosos e terceiros seriam pautadas então por uma relação de interdependência e hierarquia, analisadas pelo autor através da idéia de um “corpo místico”.

Todavia, entendemos que, se a hipótese de Salles não pode ser generalizada para toda a colônia, ela apresenta-se de maneira mais consistente quando o recorte se limita à Capitania de Minas Gerais. Esta região assiste a uma vasta legislação restritiva à instalação do clero regular no território. Tal condição é única em todo o globo e cria para os institutos terciários das Minas uma gênese e organização nova, não verificada em suas congêneres no Império português.

Vale ressaltar que a cronologia da fundação das Ordens Terceiras em Minas coincide com o período em que, após os primeiros anos de colonização abrupta, aquela sociedade vivia um processo de sedimentação e hierarquização social (1740-1760) estruturado com base nas práticas

sociais do Antigo Regime português. Em uma sociedade escravista, estes parâmetros lusitanos ganham contornos novos e se acentua a necessidade de diferenciar-se socialmente. Ramon Grossi, em tese de doutorado, assinala que

A sociedade das Minas, entre o período pombalino e os primeiros anos da regência de D. João, foi marcada por uma maior estratificação, resultante do aumento da população mestiça e de negros livres. Todavia, teve a tendência a se estruturar de modo mais hierárquico e um pouco menos fluido, delimitando de forma mais efetiva as diferenciações de cor e de *status* entre o estrato social formado pelos indivíduos livres de sangue africano e a camada de pessoas brancas. Dessa forma houve, consequentemente, uma maior preocupação dos brancos que viviam a lei da nobreza de se distinguirem dos grupos sociais formados por negros, crioulos, mulatos, pardos e cabras que gozavam da condição de livres.¹⁵

Acreditamos que a fundação de Ordens Terceiras nas Minas, para além da questão devocional, está ligada a este processo no qual a população das Minas busca diferenciar-se socialmente e assegurar as “qualidades” positivas que a patente de irmão terceiro podia atestar.

Ordens Terceiras em Minas Gerais: da proibição dos irmãos regulares ao surgimento dos irmãos terceiros

A colonização das Minas Gerais – cujo ápice ocorre no século XVIII – guarda especificidades frente a outras regiões da América Portuguesa. Como já adiantamos, desde 1705 a região foi abarcada por uma intensa legislação que restringia a atuação de clérigos regulares.¹⁶ Acusados de insuflar o não pagamento de impostos, desviarem ouro e envolverem-se em motins, os regulares eram vistos como um entrave ao processo colonizador e ao sossego dos povos.

Esta imagem negativa acerca dos religiosos pode ser comprovada através dos relatos de cronistas e dos vários alvarás régios expedidos pela Coroa no período. Entretanto, existem poucos estudos que detidamente analisem o tema. Esta situação única, em todo o império português, marcou a vida religiosa da região, dando-lhe traços peculiares. O modelo clerical leigo teve ampla margem de atuação na Capitania e, apoiado pelas Irmandades e Ordens Terceiras, sustentou o culto público e o amparo às almas. Proibidos de construir conventos ou de circular pela região sem autorização especial, os religiosos franciscanos se fizeram presentes através de suas Ordens seculares.

Teixeira Coelho, em suas *Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais*, relata a presença de regulares nos primeiros anos de ocupação das Minas. Segundo ele,

¹³MARTINS, William. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, p. 70.

¹⁴MARTINS, William. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, p. 70.

¹⁵GROSSI, Ramon. *O dar o seu a cada um. Demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania de Minas Gerais (1750-1808)*, p. 6.

¹⁶ Para uma cronologia da legislação restritiva aos regulares nas minas ver o trabalho de Renata Resende Silva, *Entre a ambição e a salvação das almas: a atuação das ordens regulares em Minas Gerais (1696-1759)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2005. Principalmente o capítulo 2.

(...) a notícia do descobrimento do ouro na Capitania de Minas logo se espalhou por toda a América e neste reino: de todas as partes entraram a concorrer novos povoadores movidos pela sua ambição. Os frades de diversas religiões, levados pelo espírito do interesse, e não do bem das almas, acrescentaram em grande parte o número do povo: eles como se fossem seculares, se fizeram mineiros e se ocuparam em negociações e em adquirir cabedais por meios ilícitos, sórdidos e impróprios do seu Estado.¹⁷

A imagem expressa pelo autor, ao que parece, é cristalizada entre a população contemporânea ao século XVIII e é comprovada através dos recorrentes alvarás de proibição da permanência de religiosos e instalação de seus conventos e mosteiros. A primeira determinação régia data de 1705¹⁸ e por todo o século XVIII surgem novas determinações no mesmo sentido. Nelas, o clero regular era acusado de “revoltoso, ambicioso e simoniaco, além de refratário ao pagamento de impostos, atitude esta que estaria transmitindo à população”.¹⁹ O envolvimento de religiosos na Guerra dos Emboabas (1707-1709)²⁰ – sobretudo o Frei Francisco de Menezes, um dos aliados de Manuel Nunes Viana – também é apontado como fator preponderante na imagem negativa que os religiosos tinham na região.²¹

Com a ausência do clero regular, os habitantes das Minas do ouro presenciavam a vigência de um modelo religioso estritamente clerical que, por ser deficitário, era apoiado pelas associações religiosas de leigos. Ao se responsabilizarem por diversas atividades não assistidas devidamente pela Coroa – que sob a égide do Padroado as deveria prover, como a construção e manutenção de templos, pagamento de côngruas aos párocos não colados, funerais e enterros, entre outros – os leigos e suas confrarias assumiam importante espaço dentro da trama social colonial mineira. Era difícil algum morador viver sem ser irmão de compromisso de alguma destas associações. A filiação garantia a vivência religiosa, a assistência social e um enterro cristão, indispensável em uma sociedade tão apegada à “boa morte” a aos “fins últimos dos homens”²².

Neste contexto as ordens terceiras, por sua estreita relação com os prelados regulares, constituíam o que de mais próximo havia entre as almas que viviam nas Minas e os mosteiros e abadias dirigidas pelos religiosos regulares. Tal proximidade garantia privilégios exclusivos aos irmãos terceiros no que tange tanto ao espiritual, como ao secular. Seus templos e serviços eram amplamente requisitados pelas elites.

Podemos perceber que a fundação de filiais da Ordem Terceira de São Francisco nas Minas guarda

importantes especificidades frente às demais congêneres presentes em outras regiões do Império²³. Proibida a instalação de conventos e mosteiros, considerado fator preponderante na ereção das Ordens Terceiras²⁴, foi outra a dinâmica de surgimento dos institutos terciários nesta região. Nas Minas, este fenômeno parece estar intimamente relacionado ao processo de sedimentação e hierarquização social, em curso na região desde a corrida do ouro. As ordens terceiras foram estabelecidas em Minas no momento de acomodação da sociedade, sobretudo entre os anos de 1746 - 1761. Na medida em que a sociedade se assentava, ela ficava mais propensa à distinção social.²⁵

Fritz Teixeira Salles²⁶, em trabalho pioneiro, busca “estudar a significação social dessas associações e sua relação, extrínseca ou intrínseca, com o processo de estratificação social das classes sociais durante o século XVIII”.²⁷ Assim, o autor verifica que, no início da ocupação da região mineradora, a população tendia a polarizar em dois grupos de irmandades: as de brancos (Santíssimo Sacramento e São Miguel e Almas) e as de negros (São Benedito e Santa Efigênia).

Com o passar dos anos e, concomitante, ao processo de diferenciação social da população, que migrou para as minas de ouro, começam a surgir novas irmandades tentando acompanhar o processo de sedimentação social. Neste contexto, entre 1745 – 1750, surgem as ordens terceiras, que passaram a agregar altos dignitários e comerciantes ricos. Para o autor, as ordens terceiras agregavam a elite local, pois

trata-se de uma das Ordens mais rigorosas do século XVIII com relação à posição sócia dos seus componentes. Nesta fase, segundo quartel, é que as irmandades se fecham em suas classes, pois os primeiros cinquenta anos de mineração foram suficientes para proceder à polarização social ao ponto de já existirem classes estratificadas nas Minas como a dos comerciantes, a qual pertencia à Ordem 3a de São Francisco.²⁸

Para Salles, as ordens terceiras ocupavam o topo da hierarquia entre as associações leigas. Sendo assim, o irmão terceiro ostentava, também, um título honorífico, que o colocava entre os “homens bons” da região. Isso em razão tanto do rígido processo de admissão a que os irmãos eram submetidos, o qual excluía candidatos com “sangue infecto” e “defeitos mecânicos”, como pelo grande cabedal exigido em esmolas e contribuições obrigatórias, fato que excluía muitos pretendentes desprovidos de posses.

Caio César Boschi, no clássico *Os Leigos e o Poder*²⁹, comunga da hipótese de Salles de que o surgimento e desenvolvimento de várias

17 COELHO, Teixeira. *Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 110.

18 Carta Régia, Lisboa 16 de setembro de 1705. Publicações do Arquivo Nacional, vol. 15, p.342. Citado por SILVA, Renata Resende. *Entre a ambição e a salvação das almas: a atuação das ordens regulares em Minas Gerais (1696-1759)*, p. 89.

19 BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 81.

20 Este tema possui uma vasta bibliografia. Ver ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas*. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo dos mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado (1693- 1737)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2002 (neste existe um vasto levantamento bibliográfico sobre o tema).

21 BORGES, Célia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

22 Ver CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: O culto a São Miguel e Almas*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1994.

23 É válido ressaltar ao leitor que a especificidade mineira advém da total proibição da instalação de ordens regulares na região mineradora fato este que perdurou durante todo o período em questão e que é inédito em todo o contexto do Império Ultramarino Português. A instalação de ordens terceiras em locais onde inexistiam Ordens regulares era possível, todavia, logo que os frades instalavam-se na região os irmãos terceiros passavam a serem tutelados por estes. Ver MARTINS. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, p. 90.

24 Como quer William Martins em *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, como já foi dito neste trabalho.

25 SOUZA, Laura. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. Ver sobretudo Cap. 4. BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Ver também HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e Pedras Preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, t. 1, vol. II, p. 259-310. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

26 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*.

27 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p. 14.

28 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p. 50.

29 BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*.

irmandades estão relacionados com o processo de estratificação e busca por diferenciação social ocorrido em Minas após as primeiras décadas de ocupação da região. Ao tratar das Ordens Terceiras e seu surgimento, o autor reconhece que só uma sociedade mais estratificada permitiria o surgimento destas associações, que agregavam membros mais abastados financeiramente e usavam de critérios mais rígidos para admitir irmãos. Ele reconhece que estes critérios rigorosos e seu caráter mais segregacionista fizeram com que as Ordens Terceiras aglutinassem a elite local entre seus quadros.

Adalgisa Arantes Campos tem vários trabalhos e artigos publicados que abordam as associações religiosas leigas e sua atuação em Minas colonial.³⁰ Os temas abordados pela autora referem-se ao campo da religiosidade, ao imaginário cristão e suas especificidades no território colonial – o barroco mineiro. A autora demonstra como, na dinâmica de organização das festas e procissões do calendário litúrgico, assim como nos traços artísticos de seus templos e ornamentos, apresentam características de uma sociedade de Antigo Regime moldada pela realidade colonial.

Nas Minas forja-se uma sociedade extremamente hierarquizada e nobiliárquica, na qual valores como tradição e pureza de sangue delimitavam o espaço de cada um dentro daquele universo³¹. Neste contexto, pertencer a uma Ordem Terceira garantia indulgências tanto espirituais, como seculares importantes. A autora ressalta que, nas festas de santos e procissões, por exemplo, a disposição das confrarias e de seus membros denotava o lugar de cada um naquela sociedade. As disputas por precedência, nestes festejos, comprovam a dimensão que estes ritos alcançavam naquele universo. Assim sendo, as irmandades constituíam espaços de atuação religiosa e também social dos que ali se agregavam.

Assim, percebemos que, para os autores citados, existe um consenso de que a pertença a uma Ordem Terceira nas Minas significava *status* e poder.³² Ao adotarem critérios de seleção excludentes, estes sodalícios se fechavam em si, agregando homens e mulheres em busca de nobilitação. A Ordem Terceira de São Francisco de Mariana surge em um momento de sedimentação e hierarquização da sociedade, que se forjou em meio à corrida do ouro.³³ Com a ausência institucional do clero regular na região, a ereção da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana e suas congêneres nas Minas ocorre por iniciativa dos leigos, que buscam sua legitimação junto ao Convento franciscano do Rio de Janeiro. Veremos no próximo item, como ocorreu a fundação da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana. Apontaremos traços de sua organização e administração. Atentaremos também, através de

uma análise de seus estatutos, para os itens que conferiam a este sodalício a faceta de importante espaço de atuação das elites locais em busca de prestígio e poder.

A Ordem Terceira de São Francisco de Mariana

Para reconstruir os termos em que a ereção da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana foi possível, cotejaremos os relatos de alguns cronistas – Salomão de Vasconcellos, Zoroastro Passos e o Cônego Raimundo Trindade³⁴ – com os atos indicados no Livro de Termos da Ordem (09/08/1758 – 28/08/1870), que é citado no estudo de Quites³⁵ acerca dos “modos de vestir os santos” nas Ordens Terceiras da América Portuguesa.

Consta que em Mariana havia muitos irmãos terceiros filiados à Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica e que, devido à distância entre as freguesias, estes requereram ao Comissário Visitador, Frei Manoel do Livramento, em 1758, permissão para se reunirem em sua própria localidade, na cidade de Mariana. Deferido o pedido, Dom Frei Manoel da Cruz, bispo diocesano, confirma o ato em 21 de julho de 1758. Quites transcreve o trecho no Livro de Termos da ordem, referente à patente de fundação da Ordem Terceira em Mariana, que data de 9 de agosto do mesmo ano: “(...) pelas presentes letras patentes fundamos e novamente criamos, na Capela de Santana desta cidade, uma nova Congregação da Venerável Ordem Terceira”.³⁶ Esta patente foi confirmada por Frei Francisco da Purificação, provincial dos franciscanos em 6 de novembro de 1758.³⁷

Conforme cita o Livro de Termos³⁸, a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana foi fundada na Capela de Santana em 1758, mas já em 1761 é determinada a construção de uma capela própria. A Igreja definitiva começou a ser edificada em 1762, arrematando a obra um dos mais importantes construtores da época e também irmão professo da ordem, José Pereira Arouca. Quatorze anos depois, em 1777 foi inaugurado o culto divino com a bênção da nova capela onde se rezou a primeira missa. Nesta data, foi entregue uma parte da obra com capela, sacristia e casa do noviçado.³⁹ A conclusão do templo ocorreu em 1794, que foi entregue pelo irmão ministro Miguel Teixeira Guimarães, um nome de destaque do quadro de irmãos da ordem marianense. Entre 1791 e 1825, destacam-se, na ornamentação da Igreja, artistas de renome na região, como o pintor Manuel da Costa Ataíde, cujos restos mortais estão depositados até hoje na entrada do templo.

Em Mariana, a fundação da Ordem Terceira de

30 CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiro: disputas por precedência em confrarias mineiras. *Revista Tempo*, n° 17, p. 193–215. CAMPOS, Adalgisa Arantes. A pompa fúnebre na Capitania de Minas. *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*, n° 4. Belo Horizonte, 1987, p.1-24. CAMPOS, Adalgisa. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. *Anais do X Encontro Regional de História – Minas um balanço historiográfico – ANPUH – UFOP, Mariana*, 1996, p.111-122. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: O culto a São Miguel e Almas*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1994.

31 SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

32 Em Portugal, segundo Pedro Penteado, os estudos acerca das irmandades de leigos e suas congêneres tem como ponto de partida e orientação problemática os seguintes pontos: origem e adesão a estas associações, o papel da Igreja na sua estruturação, as relações entre a Igreja e o Estado no controle destas associações e os vínculos sociais entre os seus membros. Ver PENTEADO, Pedro. *Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação. Lusitânia Sacra*. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, tomo VII, 2ª série, 1995, p. 15. Tivemos acesso aos seguintes artigos portugueses que tratam de Ordens Terceiras franciscanas como espaço de sociabilidade e poder: REGO, Célia; JESUS, Elisabete de; AMORIM. Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto – espiritualidade e sociabilidade – (1633-1720; 1699-1730). In: *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiais*. Porto, IHM-UP, 2005, p.111-133. Ver também MORAES, Juliana de Melo. Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, século XVIII. ICAM – Instituto Camões. *Actas do Congresso internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”*. Lisboa, 2005.

33 A cronologia de fundações de Ordens Terceiras de São Francisco coincide com este período de hierarquização e sedimentação social nas Minas: Vila Rica (1748); São João Del Rei (1749); Mariana (1758); Sabará, Ordem 3ª do Carmo (1761). Para mais detalhes ver SALLES, Fritz. *Associações religiosas no ciclo do ouro*.

34 VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner, 1938. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945. Publicação n°. 13. PASSOS, Zoroastro. *Em torno da história de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1940/1942.

35 QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de vestir: revisão de conceitos através do estudo comparativo entre Ordens terceiras franciscanas no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.

36 Livro de termos da Ordem Terceira da Penitência de Mariana de 09/08/1758 à 28/08/1880, f. 1,2,3. Pertencente ao Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana. Citado por QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de vestir: revisão de conceitos através do estudo comparativo entre Ordens terceiras franciscanas no Brasil*, p. 148.

37 VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner, 1938, p. 29.

38 Livro de termos da Ordem Terceira da Penitência de Mariana de 09/08/1758 a 28/08/1880, f. 22, 23v e 24v. Pertencente ao arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana. Citado por QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de vestir*, p. 150.

39 TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 182.

São Francisco foi motivo de discórdia entre os terceiros seráficos marianenses e vilarriquenhos. Cônego Raimundo Trindade cita em sua obra sobre a Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica, a insatisfação da mesa administrativa frente à atitude de Frei Manoel do Livramento, que permitiu a ereção de uma nova agremiação na vizinha cidade de Mariana. O autor relata que, de posse da patente expedida pelos religiosos do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro – que lhe conferia o comissariado de todas as ordens terceiras em Minas –, o tal Frei demorou-se a apresentá-la aos irmãos terceiros de Vila Rica, posto que já tinha a intenção de fundar uma nova Ordem na cidade episcopal e sabia da relutância que haveria entre os terceiros de Vila Rica.

O astuto religioso precisava estabelecer a Ordem Terceira na cidade episcopal e antes de realizar e consolidar essa fundação, que, bem o sabia, iria revoltar supremamente a família seráfica de Vila Rica, não lhe convinha apresentar-se ali, onde possivelmente se prenderia com relações que viriam porventura anular os seus planos e prejudicar a sua tranquilidade.⁴⁰

O Comissário Visitador, Frei Manoel do Livramento⁴¹, personagem central na ereção da Ordem marianense, é caracterizado por Trindade como um franciscano que vivia nas Minas, alheio aos alvarás que proibiam a sua estada na região. Ele garantiria sua permanência nestas terras através da influência de sua família e da complacência de seus prelados superiores, que sempre lhe delegavam alguma tarefa que justificasse a sua ausência de seu mosteiro. Na Fazenda Gualacho do Sul – na freguesia do Sumidouro pertencente à Mariana – vivia o Frade, sob a proteção de seu sobrinho Antonio José Ferreira da Cunha Muniz e seu cunhado, familiar do Santo Ofício e cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão José Ferreira Pinto. Trindade sugere que a ligação do Comissário Visitador com os principais homens de Mariana pesou no deferimento da proposta de criar, na cidade episcopal, uma Ordem Terceira de São Francisco autônoma. Segundo Trindade,

para essa fundação teria sido (o Frei Manoel do Livramento) solicitado com vigorosos empenhos: viera do Sumidouro, onde vivia o frade, o primeiro ministro da Ordem, o Guarda Mor José da Silva Pontes, um dos potentados da época na região do Carmo; fora um sobrinho diocesano, o Padre Luciano Pereira da Costa, o seu primeiro comissário.⁴²

Ou seja, a iniciativa da fundação destes sodalícios nas Minas parece responder mais a questões sociais e políticas do que religiosas. Os prelados regulares detinham a incumbência e o

privilégio de fundar, canonicamente, as filiais seculares de suas ordens. Porém, ressaltamos que a iniciativa parece surgir da demanda da sociedade leiga e não da iniciativa deliberada dos religiosos franciscanos. A disputa por irmãos entre o sodalício de Vila Rica e os de outras freguesias parece demonstrar que a intenção destes irmãos era preservar o privilégio e a exclusividade de ter uma filial autônoma desta confraria apenas em Vila Rica. Entretanto, as demais vilas e freguesias demandavam os privilégios seculares e espirituais oriundos da ereção de uma Ordem secular franciscana autônoma.

O estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana: considerações acerca do recrutamento de irmãos e sua estrutura organizacional

O estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana é um rico instrumento de pesquisa, pois trata, em detalhes, de todo o processo organizacional atinente à Ordem. Questões como a inserção de novos irmãos ao quadro da Ordem, os rituais concernentes à eleição da mesa, tarefas atinentes aos cargos, pagamento de anuais, organizações de festas, procissões, assistência social e o cuidado com os funerais dos irmãos defuntos, por exemplo, são objeto de regulamentação neste estatuto. Boschi em publicação recente ressalta o potencial analítico destes documentos:

os compromissos devem ser tidos como fonte de estudo das relações sociais e de poder que lhe são inerentes, das transformações sociais e econômicas, dos comportamentos e dos sentimentos das coletividades neles capituladas ou neles e por eles envolvidos. Se nos compromissos estão prescritas diretrizes para convivência, ali as tensões e os conflitos, internos e externos, não se encontram ausentes.⁴³

Uma análise crítica desta fonte nos permite, pois, tecer considerações sobre a relação da Ordem Terceira de São Francisco e a sociedade mineira setecentista.⁴⁴ Neste tópico, trataremos de três temas: sua redação e elaboração, a organização da mesa administrativa e de seus cargos e o processo de recrutamento de irmãos.

O estatuto que regeu a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana, durante o século XVIII, foi aprovado em 1765, pelo Frei Ignácio da Graça, Ministro Provincial da Ordem residente no Rio de Janeiro. A redação do texto coube aos irmãos Miguel Teixeira Guimarães e Francisco Soares Bernardes e foi aprovado pela mesa da ordem terceira em 1763. Em geral, os estatutos das mais diversas filiais seculares franciscanas são inspirados no mesmo texto da “regra bulada”⁴⁵, aprovada em

⁴⁰ TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, p. 172 cita que “(...) por patente de 15 de novembro de 1757, passada no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro e assinada por Frei Francisco da Purificação, Ministro Provincial, foi Frei Manoel do Livramento investido nas funções de Comissário Visitador com pleno poder sobre todos os Comissários da Ordem Terceira em Minas”.

⁴¹ TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, p. 172 cita que “(...) por patente de 15 de novembro de 1757, passada no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro e assinada por Frei Francisco da Purificação, Ministro Provincial, foi Frei Manoel do Livramento investido nas funções de Comissário Visitador com pleno poder sobre todos os Comissários da Ordem Terceira em Minas”.

⁴² TRINDADE. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, p. 52.

⁴³ BOSCHI, Caio César. *Em Minas, os negros e seus compromissos*. In: MARTINS FILHO, Amílcar. *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII*. Belo Horizonte: Instituto cultural Amílcar Martins, 2007.

⁴⁴ *Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca São Francisco da Cidade de Mariana*. Que por comum consentimento de toda a ordem se mandarão fazer aprovados e corrigidos pelo M. R. O: Ex Custodio Frei Ignácio da Graça ministro provincial da nossa Província do Rio de Janeiro no ano de 1765. Cópia transcrita por Maria das Dores Moraes Almeida. Mariana: Casa Setecentista, 1957. Nota aos leitores: Na transcrição dos documentos citados modernizamos a grafia para facilitar a compreensão do texto. A construção gramatical foi respeitada, assim como a pontuação, desde que a sua disposição não afetasse a semântica das orações.

⁴⁵ A regra bulada (recebe este nome por ter sido aprovado por Bula Papal) é a base das regras das Ordens terceiras franciscanas pelo mundo. Essa mesma regra é adaptada de acordo com as necessidades regionais de cada Ordem terceira.

1223 pelo Papa Honório III. A partir deste texto eram feitas adequações, respeitando as especificidades de cada região.

Destacam-se, logo nas primeiras páginas do estatuto, um *Soneto* escrito pelo Reverendo Jose dos Santos Coelho, à época o Vice-comissário da ordem marianense. A existência de um soneto abrindo o volume é, segundo Salles, caso único nos compromissos por ele pesquisado.⁴⁶ Em seguida consta um *Prolóquio* em que os autores defendem, com grande retórica, a existência da família franciscana no seio da Igreja de Roma, assim como a sua atuação relevante na propagação da fé e dos ideais do Patriarca São Francisco. Isto demonstraria que os autores do texto eram, segundo o autor, “grandes eruditos da época”⁴⁷ ou, pelo menos, eram vistos por seus pares como tal. Salles ressalta o modo respeitoso como a mesa refere-se a ambos: “nossos amados e charíssimos senhores Miguel Teixeira Guimarães e Francisco Soares Bernardes”.⁴⁸

No *Proêmio* é feita uma defesa da lei como instrumento de obtenção da ordem e da boa governança. Em citações pagãs e bíblicas, os autores justificam o valor da obediência ao que rege a regra franciscana e seus superiores. Diz o texto:

no tribunal das Luzes se formaram as Leis: Descerão do Céu, E foram achadas pelos homens como afirma German. Non dubito leges coelo fluxisse salubres, humano inventas, quis putel ingenio? O primeiro que governou com esta luz foi Moisés: O mesmo Deus lhe escreveu em duas taboas a lei por onde governasse o Povo Hebreu: Depois Mercúrio deu leis a os Egípcios: Phoroneo aos Gregos: Sólon aos Othemenses: Licurgo aos Lacedemônios: Numa Pompilio aos Romanos: O Magos aos Persas: Zamolsis aos Hyteas: Trismegisto aos Thebanos: os Cymonozopistas aos Indo: Minos aos de Creta: Phido aos de Corinho: Hypodamo Milezio aos de Carthágo: Druide aos Franceses: E ultimamente Exoticastes aos Orianos. A regra do N. Seráfico Instituto é tam celestial que proveio do Céu, pois foi dada pelo mesmo Deus, E achada pelo incansável zelo e fervoroso Espírito do Nosso Penitente Patriarca S. Francisco (...).⁴⁹

Chama a atenção neste breve trecho a quantidade de citações a legisladores dos mais variados tempos e espaços. A erudição e a plasticidade do documento foram interpretadas, por Fritz Teixeira Salles, como um indício de que a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana aglutinasse os letrados e altos funcionários públicos. Nas palavras do autor,

a questão deve ser analisada em uma pesquisa específica (...) entretanto, parece certo que a Ordem Terceira de São Francisco englobava intelectuais de tendências tanto barrocas como neoclássicas, confirmando ser esta agremiação a preferida pelos escritores e artistas plásticos, arquitetos, mestres de desenho, como João Gomes Batista e altos funcionários, o que não

impedia de havê-los também em outras irmandades.⁵⁰

O grau de erudição com que foi redigido, assim como o impecável zelo com que foi ornamentado são indícios de que se tratavam, neste sodalício, de irmãos abastados financeiramente, muito provavelmente oriundos da elite local.

A administração da Ordem, segundo seu estatuto, cabia a uma mesa de irmãos eleitos anualmente. O Capítulo 18 do estatuto esmiúça, em detalhes, os procedimentos atinentes a esta escolha. A eleição ocorria todo ano, no dia 14 de agosto. Os principais cargos eram os de Reverendo Padre Comissário – responsável pela administração espiritual – e de Irmão ministro – responsável pela administração secular da Ordem Terceira. Eram estes os cargos mais expressivos da administração da ordem e os estatutos reforçam a “qualidade superior” de que deviam gozar estes irmãos.

Para Comissário, nas regiões em que as ordens terceiras estavam próximas de conventos regulares, eram designados religiosos franciscanos escolhidos pelos próprios preladados conventuais. Em Minas, porém, em virtude da restrição imposta à instalação de conventos e mosteiros regulares, este cargo cabia a

um *reverendo sacerdote secular* que seja nosso irmão professo, doutado dos requisitos de douto, prudente, pregador e de vida exemplar; para que com sua prudência virtude e zelo edifique aos nossos irmãos em tudo o que for do serviço de Deus (...).⁵¹ (grifo meu)

A mesa, em reunião para este fim, listaria todos os irmãos professos que eram também religiosos seculares para, através de voto, eleger três nomes. Estes nomes eram remetidos ao Convento franciscano do Rio de Janeiro para a escolha do Padre comissário, que exerceria o mandato no próximo ano. Cabia ao Padre comissário presidir todas as reuniões da mesa, fazer todas as propostas que se relacionassem ao aspecto espiritual da confraria e também vigiar a vida e costumes dos irmãos professos, orientando-os no emendo de atos considerados desviantes.

O Irmão ministro era o cargo secular de mais destaque na Ordem Terceira de São Francisco de Mariana. O capítulo 2 destaca os requisitos necessários ao ocupante deste posto na mesa. Diz o parágrafo 1 deste capítulo:

para irmão Ministro desta nossa venerável Ordem se deve eleger *Pessoa distinta E principal* que (possa) melhor cumprir com as obrigações do seu cargo (...) e de outros se podem achar sujeitos qualificados, que autorizem *tam relevante, E honorifico emprego* e que como cabeça principal deste corpo místico influa nos seus membros os acertos da jurisdição que lhe compete em tudo o que for temporal desta Ordem (...).⁵² (grifos meus)

46 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p. 90.

47 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p. 89.

48 *Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*, p. 3.

49 *Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*, p. 12.

50 SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*, p. 111.

51 *Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*, Cap. 1.

52 *Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*, Cap. 2, parágrafo 1.

Este trecho exemplifica o perfil almejado para o ocupante deste cargo, que deve ser “pessoa distinta e principal”, uma vez que este emprego é “relevante e honorífico”. A análise do perfil social e econômico dos irmãos ministros da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana deve confirmar, em seus ocupantes, estas características. Devia o irmão ministro, além do gozo de boa reputação social, deter capital financeiro suficiente para arcar com as esmolas e anuais atinentes a seu cargo. Era obrigação do Ministro arcar com os custos da principal festa – do Patriarca da ordem São Francisco, realizada todo ano no dia 4 de outubro organizada pela confraria. Esta era a oportunidade para o Irmão ministro demonstrar, à toda a comunidade, seu poder, que se manifestava na riqueza dos andores e ornamentos da festa realizada sob a sua custa.

A mesa administrativa ainda contava com uma irmã-ministra, o vice-ministro, secretário, procurador geral, síndico (cargos estes deliberativos) e mais doze definidores com direito a voto nos assuntos impetrados à mesa. Compunham, ainda, o quadro de cargos: o de vigário do culto divino e seu coadjutor, o irmão enfermeiro, o irmão e a irmã mestre de noviços, 4 sacristães, o irmão andador e os irmãos presidentes – estes presentes em cada freguesia onde habitavam irmãos da ordem fora dos limites da cidade de Mariana.

Salvaguardadas as especificidades de cada um destes cargos, no que tange aos seus requisitos de recrutamento e obrigações, observamos que a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana demonstrava grande apreço pela hierarquização e obediência na sua organização interna. A maneira minuciosa como o texto trata dos rituais de reunião da mesa, por exemplo, elencando inclusive o lugar de assento dos pares, evidencia isto. O capítulo 19 intitulado *Do dia, modo E forma em que devem tomar posse nossos Irmãos novamente eleitos, assentos, que devem ter em meza e funções publica* serve como um bom exemplo. No parágrafo I deste capítulo consta uma minuciosa descrição sobre como deveria ser o ritual de posse da nova mesa eleita anualmente

Juntos que sejam os nossos irmãos mesários existentes na casa do Consistório, se formarão em duas alas, E no fim delas o nosso Reverendo Comissário, E o Irmão ministro indo em direitura a Capela Mor, E depois de orarem a Deus subirão o Reverendo Comissário para a sua cadeira que estará no Presbitério, da parte do evangelho, e o nosso Irmão Ministro para a sua, que estará em frente da parte da Epistola, e os mais irmãos mesários se sentarão todos segundo os seus lugares, logo abaixo do Presbitério a mão direita do Reverendo Padre Comissário em uma ala direita, E da parte da Epistola em outra, os nossos irmão novamente eleitos (...).⁵³

Este apego à hierarquia que transparece no

trecho citado parece constituir-se uma particularidade da Ordem Terceira de S. Francisco. Os compromissos de outras irmandades do período pesquisados não trazem estas especificações de maneira tão evidente.⁵⁴ Trata-se de noções e valores próprios de uma sociedade permeada por práticas de Antigo Regime, onde o lugar ocupado em eventos públicos, missas, procissões e demais rituais denotava o poder e prestígio de cada um.

Os requisitos exigidos para se professar na Ordem Terceira de São Francisco de Mariana eram rígidos tanto na exigência financeira – com anuais e esmolas altas – como limpeza de vida e costumes. O capítulo 24 do estatuto, intitulado *“Das pessoas que devem ser admitidas a esta nossa ordem e a forma em que devem ser”*, defende, claramente, o impedimento de candidatos que não sejam puros de sangue – com ascendência de mouro, judeu, negro – e que não tenham boa fama de costumes e vida – isentos de concubinato, vício em jogos e bebidas, descendência de cristão-novo, ou que já tenha sido condenado pela justiça comum e/ou eclesiástica. Segundo o documento,

da pureza de sangue e costumes depende em primeiro lugar a estabilidade e esplendor desta Venerável Ordem e determinamos seguir em tudo a forma das Religiões Seráficas, que procuram para ornato de suas congregações sujeitos em que concorram não só a limpeza de sangue mas também a vida e costumes deles(...).⁵⁵

Este capítulo é composto de 14 parágrafos em que são descritos todos os procedimentos necessários à inserção de um novo membro à ordem. Uma análise desses critérios de seleção permite constatar que era a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana uma congregação aristocrática e fortemente hierarquizada, onde predomina uma concepção de sociedade norteada por práticas de Antigo Regime.

Segundo o documento, o pretendente ao hábito de terceiro franciscano deveria fazer petição à mesa indicando três irmãos que

possam debaixo de juramento afirmar as qualidades do pretendente (...) e não havendo na mesa as ditas pessoas, que a esta informem, o irmão secretario mandará a petição em carta fechada com os interrogatórios que nesses estatutos determinamos ao nosso irmão presidente a quem tocar, para este tirar o informe por testemunhas debaixo e juramento, em segredo, e fechada a informação arremeterá a Mesa com a petição para que a vista dela se defira (...).⁵⁶

Rezam, ainda, os estatutos que

⁵³ Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana. Cap. 19, parágrafo I.

⁵⁴ Foram pesquisados os seguintes compromissos publicados na obra de MARTINS FILHO, Amílcar. *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII: Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos da Vila de São José (1796); Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Morro Vermelho; Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São José (1760)*. Pesquisamos ainda o *Compro-misso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeiro do Campo (1731)* depositado do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), livro AA 29.

⁵⁵ Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana.

⁵⁶ Estatutos municipais da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana. Cap. 24, parágrafo I.

nos mesmos interrogatórios se perguntara juntamente se o pretendente hé de *procedimento honesto*, e se exercita algum *ofício vil* da Republica, ou a *qualidade* da pessoa com que for casado, e nesta forma se farão as informações dos intrantes da qual não poderá ser algum *escuzo só se for sacerdote, cavaleiro do habito, ou familiar do Santo Ofício*.⁵⁷ (grifos meus)

A atenção dada, nos interrogatórios, à vida e costumes dos candidatos ainda será aqui tratada, mas chama-nos a atenção nesta passagem, as exceções feitas aos cavaleiros e familiares do Santo Ofício no rígido processo de recrutamento dos irmãos terceiros. Uma aproximação, porém, com a dinâmica de recrutamento destas instituições, demonstra que elas utilizam critérios parecidos.

Alguns dos requisitos exigidos ao pretendente a irmão da Ordem Terceira de São Francisco eram também requisitados quando a mercê era o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, sobretudo a limpeza de sangue e costumes. O hábito de uma Ordem militar todavia, exigia a comprovação de serviços prestados à Coroa e, por isso, era de difícil obtenção. Ostentar este título garantia acesso aos estratos superiores do poder imperial e dava, a seu portador, um atestado de pureza de sangue, ofício e costumes.⁵⁸ Neste sentido, ser cavaleiro de uma das ordens militares portuguesas garantia um atestado de nobreza incontestada, que permitia acesso facilitado ao quadro de irmãos da Ordem Terceira franciscana marianense. Ter em seu quadro de irmãos cavaleiros professos nas ordens militares portuguesas contribuía, inclusive, para a consolidação da importância da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana frente às outras irmandades e confrarias locais.

Aldair Rodrigues, em sua dissertação recentemente defendida, *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os Familiares do Santo Ofício*⁵⁹ realiza um estudo prosopográfico sobre os habitantes de Minas que se habilitaram como Familiares do Santo Ofício (agentes leigos da Inquisição portuguesa) e a inserção social deste grupo na zona mineradora. O autor verificou que a rede de Familiares de Minas foi formada basicamente por um grupo de reinóis – sobretudo minhotos e filhos de lavradores – que vinham para a Colônia e se envolviam, na maioria, com o comércio e depois sedentarizavam em Minas, investindo também em mineração. De origem humilde, depois que amealhavam recursos econômicos, esses indivíduos passavam a buscar títulos e insígnias que lhes oferecessem distinção social. Era nesse “jogo” que o título de Familiar do Santo Ofício se tornava importante para eles. Rodrigues investigou que outros títulos, cargos e insígnias (hábitos da Ordem de Cristo, cargos nas ordenanças, cargos na Câmara e entrada nas

ordens terceiras) foram buscados pelos habitantes de Minas que se tornaram Familiares e verificou que, quase todos esses agentes da Inquisição, se agregavam também nas ordens terceiras. Inserindo as insígnias obtidas pelo grupo estudado dentro de uma hierarquia, o autor demonstrou que a entrada nas ordens terceiras situava-se na base, caracterizando-se como uma insígnia local. Logo acima, viria a participação nas Câmaras e ordenanças seguidas do título de Familiar e ocupando o topo o Hábito de Cavaleiro de Cristo.

Em seu estudo, Rodrigues constata que uma grande parcela de familiares de sua amostra também eram irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana. O autor credita isto a três fatores: 1) a grande influência dos familiares do Santo Ofício na fundação deste sodalício em Mariana 2) a distinção social proporcionada pela inserção na Ordem Terceira 3) ao perfil socioeconômico e trajetória comum (segundo o autor) entre os terceiros franciscanos e os agentes da inquisição nas Minas.

Tomé Dias Coelho, por exemplo, presente na primeira mesa administrativa da Ordem, era familiar do Santo Ofício. Miguel Teixeira Guimarães, irmão ministro e um dos redatores do estatuto da ordem, também era familiar. A influência destes membros deve ter contribuído para a exceção feita aos agentes leigos da inquisição no processo de admissão de irmãos na Ordem Terceira franciscana marianense. Outro fator apontado refere-se ao perfil ocupacional dos membros da Ordem Terceira de São Francisco. Rodrigues percebe que a maioria dos irmãos terceiros franciscanos, que eram familiares, dedicava-se ao comércio como atividade econômica.⁶⁰ Tomé Dias Coelho e Miguel Teixeira Guimarães, por exemplo, dedicavam-se a este ramo econômico. Segundo Aldair Rodrigues, a presença deste grupo profissional também se evidencia no parágrafo 5 do 24º capítulo dos estatutos que dispõe sobre a necessidade do pretendente ter:

bens de ofício ou agência de que se possa comodamente sustentar. E não as tendo não serão admitidos, exceto as pessoas que forem *caixeiros de lojas de fazenda seca, ou molhados*, porque estes, ainda que ao presente não tenham, contudo estão aptos para estabelecer negócio de que se possam sustentar, contanto, que neles concorram os mais requisitos.⁶¹ (grifo meu)

A atenção dada aos caixeiros é, para Rodrigues, reflexo da presença de comerciantes no quadro de irmãos da Ordem Terceira. Ele ressalta que “era fato comum os imigrantes portugueses iniciarem a carreira mercantil como representantes de outros comerciantes ou de casas mercantis estabelecidas

57 *Estatutos municipaes da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*. Cap. 24, parágrafo 4.

58 Para saber mais sobre a nobilitação, sobretudo nas Ordens militares, ver OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno*. Ver parte 2.

59 RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Ver sobre-tudo cap. 6.

60 Os pesquisadores têm dificuldade em conceituar claramente os agentes mercantis em função de sua atividade econômica. De modo geral a historiografia tem feito uma classificação com base na dimensão das transações, classificando-os em grosso trato e de retalhos; e quanto a sua mobilidade em fixos e volantes. No caso das Minas, Júnia Ferreira Furtado chama a atenção para fluidez e heterogeneidade das atividades dos comerciantes mineiros. Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*, Cap.4.

61 *Estatutos municipaes da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*. Cap. 24, parágrafo 5.

nas praças há mais tempo”⁶², sendo, no vocabulário mercantil do setecentos, conhecidos como caixeiros.

Outro dado relevante, apontado pelo autor, é que os familiares estudados estavam presentes, também, em outras irmandades locais, como a do Santíssimo Sacramento ou São Miguel e Almas e, por vezes, ocupavam cargos importantes nestes sodalícios. Porém, em seus testamentos, estes homens conferiam à Ordem Terceira de São Francisco um papel de destaque, elegendo-a como a responsável pela encomendação de suas almas. Ao ser uma das irmandades leigas de mais prestígio social, a Ordem Terceira de São Francisco era, também, uma das preferidas dentre os agentes leigos da inquisição. Rodrigues percebe que, na hora da morte, os familiares preferiam obter os serviços funerários das Ordens Terceiras, pois “como as Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco agregavam as elites locais e, por isso, cobravam anuais e taxas mais elevadas, tinham condições de oferecer um ritual fúnebre mais pomposo, bem ao gosto da sociedade barroca das Minas”.⁶³

E por fim conclui que

(...) os motivos que levavam os portugueses que moravam em Mariana a procurarem o título de familiar do Santo Ofício eram os mesmos que os levavam a estar predominantemente nas ordens terceiras, sobretudo a de São Francisco. Ser familiar e membro das ordens terceiras, portanto, faziam parte do mesmo jogo: a busca por distinção e prestígio social.⁶⁴

Uma análise dos interrogatórios, anexos às petições dos candidatos a irmão terceiro, evidencia seu caráter elitista e aristocratizante. Estão presentes nas questões impetradas aos pretendentes noções como “pureza de sangue”, “defeito mecânico” e investigação de “vida e costumes”. Estas questões são fundamentais na ordenação da sociedade portuguesa de Antigo Regime. São seis questões que compõem a investigação do pretendente que, pelo seu potencial analítico, serão discutidas aqui uma a uma.⁶⁵

O Item 1 diz respeito à pureza de sangue dos pretendentes e questiona: “Se he branco legitimo, sem fama ou rumor de judeo, mouro ou mulato, carijó ou outra infetação, e o mesmo se praticará com a mulher sendo casado”. Já o Item 2 pede que investigue-se “Se o pertendente foi já penitenciado pelo Santo Ofício por alguma culpa ou seus Pays, E se forão julgados por suspeitos na Fé”. Percebemos aqui a presença de uma das principais clivagens distintivas da ordem social portuguesa – a noção de limpeza de sangue. Deve-se ressaltar a citação aos carijós, presentes apenas na sociedade colonial. Isto é uma mostra de como tais critérios se adaptaram

ao contexto do mundo colonial.

Não podemos precisar, em Portugal, desde quando exatamente, essa noção começou a vigorar, entretanto, desde o século XVII, as mais variadas instituições portuguesas, adotam tal prática no recrutamento de seus membros⁶⁶. O acesso a cargos administrativos e demais mercês régias levava em conta essa “qualidade” indispensável. Segundo Hespanha – dentro de sua concepção corporativa da sociedade portuguesa – “a limpeza de sangue reforçava, no plano simbólico e ideológico, a imagem elitista e aristocratizante da sociedade”.⁶⁷ Recrutando seus membros, com base em critérios segregacionistas como estes, a Ordem Terceira de São Francisco garantia a seus irmãos o acesso a uma rede de sociabilidade e poder, da qual faziam parte os “melhores da terra”.

Os Itens 3 e 4 objetivam investigar a fama acerca da vida e costumes dos candidatos ao hábito de terceiros franciscano. Só eram aceitos aqueles candidatos que gozavam de boa fama pública, sendo este fator preponderante naquela sociedade calcada na tradição e nos bons costumes. Versam estes itens sobre a necessidade de averiguar se o pretendente: “foi penitenciado pelo Juízo geral pelo crime de ladrão, E matador ou se por isso foi enforcado em estatua” e “Se o pertendente he de boa vida, E costumes, ou se he constituído em alguns vícios de lascívia, bêbado, jogador publico, ou da caza de jogo publico ou vai por officio a ela”.

Os Itens 5 e 6 inquiriam se o candidato tinha com o que se sustentar sem que fosse necessário exercer um ofício mecânico. Diz o documento que a mesa deve atentar para o fato de o pretendente possuir “bens, ou officio, com que limpamente se possa sustentar” e “se o pertendente se ocupa em algum officio de meirinho, ou tem corte de carne, e exercita o matar, esfolar e pezar ao povo”. Em uma sociedade permeada por valores de Antigo Regime, onde estava presente a mão de obra escrava, o trabalho manual era apanágio dos negros cativos. Era requisito indispensável à nobreza ter com o que se sustentar sem que fosse necessário “sujar as mãos”, uma vez que este era considerado um “defeito mecânico”. A exceção feita aos caixeiros parece demonstrar a adequação de tais requisitos à realidade colonial. Esta questão é reiterada em passagem já citada que afirma a necessidade do candidato ter

bens de ofício ou agência de que se possa comodamente sustentar. E não as tendo não serão admitidos, exceto as pessoas que forem caixeiros de lojas de fazenda seca, ou molhados, porque estes, ainda que ao presente não tenham, contudo estão aptos para estabelecer negócio de que se possam sustentar, contanto, que neles concorram os mais requisitos.⁶⁸

62 RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*, p. 202.

63 RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*, p. 199.

64 RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*, p. 204.

65 *Estatutos municipaes da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*. Cap. 24, Interrogatórios.

66 OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno*. Ver cap. 2, “Em nome da honra”.

67 HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político, Portugal (séc XVII). Coimbra: Livraria almedina, 1994, p. 173.

68 *Estatutos municipaes da Ordem terceira do Seraphim Humano o Glorioso Patriarca Sam Francisco da Cidade de Mariana*.

Cumpridos os requisitos descritos acima e tendo o nome aprovado por maioria de votos na mesa administrativa da Ordem, iniciava-se um período conhecido como *Noviciado*. Esta fase, exclusiva das Ordens Terceiras, era requisito indispensável para a cerimônia de *profissão*. Apenas os irmãos professos podiam ostentar publicamente as insígnias franciscanas expressas em seu *hábito*. O noviciado era um dos itens que conferia às Ordens Terceiras o *status* de ser a mais exigente das irmandades e confrarias quanto à rotina espiritual de seus membros. Submetidos ao Mestre de Noviços, os irmãos eram instruídos na regra franciscana, aprendiam a importância e o funcionamento de seus rituais e eram submetidos a uma rotina de orações e exercícios espirituais obrigatórios. Apenas após um ano de noviciado, e depois de aprovado pelo Mestre de noviços, era feita a cerimônia de profissão do irmão noviço. Um irmão terceiro professo podia usufruir dos privilégios seculares e espirituais oriundos de seu hábito.

Podemos perceber, através da análise dos estatutos, que seus critérios organizacionais são fortemente marcados por sua matriz ideológica: a sociedade ibérica de Antigo Regime. Estão presentes noções como “pureza de sangue” e “hierarquias” próprias de uma sociedade em que o poder é corporativo e a detenção de certas qualidades demarca o local de cada qual. Sua retórica, a plasticidade de seus ornamentos, a justeza com que interpõe o respeito à hierarquia e a obediência à regra demonstram sua ligação com os padrões sócio-culturais ibéricos. Talvez por esse motivo a ordem terceira franciscana atraía os setores mais abastados da sociedade. Para além de sua função religiosa, a Ordem Terceira de São Francisco de Mariana configurava-se como um espaço de poder e distinção na sociedade mineira setecentista.

Integralismo e Fascismos: exposição entre diferenças e semelhanças

Felipe Azevedo Cazetta

Mestrando em História - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

felipecazetta@yahoo.com.br

Resumo:

Não é incomum depararmos com comparações entre a AIB e os Fascismos, sendo o primeiro constantemente reduzido à relação de mera cópia ou afiliação dos regimes de extrema-direita. Nesta ótica há a necessidade de delinear fronteiras dentre as semelhanças do integralismo e os fascismos quanto a concepções totalitárias de organização e manipulação das massas.

Palavras-chaves: Totalitarismo, Integralismo, Fascismo

Abstract:

It is not uncommon to come across with comparison between the AIB and the Fascisms, being the first one constantly reduced to the relation to mere copy or affiliation of regimes by extreme-right. In this optics, has necessary to delineate borders among similarities of integralism and fascism as totalitarian conceptions of organization and manipulations of the masses.

Keywords: Totalitarianism, Integralism, Fascism

Breve análise sobre o contexto de surgimento do Integralismo e Historiografia sobre o assunto

Neste esforço de pesquisa, busca-se analisar a filiação do integralismo de Plínio Salgado, especificamente, para com os fascismos europeus que ascenderam ao Poder – ênfase à Itália e à Alemanha. Este caminho será traçado frente às similaridades explícitas entre AIB e Fascismos, ao que tange à hierarquia, à organização para-estatal, aos ritos, às cerimônias e etc.; mas apegando-se igualmente ao aparato teórico-ideológico da AIB, que conforme terei oportunidade de evidenciar, não é limitado apenas a um matiz. Desta forma, objetiva-se tecer uma breve genealogia do Sigma. A pesquisa se concentrará então, nos marcos de 1932 a 1938 (início oficial da AIB e última tentativa de atingir ao poder com a participação de outros setores sociais na intentona integralista, acontecimento que ficou conhecido como *putch* integralista¹), podendo haver transcendência destes recortes cronológicos, visto que a pesquisa se propõe a uma História da Cultura Política.

A AIB, mesmo não sendo o primeiro movimento de extrema-direita no Brasil², foi o que figurou trajetória de maior destaque na penetração de sua ideologia entre as massas. Parte deste sucesso se dá pela relação dialética de causa - consequência, pela inoculação do nacionalismo e do terror entre simpáticos e adeptos ao movimento. Esta relação se faz através de uso, predominante de metáforas em discursos e em escritos, aludindo, entre outras mensagens, o pacto entre o comunismo, o satanismo e o liberalismo. Desta forma, é possível se combater dois males tal como concebe o integralismo - o comunismo e o liberalismo – além de propagar o catolicismo como uma das armas de defesa.

Frente à riqueza de símbolos, rituais e

uniformes, além da postura ideológica nacionalista e de anti-esquerda ser sincrônica à eclosão dos fascismos na Europa a comparação com os mesmos, torna-se inevitável. Desta forma, busca-se analisar a filiação do integralismo de Plínio Salgado, especificamente, para com os fascismos que ascenderam ao Poder – ênfase na Itália e na Alemanha.

O debate que está sendo recuperado, a respeito da composição genealógica do integralismo, remete a uma literatura de cerca de trinta anos atrás, quando os rumos das discussões historiográficas do integralismo, e conseqüentemente a respeito da AIB, tomaram um novo fôlego. Anterior ao ano de 1974, as discussões indubitavelmente meritórias por fornecer o combustível para possíveis polêmicas, deram lugar a novas metodologias de investigação. Este debate continua vivo através de re-significações.

O lançamento da obra *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, do autor gaúcho Héglio Trindade, em 1974, marcou a modificação no status das polêmicas que cercavam o Sigma. Estas foram refinadas, haja vista a adoção de ferramentas sociológicas e historiográficas, enriquecendo a tradição de ensaios do momento. A metodologia é incrementada pelo apego a um robusto arcabouço teórico e pelo tratamento exaustivo de fontes de naturezas das mais diversas. Esta inovação metodológica originou trabalhos de respeito e dignos de nota. Dois dos mais importantes autores sobre o assunto são: o já citado Héglio Trindade³ e o não menos importante J. Chasin⁴.

Após estes dois marcos referenciais, que são as obras de Trindade e Chasin, surgiram outros nomes que pesquisaram o assunto. Marilena Chauí, Gilberto Vasconcelos, Ricardo Benzaquen de Araújo entre outros, seguindo, mais ou menos, a linha de um ou outro autor forneceram grandes contribuições sobre o assunto, argumentando sobre a inserção ou não do integralismo à esfera

¹ Sobre o assunto, ver: SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

² Edgar Carone em: CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL, 1974. fornece, a partir de fontes primárias um panorama bastante completo dos movimentos de extrema-direita que precederam a AIB. Para uma abordagem mais analítica, Héglio Trindade enriquece o assunto com: TRINDADE, Héglio. *Integralismo (o fascismo brasileiro da década de 30)*. São Paulo: Difel, 1974.

³ TRINDADE, Héglio. *Integralismo (o fascismo brasileiro da década de 30)*. 1974.

⁴ CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

dos fascismos. Sob este aspecto que circunda o discurso de cópia que circunda o integralismo, é importante ressaltar que este assistiu ao seu ápice entre os anos de 1970 e 1980, anos que igualmente abrangeram o acirramento das polêmicas e embates entre as teorias cepalinas e as teses dependentistas. Parece ilustrativo o depoimento fornecido por Gilberto Vasconcelos, à respeito da imersão das discussões historiográficas sobre o integralismo, na “teoria da dependência”, ao ponto de situar a situação mimética em um parâmetro de correlato ao binômio centro-periferia.

Arriscaria dizer que na periferia a relação entre base material da sociedade e a superestrutura ideológica é também, para usar um uma expressão familiar à “teoria da dependência”, de “segundo grau”. Tal expressão, ou outra correlata, é recorrente em autores que tentam a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, Roberto Shwarz e Florestan Fernandes, fisgar a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, sem, contudo hipostasiá-la no sentido de perder de vista que a periferia integra o sistema capitalista global, ou seja, sem esquecer que aqui o regime de classes é o mesmo dos países capitalistas centrais, embora varie sua gênese e sua dinâmica em virtude da dominação externa.⁵

Seguindo esta lógica, Vasconcelos interpreta o movimento integralista como um fascismo aculturado, porém, que não abdica da sua herança modernista, advinda do grupo verdamarcelo e posteriormente do Anta. Assim sendo, mesmo permeado pelo verniz nacionalista e de originalidade modernista, o integralista estaria possuído pelo conteúdo fascista. Este choque é que estruturaria a aculturação fascista que ilustraria a Ação Integralista Brasileira (AIB). Nas palavras do próprio Vasconcelos:

Ao Estado Integral, caberia restituí-la [a formação da nacionalidade], eis onde desemboca a idolatria nacionalista do elemento pré-colonial. Seu grande desafio, criar uma ‘cultura exclusivamente brasileira’, como insistiram os ensaios de O Curupira e o Carão. O primeiro passo, portanto, seria pôr fim à reprodução dos simulacros europeus. De que modo? Rompendo com as ‘nações velhas’, esquecendo Ocidente. Utopia narcisista vislumbrando um Brasil debruçado sobre si mesmo e auto-suficiente, insulado do mundo; contente da vida, mas assexuado, sem flancos e orifícios: mônada entricheirado pelo cerco do totalitarismo.⁶

Seguindo esta linha, ao nos deter à obra de Chauí e Franco, observa-se um enfoque mais restrito no discurso teórico. Chauí atenta com maior vigor à debilidade retórica e na frouxidão dos elos que costuram a ideologia da AIB em lugar de fazer comparações. A autora descreve uma trajetória tênue, transitando entre as linhas de Chasin (que defende que o discurso de “enxerto” teórico apenas desvaloriza a análise histórica

nacional) e a de Trindade (a cópia é indubitável que ocupa lugar de relevo no Integralismo).

Não cabe, por hora, discutir a significação das necessidades históricas da importação das idéias “em que volta e meia se repete uma constelação na qual a ideologia hegemônica do Ocidente se faz figura derrisória, de mania entre manias”. Que essa importação é determinada pelo ritmo internamente necessário do capitalismo brasileiro para ajustar-se ao compasso da música internacional, é coisa que não duvidamos. Que a importação não é indiscriminada nem recolhe in toto as constelações ideológicas metropolitanas, também não é objeto de dúvida.⁷

Chauí obtém bastante sucesso ao dissertar a respeito da dimensão do movimento, do apoio atribuído à AIB, e ao fato de estruturas já consolidadas encaminharem as massas ao integralismo.

Se o lema “Deus, Pátria e Família” alimenta o catolicismo dos militares e explica seu moralismo na crítica da democracia liberal que destrói os valores sagrados, esse lema também sustenta a atitude anti-comunista, na medida em que o marxismo, o socialismo, o bolchevismo e o comunismo, sendo “materialistas”, são ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar. Todavia, é preciso lembrar que as relações da AIB com a Igreja sempre foram complicadas e nem sempre pacíficas, havendo necessidade, a cada passo, por parte do Chefe, de provar sua ortodoxia e apelar para o testemunho de eclesiásticos integralistas.⁸

Fato é que, Marilena Chauí ainda mantém o diálogo já supracitado, com a *Teoria da dependência* e da deterioração dos *termos de troca*. Linha que Ricardo Benzaquen busca romper com esta linha, com seu opúsculo *Totalitarismo e Revolução*. Inserindo uma discussão iniciada por Chasin, mas não explorada, que é associação do integralismo no âmbito das ideologias totalitárias, e para isso ele responde de maneira afirmativa, porém ressalta a particularidade deste, visto a penetração da influencia cristã no Sigma⁹; além da associação, apontada por Benzaquen de Araújo, entre as propostas conservadoras com o projetos totalitário, definindo “um singular espaço de concordância” na negação da doutrina liberal.¹⁰

Feita o breve levantamento historiográfico de obras que servem de referência introdutória ao assunto, passamos em revista ao recorte cronológico do ártico, correspondente aos anos de 1932 a 1938. A conjuntura nacional não abrangia condições para a instalação do fascismo no país. A “Revolução de 1930” não realizou, tampouco tinha como objetivo, a modificação da ordem política e econômica, antes dominada pela rígida estrutura coronelista. Desta forma, no primeiro momento, não houve a inserção da burguesia nas esferas do Poder¹¹ conforme o reivindicado na Alemanha nazista¹². O governo Vargas possuía forte

5 VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 43.

6 VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. p. 53.

7 CHAUI, Marilena. *Apointamentos para uma crítica a Ação Integralista*. In: CHAUI, Marilena & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp.35 - 36.

8 CHAUI, Marilena. *Apointamentos para uma crítica a Ação Integralista*, p. 76.

9 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1988. p. 83.

10 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. p. 79.

11 “Ao se caracterizar a revolução de 1930, é preciso considerar que as linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política.” FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 86.

12 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 384 a 388.

tendência à manutenção da ordem vigente, ao ponto de estendê-la ao âmbito urbano.

Na verdade, o que reivindicavam as novas elites urbanas, em suas vertentes civil ou militar, era apenas uma coisa: que se abrisse o espaço necessário à representação de interesses a nível do sistema político, de modo que pudessem (...) estruturar seu esquema de dominação nas cidades. Em outras palavras, o processo de expansão e diversificação das populações urbanas, inclusive por efeito da industrialização, colocava o problema de como assegurar ao nível da cidade aquilo que o coronelismo assegurava ao nível do campo; (...).¹³

Contudo, o fato de não ter havido condições pertinentes para a implantação de um regime de raízes nazista ou fascista, não anula a possibilidade da utilização residual dessas teorias, ações e símbolos. Esta relação de apropriação dos instrumentos de coesão do grupo e legitimação do poder foi amplamente usada pela Ação Integralista com adaptações e adições de outras teorias para fins complementares. Porém, ainda que se observe a utilização daqueles aportes de origens Fascistas, nem a AIB muito menos o Governo Vargas estão credenciados a serem inseridos nos movimentos denominados *fascistas* por mais que apresentem similaridades com os extremismos de direita da Europa das décadas de 1920 a 1940.

Gramsci, mesmo considerando a possibilidade de “exportação de ideologias”, alerta sobre o problema de realizar a transição de experiências específicas a um país, para o outro de forma completa e inalterada. “Uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações.” Contudo mais a frente o autor italiano completa: “Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais ainda é complicada pela existência, no interior de cada Estado, de diversas seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de forças em todos os graus”.¹⁴

Destarte, há outras nuances que igualmente compõem o arcabouço do integralismo, que inviabilizam a classificação do movimento de adepto do fascismo, por mais flexível e incomodo de classificação que o conceito de “Fascismo” venha a ser. Assim sendo, pretende-se demonstrar que “uma batata fora do saco não é a mesma coisa que um saco de batatas”, ou seja, mesmo lançando mãos ao fascismo para construir a doutrina integralista, é necessário antes analisar como este foi “encaixado” para consolidar o conjunto teórico do Sigma e relacionado a quais outros componentes para somente então concluir se o integralismo era ou não um exotismo excêntrico em terras brasileiras.

O que mais salta aos olhos inicialmente são as

concepções totalitárias que permeiam tanto fascismos quanto integralismo. Dito isso creio ser pertinente iniciar as exposições das “peças” que compõem o sigma, a partir da sua parte de maior encaixe dentro do jogo de “quebra-cabeça” que é o Integralismo. Trata-se então de falar sobre as relações fascistas no interior do Sigma.

O Fascismo e o Integralismo: sobre o totalitarismo

O totalitarismo é uma divisa comum ao integralismo e aos fascismos, contudo, esta forma de manifestação do poder político assume aspectos distintos mesmo sendo uma das interseções entre as duas ideologias. Enquanto no integralismo, se faz necessária a presença da figura divina no combate ao comunismo¹⁵ e, por conseguinte, ao liberalismo, no fascismo italiano e no nazismo alemão, há o esforço para concorrer com a religiosidade para fundar o culto à nação e à religião cívica, em primeiro lugar, que por si só será suficiente, com a força do líder e o respaldo das massas, para fazer frente à ameaça externa, seja ela o comunismo soviético, o imperialismo capitalista ou o fictício terror do imperialismo semita. Como esboço ilustrativo, há o relato de um autor francês que em viagem à Itália fascista, relata suas sensações sobre aquele Estado, e sobre suas percepções em relação à religião cívica fascista:

Finalmente, como tôdas suas irmãs, a religião fascista julga possuir a verdade inteira e absoluta. Um dos lugares tenentes do Duce, Bottai, ministro das Corporações, dizia-o ainda recentemente: “Assim como um católico não discute sua fé, também nos não discutimos os dogmas do nosso credo fascista.”¹⁶

Nestes termos, fica exposto, que embora a Itália fosse um país de população majoritariamente católica, o fascismo de Mussolini se colocava como concorrente em potencial do Vaticano, justamente por causa da sensível influência que a Igreja oferecia. Algo um tanto quanto perigoso para uma forma de poder que se pretende totalitária. A perspectiva conflitante não se restringia ao campo religioso/ideológico.

O outro vetor de indisposição para com a Igreja era o imperativo do Estado de que, toda entidade assistencialista que se instalasse no território italiano ou atendesse aos cidadãos italianos, mesmo que no exterior, obrigatoriamente deveria se submeter ao governo fascista – algo engenhoso, pois assim o Estado desfrutava do controle da entidade sem que precisasse investir na mesma, além do que, poderia se beneficiar com o sucesso da organização assistencialista, ou fechá-la sem maiores desgastes para sua imagem.

Contudo, a Igreja Católica não aceitou isso de bom grado, tendo várias de suas obras assistencialistas fechadas pelo governo Mussolini¹⁷. João Fábio Bertonha afirma que “A aproximação e

¹³ MARTINS, Luciano. A Revo-lução de 1930 e seu significado político. In: *A Revolução de 1930: seminário realizado pelo Centro de pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 670. (Grifo do original).

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquia-vel, a Política e o Estado Moderno*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d. p. 51.

¹⁵ “O de que Jesus fala é do ‘próximo’. (...) Se não resolvermos o problema do nosso ‘próximo’, não resolveremos o problema do conjunto de ‘próximos’ que formam a pluralidade humana, ou seja essa abstração que os filósofos socia-listas denominam de ‘massa coletiva’.” SALGADO, Plínio. *O Mistério da Santa Ceia*. in. *Aliança do Sim e do Não*. in. *Obras Completas*. v. 6. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 113.

¹⁶ ROUX, G. *Organização do Estado Novo Italiano (Estudo de Direito Político)*. São Paulo: Saraiva & Cia. Editores, 1937. p.111.

¹⁷ BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/ UNICAMP), 1998. p. 42

colaboração entre as organizações católicas que trabalhavam com emigrantes italianos, e os organismos fascistas ocorreram, mas não no nível de dependência desejado pelo fascismo”¹⁸. De uma forma ou de outra, o poder que o Papa exercia entre os italianos, dentro e fora do país, era minado pelo regime fascista. Quanto à Alemanha, o culto ao líder é dissertado por Plínio Salgado, tingido por um tom de desprezo e surpresa, devido do exagerado enlace da devoção com a religião, conforme fica explícito no trecho de *Palavra Nova de Tempos Novos*, em sua *Carta de Fim de Ano*

A guerra às religiões em “estado latente”, (...) prestes a assar ao “estado patente” (...) é uma consequência natural do misticismo que ali se criou, e em base religiosa, isto é, misturando duas manifestações humanas diferentes, no âmbito restrito do Estado. É a própria concepção do Estado Totalitário no seu máximo exagero, no estilo de César: Chefe Militar, Chefe Civil e Pontífice. (...) misticismo transportado do campo religioso, onde sempre deveria estar, para o campo das atividades políticas; a concepção do Chefe, como um homem diferente dos outros, um semideus, a encarnação de Odin, e a concepção de seus adeptos, como seres inumanos, super-religiosos, porém que, sem um fundamento cristão sincero, ultrapassaram a linha hipócrita do velho puritanismo, atingindo o outro extremo, onde a explosão de todos os recalques acaba se manifestando como negação da própria virtude.¹⁹

Este repúdio ao regime nazista alemão atrelado ao catolicismo exacerbado que acompanha Salgado, oposição esta que se potencializa em resposta à campanha de perseguição ao catolicismo, desenvolvida por Hitler (ver em anexo). Esta promiscuidade, no entanto, entre religião e política recriminada na Alemanha pelo líder da AIB, passou despercebida na Itália, diante dos elogiosos comentários ao regime fascista italiano, ao ponto de declarar, contraditoriamente que “Somos mais avançados que o fascismo, no qual, diga-se de passagem, temos muito que observar e aproveitar; (...)”²⁰

Ao que insere entre as similaridades, entre integralismo e os fascismos, o enfoque que merece atenção principal quanto às similaridades dos modelos de totalitarismo implantado na Itália, na Alemanha, e desejado pela AIB no Brasil, a meu ver, deve ser dado “(...) ao comprometimento da personalidade do subordinado com o objetivo do líder”²¹. Este aspecto é bastante ilustrativo por apontar para dois pontos iniciais imprescindíveis: a caracterização essencial do totalitarismo; e a oposição deste com o autoritarismo, mesmo com ambos muitas vezes se manifestando de maneira intrínseca no momento da tomada do poder.

O Estado Burocrático Autoritário, conforme

afirma Guillermo O’Donnell, é particular a sociedades capitalistas, sendo o Estado capitalista, por sua vez, originado por relações de produção desiguais²², de forma a consolidar a divisão entre elite e marginalizados, quando se tem o poder como referência. Desta forma, o Estado Autoritário, coopta como base de apoio um grupo restrito, fechado e aristocrático, com representantes provindos das elites civis e/ou militares, com a finalidade de “purgar” o poder dos elementos que provocavam ou “tenderiam” a provocar “distúrbios” – justificando assim a restrição da composição do grupo dirigente; o totalitarismo exige a criação de um líder carismático, frente à natureza distinta do respaldo, em relação ao autoritarismo.

Ao passo que este se apóia na elite civil ou militar, aquele se sustenta pela simpatia das massas - basta recuperar que o fascismo italiano subiu ao poder com apoio amplo da população, Hitler foi eleito democraticamente, Plínio Salgado se lançou como candidato à presidência do Brasil em 1936, antes da instituição do Estado Novo, e Mussolini foi empossado com o aval do rei Vítor Emmanuel após a marcha sobre Roma. Em suma, a democracia liberal, em contexto de instabilidade, é propensa e suscetível a ascensão de regimes totalitários, mas, teoricamente, não pode se dizer o mesmo quanto ao autoritarismo²³.

Essa diferença é crucial entre as duas formas de Estado de exceção. Ao termo que há o distanciamento dos governados, pelo regime autoritário, por julgá-los incapacitados de reparar, por eles mesmos os “desequilíbrios” que se instalam no poder, tampouco serem dignos de participação política²⁴; é vital para o totalitarismo a *aparência* fornecida à massa, de que esta faz parte das decisões políticas tomadas pelo chefe de Estado. Esta *ficção* estabelece a identidade dissertada por Moore, entre líder e subordinados, relação que pouco ou nada importa a uma junta de governo autoritária. Tais características já apontadas situam integralismo e fascismos, como movimentos de instâncias totalitárias.

Contudo, não basta somente essa relação de fidelidade entre líder e governado para se consolidar o regime totalitário. Há a necessidade do emprego do terror constante como forma de propaganda, voltado diretamente para os fins políticos. É crucial para os partidos totalitários o movimento tanto físico quanto psicológico do terror. É sempre presente a idéia de conspirações, ou um mal maior que assole a estabilidade interna – seja este “mal” o liberalismo cosmopolita, o comunismo ou o perigo semita de dominação do mundo - que legitime a árdua situação do momento.

Desta forma, a consolidação de uma utopia, que se tem por certo, não ser atingida ou se fazer em

¹⁸ BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. p. 42.

¹⁹ SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Novos Tempos* In SALGADO, Plínio. *Obras Completas*, vol. VII. São Paulo: Editora das Américas, 1955, pp. 292-293.

²⁰ SALGADO, Plínio. *O Grande Sentido do Século XX*. In. *A Quarta Humanidade*. in. *Obras Completas*, vol. 5. 2ª edição. São Paulo: Editora das Américas, 1957. p. 102.

²¹ MOORE, Barrington. *Poder político e teoria social: sete estudos*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 26.

²² O’DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Tradução de Cláudia Shilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp. 24-25.

²³ Uma tendência importante da sociedade moderna (...) pode se ver no fato de que cada grupo tende a desenvolver sua própria perspectiva e a desengajar-se da interpretação pública de ordem existente. Esta é também a razão do conhecido, mas pouco explicado fenômeno de que a democratização, em sua primeira etapa, não produz igualdade em unidade universal de pensamento, mas acentua divergência entre grupos.” MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 77.

²⁴ Como exemplo desta auto-significação dos regimes autoritários Rosana Castiglioni expõe que: “Como ocorre em outros regimes autoritários, a principal ideologia dos militares chilenos era a doutrina de segurança nacional. A eleição e um governo socialista e os crescentes níveis de popularização política que precederam o colapso democrático contribuíram para a radicalização das idéias militaristas. Isso por sua vez estimulou uma autopromoção-missão fundadora eu buscava criar um “novo Chile”, transformando estruturas institucionais políticas, econômicas e sociais.” CASTIGLIONI, Rosana. *Pensões e Soldados: o papel do poder, dos atores políticos com poder de veto e das ideologias sob o regime militar no Chile e no Uruguai*. In COELHO, Vera Schattan P. (org.). *A Reforma da Previdência Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 69.

um longo tempo, que as vidas humanas não comportam – sintomas esses de uma exponencial atomização da população é o princípio vital de um regime totalitário, pois a partir do presente sombrio e da promessa de um futuro melhor, a violência no primeiro momento e o terror são aceitáveis e legitimados. Esta característica é expressamente encontrada nos programas dos movimentos totalitários. Por estar trabalhando apenas com movimentos de extrema-direita cito duas passagens, referentes respectivamente a nazismo e ao integralismo:

Himmler, que conhecia também a mentalidade daqueles a quem organizava, descreveu não apenas os membros da SS, mas as vastas camadas de onde os recrutava, quando disse que eles não estavam interessados nos ‘problemas do dia-a-dia’, mas somente em questões ideológicas que ‘trabalham numa grande tarefa que só aparece uma vez a cada 2 mil anos.’²⁵

Plínio Salgado é mais modesto em seus prazos de longa duração, quando diz que “Nossa campanha durará, pelo menos um século. Os camisas-verdes realizarão paradas e desfiles, conferências, cursos, estudos, não com a mentalidade dos galináceos, que não consideram nada além do exíguo terreiro, mas com a visão das grandes aves de asas abertas no infinito azul.”²⁶ A adesão em massa a este tipo de discurso, demonstra a necessidade de pertencer a um grupo, pouco importando que os integrantes possam ver o resultado final de sua ação. Em outras palavras há a sobreposição da massificação, em detrimento do instinto de autoconservação por parte dos indivíduos massificados.

Todavia, ainda que diante da abrangência dentro do mesmo conceito, os movimentos possuem diferenças ora extrínsecas ora inerentes a si. Moore aponta alguns tipos-ideais para explicar os mecanismos de eclosão para as lutas pela poder, dentre estes estão:

O primeiro caso, o mais simples, é aquele em que a sociedade empreende uma nova série de atividades que, pela própria natureza, requerem elevado grau de coordenação central. O segundo, muito mais complexo, ocorre quando um choque externo ou uma decadência interna produz um movimento no sentido da compulsória reintegração da sociedade, em padrões novos ou parcialmente novos de comportamento.²⁷

O autor aponta diferenças interessantes que podem abranger as dissidências conjunturais que se pretende explicitar entre fascismos e integralismo. Não há dúvidas que Brasil e Europa viviam momentos distintos em seus respectivos percursos, em outras palavras, neste modelo

proposto por Barrington Moore, o primeiro caso poderia ser aplicado ao contexto brasileiro; enquanto a Alemanha principalmente, mas também a Itália e todo o restante da Europa amargavam um período de depressão por terem sido palco da I Guerra Mundial, sofrendo colapsos econômicos e políticos, sincrônicos à tarefa de reconstrução. Desta forma, mesmo sabendo que estes modelos propostos são tipos ideais, que podem ser utilizados nas mais diferentes conjunturas ao longo da História, estes momentos díspares podem ser encontrados nas falas e queixas das lideranças do Sigma e do Nazismo.

No conjunto das obras de Plínio Salgado, são inúmeras as referências ao período de transição e mudanças estruturais nos setores sociais e econômicos do país, contudo, optou-se por um de seus romances, “O Esperado”, absolutamente embebidos em sua ideologia anti-burguesa liberal e anti-cosmopolita, anti-comunista, e nacionalista onde – ironicamente -, o autor escreve no prefácio da primeira edição que: “Este romance não defende nenhuma tese. Expõe uma situação e procura marcar tipos expressivos de uma sociedade angustiada.”²⁸ Falas um tanto quanto estranhas para quem satiriza os marxistas, taxando-os de “metafísicos do ‘materialismo histórico’”, ou os anarquistas de “A expressão negativa de todas as comunhões.”²⁹

Apenas para citar duas amostras das sensações que o autor transparece sobre as mudanças daquilo que Salgado chama de “estado de espírito do país”, logo no prefácio da terceira edição daquele livro, o líder integralista expõe que “Desde a revolução política de 30, criou-se um estado de espírito novo no Brasil. Daí o súbito aparecimento de inúmeros ‘romances sociais’”.³⁰ E completa com a contraposição do Brasil urbano e acelerado das décadas de 20 do século passado, com o agrarismo encontrado no interior do país convivendo sincronicamente:

Carrilhões azuis! E as fábricas que magem – tornos zumbindo, limas-cigarras cantando nos ossos de aço, fornalhas, teares troantes; e, longe, os tratores arranhando, em todos os sentidos, a terra; arados mordendo o peito do sertão; cantigas matrimônios, germinações fervendo, vozear irrealizado de vozes...³¹

O que importa para o momento é a observação das dissonâncias do momento vivido entre Brasil e Europa. Ambos passam por crises entre as décadas de 1920 e 1930, contudo são momentos distintos observados com excelência por O’Donnell, quando expõe 4 modelos de instabilidade que os Estados democráticos podem vir a sofrer. Observemos dois destes, pois serão estes os mais úteis:

Um segundo nível é o de *crise de regime*. Isto é, não só grupos expulsando do governo, mas

²⁵ Discurso de Heinrich Himmler sobre a “Organização a dever da SS e da polícia”. apud. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 365-366.

²⁶ SALGADO, Plínio. *Desfaldar Bandeiras*. in. *Palavras novas dos Tempos Novos*. in. *Obras Completas*. v. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955. pp. 256-257.

²⁷ MOORE, Barrington. *Poder político e teoria social: sete estudos*. p. 12

²⁸ SALGADO, Plínio. *O Esperado*. In. *Obras Completas*. v. 12. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 23.

²⁹ SALGADO, Plínio. *O Esperado*, p.365.

³⁰ SALGADO, Plínio. *O Esperado*. p. 18.

³¹ SALGADO, Plínio. *O Esperado*, p. 41.

também colocando a pretensão de instaurar critérios divergentes de representação e canais de acesso a esses papéis. Isso também não é intrascendente, já que pelo menos, revela desacordos potencialmente explosivos entre as “elites” que assim competem. (...).

Outra é uma crise de acumulação. Resulta ação de classes subordinadas que, enlaçadas ou não com crises já discutidas, são percebidas pelas classes dominantes como se obstaculizassem sistematicamente um funcionamento da economia e uma taxa de regularidade de acumulação de capital, definidas por estas como satisfatórias (...).³²

Compreende-se, portanto, que, enquanto o momento político-econômico brasileiro, era de transição de uma elite agrária em declínio, para um desenvolvimento inicial para o âmbito industrial, com presente investimento das “novas elites” cafejeiras, e seu escoamento industrial da lavoura para a fábrica, a Alemanha e a Itália, assistiam com temor o desenvolvimento da cultura política operária, acentuada no período entre - guerras.

Gramsci, em sua obra “El ‘Risorgimento’”, relata a tensão que circunda a unidade nacional italiana e, mesmo após o processo, a turbulência política que eclodiu com maior intensidade entre os anos de 1919 e 1926 – período que compreendia o recorte que ficou conhecido os “Anos de Grande Medo”³³. Há a organização inicial, neste período de camponeses e operariado na realização de paralisações e greves, o que desestabiliza os setores aristocráticos mais fragilidades no período pós-formação do Estado nacional:

(...) en 1920 los latifundistas sicilianos se reunieron en Palermo y pronunciaron un verdadero ultimátum contra el gobierno “de Roma” amenazando con la separación, (...) muchos de estos latifundistas continuaron manteniendo la ciudadanía española e hicieron intervenir diplomáticamente al gobierno de Madrid (caso del Duque de Bivona em 1919) para que protegiera sus intereses amenazados por la agitación de los campesinos ex combatientes.³⁴

Na Alemanha, Barrington Moore expõe que a debilidade e temor da burguesia, convergiram para a constituição da aliança para com a aristocracia, na tarefa de modernização industrial, o que evidentemente suscitara a modificação estrutural política, econômica e social, principalmente no cotidiano dos setores inferiores da sociedade alemã. Temendo pela reação dos setores populares, operariado e camponeses, há a implementação de uma política excludente dos mesmos, beneficiando – buscando silenciar – os revoltosos em potencial com políticas sociais, tais

como ampliação e desenvolvimento dos direitos trabalhistas³⁵.

Os fatores presentes na Itália e na Alemanha, a partir de Gramsci e Moore, caminham para o processo que o autor de *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* chama de *modernização conservadora* ou *Revolução vinda de cima*, atualizando o conceito de *via prussiana* de Lênin. Este termo é utilizado por Moore para descrever a conjuntura interna do Japão, da Itália e da Alemanha, países que tiveram o fascismo como alternativa política ao poder, no momento de crise. Nesses termos, Moore aborda, utilizando o conceito de modernização conservadora que:

No Japão, a noção de compromisso total perante a autoridade proveio, aparentemente, mais do aspecto feudal da equação do que de seu aspecto monárquico. Também na Itália, onde o fascismo foi inventado, não havia uma monarquia nacional poderosa. Mussolini teve de chegar à antiga Roma para conseguir encontrar o simbolismo correspondente.

Numa fase posterior do discurso da modernização, é provável que apareça um fator novo e crucial, sob a forma de uma coligação grosseira entre os setores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emergentes. (...) Marx e Engels, na sua dissertação sobre a revolução abortada de 1848 na Alemanha, embora errados em outros aspectos, puseram o dedo neste ingrediente decisivo: uma classe comercial e industrial demasiada fraca e dependente para tomar o poder e governar por seu direito próprio, e que, por isso, se lança nos braços da aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro. É necessário acrescentar que, mesmo que o elemento comercial e industrial seja fraco, deve ser suficientemente forte (ou em breve tornar-se suficientemente forte) para constituir um aliado político digno de valor. Caso contrário, pode surgir uma revolução camponesa que leve ao comunismo.³⁶

Não por acaso, este diagnóstico é bastante parecido com o feito por Trindade para o Brasil pré-1930³⁷. Porém alguns dos itens em comum entre o esquema de Moore e o de Trindade, não se comportam de maneira confortável, quando inseridos na realidade brasileira. Existem algumas diferenças, que por mais sutis que possam ser, fazem-se necessárias de serem consideradas. São estas dissidências, além de vetores intrínsecos aos movimentos, que são divergentes e inconciliáveis entre fascismo e integralismo, que serão abordados no item a seguir.

32 O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. pp. 53-54.

33 Angelo Trento apresenta que os “Anos de Grande Medo”, situados entre os anos de 1918 e 1920, receberam este nome, pois compreendia o retorno dos ex-combatentes, grande parte impossibilitados de retornar às suas antigas atividades, anteriores à I Guerra, além do custo de vida assistir a um aumento de 30 a 40% ao ano, e a organização de diversos movimentos de greve, ora por melhorias nas condições salariais, ora por motivos diretamente políticos. No setor industrial foram 300 em 1918. Em 1920, esta cifra salta para 1880 graves. No campo, ainda no ano de 1920, mais de 1 milhão de trabalhadores cruzaram os braços. TRENTO, Angelo. *O Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 12.

34 GRAMSCI, Antonio. *El “Risorgimento”*. Buenos Aires: Granica, 1974. pp. 106-107.

35 “A situação durante a primeira metade do século XIX. E mesmo consideravelmente mais tarde, contrasta muito acentuadamente com a que existiu na Alemanha, onde nessa altura (e mais tarde também) uma burguesia mais fraca se apoiava na aristocracia proprietária de terras próprias de terras para se proteger do descontentamento popular e leva a cabo medidas políticas e econômicas necessárias à modernização.” MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.41

36 MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, p. 433.

37 “Mas é a análise de José Nun que se aproxima mais de nossa hipótese avançada sobre o comportamento das classes médias nos anos 30: sua instabilidade decorre do fato de que se trata de uma ‘classe média frustrada, enquanto burguesia’. E ele justifica esta assertiva, observando que ‘o sistema de representação política de novos setores da classe média, articula-se no quadro de hegemonia oligárquica e as condições objetivas de seu desenvolvimento não lhe conduzem a entrar em conflito radical com esse quadro. Daí o caráter fundamentalmente conservador de sua consciência política.’” TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro da década de 30)*. p. 149.

Os Fascismos e o Integralismo: o que une e o que diferencia

A relação e o contato entre as duas ideologias e os movimentos em questão, com ênfase na influência do regime de Mussolini para com a AIB, é marcado por avanços e retrocessos no que tange à assimilação do primeiro pela segunda. Estes movimentos, ora de aproximação ora de negação entre o integralismo e os fascismos, são estratégias adotadas pela Ação Integralista, conforme, principalmente, o contexto histórico e a opinião pública a respeito dos governos de extrema-direita da Europa.

Mesmo diante da nítida contribuição teórica fornecida pelos fascismos ao integralismo, é necessário fazer algumas pontuações quanto à origem destes afluentes teóricos. Salgado insistia em ressaltar o caráter agnóstico do nacional-socialismo como forma de repúdio deste, em detrimento do fascismo italiano. Aspecto que, considerando a influência católica que beira ao fanatismo qual Salgado é permeado, possui lugar importante, mesmo considerando as relações pouco amistosas entre Mussolini e a Igreja Católica, ainda assim, melhor que o comportamento de Hitler para com as religiões na concepção do chefe da Ação Integralista (conforme visto na página 8 deste artigo).

Outros fatores pesam contra Hitler, tais como o racismo e a supressão das massas, que segundo Salgado era facultado apenas ao nacional-socialismo e ao socialismo soviético³⁸, poupando o fascismo italiano desta análise. Na esteira oposta, há o contato do integralismo, segundo Plínio Salgado, com o “(...) fascismo italiano, ao qual somente nos assemelhamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social.”³⁹ Conforme veremos, não era apenas essa a semelhança entre o movimento de massas brasileiro e o regime de massas italiano, tampouco era destinada participação diminuta do nazismo conforme o narrado por Plínio Salgado, na teoria do Sigma.

Para esclarecer tais questões, reservo-me à análise de aspectos importantes que se confrontam - tanto para as semelhanças, quanto para as especificidades - entre o nazismo, o fascismo italiano e o integralismo neste âmbito. A seguir, far-se-á a abordagem de como ambos os regimes (fascismos e integralismo) se comportavam e qual a função da religião, do racismo e da violência, para a manutenção da coesão e da ordem interna e da busca pelo poder.

A religião é bastante cara para apontar as diferenças entre integralismo e fascismo, pois é neste campo que se sustentam, por exemplo, as estruturas do totalitarismo integralista de Plínio Salgado - ao contrário dos fascismos, que defendem a preservação da raça e a manutenção

do corporativismo como vetor do totalitarismo -, mas não somente isto. É no catolicismo que Salgado encontra justificativa para sua teoria de Raça Harmoniosa e anti-racista, além de encontrar nos ditames divinos os rumos da Revolução qual o líder da AIB propaga como sendo a ideal, porém, curiosamente, o chefe da AIB enreda o integralismo como teoria anti-messiânica. Estes pontos serão desenvolvidos um por um nesta parte da pesquisa.

Adorno expõe que “O anti-semitismo racista quer se abstrair da religião. Ele afirma que se trata da pureza da raça e da nação. Os nacional-socialistas notaram que os homens há muito deixaram de se preocupar com a salvação eterna”.⁴⁰ Salgado, ao contrário afirmava a religião, imiscuindo-a a ideologia política. São recorrentes em seus textos as associações do comunismo para com satanismo, e que o destino teleológico do integralismo perpassaria por uma nova cruzada contra o “mal”⁴¹. Nesta tarefa, Plínio imputa ao comunismo a ao materialismo burguês, todas as degenerescências morais, com o fim de tornar, através de uma significação mecânica e cambota, o comunismo um sintoma do estilo de vida burguês cosmopolita.

Observando o trecho: “Satanás é o comunista que assassina à traição. Satanás é o homem rico e feliz, que assiste esse crime e sorri”⁴², há um desequilíbrio entre riqueza simbólica e pobreza de significantes. É presente a relação de cumplicidade entre o comunismo e o “homem rico”, ligados pelo vínculo de ambos encarnarem a figura de Satanás, e os dois serem, de alguma forma, traidores - enquanto um assassina, o outro assiste com complacência. Entretanto, não há qualquer explicação a respeito deste vínculo entre Satanás, o burguês e o comunista, apenas a constatação.

Neste ímpeto, a traição pode se referir tanto ao indivíduo ou família quanto à traição da nação, pois segundo Salgado:

Muita gente há que se diz socialista e acreditar em Deus. É porque não estudou o socialismo. O socialismo baseia-se no materialismo. Outros há que apóiam o comunismo, o esquerdismo de todos os matizes, dizendo-se respeitadores da família, absurdo que depõe contra a inteligência de quem o adota, pois o comunismo quer destruir. Outros há que falam em Pátria, sendo partidários dos bolchevistas. Todos esses não passam de “fôrças de vanguarda”, dos quais Lenine desdenha e se aproveita.⁴³

Sob esta lógica, tão retilínea e simplória, é que se consolida o *slogan* integralista de “Deus, Pátria e Família”. Contra estes três pilares se ergue o inimigo a ser combatido, que é o Capitalismo e o Comunismo, que segundo Salgado “são dois nomes para designar a mesma coisa: o materialismo”.⁴⁴

38 “Oriundo das massas, e não do povo organizado segundo as hierarquias racionantes, trouxe, como vício de origem, o capricho despótico das multidões tornadas agora passivo instrumento./Em luta tão desigual, o Homem sucumbia, ficou somente a coletividade dos dois totalitaris-mos em voga: o nacional-socialista e o internacional socia-lista.” SALGADO, Plínio. *Primeiro, Cristo!*, p. 135.

39 SALGADO, Plínio. *Primeiro, Cristo!*, p.83.

40 ADORNO & HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*, p. 164.

41 “Vivendo numa época semelhante à da invasão maometana contra o ocidente repetimos, como no tempo das cruzadas, o episódio maravilhoso da união e do bom combate em que se empenham todos os que se esforçam para salvar os valores legítimos da civilização cristã, aperfeiçoando-a ainda mais.” SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*. In: *Obras Completas*. v. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p.196.

42 SALGADO, Plínio. *Primeiro Cristo!*, p. 244.

43 SALGADO, Plínio. *Primeiro Cristo!*, p. 218.

44 SALGADO, Plínio. *Primeiro Cristo!*, p.229.

Chega-se a esta ótica através de distorções e uma perspectiva absolutamente linear do materialismo histórico, que como se sabe tem na dialética a razão de ser de sua existência e sentido teórico e prático.

Referências a “Deus, Pátria e Família” são de baixa constatação tanto no hitlerismo quanto no fascismo italiano, exceto quando os líderes dos referidos regimes se colocam, eles próprios, como os messias ora para a preservação da integridade da raça ora para a salvação econômica, pela modernização via centralização totalitária. Ao contrário, o totalitarismo integralista se manifesta fortemente pelo viés da religião, sendo que “Se não cai uma folha sem que seja permissão de Deus, segue-se que tudo o que se verificou na História obedeceu a um pensamento superior. Lutamos contra o mal; mas às vezes êste triunfa. É o mistério, que a nossa compreensão limitada no tempo e no espaço não pode penetrar”.⁴⁵

Sob este bastião, há a rejeição ao racismo pelo princípio cristão, bem como a assimilação do conceito de “Raça Cósmica” - que se baseia na fusão das raças presentes no continente americano para consolidar a “raça harmoniosa” - formulado pelo escritor mexicano José Vasconcelos, quando Salgado disserta a boa vontade em receber estrangeiros no seio da nação. O líder da AIB faz o convite:

Vem comigo, estrangeiro, a esta colina sagrada. Presta bem atenção nos grupos de romeiros que acorrem, constantemente aos pés de Nossa Senhora. São homens e mulheres morenos, louros, negros, caboclos, mulatos, africanos, europeus, asiáticos, trazendo das flores da fé e da esperança num preito de amor. É a confraternização de todas as Províncias Brasileiras, realizando a Unidade Nacional sobre a base de um sentimento comum. É também a confraternização dos povos oriundos de todos os países da terra, que vieram a esta parte do Novo Mundo fundir-se, através das gerações para a formação definitiva de uma nação que desconhece os preconceitos da raça. Vê: é uma Virgem Morena. A Sulamita do “Cântico dos Cânticos” quer significar, pela côr desta imagem, que o verdadeiro cristianismo não pode conceber discriminações raciais.⁴⁶

Este cenário exposto por Salgado é impensado na realidade fascista da Itália e da Alemanha. A primeira questão diferencial é a necessidade do integralismo de Plínio Salgado em se escorar ideologicamente, no universo religioso. Por mais que o chefe da AIB ignore o fato, era uma necessidade essencial para Mussolini fazer sua ideologia de Estado se transformar em uma religião cívica. Idéia esta que inevitavelmente era incompatível com qualquer outro tipo de religião a não ser a pregada pelo Duce, ou seja, o Fascismo italiano.

Outro motivo de rescisão com o Vaticano, é a proximidade geográfica de Roma, emanando discursos e intenções muitas vezes concorrentes as do Estado fascista italiano, sendo vital para a permanência hegemônica inquestionável qual necessitava a hierarquia corporativa de Mussolini. A secção entre Igreja e governo era algo crucial, que passou a ser inevitável para a manutenção do sistema totalitário e reforço da ficção interna.⁴⁷

Na Alemanha o desenrolar dos acontecimentos se manifesta de forma mais sutil, não havendo uma segmentação, e sim uma incorporação e resignificação, não somente dos princípios cristãos⁴⁸ como do folclore germânico.

Em outros lugares, observa Dumézil, a invocação das crenças dos antepassados se manteve artificial e retórica. Na Alemanha, pelo contrário, há 150 anos, as “belas lendas” dos germânicos foram não só popularizadas, mas também remesticizadas: elas se tornaram, em sentido estrito, mitos, já que justificam, provocam, sustentam comportamentos individuais e coletivos que tem todas as características de sagrado.⁴⁹

Contudo, a referida “boa vontade” em receber o estrangeiro, esboçada nos escritos de Plínio Salgado, apresenta alguns ruídos e aspectos que merecem ser mais bem trabalhados. Se retornado ao trecho citado, de “Geografia Sentimental”, o líder da AIB não utiliza os verbos *aceitar*, *receber*, *acolher*. Isto se repete enquanto a temática de imigração no Brasil. Ao se referir ao comportamento para com os emigrados, do utópico Estado Integral, Salgado utiliza termos tais como *fundir*, *integrar*, *incorporar*.

A título de exemplificação, no *Manifesto de Outubro de 1932*, documento fundador da AIB, que expõe de maneira sucinta o programa do integralismo, está escrito: “O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros paizes, que aqui trabalham para o engrandecimento da Nação Brasileira (...)”.⁵⁰ Neste ponto, por trás de uma suposta hospitalidade, há o tratamento meramente utilitarista para com os “filhos das Nações amigas”, onde estes são bem vindos desde que contribuam para “o engrandecimento da Nação Brasileira”.

A fé católica de Plínio Salgado esbarra em seu nacionalismo. Ao designar o imigrante, ainda no trecho utilizado de *Geografia Sentimental*, o chefe da AIB, faz uso da palavra *fundir*, não por acaso. Não há intenção alguma por parte do Sigma, em preservar, ou respeitar culturas estrangeiras no Estado Integral.

A base política prática do Estado Brasileiro deve

45 SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1954, p. 13.

46 SALGADO, Plínio. *Geografia Sentimental*. In: *Obras completas*. v. 4. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 142.

47 ADORNO & HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*, p.174.

48 ADORNO & HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*, p. 164-165.

49 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 184.

50 SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p.3.

inspirar-se na realidade do fator geográfico, que tem por consequência imediata o espírito municipal e o espírito provincial, realizando um perfeito equilíbrio dessas forças, em relação da única força dominadora que é o Poder Central. Deve por outro lado, consultar a realidade do fator histórico, da nossa formação espiritual e moral; como deve interessar-se pela índole originada dos elementos étnicos que entraram na composição do povo brasileiro e foram modificados pela ação cultural.⁵¹

O imigrante ocuparia posição submissa e passiva diante da aculturação impelida pelo Estado Integral – algo que pouco, ou nada, destoa da lógica do Governo Vargas, na campanha de nacionalização das etnias e colonização das áreas inóspitas do país, durante o Estado Novo. Outro possível eixo de perspectiva, a partir do discurso ideológico de formação da “Raça Harmoniosa”, a iniciar pelo Brasil e se alastrar para todo o continente americano, em uma fusão étnica é o ocultamento de uma possível política expansionista no continente, semelhante à “Teoria do Espaço Vital” desenvolvida e posta em prática por Hitler. A diferença, porém, é que Hitler afirmava o expansionismo pela segregação, ou seja, o *Pangermanismo*, enquanto Salgado propunha a miscigenação para a consolidação de seu ideal.

Contudo, são nítidas as áreas de contato entre o integralismo e o fascismo como ideologia. Nem Plínio Salgado escondia isto, tampouco é este o objetivo deste esforço de pesquisa, o de negar estreitamento de laços entre a AIB e o Fascismo – nunca é excessivo repisar este ponto. O que se busca aqui é analisar as idéias, e a inserção destas, nos discursos de Salgado, tratando este como ator ancorado a uma realidade social, pois “Dizer que um discurso é um evento, é dizer, antes de tudo, que o discurso é realizado *temporalmente* e *no presente*, enquanto que o sistema de língua é *virtual* e *fora do tempo*”.⁵² Assim, a pesquisa entende Salgado como portador de críticas ao seu contexto político e sócio-cultural. O líder da AIB, neste sentido, possuía ambições de promover a emergência de uma “nova cultura” para afastar a “crise do pensamento”, que segundo Salgado, assolava o país.⁵³

Para atingir sua *reforma no pensamento*, não era, em absoluto, repulsiva a idéia de cooptar experiências que se sobressaíram quanto à tomada do poder, e pudessem demonstrar certa coerência em conjunto, em relação às ambições do movimento. Neste leque de opções dispostas à AIB, se encontram os Fascismos, com maior ênfase – conforme já dito acima – ao italiano. Mas não houve apenas esta ideologia, como viés de escolha a ser apropriado como discurso e ação.

Conclusão

É indubitável que o diálogo entre o integralismo para com o fascismo aconteceu de fato, porém não se pode superdimensionar essa relação ao ponto de afirmar uma transposição do fascismo – pertencente a uma realidade política, econômica e cultura, fomentado por ocasiões outras que as que eram imperativas no Brasil – interpretando a AIB como um enxerto em território nacional. Desta forma, se oblitera o problema que foi o integralismo, com o mimetismo de um tormento externo a nós, e uma ideologia excêntrica que surgiu tão misteriosamente quanto desapareceu.

A AIB contou com a adesão de 1.400.000 membros⁵⁴, sendo, a partir desta cifra, pouco provável que, para o momento aqueles signatários nutriam realmente a crença de que o que estavam fazendo parte era uma ideologia alheia à realidade que viviam. Com isso, o que se quer dizer é que o integralismo deve ser tratado como um problema interno, que mesmo embebido de matizes estrangeiros, tendo o mais famoso destes os fascismos, foi patrocinado por parte considerável da sociedade brasileira do momento. Devemos analisar o integralismo com os “olhos mais limpos possíveis”, para que possamos evitar que movimentos similares possam ascender em meio a condições diversas que sejam similares às daquele momento.

⁵¹ SALGADO, Plínio. Desper-temos a Nação. In: *Obras Completas*. v. 10, 2ª edição. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p.142.

⁵² RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A., 1983, p. 41.

⁵³ “A crise do pensamento, a desordem dos sentidos, a anarquia dos impulsos constituem a causa das desgraças nacionais. O problema da ordem não é um problema de polícia: é um problema de cultura.” (Grifo meu). SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*. In: *Obras Completas*. v. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 175.

⁵⁴ Dado apresentado em diversas obras de Salgado e reproduzido em *Carta de Salgado a Getúlio Vargas* apud SILVA, Hélio. 1938: *Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 375.

ANEXO:

Ilustração I: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado –cx. 003.007.002

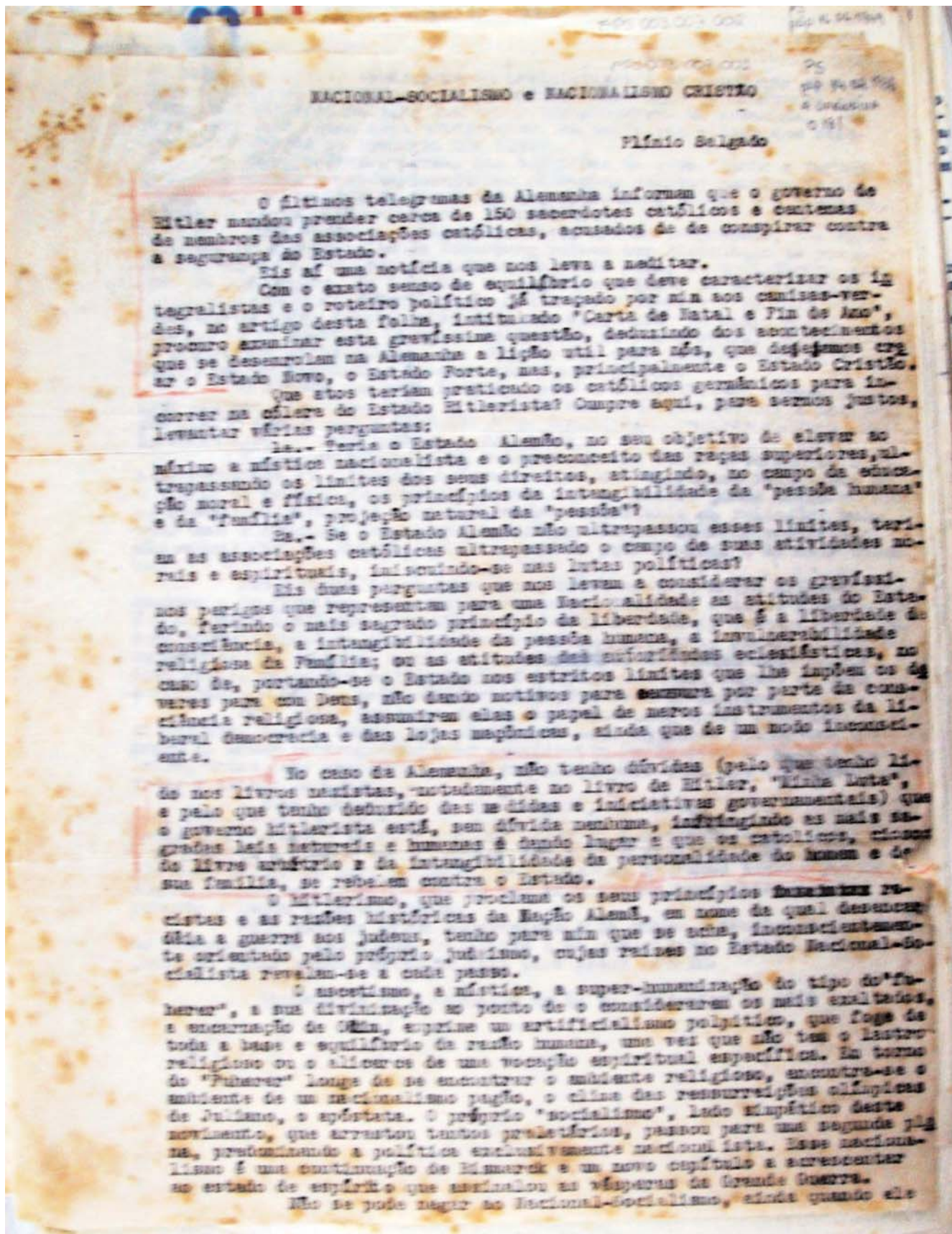
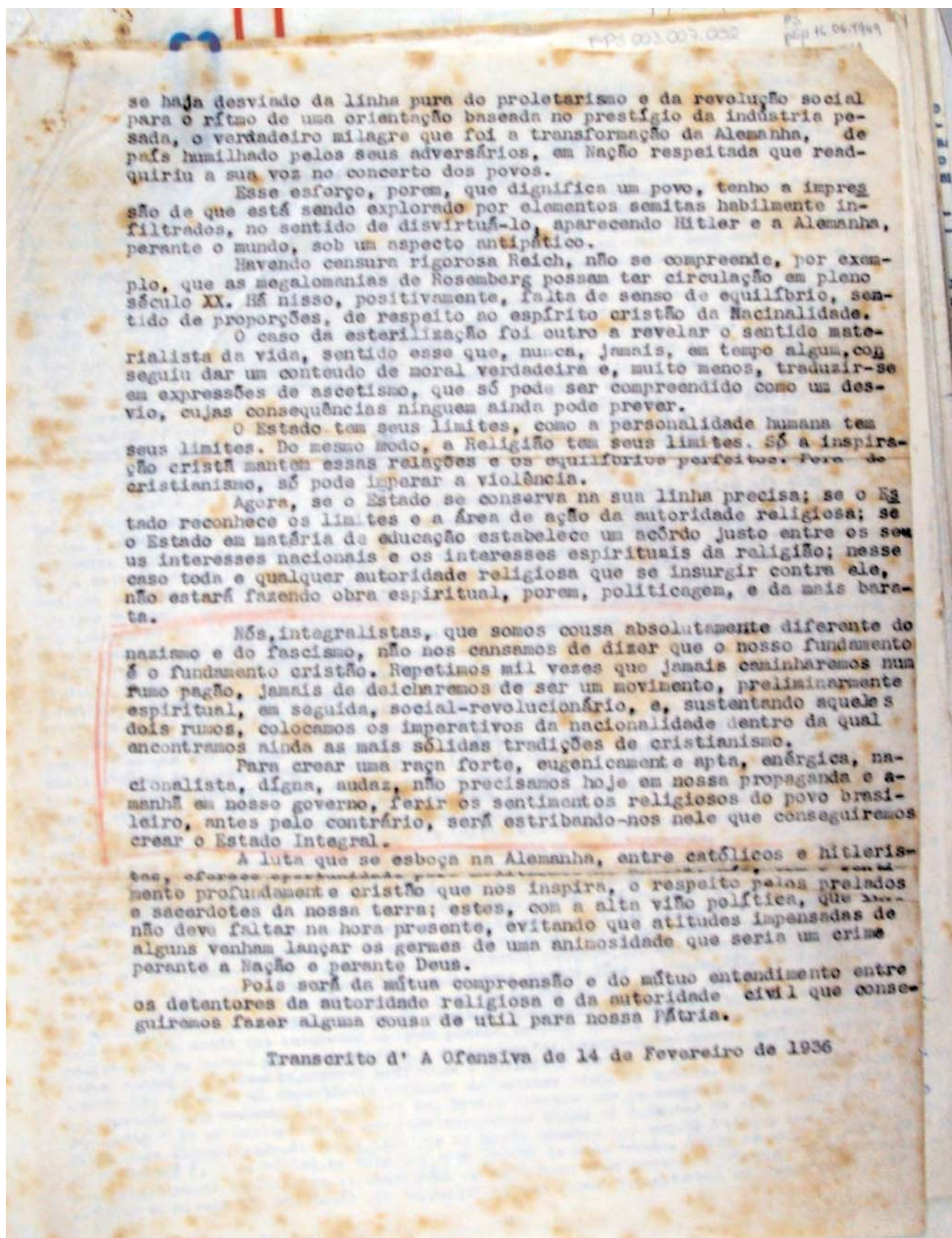


Ilustração 2:

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado –cx. 003.007.002



Augusto Emílio Zaluar: aspectos da trajetória e produção de um intelectual português no Brasil do século XIX*

Denise Aparecida Sousa Duarte¹

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

ddenao@yahoo.com.br

Resumo

O português Augusto Emílio Zaluar chegou ao Brasil em 1849, e desenvolveu a maior parte de sua produção literária e editorial. Nesse período o país se encontrava num processo no qual o desenvolvimento da Literatura, Educação e da Ciência estava direcionado para a criação e valorização do que era pátrio, com a finalidade de gerar reconhecimento e identidade da população em relação à Nação brasileira. Zaluar se insere, nesse contexto, como colaborador na difusão dessas idéias, ainda que, a partir da análise de sua biografia, possamos concluir que ele não compartilhava com outros intelectuais do mesmo sentimento de apreço pelo país. Assim podemos considerar que sua produção resulta de seu conhecimento acerca da demanda literária brasileira no período e, dessa forma, conhecendo sua obra temos uma noção daquilo que deveria ser mais consumido e apreciado pelo leitor coevo.

Palavras-chaves: Augusto Emílio Zaluar, Brasil no século XIX, Divulgação científica.

Abstract

Augusto Emílio Zaluar was a Portuguese who arrived in Brazil in 1849, and here he developed most of his literary and editorial production. During this period Brazil was passing through a process in which Literature, Education and Science development was directed to the creation and valorization of what was typically Brazilian, aiming the generation of a world recognition about the Brazilian Nation. Zaluar appears in the context as an important personality who will work on diffusion of these ideas, even though based on the analysis of his biography we can conclude he wasn't sharing the same regard feeling for Brazil with others intellectuals. Therefore, it's possible to consider that everything he has produced is the result of all his knowledge about Brazilian literary demand during that specific period. So that, based on his productions we will have a better notion about what should attract more the Brazilians readers in the 19th century.

Keywords: Augusto Emílio Zaluar, Brazil in 19th century, Scientific popularization.

Augusto Emílio Zaluar

Lembro-me de ver no passeio público aos domingos, passear nas suas laterais envolto em amplo albornoz de capuz, dos que tantos se usavam então, um moço alto e esbelto, de fisionomia árabe, cabelos crespos, olhos grandes e negros, tez bronzada e ar melancólico e distraído que faz com que os burgueses digam consigo ao verem um poeta: “ainda bem que não sou feito assim”. Era Zaluar...²

Ar de tristeza e mistério que envolvia a figura de Augusto Emílio Zaluar certamente foi constante na vida desse português naturalizado brasileiro. As razões que o trouxeram ao Brasil e as que impediram seu retorno a Portugal ainda não foram completamente esclarecidas, embora já se saiba que, provavelmente, referem-se a questões políticas em sua terra natal. No ano de 1846, durante a Revolução de Maria da Fonte,³ o então jovem escritor havia se alistado nos corpos populares sob as ordens da Junta do Porto,⁴ o que nos

leva a considerar que este foi o motivo que culminou na sua vinda para o Brasil.

Augusto Emílio Zaluar nasceu em Lisboa em 14 de fevereiro de 1825⁵ e veio para o Brasil ainda jovem, com aproximadamente 24 anos. Ainda em Portugal dedicou-se ao jornalismo literário, abandonando o curso médico-cirúrgico no qual havia se matriculado. Lá escreveu seus primeiros versos: *Poesias* (1846) e *A cruz do Valle* (1848).

Aparentemente não era intenção de Zaluar abandonar sua terra natal, uma vez que nas cartas que ele escreveu no Brasil⁶ dirigidas ao amigo Raimundo Bulhão Pato em Portugal, demonstrava sentir um extremo sentimento de apego e saudosismo.

Chegou ao Brasil em 1849, naturalizado em 1856, período descrito por Marcus Vinícius de Freitas como um tempo de grande estabilidade política e surto de desenvolvimento econômico, no qual:

¹ Atualmente é bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq do projeto Pompa Barroca: Semana Santa, escatologia e culto santoral na época moderna, sob orientação de Adalgisa Arantes Campos.

² MACHADO, Julio César. *Notas para um dicionário de portugueses notáveis do meu tempo*. N.º 11/137 - Augusto e Mariano Pena: Biblioteca Nacional de Portugal.

³ Revolução que rebentou no Minho em razão da Lei de Saúde Pública promulgada em 1844, pelo governo de Costa Cabral. A lei criava uma nova rede de autoridades sanitárias responsáveis pelos sepultamentos, repasse de certidões de óbito e tributo o covato. A revolta em princípio tinha mulheres a frente, como por exemplo, Maria da Fonte, sua “líder mítica”. Essa insurreição chegou a assustar a Coroa portuguesa e se tornou um dos importantes episódios da História de Portugal. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. PP85-86.

⁴ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico português: applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional. 1858-1884.v.1.

⁵ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. v.1. p.351-3. Entretanto, o catálogo de obras raras da Biblioteca Nacional do Brasil, afirma que ele tenha nascido em 14 de janeiro de 1826, e não em 1825 como havia sido falado: http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?=&bs&pr=autoridades_pr&db=autoridades&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&rg=zaluar,|augusto|emilio acessado em 04/02/2009.

⁶ Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato.6de 1867. Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato – BN Brasil, 04 de junho de 1874.

[...] um movimento cultural centrado no Imperador Pedro II, que busca construir um certo conceito de nação, no qual literatura, história e ciência se entrelaçam para sustentar a auto-indulgente imagem do Império nos trópicos.⁷

Esse processo se manteria, assim como relatado pela pesquisadora Moema de Rezende Vergara, como sendo sustentado até a transição da Monarquia para a República, pois, “ainda persiste a necessidade de construção de uma nacionalidade brasileira pela elite intelectual e política”,⁸ dando origem assim a uma unidade no que diz respeito a mentalidade da sociedade brasileira.

Nesse contexto, Augusto Emílio Zaluar desenvolveu a maior parte de suas obras, como romances, poemas, traduções e até mesmo a edição de jornais. O reconhecimento da sua importância literária e profissional pode ser medido pelo fato dele ter recebido a condecoração da Ordem do Rosa⁹ e ter participado de importantes sociedades do período, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria, instituição essa que, segundo Manuel Luís Salgado Guimarães, tinha como marca o espírito iluminista dos séculos XVII e XVIII e que propunham incentivar o progresso e desenvolvimento dos brasileiros.¹⁰

Já Afonso de E. Taunay afirma que Zaluar teria ainda sido eleito, em 10 de novembro de 1876, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, obtendo aprovação unânime do parecer de admissão relatado por Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, o Barão de Ramiz Galvão.¹¹ Entretanto, durante nossa pesquisa, foram levantadas as listas de sócios do IHGB presentes nas revistas do mesmo instituto, e o nome do escritor português não consta em nenhuma delas, o que nos leva a crer que ele, possivelmente, teria recusado ao cargo.

Em relação a sua obra no Brasil podemos ressaltar que ele se relacionou com outros intelectuais do novo país e, inegavelmente, consumiu textos aqui produzidos. Tal fator o levou a perceber o momento vivido pelo país e quais temas poderiam agradar o público em geral. Assim, acredita-se que Zaluar não tenha desenvolvido um sentimento nacionalista em relação ao Brasil, e também não possuísse nenhum interesse além do comercial e de sobrevivência, mas, acabou por contribuir no processo de constituição de uma idéia de Nação brasileira e de desenvolvimento de uma literatura nacional.

Considerando ainda outros aspectos de sua vida podemos crer que ao apresentar seu intento de retornar a Portugal quando fala a Bulhão Pato, em 1874,¹² Zaluar não estava legalmente impedido de voltar para tal local e, portanto, não seria esse o motivo de permanecer no Brasil. O fato de ter

constituído uma família aqui (o que se caracteriza como algo concreto, pois, ele diz na mesma carta que está enviando o filho mais velho dos três que teve) pode ter impedido seu retorno à terra natal, uma vez que os custos da viagem com toda família deveriam ser elevados, e por isso aqui permaneceu.

Quanto a sua obra, podemos afirmar com certeza que ela atinge diversos tipos de leitores, já que ele atuou em diferentes campos de conhecimento, como por exemplo, os estudantes, seus pais - ao trabalhar com livros didáticos e que buscavam auxiliar os indivíduos a obter uma conduta moral correta - bem como os intelectuais, com poesias e cursos de filosofia.

Zaluar revela-se possuir um espírito inovador, dotado de uma visão abrangente em relação aos acontecimentos de seu tempo. Apesar da profunda relutância em se satisfazer com sua vida no Brasil, utiliza-se de temas em voga no país e que, provavelmente, já eram tratados na Europa, tomando esses como base de todo o seu trabalho.

Conhecer sua obra é, portanto, uma forma de investigar temas e escritos que se tornaram tendência no mercado literário e editorial brasileiro no século XIX, acreditando que sua trajetória e produção tenham se voltado ao mercado consumidor vigente no país em que veio morar.

Zaluar e os escritos educativos

(...) no século XIX se difundiu a noção de instrução pública vinculada a iniciativa de organização dos sistemas nacionais de ensino, tendo como objetivo permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar (...).¹³

Como podemos perceber a partir da citação de Saviani Demerval, o século XIX foi responsável pela idéia de que a educação não deveria ser somente vinculada ao Estado, como também atingir a população de cada país de forma generalizada. No Brasil, ainda que essa idéia tenha sido firmada somente a partir do século XX, é inegável que durante o oitocentos a preocupação com a educação da população brasileira tenha se tornado consistente e manifestada na pauta de discussões do período, como uma forma privilegiada de afirmar-se como uma Nação civilizada.

Nesse momento de constituição de um cenário onde a educação da população tem papel primordial, Emílio Zaluar assumiu uma profunda ligação com as instituições de ensino brasileiras. Além de trabalhar como amanuense da secretaria de justiça foi examinador da Instrução pública e lente de pedagogia no momento criação da Escola Pública Normal. Ele dedicou ainda grande parte de

⁷ FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de Pedro II*. São Paulo: Editora UFMG, 2002, p.35.

⁸ VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista brasileira: vulgarização científica e construção de uma identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese de doutorado. 2003. Disponível Em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0651.D2/W/SHOW?Mat=&Sys=&Nr=&Fun=&CdLinPrg=pt&Cont=4288.pt acessado em 03/02/2009).

⁹ Ordem que premiou militares e civis, nacionais ou estrangeiros que sobressaíram em relação à fidelidade ao Imperador e por serviços prestados ao estado. Foi criada para perpetuar a memória do casamento de D. Amélia e D. Pedro I, sendo que esse concedeu apenas 189 insígnias, enquanto D. Pedro II distribuiu 14.284 condecorações. (Ministério da Fazenda/Banco Central do Brasil. Disponível em www.bcb.gov.br/ORDIMROSA acessado em 20/09/2007).

¹⁰ Foi dentro desta sociedade que se idealizou e fundou, em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porém, ainda que criado dentro da Sociedade auxiliadora da indústria o IHGB organizou-se administrativamente independente da organização na qual foi gerada e, em 1º de dezembro de 1838 coloca-se sob proteção do imperador. GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma História nacional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1988. pp.4-27. nº1.

¹¹ TAUNAY, Afonso de E. Pre-fácio. In: ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953. ((Biblioteca Histórica paulista,II)), p.5.

¹² Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato, 04 de junho de 1874.

¹³ DEMERVAL, Saviani. *História da Escola Pública no Brasil: Questões para Pesquisa*. In: DEMERVAL, Saviani.; LOMBARDI, José Claudinei.; NASCIMENTO, Maria Moura. *A Escola Pública no Brasil: história e historiografia*. Autores Associados: 2005. p.3. Disponível em: http://books.google.com/books?id=6ZuNfluzvzEC&printsec=Frontcover&dq=historia+da+instru%C3%A7%C3%A3o+em+brasil&lr=&hl=pt-BR#PPR7_M1 acessado em 01/02/2009.

seus textos a elaboração e tradução de escritos voltados para o desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos, como no auxílio as mães no processo de formação dos filhos, e noções elementares de geografia, que serviam ao preparatório para a matrícula no Colégio Pedro II. Outras de suas publicações consagradas à educação tratam de conhecimentos práticos necessários para a vida, extratos clássicos de autores, cursos de filosofia, livros destinados à infância e adolescência e textos que apresentam a leitura nas escolas elementares.

Devemos ressaltar a importância de seus textos dentro do âmbito educacional brasileiro, sendo que várias de suas produções destinadas para esse fim foram editadas pela Francisco Alves & cia, editora que se caracterizou pela publicação de livros destinados ao mercado escolar.

Segundo Andréa Borges Leão, o português Francisco Alves chegou ao Brasil em 1863 para ajudar o tio livreiro Nicolau Alves, que se encontrava com a saúde precária. Examinando fontes da época a autora observou que já era recorrente salientar o tino comercial do mencionado Francisco Alves, pois: “dele, dizia-se que farejava o valor comercial de uma obra sem precisar folhear muitas páginas. Suas escolhas, ainda que ditadas pelo apuro do gosto, não eliminavam os cálculos para o negócio”,¹⁴ o que nos leva a crer que a escolha dos escritos de Augusto Emílio Zaluar para publicação dessa editora não tenham sido meramente irrelevante, e sim fruto de uma seleção convicta para se evitar qualquer tipo de prejuízo.

Em relação aos contratos de publicações de livros de Zaluar com os Alves encontram-se os títulos *Primeiro livro da infância e primeiro livro da adolescência* em 1871, *Lições de coisas inanimadas e animadas* em 1875, *Extratos Clássicos dos sete autores* em 1876 sendo tais textos negociados ainda entre Zaluar e o próprio Nicolau Alves; e *Livros de leitura Graduada* em 1882, *Lições de cousas animadas e inanimadas* em 1900 e *Livro da adolescência ou exercícios de leitura e lições de moral* em 1890, póstumos a Zaluar e com contratos assinados com Francisco Alves.¹⁵

Vale sublinhar o fato de que a última cláusula do contrato menciona à indicação obrigatória que deveria constar nos livros, isto é, a exclusividade no Brasil de edição pela Francisco Alves & Cia, o que indica, possivelmente, a importância de Emílio Zaluar para o mercado editorial do período. Postula ainda que a prorrogação do contrato seria de mais três anos dentro das mesmas condições daquele que estava sendo feito no momento, o que evidencia o interesse da editora em garantir a negociação de tais títulos.

Escritos literários: breves considerações sobre a produção de Zaluar

A visão da literatura romântica dentro do projeto civilizatório do Brasil serviu de modelo para parte dos escritos de Zaluar, que:

(...) nesse contexto simbólico, a representação da floresta tropical como elemento da identidade nacional mantinha uma certa coerência. No entanto, o projeto de desenvolver uma nação civilizada requeria imagens que a representassem como tal, mostrando alguns indícios de civilidade nos hábitos de sua população, na arquitetura das cidades, na dignidade de seus governantes, nas suas instituições.¹⁶

A partir dessa visão em relação à Nação Brasileira, Zaluar dedica alguns escritos voltados para os elementos citados acima, que se apresentam como uma forma de ressaltar o ambiente e a cultura do país que o acolheu.

Dentre seus escritos o livro *Peregrinação Pela Província de S. Paulo (1860-1861)* é nos dias de hoje o mais encontrado. Em *Peregrinação*, Zaluar descreveu duas regiões por ele visitadas: uma pequena parte do interior da Província do Rio de Janeiro e a Província de São Paulo.

Na primeira parte do livro, o autor relata o início de sua viagem, cujo percurso seguiu o Rio Paraíba, rio que deu nome inclusive ao jornal que estava editando nesse período. Essa parte do livro foi enviada ao dito jornal, sendo seus relatos publicados em forma de artigos.

Ao comentar a intenção de seu livro, ele próprio alega ter escrito o mesmo em função “(...) de servirem de itinerário a quem daqui por diante se aventurar como eu, em uma peregrinação através de lugares recônditos”.¹⁷ Seu propósito imediato era o de tratar da gente que viu nessas regiões, bem como a infra-estrutura e desenvolvimento de tais localidades, demonstrando como era a vida no período do Império de D. Pedro II.

Outros textos da segunda parte de seu livro foram publicados na *Revista Popular*, tipo de impresso que segundo Giselle Martins Venâncio, constituía num gênero de periódico de grande difusão no século XIX, pois associava textos informativos e recreativos, tornando sua leitura útil e agradável.¹⁸

No geral, segundo o próprio autor, o livro não tinha intenção de atuar como um tratado sobre questões geográficas, históricas e políticas. Todavia, ele descreve minuciosamente a riqueza das fazendas locais, os municípios e as pessoas que encontrou durante seu percurso. A maneira como se refere a tais localidades revela ainda uma forma de agradecimento e cordialidade àqueles que o receberam.

¹⁴ LEÃO, Andréa Borges. *Francisco Alves e a formação da literatura infantil*. In: SEMINÁRIO BRASI-LEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1. 2004. Anais eletrônicos...Rio de Janeiro: UFE, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/andreaborgesleao.pdf>. Acesso em 22/mar/2008.

¹⁵ Contratos presentes no Arquivo do LHIED.

¹⁶ ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX. In: DUTRA, Eliana de Freitas. (org); MOLLIER, Jean-Yves. (org) *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política do Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.362.

¹⁷ ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*, p.32.

¹⁸ VENÂNCIO, Giselle Martins. *Ler ciência nas páginas da Revista Popular (1859-1862)*. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. Livro de resumos do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2007. p.461-473.

Relatando o ambiente e os progressos instituídos nos lugares por onde passou, o autor acabou por legar ao leitor futuro os aspectos de uma região que já não existem mais, servindo tal obra como um documento importante para a história regional do Brasil.

Zaluar dedicou-se também à escrita de poemas, sendo esse o gênero com que iniciou seu trabalho de escritor. Uma de suas poesias pode ser caracterizada como importante instrumento de propagação dessa visão harmônica entre o natural e a sociedade: o poema *Os Rios*, dedicado ao imperador D. Pedro II, que, a partir da consagração e comparação entre do Rio Amazonas e o Mississipi, tenta ressaltar a importância que o novo continente americano teria no futuro, ao se tornar símbolo de prosperidade. Em face disso, ao colocar os dois rios como possuidores da mesma importância, ele apresenta também a idéia da proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos, e possivelmente, sugere que um dia os dois países ocupariam lugares próximos:

Eis do futuro o symb'lo! Os dois rios gigantes
Traçando sobre a sphaera em linhas rutilantes!...¹⁹

Zaluar segue igualando os dois rios a outros que tiveram grande importância na história da humanidade, como Tigre e Eufrates, Nilo e Jordão. Utiliza-se ainda da comparação de ambos ao Mar Vermelho que teria, segundo a Bíblia, sido atravessado miraculosamente por Moisés, como forma de libertação. Assim sendo, através dessa analogia, os povos que com ele atravessaram, seriam os escolhidos:

Rasga as ondas como Moysés e o povo eleito avista
Transpondo num gesto seu a libertada margem!

Ele prossegue referindo-se a descoberta de Colombo, apresentado Brasil e Estados Unidos como os dois Impérios da América, locais fecundos onde existem riquezas como ouro e diamantes:

Ao mundo de Colombo em fim ragão-se os véos;
[...] Aqui fecunda entorna a mão da natureza
[...] Os veios d'ouro alastrão o solo, onde engastado
Refulge o diamante e ao sol rouba o fulgor! [...]

Entretanto, é estranho pensar que o mesmo autor da carta relativa ao Brasil, como local possuidor de um ar que o matava e o envelhecia precocemente,²⁰ fosse o mesmo que teria escrito tanto no poema *Os Rios* quanto o livro *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. Os aspectos referentes à natureza e a infra-estrutura de tais locais são evidentes a quem aqui verificasse, porém, apresentar o Brasil de forma tão cultural, só enfatiza o caráter de contradição entre seus sentimentos e sua expressão escrita.

Zaluar vulgarizador: seus textos de divulgação científica

No texto, *A Divulgação de ciência como literatura*, Ana Maria Mora destaca aspectos que podem nos auxiliar na leitura de questões levantadas nos textos de Zaluar relacionados à divulgação das ciências, pois, ela afirma:

No Final do século XIX a divulgação da ciência tinha dois objetivos. O primeiro adaptá-la aos leigos interessados em ciência mas não-especialistas. O segundo era informar os cientistas ativos em uma disciplina sobre aquilo que estava acontecendo em outras.(...) Produziam-se revistas cultas, onde eram resenhados e debatidos tanto romances de vanguarda, poesia, política e história, quanto livros importantes de todas as ciências (...). A ciência tinha se tornado uma força dominante na vida intelectual e prática.²¹

Essa temática encontra-se entre alguns escritos de Emílio Zaluar, como por exemplo, no romance-científico *Dr. Benignus*. Neste texto, o autor empenha-se na tentativa de divulgar os conhecimentos da ciência tida como moderna, por meio de uma narrativa agradável e atraente. Tal tendência é seguida por grande parte daqueles que tratavam das “Sciencias” no período, assim como já sugerido acima, tanto na citação de Ana Maria Mora, como também por Giselle Martins Venâncio.²² No romance, o médico, Dr. Benignus teria chegado a conclusão de que embora as relações de amizade fossem fundamentais para o homem, elas deveriam ser conservadas de longe. Deixando seus amigos para trás, ele muda-se com sua família para o interior de Minas Gerais, onde organiza uma expedição pela Província, com a finalidade de desenvolver suas pesquisas sobre a habitabilidade do sol. Ao final de seus levantamentos ele conclui de forma indiscutível que o sol era habitável.²³

Nem a temperatura elevada da superfície solar, nem os argumentos provenientes de importantes pesquisas da época conseguiram convencê-lo, o que nos leva a crer que a forma pela qual o médico desenvolve sua pesquisa e a conclui, denota ser uma crítica a ciência positivista do período, na qual a partir do conhecimento empírico eram indiscutíveis os argumentos provenientes de pesquisas científicas.

Ao publicar a dita obra Zaluar inaugura esse tipo de escrita no Brasil, um misto de diário de viagem e relato ficcional, assim como as já conhecidas e apreciadas obras de Julio Verne, o que demonstra mais uma vez que o escritor estava em contanto com aquilo que fazia sucesso no mercado literário.

¹⁹ ZALUAR, Augusto Emílio. *Os Rios*. *Revista Popular*, v. XIV, p. 370-372, 1862.

²⁰ Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato, 20 de março de 1867.

²¹ MORA, Ana Maria Sánchez. *A divulgação da ciência como literatura*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2003. p. 23-24.

²² VENÂNCIO, Giselle Martins. *Ler ciência nas páginas da Revista Popular (1859-1862)*. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. Livro de resumos do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2007, p. 461-473.

²³ ZALUAR, Augusto Emílio. *O doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 379p.

Uma outra manifestação da difusão em massa dos conhecimentos científicos, empreendidas por Zaluar na segunda metade do século XIX foi a criação do jornal *O Vulgarizador*. Denominado como “Jornal conhecimentos úteis”, circulou no período de 1877-1880, exibindo artigos que tinham como temas os indígenas, romances, inovações tecnológicas, e as ciências.

Seus artigos eram frutos de pesquisas, recebendo títulos tais como: *As Sciencias*, assinado por Indoctus, *Movimentos da atmosfera – tufões*, de F. A. D’Almeida e *Novas propriedades chymicas do hydrato de chloral, usos therapeuticos, chloral crotonico*. Na introdução deste último, por exemplo, Zaluar afirmava “essas notas são extrahidas do último relatório appresentado a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo Dr. José Freire, lente de Chimica organica da mesma facultade”.²⁴

Há ainda o artigo *Renilla*, assinado por Charles Frederick Hartt, a quem é destinado também a manchete de capa do Jornal número 21, de 15 de maio de 1878, que tratava de sua morte. Esse fato demonstra novamente a importância que a divulgação das ciências tinham para Zaluar, uma vez que o jornal teve a preocupação em dar destaque à morte do cientista americano responsável pela Comissão geológica do Brasil, diferentemente dos outros jornais da época.²⁵

Moema de Rezende Vergara no trabalho sobre *Ciência, Cultura e Público* aborda o jornal *O Vulgarizador*, e nele levanta a hipótese de que no dito jornal o tema abolição aparecesse de forma a mostrar o modelo norte-americano, numa sugestão de que o Brasil deveria utilizar-se de tal modelo para alcançar o progresso.²⁶ Dessa forma fica claro, assim como já citado acima quando tratamos do poema *Os Rios*, que Zaluar possuía a crença de que para o Brasil se desenvolver a referência modelar deveria ser os Estados Unidos, país também jovem mas em estagio mais desenvolvido.

O Vulgarizador foi um dos quatro jornais editados por ele, sendo que todos foram destinados a assuntos inovadores para a época, assim como o já citado *O Parahiba*, Jornal consagrado ao interesses comerciais, industriais e agrícolas, *A Civilização*, dirigido aos interesses gerais do país e *O Município*, Jornal científico, noticioso e comercial.²⁷

Letras de Modinhas e hinos e outros romances ainda povoam a obra que Zaluar constituiu no Brasil. Porém, acredita-se que, embora bastante inserido no mercado editorial brasileiro e com uma rica produção, este autor não se satisfiz com sua trajetória por aqui.

Como já foi citado anteriormente, do Brasil ele escreveu aos amigos de Portugal em cujas cartas demonstra claramente a insatisfação e angústia frente a sua presença no país. Em correspondência, enviada ao amigo Bulhão Pato em março de 1867, Zaluar expõe seu sentimento sobre o Brasil, ao afirmar: “Estou doente, e o que é ainda pior, não

tem cura! O clima deste país me mata e envelhece prematuramente”.²⁸

Em outra carta ao mesmo destinatário, ele evidencia mais uma vez o desconforto com a vida aqui. Na correspondência em que pedia para que o amigo português recebesse seu filho mais velho que estava sendo encaminhado a Portugal para estudar, Zaluar revela também o descontentamento por não ser ele quem estaria retornado a Lisboa, uma vez que há muito tempo alimentava esse desejo.²⁹

Também o texto presente no espólio de Augusto e Mariano Pena, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, denominado nas notas para um *Dicionário dos portugueses notáveis do meu tempo* encontra-se uma evidência do anonimato que acabou por cair Zaluar, conseqüência, especialmente de sua escolha em permanecer no Brasil. Diz o texto: “Naturalizando-se brasileiro em 1856, Zaluar em vez de melhorar perdeu-se. Não ficou dos nossos, nem deles”.³⁰

É ainda este mesmo documento que sugere o quanto a vida de Augusto Emílio Zaluar foi sofrida, e de sua frustração ao vir para o Brasil:

Era um homem verdadeira e sinceramente triste; diziam-o em parte os seus versos, em parte a expressão do seu semblante; a sua vida disse o resto. Ele não foi ao Brasil dançar nos bailes, de cravo ao peito, a caça de um casamento: foi devorado de mágoas, aproveitar o último lampejo da esperança, trabalhar e lutar. [...] porém, a desgraça tem seus prediletos, e até se converte n’uma espécie de protetora misteriosa que os defende de certos males. [...] O sofrimento da alma intimida os perigos, vaidoso de destruir sozinho o edificio da vida. Não contente, segue que uma doença ou uma fenda qualquer, lhe levem a vítima. Tem ciúmes do seu direito de destruição, e diz ao perigo: Não toques n’este homem que ele é meu.

Apesar de tudo, Augusto Emílio Zaluar conseguiu observar e descrever como poucos as inovações de seu tempo. Conhecer a sua obra é dar-se conta de algumas das formas como eram estruturadas e desenvolvidas a ciência, a educação e a literatura da segunda metade do século XIX.

Zaluar foi um homem aparentemente triste e fechado, mas que pode ser considerado um dos notáveis de sua época, uma vez que sua produção alcançou áreas, públicos e interesses diversos, de forma clara e abrangente. Pouco se conhece sobre sua família, seja aqui ou em Portugal. Sabe-se apenas que era filho do Major José Dias de Oliveira Zaluar e teve três filhos no Brasil, sendo o mais velho de nome Augusto, como o pai. Morreu em 3 de abril de 1882 na cidade do Rio de Janeiro.

²⁴ *Vulgarizador*, 24 de agosto de 1877. n.4.

²⁵ “No dia 18 de março de 1878, a imprensa do Rio de Janeiro noticiou, em pequena nota, a morte de uma personagem praticamente desconhecida do público: Charles Frederick Hartt (...) o geólogo não teve nenhuma deferência especial, seja pública ou privada” FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de Pedro II*, p.17.

²⁶ VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência, Cultura e Público: periódicos científicos literários no Rio de Janeiro*. In: XXIV Simpósio Nacional de História ANPHU – 2007. Disponível em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/analises/Moema%20R%20Vergara.pdf>, acessado em 03/12/2008.

²⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliographico brasileiro*. p.353.

²⁸ Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato, 20 de março de 1867.

²⁹ Carta de Augusto Emílio Zaluar a Bulhão Pato, 04 de junho de 1874.

³⁰ Espólio de AUGUSTO e Mariano PENA. Notas para um Dicionário dos portugueses notáveis do meu tempo. BN- Portugal.

* O presente artigo foi fruto do Projeto de pesquisa *Augusto Emílio Zaluar e a divulgação científica no Brasil no século XIX*, desenvolvido no curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais durante o ano de 2007, sob a orientação de Giselle Martins Venâncio (Agradeço a Giselle as informações recolhidas em pesquisa nos Arquivos do LHIED, BN – Portugal, BN – Brasil)

**Escritos de Augusto Emílio Zaluar no Brasil arrolados durante o período da pesquisa
Augusto Emílio Zaluar e a divulgação científica do século XIX (ordem cronológica)**

Título	Ano	Observações
<i>Dores e Flores</i>	1851	Rio de Janeiro.
<i>Os Mohicanos de Pariz</i>	1854-56	Romance de A. Dumas, Rio de Janeiro. Saiu no Correio Mercantil. Num episódio onde o autor suspendeu a publicação do original em 1860, Zaluar fez um remate da história por sua conta, até a volta da publicação do original.
<i>O Parahiba</i>	1857-60	Petrópolis, Jornal.
<i>A Civilização</i>	1861	Santos, Jornal.
<i>Revelações: O Lar; Ephemeras; A Musa Fraternal; Harpa brasileira</i>	1862	Pariz, livro de Poesias.
<i>Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)</i>	1863	Pariz, escrito aplaudido pelo jornal Lê Bresil, n°36, de 3 de outubro de 1863, e pelo Espectador da América do Sul, cujo redator foi o Conselheiro J. M. de Amaral.
<i>Hino do Paysandu</i>	1864	Poesia de Zaluar, para assinantes do Bazar Volante.
<i>Uruguaiana</i>	1865	Rio de Janeiro, Poema que comemora a rendição da divisão paraguaia que ocupava Uruguaiana, e a entrada das forças brasileiras.
<i>Os heróis brasileiros na campanha do sul</i>	1865	Pelo bacharel E. de Sá Pereira e Castro.
<i>Cofre de tartaruga</i>	1866	Rio de Janeiro, conversação em um ato.
<i>Contos da roça</i>	1868	Rio de Janeiro.
<i>Sábios ilustres</i>	1869	
<i>Emília Adelaide</i>	1871	Rio de Janeiro, traços bibliográficos e críticos.
<i>Primeiro livro de leitura e moral para uso das escolas primarias</i>	1871	Rio de Janeiro, livro adotado pelas Escolas Públicas do governo na Corte e em São Paulo.
<i>Manoel Antonio de Almeida</i>	1871	Rio de Janeiro, apontamentos críticos e bibliográficos.
<i>Poesias de Álvares de Azevedo</i>	1872	Apreciação de Zaluar.
<i>O Município</i>	1873	Vassouras, Jornal.
<i>O Doutor Benignus</i>	1875	Rio de Janeiro, romance-científico.
<i>Exposição Nacional Brasileira</i>	1875	Rio de Janeiro, artigos que o autor publicou no Globo.
<i>O bicho da seda e amoeira</i>	1876	Rio de Janeiro, A sericultura no Brasil. Tradução do manuscrito francês do Conde La Hure.
<i>Lições de coisas inanimadas e animadas</i>	1876	Rio de Janeiro, Guia para professores e mães que querem instruir seus filhos com conhecimentos práticos para o mundo.
<i>Extractos Clássicos</i>	1876	Rio de Janeiro, sete autor clássicos escolhidos para os

		exames da língua portuguesa da Inspectoria da Instrução Pública.
<i>Compêndio de um curso de Philosophia Elementar</i>	1877	Rio de Janeiro, Curso lecionado no Lyceu Carlos Magno e na Escola Preparatória de Santa Bárbara.
<i>O Vulgarizador</i>	1877-78	Rio de Janeiro, Jornal.
<i>A minha irmã</i>	1878	Modinha.
<i>Primeiro livro da infância e adolescência</i>	1880	Rio de Janeiro, exercício de leitura e lição de moral aprovado pelo governo imperial e pela Inspectoria da Instrução Pública para uso nas escolas primárias.
<i>Noções elementares de Geografia</i>	1880	Rio de Janeiro, Escrito de acordo com os pontos da geografia que serviram para matricula no primeiro ano do Colégio Pedro II.
<i>Nova série de livros de leitura graduada</i>	1881	Rio de Janeiro, para as escolas elementares do Brasil. Método de leitura e pronuncia do português.
<i>Nova série de livros de leitura graduada, etc. Segundo livro.</i>	1881	Rio de Janeiro, dividido em fábulas, anedotas e narrações; descrições e noções úteis; História e bibliografias; Agricultura; conselho de um professor aos discípulos e poesias.
<i>Segredos da noite</i>	s/d	
<i>A criação</i>	s/d	
<i>Os Rios</i>	s/d	Poesia dedicada a D. Pedro II.
<i>História da Bello Judáico</i>	s/d	

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliographico brasileiro*. p.351-353. Real Gabinete Português de Leitura. Disponível em <http://www.realgabinete.com.br/ASP/Pesquisa.asp>. Catálogo de obras raras Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em <http://www.bn.br/portal/>. Biblioteca Nacional de Portugal – Anais da Bn, 1965, v.85, p.137 / Coleção de periódicos raros.

Militares negros e pardos na freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII

Carlos de Oliveira Malaquias

Mestrando em História - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

carlos_malakyaz@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo analisa um conjunto de 30 negros e pardos que integraram a elite das tropas militares numa freguesia mineira na última década do século XVIII, selecionados de um censo eclesiástico. Através do acesso a registros de casamentos e de inventários remanescentes deste grupo, busca-se conhecer suas formas de ascensão e integração na hierárquica e desigual sociedade escravista colonial.

Palavras-chaves: militares, homens negros livres, sociedade colonial.

Abstract:

This article analyzes a group of 30 black men that integrated the elite of the military troops in a Minas Gerais' rural parish in 18th century last decade selected from a parochial nominal list. Using marriages registers and probate records, this enquiry looks for an understanding of their ascension and integration forms in the hierarchical and unequal slavery Brazilian colonial society.

Keywords: army, free black man, colonial society.

Este texto persegue e examina, ora individualmente, ora como grupo contrastado demograficamente, um conjunto de 30 homens e seus domicílios selecionados de um censo eclesiástico de uma paróquia mineira produzido em fins do século XVIII. Em comum esses homens carregam na cor da pele uma ligação passada com a escravidão – ligação que se faz direta no caso dos poucos libertos registrados – e portam uma patente militar. São o resultado de estratégias bem sucedidas de ascensão desenvolvidas ao longo do tempo, às vezes de gerações.

Parte-se do precioso “*Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste presente anno de 1795*”.¹ Elaborado pelos párocos da vila, este documento cita nominalmente todos os habitantes da freguesia maiores de sete anos (e, portanto, aptos a confessar-se) e seus respectivos domicílios. O *Rol* lista escrupulosamente cor, condição, estado matrimonial, idade e titulação dos confessados, o que o torna uma fonte ímpar para o conhecimento da sociedade mineira de fim do Setecentos.

Começo pela descrição e análise dos traços básicos do grupo de militares negros e pardos. Em seguida, concentro o foco na composição de seus domicílios. Por fim, examino algumas estratégias de casamento e a formação de laços familiares. Como se percebe pelo trajeto a percorrer, não se trata de um estudo sobre as forças militares na sociedade colonial, mas da análise de alguns indivíduos que integraram a elite dessas forças e ocuparam um lugar especial nessa sociedade. Conseguir uma patente militar foi para algumas dessas pessoas o ápice de um itinerário rumo à distinção; para outras foi parte importante desse percurso. O que importa é que estudando suas formas de vida pode-se conceber canais abertos à ascensão na desigual e

hierarquizada sociedade colonial. Que negros e pardos pudessem fazer parte da elite militar da colônia mostra que esta era uma sociedade dinâmica e dotada de flexibilidade.

Como veremos, os negros e pardos aqui em análise valorizavam a família e tinham um importante capital social passado através de gerações. Isso significa que esses sujeitos traçavam seus itinerários a partir de um *background* formado pelas relações sociais de sua família, das quais herdavam contatos, experiências e proximidade com o universo da liberdade, normalmente traduzido pela cor branca. Ao mesmo tempo, as relações que eles próprios constituíram foram fundamentais em seu trajeto. Dentre elas, a lealdade e o serviço ao Rei através da participação nos Corpos Auxiliares devem ser destacados. Ao prestar serviços à Coroa, esses negros e pardos militares acabavam prestando um serviço a si mesmos, obtendo prestígio e diferenciando-se.² O aspecto perverso é que, ao ascender socialmente, pardos e negros militares confirmavam as noções de qualidade, bem como a hierarquia social que ela embasava, e ao possuírem escravos e serem força fundamental nas repressões aos quilombos eram grandes responsáveis pela manutenção da ordem.

Negros e pardos na freguesia da vila de S. José

Como a maior parte das vilas mineiras do século XVIII, S. José surgiu do ímpeto minerador, muito embora pelo menos duas condições tenham tornado o desenvolvimento dessa vila algo peculiar. Em primeiro lugar, a região onde se localiza a vila de S. José, as paragens recortadas pelo rio das Mortes, foi originalmente ocupada em fins do XVII com o objetivo de produzir gêneros de abastecimento para os passantes em direção ao centro minerador da futura capitania.³ Em segundo



¹ Aqui acessado a partir do banco de dados digital organizado pelos prof.ºs Douglas C. Libby; Clotilde A. Paiva. Original: IHGT, Tiradentes, MG.

² COTTA, Francis Albert. Negros e mestiços nas milícias coloniais ibero-americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de si próprios. In: *IV Simpósio Internacional de Estudos sobre a América Colonial*, 2008. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

³ Sobre a formação da vila de S. José ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

lugar, a mineração desenvolveu-se principalmente na vila de S. José enquanto apenas tentativas efêmeras ocorreram em seus distritos, que acabaram se especializando na produção agrícola e na pecuária. Assim, desde sua formação a freguesia da vila de S. José esteve vinculada ao agropastoreio, o que atenuou os efeitos da decadência da mineração.⁴

A freguesia de Sto. Antônio da vila de S. José era formada, até a década de 1830, de uma paróquia matriz, sita na vila, e mais nove capelas aplicadas⁵ que se espalhavam em direção ao noroeste, provavelmente seguindo os trechos iniciais da antiga picada de Goiás. Os arraiais aplicados à freguesia de S. José eram circundados de matas abertas e áreas não ocupadas propícias à agricultura. O aproveitamento dessas áreas esteve ligado à capacidade produtiva dos ocupantes e às oportunidades de comercialização da produção. De fato, com a decadência da mineração na vila, na segunda metade do XVIII, os distritos tenderam a crescer e as matas virgens a ser ocupadas, conforme o exemplo do distrito da Laje definido por Maria Lúcia Teixeira.⁶

Os dados de fins do século XVIII, como demonstra a tabela abaixo, indicam que os escravos eram a maior parte da população, atingindo quase a metade do grupo total, e em alguns distritos superando o grupo de livres e libertos, como em S. João Batista, Laje e na própria Matriz. Os brancos livres eram a minoria (21% da população), mas estavam mais bem representados nos distritos rurais. Na área mais urbanizada da vila, os brancos constituíam uma parcela pouco representativa da população, apenas 11%. Por outro lado, indivíduos egressos da escravidão e seus descendentes chegavam a 30% da população total.

O grupo de negros e pardos, livres ou libertos,

da alforria. No primeiro caso é fato conhecido que o povoamento de Minas foi marcado pela escassez de mulheres – aspecto característico de sociedades definidas pela migração, uma vez que, em geral, os homens são os migrantes. Lembrando que a população negra chegou à América escravizada, a miscigenação entre homens brancos e mulheres negras e a produção de mestiços envolvia também relações poder. De acordo com Higgins, a miscigenação em Minas foi o resultado da exploração sexual infligida por homens brancos a concubinas negras, com as quais nunca se casavam e às quais negavam o direito da herança.⁷ Eduardo Paiva, sem querer vitimar senhores ou escravos, assinala que mulheres escravas não se acanhavam em utilizar seus atributos femininos para seduzir os homens livres e com eles estabelecer relacionamentos. Comprovando seu argumento, Eduardo Paiva demonstra que as mulheres foram as principais receptoras de alforrias em Minas no século XVIII.⁸

A libertação de escravos, outro elemento importante na formação do grupo de negros e pardos livres, era um instrumento desejável de manutenção do escravismo. Sendo o grupo branco tão minoritário, o controle sobre a massa escrava não podia se dar apenas pelo uso da violência. A alforria, então, acenava aos escravos um horizonte de liberdade, ao mesmo tempo em que lhes incutia regras e padrões de bom comportamento para alcançá-la.⁹

No conjunto de 30 negros e pardos com patentes militares aqui considerados, 25 nasceram livres e cinco alcançaram a liberdade ao longo da vida. Dentre os nascidos livres, 06 eram crioulos e 19 pardos; dentre os forros, 02 eram crioulos e 03 pardos. Contabilizam-se, portanto, 22 pardos e 8

⁴ Sabe-se que a Comarca do Rio das Mortes, antes do declínio da mineração, já dedicava boa parte dos seus esforços produtivos à agropecuária, o que, possívelmente, amenizou a conjuntura de crise associada à passagem do século XVIII para o XIX. Ver ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial: 1750-1822*. Niterói: ICH/UFF, 2001 (Tese de Doutorado).

⁵ As nove capelas aplicadas eram: Passatempo, Oliveira, Cláudio e Desterro (mais ou menos correspondentes aos atuais municípios dos mesmos nomes), Lages e Japão (respectivamente correspondentes aos atuais municípios de Resende Costa e Carmópolis), São João Batista (um distrito, re-denominado Morro do Ferro), Penha da França do Bichinho e Pilar do Padre Gaspar (distritos que mantiveram seus nomes).

⁶ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Laje (1780-1850)*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado)

⁷ HIGGINS, Kathe J. "Licentious Liberty" in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

⁸ PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001 e mais incisivamente Paiva, Eduardo F. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁹ LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

Tabela 01
População da Freguesia de São José do Rio das Mortes e suas Capelas no ano de 1795

1795	Matriz	Bichinho*	Padre Gaspar	Laje	Passatempo	Japão	Cláudio	Oliveira	Desterro	S. João Batista	Total
Branco	447	57	103	224	254	225	247	598	65	144	2364
Não Brancos livres e libertos	1432	313	162	130	229	131	391	343	78	35	3244
Escravos	2126	292	136	486	299	391	392	772	119	308	5321
Soma	4005	662	401	840	782	747	1030	1713	262	487	10929
Fogos	821	134	59	84	137	90	165	224	43	57	1814

* O distrito do Bichinho era uma capela aplicada segundo a administração eclesiástica e parte da vila de S. José segundo a administração civil.

Fonte: "Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795". Banco de Dados. Original: IHGT, Tiradentes, MG.

foi gerado a partir das relações entre brancos e negros, seja a partir da miscigenação, seja a partir

crioulos. O maior número de pardos e de indivíduos nascidos livres portadores de uma patente pode ser explicado conjugando-se a

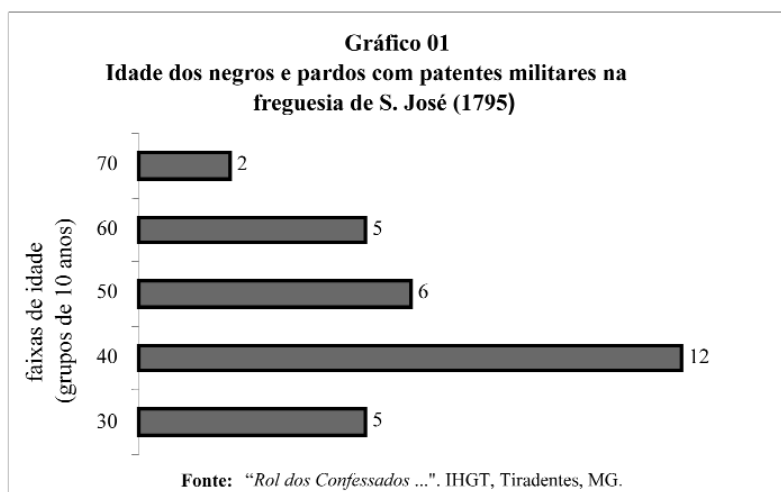
distância da escravidão e a experiência, às vezes acumulada ao longo de gerações, de liberdade. Chamo atenção para o fato de que nenhum dos 30 indivíduos titulados aqui em análise era africano. Assim, as patentes em S. José parecem reservadas a nativos da colônia – embora eventualmente e em outras áreas pudesse haver africanos – indicando que crioulos e pardos, pelas relações que teciam na sociedade colonial desde seu nascimento, tinham melhores condições de ascender socialmente e adquirir prestígio. Forros ou não, e é bom lembrar que uma minoria era alforriada, crioulos e pardos nasceram na sociedade colonial, estavam familiarizados com suas regras e valores e conheciam os comportamentos que eram desejados e esperados. Nesse sentido, as famílias devem ter desempenhado papel chave na socialização desses indivíduos, transmitindo a experiência de quem conhecia de perto a escravidão e soube (ou no mínimo viu) como sair dela. Africanos não contavam com esse conhecimento acumulado ao longo das gerações e, embora pudessem adquiri-lo através da sociabilidade ou da experiência, dificilmente conseguiam alcançar níveis sociais mais altos. A distribuição de alforrias em S. José confirma a tese de que nativos da América portuguesa tinham mais oportunidades de ascensão: entre os forros de S. José os pardos eram 53,7%, os crioulos, 30,5%, e os africanos apenas 15,8.¹⁰

Embora os não-brancos fossem a maior parte da população legalmente livre, eles constituíam um ponto médio social. A distribuição das patentes militares demonstra isso: das 120 patentes militares listadas no *Rol*, apenas um quarto contemplava negros e pardos. Além disso, atente-se para o fato de que, sem contar as patentes militares, negros e pardos não figuravam com outros títulos de distinção existentes. Quer dizer, não há mulheres negras ou pardas ostentando o título de “dona”, nem desembargadores ou licenciados negros ou pardos. Também não são apresentados membros do clero (reverendos ou vigários) negros ou pardos, embora o *Rol*, como acontece em outras fontes, possa ter declarado esses indivíduos como brancos.¹¹ Essa distribuição desigual do prestígio, além de reafirmar que os brancos, mesmo sendo a minoria, eram o grupo dominante na sociedade, sugere que os mais importantes canais de ascensão para negros e pardos fossem as fileiras das forças armadas. Desde o mitológico exemplo do negro Henrique Dias, a lealdade e bravura de negros e pardos em prol da Coroa poderia ser recompensada com uma patente militar e o agraciado galgar algumas posições dentro do corpo social estratificado da colônia.¹²

Todavia, percebe-se também que a busca de distinção através de patentes militares acena para uma antiga disposição das Coroas ibéricas em

utilizar as forças locais na defesa do seu território e na manutenção da ordem interna. Essa tradição pode ser observada nas estratégias usadas pela Coroa espanhola para defender áreas de fronteira na América do Norte, especialmente no México e na Florida,¹³ e nas milícias de negros e mulatos de Lima, no Peru.¹⁴ Da mesma forma, o Império português já incorporava combatentes locais na defesa de suas possessões no estado da Índia, antes da colonização da América.¹⁵ Como se percebe, as Coroas ibéricas consideravam suas conquistas sob um ponto de vista bélico, pensando as sociedades sob o enfoque do fortalecimento do reino¹⁶, e tratando suas populações como fornecedoras em potencial de soldados.

Observando as idades dos negros e pardos com patentes militares, observa-se que formavam um grupo maduro, constituído predominantemente por indivíduos com mais de 40 anos. Sua distribuição por faixas etárias pode ser acompanhada pelo gráfico a seguir.



Homens negros e pardos com uma patente militar em S. José tinham, num cálculo mediano, 47 anos e meio de idade. A idade mediana de homens brancos com patentes militares não ficava muito longe, 48 anos. Entretanto, por volta de um quarto destes homens brancos estava na casa dos 30 anos ou menos (22 dos 90), enquanto apenas um sexto dos negros e pardos com patentes tinham menos de 40 anos (5 dos 30). Creio não ser inadequado interpretar essa defasagem sugerindo que negros e pardos, em comparação com os brancos, tinham caminhos mais longos a percorrer até alcançar uma patente. Apesar de todos os indivíduos da nossa amostra terem nascido na colônia e muito provavelmente dominarem os códigos de deferência e hierarquia que ordenaram aquela sociedade, alcançavam prestígio e diferenciação de forma menos freqüente e mais morosa do que os brancos.¹⁷

A maior parte desses homens já maduros era

¹⁰ LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. Ver tabela 08, p.29.

¹¹ Não se deve desconsiderar aqui a possibilidade de que negros e pardos que tivessem essas titulações “embranqueassem” nos registros do *Rol*. Nesse caso, o domínio branco expressava-se simbolicamente na apresentação desses sujeitos. Maria Luiza Marcílio aponta vários exemplos de negros e pardos que enriqueciam, ascendiam socialmente e “embranqueciam” nas listas nominativas da capitania de São Paulo. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, pp.117-118. A historiografia mais recente tem demonstrado que designações como pardo, crioulo e cabra, bem como a ausência delas, poderiam referir-se também ao lugar social do sujeito na hierarquia colonial. Segundo Sílvia H. Lara, “[...] geralmente, a cor da pele estava associada à condição que separava a liberdade da escravidão. (...) ela era lida, no Reino e na América portuguesa, como uma entre as muitas marcas simbólicas de distinção social”. LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.143. Para essa discussão no âmbito mineiro ver LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Exploring Parish Registers in Colonial Minas Gerais, Brazil: Ethnicity in São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Colonial Latin American Historical Review*. 14(3), pp.212-244, Summer 2005.

¹² Sobre o negro Henrique Dias ver MATTOS, Hebe. Governador dos negros, crioulos e mulatos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n.º 7, p.72-76, 2006. Para uma análise que busca situar a permanência na longa duração da imagem de Henrique Dias, ver o já citado COTTA, Francis Albert. Negros e mestiços nas milícias coloniais ibero-americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de si próprios.

¹³ LANDERS, Jane. *Black slavery in spanish florida*. Urbana: University of Illinois Press, 1999, mostra que os esforços de colonização da Florida (território espanhol até a década de 1820) foram impetrados através da instalação de comunidades formadas por negros forros que teriam vivido em Cuba e no México, índios nativos, e, sobretudo, escravos fugidos das plantações da Carolina. Tais comunidades eram fortificadas e seus habitantes, militares.

¹⁴ ARES, Berta. Les Milices de noirs et de mulâtres à Lima: les débuts XVI – XVII siècles. In: STELLA (Coord.). *D’Esclaves à soldats. Miliciens et soldats d’origine servile XII – XX siècles*. Paris: L’Harmattan, 2006.

¹⁵ THOMAZ, Luis Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

¹⁶ Seja fortalecimento econômico, através de produções que contribuíssem para a riqueza da metrópole, como os metais e pedras preciosas e os gêneros com caráter de especiarias, seja o fortalecimento territorial, através da formação de comunidades “tampano”, um recurso geopolítico para guardar as fronteiras. Ver LANDERS, Jane. *Black slavery in spanish florida*.

¹⁷ Sobre o tempo de dedicação e a duração de trajetórias de ascensão, Libby e Paiva perceberam que 9 em cada dez africanos forros em S. José tinha mais de 40 anos e que, para o autores, significa que atingiam a liberdade depois de um longo percurso de obediência e trabalho. LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795, p.31.

chefe do fogo (isto é, do domicílio) onde residia: dos 30 em estudo, 26 deles respondiam pela casa. A análise dos seus domicílios revela que eram, na maior parte dos casos, casados: 19 eram e 01 havia sido (viúvo). E, em 21 dos 30 casos, negros e pardos militares eram senhores de escravos. O estudo da composição de seus fogos e sua situação familiar ocupa o item seguinte.

Os domicílios de negros e pardos com patentes militares em S. José.

Retornando aos dados demográficos da freguesia de S. José, esboçados na **Tabela 01**, vemos que, apesar da decadência da exploração de ouro, o distrito da Matriz continuou sendo o mais habitado no século XVIII. É possível pensar que atividades artesanais e manuais, somadas ao comércio, sustentavam a maior parte da população.¹⁸ É bom lembrar também que as vilas mineiras no XVIII eram centros importantes de serviços e comércio, o que garantia o sustento de uma larga parcela de artesãos e vendedores a retalho.¹⁹ Que essas atividades gerassem considerável riqueza pode ser deduzido da grande quantidade de mão-de-obra escrava presente no distrito da Matriz (quase 40% de toda escravaria da freguesia). Sabemos, ainda, ser a vila o espaço onde as instituições de poder se localizavam, e residir ou transitar nesse espaço garantia uma maior proximidade com as pessoas que encarnavam a autoridade do monarca na colônia.²⁰ Talvez, percebendo essas características específicas do espaço urbano, talvez por terem sido gerados nesses espaços,²¹ a maior parte (cerca de 44%) da população não-branca da freguesia de S. José residia na Matriz. Mais próximos do centro de poder e do mercado, negros e pardos buscavam naquela área tecer suas estratégias de distinção e sobrevivência.

Especialmente a função de mercado desempenhada pela vila parece ser importante para explicar como vivia um dos militares aqui considerados: entre os bens listados no inventário do Capitão Agostinho Correa Paes, homem livre e pardo, há o escravo José crioulo, conhecedor do ofício de alfaiate. Não é difícil imaginar que o Capitão Agostinho oferecesse os serviços do seu escravo à clientela na vila (e, obviamente, ficasse com a renda do trabalho, ou parte dela).²² Assim como o capitão Agostinho, quase todos os sujeitos da análise viviam na Matriz: 23 dos 30; apenas dois moravam na capela do Bichinho – que era muito próxima à matriz e, em termos da administração civil, considerada parte dela; e os cinco restantes viviam na capela de Oliveira, a maior dentre as capelas aplicadas. Portanto, revela-se que esses indivíduos buscavam o meio mais urbanizado da

freguesia, onde a concentração de pessoas, funções administrativas e de mercado poderiam ajudar em sua sobrevivência e distinção.

As informações do supracitado capitão pardo Agostinho Correa Paes vieram do inventário de sua esposa, a parda livre Antônia Maria de Sousa, aberto em 1806.²³ O capitão Agostinho faleceu em 1812 e também deixou inventário.²⁴ Estes foram os únicos inventários referentes aos 30 indivíduos da análise que puderam ser localizados. Através deles é possível conhecer aspectos interessantes da vida material desse capitão pardo. Além do alfaiate José crioulo, o capitão Agostinho possuía mais 07 escravos, um número que o colocava entre o terço mais rico dos proprietários de escravos da freguesia de S. José.²⁵ No *Rol*, Agostinho aparece dono de uma escravaria com equilíbrio de sexos, quatro mulheres e quatro homens, sendo que três desses eram africanos. Os inventários não trazem menção sobre se seus escravos conheciam algum ofício – salvo o citado José alfaiate. Mas ao descrever os bens da família, a documentação oferece algumas pistas de como essa escravaria era empregada. No inventário da esposa do capitão, datado de 1806, há a menção a instrumentos de alfaiataria, o que era esperado, um tear aparelhado e três rodas de fiar. Há a menção ainda de dois tachos de cobre, comumente empregados no preparo de doces, farinha, derivados de cana-de-açúcar e outros. Existiam ainda alguns instrumentos de cultivo: 02 enxadas e um machadinho. A escravaria do capitão Agostinho parecia ser, portanto, empregada numa multiplicidade de tarefas: na tecelagem e fiação, no trabalho doméstico e no trabalho da roça.²⁶

A versatilidade de sua escravaria garantiu que esse homem gozasse de alguma riqueza e prestígio que podem ser inferidos pela descrição de outros de seus bens. O capitão Agostinho morava na rua Direita da vila de S. José, numa morada de casas assobradada que partia com vizinhos também militares e provavelmente bastante ricos. Por um lado, Agostinho tinha como vizinho o furiel Antônio Marques Pinto, homem branco, casado e dono de 13 escravos em 1795. De outro lado, sua morada partia com a casa do capitão Antônio Vital Riforte, branco e casado, possuidor de 07 escravos. Na mesma rua ainda residiam o sargento-mor Antônio da Fonseca Pestana, branco e casado, dono de 32 escravos, e o alferes Antônio Pedrozo de Carvalho, branco e solteiro, dono da maior escravaria registrada no *Rol*, 105 escravos.

O capitão pardo Agostinho Correa Paes convivia com a elite escravista de S. José (ele próprio fazia parte dela) e portava símbolos de distinção que referendavam seu lugar de destaque. Em seu inventário são numerosas as referências a jóias e utensílios de prata. Sua casa era bem mobiliada e não faltavam requintes para receber

¹⁸ Como sugere o exemplo de Mariana, estudado por Leandra B. Andrade da economia de Mariana no século XIX, longe de apresentar sinais de estagnação ou decadência, mostrava vitalidade. Animada por um cinturão rural ocupado com produções de abastecimento, a cidade de Mariana se especializava no comércio, nos serviços e na produção artesanal. ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2007 (Dissertação de Mestrado).

¹⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. Esses espaços das Minas Gerais: considerações acerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX. *11º Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2004.

²⁰ MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*. Brasil-Portugal, 1750-1808. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, esp. pp. 119 e passim.

²¹ Como demonstra E. F. Paiva, a maior parte das alforrias concedidas em Minas privilegiava escravos em áreas urbanas, embora não fossem raras nas zonas rurais. PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo colonial na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*.

²² Trata-se de deduções possíveis dentro das margens estabelecidas pela bibliografia, uma vez que não encontramos documentação que illumine os tratos entre o Capitão Agostinho e seu escravo. Uma ampla bibliografia atesta a capacidade de os escravos gozarem de alguma autonomia no desempenho de seus ofícios e acumular algum pecúlio. Tais possibilidades estariam mais presentes nas áreas urbanizadas, mas elas também se apresentam no universo rural. Sobre as famosas negras de tableiro, expressão mais viva da autonomia escrava em áreas urbanas ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (orgs.). *Estudos sobre história e educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001 e FIGUEIREDO, Luciano R. *O Averso da memória*. Rio de Janeiro: Brasília: José Olympio, Ed. UNB, 1993. Sobre os espaços de mobilidade dos escravos no ambiente urbano ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; para a mobilidade em áreas rurais ver: LARA, Sílvia Hulnold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: UNESP, 2005. Para as possibilidades de acumulação dos cativos ver a importante noção de economia interna dos escravos desenvolvida em MACDONALD, Roderick. *The economy and material culture of slaves: goods and chattels on sugar plantations of Jamaica and Louisiana*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993.

²³ Arquivo Regional de São João del-Rei, Escritório Técnico II, 13º SR, IPHAN, *Inventários de Antônia Maria de Souza, 1806*, cx. 298 (esposa do capitão Agostinho Correa Paes). Doravante esse arquivo será designado pela sigla ARSJD/IPHAN.

²⁴ ARSJD/IPHAN, *Inventário de Agostinho Correa Paes, 1812*, cx. 482.

²⁵ De acordo com o *Rol* dos Confessados, 50% dos domicílios não possuíam escravos; dentre aqueles nos quais essa propriedade estava presente, 70% tinham 5 ou menos cativos. Essas cifras são corroboradas no período mais longo coberto por uma grande massa de inventários referentes ao termo da vila de S. José (que agregava mais distritos do que a freguesia). Ver GRACA FILHO, Afonso de Alencastro. *et. ali.* Famílias escravas em Minas Gerais no inventário e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Vária História*. Belo Horizonte: UFMG, n.º 37, pp. 184-207, jan./2007. O século XIX mineiro apresenta uma estrutura de posse muito semelhante na qual 66% dos domicílios não tinham escravos e entre os que os tinham, apenas um terço possuía mais de cinco cativos. Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁶ Como mostra LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, as atividades têxteis eram disseminadas por toda Minas no XIX e eram costumeiramente exercidas por mulheres. O autor ainda mostra que o ideal das unidades produtivas mineiras era a diversificação de atividades e a tendência à auto-suficiência – ideal que parece ter sido buscado pelo capitão Agostinho.

eventuais visitas: pratos e xícaras de louça, talheres de prata, copos de vidro. De acordo com Carla Almeida, investimentos estéreis como esses tinham razão de ser na sociedade mineira do XVIII: eles eram marcas externas de prestígio, símbolos da distinção que deveriam ser ostentados. Daí que grande parte dos inventários de homens ricos examinados pela autora possuíam por volta de 3% de sua riqueza investida em jóias e mobiliário.²⁷

Novamente, como o capitão Agostinho, a maioria dos negros e pardos que compõem nossa análise eram chefes dos fogos em que residiam. O controle de um fogo significava autonomia e, em geral, a chefia do domicílio estava associada à constituição de família. Na população de S. José, segundo o *Rol*, 61,3% dos chefes de domicílio eram casados ou viúvos. Ainda segundo o *Rol*, os chefes de domicílios que possuíam a propriedade escrava tendiam a ser casados em proporções ainda maiores – chegando a 70,6% – o que sugere que, ao reunir recursos com a formação legal de uma família, os indivíduos tivessem maior facilidade de acesso à mão-de-obra escrava, seja através do dote, da herança ou do trabalho familiar. Como mostrarei a seguir, quando o capitão Agostinho casa sua filha Dorotéa, oferece de dote ao novo casal a escrava Francisca cabra.

A análise dos negros e pardos que não encabeçavam domicílios pode somar alguns aspectos ao conhecimento das formas como o grupo vivia. Três dos quatro indivíduos nessa situação eram significativamente solteiros; o outro era viúvo, tinha idade avançada (64 anos), e aparentemente viva com a filha e o genro no arraial de Oliveira. O ajudante João de Moraes, homem pardo livre, de 44 anos, vivia na casa da mãe, uma crioula forra que nunca fora casada. Não possuíam nenhum escravo, mas tinham uma agregada com quem dividir o trabalho: uma negra forra da Costa da Mina com 65 anos.²⁸ Outro militar que vivia em domicílio alheio era o alferes Miguel de Pereira Rangel, crioulo forro de 51 anos, que residia como agregado no fogo de seu irmão Ignácio Pereira Rangel, também crioulo forro. Ignácio chefiava um domicílio próspero com 08 escravos e mais dois agregados, além do seu irmão Miguel. Por fim, o alferes Félix da Costa Cunha, homem pardo livre de 47 anos, vivia no domicílio do capitão João Felizardo dos Santos, também homem pardo e livre. Embora a relação entre o alferes Felix e o capitão João Felizardo não seja dada a conhecer através do *Rol*, é possível que ele seja um agregado. Nenhum desses indivíduos que não encabeçavam os domicílios em que moravam possuía escravos.

Quanto à presença e número de escravos no domicílio, os 21 pardos e negros militares com escravos possuem um número mediano de 04 cativos. As maiores escravarias verificadas foram de 24 cativos, possuídos pelo mestre de campo

Joaquim Pereira da Silva, homem pardo livre; 12 escravos no domicílio do capitão José da Assumpção Miranda, pardo livre; e 11 escravos em posse do capitão Antonio da Silva de Abreu. Estes eram casos de excepcional riqueza, pois as posses variavam dentro do limite mínimo de 3 e máximo de 8 escravos. De qualquer forma, mais de um quinto (26,6%) dos militares aqui em questão tinham posses com cinco ou mais escravos, o que permite enquadrá-los no segmento de médios senhores de escravos em Minas Gerais.²⁹ Apenas 3 militares tinham dois escravos, dois militares possuíam somente um cativo, e nove – dentre eles os quatro casos mencionados como não chefes de domicílio – não tinham nenhum escravo. Desses nove casos, três eram forros, o que, novamente, sinaliza maiores dificuldades de ascensão e enriquecimento para os indivíduos alforriados.

Na verdade, a posse de escravos pelos negros e pardos aqui em análise não se reduz à sua busca específica por distinção e prestígio – isto é, não deriva do fato de terem patentes militares –, constituindo-se num fenômeno mais amplo daquela sociedade. Os dados globais da posse de escravos na freguesia de S. José mostram que negros e pardos compunham mais de um terço de todos os senhores de escravos.³⁰

Aos poucos, portanto, percebe-se que a estratégia de ascensão desses negros e pardos passava pela constituição de um fogo e a posse de escravos. Estes objetivos encontravam-se ligados, na maioria das trajetórias, ao casamento. Convém mencionar que a historiografia vem descobrindo aspectos de várias ordens envolvidos na instituição do casamento no Brasil dos anos 1700 e 1800, sendo o mais ressaltado deles o fato de que a constituição de uma família significava estabilidade num mundo no qual a migração era sempre uma alternativa. O formar família pressupunha laços bem estabelecidos na comunidade e agregava, sobre a base do domicílio, recursos econômicos e sociais.³¹ Mas era uma passagem da vida também marcada por condicionamentos da sociedade hierarquizada e desigual. De acordo com Sílvia Brügger, o casamento estabelecia um contrato entre *iguais*, isto é, entre pessoas da mesma qualidade.³² Embora a noção de qualidade seja de conteúdo difícil de precisar, ela liga-se à concepção nobiliárquica de prestígio e, na realidade múltipla da colônia, envolvia as relações de cor, a condição, a fortuna e os laços sociais e familiares do indivíduo. Aliás, a própria idéia de indivíduo não tem muito sentido dentro de uma sociedade governada pela noção de qualidade, uma vez que o que importa são as relações que envolvem o sujeito, não suas características intrínsecas. No campo da prática social, Sílvia Brügger demonstra que a maior parte dos casamentos uniram pessoas da mesma cor/condição.³³ O mesmo se deu com os 19 negros e pardos casados aqui em análise. Todos estabeleceram uniões com mulheres da mesma cor

27 ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822.

28 Como cita Eduardo Paiva não era raro que ex-escravos depois de alforriados continuassem a viver com seus antigos donos. Paiva, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789.

29 Segundo os dados apresentados por LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. p.77 e COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras*: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

30 LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. p.36, tabela 11.

31 Como mostram FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998 e MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

32 BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX. Niterói: UFF, 2002 (Tese de doutorado), especialmente o capítulo 04 "Estratégias Familiares e Alianças Matrimoniais". Sobre a noção de qualidade ver LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa.

33 BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX. p.247, tabela 4.1.

e condição, isto é, se eram crioulos livres, casaram-se com mulheres crioulas e livres; se pardos forros, conseguiam pares também pardos e forros. Ainda acompanhando os argumentos de Brügger, mais do que uma opção, esse comportamento revela que o mercado matrimonial era um lugar de reprodução das desigualdades. A presença e participação dos negros e forros com patentes militares no mercado matrimonial são analisadas a seguir.

Estratégias matrimoniais de negros e forros militares

Uma vez identificados no *Rol dos Confessados* os indivíduos negros e pardos com patentes militares, buscamos localizá-los nos registros de casamentos celebrados na freguesia de S. José. Contamos com todos os registros de casamentos disponíveis para o período entre 1783, quando começam, e 1860. Trata-se de uma base de dados com 3347 celebrações de casamentos de livres, libertos e escravos. Nesses registros, os militares negros e forros surgem em três circunstâncias principais: como testemunhas dos matrimônios, como noivos eles próprios, e casando filhas e filhos.

Mas antes de examinar cada uma dessas posições, quero chamar atenção para uma peculiaridade da presença dos negros e pardos militares nos registros paroquiais: todos os registros em que esses personagens aparecem omitem a cor e a condição dos militares, ligando-os ao universo dominante da liberdade.³⁴ É preciso, portanto, tomar criticamente as informações constantes dos assentos paroquiais de casamento. De acordo com Sheila Faria, essas fontes recebem na ação dos padres os conteúdos sociais mais gerais e, por isso, são tributárias das redes sociais de poder de sua época e estão envoltas nos preconceitos e ideais de sua cultura. Os padres que oficializavam os ritos dificilmente poderiam saber da vida de todos os seus fregueses. A origem e a filiação dos que casavam, bem como o seu passado escravista ou não, tinham de ser perguntados às testemunhas, parentes etc. A notação das designações de cor ou condição dependia ainda da memória do pároco, pois os assentos de casamento não são dispostos em ordem cronológica, o que indica terem sido registrados depois do rito. Assim, as informações constantes nos registros paroquiais iam além do conhecimento do pároco e das testemunhas; elas representavam o consenso e o reconhecimento social sobre alguém. Como argumenta Sheila de Castro Faria:

[...] a redação dos registros [eclesiásticos] não se reduzia às informações dadas pelos envolvidos e, nem mesmo, pelo conhecimento que tinham os próprios párocos. Representava, através da escrituração dos padres, o que as pessoas indicavam sobre elas e o que a comunidade local sabia ou murmurava sobre elas.³⁵

Dessa forma, a ascensão social, a aquisição de prestígio e a correspondente ostentação dos sinais

externos da distinção, poderiam virtualmente *embranquecer* uma pessoa. Acredito que a omissão deliberada da cor dos negros e pardos militares nos registros de casamento é um resultado do prestígio que alcançaram e do reconhecimento social que tinham.³⁶ Por exemplo, o pardo mestre de campo Joaquim Pereira da Silva não precisava ter sua cor mencionada, uma vez que todos conheciam o mestre de campo e sabiam da sua trajetória, bem como do seu lugar social.

Negros e pardos possuidores de patentes militares aparecem com grande regularidade como testemunhas em uniões matrimoniais. Pelo menos 13 do grupo de 30 indivíduos em análise figuram como testemunhas em 35 celebrações de casamento.³⁷ Alguns aparecem repetidas vezes, como o citado mestre de campo Joaquim Pereira da Silva, pardo livre, que testemunha 09 celebrações³⁸, e o capitão Manoel Dias Oliveira, pardo livre, que aparece em 08.³⁹ As testemunhas eram sujeitos importantes no processo matrimonial. Após serem levantados os proclames matrimoniais, era a sua palavra que garantia que os noivos estivessem desimpedidos para consorciarem-se. Não custa lembrar que numa sociedade na qual o peso da oralidade era tão significativo, o *status* de quem falava tinha importância. Logo, percebemos que a posse de um título dava aos pardos e negros em análise lugares de destaque. Os próprios registros de casamentos consultados confirmam essa hipótese ao mostrar que em 20 das 35 cerimônias os negros e pardos com patentes são acompanhados no testemunho por outras pessoas tituladas, via de regra, brancos, ou pelo menos apresentados como tais pelos registros eclesiásticos.

Entretanto, na maior parte dos casos, negros e pardos testemunham casamentos de pessoas numa escala socialmente inferior: nenhum dos noivos desses matrimônios tem qualquer título e apenas 07 dos seus pais possuem patente militar. Outras 11 das 35 cerimônias em destaque são de casamentos de escravos. Em três dessas últimas são os pardos militares que levam seus escravos ao altar. Numa dessas cerimônias o tenente pardo Leandro Gonçalves Chaves conduz sua escrava Catarina Benguela ao casamento com o cabra forro José Cardozo.⁴⁰ Noutra o pardo João Pedro Pereira casa dois de seus escravos: Maria crioula e Caetano angola.⁴¹

Os registros de casamento ainda revelam que alguns dos negros e pardos em análise ascenderam na hierarquia militar, adquirindo, ao longo do tempo, patentes mais altas. O acima mencionado João Pedro Pereira aparece em 1795 no *Rol* como alferes, mas quando casa seus escravos em 1801 já é capitão. Da mesma forma, o homem pardo Leandro Gonçalves Chaves era alferes em 1795 e aparece como tenente onze anos depois no casamento de seus escravos.

³⁴ Na ausência de designativos de cor, normalmente considera-se o indivíduo como branco.

³⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. p.130.

³⁶ Nesse mesmo sentido, Douglas Libby e Afonso de Alencastro apresentam a trajetória da negra Roza Moreira de Carvalho e de seus descendentes, marcada pela ascensão social e o embranquecimento. LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Reconstruindo a liberdade – Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850*. *Varia História*, n.º. 30, pp.112-151, julho 2003. Significativamente, um dos genros da matriarca Roza Moreira de Carvalho era um pardo militar, o capitão Antonio da Silva Abreu.

³⁷ Ver Diocese de São João del-Rei, Arquivo da Paróquia de Sto. Antônio da Vila de S. José. Casamentos, Livro 21, folha 225; Livro 24, folhas: 01v, 06, 7v, 10v, 11, 12v, 16v, 18, 40, 56, 59, 65v, 68, 69v, 74, 106v, 112, 114v, 121, 135v, 143, 143v, 149,165; Livro 25, folhas: 206, 247v, 249, 291, 272v, 305; Livro 26, folhas 40, 110v. Doravante esse arquivo será citado pela abreviação APSJDR/PSA.

³⁸ APSJDR/PSA, Livro 24, folhas: 1v, 6, 16, 65v e 69v; e Livro 25, folhas: 206, 247v e 249.

³⁹ APSJDR/PSA, Livro 24, folhas: 7v, 10v, 11, 12v, 18 e 149v.

⁴⁰ APSJDR/PSA, Livro 25, folha: 272v.

⁴¹ APSJDR/PSA, Livro 24, folha: 143v.

Outros casos se somam a esses: o pardo Francisco José Faria, sargento-mor no *Rol*, aparece coronel em 1824,⁴² o pardo Manoel Dias de Oliveira ainda não tinha patente nos quatro casamentos que testemunhou em 1785,⁴³ mas em 1786 ostentava o título de capitão com o qual aparece no *Rol*.⁴⁴

O caso do pardo João de Andrade Baptista contribui para a hipótese de que o casamento era um passo importante na estratégia de ascensão: ele não tinha nenhuma patente quando se casou em 1785 com a parda Maria Theodora da Silva,⁴⁵ mas dez anos depois apareceu no *Rol* como furriel.

Encontrei os registros de casamento de 05 dos militares aqui analisados. Através dos dados de filiação é possível saber que dois deles vieram de uma família completa (eram filhos legítimos): o alferes João Pedro Pereira era filho legítimo de Cipriano Pereira e Ana Cristina Gonsalves; Manoel Dias Oliveira era legítimo de José Dias Oliveira e Inácia Maria Rosa. Ser legítimo significa ter nascido de pais casados oficialmente, o que mostra que a instituição do casamento era algo conhecido e próximo. Os filhos ditos naturais eram os nascidos de uniões não sacramentadas, isto é, nascidos de pais não casados pela Igreja. Esse tipo de união, baseada no consenso entre os cônjuges, é tido como o mais recorrente em Minas.⁴⁶ Dois dos militares em análise não tiveram o nome do pai mencionado em seu registro de casamento.⁴⁷ Não há informação de família para o quinto militar. As esposas destes militares cujos casamentos puderam ser identificados eram fruto de relações consensuais: 03 das 04 esposas para as quais há menção de família são naturais; a única legítima casou-se com um dos militares que era filho legítimo.⁴⁸

De qualquer forma, o que se quer aqui salientar é que, vindos ou não de uniões sacramentadas, os pardos e negros buscaram formar famílias com o reconhecimento oficial (isto é, validado pela Igreja). A formalidade de suas relações conjugais era um passo importante na sua trajetória de distinção. Podemos perceber que esse tipo de união era o que eles desejavam para os seus filhos. Há 17 registros de casamento em que negros e pardos com patentes militares aparecem casando seus filhos e filhas.⁴⁹ Os ajustamentos do casamento eram assunto da família e conseguir um cônjuge à altura era parte de estratégias de ascensão e manutenção de *status* que poderiam atravessar as gerações. Segundo Sílvia Brügger, o patriarcalismo presente nestes arranjos verificava-se no fato de que os projetos de vida eram pensados em termos coletivos, tomando-se como unidade básica a família, não o indivíduo.⁵⁰

O exemplo do capitão Agostinho Correa Paes pode, novamente, somar aspectos para o melhor conhecimento das estratégias familiares de ascensão dos negros e pardos militares. Em 1805 o capitão Agostinho casou sua filha Dorotea, então

com 20 anos, com João Ribeiro Rosa, filho do tenente Manoel Ribeiro Rosa, homem pardo forro, e sua mulher Francisca Maria da Silva, parda forra. O tenente pardo Manoel Rosa aparece no *Rol* em 1795, morando na capela de Oliveira, dono de três escravos. Podemos imaginar que era um casamento que convinha a ambas as famílias, afinal dois militares pardos uniram seus filhos e seu prestígio. Mas se o prestígio da família de Agostinho não fosse o suficiente para conseguir um bom marido para sua filha, o dote ajudaria. Para tornar sua filha Dorotea mais atraente no mercado matrimonial, o capitão Agostinho ofereceu dote de pouco mais de 82\$000 (oitenta e dois mil réis), constituído por uma escrava, móveis para a casa, utensílios em metal, roupas, todo o enxoval e ouro, provavelmente em pó. Era uma parte significativa do valor total dos bens de Agostinho e sua esposa, alcançado 5,5% do valor do inventário.

No entanto, o casamento de uma outra filha deixou Agostinho desgostoso a ponto de ele tentar negar-lhe a herança devida pela morte de sua mãe. Os registros de casamento mostram que Maria, terceira filha de Agostinho, casou-se aos 13 de maio de 1807, então com 16 para 17 anos, com Joaquim Bernardes Paulino. Mas para isso Maria percorreu um conturbado caminho e teve a oposição do pai. No começo de maio de 1807, enquanto o inventário de sua mãe ainda corria, Maria interpôs pedido ao Juizado de Órfãos da vila de S. José para pedir licença para casar-se.⁵¹ De acordo com o pedido, ela encontrava-se “justa e contratada para tomar estado de casada com Joaquim Bernardes Paulino”. O pedido deveria ser encaminhado ao pai, o capitão Agostinho, tutor legal dos filhos menores. Em sua resposta, o capitão Agostinho dizia-se contrariado e que não tinha ajustado nenhum casamento, que sua filha havia-lhe fugido de casa e que não convinha no dito casamento “em tempo algum pelo desgosto que me dá”. Em face disso o juiz de órfãos negou o pedido.

Mas Maria insistiu na licença para casar-se argumentando que, de fato, seu pai não tinha ajustado nenhum casamento, e sim *que ela estava justa e contratada* para tomar estado. Argumentava que o casamento era uma ação que “depende de vontade livre”. Dizia que seu pretendente era homem “igual à pessoa da suplicante”, honrado e com o ofício de sapateiro, e que era capaz de sustentá-la – do contrário como poderia a suplicante “amparar-se para viver”? Por fim, dizia que seu pai a tem maltratado de pancadas “por motivos que não pode expor, sendo assaz públicos”.

A argumentação de Maria tocava pontos sensíveis nas noções que envolviam o matrimônio. Em primeiro lugar, o casamento era de fato considerado pela Igreja como uma ação de consciência individual, embora, no caso de menores de idade dependesse da aprovação dos pais. Em segundo, Maria afirma que seu noivo era igual à sua pessoa, isto é, da mesma qualidade,⁵² tentando mostrar que seu pai não tinha motivo

42 APSJDR/PSA, Livro 26, folha: 110v.

43 APSJDR/PSA, Livro 24, folhas: 7v, 10v, 11 e 12v.

44 APSJDR/PSA, Livro 24, folha: 18.

45 APSJDR/PSA, Livro 24, folha: 11.

46 De acordo com FIGUEIREDO, Luciano R. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. As proposições deste autor são matizadas pela análise de BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX*. cap. 02 “Legitimidade, Casamento e Concubinato”.

47 APSJDR/PSA, Livro 24, folha 11v, João Andrade, e folha 149v, Lourenço Trindade.

48 Trata-se de Ana Joaquina Sousa, filha de Manoel Sousa Lopes e Teresa Francisca de Jesus, que se casou com Manoel Dias de Oliveira. APSJDR/PSA, Livro 25, folha 203v.

49 APSJDR/PSA, Livro 24 folhas: 16, 39v, 50, 77, 102, 112, 133, 143, 146v, 148 e 160; Livro 25, folhas: 198, 227v, 291 e 319v.

50 BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX*.

51 De acordo com as petições apresentadas em ARSJD/IPHAN, inventário de Antonia Maria de Souza, 1806, cx. 298.

52 Pelo *Rol* sabemos que o marido de Maria, Joaquim Bernardes Paulino era pardo livre, morava na vila em domicílio de seu tio, Antônio Bernardes Paulino, pardo forro, com sua mãe, Anna Maria Bernardes, parda e solteira, irmã de Antônio. Integravam ainda esse domicílio um irmão de Joaquim Bernardes, uma tia e um primo.

para se opor ao casamento. Para justificar sua ação, Maria apela para a idéia socialmente difundida de que o casamento unia iguais.⁵³ Um terceiro ponto importante na argumentação da filha Maria era que, ao dizer que Joaquim Paulino seria capaz de sustentá-la, ela colocou em cena outra noção relativa ao casamento: a de que a união salvava mulheres e homens do mau comportamento, que o matrimônio era capaz de evitar desvios.⁵⁴ Num primeiro momento toda essa argumentação não surte efeito e o juiz de paz pela segunda vez nega a licença para Maria se casar. Mas, sem que possamos conhecer como, já que o inventário silencia a respeito, pouco tempo depois Maria consegue a licença e se casa.

Talvez, mais do que os misteriosos motivos “assaz públicos”, o capitão Agostinho tenha se desgostado com o arroubo de individualidade da filha que dispensou a mediação da família para ajustar o seu casamento. Era comum que o casamento dos filhos fosse encarado como parte da estratégia de ascensão ou manutenção de *status* familiar. Afinal, através do casamento o grupo familiar se ampliava ao agregar, não apenas os noivos, mas também seus pais. A família, nesse caso, surge como a mais importante célula de gestão de recursos econômicos e de poder, e o casamento era seu momento de reiteração. Nesse sentido, é possível que Agostinho planejasse para Maria um casamento que estabelecesse alianças importantes, como o de Dorotea, e ampliasse as redes de poder e influência de sua família. Ao agir individualmente, Maria frustrou os planos do pai.

Algumas conclusões

O exame dos exemplos coligidos permite algumas conclusões sobre as trajetórias e estratégias dos negros e pardos focados nesta análise. Em primeiro lugar, trata-se de homens que galgaram prestígio e distinção dentro do seu grupo e na sociedade em geral. Como vimos, são poucos os negros e pardos com patentes militares. Mas esse prestígio e distinção foi o resultado de longas estratégias e itinerários que, não raro, perpassaram gerações. Todos os militares em questão eram nativos da colônia e, portanto, ladinos nas suas regras, conhecedores do tratamento que deveriam dispensar aos superiores e dos comportamentos que deles era esperado. Percebe-se, também, que estes militares tentavam transmitir essa herança aos seus descendentes. Nesse sentido, o casamento e a formação de famílias eram pontos nodais em suas trajetórias, momentos nos quais se ampliavam as redes de pertencimento e os contatos que poderiam propiciar controle de recursos materiais e/ou simbólicos.⁵⁵ A maior parte dos sujeitos em análise procurou viver nas áreas mais urbanizadas da freguesia, notadamente na vila – centro de poder e do mercado – provavelmente imbuídos da racionalidade de ampliar laços e solidificar contatos

sociais.

A posse de escravos era outro elemento acessado para distinção. Ser proprietário de outro homem era uma inversão radical no *status* dos militares forros e um horizonte sempre desejável para o caso dos nascidos livres. Embora a informação não seja segura para todos os militares em estudo (estou derivando essa hipótese do caso do capitão Agostinho Paes), parte da sobrevivência destes militares negros e forros era obtida do trabalho de seus escravos. Dessa forma, e uma vez que a distinção e sobrevivência de negros e pardos militares passava pela posse de escravos, creio que os casos de ascensão aqui analisados ajudam a pensar as formas como libertos e livres de cor se ajustavam à sociedade colonial.

Por fim, um problema: em que medida os casos aqui em vista comportam algum ingrediente de *resistência* à exclusão que a sociedade escravista impunha aos descendentes de escravos? De que maneiras ameaçavam as relações de domínio, se é que a ameaçavam?⁵⁶ Creio que dois elementos devem ser conjugados e levados em consideração numa possível resposta. Em primeiro lugar, negros e pardos deveriam demonstrar comprometimento público com a ordem para conseguir ascender. Assim, enquanto escravos, os militares negros e pardos tiveram de se comportar bem para merecer a alforria; como livres ou libertos precisaram demonstrar lealdade à Coroa. Em segundo, a difusão da posse de escravos, da qual participavam os libertos e mestiços, acabava por naturalizar a escravidão como regime, ampliando a classe senhorial e comprometendo ex-escravos, ou pessoas com o passado ligado à escravidão, com a perpetuação do trabalho servil.⁵⁷ Dessa forma, a força dos valores escravistas e a própria dificuldade de rompê-los assentava-se na realidade revelada pela demografia e na experiência de escravos alforriados, assim como de negros e pardos livres que ascendiam.

53 Novamente a referência é BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, século XVIII e XIX, cap. 04 “Estratégias Familiares e Alianças Matrimoniais”.

54 Nesse sentido, é interessante observar que quando o vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, encerrou em 1796 seu período de governo tenha se afirmado preocupado com o destino de negros e pardos livres, sugerindo que o casamento era uma solução para o problema de escândalo ao costumes e mau exemplo às famílias representado por essa numerosa parcela da sociedade. Ver: LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. p.07.

55 O casamento, como instituição importante nas estratégias de ascensão/manutenção de *status* de uma família de pardos, é ressaltado em GUEDES Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antônio C. J. de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

56 Provocações geradas pelos debates, sempre instigantes, propostos pelo prof. Francis Albert Cotta durante curso ministrado no programa de pós-graduação em história da UFMG, no segundo semestre de 2008. Sobre a questão da resistência de negros e pardos nos corpos militares ver COTTA, Francis Albert. Negros e mestiços nas milícias coloniais ibero-americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de si próprios. In: *IV Simpósio Internacional de Estudos sobre a América Colonial*, 2008, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

57 Como concluem Libby e Paiva em seu estudo sobre as alforrias e forros em S. José: “[...] os senhores de escravos e a sociedade escravista também lucravam através das alforrias. Nos aparentemente frequentes casos de auto-compra, os ganhos eram pecuniários e, obviamente, permitiam a aquisição de um novo escravo, em substituição ao recém libertado. Ao mesmo tempo, as cartas de alforria, compradas ou não, constituíam o principal alicerce de uma organização social que contava com apoio multi-racial para a instituição da escravidão. A mobilidade social dos ex-escravos e de seus descendentes, [...] é prova eloquente do sucesso das elites brancas no Brasil ao cooptarem a cumplicidade de seus ‘subalternos’ de cor na perpetuação da sociedade escravista.” LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795

Francisco Mendes Pimentel: o intelectual, a política e a ideias jurídicas

Jefferson de Almeida Pinto

Professor do IFES, Ciência e Tecnológico Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora
Doutorando em História – Universidade Federal Fluminense - UFF
jeffal@ig.com.br

Resumo: Este artigo trabalha a circulação de ideias jurídico-penais em Minas Gerais tomando por referência a trajetória intelectual, política e jurídica de Francisco Mendes Pimentel. A partir dos seus posicionamentos em relação aos setores mais empobrecidos da população propomos uma discussão relativa à criminologia positivista, suas apropriações e usos no estado.

Palavras-chaves: circulação de ideias, apropriação e usos, criminologia positivista.

Abstract: This article works the circulation of legal-criminal ideas in Minas Gerais taking for reference the intellectual trajectory, politics and legal of Francisco Mendes Pimentel. From its positionings in relation to the sectors poor of the population we consider a relative quarrel to the positivista criminology, its appropriations and uses in the state.

Keywords: circulation of ideas, appropriation and uses, positivista criminology.

Introdução:

Este artigo insere no plano dos estudos relativos à circulação e apropriação de ideias jurídico-penais no Brasil que temos realizado. Neste, interessa-nos discutir como a inauguração de um paradigma legalista na passagem à modernidade contribui para uma mudança na postura política dos Estados em relação às formas de se punir e assistir, sobretudo as parcelas mais empobrecidas de sua população. A fundação desse paradigma legalista no campo do Direito implicou em uma ação da lei e da justiça oficial como instrumentos típicos de controle do Estado liberal. Tem-se a ideia do que Antonio Manuel Hespanha chama de a “fantasia da lei”, em que esta seria capaz de substituir todas as tecnologias de controle social presentes até então, a exemplo da Igreja e da família e, no caso do Brasil, poderíamos pensar no controle exercido sobre os trabalhadores no interior da própria unidade produtiva quando do predomínio do sistema escravista.¹

Tal situação levou, assim, a um novo procedimento das autoridades de controle social para com os setores subalternos que, embora pudessem alcançar, mesmo que de maneira limitada, ganhos políticos e consequentemente cidadãos, em função de uma flexibilidade maior nas relações sociais a partir das grandes revoluções burguesas e sociais do longo século XIX, se viram, por outro lado, mais uma vez excluídos em função de uma nova onda racionalista que contribuía para a análise dos fenômenos sociais advindos com a Revolução Industrial, cientificizando-os com base em uma leitura biológica dos setores subalternos e, por conseguinte, desqualificando-os, ou ainda,

procedendo ao que pode ser chamado de criminalização da pobreza. Seu referencial teórico seria, assim, sustentado por um grupo de intelectuais que, do século XIX, às primeiras décadas do século XX, estarão no centro das discussões relativas às ideias jurídico-penais, quando então primava-se por uma modernização das práticas penais como forma de se resolver, acreditava-se, muitos de nossos problemas sociais e cujos reflexos (ou sintomas) podem ser percebidos, por exemplo, na presença do evolucionismo, num primeiro momento darwinista, depois spenceriano e, por fim, refletidos na antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso (ou ainda de intelectuais como Enrico Ferri, Raffaele Garofalo, Gabriel Tarde etc.) e presentes nos escritos acadêmicos e nos programas de curso das escolas de Direito influenciados, desse modo, pelo que ficou conhecido como criminologia positivista.²

Em seus aspectos mais específicos interessa-nos discutir como estas ideias circularam em Minas Gerais, levando-se em consideração a atuação de intelectuais do campo jurídico nos fóruns e nas promotorias, autoridades de controle social como delegados e subdelegados de polícia, políticos, entre outros. Certamente, as relações desses agentes com o campo de poder possibilitou que fossem as mesmas estendidas, ou que de certo modo influenciassem, na formação e instalação de seu sistema jurídico-penal, isto é, de suas instituições jurídico-penais numa ótica moderna, tais como as prisões, penitenciárias e outros estabelecimentos asilares que também faziam parte do escopo dessas concepções penais, uns com fins educativos e regeneradores e outros com fins

¹ Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. Lei e justiça: história e perspectiva de um paradigma. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d., p. 7-50.

² Os seguidores da Criminologia Positivista (ou ainda Escola Positivista de Direito Penal) entendem que o crime está diretamente relacionado aos fatores biológicos. Não haveria, então, crimes e sim criminosos e o direito penal passaria a adotar princípios em que a pena direcionaria-se para uma indeterminação e uma individualização, isto é, tal como um médico, o penalista aplicaria um “remédio” diferente a cada um de seus pacientes. Há, portanto, uma predisposição biológica para o crime/criminalidade diferente da postura de muitos juristas e estudiosos das ciências penais que defendem que o crime seria uma questão de escolha, ou seja, seria uma questão de livre-arbítrio. Pode-se dizer que os estudos de Cesare Lombroso (1835-1909) foram impulsionadores desta postura analítica tendo como um de seus grandes seguidores no continente americano o italo-argentino José Ingenieros (1877-1925). Cf. LIMA, Oscar Negrão de. O crime e o criminoso. In: Revista Forense. Doutrina, jurisprudência e legislação. Vol. LXV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1935.

assistenciais. Que discurso jurídico-penal pode ser identificado em meio à elite bacharelesca mineira na passagem do Império à República? Seriam os mesmos existentes em São Paulo e Rio de Janeiro? Como aludiremos no transcórre deste texto, entendemos que essa bandeira cientificista que se assiste no Brasil desde meados do oitocentos e que encontrou entre os positivistas um fértil meio de propagação não reinou sem que algumas vozes lhe fossem dissonantes e que, como vamos defender, acabaram por impor-lhe alguns limites, no tocante, por exemplo, às perspectivas em relação ao ideal de nação. Partimos, assim, da concepção exposta por Carlo Ginzburg de que “nenhuma ilha é uma ilha” para entendermos as trocas e a circulação de ideias e de pensadores discutindo os principais paradigmas políticos, jurídicos e sociais para além de centros produtores do saber jurídico como podem ser os casos de São Paulo, Pernambuco ou ainda o Rio de Janeiro bem como as suas respectivas apropriações e usos.³

Para que possamos conduzir essas discussões tomaremos por base a trajetória individual de Francisco Mendes Pimentel (1869-1967)⁴, figura de destaque no cenário político e jurídico mineiro da primeira República. Sua atuação profissional vem sendo estudada em trabalhos acadêmicos, sobretudo no campo da educação, enfocando-se sua atuação como professor no interior de estado, em instituições de ensino de Belo Horizonte, na Faculdade de Direito de Minas Gerais ou ainda como parlamentar logo no início do período republicano.⁵ Não encontramos trabalhos que buscassem focar a atuação de Pimentel como um homem de saber jurídico nesta época. No entanto, pelos dados apontados por Pedro Nava relativos à sua biografia, notamos que sua inserção no campo jurídico não foi pequena no tempo da primeira República, pois além de professor da Faculdade de Direito em Belo Horizonte, era professor *honoris causa* da Faculdade de Direito de São Paulo, presidente de honra do Clube dos Advogados de Minas Gerais, membro do Tribunal de Ética Profissional do Conselho dos Advogados do Brasil, membro honorário do Instituto dos Advogados do Distrito Federal e árbitro brasileiro na Corte Permanente de Arbitragem em Haia.⁶

Por que estudar a questão jurídico-penal em Minas Gerais?

Antes de aprofundar na atuação de Pimentel no tocante às discussões relativas às ideias jurídico-penais em Minas Gerais, quais seriam as nossas razões para debruçarmo-nos ao estudo destas questões? Tal como paulistas e fluminenses, os mineiros se viram às voltas com a necessidade de intervir no mercado de trabalho para garantir seu

controle no pós-abolição. Naquele tempo, tornava-se constante o discurso em relação à segregação dos pobres “válidos” dos “inválidos” para o trabalho a fim de que os primeiros pudessem tornar-se visíveis aos olhos das autoridades policiais e, sendo assim, reprimidos e inseridos nas unidades produtivas que, como destacavam, tanto necessitavam de trabalhadores.⁷ Para além do mercado de trabalho, a construção da sociedade republicana implicava uma discussão em relação ao ideal de indivíduo e nação. Em relação ao indivíduo muito se destacava a necessidade de trazer imigrantes que pudessem contribuir com a formação do futuro trabalhador nacional disciplinado e higienizado. Desse modo, o discurso cientificista e racial, presente nas ideias jurídicas em fins do século XIX e início do século XX fora identificado, por exemplo, em São Paulo, por Marcos César Alvarez⁸ ao se basear na produção de textos acadêmicos da Faculdade de Direito daquela capital. Isto nos leva a uma discussão levantada também por Lilia Schwarcz quanto a uma maior flexibilidade dos mineiros em relação a um possível contrato de trabalhadores chineses, quando se discutia a importação deste tipo de mão-de-obra para sua introdução em sua lavoura cafeeira por volta de 1893.⁹ Assim também, nos remetemos aos estudos de Célia Maria Marinho de Azevedo e de Maria Helena Machado ao enfocarem os “medos” existentes na província de São Paulo quanto ao fim do cativo e aos movimentos sociais na década da abolição. Muito embora o discurso em relação aos receios quanto ao fim do cativo e as limitações do mercado de trabalho existissem também em Minas Gerais, este “pânico”, conforme se podem identificar nestes estudos, não é tão perceptível entre os proprietários mineiros da mesma época.¹⁰

Outro aspecto que nos é relevante seria quanto a montagem das instituições jurídico-penais no estado. Embora o crime e a criminalidade - escrava ou de homens livres - no período referido venha a ser um objeto relativamente recorrente nos estudos historiográficos, verificamos certa dificuldade em encontrar estudos em que a discussão em torno da montagem das instituições jurídico-penais, assim como as ideias em torno de sua sistematização, sejam a temática principal. Ao buscar sistematizar um conjunto de pesquisas sobre a referida temática os organizadores de História das Prisões no Brasil¹¹ identificam apenas dois estudos para o caso mineiro que, evidentemente, acreditamos não serem os únicos. Mesmo assim, estes estudos foram apenas citados na introdução do volume I, não se convertendo em um dos capítulos da referida obra. O primeiro trata-se de um estudo de Antonio Luís Paixão sobre as relações entre o Estado e o tratamento da

³ Cf. GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

⁴ Mendes Pimentel nasceu no bairro de Laranjeiras, cidade do Rio de Janeiro em 1869, e muito jovem veio para Minas Gerais. Formou-se em direito em 1889 em São Paulo, exercendo o cargo de promotor em Queluz, atual cidade de Conselheiro Lafaiete. Em 1894 foi candidato a deputado estadual e relator da comissão de instrução pública. Foi ainda o primeiro Reitor da Universidade de Minas Gerais que viria a ser fundada em 7 de setembro de 1927 em Belo Horizonte pelo então governador Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Por lá ficou até 1930, quando eclodiram os conflitos relativos ao decreto federal nº 19.404 de 14 de novembro daquele ano, que “resolvia fazer passar de ano e formar sem exames os estudantes e concluintes de cursos de todo o território nacional”; provocando nos estudantes e professores a defesa da autonomia econômica, administrativa e didática da instituição, o que levou o Conselho Universitário a não acatar a decisão do governo. Além de professor Pimentel foi também jornalista, colaborando com muitos periódicos, jurídicos ou não, que circularam por Minas Gerais em fins do século XIX e início do século XX, como A Folha de Barbacena, o Diário de Minas e Jornal do Povo de Belo Horizonte. Em especial atuou como fundador e proprietário da Revista Forense (1904) e da revista Assistência (1912), esta vinculada a Assistência Judiciária Mendes Pimentel. Sobre Mendes Pimentel cf. tb.: MACHADO, Celso Cordeiro. Mendes Pimentel e a fundação da primeira Universidade do Estado de Minas Gerais. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. 10 ed. Belo Horizonte: Editora Del Rei, 2003, sítio www.iamg.org.br/site/revista/10/18.htm acesso em 25 de dezembro de 2006; PIMENTEL, Francisco Mendes. Francisco Mendes Pimentel, jornalista, político, professor e jurista. Rio de Janeiro: Cf. Graf. do Jornal do Brasil, 1949. PIMENTEL, Francisco Mendes. Programa das Cadeiras de Direito Criminal (3. ano). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1927?, 12 págs.

⁵ Cf. PORTES, Écio Antônio. Francisco Mendes Pimentel: “um homem de compreensão, de visão e de saber”. IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Maio, Juiz de Fora, 2007 - Conferência.

⁶ NAVA, Pedro. *O cirio perfeito*. Memórias 6. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983 apud PORTES, Écio Antônio. *Francisco Mendes Pimentel: “um homem de compreensão, de visão e de saber”*, p. 5-6.

⁷ Cf. PINTO, Jefferson de Almeida. Controle social e pobreza (Juiz de Fora, c. 1876-c.1922). Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

⁸ Cf. ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, juristas e criminologistas: saber jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 185.

¹⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EdUFRRJ/EdUSP, 1994.

¹¹ MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos. *História das prisões no Brasil*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 314 e 316 págs, respectivamente. Cf. Introdução, p. 24.

criminalidade e principalmente do criminoso. Apenas em uma de suas partes é que se dedica ao modelo prisional adotado em Minas Gerais a partir de algumas notas sobre a instalação da Penitenciária Agrícola de Neves.¹²

Já recentemente, foi enfocada uma dissertação de Karla Leal Luz de Souza e Silva em que a autora se propõe a estudar como as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais fizeram parte de um discurso político e jurídico voltado para a regeneração daqueles que eram enquadrados sob a acusação de vadiagem.¹³ É preciso lembrar que estes dois estudos não foram defendidos na área da história, muito embora a temática e a metodologia de ambos, de certo modo, venham a se atrelar à filosofia da história. Num primeiro momento, a discussão proposta por Karla Leal nos é muito relevante no sentido em que a autora destaca as tentativas de se instalar em Minas Gerais as ditas “colônias correccionais” seguindo as diretrizes propostas pelo Código Penal de 1890 quanto à possibilidade de se regenerar pelo e para o trabalho, fato este que se concretizará em 1896 com a *Colônia Correccional do Bom Destino*, mas que em virtude dos diversos problemas administrativos e financeiros, entre outros, levará o governo do estado a fechar essa instituição passando a se discutir outras formas de se combater a vadiagem.¹⁴ Mas que outras formas seriam essas se, ainda em 1907, mesmo com a inauguração da penitenciária de Ouro Preto, que pelos relatos fora apenas uma reforma da antiga cadeia daquela cidade, muito ainda se falaria em relação à necessidade de construção, melhorias, administração, enfim, das instituições jurídico-penais no estado?

Como podemos entender este panorama? Esta discussão nos direcionou, num primeiro momento, para a necessidade de se entender como a ordem jurídica da passagem do século XIX ao XX se instalou em Minas Gerais. Teriam ficado os juristas mineiros à margem do discurso jurídico-penal calcado nas ideias que buscavam entender não mais o crime e sim o criminoso – defendidas por intelectuais do campo jurídico – naquele momento? Em outras palavras como a criminologia positivista ou o que ainda pode ser chamada de escola positivista de Direito Penal influenciou nas concepções jurídico-penais no estado?

Além desses argumentos iniciais, outra questão também nos intriga. É possível identificar em outros pontos da federação a formação de um número considerável de intelectuais do campo jurídico, ou que de certa forma acabavam se destacando no campo jurídico. Pensemos em um jurista atuante na área jurídico-penal, “nutrindo-se” intelectualmente das teses criminológicas, ou ainda, atuante nas reformas jurídicas no plano do Congresso Nacional, que possamos destacar aqui?

Poderíamos citar intelectuais como Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Cândido Mota, Evaristo de Moraes, Noé Azevedo, Esmeraldino Bandeira, Tobias Barreto, ou até mesmo o médico maranhense e atuante da Faculdade de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues. Assim sendo, quem seriam os intelectuais do campo jurídico em Minas Gerais? Onde se formavam? Qual a sua filosofia jurídica? Quais as suas relações com o campo de poder?

O ensino do direito em Minas Gerais

Para buscarmos uma resposta para estas perguntas precisamos fazer, a princípio, algumas considerações relativas às filiações políticas e ideológicas das instituições de ensino jurídico pelas quais se formavam os bacharéis do Brasil. Assim sendo, até a fundação das escolas de Direito no Primeiro Reinado (1822-1831), como todos sabemos, as famílias mais ricas de Minas Gerais buscavam guardar seus devidos pecúlios para formar seus filhos bacharéis em Coimbra.¹⁵ Com a fundação da Faculdade de Direito de São Paulo (1827) houve uma gradual busca pela formação jurídica naquela instituição, assim como as províncias do nordeste tenderam a direcionar a formação de seus bacharéis para a Faculdade do Olinda/Recife (1828).¹⁶ Ambas tiveram seus estatutos inspirados nos estatutos de Faculdade de Direito de Coimbra reformados pelo Marquês de Pombal com a publicação do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, em que foi exposto, com toda a voracidade que interessaria o governo pombalino, as matrizes de todos os males por que passava o Estado português até aquele século, isto é, fundamentado nos seus fortes vínculos com a Companhia de Jesus.¹⁷ Neste sentido, pode-se dizer que o pragmatismo das reformas pombalinas estendeu-se à formação jurídica no Brasil oitocentista, no sentido em que possibilitou usos do liberalismo – sobretudo em São Paulo – voltados para os interesses das classes dominantes àquele tempo.¹⁸

O quadro a seguir reflete uma considerável circulação de estudantes mineiros por aquelas paisagens paulistanas no século XIX. Construído a partir de uma publicação encomendada pelo Governo do Estado de Minas Gerais datada de 1925 e composta de uma seção intitulada “Mineiros Ilustres”, mas que de todo modo passou pelo crivo de seu organizador, nele podemos identificar um pouco das tendências em relação à formação dos bacharéis mineiros, ressaltando, contudo, que não retrata, em momento algum, sua totalidade.

Dentre estes graduados podemos encontrar políticos como Afonso Arinos de Mello Franco, Affonso Penna, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Benedito Valadares, Delfin Moreira, Cesário Alvim,

12 Cf. PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

13 Cf. SOUZA E SILVA, Karla Leal de. *A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)*. Viçosa, 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2006.

14 SOUZA E SILVA, Karla Leal de. *A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)*, p. 38-64.

15 Cf. ANTUNES, Álvaro Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2005.

16 Cf. ESTUDANTES Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 62, 1942, p. 140-335.

17 BEAL, Tarcísio. As raízes do regalismo brasileiro. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Vozes, nº 3, vol. LXXI, p. 245-6, 1977.

18 NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000, p. 135-46.

Perdigão Malheiros, entre outros. Em São Paulo, os estudantes mineiros participaram de vários clubes e associações entre as quais estão a “Sociedade Philomatica” (1834), a “Associação de Culto a Sciencia” (1857), o “Instituto Acadêmico” (1859), a “Sociedade Beneficente Mineira” (1879), o “Centro Acadêmico Mineiro” (1891-93), o “Club Literário Bernardo Guimarães” ou “Club Científico e Literário” (1896). João Pedro da Veiga Filho – lecionando “Sciencia das Finanças e Contabilidade de Estado” – e Pedro Augusto Carneiro Lessa – lecionando Filosofia e História do Direito – ambos ingressando por concurso público, são identificados por Manoel Viotti, correspondente do Arquivo Público Mineiro, como os dois lentes mineiros que atuaram no ensino jurídico de São Paulo.¹⁹

Utilizando-se desta lei fundou-se em 4 de dezembro e instalou-se no dia 10 subsequente do ano de 1892 a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais possibilitando uma alternativa à graduação na área jurídica no Brasil até então nas mãos de pernambucanos e paulistas e com algumas possibilidades já no Rio de Janeiro.²¹ Entre os fundadores dessa escola encontramos muitos que cursaram o ensino jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo. Entre eles Affonso Penna, Francisco da Veiga, Virgílio de Mello Franco, Camilo Brito, Levindo Lopes, Sabino Barroso, David Campista, Bernardo de Lima, Joaquim Ignácio de Mello e Souza, Donato Fonseca, Pádua Rezende e Theóphilo Ribeiro. Os cursos de Direito Penal e Direito Criminal ficavam a cargo de Francisco de A.

Quadro 1 - Mineiros Ilustres*

Direito			Medicina	Engenharia	Outra ***	Nada consta	Total
SP	MG	Outra **					
69	27	75	50	20	39	153	433

Fonte: SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 395.

* Inclui personalidades mineiras ou que de alguma forma contribuíram para a história de Minas Gerais mesmo não tendo nascido no estado; engloba personalidades desde fins do século XVIII, passando por todo o século XIX até aquelas que se destacavam nas duas primeiras décadas do século XX quando da edição da referida obra;

** Outra faculdade de Direito ou que atuou de alguma forma com a área jurídica, tal como juizes, delegados de polícia ou rúbulas (atuantes na área jurídica sem a habilitação específica em Direito);

*** Outra formação acadêmica ou área de atuação profissional tal como farmacêuticos e jornalistas;

Muito embora o exclusivismo no ensino jurídico no Brasil já tivesse sido abolido pela Reforma Leôncio de Carvalho, ou “Reforma do Ensino Livre”, expressa no Decreto nº 7.247 de 1879, uma instituição de ensino jurídico em Minas Gerais somente veio a se estabelecer nos primeiros anos do regime republicano. Com o decreto nº 1232-H, de 2 de janeiro de 1891, aprovando o Regulamento das Instituições de Ensino Jurídico dependentes do Ministério da Instrução Pública, confirmou-se algumas mudanças no ensino jurídico brasileiro já anunciadas pelo decreto nº 1030-A de novembro de 1890. Confirmava-se a supressão nos cursos jurídicos do ensino do Direito Eclesiástico devido à separação entre Estado e Igreja que se confirmara com a República. Criavam-se também os cursos de Direito oferecidos pelas Faculdades em Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Notariado, habilitando o primeiro no exercício da advocacia, da magistratura e da justiça, o segundo ao exercício de cargos do corpo diplomático e consultor e aos mais altos escalões da administração pública e o terceiro o exercício dos ofícios de justiça.²⁰ Essa reforma facultava em seu artigo 217, a possibilidade de se criar cursos superiores em estabelecimentos particulares, que receberiam a nomenclatura de “Faculdades Livres”.

Brant e Mendes Pimentel, respectivamente e Psiquiatria Forense teria como um de seus lentes Washington Ferreira Dias.²² Logo em seu primeiro ano de atuação, muitos estudantes direcionaram sua formação para aquela faculdade passando-se assim a formação jurídica a ser feita também no próprio estado, num primeiro momento em Ouro Preto e, posteriormente, em Belo Horizonte, com a transferência da faculdade em 1898, ganhando sede própria em 1901. Atendendo às exigências legais os acadêmicos concluiriam o curso em até 5 anos. No primeiro número da *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais* Affonso Penna fazia referência a esse momento de mudança na formação dos bacharéis em Minas Gerais.

Estado extenso e populoso como o de Minas, rico de tradições, onde é largo o campo para os cultores das letras jurídicas, quer na elevada carreira da magistratura, quer na nobre carreira da advocacia ou da administração, tornava-se indeclinável a criação de uma Faculdade de Direito onde a mocidade pudesse instruir-se, sem precisar transpor os limites de sua terra natal.²³

A Faculdade de Direito de Belo Horizonte seria palco ainda em 1915 da fundação do Instituto dos

¹⁹ VIOTTI, Manoel. Acadêmicos mineiros na Faculdade de Direito de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Imprensa Oficial: Ouro Preto, p. 540-2, jul./set., 1897.

²⁰ VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das Arcadas ao Bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 179.

²¹ Registramos também da fundação de uma escola de direito no Instituto Metodista Granbery em Juiz de Fora em 1912. O Instituto Granbery fora fundado em 1889 e já em 1890 tinha seu primeiro curso superior de teologia em funcionamento. Tratava-se de um projeto da Igreja Metodista de se fundar uma Universidade Protestante no Brasil contando para isto com as facilidades do advento da República positivista. Em 1911, foi assim autorizada a fundação da escola de direito no Instituto que começou suas atividades em janeiro de 1912. MAIA, Almir de Souza. O descobrimento tardio: as raízes, o nascimento e os atuais desafios da universidade brasileira. In: *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba*. Piracicaba. V. 12, n.º 27, 2000, p. 27.

²² Cf. DERZI, Misabel de Abreu Machado; MIRANDA AFONSO, Elza Maria. *Dados para uma História da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. 2 v. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1976-7; ALVES, João Luis. *Memória Histórica da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, do ano de 1901*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902, 24 págs.

²³ PENNA, Affonso Augusto Moreira. Editorial - Fundação da “Revista da Faculdade Livre de Direito”. *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*. Ano I, p. 3-8, 1894.

Advogados de Minas Gerais (IAMG). Francisco Mendes Pimentel, então diretor da Faculdade, por proposta de Afonso Pena Júnior, fora aclamado seu presidente provisório em seção inaugural realizada em 7 de março daquele mesmo ano. Entre os 46 membros fundadores do IAMG destaca-se que muitos eram professores da Faculdade Livre de Direito. Raul Machado Horta, ao proferir conferência em comemoração aos 75 anos do IAMG, destacou que em suas reuniões, Mendes Pimentel apontava para a necessidade de intervenção dos juristas mineiros nas discussões que se faziam naquela época, entre as quais estavam a elaboração do Código Civil, do novo Código Comercial e do novo Código Penal. Destacava ainda que das leis recentes que haviam sido votadas no Congresso Federal duas delas – a Lei Cambial e a Lei da Extradicação – eram devidas a professores da Faculdade Livre de Direito.²⁴ Entre os projetos discutidos pelos membros do IAMG destacou-se a elaboração de um novo Código de Processo Civil e Comercial para o estado, publicado na *Revista Forense*. Nas seções do IAMG seus membros levavam para debate entre seus pares, teses relevantes no campo jurídico, tal como o fizera Mendes Pimentel ao debater “Quais os limites do poder penal dos Estados”.

Educação e assistência como prevenção à criminalidade para Mendes Pimentel

Esta relativa circulação de Mendes Pimentel pelo campo jurídico mineiro, suas relações com o campo de poder, seu relativo prestígio nos meios educacionais, assim como sua atuação na área penal, fez-nos tomá-lo como referencial para que pudéssemos discutir a circulação das ideais jurídico-penais fundamentadas na criminologia positivista em Minas Gerais. Da mesma forma, qual teria sido suas apropriações tomando por referência a atuação de Pimentel, uma vez que, estivera ele, sempre próximo as discussões sobre as instituições jurídico-penais no estado, a exemplo de seu exercício na presidência da comissão de reformas do sistema penitenciário encampada pelo governador Antônio Carlos a partir de 1927.

Assim sendo, começemos a pensar sua atuação frente à formação do Instituto João Pinheiro (1909). Quando da elaboração dos estudos para a construção dessa instituição em Belo Horizonte, o governador Bueno Brandão recebeu da comissão que nomeara para estudar sua organização alguns dados que justificavam a “intervenção do governo mineiro na questão da assistência social, mais particularmente no ‘socorro à criança abandonada’”.²⁵

É nesse ponto que podemos aprofundar um pouco mais as discussões que aqui estamos nos propondo. O Instituto João Pinheiro pode ser

pensado no conjunto das mudanças no sistema educacional que estavam ocorrendo em Minas Gerais e que tinham suas razões na fundação do próprio sistema republicano no Brasil. Assim, é preciso pensar que a partir de 1906 quando João Pinheiro havia sido eleito governador, deu-se início a uma reforma educacional no estado cujo objetivo seria implantar um sistema público de ensino e a edificação e implementação da educação em grupos escolares que seriam as bases responsáveis pela “irradiação” do perfil republicano e liberal que se queria fundar. Aos 22 dias de seu governo, João Pinheiro veio a sancionar a Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906 a qual, em seu artigo 1º expressava o tripé spenceriano para a educação: “(...) que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e physica.”²⁶

O Instituto João Pinheiro foi um dos grandes projetos educacionais do estado de Minas Gerais, no qual podemos identificar em sua estruturação aspectos pedagógicos e assistenciais inspirados nas ideias liberais e republicanas. Prova disso é a ideia de que o Instituto seria uma pequena organização republicana em que cada pavilhão – homenageando republicanos mineiros ilustres tais como Bueno Brandão, Mendes Pimentel, Bias Fortes, Artur Bernardes, Cesário Alvim, Leon Renault e Olegário Maciel – teria as características de um *self government*, portanto, lembrando-nos da organização da república norte-americana, isto é, o *self government* de suas antigas 13 colônias inglesas. O Instituto João Pinheiro seria um exemplo para que diversas outras instituições congêneres viessem a se organizar em Minas Gerais como os patronatos agrícolas, buscando educar uma geração capaz de regenerar a terra de Minas e também o Brasil. Educar essa geração implicava não lhe fossem empregados castigos físicos e sem o recurso à vigilância e repressão dos fatores que, dizia-se, ainda àquela época, eram figuras recorrentes em outras instituições educacionais no Brasil.²⁷

O aspecto educacional do Instituto, diz Luciano Mendes, além de voltar-se para a construção da República do Brasil voltar-se-ia também para a prevenção a criminalidade. Serviria ainda o João Pinheiro de modelo para outras instituições congêneres que seriam fundadas em Itajubá, Ouro Fino, Mar de Espanha, Uberaba e Ouro Preto. A Escola Superior de Viçosa seria, no “ilustrado” governo de Artur Bernardes, mais um reflexo desses projetos educacionais. Havia, assim, em nosso entender, uma visão em que se verificava, a princípio, não somente uma desqualificação das classes subalternas, mas uma possibilidade de que as mesmas pudessem ser envolvidas em alternativas que evitassem-nas de se incorporar no mundo da criminalidade.

²⁴ www.iamg.org.br/site/historico.htm acesso em 25 de outubro de 2006.

²⁵ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. Bragança Paulista: EdUSF, 2001, p. 15.

²⁶ ARAÚJO, José Carlos. Os grupos escolares em Minas Gerais: a reforma João Pinheiro (1906). Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/ais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>, p. 215 e 218-9, acesso em 11 de agosto de 2009.

²⁷ MINAS Geraes. *A assistência à infância desvalida em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1930, p. 75.

Se a assistência pública não se apoderar da criança desamparada ela crescerá como planta daninha, cujos frutos serão a ociosidade, a embriaguez, a prostituição, o crime; na melhor hipótese, representará ela peso morto ou quantidade inexpressiva na dinâmica social; as mias das vezes, porém, constituirá o fermento da anarquia, filho da ignorância e da impotência para a luta pela vida, irá povoar os cárceres ou acabar nos hospitais (Apud Regulamento, 1910, p.8).²⁸

Em relação à assistência, Cesare Lombroso emitiu sua opinião em entrevista datada em dezembro de 1904 e reproduzida no jornal *O Pharol* em janeiro de 1905. Perguntado se acreditava haver meios ou medidas no campo da filantropia que poderiam ter êxito ou apresentassem uma vantagem real para corrigir ou diminuir a criminalidade, levantar o nível moral e social de um país, melhorar e enobrecer a raça humana e entre os meios que tem inventado a filantropia moderna, tais como escolas, salas de trabalho, asilos, hospitais, propaganda contra o alcoolismo, qual julgava ser o mais eficaz e mais a propósito para afastar da sociedade os elementos nocivos, transformando-os, em elementos úteis, Lombroso lembrou que,

Vou tratar de responder ao que me perguntam, advertindo, porém, que as minhas idéias e opiniões a respeito da philanthropia procedem estricte-mente das minhas doutrinas e dos meus estudos de anthropologia criminal.

Enquanto houver homens no mundo haverá criminoso, do mesmo modo que sempre há de haver pretos-brancos, homens com seis dedos e gogos; há criminosos natos nos quaes dolorosa fatalidade lançou os germens d'uma perversidade e d'uma insensibilidade irremediáveis, destinados e impulsados ao crime. Por ter tido ocasião de observar e estudar muitos criminosos, estou persuadido de que devemos fazer uma distincção entre as diferentes classes de criminosos como a fazemos entre os cegos de nascença, para os quaes não ha remédio e os atacados de hepatites, que se podem curar quase completamente recorrendo aos remédios convenientes.²⁹

Lombroso entendia, assim, que entre os criminosos natos e os de ocasião, a que chamava de "criminalóides", e que constituem a maioria da população carcerária, havia possibilidade de se fazer algo para que, principalmente estes, viessem a se constituir em indivíduos úteis à sociedade. Destaca que, enquanto criança e adolescente, o homem se diverte atormentando animais, inventando mentiras, roubando frutas, enfim, uma série de atividades que não necessariamente podem levá-lo a uma vida adulta voltada para o crime. Entre os inúmeros fatores que levam-no à mudança em seu estilo de vida, Lombroso destacava o cuidado da educação, a

sugestão do meio ambiente que condena e despreza os atos cruéis, o desejo de ganhar a amizade e a estima, a família, entre outros. Lombroso entendia que o sucesso alcançado pelos pais ao *adestramem* (ele reforça que é esta a palavra correta) seus filhos contra os maus instintos, para a honra, o amor ao trabalho de um filho que era preguiçoso, pode alcançar a sociedade para com estes "criminalóides". Porém, isso somente pode ocorrer quando se tratar do indivíduo desde a mais tenra idade para que as "tendências do mal" não venham a se enraizar em sua alma e no seu espírito, tornando-se, assim, difícil a sua extirpação. Por isso, quando perguntado qual o meio mais eficaz para de lutar contra a criminalidade diz que é a filantropia, mas sobretudo, aquela obra que cuida das crianças órfãs, pobres ou abandonadas. Toda instituição filantrópica que recolhe crianças, as guarda, protege e acostuma-as ao trabalho representava para Lombroso, a forma mais eficaz contra o crime.³⁰

Embora não se possa afirmar que as ideias de Lombroso fossem frequentes nas páginas da imprensa o certo é que circulavam e traziam discussões importantes para a situação social ou ainda jurídico-penal naquele contexto.³¹ Em outro artigo, de agosto do mesmo ano, Lombroso chamava a atenção para as mudanças nas práticas assistenciais e filantrópicas e que viessem a permitir ao homem conquistar os seus devidos meios de sobrevivência e subsistência. Contando a história de uma senhora francesa, madame Hervien, Lombroso destaca como a mesma conseguiu através do incentivo a famílias operárias pobres, que estes se dispusessem a utilizar da terra para que viessem a prover o seu próprio sustento sem depender das ajudas mensais em dinheiro que a mesma havia se cansado de atribuir aos que ela protegia. A ideia de madame Hervien é exaltada porque ocorreria uma espécie de pacto entre aqueles operários que se dispusessem a trabalhar com o sistema de hortas comunitárias, possibilitando-lhes que parte dos ganhos auferidos com o plantio das hortaliças viessem a ser depositados na caixa econômica e quando houvesse necessidade, poderia ser utilizado para o socorro de algum associado.³²

Diz Jacques Donzelot, que o crescimento das ações filantrópicas e assistenciais pode ser entendido como mais uma etapa da politização da questão social no ocidente. Segundo ele, a repressão policial vai pouco a pouco sendo substituída por ações em que o objetivo final é dominar, pacificar e integrar o corpo social, desonerando o Estado liberal dessa obrigação direta. Entre estas ações, podemos identificar o incentivo à formação de poupanças familiares; a prioridade no tratamento da criança sobre o idoso, da mulher sobre o homem; a ação sobre as habitações, a fim de se evitar a dissolução da família, a ação sobre a escola para que se pudesse no futuro evitar a vagabundagem, a decadência

28 FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*, p. 18.

29 SMBMMM. *O Pharol*, 25 de janeiro de 1905, p. 1, col. 1 e 2.

30 SMBMMM. *O Pharol*, 25 de janeiro de 1905, p. 1, col. 1 e 2.

31 SMBMMM. *O Pharol*, 21 de outubro de 1909. A morte do médico italiano também veio a ser noticiada na edição de *O Pharol* de 21 de outubro de 1909. Diz a nota que Lombroso veio a falecer repentinamente em sua residência, à rua Monte Carlo, na cidade de Turim. Judeu, Lombroso havia nascido em novembro de 1836. Estudara medicina em Turim e, recebendo o grau de doutor, foi médico do exército, em início de carreira, professor de moléstias mentais em Pavia, diretor do Hospício de Pesara e professor de Psychiatria e medicina legal de Turim. Esteve também às voltas com o romance e a poesia nos primeiros tempos. Entre as obras que escreveu, foram destacadas *A loucura na China e no Egypto; Estudos clínicos das moléstias do cérebro (1865); Diagnoses psiquiátricas-legaes experimental (1867); A loucura pellagrosa e seu tratamento (1868); O homem branco e o homem de cor (1871); A loucura criminal na Itália (1872); A microcephalia e o cretinismo (1873); A medicina legal da alienação estudada pelo methodo experimental (1873); O homem deliquente, estudo anthropologico e medico-legal (1875) – esta sendo considerada sua obra capital, na qual veio a expor a teoria do deliquente nato – O homem gênio (1888); além da *Anthropologia criminal e seus recentes progressos (1890)*. Nos últimos anos de vida destaca-se que Lombroso estava se dedicando ao estudo das "sciencias espiritas", acompanhando o trabalho dos médiuns e revelando casos como o de Eusapia Paladino – médium italiana.*

32 SMBMMM. *O Pharol*, 17 de agosto de 1905, p. 1, col. 4 e 5.

física, o roubo, a corrupção sexual e econômica causada pela exploração dos pais; e também a atuação através de instituições tutelares, como foram os chamados patronatos.³³ Estas foram estratégias muito bem articuladas para que, sobre uma população que crescia vertiginosamente durante todo o século da industrialização e que não tinha boas perspectivas de solução para seus problemas, despertasse o sentimento previdenciário nos pobres e se formatasse uma “paz social”.

Écio Antônio Portes diz que

(...) Mendes Pimentel tinha uma maneira particular, para a época, de encarar a pobreza e as conseqüências sociais do abandono das camadas populares à própria sorte, principalmente no que se refere à sua instrução e formação moral para o trabalho.³⁴

Destaca também que o poder público deveria dar maior atenção ao problema nacional por excelência, qual seja, a educação, pois nada dizia respeito tão de perto aos interesses da nação do que a cultura que se difundiria para si e para seu povo a partir desta.³⁵ Uma análise da trajetória intelectual de Mendes Pimentel nos leva a perceber como o mesmo já tinha preocupações com um modelo educacional republicano e voltado para os setores populares de longa data. De acordo com Luciano Mendes, em 1896, o então deputado Mendes Pimentel propôs à Câmara dos Deputados o estabelecimento do ensino técnico primário, defendendo que a república deveria cumprir imediatamente um de seus principais deveres: a educação popular. Mendes Pimentel acreditava que se o povo não fosse educado tornar-se-ia mais suscetível a outras propostas políticas que não a dos republicanos e, neste caso, destacamos suas restrições evidentes às ideias socialistas.

Entretanto, fica evidente que essa visão republicana e liberal sobre as instituições públicas educacionais e assistenciais deveria afastá-las da presidência de um espírito em que estivesse predominando a caridade.

É preciso que nós, homens públicos e portanto previdentes, procuremos desde já incorporar o proletariado à nação, imprescindível que desde já envidemos todo o esforço patriótico para educar o operário na escola do cumprimento dos deveres cívicos, para quando o vagalhão do socialismo atravessar de lado a lado o Atlântico e vier quebrar-se estuarmente às praias brasileiras, o nosso proletariado esteja amparado para exercer seus direitos e cumprir os seus deveres e não se subverta, não pareça nos vórtices da anarquia, arrastando consigo talvez a própria Pátria.³⁶

Embora tenhamos identificado ressalvas de Mendes Pimentel à criminologia positivista, em correspondência que estabeleceria tempos depois com Leon Renault, – intelectual do campo jurídico

e outro republicano envolvido com o Instituto João Pinheiro – declarou ter meditado sobre a obra de Enrico Ferri³⁷ (1856-1929) – assim como de João Pinheiro – outro intelectual que, como Lombroso, inseria-se nas discussões da criminologia positivista naqueles tempos. Enrico Ferri nasceu na Lombardia e além de jurista atuou também como professor na área de Direito Penal. Foi um defensor do entendimento da sociedade por suas bases científicas deslizando, diferentemente de muitos de seus contemporâneos, para o campo das ideias sociais. Foi autor de *Sociologia Criminal* em 1884 e trabalhou também como editor do periódico socialista *Avanti!*. Embora também viesse a ser um estudioso das teorias do médico Cesare Lombroso, entendia que, ao contrário da busca por fatores de ordem fisiológica, os criminosos deveriam ser estudados ponderando-se fatores econômicos e sociais. Em uma de suas conferências proferidas no Brasil em 1908, Ferri dizia que:

E quando os homens se resolverem a deixar de, simplesmente, ler os livros, para irem ou vir nos cárceres as palpitações e as dores do delinquente, nesse momento será fácil de se verificar que elle é apenas um doente, para o qual é preciso, em vez da pena, a clinica humana, irradiada pela caridade e a sciencia. Mas do que isso: não basta conhecer o delinquente apenas. Alem das suas condições orgânicas, anômalas, é preciso examinar o ambiente em que elle vive. Tão errado era a afirmação primitiva de Lombroso – de que só as condições orgânicas do criminoso o levam ao crime – como os de alguns criminalistas franceses como Tarde e Lacassagne, que procuram ver as causas do crime só no ambiente social, como a miséria.

Ambos peccam por unilateralismo. O criminoso é um doente que delinqüe em conseqüência das suas condições orgânicas como em virtude do ambiente social. (...) Contra a moléstia do crime, só existe um remédio efficaz verdadeiro e útil, o qual consiste na prevenção dos casos de criminalidade, que dizer que a sciencia fez nos esta advertência e dá nos esta lição: para os males sociaes são necessários remédios sociaes..³⁸

A trajetória de vida de Mendes Pimentel nos chama a atenção, assim, por fugir à postura de muitos juristas brasileiros, contemporâneos seus, defensores do discurso criminalista repressor e desqualificante em termos raciais, ao que ele teria conhecimento, levando-se em consideração os programas da disciplina de Direito Criminal que lecionava na Faculdade Livre de Direito.³⁹ Em carta a Bueno Brandão em 20 de maio de 1909, dizia Pimentel:

Acabo de chegar do Instituto João Pinheiro que, de propósito, não visitava há um mês, para melhor poder ajuizar o modo por que ia sendo praticada a bela criação de seu governo. Voltei perfeitamente seguro de que é completo o êxito

33 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, 54-80 *passim*.

34 PORTES, Écio Antônio. Francisco Mendes Pimentel: “um homem de compreensão, de visão e de saber”, p. 6. grifo nosso.

35 PORTES, Écio Antônio. Francisco Mendes Pimentel: “um homem de compreensão, de visão e de saber”, p. 7.

36 PIMENTEL, Francisco Mendes. *Programa da Cadeira de Direito Criminal (3º ano)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922 (?).

37 MINAS Geraes. *A assistência à infância desvalida em Minas Gerais*, p. 107 e 151.

38 SMBMMM. O Pharol, 25 de novembro de 1908, p. 2, col. 1 a 4, grifo nosso.

39 Cf. BN. PIMENTEL, Francisco Mendes. *Programa da Cadeira de Direito Criminal (3º ano)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922 (?).

da obra de construção republicana e de solidariedade humana que, não tendo sido o traço único de sua fecunda administração, vinculou seu nome ao coração mineiro, por ser largo gesto de amor e de bondade.

E apresso-me em lhe comunicar a minha impressão, porque V. me disse uma vez, e com tãda a razão, que tudo dependia do diretor, que devia reunir tão várias e tão raras qualidades que o Leon Renault está se revelando capaz da missão altíssima que V. lhe confiou: é amado e respeitado dos meninos; desperta-lhes e cultiva-lhes os bons sentimentos; ensina-os a amar o Instituto e a querer bem ao seu criador. O pavilhão já está cercado de jardins, de hortas e do começo de um pomar, tudo plantado, cercado e trabalhado exclusivamente pelos alunos. Diariamente trabalham 3 a 4 horas, na fazenda da Gameleira, onde, atualmente, estão capinando alfafa, colhendo algodão e chique-chique e fazendo outros serviços. Já tem alguns trabalhos incipientes na oficina de trabalhos manuais; taramelas, traçados de arame, fôrmas de latas para doces, etc. Diariamente vão à aula primária. A boa alimentação, a vida regular, o trabalho ao ar livre já produziram seus resultados: todos os meninos estão fortes, corados e alegres; ainda não houve um caso de enfermidade ligeira. A tãdas as ocupações êles preferem a lavoura; o castigo é ser de esperança de que o Instituto não minta a um de seus fins econômicos – a formação de agricultores preparados e apaixonados pela lavoura.(...).⁴⁰

Outro exemplo de ressalvas ao excessivo racionalismo na área penal pode ser percebido quando Pimentel discursara em Belo Horizonte para os membros do VII Congresso de Medicina e Cirurgia. Naquela ocasião, destacou a importância da medicina para o saber jurídico, enfatizando o próprio Lombroso e Lacassagne como impulsionadores das correntes renovadoras do Direito Criminal, assim como de Nina Rodrigues cujo trabalho sobre o *Alienado no Direito Civil Brasileiro*, na concepção de Pimentel, seria uma das mais brilhantes colaborações nos trabalhos para a elaboração do futuro Código Civil Brasileiro.⁴¹ De todo modo, Pimentel deixa claro na introdução de seu pronunciamento que

Com a theoria organicista puzemo-nos a fazer anatomia social e physiologia social, e não houve membro, órgão, fibra na cellula do organismo individual, que não encontrasse correspondente no corpo social; só se lhe fallava, então, do direito em estado hygido e em estado morbido, na embriologia jurídica, na pathologia jurídica, na therapeutica jurídica (...).

Foi um exagero que passou; mas o exagero é a amplificação deformada da verdade, como a caricatura é o exagero da realidade.⁴²

Ou seja, mesmo fazendo referências simpáticas às “ciências naturais”, inspiradoras do paradigma jurídico-penal vigente, isto é, a escola positivista,

Pimentel entende que exageros em relação à apropriação das mesmas foram feitos pelos estudiosos do campo jurídico, isto já em 1912, época em que funda a revista *A Assistência*.

Mesmo assim, em um de seus discursos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, podemos perceber um “fio” que talvez nos direcione para a necessidade de alguns cuidados em relação ao “embarque” no discurso dos intelectuais. Assim sendo, ao mesmo tempo em que nos parece uma pessoa extremamente voltada para as questões sociais emergentes no Brasil e em Minas Gerais no início do século passado, Mendes Pimentel revela um perfil muito crítico em relação às teorias sociais emergentes naquele tempo, ou seja, ao socialismo marxista e ao anarquismo.⁴³ Os projetos e as reformas sociais por ele defendidos e, em nosso entender, afastados da noção caritativa, ainda perceptíveis no imaginário político brasileiro até os dias de hoje, são vistos como uma forma de sufocar o avanço destas ideias e de salvaguardar a ordem política vigente, o mercado de trabalho e consequentemente o capitalismo. Exemplo disso, seria sua exaltação à postura alemã em relação aos seus estudantes pobres e ao seu proletariado, onde o ensino técnico foi muito bem organizado, resultando na revolução industrial daquele país. Certamente isto não desqualifica a ação intelectual de Pimentel. Trata-se de destacar os cuidados necessários ao se analisar seu pensamento, assim como de outros intelectuais. No entender de Pierre Bourdieu⁴⁴, os intelectuais devem ser entendidos na medida em que se inserem em um determinado contexto e ideologia, evitando-se julgamentos de valor que acabem por torná-lo herói ou vilão no concernente a sua produção intelectual.

Da mesma forma pode ser discutida a ação de outros intelectuais do campo jurídico, contemporâneos a Pimentel, tal como Evaristo de Moraes, Noé Azevedo, Brás de Souza Arruda e Ataulfo de Pádua. Estes entendiam que as condições sociais – perigosas para a difusão das teorias anarquistas e comunistas – deveriam ser melhoradas a partir da montagem de um círculo de proteção social que fosse capaz de desviar os que eram moral e materialmente abandonados do mundo do crime.⁴⁵ Oriundo de um grupo social diferente daqueles que comumente atuavam no campo do Direito, defensor desde cedo do abolicionismo, adepto das ideias republicanas e dotado de conhecimentos da criminologia, Evaristo de Moraes atuou na defesa dos grupos sociais marginalizados, como as prostitutas e os trabalhadores das indústrias e de demais setores urbanos, o que podia ser reflexo de suas próprias origens sociais. No entender de Evaristo, a defesa seria um direito destes grupos, entretanto, identifica-se em seu pensamento algumas posturas

40 CASASANTA, Guerino. *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte, 1958, p. 149.

41 BN. Setor de Periódicos. *Assistência*: órgão da assistência judiciária “Mendes Pimentel”, da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Belo Horizonte, maio, 1912, p. 20.

42 BN. Setor de Periódicos. *Assistência*: órgão da assistência judiciária “Mendes Pimentel”, da Faculdade de Direito de Minas Gerais, p. 20.

43 BN. Setor de Periódicos. *Assistência*: órgão da assistência judiciária “Mendes Pimentel”, da Faculdade de Direito de Minas Gerais, p. 34.

44 BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 183-202.

relativamente conservadoras em relação aos seus clientes.⁴⁶

Considerações finais

Assim sendo, é possível perceber distinções em relação ao uso da criminologia positivista na trajetória intelectual, política e jurídica de Mendes Pimentel? Vejamos. Pelo que identificamos nos estudos relativos à criminologia em estados como São Paulo e Rio de Janeiro percebe-se já há bastante tempo um discurso político e jurídico que empreendia muitas campanhas em prol da construção de instituições voltadas para “tratar” o criminoso. Em São Paulo, o Senador Paulo Egídio foi um dos grandes defensores dessa bandeira no Senado estadual, propondo, com base nas posições tomadas no Congresso Penitenciário Internacional de 1872, a reforma das instituições paulistas, mas com a reforma da legislação penal brasileira, estabelecendo-se uma rede de instituições cujo objetivo estaria em combater o crime e tratar os criminosos. Entre estas instituições Fernando Salla destaca: estabelecimentos de asilos e casas de trabalho para os vadios e mendigos, sociedades de educação para as crianças abandonadas, asilos agrícolas, asilos industriais, orfanatos, asilos e estabelecimentos de educação para meninos viciosos de um e de outro sexo, além de casas de detenção e de prisão preventiva, estabelecimentos industriais para a prisão disciplinar de delinquentes menores, penitenciárias propriamente ditas, colônias agrícolas para os liberados condicionalmente e sociedades de proteção para os menores e para os adultos criminosos que tiverem cumprido a condenação, caixas de seguro, estabelecimentos para os inválidos do trabalho.⁴⁷

Por sua vez, ao se instalar o Instituto Disciplinar, em 1903, por um projeto do mesmo Senador, pode-se perceber claramente a filosofia jurídica sob a qual pensava Paulo Egídio. Assim, este projeto, baseado nas ideias da criminologia lombrosiana, previa o recolhimento de vadios, abandonados e pequenos criminosos além daqueles que entre uma faixa etária de 9 a 14 anos tivessem agido com discernimento. São nas críticas ao projeto de Paulo Egídio, que nos inserimos para entender como se deu o percurso das ideias e das instituições jurídico-penais em Minas Gerais. Assim sendo, o Senador paulista Duarte de Azevedo chamava a atenção para o caráter amplamente repressor no qual se baseava a proposta de seu colega e, portanto, defendia uma postura mais educativa em relação àquele que estava se propondo com a criação do Instituto Disciplinar, sendo mais importante a difusão de escolas pelo estado.⁴⁸

Pensemos, assim, nos aspectos punitivos que podem ser identificados na montagem de outras instituições a exemplo do Rio de Janeiro. Minas

Gerais chegou, desse modo, a ter sua política assistencial comparada com aquela organizada por paulistas e fluminenses, chegando a dizer que a montagem do *Asylo de Menores Abandonados* no Rio de Janeiro convertia-se em um viveiro de “mandrins”, uma vez que ao saírem dessa instituição nada sabiam fazer. Assim também, seria quase idêntica, diz, a situação dos menores que saíam da *Escola Premonitória XV de Novembro* e do *Instituto Profissional João Alfredo*, também na capital, aos quais dizia acostumar os menores ao *far niente*.⁴⁹ A questão que colocamos ao final deste artigo volta-se para pensar quais teriam sido as apropriações e usos da criminologia positivista para a montagem do sistema jurídico-penal em Minas Gerais se tomarmos por consideração, por exemplo, o período em que Mendes Pimentel assumiu a coordenação do Conselho Penitenciário do estado, quando, ao que nos parece, pode instrumentalizar um pouco das questões que buscava implantar no campo assistencial e educacional para com a população carcerária.

Neste período, adotou-se ‘o regime penitenciário misto, industrial-agrícola, dada a grande percentagem da criminalidade rural, proporcionando à maioria dos detentos o habitual teor da vida em condições de semiliberdade; o trabalho mediante salário e a constituição de pecúlio na Caixa Econômica; a aquisição de terras pelo egresso, facilitada pelo Estado; um sistema de prisões regionais, providas de escolas e oficinas, selecionando e encaminhando os presos ao órgão coletor central.’⁵⁰

Em um artigo publicado em 1951 na Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais diz-se que

Até 1927, os detentos em Minas Gerais se derramavam pelas centenas de cadeias dos vários municípios do Estado, tôdas em péssimas condições de higiene. Nessas cadeias, sem qualquer regime de trabalho, numa ociosa promiscuidade, as sentenças eram cumpridas, mas o homem restituído à sociedade, em vício, cinismo e maus propósitos, era dez vêzes pior do que o criminoso no momento da prisão.

As Penitenciárias de Ouro Preto e Uberaba não passavam de cadeias maiores, onde o sentenciado podia encontrar trabalho em oficinas de sapateiro e carpintaria.

Mas, além da pobreza completa de higiene, a promiscuidade tirava à pena qualquer função educativa. Organizando o Conselho Penitenciário em 1927, o Presidente Antônio Carlos convidou o grande jurista professor Mendes Pimentel para seu primeiro Presidente, encarregando-o de estudar os planos para a inauguração, no Estado, de um sistema mais humano de corrigir os desajustados sociais.

Mendes Pimentel, com os professores Alexandre Drumond, Estêvão Pinto e Magalhães Drumond, lançou as bases de uma grande obra destinada a remover as graves falhas das prisões em Minas

⁴⁵ ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, juristas e crimino-logistas: saber jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*, p. 181 e 188-9.

⁴⁶ SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes. (1871-1939)*. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007, p. 48-53.

⁴⁷ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo (1822-1940)*. 2 ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006, p. 155. Ver projeto do senador Paulo Egídio, 1896.

⁴⁸ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo (1822-1940)*, p. 168-9.

⁴⁹ MINAS Geraes. *A assistência à infância desvalida em Minas Gerais*, p. 100.

⁵⁰ PIMENTEL, Francisco Mendes. *Francisco Mendes Pimentel, jornalista, político, professor e jurista*, p. 9.

Gerais, onde definhava a saúde do detento, cujo caráter apodrecia rolando num plano inclinado, até a mais baixa degradação (...).⁵¹

Evidentemente, compete-nos todo um cuidado em relação às fontes e, principalmente, em relação àqueles que detêm o poder da legitimação da violência, mas, pelo exposto nessa citação, qual seria o perfil evidenciado por Sette Câmara em relação à postura assumida pelo Conselho Penitenciário e por seus diretores no que tange às prisões e aos presos?

4. Por este quadro acreditamos ter sido possível problematizar a questão das instituições jurídico-penais em Minas Gerais nessa passagem do século XIX ao XX. Longe de procurar negar a existência de ideias da criminologia em Minas Gerais entendemos que a apropriação da mesma teve suas diferenças em relação a outras regiões brasileiras, levando-se em consideração a formação de seu campo jurídico, assim como as possibilidades de se entender o pragmatismo da cultura política e jurídica naqueles tempos. Neste processo, entendemos que a ação assistencial e filantrópica, pública ou privada, tiveram importante papel no tratamento de um setor da população que estava sendo criminalizado na passagem à modernidade. Areladas à postura intelectuais de Pimentel, isto é, defensor de projetos capazes de prevenir as tensões sociais a partir, por exemplo, de projetos educacionais voltados para a qualificação profissional, levamo-nos a defender esse ponto de vista numa tentativa de caracterizar o sistema jurídico-penal em Minas Gerais.

⁵¹ BN. Setor de Periódicos. SETTE CÂMARA, José R. Sistema Penitenciário em Minas Gerais. *Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais*

“Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG.

Isabel Cristina Leite

Mestre em História - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

ic.leite@yahoo.com.br

Resumo

Analisaremos os arquivos pertencentes à extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) existente na UFMG. Tais arquivos evidenciam o auxílio da Universidade à repressão aos seus alunos pertencentes à organização Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Daremos ênfase aos processos referentes à Escola de Medicina e Instituto de Ciências Biológicas. Com o estudo de caso, podemos vislumbrar, em parte, como ocorreu a relação entre funcionários da Universidade e governo militar.

Palavras-chaves: AESI, UFMG, Militância estudantil.

Abstract

We will analyze the extinct Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) belonging files localized in UFMG. Such files evidence the aid of the University to the repression to its students belonging to the organization Comandos de Libertação Nacional (COLINA). We will give emphasis to the referring processes to the School of Medicine and Institute of Biological Sciences. With the case study, we can shimmer how happened the relationship between university employees and the military government.

Keywords: AESI, UFMG, Student militancy.

Neste artigo procuramos analisar os documentos relativos à Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) existente na UFMG. Estes arquivos evidenciam a sintonia entre a repressão e universidade contra seus alunos. Faremos o estudo de caso da repressão sobre discentes pertencentes à organização Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Nosso objetivo é analisar como ocorreu a relação entre funcionários da Universidade e governo militar.

O grupo COLINA surgiu como dissidência do grupo Política Operária (POLOP) em razão de sua opção pelas armas. A composição básica do grupo era de estudantes universitários da UFMG, cujos principais líderes pertenciam à Faculdade de Medicina. Tentaram fazer movimento de massa e tiveram grande apelo no movimento estudantil. Dentro das possibilidades, trabalharam com movimento operário, possuindo militantes dentro das fábricas durante a greve de 1968, em Contagem. Sua concepção foquista, que previa trabalho com os camponeses, contrapunha a origem burguesa da maioria dos seus militantes, deste modo, acabaram descartando a militância junto aos trabalhadores do campo. Mesmo tendo este grupo uma curta duração (1967-1969), tentaram dosar discussões teóricas com práticas revolucionárias, característica herdada da POLOP. Suas ações, por vezes mal sucedidas, ao menos serviram para chamar a atenção para a luta revolucionária que tentavam desencadear no país. Seus militantes protagonizaram importantes papéis nas denúncias contra o regime e as violações aos direitos humanos, sendo por meio da “Carta de

Linhares”, quando ainda estavam na prisão, e depois viabilizadas por alguns banidos no exterior. Foi por meio do COLINA, que analisaremos uma face da atuação do sistema repressivo dentro da UFMG.¹

De acordo com Rodrigo Patto Motta, a política do governo militar para as universidades teve como eixo ações que combatiam e a censuravam as idéias de esquerda, bem como o que fosse taxado por perigoso e desviante. Desta maneira, controlavam o movimento estudantil, como por exemplo, com a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária. Cercaram a pesquisa, publicação e circulação de livros e por fim, tentavam inculcar valores tradicionais por meio de: técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon.²

Desde 1964 o governo buscou aliados nas universidades públicas, sob pena de afastamentos ou demissões, como observa Motta :

No máximo houve algum espaço para jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado. Assim, se os documentos da maioria das AESI sumiram é porque são comprometedores.³

A história da AESI está sendo escrita. A partir de fragmentos consultados, realizaremos alguns apontamentos.

¹ Este artigo é parte da minha dissertação intitulada: “COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL: OPOSIÇÃO ARMADA À DITADURA EM MINAS GERAIS (1967-1969)”, defendida em junho do corrente ano no departamento de História, sob orientação da professora Dra. Priscila Brandão.

²MOTTA, Rodrigo Patto. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v.9, n.16, jan-jun.2008. pp.32.

³MOTTA, Rodrigo Patto. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v.9, n.16, jan-jun.2008. pp.33.

De acordo com Carlos Fico, os ministérios civis no período do regime militar eram espionados pelos “Sistemas Setoriais de Informação” que, por sua vez, eram constituídos pelos órgãos de informação de seus respectivos ministérios e demais fundações ou empresas estatais ao qual eram ligados. O principal órgão de informações de um ministério civil era sua “Divisão de Segurança e Informações” (DSI). Concomitantemente, em cada órgão de relevância da administração pública havia uma “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI). A influência destes órgãos foi aumentando significativamente na segunda metade da década de 1960, chegando a ser decisiva em ministérios considerados “problemáticos” como os da Educação, em função do movimento estudantil. Nas universidades públicas existiram as AESI, fundamentalmente em razão do Decreto-lei 477/69⁴, que cuidava da “subversão” dentro da academia, seja por parte de alunos, professores ou funcionários⁵. Em toda repartição considerada importante haveria uma AESI, onde em alguns casos trabalhavam os militares “linha dura”, que estavam em busca de maiores rendimentos⁶.

O arquivo da AESI na UFMG permaneceu lacrado sob a guarda da Imprensa Universitária até o ano de 1989, quando uma arquivista do Ministério da Educação e Cultura foi transferida para a universidade. Sua entrada resultou na elaboração de um novo inventário. O material da AESI apenas teve seu conteúdo revelado e entregue à Biblioteca Universitária no segundo semestre daquele mesmo ano. A finalidade seria integrar o acervo de documentos relativos à memória da UFMG. Os documentos foram primariamente classificados como “confidencial e secreto” devido à natureza especial do arquivo.

Dentro das Universidades, as AESI passaram a existir partir de janeiro de 1971, pelo Plano Setorial de Informações do MEC. Deste modo, as Universidades receberam os documentos que diziam respeito à sua criação juntamente com a ordem de nomeação do chefe responsável pelo setor em um prazo de 10 dias. Sobre a AESI/UFMG, escreve Motta:

Na UFMG a documentação indica que houve alguma indefinição no momento de criar a AESI. De início, a Reitoria nomeou um professor para o cargo (16/3/1971), porém, poucos meses depois (junho de 1971) foi indicado o Procurador Jurídico da Universidade como responsável, sob a alegação de que o primeiro desistira para realizar pós-graduação no exterior.⁷

Trabalhos sobre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Sergipe também apontam para a criação da AESI em suas unidades em 1971⁸, o que contraria informações contidas na Biblioteca

Universitária da UFMG que alega:

A AESI surgiu como um órgão instituído pelas Portarias Ministeriais n.ºs 360-BSB e 361-BSB, datadas de 27/06/73, e posteriormente denominada ASI/UNI, por meio da Portaria Ministerial de 12/05/76⁹.

No ano de 1973 um técnico da área jurídica da Universidade Federal de Minas Gerais foi nomeado para chefiar a AESI, uma vez que o Procurador não poderia mais acumular os dois cargos. Foi este funcionário que esteve no comando até a extinção do órgão¹⁰.

As principais funções das AESI nas universidades seriam: controle das contratações, evitando o ingresso de docentes de esquerda; vigilância das manifestações estudantis (shows, passeatas, formaturas); aplicação das punições previstas na legislação, principalmente do Decreto no 477; o controle da circulação internacional dos docentes; e divulgação ampla de material de propaganda produzido pelo governo¹¹.

Identificaremos agora, perspectivas civis e militares relacionadas ao COLINA nos arquivos da AESI, órgão responsável pelo monitoramento e repressão dos militantes desta organização dentro dos institutos da UFMG. Levando em consideração a relevância e abundância de fontes acerca da Escola de Medicina, apresentaremos o material relacionado a esta, bem como o material do que diz respeito ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB)¹². Aliado a este acervo, trabalharemos com arquivos do DOPS/MG e do Centro de Memória da Escola da Medicina. Ao adentrarmos nestes arquivos, encontramos processos sumários referentes a estes militantes dentro dos citados institutos. Encontramos também depoimentos, relatórios produzidos pelo DOPS e históricos escolares. O mais importante é a percepção de como o sistema de informações e a direção da universidade estiveram trabalhando em conjunto no combate aos chamados “subversivos”. Estas relações são mais evidentes entre alguns diretores de institutos e professores, todavia, não exclui a convivência de todos com a repressão.

Em trabalho sobre Memória de Reitores da UFMG, organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Lucília de Almeida Neves, identificamos alguns apontamentos sobre as relações entre esta Universidade e o governo militar. Estas informações servem como complementares às contidas no arquivo da AESI, guardada toda a problemática da subjetividade da história oral. O que mais se evidencia nos depoimentos analisados é a defesa da autonomia universitária durante o período. Aluísio Pimenta, reitor que assumiu em 1964, chama a atenção para o fato que:

⁴Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular, e dá outras providências. Decreto-lei n. 477 de 26 de fevereiro de 1969.

⁵FICO, Carlos. *Como eles agiam*. São Paulo: Record, 2001. pp.84-93; BRANDÃO, Priscila. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FVG, 2002. pp.57.

⁶FICO, Carlos. *Espionagem, Polícia Política e Propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 176.

⁷MOTTA, Rodrigo Patto. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi. v.9, n.16, jan-jun.2008. pp.35.

⁸ Cf. Portal do Arquivo Nacional. *Assessoria de Segurança e Informações na Universidade de Brasília*. Retirado de: <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/UNB.pdf> em 10/11/2009; e CRUZ, José Vieira. *Estudantes vigiados. Órgãos de Segurança e Informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 - abr. 2009.

⁹Decreto 93.314/86. Art. 1º Ficam extintas as Assessorias de Segurança e Informações integrantes das estruturas organizacionais das instituições de ensino superior, vinculadas ao Ministério da Educação. Cf. http://web.pergamum.adm.serv.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800#posicao_dos_acervo

¹⁰O processo de extinção das AESI/ASI nas universidades brasileiras prolongou-se de 1979 a 1986 conforme ofícios 009/3000/79-SNM/DSI/MEC de 08.05.1979 e 0236/81/20/DSI/MEC de 21/10/81 e o Decreto 93.314 de 30/09/86. MOTTA, Rodrigo Patto. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi. v.9, n.16, jan-jun.2008. pp.35.

¹¹MOTTA, Rodrigo Patto. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi. v.9, n.16, jan-jun.2008. pp.37.

¹²Na dissertação, além das duas unidades, trabalhamos com a FAFICH e os cursos de Veterinária, Farmácia e Engenharia.

A maioria dos membros do Conselho Universitário, onde eu mantinha a presença da representação estudantil, muitos eram conservadores, mas dignos. Muitos deles apoiaram o movimento de março de 1964, mas se uniram quando a questão foi a defesa da autonomia da Universidade¹³.

A gestão de Aluísio entre 1964 e 1967, foi marcada pelo debate acerca da reforma universitária e por turbulências envolvendo o general Carlos Luís Guedes, um dos expoentes das articulações do golpe em Minas Gerais. Guedes chegou ao ponto de afastar o reitor Aluísio e nomear Expedito Orsi Pimenta interventor da UFMG. Contudo, não obteve apoio nem do ministro da justiça Milton Campos, tampouco do então governador, Magalhães Pinto, que acabaram por promover Guedes e transferi-lo para São Paulo.

O reitor que sucedeu Aluísio Pimenta e esteve no mandato no período de existência e atuação do COLINA, foi o jurista Gerson de Britto Mello Boson (1967-1969). Em 1968, este reitor passou por duas situações delicadas. A primeira ocorreu em 03 de maio de 1968, dia de assembléia estudantil. O resultado foi prisão de cerca de 200 estudantes, após uma invasão à Faculdade de Medicina. Os alunos das escolas de Direito e Engenharia, naquele mesmo dia, solicitaram aos respectivos diretores que intervissem junto à polícia para a liberação de alguns colegas presos, ao qual foram atendidos. O mesmo não ocorreu na Faculdade de Medicina, onde Oscar Versiani fechou-se para o diálogo¹⁴.

Os alunos decidiram, então, prendê-lo dentro da faculdade, juntamente com cerca de 20 professores e funcionários, através de um cordão humano que impedia a saída do prédio. Estes discentes realizaram outra assembléia e decidiram por manter a ocupação. Com a chegada da polícia houve a invasão do prédio e agressão aos alunos. Em nota, a Secretaria de Segurança afirmou que a polícia foi recebida de maneira “altamente periculosa” pelos estudantes, que “despejavam furiosamente grande carga de pedras” das janelas. Lamentou, também, ter tido que se declarar publicamente em função dos atos “insensatos e ilegais” dos alunos. A nota terminou informando à população que agiria da mesma maneira, todas as vezes em que situações análogas ocorressem¹⁵.

Os alunos presos foram levados para o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. (DOPS/MG). Dentre os militantes envolvidos com COLINA e detidos na referida manifestação identificamos nos arquivos do DOPS/MG: Mauricio Paiva, João Batista do Mares Guia, Erwin Resende Duarte, Herbert Eustáquio de Carvalho, Pedro Paulo Bretas e Athos Magno¹⁶.

Mauricio Paiva já havia passado pouco tempo antes pelo DOPS, quando participava de uma manifestação, logo após ser eleito presidente do DCE da Escola de Engenharia. Em seu relato, a atuação dos estudantes na medicina consistiu em barricadas nas portas e janelas do primeiro andar da faculdade com cadeiras e mesas, e na retenção de seu diretor: “Fora ele, um velhote tão avançado em idade quão atrasado de mentalidade, quem solicitara a intervenção policial quando realizávamos uma assembléia”¹⁷.

Laís Pereira, simpatizante do COLINA no movimento estudantil relata como conseguiu escapar da confusão:

Me escondi e saí escondida de todo mundo (...) porque uma moça que não fazia parte ficou presa lá, e era filha de um homem muito importante, e eu escondi dentro de um armário de bioquímica. Eu tirei os vidros e entrei, eu era muito pequenininha, eu puxei os vidros e fiquei lá a noite inteira. De manhã, ela conseguiu ligar para o pai dela. Eu e ela lá. Ela se escondeu também. Eu e ela saímos correndo e escondemos quando vimos que estava invadindo, porque nos escutam eles batendo com o pé e arrebatando a Universidade. (...) Se souber que eu sou essa pessoa do DA, claro que eles vão me pegar. Aí ela chegou para o pai e falou assim: “Pai, eu e minha colega ficamos presas em uma sala, não deu tempo para a gente correr”. Nem perguntou, mandou a gente entrar no carro e eu saí como coleguinha, essa eu escapei¹⁸.

Oscar Versiani, ordenou a suspensão das aulas enquanto durasse a confusão, com apoio dos demais colegas de departamento. Solicitou também a interdição do Diretório Acadêmico¹⁹.

Após a liberação dos alunos foi instaurado inquérito. Nos dias que se sucederam à invasão, ainda havia bombas sendo estouradas pela faculdade e o clima de hostilidade com a direção permaneceu.²⁰ Segundo Gerson Boson, sua compreensão sobre o ocorrido foi que:

Na verdade teriam como refém qualquer outro que se apresentasse e que pretendesse negociar com eles. Não é que eu tenha dado autorização à polícia para invadir a Escola de Medicina. Não dei por duas razões. Primeiro, porque a polícia não precisava de autorização minha para invadir. Ela já havia, sem esta autorização já haviam invadido a FAFICH e a própria Faculdade de Direito. Segundo, porque naquela ocasião eles estavam querendo a minha autorização, para depois jogar nas costas do reitor a responsabilidade por algumas tropelias que, por acaso, resultassem desta invasão. Mas o episódio, afinal de contas, terminou bem²¹.

O relatório final do inquérito é interessante, na medida em que apresenta algumas considerações

¹³RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp.56.

¹⁴Fortes lembranças dos anos de chumbo. *Estado de Minas*. 03/05/1999. Acervo CEMEMOR.

¹⁵ Secretário explica a atuação da polícia. *Estado de Minas*. 05/05/1968. Acervo CEMEMOR.

¹⁶ Relação 1 de detidos na Faculdade de Medicina em 04 de maio de 1968. Pasta 0251. Rolo .017. Acervo DOPS/MG; Relação 2 de detidos na Faculdade de Medicina em 04 de maio de 1968. Pasta 0251.Rolo. 017. Acervo DOPS/MG.

¹⁷ PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. pp. 18.

¹⁸ Entrevista de Laís Soares Pereira a James N. Green em 06/01/2009. Entrevista gentilmente cedida à autora.

¹⁹ Professores apóiam diretor da Medicina. *Estado de Minas*. 05/05/1968. Acervo DOPS/MG.

²⁰ Elevou-se a 154 o número de universitários detidos. *Estado de Minas*. 05/05/1968. Acervo DOPS/MG; Fortes lembranças dos anos de chumbo. *Estado de Minas*. 03/05/1999. Acervo CEMEMOR.

²¹RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 pp. 93-94.

iniciais, baseadas nos depoimentos dos 142 alunos presos. O primeiro ponto diz respeito à deficiência do ensino:

É impressionante como os estudantes ouvidos se queixam do ensino. A grande maioria se queixa do mau aprendizado, de deficiência do corpo docente, de aulas práticas não satisfatórias, de má distribuição horária e de restrição do curso para 5 anos. Quase todos, ao comentar este aspecto acentuam que o curso em 5 anos quase os obriga a pleitear “pós-graduação”. Isso traduz logicamente a falta do internato obrigatório. Não será oportuno rever-se a matéria?²²

Aproveitando a abertura das reclamações, os próprios docentes dissertaram sobre a necessidade de diálogo para a melhora do ensino, como forma de encarar objetivamente este problema: “Todos nós sabemos que não se pode cobrar bom ensino de uma faculdade com o dobro de alunos em relação à sua capacidade docente, com verbas insuficientes”²³. O segundo ponto observado antes da apresentação dos resultados do inquérito aponta para questões políticas: “haverá alguma atividade política ou subversiva nestes movimentos estudantis”? Baseadas em impressões e depoimentos, os estudantes negaram qualquer linha política ou infiltração comunista para se opor ao governo²⁴. Em “autocrítica”, os membros da comissão reconheceram “honestamente as deficiências do ensino e de nossas (suas) próprias deficiências”. Realçaram o importante papel da Universidade em formadora de humanistas e propuseram a criação de atividades que propiciem apoio psicológico aos estudantes.

O inquérito objetivava responder a três questões básicas: caracterizou-se a indisciplina? Quais os responsáveis? E como punir?²⁵

Uma vez confirmada a pichação de um ônibus e prisão de funcionários da instituição, foi caracterizada a existência da indisciplina. Os responsáveis seriam, a princípio, os dirigentes do DA, que haviam convocado a assembléia. Todavia, o elevado número de prisões conduziu a uma conclusão acerca da dificuldade de culpar tão somente os dirigentes, já que a situação havia fugido do controle. Perceberam que 2/3 dos alunos presos pertenciam ao primeiro e segundo ano da faculdade²⁶, o que em tese, teria levado ao seguinte questionamento: uma vez que os motivos da revolta estavam relacionados à melhoria do ensino, não seriam os veteranos quem deveriam, em sua maioria, ter participado da assembléia? O voto vitorioso da comissão, presidida pelo prof. Hilton Rocha e composta por mais um professor e dois funcionários, foi pela dissolução do DA e convocação de novas eleições para dali a 30 dias. Outra decisão foi de notificar as direções das demais unidades sobre a presença de alunos envolvidos e devidamente identificados no episódio.²⁷

Outra situação delicada ocorreu no final do ano, em 05 de outubro de 1968. Alguns alunos da

Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas (FAFICH) estavam reunidos no subsolo da universidade, para organizar a viagem ao Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Mesmo sendo uma reunião sigilosa, os militares tomaram conhecimento dos planos estudantis e decidiram boicotá-los. O diretor da faculdade, professor Pedro Parafita de Bessa, foi chamado à Secretaria de Estado de Segurança pela manhã, pouco antes da invasão. Quando retornou o prédio, que funcionava na rua Carangola, já estava cercado pela Polícia Militar. Iriam prender o presidente do DA da FAFICH, o estudante de história Waldo Silva, e outros líderes estudantis. Os militares teriam tirado Bessa da escola justamente para cercá-la.

Tanto Aluísio Pimenta, como o ex-diretor da FAFICH Pedro Parafita de Bessa, foram aposentados compulsoriamente durante o regime militar. Gérson Boson foi cassado ainda como reitor, em 1969. Embora não se tratasse de uma pessoa de esquerda, era uma pessoa mais aberta ao diálogo, em tempos de autoritarismo reinante. Em função disto, não raramente estava em situações paradoxais. Relata Boson:

Você já ouviu falar na história da luta entre o mar e o rochedo, em que sofrem os mariscos? (...) Porque os estudantes, já que eu não podia atender à maioria de suas reivindicações, me tinham como partidário da ditadura. E, de outro lado, quando eu não admitia que a polícia ou a segurança usassem dos seus processos violentos contra estudantes dentro da Universidade ou contra a comunidade universitária, viam-me como esquerdista.²⁸

Após sua cassação em 13 de outubro de 1969, o chefe do CIE em Belo Horizonte teria lhe dito que o Exército nada teve a ver com seu afastamento, e que os responsáveis foram alguns professores da Escola de Medicina, interessados em prejudicá-lo²⁹. Em um determinado momento, o Reitor resolveu ir atrás de Alfredo Buzaid, então Ministro da Justiça, para buscar informações sobre sua cassação. Boson apenas teria encontrado uma ficha relativa a ele, na qual estava escrito: “Omisso”. Em sua visão, “por não admitir atos de perseguição contra professores e alunos da Universidade”³⁰.

Em outra situação encontrou-se com o então embaixador do Brasil em Portugal, Gama e Silva, quem o teria perguntado sobre: “Como ia a UFMG”? Ao que teria respondido: “Tudo bem, até o dia em que assinou o ato de sua aposentadoria compulsória, ou seja, sua cassação como reitor”. Foi então que Gama e Silva teria se surpreendido e afirmado jamais ter assinado o referido ato³¹. Embora não tenhamos evidências empíricas que este realmente fosse um dos casos, fato é que naquele período não foi incomum a prática de

²²Relatório Final acerca da Invasão da Faculdade de Medicina. Presidido pelo prof. Dr. Hilton Rocha. 20/07/1968. Acervo CEMEMOR.

²³Relatório Final acerca da Invasão da Faculdade de Medicina. Presidido pelo prof. Dr. Hilton Rocha. 20/07/1968. Acervo CEMEMOR.

²⁴Relatório Final acerca da Invasão da Faculdade de Medicina. Presidido pelo prof. Dr. Hilton Rocha. 20/07/1968. Acervo CEMEMOR.

²⁵Relatório Final acerca da Invasão da Faculdade de Medicina. Presidido pelo prof. Dr. Hilton Rocha. 20/07/1968. Acervo CEMEMOR.

²⁶ 1ª. Série: 47 alunos; 2ª. Série: 50; 3ª. Série: 21; 4ª. Série: 16; 5ª. Série: 8.

²⁷ João Batista dos Mares Guia (FACE); Maurício Paiva (Engenharia); Luis Macedo (ICEX) e Maria Barbosa (FAFICH).

²⁸ RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 pp. 3.

²⁹RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp. 95.

³⁰RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 pp. 99.

³¹RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp.99

denúncias junto ao sistema repressivo, no intuito de atender interesses pessoais.

Quem assumiu após o afastamento de Gerson Boson, foi Leônidas Machado Magalhães. Como o início do processo sumário sobre o COLINA na UFMG é datado deste período, Magalhães foi o responsável por dialogar com o Exército a respeito dos militantes. As referências ao ex-reitor, encontradas no livro citado, foram localizadas no depoimento de Aluisio Pimenta, quem relata a formação estadunidense de Leônidas Magalhães, e seu discurso sobre a necessidade de se preservar a autonomia universitária. Teria sido um dos reitores mais empenhados em auxiliar na implantação das reformas na universidade que, grosso modo, teve como resultado o estabelecimento de diretrizes para a transformação em universidades, das então federações de faculdades e escolas³². A providência imediata seria a de estabelecer e de introduzir mudanças no gerenciamento da universidade, bem como fortalecer a administração central, que praticamente não existia na reitoria e era totalmente feita nas faculdades e escolas. Não era escopo centralizar a execução orçamentária, mas coordenar o seu planejamento, aprovação e a própria execução³³. Leônidas terminou o mandato de Boson, sendo sucedido por Marcelo de Vasconcellos Coelho.

De acordo com a revista *Diversa*, da UFMG, Marcelo de Vasconcellos Coelho teve como característica de seu mandato a não aceitação da interferência do governo militar na universidade, assim como seu sucessor, Eduardo Osório Cisalpino. Coelho desafiou o general Gentil Marcondes Filho, chefe da Infantaria Divisionária (ID/4), ao responder às acusações do general Marcondes de que não teria designado “pessoas que não são de confiança do Exército”, para integrar sua equipe. O reitor teria respondido:

“Olha general, eu nunca designei um coronel seu, portanto, eu espero que o senhor não se meta nos meus designados, porque eu dirijo a Universidade, escolhido pelo Presidente da República”.³⁴

Segundo afirmações da mesma fonte, a AESI teria atuado “em todas as universidades brasileiras, menos na UFMG”.

Num gesto de grande habilidade política, Marcelo Coelho incluiu a AESI no organograma da Universidade, mas concentrou as funções do órgão em um único funcionário, Roberto Faria, ligado diretamente a ele. Faria chegou a ser visto com desconfiança por parte da comunidade acadêmica, mas foi o braço direito de Coelho e de Cisalpino na tarefa de driblar a repressão e evitar que chegassem ao

governo militar informações sobre a atuação política de professores, funcionários e estudantes da UFMG.³⁵

Não está dentro do nosso escopo a discussão sobre esta política em relação à AESI e a vigilância aos discentes e docentes após o mandato de Leônidas. O que questionamos é que ao contrário da afirmação da revista, a UFMG sofreu sim interferência na AESI. Podemos até supor que durante o mandato deste reitor, a sua existência tenha tido um significado ou uma prática distinta, mas o fato de não haver um funcionário militar dentro da universidade não significa que não houve funcionamento do órgão. Podemos supor ainda que, comparando a ação deste órgão na UFMG frente a outras, a interferência aqui talvez, tenha sido menor. Veremos isto no diálogo entre militares e universidade, no que se refere aos processos relacionados aos militantes do COLINA.

Como forma de melhor apresentar os resultados da pesquisa trabalhamos a partir da citação de casos exemplares para a análise do conjunto do material, de forma que não se torne uma enfadonha descrição de casos jurídicos.

Esta história se inicia dia 29 de setembro de 1969, quando o general Gentil Marcondes Filho, então comandante da Infantaria Divisionária ID/4, sediada em Belo Horizonte, escreveu ao Reitor da UFMG comunicando que havia sido instaurado um Inquérito Policial Militar para apurar as atividades do COLINA. Desta maneira, enviou à universidade uma lista de nomes dos alunos que estavam sendo indiciados, ao que solicitava que as “devidas providências” fossem tomadas, e que fosse mantido contato com o referido comando³⁶. Em 13 de outubro de 1969 ocorreu a cassação do reitor Gerson Boson. Neste mesmo dia, o vice-reitor em exercício, Leônidas Machado, encaminhou aos diretores das faculdades em que estavam matriculados os militantes indiciados, um ofício solicitando informações a respeito³⁷. Dentre os que receberam a informação, está o diretor da Escola de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, caso que trataremos agora.

Escola de Medicina

A pasta alusiva a esta Faculdade é a que mais contém documentos, haja vista que boa parte do núcleo dirigente do COLINA, ali estava matriculada. Havia um funcionário citado, Irany Campos, e seis estudantes de Medicina: Ângelo Pezzuti, Herbert Carvalho, Maria José Nahas, Jorge Nahas, Pedro Paulo Bretas e Athos Magno Costa e Silva, todos presos ou clandestinos no ano de 1969.

Com esta documentação pudemos analisar os trâmites legais acerca dos inquéritos instaurados contra os militantes que pertenciam àquela

³²RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucília. *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp.99

³³PIMENTA, Aluisio. *Universidade-de: a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

³⁴Revista *Diversa*. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 5. n. 11. Maio de 2007. <http://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html>

³⁵Revista *Diversa*. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 5. n. 11. Maio de 2007. <http://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html>

³⁶ Ofício n.420-E2, de 23/09/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

³⁷ Ofício “confidencial” de Leônidas Machado ao General Gentil Marcondes Filho em 13/11/1969. Pasta 11. Acervo AESI/UFMG.

instituição, que somente cortaram vínculos com a universidade após a prisão em janeiro de 1969.

No início do mês de outubro deste mesmo ano, o *Estado de Minas*, publicou uma reportagem com o chamado: “Preventiva para Mariguella e mais 33 da subversão”. O artigo relata o decreto de prisão preventiva de duas listas de militantes. Uma lista referia-se aos pertencentes à organização Corrente/ALN, e outra de integrantes do COLINA. Esta última, havia 19 nomes listados a pedido do general Otávio Medeiros, quem comandou o IPM. À exceção de Herbert Carvalho (conhecido como Herbert Daniel) nenhum dos restantes estavam vinculados à UFMG, pois, em sua maioria, estavam clandestinos em outras organizações³⁸.

No ofício remetido Reitor é reiterada a Versiani a “conveniência de ser mantido contato com as autoridades encarregadas do referido IPM para a obtenção de dados e mais precisos informes acerca das ocorrências”, para as devidas providências³⁹. Decorrida uma semana do envio do comunicado, o diretor Versiani, amparado no artigo 03, do Decreto-lei 477⁴⁰, decidiu nomear o professor adjunto Dr. Sylvio Gonçalves Coutinho, da disciplina de cirurgia, como responsável pela apuração das infrações descritas no artigo I^o, itens I a IV⁴¹ do referido decreto, que possivelmente tenham sido praticadas pelo funcionário Irany Campos. Neste dia o funcionário da secretaria da Escola de Medicina, foi nomeado secretário do processo sumário a ser realizado⁴², bem como o advogado da mesma instituição, foi nomeado como assessor jurídico.

Em 29 de outubro o professor Gonçalves Coutinho encaminhou ao general um ofício comunicando a prisão de Irany no estado da Guanabara, e solicitou que o réu fosse avisado sobre o processo aberto junto à universidade. Seria dado a Irany 48 horas para apresentar sua defesa. Outro pedido feito ao general Marcondes foi a transcrição literal das declarações de Irany acerca de “sua conduta publicamente escandalosa decorrente da filiação à Organização Político-Militar (OPM)”⁴³. O pedido foi atendido no dia seguinte, com a enumeração das ações praticadas e confessadas, de acordo com o Exército, pelo réu⁴⁴.

Com o passar dos dias, esta comissão, conhecida como “Comissão do 477” pesquisou como e onde pôde, de forma a levantar acusações ao funcionário, que possibilitasse julgá-lo dentro do referido decreto-lei. Em 08 de novembro foi enviado o primeiro relatório, no qual o professor encarregado descrevia a dificuldade da comprovação de algumas informações relacionadas aos crimes cometidos pelo réu, dado o exíguo prazo de 20 dias, conforme a lei estipulava. O objetivo era enquadrar Irany no decreto 477, o que

não ocorreu, em virtude dos seguintes fatores:

- A) - O processo sumário é nulo, pela falta de citação, podendo ser convalidado por nova portaria de V. Exa;
- B) - No mérito propriamente dito, o indiciado não pode ser punido por atos, que não eram considerados infrações disciplinares e que só vieram a sê-lo em 26/02/1969;
- C) - Por desqualificação do delito, a atividade do indiciado merece ser apurada frente ao Estatuto dos Funcionários Públicos via de processo administrativo, prevista a pena de demissão⁴⁵.

Como não tinham condições de punir por meio do decreto 477, foi sugerido que houvesse o julgamento baseado na lei 1.711/52, que dispunha sobre o *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União*. A partir do item II do artigo 207⁴⁶, buscaram argumentos para que Irany não saísse tão somente inserido na Lei de Segurança Nacional. Pelo argumento do próprio presidente da comissão Sylvio Coutinho :

17. Incontinente, se diz daquele que tem falta de moderação, que é imponderado, irrefletido, descomedido (Dicionário de Moraes, 10 edição, vol.5). A natureza e forma dos delitos, de sua vez, denunciam a publicidade e o escândalo ; 18. A incontinência do indiciado é pública e escandalosa pela natureza das mesmas ilicitudes praticadas, que foram largamente difundidas pela Imprensa e repelidas pelas autoridades e pelo bom senso do povo ; 19. Se, pois, aparece-nos inaplicável ao indiciado o decreto lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, julgamos, viável a incontinência pública e escandalosa vedada pelo Estatuto dos funcionários, através de processo administrativo ali previsto sob pena de demissão⁴⁷.

Coube a Oscar Versiani a decisão final, que apenas endossou a proposta de Coutinho e comunicou ao Departamento de Segurança Interna do Ministério da Educação, à reitoria da UFMG e à Infanteria Divisionária da 4ª região militar (ID/4)⁴⁸. Uma vez todos de acordo, Versiani compôs outra comissão, valendo-se do artigo 219 da lei 1.711, para apurar os crimes caracterizados por “incontinência escandalosa”, tendo por base este mesmo *Estatuto*. Coutinho continuou como responsável pela investigação, que contou com duas auxiliares: uma técnica de laboratório e uma laboratorista⁴⁹.

No caso dos estudantes, o processo foi similar. O mesmo Coutinho foi responsável por apurar os delitos por meio dos respectivos processos sumários, para o enquadramento no Decreto 477⁵⁰. A diferença está na busca de informações, dentro das entranhas burocráticas da universidade, para a realização de um mapeamento desde o

38 Consta na lista os nomes de: Carlos Alberto Soares de Freitas, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Dilma Vana Rousseff, Apolo Heringer Lisboa, Tomás Weiss, Reinaldo de Melo, Marco Antonio Meyer, Badih Melhem, Orosinda Goulart, Irany Campos, João Marques Aguiar, Ageu Heringer Lisboa, Carmela Pezzuti, Marcos Antonio Rocha, Guido Rocha, José Raimundo Alves Pinto, Carlos Vilan Pinom, Pitágoras Machado. “Preventiva para Mariguella e 33 da subversão”. *Estado de Minas*. 03/10/1969. Hemeroteca Pública de Minas Gerais.

39 Documento “confidencial”, de Leônidas M. Magalhães a Oscar Versiani Caldeira. 13/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

40 O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá as diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de 48 horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de 96 horas.

41 Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza.

42 Faculdade de Medicina de MG. Portaria n 1/69 de 20/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

43 Ofício “confidencial” de Sylvio Coutinho ao Gal. Marcondes em 29/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

44 Ofício de Gal. Marcondes a Sylvio Coutinho em 30/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

45 Relatório do Processo Sumário de Irany Campos. p.01 de 08/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

46 Pode levar à demissão em decorrência de “incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual”.

47 Relatório do Processo Sumário de Irany Campos. p.03 de 08/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

48 Relatório de Oscar Versiani às autoridades. 08/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

49 Portaria n.57 de 11/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

50 Portaria n.50 de 20/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

desempenho acadêmico à militância estudantil. A procura teve início pela seção de ensino, que emitiu parecer, certificando que nenhum deles havia requerido matrícula no ano de 1969. Anexado ao certificado, encontramos seus históricos escolares. É interessante que ao analisá-los, notamos a clara opção pela militância em detrimento dos estudos. Em 1967, ano conturbado na vida política destes jovens (transição entre POLOP-COLINA), à exceção de Maria José Nahas, todos foram repetentes nos diferentes anos de curso⁵¹. Ângelo Pezzuti teve que repetir a 4ª série no ano de 1968, e mesmo assim, ainda foi reprovado em duas disciplinas. Herbert Daniel cursou novamente a 3ª série no referido ano, já que no ano anterior, das 6 disciplinas em que estava matriculado, somente em Semiologia foi aprovado. Jorge Nahas, também cursou a 3ª série em 1967 e, em função de suas atividades políticas, foi repetente⁵², conseguindo sanar parte das disciplinas no ano seguinte. Pedro Paulo Bretas, na 2ª série, trazia consigo em 1968, duas dependências do ano inicial da organização⁵³.

Todos tiveram suas informações pessoais, assim como o relatório policial e recortes de jornais referentes às ações do grupo, fornecidos pelo DOPS, para uma análise detalhada do grau de “periculosidade”, de forma a melhor embasar os argumentos para as punições. Assim como procedido no caso do funcionário Irany Campos, foram pedidas pelo encarregado do processo sumário, Silvyo Coutinho, as citações dos acusados, já que estavam alguns presos no Rio de Janeiro, e outros em Juiz de Fora⁵⁴.

Concedidas as citações, Jorge Nahas e Maria José Nahas tiveram uma advogada acionada pela família. Elizabeth Ferreira Diniz ficou encarregada de defender o casal contra o enquadramento no processo sumário referente ao decreto 477⁵⁵. O professor Coutinho nomeou-a defensora também de Herbert Daniel, uma vez que este se encontrava na clandestinidade em algum lugar desconhecido pelas autoridades⁵⁶. Nos dias 06 e 07 do mês de novembro, a advogada apresentou a defesa dos três. Citando os quatro primeiros itens do artigo 1º do decreto 477, a advogada desconstruiu todos os argumentos da diretoria da Escola de Medicina. Comprovou como foi indevido o uso daquele decreto para o caso destes militantes:

8) Há um principio universal sagrado por todos os povos cultos, pelo qual não há crime sem lei anterior que o defina. Principio este admitido em nossa Lei Magna; Deste modo, por dois motivos relevantes os indiciados não podem estar inscritos nas sanções disciplinares descritos pelo art. I do decreto 477: a) (...) não está matriculado no corrente ano letivo na Faculdade; b) O

dec.lei 477 que define as penas disciplinares é de 26 de fevereiro do ano em curso quando o indiciado sequer estava matriculado na Universidade⁵⁷.

Desta forma não ficou difícil a realização da defesa, uma vez que nenhuma lei pode ser aplicada retroativamente. Em tempo: as prisões ocorreram em janeiro de 1969, cerca de 40 dias antes de a lei ser revogada. A outra colocação pertinente por parte da defesa é a impossibilidade de um inquérito administrativo pelo regimento da Escola de Medicina, pelo simples fato de não estarem matriculados. A advogada sugeriu a interrupção do processo, até que se resolvesse a situação dos indiciados junto a Justiça Militar, onde são processados dentro da Lei de Segurança Nacional⁵⁸

De acordo com o primeiro relatório enviado ao diretor Oscar Versiani, a resolução se deu nos seguintes termos: primeiramente, ficou anulado o processo de Ângelo Pezzuti e Pedro Paulo Bretas, pela falta do aviso prévio a estes no processo sumário que estavam indiciados; segundo, decidiu-se pela absolvição de Jorge Nahas, Maria José Nahas e Herbert Carvalho, pela não aplicabilidade do Decreto 477; por fim, como os indiciados teriam praticado “gravíssimas faltas” a partir do segundo semestre de 1968, estavam sujeitos a julgamento de acordo com o Regimento da Faculdade de Medicina, no artigo 201. Seriam apuradas também as violações do art.195 do mesmo regimento, e que poderia levar à expulsão da universidade⁵⁹.

Como podemos perceber, houve um empenho por parte da comissão e da diretoria da Faculdade de Medicina em indiciar seus alunos para além da Lei de Segurança Nacional. O relatório final havia sido enviado ao diretor Oscar Versiani, reafirmando a absolvição alunos com base no Decreto 477, todavia, mesmo assim, foi apurado o processo sumário das atividades, levando em conta o regimento interno da faculdade, ou seja: “desobediência ao regimento e práticas perturbadoras da ordem, ofensivo dos bons costumes ou desacato a autoridades universitárias ou a funcionários”⁶⁰.

O relatório informa que as atividades da comissão iniciaram em 26 de novembro de 1969, logo após a publicação no jornal oficial “Minas Gerais”, no qual era pedido o aviso aos réus sobre o novo processo. No caso de um deles, Herbert Daniel, foi comunicado por edital, haja vista a falta de notícias sobre seu paradeiro. Ficou determinado que teriam 15 dias para apresentarem sua defesa escrita. Desta forma, quem se dispôs a defendê-los foi novamente Elizabeth Diniz. A advogada alegou a inexistência de faltas disciplinares, logo, a impossibilidade de punição, dado que estavam

⁵¹ Neste período o curso era contado por ano e não por semestre, como atualmente.

⁵² Entrevista de Maria José Nahas à autora em 2009.

⁵³ Histórico escolar de Ângelo Pezzuti; Histórico escolar de Maria José Nahas; Histórico escolar de Herbert Eustáquio de Carvalho; Histórico escolar de Jorge Raimundo Nahas; Histórico escolar de Pedro Paulo Bretas. Datilografados dia 15/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

⁵⁴ Ofício de Sylvio Coutinho ao Gal. Gentil Marcondes, em 27/10/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

⁵⁵ Carta da advogada Elizabeth Diniz ao professor Sylvio Coutinho em 03/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

⁵⁶ Portaria 4/69 de 06/11/1969. Pasta 11. Arquivo AESI/UFMG.

⁵⁷ Razões de defesa do indiciado Maria José Nahas e Jorge Raimundo Nahas em 06/11/1969; Razões de defesa do indiciado Herbert Eustáquio de Carvalho em 07/11/1969. Pasta 11. Acervo AESI/UFMG.

⁵⁸ Razões de defesa do indiciado Maria José Nahas e Jorge Raimundo Nahas em 06/11/1969; Razões de defesa do indiciado Herbert Eustáquio de Carvalho em 07/11/1969. Pasta 11. Acervo AESI/UFMG.

⁵⁹ Relatório para Oscar Versiani, de Sylvio Coutinho de 08/11/1969. Pasta 11. Acervo AESI/UFMG.

⁶⁰ Regimento da Faculdade de Medicina. Artigo 195, letras a e b, de 1966.

sendo indiciados com base no artigo 201 do regimento, que diz:

Art. 201: Por faltas que cometerem, estarão os alunos sujeitos às seguintes penalidades: 1- Advertência; 2- Repreensão; 3- Suspensão; 4- Exclusão. § 1.- As faltas consideradas graves serão comunicadas à Congregação que determinará abertura de inquérito a ser realizado por uma Comissão Especial presidida por um catedrático⁶¹.

Além disto, Elizabeth ainda afirmou outros motivos que levariam à absolvição destes alunos. Em suma, os motivos são: os atos foram praticados fora da Faculdade, sem qualquer desobediência ao regimento; tratavam-se de fatos enquadráveis na Lei de Segurança Nacional e não de faltas disciplinares escolares; os indiciados não estavam nem mesmo matriculados naquela faculdade no ano letivo de 1969. Por fim, alega que os alunos indiciados ainda estavam respondendo a processo mediante a Justiça Militar, não haviam sido julgados e, portanto, os atos delituosos não poderiam lhes ser atribuídos decisivamente. Desta maneira, a absolvição seria sensata, uma vez que, caso antecipassem este julgamento ao da Justiça Militar, a decisão final atrapalharia a vida escolar dos militantes. Caso não optassem pela absolvição, a advogada solicitou ao menos a suspensão temporária do caso, até que a Justiça Militar julgasse o que lhe competia, de forma a evitar dois julgamentos similares em duas instâncias distintas: administrativa e judicial-militar⁶².

O presidente da comissão discordou da argumentação da advogada, esclarecendo-lhe que sabia que não lhes competia o processo dos militantes dentro da LSN, contudo, que achava “perfeitamente cabível a repercussão destes atos [criminosos] diante dos preceitos do Regimento desta Faculdade”⁶³, já que eram alunos em 1968, quando praticaram a maioria das ações. Afirmou ainda que não havia comunicação entre a esfera administrativa e militar, excluindo a possibilidade da repetição de processos, possibilitando a absolvição em uma esfera e a uma condenação em outra, dependendo dos resultados de cada uma. Concluindo a discussão, o diretor afirmou que o processo administrativo não os levaria à prisão, mas poderia afastá-los da universidade.

Outro ponto contestado tange à questão dos delitos que foram praticados fora da Faculdade. Citando o artigo 195 do Regimento, foram apontadas as infrações autônomas: atos que perturbem a ordem, que ofendam os bons costumes e que importem em desacato às autoridades universitárias ou a professores. Ele chama atenção ao fato de as duas primeiras infrações serem genéricas, em contraposição à terceira, que não se limita ao interior da Faculdade:

Seria absurdo admitir - e nem a defesa o

pretende, a coexistência de atos altamente perigosos praticados fora da Faculdade, com um bom comportamento dentro dela, pois aqueles que incompatibilizam o agente com as demais atividades, notadamente a universitária, na qual se espera, pelo menos, uma dignidade mínima pessoal de seus membros.⁶⁴

Orosmar, presidente da comissão, julgou os alunos como “perturbadores da ordem”, e mais grave, à exceção de Herbert, por não ter sido preso, considerou todos são réus confessos e testemunhas dos crimes dos outros. Em sua empiria, demonstra como cada um deles participou de mais de um delito considerado grave e perturbador da ordem: Ângelo em nove deles, seguido por Pedro Paulo, com sete, Jorge, em no mínimo cinco, Maria José em quatro e Herbert Daniel em dois. Informava o relatório que o fato de Herbert não ter confessado nada não vira razão para sua absolvição. A confissão não é pressuposto de condenação, além do mais, “sua atividade terrorista resulta de depoimento de seus próprios comparsas”⁶⁵.

A decisão final da Comissão foi a exclusão dos alunos da Faculdade de Medicina, por estar convencida de que violaram o Regimento ao cometerem atos que perturbassem a ordem, conforme o artigo 195. A exceção de Pedro Paulo, que não conseguimos informações posteriores ao seu banimento dentre os 70 presos políticos, todos os demais alunos terminaram seus cursos no exterior.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

No dia 30 de outubro, o diretor Eduardo Osório Cisalpino, diretor do ICB, também recebeu o ofício do vice-reitor em exercício Leônidas Machado informando que a reitoria havia recebido um pedido do ID/4, para que se coletasse informações sobre Erwin Duarte, supostamente aluno da Escola de Medicina. Após a pesquisa realizada na referida Escola, Versiani relatou a Leônidas que:

Relativamente ao estudante Erwin Resende Duarte, considero-me incompetente a submetê-lo a processo sumário de que trata o decreto-lei 477, porque o estudante não está vinculado à Faculdade de Medicina, mas provavelmente ao Instituto de Ciências Biológicas. A cujo diretor merece cometido o encargo, nos termos do referido diploma legal⁶⁶.

Deste modo, o diretor do ICB estava incumbido de levantar informações sobre o estudante. Assim o fez. Comunicou ao reitor em exercício, que Erwin era aluno do segundo ano do currículo médio daquele instituto, e que tomaria as “providências cabíveis”⁶⁷. Foi nomeado presidente do inquérito para apurar as faltas do aluno, o professor Carlos Américo Veiga Damasceno, quem

⁶¹ Regimento da Faculdade de Medicina, artigo 201 de 1966.

⁶² Defesa dos indiciados Jorge Nahas, Maria José Nahas, Herbert Carvalho, Pedro Paulo Bretas e Ângelo Pezzuti em 15/12/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

⁶³ Relatório da Comissão Especial entregue a Oscar Versiani de 22/12/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

⁶⁴ Relatório da Comissão Especial a Oscar Versiani de 22/12/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

⁶⁵ Relatório da Comissão Especial a Oscar Versiani de 22/12/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

⁶⁶ Ofício “confidencial” de Leônidas Machado a Eduardo O. Cisalpino em 30/10/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

⁶⁷ Ofício 136/69 do Instituto de Ciências Biológicas de 31/10/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

tomou a medida imediata de proibir sua frequência às aulas, até que ocorresse o julgamento, que teria como base o artigo primeiro do decreto 477⁶⁸. O histórico escolar de Erwin para o ano de 1968, assim como de vários estudantes de medicina indicados, indica que aluno foi repetente, não conseguindo êxito nas duas disciplinas que cursou⁶⁹.

Após ser comunicado do processo, o aluno não apresentou a defesa no prazo. A saída encontrada pelo presidente do inquérito foi nomear a mesma advogada que cuidou dos alunos da Medicina, Elizabeth Diniz, para enviar a defesa por escrito em 48 horas⁷⁰. A advogada entrou em ação, com a mesma argumentação utilizada na defesa da “turma da medicina”: requeria a sua absolvição, em função de se encontrar preso quando a lei foi decretada⁷¹. Seu pedido não foi aceito, e Erwin foi julgado. De acordo com Carlos Américo Damasceno:

Mesmo antes do 477 as infrações disciplinares já eram previstas desde o Regimento da Faculdade de Medicina no seu capítulo IV, art. 165, surgindo o decreto supra citado apenas um reforço deste⁷².

Curiosamente, Erwin não conseguiu escapar da aplicação do Decreto 477, ao contrário dos outros. Eduardo Osório Cisalpino considerou uma série de prerrogativas: as acusações de que Erwin teria infringido o artigo 1º do referido decreto; a confissão do acusado de que a infração existiu e as provas que constavam nos autos; que mesmo sabendo que teria direito à defesa, não apresentou-a, forçando a escola a nomear um advogado; que os motivos alegados pela defesa não convenceram a comissão e; finalmente, que o aluno já havia sido julgado pelo Diretor da Faculdade de Medicina e por ele, do ICB. Desta maneira, Cisalpino manteve o julgamento e aplicou o item II do art. I do 477, em que proibia o indiciado de “se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos”⁷³.

Conclusão

Da análise dos casos abordados, o que fica evidente é que os órgãos militares dentro das instituições de ensino obtiveram maior eficácia, graças à colaboração de membros da universidade. Mesmo sendo ilegítima a aplicação do 477 retroativamente, prevaleceu a decisão das autoridades, contudo, dentro do simulacro de legalidade, todos os meios “legais” para a defesa foram colocados à disposição do réu. Este último caso demonstra claramente a imagem de “regime legalista” que a própria ditadura tentou manter. Conforme afirma a pesquisadora Annina Alcantara de Carvalho, havia “leis”, apesar de o direito e a

justiça estarem ausentes do comportamento estatal repressivo. Leis, autoridades judiciárias e advogados aparentemente eram autorizados a exercer seus mandatos, mas apenas aparentemente⁷⁴. Irene Cardoso também nos chama a atenção à ênfase na legalidade e na legitimidade do regime, que significaria uma aparência de normalidade para a vida social e política, mas que impediria o reconhecimento do arbítrio. A violência havia sido disfarçada sob uma “capa jurídica”, um simulacro de lei. Citando Marcelo Viñar, o arbítrio foi transfigurado em lei, uma vez que é característico da ditadura, além da violência, sua vocação de se apropriar da lei e nela se encarnar⁷⁵. O arbítrio configura um poder ilimitado e absoluto, que na forma do simulacro, passa a ter a força da lei. Expulsar tais alunos poderia se configurar em medidas exemplares, como forma de dizimar focos militantes dentro das instituições de ensino, evitando, assim, mais simpatizantes da luta contra o regime vigente.

Mostramos apenas uma parte da atuação da AESI dentro da UFMG, por meio da repressão aos estudantes que integraram o grupo COLINA, com todo o processo montado para que fossem punidos e expulsos da vida universitária. Os documentos que constituem o arquivo da AESI, para além de seu ineditismo, é uma fonte rica de informações para a compreensão mais ampla acerca das relações civis-militares.

Imagens:

1- Ofício do Vice-reitor em exercício da UFMG ao diretor da Escola de Medicina solicitando informações sobre estudantes da referida instituição, todos pertencentes ao COLINA. Data: 10/1969. Acervo AESI/UFMG.

2- Histórico Escolar de Ângelo Pezzuti Silva, estudante de medicina e um dos comandantes do COLINA. Morreu durante o exílio em Paris no ano de 1975. Data:

68 Ofício de Carlos Américo Damasceno a Eduardo Cisalpino de 13/10/1969. Pasta 11. Acervo AESI/UFMG.

69 Histórico escolar de Erwin Resende datilografado em 13/11/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

70 Designação de Elizabeth Diniz de 18/11/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

71 Defesa de Erwin Resende Duarte de 20/11/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

72 Ofício de Carlos Américo Damasceno a Eduardo Cisalpino de 23/12/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

73 Decisão de Eduardo Cisalpino em 24/11/1969. Pasta 12. Acervo AESI/UFMG.

74 CARVALHO, Annina. A lei, ora, a lei... In: FREIRE, Alípio et. al. *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997. pp. 402.

75 CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: FREIRE, Alípio et. al.

Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX.

Leandro Braga de Andrade

Doutorando em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

leandrobrandrade@yahoo.com.br

Resumo:

A atuação de comerciantes de Mariana, pequena praça comercial na região central de Minas Gerais, serviu como ponto de partida para uma análise da circulação mercantil no perímetro do mercado interno, bem como da hierarquização sócio-econômica local. Através da variação da escala foi possível detectar os comerciantes em diferentes contextos e perceber os aspectos que perpassam suas relações comerciais, como os de caráter político, familiar e social. Dessa forma, apresentamos notas de pesquisa que abordam as conexões econômicas regionais com um universo maior. Não obstante, privilegia também a percepção de agentes que ao mesmo tempo formam e representam o processo de integração mercantil do Brasil que se consolida no século XIX, mas que germinara em tempos coloniais. Foram utilizadas listas de habitantes, relações de casas de negócio, correspondências e inventários *post-mortem* para mapear alguns dos principais comerciantes da cidade nas décadas de 1820, 1830 e 1840.

Palavras-chaves: comerciantes, mercado interno, Minas Gerais.

Abstract

The actuation of merchants of Mariana, small commercial square on the central zone of Minas Gerais, was a starting point for an analysis of mercantile flow on the internal market's perimeter, as well as of the local social-economic hierarchization. Using scale variation, it was possible to detect merchants in different contexts and to notice aspects going through their commercial relationships, such as aspects with a political, familiar, and social characteristic. In this way, we present here research notes about the regional economic connections with a bigger universe. Nonetheless, we also favor the perception of agents which, at the same time, create and constitute the Brazilian mercantile integration process, consolidated at sec. XIX but developed in colonial times. We used lists of inhabitants, lists of business houses, mail and *post-mortem* inventories in order to map some of the city's main merchants on the decades of 1820, 1830, and 1840.

Keywords: merchants, internal market, Minas Gerais.

Ao referirmos à história econômica de Minas Gerais no século XIX, lembramos necessariamente de uma série de estudos que se debruçaram sobre temas como: a decadência econômica por decorrência da crise da mineração, ou ao seu contraposto, o dinamismo da economia mineira oitocentista, a utilização do trabalho escravo e a configuração de um circuito mercantil interno. Porém, talvez o maior desafio dessas abordagens seja ainda o de conectar realidades regionais (relações mercantis, propriedade e acumulação, por exemplo) com um universo mais amplo. Se identificamos a formação de um mercado interno, em fins do período colonial e sua consolidação na fase nacional, podemos também enxergar localidades conectadas, enriquecimento interno e inclusive pessoas que acumulam e dão vida e movimento à estes circuitos e lugares.

Para tanto é necessário complementar abordagens que se valem da quantificação, seriação de fenômenos econômicos e demográficos com uma proposta de percepção de realidades locais conectadas com um universo maior, mas que possa demonstrar aspectos políticos, sociais e culturais da vida das pessoas que participam da produção de tais fenômenos quantificáveis.¹

Nesse sentido que podemos fazer alguns apontamentos sobre o comércio e os comerciantes de uma pequena praça, a antiga Mariana, tão

famosa pelo auge da mineração, mas que vive no segundo quarto do século XIX, o papel de centro mercantil regional. Portanto, no bojo de consolidação do mercado interno, na fase nacional da história do Brasil, aspectos dos tempos coloniais se confundem com a mudança, assim como não se separam claramente vida social, familiar, econômica e política.

Desde já, adiantamos que uma verdadeira hierarquização permeia esta praça comercial e que esta hierarquização estava diretamente ligada à conexão da localidade, através de seus agentes, com o contexto externo.

Um comerciante da cidade e o mercado interno

No dia 10 de janeiro de 1832, o futuro tenente coronel da Guarda Nacional de Mariana, Honório José Ferreira Armond, escreve para seu *mano*, Marcelino José Ferreira Armond, residente em Barbacena, comandante, também da Guarda Nacional naquela cidade. Após manifestar seus sentimentos pelos incômodos de saúde do irmão e pelo “prejuízo com as criações”, Honório reclama: “Aqui já se fez os oficiais para a Guarda Nacional, e saíram cabras e negros; se lá não acautelarem e ficarão entregues as armas a gente de nenhum patriotismo e nem caráter”.²

¹ LINHARES, Maria Yeda. Metodologia da História Quantitativa: balanço e perspectiva. In: BOTELHO, Tarcísio R. (org) *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh MG, 2001, p. 13-24. FRAGOSO, João Luís. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*. Numero 29. Rio de Janeiro. FGV. 2002. p. 3-28, p.4.

² Museu Imperial. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997. Tomb. :2004.

As opiniões de Honório, certamente comungadas por seu irmão, manifestam o desejo de que postos na hierarquia militar local fossem ocupados por membros da elite de *homens bons* da cidade.³ Esta era a visão daqueles que viam em cargos políticos e patentes a oportunidade de formar e manter seu prestígio social, mando local e garantir suas vantagens econômicas. Honório e Marcelino faziam parte de uma extensa família de proprietários e negociantes, uma das mais influentes da Comarca do Rio das Mortes, radicada, sobretudo em Barbacena. Honório, por sua vez, representava o braço da família, na região tradicionalmente mineradora, no caso, a cidade de Mariana.

Mas esses dois homens de prestígio, em suas respectivas localidades de atuação, tinham mais do que o berço em comum. Eram grandes comerciantes de fazendas secas, gêneros alimentícios e, também de escravos. O capital que movimentava os negócios da família teve origem na produção agropecuária, destinada ao abastecimento interno, mas foi na mercancia que ele se multiplicou. O adiamento de mercadorias (entre elas, cativos) e o empréstimo de dinheiro a juros representou o principal negócio que articulava os interesses de Honório, Marcelino e os seus outros 5 irmãos.⁴

Todavia, os rastros deixados por Honório e sua família nos levam a paragens mais distantes. O comerciante recebeu carta remetida do Rio de Janeiro por Antônio José Moreira Pinto, em 31 de outubro de 1828, que continha a seguinte oferta:

(...) no dia 28 se recolheu felizmente neste porto vindo de Cabinda um dos barcos em que sou interessado com 461 escravos, gente toda limpa e boa, sendo esta das melhores negociações que tenho interessado por prometer grandes lucros. Se precisar de alguns me avise para lhos remeter, o que farei prontamente (...)⁵

A revelação de que pretendia ter grandes lucros com aquela leva de africanos é mais bem entendida quando se analisa as freqüentes correspondências remetidas por Antônio Moreira para Honório. Trata-se de uma profunda relação de amizade (pelo menos é isso que indicam os dizeres das cartas) que se confundia com o trato mercantil.

Mas quem era Antônio José Moreira Pinto e o que sua atuação pode nos dizer? Estamos falando de um grande negociante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro⁶, um dos maiores fornecedores de cativos para Minas Gerais, inclusive para a família Ferreira Armond, nas décadas de 1810 e 1820.⁷ Seus negócios com Honório se estendiam também à venda de tecidos, ao repasse de metais (ouro,

cobre e prata) e gêneros alimentícios enviados pelo negociante mineiro para a capital do Império, conforme indica o trecho de uma das correspondências: "(...) Quando chegar a sua tropa cumprirei as suas ordens e farei as diligências pela boa venda dos gêneros assim como da Poaia e Prata (...)".⁸ Antônio Moreira também respondia pelos interesses de Honório, conforme indica carta remetida em 14 de abril de 1831, por Joaquim Antônio Moreira, outro comerciante carioca:

Meu amigo e senhor. Junto ao extrato de sua conta corrente do qual aparecia hum saldo a meu favor de 2:903\$967 que agora recebi por mão do senhor Antônio José Moreira Pinto, ficando deste modo, nossas contas saldas até esta data. Em conformidade de minha participação, em tempo, não há de estranhar a última parcela de 134\$367 debitada do prêmio de 2:769\$000, antecipadas a ¼ conforme corre na praça 117 que se demorou (...)⁹

O triângulo comercial acusado por esta carta não parece ter sido incomum. Ele representa, talvez, o auge da confiança e, porque não, da dependência construída na relação de Honório (que perpassava pelos negócios de sua família, radicada em Barbacena) com a praça mercantil do Rio de Janeiro, principal centro de atração mercantil e financiamento da economia no Centro-Sul do Brasil, conforme falaremos adiante. Honório tinha nesta ocasião, 38 anos, era solteiro,¹⁰ mas desde pelos menos 1820 realizava freqüentes viagens para o Rio a negócios.¹¹ A experiência construída em mais de uma década lhe permitiu tratar a distância, mantendo o crédito e a confiança entre os fornecedores de sua casa comercial.

E não foi por acaso que, a partir de então, se inaugura um período de maior inserção política e social de Honório na cidade de Mariana. Ele se incorporou ao efetivo da Guarda Nacional em 1831, fora eleito vereador na cidade para o período de 1833 a 1836 (quando já havia alcançado a patente de Coronel da Guarda) e também para o período de 1837 a 1840.¹²

É possível que Honório tenha deixado a cidade após este período, provavelmente por causa de problemas de saúde. Entre as correspondências do acervo da família Ferreira Armond existem algumas remetidas por Antônio Coelho Martins, de Mariana para Barbacena. O autor das cartas informa freqüentemente as produções minerais e agrícolas das propriedades de Honório, a situação dos escravos e equipamentos, assim como a situação de seu crédito com pessoas residentes na cidade.

Antônio Coelho Martins, além de manifestar preocupação com a saúde de Honório, seu compadre, utiliza tratamento obsequioso, sempre demonstrando respeito e subordinação. Ao fim da carta de dezembro de 1842, se despede: *a comadre*

³ A Guarda nacional foi a corporação paramilitar criada pela Regência com o objetivo de garantir a ordem pública. Era sujeita ao Ministério da Justiça e suas forças locais ficavam a disposição do juiz de paz.

⁴ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de doutorado. FAFICH/UFMG. 2008, p.149-155.

⁵ Museu Imperial. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997. Tomb.:2004.

⁶ Em 1828, Antônio Pinto havia se matriculado na junta do comércio informando possuir loja, crédito, navios e um capital de giro no valor de 40.000\$000. *Arquivo Nacional*. Junta do Comércio, agricultura, navegação e fábricas. Pedido de Matrícula. Códice 170.

⁷ PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata. 1809-1830*. Dissertação de mestrado. IFCS/UF RJ. 2007, p. 145.

⁸ Carta de 21 de março de 1828. *Museu Imperial*. 399 - 5973 a 5997/2004.

⁹ *Museu Imperial*. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997. Tomb.:2004

¹⁰ *Arquivo Público Mineiro*. Lista nominativa de habitantes de 1831. Banco de Dados NPHE/Cedeplar

¹¹ Arquivo Nacional. *Despachos de escravos*. Polícia da Corte. Banco de Dados IPEA.

¹² PIRES, Maria do Carmo; CHAVES, Claudia Maria G. (orgs.) *Casa de veraneio de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP: Ouro Preto. 2008, p. 227-228.

e todos dessa casa lhe recomendam saúde (...) Seu compadre, amigo, venerador e criado.

É possível que o prestígio local e o respeito pessoal tenham sido conquistados por Honório através do conjunto de relações estabelecidas pelo negociante, não apenas as de caráter econômico, nem tampouco à revelia destas. Honório operava empréstimos ou vendia a prazo tanto a gente miúda, como seu correspondente e compadre, quanto a gente importante na cidade, como o cônego e vereador, Antônio José Bhering, outro vereador, o negociante Torquato Claudiano (de quem era credor de toda sua casa comercial) e de um grande minerador local, Gomes Freire de Andrade. Ao mesmo tempo, o fato de ser de família tão rica e prestigiosa, mesmo radicada em outra cidade, lhe conferia algum capital sócio-político de saída. Outro elemento importante é o fato de ter tido tantos afilhados e compadres, alguns referidos como herdeiros em seu inventário.¹³ Honório faleceu em 1845.

O enriquecimento da família Ferreira Armond, em Barbacena, de negociantes de Ouro Preto, Mariana, Serro e Diamantina, além da emergência da cidade de São João Del Rey, como o grande centro atacadista e financeiro de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX (todas entrepostos comerciais da produção agropecuária mineira e de importação), nos mostram muito mais do que uma reorganização do centro dinâmico da economia da província, antes lotado nas áreas de mineração.¹⁴ As conexões mercantis da economia de Minas Gerais, no período em que a mineração não correspondia ao principal ramo de enriquecimento, atendiam a uma demanda interna (crescimento da população livre e escrava) mas, também se ligavam a um contexto maior de dinamização do mercado interno. A chegada de D. João VI e toda a comitiva portuguesa, em 1808, provocou uma série de mudanças que possibilitaram o aquecimento e uma maior integração do mercado interno. Medidas administrativas, abertura de caminhos e a demanda criada com o inchaço populacional do Rio de Janeiro abriram espaço para a inserção dos mineiros dos negócios de grande monta. Dessa forma, o comerciante de diversas regiões de Minas Gerais passava por um momento de amplas possibilidades de negócios, incluindo um filão gerador de lucros que foi o comércio de escravos.¹⁵

É evidente que pela proximidade e atração político-econômica, o Rio de Janeiro era o principal alvo de interlocução comercial de áreas interioranas, como Mariana, sede dos negócios de Honório José Ferreira Armond. Porém, não era o único. Segundo Cláudia Chaves, a administração de D. João VI no Brasil esteve sempre preocupada em mensurar e incentivar o mercado interno da colônia. A autora aponta a confecção de mapas

estatísticos populacionais de produção, consumo e exportação das capitanias com intuito de gerar informações que manifestassem as potencialidades de desenvolvimento do comércio interno e conseqüentemente da arrecadação.¹⁶ Isto implicou em uma maior integração mercantil no interior do Brasil.

A consolidação do mercado interno, em fins do período colonial e primeiros anos do Império, pode ser atestada pelos estudos de João Fragoso para a praça comercial do Rio de Janeiro. A pesquisa indica a integração então estabelecida entre as capitanias, depois províncias, do Centro-sul do Brasil. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e o interior fluminense comporiam este complexo mercantil estabelecendo trocas da produção local, principalmente de alimentos, que tinham o Rio de Janeiro como centro unificador. O capital acumulado por grandes negociantes da praça carioca também tivera como alvo de seus investimentos o tráfico de escravos, sendo um dos vetores do financiamento da produção agrícola, assim como o crédito.¹⁷ Além destes circuitos, podemos acrescentar aqueles de caráter “complementar”, como o de redistribuição de mercadorias para o oeste mineiro, Goiás e Mato Grosso, via porto de Santos, o histórico comércio entre Minas e Bahia, ou mesmo o caminho terrestre de mares, vindos do Sul para o Sudeste brasileiro.¹⁸

Diante deste emaranhado de redes comerciais, de acordo com Cláudia Chaves, há uma crescente tendência da administração colonial em centralizar a cobrança de impostos e incentivos à integração mercantil. O processo se mantém na fase nacional, quando as câmaras municipais, e seu particularismo, perdem poder e os interesses regionais estão “comprometidos com a construção do Estado Nacional no processo de independência e com a expansão do mercado interno”.¹⁹ Alcir Lenharo já havia destacado, em pesquisa sobre o comércio de Minas Gerais com a Corte, a participação do setor abastecedor da economia (proprietários, negociantes e fazendeiros-tropeiros) nos rumos da formação do Estado Nacional.²⁰

Ao perceber a integração mercantil e as potencialidades de acumulação que ela oferecia é necessário reconhecer a capilaridade de seu alcance e a diversidade de sua formação. Por conseguinte torna-se imperioso o reconhecimento e atenção às dimensões mais elementares dessa teia: a propriedade, a casa comercial, os agentes mercantis e suas relações políticas, familiares, pessoais etc.

Dessa forma compreendemos porque a trajetória de Honório Ferreira Armond é tão

13 RESENDE, Edna. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*, p. 153.

14 GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agropecuárias tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP 2004 e PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento. USP São Paulo. 1996

15 CHAVES, Cláudia M. das Graças. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese de doutoramento. UFF Niterói. 2001.

16 CHAVES, Cláudia. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*.

17 FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

18 MOURA, Denise A. Soares. *O comércio colonial e suas relações complementares (Santos, Bahia e Pernambuco, 1765-1822)*. *Encontro Nacional de História. Anpuh -2009*. RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de Comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de mestrado. FCLAR/ UNESP, 2006.

19 CHAVES, Cláudia. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*, p. 237.

20 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo. Editora Símbolo.1979.

reveladora. Ela nos conduz do local ao nacional, das relações pessoais, familiares e políticas às transações econômicas, seja na cidade de Mariana, antiga vila mineradora e centro comercial de pequeno porte no século XIX, até aos mais complexos tratos mercantis na Corte. Podemos visualizá-lo também no tráfico de escravos, numa cadeia de endividamento que circula entre a capital do Império e o interior, em seu estabelecimento comercial e também no contexto de rearticulação econômica da antiga região mineradora.²¹

Se adotarmos essa perspectiva, veremos que muitos elementos são comuns ao conjunto de comerciantes de Mariana, porém, veremos também contradições, quando forem detectados escolhas e destinos diferentes entre os indivíduos. É o que notaremos quando analisarmos o grupo de comerciantes da cidade. Ou seja, a experiência, o conjunto de relações sociais por eles travadas, os investimentos, sua história familiar, tudo isso contará para o destino de cada sujeito, não apenas o rótulo profissional ou ocupacional. Na seção seguinte aprofundaremos este olhar.

Uma praça comercial e seus agentes

No alvorecer do século XIX, as antigas áreas mineradoras na região central de Minas Gerais sofreram com a falta de oportunidades econômicas e com o despovoamento. Os distritos sedes das cidades de Mariana e Ouro Preto, por exemplo, de fato tiveram estagnação econômica e perda populacional para as áreas rurais de suas respectivas jurisdições.

Segundo Sônia Magalhães, nos primeiros anos do oitocentos, houve um despovoamento gradativo da cidade de Mariana e alta concentração de “indigentes” e “pobres” atestada pelos dados do rol de confessados de 1809 e a lista nominativa de habitantes de 1819.²² Com a análise das listas nominais de habitantes, inventários *post mortem* e Relações de Casas de Negócio é possível identificar sinais de recuperação econômica da vila de Mariana, guiada, sobretudo pelo dinamismo do comércio e do setor de transformação doméstica.²³ Já o cenário de decadência de Ouro Preto descrito por Saint Hilaire, na segunda década do XIX, parece ter se alterado, de acordo com os dados demográficos levantados por Miriam Lott e Iraci Costa.²⁴

Mesmo quando o centro dinâmico da economia mineira migrou para a agropecuária, sobretudo a da região sul da capitania/província, a estrutura historicamente montada de uma rede de negócios e caminhos permanece, na área em questão. Essa realidade foi também demonstrada por minuciosa pesquisa de Clotilde Paiva que apresentou proposta de regionalização baseada no desenvolvimento econômico das regiões de Minas

Gerais, no segundo quartel do século XIX. A chamada região *Mineradora Central Oeste*, que inclui os municípios de Queluz, Sabará, Ouro Preto e parcelas do município de Caeté e Mariana, apresentou alto nível de desenvolvimento atestado pela grande circulação de mercadorias, produzidas na região ou importadas, e pela concentração de engenhos e casas de negócio, muitas delas bem sofisticadas para os padrões vigentes.

Localizada bem no centro da Província a região Mineradora Central Oeste tinha pauta de exportação diversificada. Enviava para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuía os importados vindo de lá. Nas partes onde havia mineração o abastecimento de víveres parecia estar vindo da própria região, mostrando uma articulação intra-regional. As relações inter-regionais também eram importantes. Comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente. Distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados.²⁵

Alguns elementos ajudam a compreender o perfil econômico dessa região. Tanto Mariana quanto Ouro Preto mantiveram antigos papéis fundamentais na estrutura política, administrativa e religiosa de Minas Gerais. Mariana era sede do arcebispado, concentrava a formação de clérigos e eventos. Além disso, sua jurisdição administrativa era gigantesca, alcançando longínquas regiões da Zona da Mata, onde estava em curso uma expansão agrícola. Ouro Preto, com um território mais modesto, era o centro administrativo da capitania e posteriormente da província, além de principal palco da vida política regional. A localização estratégica no caminho que ligava as movimentadas praças de Diamantina, Serro e Sabará, ao Rio de Janeiro, dava à cidade um papel importante na articulação comercial existente dentro e para fora de Minas Gerais.

Utilizando-se de dados como o número e a diversidade de ocupações ligadas a serviços, profissões liberais, comércio e indústria, Mário Rodarte e João Antônio de Paula identificaram Ouro Preto e Mariana (em 1831) no grupo das cidades de maior “centralidade urbana” de Minas Gerais, além de justificar a coincidência entre urbanização e desenvolvimento econômico: “Nas regiões mais urbanizadas, as demandas da sociedade são mais satisfeitas via mercado que nas áreas rurais. Com isto, criam-se mais mercados para bens especializados, concentrados nos lugares centrais”.²⁶

Os comerciantes da porção urbana de Mariana e Ouro Preto integravam-se na circulação interna da produção local. É o caso do difundido comércio da aguardente, produto fabricado nas fazendas mistas dos distritos vizinhos e largamente

²¹ Aqui recorremos à variação da escala de análise, na concepção de Jaques Revel, abordagem privilegiada por revelar dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global e por se inscrever em contextos diferentes. REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In.: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. Editora FGV.1998. p. 28.

²² MAGALHÃES, Sônia Maria. *A mesa de Mariana, produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. Annablume. São Paulo. 2004. p. 61.

²³ Animada pelo crescimento da agropecuária regional e do comércio interno, a cidade apresenta sinais de recuperação, aparecendo um verdadeiro exército de costureiras, fiandeiras, rendeiras, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, saboeiros e comerciantes na listagem de habitantes de 1831 em comparação com 1819. ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG. 2007.p.53-54.

²⁴ LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família – Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008. e COSTA, Iraci. *Vila Rica. População. 1719-1826*. São Paulo. IPE/USP. São Paulo. 1779.

²⁵ PAIVA, Clotilde. *População e economia em Minas Gerais no século XIX*, p. 115.

²⁶ Ouro Preto e Serro estavam no primeiro grupo no nível de centralidade urbana da província. No segundo grupo estavam: Mariana, Via de Campanha, Diamantina, Barbacena, Caeté e São João Del Rey. RODARTE, Mário Marcos S.; PAULA, João A.; SIMÕES, Rodrigo F. *Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. História econômica & História das Empresas*. VII.1 (2004), 7-45, p. 31-34.

consumido nos arraiais e vilas. Nas áreas rurais de Mariana, por exemplo, os maiores proprietários de terras e escravos investiam no cultivo da cana e na fabricação de seus derivados. Eram eles também os principais demandantes de mão-de-obra escrava, que por sua vez era comercializada pelos negociantes estabelecidos na cidade e nos arraiais.²⁷

A relação da produção de aguardente com o comércio local pode ser ainda atestada pela resposta do juiz de paz do distrito de Ponte Nova (termo de Mariana) ao presidente da província, em cumprimento a sua solicitação de relacionar engenhos e casas de negócios, no ano de 1836:

Em observância ao ofício de Vossa Excelência com o fecho de 16 de junho de p.p. em que me determina envie huma relação dos Engenhos deste Distrito em que se fabricar aguardente com declaração dos seus motores; e em segundo lugar huma dita das cazas em que se vender aguardente simples ou beneficiada com distinção de suas citações assim mais das loges de fazendas secas e cazas de Armazéns em que se vender espíritos importados com a declaração dos nomes de seus possuidores, e cada hum dos ditos estabelecimentos (...) ²⁸

O objetivo das exigências do governo, cumprido pelo juiz de paz, não era apenas de conhecer as fábricas de aguardente, mas também os estabelecimentos onde era vendida a bebida. Portanto, a tradição na produção e no consumo da aguardente contribui para a concentração de estabelecimentos comerciais na região. Os distritos que compunham o imenso território pertencente ao termo de Mariana, ainda em meados de 1830, detinham parte considerável do comércio fixo da província (11,5%). Se considerarmos os dados de Marcelo Godoy para a região *Mineradora Central Oeste*, essa proporção chega a 35,3%. ²⁹

Em geral, os estabelecimentos que comercializavam os gêneros importados e da terra (gêneros alimentícios e bebidas) era o comércio de “molhados” ou “armazéns”, além das “vendas” (a maioria de aguardente). Enquanto que as “lojas de fazendas secas” vendiam: “tecidos, bem como artigos de vestuário, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria, etc” .³⁰

Embora essa tipificação tenha sido esboçada pelos juizes de paz nas Relações de Casas de Negócio, o próprio documento informa a diversificação dos empreendimentos. Na verdade, na maioria dos casos, um mesmo estabelecimento ou proprietário comercializava todo tipo de mercadoria. Em Mariana havia 17 armazéns, 21 estabelecimentos identificados como loja e armazém e 46 vendas de aguardente. Mas, para que estes números e classificações façam sentido, é necessário conhecer o universo dos comerciantes

arrolados.

O recurso metodológico utilizado foi o cruzamento nominal dos donos de estabelecimentos, descritos na Relação de Casas de Negócio de 1836, com a lista de habitantes de

Tabela I

Indicadores demográficos de acordo com o tipo de estabelecimento. Mariana (1838)

Estabel.	*	Branços	Pardos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total
Loja e Armazém	2	8	4	8	3	1	12
Armazém	3	11	3	6	5	3	14
Venda	7	4	18	11	7	4	22
Total	2	23	25	25	15	8	48

Fonte: APM. Relação de Casas de Negócio de Mariana. 1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. APM. Listas nominativas 1838/1840 em Banco de dados. NPHEID/Cdeplar/UFMG. * H= Homem e M=Mulher.

1838. De 84 rastreados, foram encontrados 48 nomes e a classificação apontada atende mais a uma hierarquia sócio-econômica do que a qualidade das mercadorias comercializadas.

Os donos de vendas faziam parte da população mais pobre da cidade, não só porque a venda era um pequeno estabelecimento, onde se vendia, sobretudo a aguardente, mas também porque era onde se concentrava a presença de mulheres e pardos como proprietários. Enquanto que entre os donos de Loja e Armazém predominava o elemento masculino e branco, sinal de que se tratava de outro segmento social. Os dados concernentes a todos os domicílios da cidade apontam uma coincidência entre ser vendeiro, artesão (sapateiro, alfaiate, ferreiro, fiandeira e costureira) e principalmente, ser negro ou mestiço, e estar entre os mais pobres da população local.³¹

Tabela II

População livre e escrava nos domicílios dos donos de casas de negócio de acordo com o tipo de estabelecimento

Estabelecimento	Loja e Armazém	Armazém	Venda	Total
	12	14	22	48
Livres brancos	42	28	12	82
Livres não Brancos	30	44	72	146
Escravos africanos	40	10	10	60
Escravos crioulos e mestiços	60	11	8	79
Média de escravos por domicílio	8,3	1,9	1,8	4,2

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Relação de Casas de Negócio de Mariana. 1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. APM. Listas nominativas 1838/1840 em Banco de dados. NPHEID/Cdeplar/UFMG. *

Outro dado que contribui para a compreensão da estratificação no universo do comércio marianense é o da população livre e escrava presente nos domicílios. Vejamos a tabela II.

Mais da metade dos moradores brancos do universo trabalhado estava nos 12 domicílios de lojistas, enquanto que quase a metade da população mestiça e negra estava nos domicílios de vendeiros. É visível também a maior presença de escravos nos domicílios dos lojistas. A média é de 8,3 cativos por proprietário. Enquanto que essa média cai substancialmente entre armazeneiros (1,9) e vendeiros (1,8).

Evidente que estamos tratando de um universo

²⁷ Dados obtidos com o cruzamento de listas de habitantes, Relações de Engenhos e Casas de Negócio e inventários *post mortem*, para traçar o perfil da elite agrícola da Freguesia de Furquim, no interior do Termo de Mariana, que demonstra o recorrente vínculo do enriquecimento com a produção da aguardente. ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1850*, p. 199.

²⁸ Arquivo Público Mineiro. Relação de Engenhos e casas de negócio - 1836. SPPP 1/6 - Cx7- D3

²⁹ GODOY, Marcelo. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçuareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*, p. 256.

³⁰ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 - 1888)*. Editora

Annablume. São Paulo, 2002, p. 61-62

³¹ Em 1831, 90% dos chefes de domicílios que não tinha escravos eram pretos, crioulos e pardos. Já entre os que possuíam escravos, apenas 17% eram negros ou mestiços. Assim, a cor acompanhava o nível social e econômico. ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*, p. 70

em que o tamanho da posse de escravos (diferente da agricultura) não é o melhor indicador de riqueza. Comerciantes direcionavam a maior parte de seus investimentos em mercadorias, imóveis e, principalmente, dívidas ativas. Porém, a presença do elemento cativo, com alto valor comercial neste período³², pode sim ser um indicador de *status* social e capacidade de acumulação. Entre os 12 donos de lojas, todos possuíam escravos, entre os 14 armazeneiros, 11 tinham cativos e já entre os 22 donos de vendas, apenas 10 tinham escravos.

Por esse conjunto de indicadores percebe-se uma profunda hierarquia entre os comerciantes de Mariana, não apenas pelo produto comercializado, mas pela posição social do proprietário, tamanho e localização dos estabelecimentos. Entre os lojistas em que já foi possível detectar o inventário de seus bens, é possível verificar a preferência por casas situadas em duas localidades: a Rua Direita e as proximidades da “Ponte das areias”, ambas na área que circunda a igreja da Sé de Mariana.³³

Homens de negócio, *Homens Bons*

Os indícios até aqui trabalhados sugerem que esses donos de lojas (que também comercializavam *molhados*) eram os principais fornecedores de mercadorias no atacado, de escravos e do empréstimo de dinheiro a juros na cidade. Por conseguinte, podemos concluir que eles eram também os sujeitos que conectavam a cidade com uma cadeia comercial mais ampla. Os contatos de Honório José Ferreira Armond na Corte para a venda de gêneros e compra de escravos não eram exclusivos. Pelo menos outros 5 comerciantes

conclusão que esses achados nos fornecem é que o comércio de Mariana não estava restrito aos circuitos locais. Mesmo que ainda não se possam mensurar todos os elementos desse contato, de alguma forma a produção local também alcançava o principal centro da economia brasileira e por outro lado demandava escravos e manufaturados. Infelizmente, somente com os cruzamentos feitos, não se pode calcular a medida da entrada de africanos na região. No entanto, já podemos afirmar que essa inserção existiu e que era feita, também pela elite de negociantes locais.

Em um trabalho minucioso, que está em fase inicial, é possível rastrear alguns destes agentes e recolher um maior número possível de informações. Foi dessa forma que chegamos ao inventário dos bens de 10 dos comerciantes listados em 1836, como donos de Lojas ou Armazéns. O que mais chama a atenção, na análise do conjunto dos processos, é marca de 52% do valor dos bens deste pequeno universo investido em dívidas ativas. Nos arrolamentos do crédito, foi possível atestar que servia a diversas situações: venda de mercadorias no varejo (a prazo), empréstimo de dinheiro a juros, fornecimento de mercadorias a pequenos comerciantes e de escravos a proprietários locais.

A maior fortuna inventariada foi a do Sargento Mor Manoel José de Carvalho. De 119:740.875 (em contos de réis), 55% se referia a dívidas ativas. Entre os 15 devedores do comerciante, identificados na lista de habitantes, estão 9 comerciantes, 1 mineiro, 1 advogado, 1 escrivão, 1

Tabela III

Escravos registrados por comerciantes de Mariana na Polícia da Corte (1817-1832)

Nome	Comércio*	1817-1820	1821-1825	1826-1832
Manoel José de Carvalho	Loja		56	80
Honório José Ferreira Armondes	Loja	44	134	36
José Alexandre Ramos	Loja		8	8
José Ferreira de Oliveira	Loja		18	6
Manoel José de Magalhães Barros	Loja			21
Antônio José de Souza Guimarães			10	51

Fonte: *Arquivo Nacional*. Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Banco de Dados IPEA. * Tipo de estabelecimento em 1836.

marianenses circularam por lá na década de 1820. A tabela III descreve as passagens na Polícia da Corte para registrar o despacho de escravos para Minas.

Entre 1817 e 1832, mesmo que em anos alternados, foram identificados diversos registros de comerciantes de Mariana, sendo que Manoel José de Carvalho e Honório José Ferreira Armondes foram os mais assíduos. A primeira

lavrador, 1 sapateiro e 1 carpinteiro. Todos eles eram brancos e proprietários de escravos. As dívidas dos comerciantes decorriam da compra de mercadorias no atacado para serem revendidas nas pequenas vendas da cidade. O universo de 15 pessoas é muito pequeno diante dos mais de 200 devedores dos negociantes. A dificuldade de identificação dos devedores nas listagens de habitantes do termo de Mariana pode decorrer da

³² Após 1830, em todas as regiões de Minas Gerais há uma forte elevação do preço de escravos por conta da proibição legal do tráfico. BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo EDUSC. 2004

³³ Partindo da Igreja da Sé até a *Ponte das areias* estaria ao final da mesma Rua Direita. DAMASCENO, Cláudia. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Editora da UFOP: Ouro Preto. 1998, p. 65

mobilidade espacial da população mais pobre ou pelo fato de Manoel José de Carvalho também ter atuado em outras regiões.

Os pequenos e médios empreendedores locais dependiam do fornecimento de mercadoria e do crédito por parte dos maiores negociantes. No inventário dos bens do Capitão-Mor José Ferreira de Oliveira, em 1845, foi arrolado o valor de 35:704\$518 em dívidas ativas. Desses, 7:300\$000 pertenciam à “dívida da casa falida de Henrique Lebet”. Henrique Lebet havia sido listado, em 1838, como comerciante na cidade de Mariana.

O mesmo ocorreu com Torquato Claudiano de Moraes, dono de Loja de Fazenda Seca, que faleceu em 1843. Dois anos mais tarde, no arrolamento das dívidas ativas do também lojista Honório José Ferreira Armondes, a casa do já falecido Torquato aparecia com uma dívida de 2:857\$000. Seja através de transações avultadas ou de pequenos empréstimos, o fato é que os lojistas podem ter operado como verdadeiros financiadores da economia local.

O capital produtivo também teve importância nos investimentos dos negociantes. Somente 2 deles não possuíam bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais) e em 5 casos, o capital revertido em escravos foi superior ao valor das dívidas ativas. Ainda assim, se agruparmos os bens agrícolas e escravos eles somariam 35%, proporção bem inferior aos 63% alcançados pelo agrupamento das dívidas ativas, mercadorias e imóveis urbanos.

Afonso Graça Filho encontrou tendência semelhante para os grandes negociantes da praça de São João Del Rey.

(...) os investimentos de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso, que os negociantes de grosso trato não eram fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos.³⁴

É necessário advertir que não se pode considerar irrelevantes os valores destinados ao capital produtivo. De fato, esses investimentos não eram pequenos entre alguns negociantes de Mariana e tão pouco de São João Del Rey³⁵. Além do mais, os investimentos em fazendas e escravos traziam a estabilidade que o comércio não oferecia e ainda possibilitava a produção de parte das mercadorias revendidas no mercado local e externo. A participação majoritária de dívidas ativas nos investimentos dos comerciantes inventariados revela que mesmo ao final da vida não havia tendência de conversão total do capital acumulado no comércio para bens agrícolas.³⁶ Essas atividades eram exercidas concomitantemente e a busca por

status social poderia ser simbolizada pelo controle do crédito, títulos nobiliárquicos e patentes militares.³⁷

O “gozo do prestígio social, advindo do domínio rural”, descrito por Sheila Faria³⁸, também não parece ter convencido o homem mais rico de Mariana no final da década de 1830. Manoel José de Carvalho viveu até a sua morte na cidade e mesmo investindo em atividades agrícolas não abandonou a mercancia. Provavelmente, ele e outros comerciantes faziam parte de famílias enraizadas na cidade e que no passado haviam sido engajadas na mineração. Talvez Mariana, por ter sido um centro econômico de dimensão regional não teria funcionado como zona de atração de muitos *aventureiros* e o comércio tenha sido dominado por antigos mineradores e/ou fazendeiros.

Manoel José de Carvalho foi listado em 1819 como *lavrador, mineiro e negociante*. Na ocasião foram registrados apenas 5 escravos em seu domicílio. Durante a década de 1820 até o ano de 1832 houve 9 passagens do comerciante no registro de escravos na Polícia da Corte do Rio de Janeiro. As remessas de cativos somaram 136 peças em 11 anos (ver tabela III). Na lista nominativa de 1831 Manoel José fora identificado como *lavrador e comerciante*, além de trazer o título de Sargento-Mor. Este possuía também 13 cativos, dos quais 9 eram africanos. O curioso é que a identificação de *mineiro* desaparece ao passo que a mineração decaiu e os negócios de Manoel José parecem redirecionados para o comércio e a agricultura.

Já em 1836 o seu nome vem listado nas Relações de Casas de Negócio, como proprietário de Loja de Fazendas Secas. Apenas 3 anos mais tarde, por decorrência de seu falecimento, foram inventariados todos os seus bens. Além de 3 casas situadas na cidade, pequenas terras minerais em Antônio Pereira, o sargento-mor possuía também uma fazenda completa (no valor de 6:500\$000) com engenho, moinho, plantação de milho, feijão, cana, arroz e criação de gado bovino e suíno. Cerca de 19% de seus bens estavam investidos em 60 escravos, dos quais 6 eram africanos e 54 eram crioulos. A polivalência da trajetória de Manoel José de Carvalho ainda pode ser vista em sua constante presença entre os vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Mariana.³⁹

Como temos percebido, ao aproximarmos o foco de análise da cidade, sua praça comercial e alguns indivíduos de destaque, revelou-se um complexo de atuações e relações que nos obrigam pensar uma abordagem que extrapole o âmbito dos negócios. Portanto, os comerciantes marianenses não formam um grupo homogêneo e seus destinos dependem da experiência acumulada na trajetória.⁴⁰

Nesse sentido é que podemos identificar o

34 GRAÇA FILHO, Afonso. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. 2002, p. 89

35 Graça Filho apresenta a composição da riqueza de 31 negociantes grossistas da praça de São João Del Rey, dos quais 19 possuíam imóveis rurais. GRAÇA FILHO, A. *princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*, p. 86-88.

36 Referimo-nos ao pressuposto de um ideal aristocratizante que transmutava o negociante em fazendeiro, advindo do desejo de inserção social, tornando transitória a prática comercial em núcleos urbanos interioranos. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Rio de Janeiro. Nova Fronteira*. 1998, p. 165-166.

37 Graça Filho faz referência à tese do *arcaísmo* como projeto de João Fragoso e Manoel Florentino que detectaram na elite mercantil carioca, da primeira metade do século XIX, uma tendência à conversão do capital mercantil em direção ao capital produtivo. GRAÇA FILHO, A. *princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*, p. 89.

38 FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*, p. 166.

39 CHAVES, Claudia Maria. G. (org) *Casa de veraneio de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP: Ouro Preto. 2008, p. 226-228.

40 Recorremos à Simona Cerutti para quem a experiência relacional dos indivíduos pode revelar a criação de grupos sociais, ao contrário de tomar o pertencimento como algo evidente e apriorístico. CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim o século XVII*. In.: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. RJ. FGV. 1998, p. 188.

grupo que estamos estudando não apenas como “comerciantes”, mas como vereador, militar, pai, padrinho, irmão, agricultor, mineiro, senhor etc. Uma busca na formação da câmara de vereadores de Mariana nas décadas de 1820, 1830 e 1840 nos permitiu encontrar alguns negociantes eleitos. Outros indivíduos foram rastreados a partir da Relação de Casas de Negócio de 1836 e identificados, quando possível, em outros conjuntos documentais: listas de habitantes de 1819, 1831 e 1838, além de inventários *post mortem*. A superposição de todas essas referências nos trouxe um quadro que retrata a variedade de relações sociais, políticas e econômicas em que se encontravam 14 comerciantes da cidade de Mariana. Portanto, uma ênfase mais horizontal e qualitativa de análise do que a busca de uma

representatividade numérica. A tabela IV apresenta o panorama resultado dos cruzamentos nominais.

Na categoria “Vereança” são identificados o número de mandatos e os períodos para os quais foram eleitos os indivíduos selecionados. Em “atividades econômicas” aparecem o termo “comércio”, quando identificado na lista de habitantes, e os termos “Loja” e/ou “Armazém”, quando identificados na Relação de Casas de Negócio. Já a categoria “escravos” apresenta o número de escravos pertencentes ao comerciante descritos no inventário ou na lista de habitantes.

Apesar de muitos comerciantes investirem também na agricultura, tudo indica que o comércio era, na maioria dos casos, a principal atividade econômica. Com exceção de Manoel José de

Tabela IV
Comerciantes e diversidade ocupacional nas décadas de 1820, 1830 e 1840.

Comerciantes	Cor	Patente Militar	Vereança	Ativ. Econômicas	Cativos	Terra Lavra	Inventário
Bernardo Pinto Monteiro	Branco		(5) 1833-1852	Comércio			
Manoel José de Carvalho	Branco	Sargento-Mor	(4) 1826-1840	Loja/mineração/agricultura	60	X	(1839) 119:740\$875
Honório José Ferreira Armond	Branco	Tenente Coronel	(2) 1833-1840	Loja/mineração/agricultura	22	X	(1845) 25:230\$130*
Torquato C. de Moraes	Pardo		(1) 1841-1844	Loja/Mineração	7	X	(1843) 23:838\$639
Manoel Duarte Firmino	Branco	Alferes	(1) 1849-1852	Loja	2	X	
José Ferreira de Oliveira	Branco	Capitão-Mor	(2) 1825-1832	Comércio/Agricultura	47	X	(1845) 70:860\$098
Antônio Júlio de Souza Novaes	Pardo	Capitão-Mor	(2) 1829-1840	Loja			
Diogo Antônio de Vasconcelos	Branco	Sargento-Mor	(1) 1853-1856	Loja			
Pedro de Alcântara Costa	Pardo	Major	(1) 1853-1856	Armazém	2		(1864) 3:632\$480
José Alexandre Ramos	Branco			Armazém	12		(1847) 61:587\$631
Manoel F. da Silva Costa	Branco			Loja/Agricultura	39	X	
Manoel José de M. Barroso	Branco	Capitão-Mor		Loja/Agricultura	36	X	(1843) 22:319\$680
José Joaquim Anastácio	Pardo			Armazém/Agricultura	10	X	(1847) 4:609\$720
José de M. Queiroz	Branco	Capitão-Mor		Comércio/Agricultura	11	X	(1839) 8:388\$793

Fontes: *Arqui Público Mineiro*. Relação de Casas de Negócio. Mariana. 1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. *APM*. Listas nominativas 1831 e 1838/1840 em Banco de dados. NPHEd/Cedeplar/UFMG. *AHCMM*. Lista nominativa de habitantes de 1819. Banco de dados NPHEd/Cedeplar/UFMG. *ACSM*. Inventários *post mortem*. PIREs, Maria do Carmo; CHAVES, Cláudia Maria. G. (orgs) *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP. Ouro Preto. 2008.*Ainda faltando acrescentar os bens inventariados em Barbacena.

Carvalho, que fora listado como “lavrador e negociante”, todos os outros aparecem na lista de habitantes como “negociantes”. É assim que eles eram identificados, como moradores da cidade, além da já mencionada superioridade de seus investimentos em mercadorias, imóveis urbanos e dívidas ativas sobre terras e escravos. Porém seria demasiado reducionismo se não considerarmos outros papéis econômicos, políticos e sociais desempenhados por esses agentes.

O reconhecimento por terem um estabelecimento comercial na região central da cidade, a rede de favores e amizades construída pela venda a prazo ou empréstimo em espécie e ainda, as possíveis relações familiares podem ter conferido certo prestígio e confiança aos maiores comerciantes junto à população da cidade. Isto está sugerido pela identificação de altas patentes da guarda e de eleições para vereadores, alguns por mais de um mandato. A despeito da lamentável ausência de fontes, e conseqüente lacuna de informações, é possível verificar certa coincidência entre propriedade de loja/patente militar/riqueza/vereança. Considerando que, como já adiantamos, o lojista era o comerciante com maior contato com uma rede social e mercantil mais ampla (no perímetro do mercado interno), estar ligado ao mundo exterior era condição fundamental para ser “elite” no universo local.

Por outro lado, tais coincidências, não resumem o grupo. Nem todo rico comerciante era lojista, como no caso do armazeneiro José Alexandre Ramos, e nem todo lojista, vereador e militar tivera mesma origem e destino.

Se considerarmos a cor como elemento indicativo da origem humilde do sujeito, veremos que este foi o caso de 4 dos indivíduos presentes na tabela IV. Um deles, Torquato Claudiano de Moraes, pardo, aos 16 anos fora registrado, em 1819, como agregado da casa do pequeno comerciante Bernardo José Vilela.⁴¹ Apesar de listado como “estudante”, parece ter sido como agregado da casa que o jovem aprendera a lidar com os negócios. Em 1831, já podemos encontrar Torquato chefiando um domicílio e identificado como “comerciante”. Naquele fogo vivia um agregado, seu caixeiro, o pardo Fidélis José Vilela (que apesar do sobrenome não aparece como herdeiro do finado Bernardo José Vilela) e 6 escravos. Na relação de Casas de Negócio de 1836 fora listado como proprietário de Loja e Armazém. Dois anos mais tarde, na lista de habitantes, Torquato aparece novamente como “comerciante”, agora já casado, dono de 5 escravos e com 5 agregados, curiosamente listados com a mesma ocupação polivalente: “lavrador, criador e mineiro”. Tudo indica que a essa altura o lojista ainda mantinha sua casa comercial na “Ponte das Areias”, mas já investia na mineração e agricultura.

Em 1842, em correspondência enviada por Antônio Coelho Martins à Honório José Ferreira Armond, o primeiro diz ter passado a escritura de uma propriedade vendida por Honório a Torquato Claudiano.⁴²

Antes disso, Torquato havia sido eleito para a vereança dos anos de 1841-1844. Porém, faleceu antes de completar o mandato, em 1843, com pouco mais de 40 anos, quando o inventário de seus bens arrolou mercadorias, dívidas ativas, lavras minerais, 7 escravos, além do seu imóvel na “Ponte das Areias”.

A julgar pelo tamanho do seu monte-mor (ver tabela IV), a riqueza de Torquato era incomum, para o padrão da população,⁴³ porém modesta se comparada a grandes lojistas como Manoel José de Carvalho. No entanto, é sua trajetória que nos chama a atenção, as prováveis escolhas, diante do quadro de crescimento do mercado interno e de recuperação de Mariana na passagem da crise da mineração. Este caminho fez com que, de alguma forma, alcançasse ascensão econômica, social e política.

Certamente que maiores conclusões a respeito da trajetória biográfica de Torquato poderão ser tiradas somente com a análise do conjunto das relações familiares, sociais e comerciais, não contempladas por referências pontuais, como aqui apresentadas. Mas alguns sinais podem apontar para futuras investigações: já sabemos da origem humilde de Torquato (era agregado de um pobre comerciante), além de ser mestiço (com provável origem ou descendência na escravidão), diferente de quase todos os outros lojistas, elementos que dificultariam sua ascensão; e sabemos também que, quando pôde, fez escolhas semelhantes: a localização de sua casa, vendas a prazo, a aquisição de escravos, terras e o cargo de vereador.

O nível de acumulação, a inserção e ascensão sócio-política dos grandes comerciantes locais ainda merecem pesquisas mais detalhadas. Porém, os indícios já coletados sinalizam para a importância da presença desses agentes, no abastecimento regional, na conexão com um universo mercantil mais amplo e por conseqüência na constituição de uma elite. Ao ganhar fôlego pelo desenvolvimento do comércio e da agropecuária, a antiga região mineradora, se inscreve no crescimento do mercado interno, gerando oportunidades de acumulação e ascensão de novos agentes, como Torquato Claudiano de Moraes, e também para antigos *homens bons* da sociedade mineira como Honório José Ferreira Armond e Manoel José de Carvalho.

Assim ocorreu com os famosos negociantes grossistas de São João Del Rey, já citados, financiadores da economia regional e com presença garantida na praça comercial da capital do Império. A pujança de suas fortunas teve origem na circulação da produção abastecedora regional e nacional.⁴⁴

⁴¹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Lista nominativa de 1819. AHCM. Banco de dados NPHED/Cedeplar/UFMG.

⁴² Carta de 25/04/1842. *Museu Imperial*. 397-5955/2004. Como já mencionamos a massa falida da casa comercial de Torquato aparece na dívida ativa do inventário de Honório José Ferreira Armond, em 1845.

⁴³ Sobre o padrão de riqueza de Mariana no século XIX ver ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói. ICHP/UFF, 1994. e ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*, p.131 e 132.

⁴⁴ GRAÇA FILHO, Afonso. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais*. São João Del Rei (1831 – 1888).

Situada na Comarca do Rio das Mortes, Barbacena também foi identificada por Edna Resende como um importante entreposto comercial com a Corte. Ao fazer uma análise prosopográfica de famílias proeminentes da cidade e sua inserção na vida política da província e do país, a autora identifica que o consórcio entre produção agropecuária, tráfico negreiro, casa comercial, o crédito e alianças familiares, era gerador de fortuna, prestígio e influência política. Entre essas famílias estavam os Ferreira Armond, de onde nasceu Camilo Maria Ferreira Armond, filho de Marcelino, deputado, futuro Conde de Prados e um dos propagadores das idéias liberais via imprensa barbacenense.⁴⁵

Essa rede de centros de comércio regional, da qual Mariana participava, com suas peculiaridades, fora gestada no período colonial e parece ganhar forma no processo integração mercantil nacional. Este processo é bem representado pela atuação dos negociantes como interlocutores da economia local com o centro de desenvolvimento do mercado interno.

Em uma escala maior, Riva Gorenstein fala da ascensão social dos negociantes do Rio de Janeiro, através do enriquecimento trazido pelo incremento do comércio interno no período joanino e nacional. Este é um momento em que as práticas comerciais passam por significativas inovações, forçadas pela abertura econômica e concorrência com agentes metropolitanos e ingleses, ao mesmo tempo em que mantém características tradicionais:

Este negociante exerceu suas atividades comerciais em uma sociedade escravista e conservadora onde o prestígio social, as relações familiares e as ligações com a burocracia político-administrativa tinham um peso considerável nos negócios, mas na qual já se encontravam presentes forças renovadoras que o obrigaram mudar seu padrão de comportamento. Continuou conservador e patriarcal (...) Ao mesmo tempo adquiriu características “empresariais”, em função do desenvolvimento do comércio, do aumento da concorrência (...)⁴⁶

O processo histórico das práticas mercantis é entendido pela autora como manutenção de alguns e inovação de outros aspectos, “uma continuidade do velho para o novo, não no sentido de resistência a mudança, mas no sentido de adaptação às transformações que ocorriam no período”.⁴⁷ Há um cuidado de perceber que tanto as práticas mercantis quanto culturais não se alteram abruptamente por força do evento, mas que convivem em um processo. Porém, a tese não abre possibilidade de fraturas ou contradição no padrão de comportamento, no que diz respeito a escolhas individuais que possam divergir da estrutura econômica ou cultural.⁴⁸

Em uma escala de observação local podemos

sugerir, com as poucas informações que temos, tais “divergências”. O já citado, Manoel José de Carvalho, negociante mais rico de Mariana na década de 1830, a despeito de sua história ligada a mineração, atividade econômica de prestígio naquela região, tinha 61% de sua fortuna investida em mercadorias e dívidas ativas, além de 35%, dedicados a escravos e bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais). Portanto, uma notável reorientação de seus investimentos, seguindo a conjuntura de consolidação do mercado interno abastecedor e aproveitando as oportunidades econômicas. Se houve busca de notabilidade por parte do negociante, esta não se deu aplicando em atividades menos rentáveis. Por outro lado, Torquato Claudiano, ainda jovem quando a mineração era abandonada por muitos, adquiriu *terras minerais*, depois de duas décadas de atividades ligadas ao comércio e de ter se tornado lojista no centro da cidade. Somente uma investigação mais detalhada pode revelar as motivações e consequência dessa aquisição, porém, podemos dizer, *a priori*, não ter sido a prática daqueles que mais enriqueciam na região.

O que temos aqui não são conclusões, mas apontamentos para uma abordagem que consiga perceber a prática de agentes comerciais de uma pequena praça, diante de um processo histórico maior, a integração mercantil nacional. Ainda está por fazer, por exemplo, uma análise das reações e ações desses comerciantes no bojo de mudanças processuais e eventos políticos pelos quais passava o Brasil na primeira metade do século XIX.

Mais uma vez recorreremos às correspondências recebidas por Honório José Ferreira Armond. Desta vez para visualizar situações políticas e do mercado sentidas em seu raio de integração. Escreve Antônio José Moreira Pinto em 12 de março de 1828:

(...) Hoje saiu meu barco para a costa da África e espero esteja aqui até fins de julho ou meados de agosto. As fazendas têm subido o mais que se tem dado todas em geral e por isso lhe recomendo que repute as que tiverem ser, pois que apesar de estarem caras, contudo nem ao menos têm chegado, nem há sortimentos. O câmbio tem subido muito e por esse motivo tem subido a prata (...) e o ouro (...).

Tem esta praça estado em um estado muito triste com as tomadas que nos tem feito os corsários pois que estes nos tem tomado três embarcações com mais de 1.200 negros, sendo duas de nosso amigo Constantino e outra de José Joaquim da Rocha, por esse motivo já se tem vendido negros a 380\$000 e 400\$000, o que lhe deverá servir de governo pois que não torna a comprar outra pechincha. (...)⁴⁹

As dificuldades do mercado, seja do câmbio, dos preços das fazendas ou de escravos se devem

⁴⁵ RESENDE, Edna. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*.

⁴⁶ GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, (1808-1830)*. In: MARTINHO, Lenira M. e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1993, p. 135

⁴⁷ GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, (1808-1830)*, p. 145

⁴⁸ Lembramos Geovanni Levi, para o qual se deve perceber ambigüidades e contradições nos processos culturais, econômicos e políticos, sendo a ação do indivíduo (dentro de sua *margin de liberdade*) campo privilegiado para tal observação. LEVI, Geovanni. *Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000. p. 45.

⁴⁹ Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5976/ Tomb. 2004.

ao momento político do Brasil e internacional. No auge do primeiro reinado, o país se envolvia em conflito armado com as Províncias Unidas do Prata o que desencadeou conseqüências para praça comercial carioca. O Estado se achava em apuros financeiros o que o fez recorrer ao Branco Brasil para obter capitais, sendo este obrigado a emitir moeda, sobrevalorizando os metais. Segundo Sebastião Soares Ferreira, o período da guerra (1825-1828), fora um dos momentos de *pânico comercial* passageiros, desde a independência até a grande crise de 1864⁵⁰. A situação de incerteza e oscilações dos preços chama atenção de Antônio Moreira que mantém Honório informado, mas é claro, estimula a compra de mercadorias. Outra faceta dos negócios indicada pela carta é a informação das mudanças no câmbio, o que interessava a Honório para o seu comércio de metais. O apresamento de navios negreiros por corsários ingleses também interferia no principal ramo da relação mercantil entre Antônio Moreira e a família Ferreira Armond, o comércio de cativos.

Em carta do dia 10 de outubro de 1828, as notícias anunciadas por Antônio José Moreira Pinto já eram mais animadoras: “As fazendas tem tido grande baixa em conseqüência das notícias que há de paz. Estas notícias tem causado outro tanto em todos os metais e sobretudo as notas de 1\$000 réis e 2\$000 que principiam agora a circular nesta capital”.⁵¹

Tanto as correspondências quanto a própria realização das transações comerciais colocavam os negociantes lojistas em um lugar privilegiado na vida econômica e política da cidade, por causa das informações que a eles chegavam e afetavam diante da amplitude de seus negócios. Ou seja, ao debruçarmos sobre este universo verificamos grandes possibilidades de variação do foco de análise: de uma conjuntura político-econômica nacional até a oferta do produto no estabelecimento comercial, ou o caminho inverso, da absorção da produção agropecuária e mineradora local até o abastecimento da Corte.

A aproximação de Honório com o centro do poder, através de seus contatos comerciais, também servia a outros propósitos. Naquela mesma carta de 12 de março de 1828, o parceiro carioca avisava: “Ainda lhe não posso dar solução das patentes dos seus afilhados pelas contínuas empulhações do procurador”. No dia 31 do mesmo mês continua a prestar contas das “demandas” de Honório:

(...) Ainda por este correio lhe não posso remeter a profissão do Hábito do Reverendíssimo Vigário Joaquim Leandro por causa das férias que não podem ser registradas sem elas acabarem. Quanto as patentes, agora me diz o procurador que ainda não estão assinadas [...].⁵²

Se Honório José fazia parte de uma rede de amizades e troca de favores permeada pelos negócios e centralizada em Antônio José Moreira Pinto, ele também tinha no nível local os seus *afilhados* com quem, provavelmente, mantinha relações semelhantes. Na carta, Honório e Antônio José aparecem como intermediários do pleito do Hábito da Ordem de Cristo (título honorífico dos mais cobiçados) por parte de um padre. Em relação às patentes dos indicados pelo negociante mineiro revela-se seu interesse de controlar a nomeação de oficiais, o que se mantém no momento de criação da Guarda Nacional, como já verificamos em carta enviada a Marcelino, que vale repetir: *Aqui já se fez os oficiais para a Guarda Nacional, e saíram cabras e negros; se lá não acautelarem e ficarão entregues as armas a gente de nenhum patriotismo e nem caráter*⁵³

Todo o conjunto de relações e interesses de Honório não está inscrito apenas na busca do lucro, nem tampouco no objetivo cego de ter *status* social. É um emaranhado que certamente poderia resultar em mais prestígio, mais poder e mais negócios, mas também revelar solidariedades mais horizontais, nem tanto perpassadas pela instrumentalização do ato em prol do interesse.

O fato é que a abordagem de aspectos da vida de Honório perpassou pelo grupo de comerciantes de Mariana, pelas relações econômicas, sociais e políticas da praça e também pelo processo histórico mais amplo (integração mercantil na fase nacional). O entrecruzamento de escalas de observação realmente deixa mais clarividente e *menos impressionista* o mundo social analisado, como nos sugeria Jaques Revel.⁵⁴

Porém, ainda muitos avanços estão por vir. Nesta fase de pesquisa poucos e esparsos documentos nos informam da trajetória pessoal, do trato mercantil e da acumulação dos comerciantes da região. Do mesmo modo, ainda carecemos de uma série documental mais segura que demonstre as conexões estabelecidas entre uma pequena praça comercial e os circuitos mercantis do mercado interno. O que já podemos apresentar são, tão somente, sinais e indicadores para investigações futuras. Por outro lado, este modelo de abordagem que tenta aliar a tradição da seriação e quantificação da história econômica de Minas Gerais com uma variação da escala e a identificação dos sujeitos em diversos contextos ainda merece reflexões e experiências empíricas mais completas.

50 SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística: Compreendendo a teoria da ciencia e sua aplicação à estatística comercial do Brasil*. Rio de Janeiro. Typographia nacional. 1965. Tomos I, p. 222.

51 Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5997. Tomb. 2004

52 Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5978. Tomb. 2004

53 ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1800 – 1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro. Xerox do Brasil. 1988, p. 92

54 REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social. In: Jogos de escala: A experiência da microanálise*

**A Invenção da Argentina: História de uma Idéia, de Nicolas Shumway.
Tradução Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008, 408p.**

ISBN 978-85-314-1054-3 (Edusp) ISBN 978-85-230-1235-9 (Editora UnB)

Taís Sandrim Julião

Mestranda em História das Relações Internacionais - Universidade de Brasília - UnB
taisjuliao@unb.br

Ao analisar as fronteiras do Brasil, percebe-se rapidamente que este possui um número expressivo de vizinhos, fato que sugere uma maior acessibilidade a estes países e, porque não, a necessidade do estabelecimento de relações de variados tipos. Com efeito, a proximidade territorial e o contexto geopolítico acabam por vezes determinando as grandes linhas de relacionamento externo, já que é a realidade da qual não se pode e nem se deve fugir.

Nessa perspectiva, alguns países emergem com maior relevância no conjunto das expectativas brasileiras relacionadas à sua realidade geográfica, seja por questões de *high politics* ou *low politics*. Dentre esses, a Argentina representa historicamente o principal eixo do país na América do Sul. Portanto, entender sua história e aqueles elementos que caracterizam sua cosmovisão é uma tarefa necessária ao Brasil e aos brasileiros.

Diante desse imperativo, o livro de Nicolas Shumway emerge como um facilitador no processo de aprendizagem e de compreensão do universo argentino. O autor, professor da Universidade do Texas, tem se dedicado desde o início de sua carreira ao estudo da história intelectual e da literatura latino-americana, particularmente de Argentina, Brasil e México. Nesta obra publicada originalmente em 1991 e traduzida para o português por Sérgio Bath e Mário Higa em 2008, Shumway nos convida a refletir sobre as raízes mais profundas da construção do Estado Nacional argentino.

A idéia-chave que articula a obra é a de *ficção-diretriz*. Esse conceito visa destacar aqueles elementos mais subjetivos que sustentam o sentido de nação e de povo e que, por essa razão, constroem a identidade argentina e sua singularidade enquanto Estado. A aplicação de tal conceito levou o autor a abordar os intelectuais e a literatura do



século XIX, pois teria sido nessa seara e neste momento histórico que o país apresentou as iniciativas mais relevantes no sentido de construir ficções-diretrizes que fundamentassem a nação e a identidade nacional.

Entre as ficções-diretrizes propostas por Shumway, duas em particular se destacam: a idéia do liberalismo argentino aplicado à política e à economia, responsável pela europeização das instituições e dos valores sociais e morais; e as diferentes visões acerca do *gaucho*, uma figura-síntese nas discussões sobre identidades, ora concebido como o inimigo da civilização e da nação, ora considerado o protótipo da autêntica identidade argentina. Essas duas ficções-diretrizes teriam contribuído na construção do dualismo ideológico do país, representado pela percepção das diferenças e do distanciamento que vai além dos limites geográficos entre Buenos Aires e o interior.

Cabe ressaltar que essa última questão, relativa à divisão interna do país, permeia toda a obra. Ao trabalhar com o conceito de ficção-diretriz, o autor

parece estar em busca de uma fundamentação histórica para esse fenômeno que singulariza a experiência nacional argentina. Assim, essa seria a pergunta a ser respondida e a inquietação intelectual que indutivamente motiva tal estudo: porque a construção do Estado Nação argentino gerou unidade mais em termos geográficos do que em termos de compartilhamento de identidade nacional.

O livro está organizado em dez capítulos dedicados em sua maioria ao estudo de pensadores, escritores e homens da política que contribuíram cada qual ao seu modo no projeto de construção da nação argentina por meio de ficções-diretrizes. Entre estes estão Mariano Moreno, José Artigas, Bartolomé Hidalgo, Bernardino Rivadavia, Juan Manuel de Rosas, Juan Batista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, Bartolomé Mitre, Carlos Guido y Spano, Olegario V. Andrade, José Hernández e Lucio V. Mansilla.

Shumway deixa claro em sua introdução que, sendo norte-americano, não pretende explicar a história da Argentina aos argentinos, mas sim oferecer ao público de língua inglesa – e agora também portuguesa –, a oportunidade de conhecer a história desse país. E, com efeito, o autor é exitoso nessa tarefa, ao desenvolver uma reflexão sistematizada, aprofundada e bem documentada.

Compreender a trajetória argentina contribui, sem dúvidas, para a compreensão de nossa própria história. Entender a “invenção” desse país sugere pensar nossa própria invenção, já que ambos foram colonizados e passamos por processos complexos até alcançarmos nossa auto-afirmação em termos de nacionalidade. Ademais, interagir com nosso vizinho *hermano* é uma tarefa e um desafio necessários, em que a leitura desta obra pode contribuir de modo significativo e surpreendente.